



PARA ALÉM DA COP 30

TÓPICOS SOBRE
DESENVOLVIMENTO NA
AMAZÔNIA EM TEMPOS
DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

RICARDO THEOPHILO FOLHES
MARCELA VECCHIONE GONÇALVES
ORGANIZADORES



Universidade Federal do Pará – UFPA

Reitor

Gilmar Pereira da Silva

Vice-Reitora

Loiane Prado Verbicaro

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA

Diretor Geral: Armin Mathis

Diretora Adjunta: Mirleide Chaar Bahia

Editora

Editor-Chefe: Silvio José de Lima Figueiredo

Diretora Executiva: Aurilene Ferreira Martins

Conselho Científico

Presidente: Prof. Dr. Armin Mathis – Universidade Federal do Pará.

Vice-Presidente: Profa. Dra. Mirleide Chaar Bahia - Universidade Federal do Pará.

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos – Universidade Nacional de Brasília.

Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodríguez – Universidad de La Habana, Cuba.

Prof. Dr. Germán Alfonso Palacio Castañeda – Universidad Nacional de Colombia, Letícia.

Prof. Dr. Julien Meyer – Université Grenoble Alpes, CNRS, GIPSA-lab, France.

Prof. Dr. Josep Pont Vidal – Universidade Federal do Pará.

Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista – Universidade de Aveiro, Portugal.

Prof. Dr. Miguel Pinedo-Vasquez – Columbia University – New York, EUA.

Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araújo – Universidade Federal do Pará.

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Prof. Dr. Armin Mathis

PARA ALÉM DA COP 30

TÓPICOS SOBRE
DESENVOLVIMENTO NA
AMAZÔNIA EM TEMPOS
DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

RICARDO THEOPHILO FOLHES
MÁRCIA VECCHIONE GONÇALVES
ORGANIZADORES

BELÉM - NAEA
2024

Texto revisado conforme as regras do novo
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Editoração • Capa

Ione Sena

Revisão

Aenne M. Bentes

Apoio financeiro

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável
do Trópico Úmido (PPGDSTU)

Programa de Excelência Acadêmica (Proex)



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca do NAEA/UFPA-Belém-PA**

F664p Folhes, Ricardo

Para além da COP 30 [recurso eletrônico]: Tópicos sobre
desenvolvimento na Amazônia em tempos de emergência climática /
Ricardo Theophilo Folhes e Marcela Vecchione Gonçalves. — .
Belém : NAEA, 2024.

1 recurso online (688 p.). — (Série desenvolvimento e
sustentabilidade)

Modo de acesso: [http://www.naea.ufpa.br/index.php/livros-
publicacoesInclui_bibliografias](http://www.naea.ufpa.br/index.php/livros-publicacoesInclui_bibliografias)
ISBN 978-85-7143-237-6

1. Desenvolvimento sustentável – Amazônia. 2. Mudanças
climáticas. 3. Conferência das partes – Amazônia. I. Vecchione,
Marcela. II. Título. III. Série.

CDD 22. ed. – 338.92709811

Elaborado por Maria do Socorro Barbosa Albuquerque – CRB-2/871

© Direitos Reservados à Editora Naea

Av. Augusto Corrêa, nº 1 - Campus Universitário do Guamá, CEP: 66.075-750
Belém, Pará, Brasil

naeaeditora@gmail.com | editora_naea@ufpa.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Ricardo Theophilo Folbes | Marcela Vecchione Gonçalves

9

PARTE 1

COP 30 E A CONSTRUÇÃO DE REPERTÓRIOS COLETIVOS: AÇÃO CLIMÁTICA, PODER E SELETIVIDADES ESTRATÉGICAS

Eventos ambientais e ação coletiva: perspectivas para os debates da
COP 30

30

*Juliana Azevedo Hamoy | Flavio Henrique Souza Lobato | Mirleide Chaar
Bahia*

Pensando a COP 30 a partir de suas seletividades estratégicas

56

Pedro Neves de Castro | Fábio Fonseca de Castro | Danilo Araújo Fernandes

PARTE 2

INTERVENÇÕES URBANAS, PERCEPÇÕES E MOBILIZAÇÕES SOCIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Grandes objetos versus objetos de grandeza cidadã: dilemas e desafios
da preparação da COP 30 em Belém – Pará

88

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior | Helbert Michel Pampolhade Oliveira

COP da Amazônia ou COP na Amazônia? Belém do Pará, dos espaços
urbanos em construção às construções espaciais enunciativas

128

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior | Adailson Soares Dantas

Interseccionalidade de gênero e raça no acesso ao saneamento básico: um panorama de Belém – PA às vésperas da COP 30 <i>Thayanna Paula Neves Barros Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior</i>	163
Representações sociais da cop 30 no mercado do ver-o-peso <i>Fábio Fonseca de Castro Caroline Cardoso Lucas Felipe Sardinha</i>	204
Religião e desenvolvimento sustentável: o debate e a organização de comunidades de fé para a COP 30 em Belém – PA <i>Paulo Afonso Dias de Lima Mirleide Chaar Bahia</i>	229

PARTE 3

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA, VIOLAÇÕES DE DIREITOS E GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA

Entre contradições e governança, grandes projetos na amazônia e políticas climáticas <i>Igor de Lima Bastião da Silva André Luís Assunção de Farias Armin Mathis</i>	256
A era do capitaloceno: revisão crítica e análise do caso da industrialização de Barcarena – PA <i>Danilo Ferreira Sodré Luis Eduardo Aragón Vaca</i>	279
Entre diásporas e cercamento do território: Estratégias de uso do território e da biodiversidade entre os Arara (Karib) <i>Diego Fernando Builes Puertas Ricardo Theophilo Folhes</i>	310
Rota da soja, trilhos de violações: ferrogrão e a farsa da bioeconomia <i>Raiana Siqueira Mendes Edna Maria Ramos de Castro</i>	339
Falsas soluções climáticas e injustiças socioambientais na rota da soja: O caso da Terra Indígena Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno <i>Aline Rafaella Sena Pinto Pedro Sérgio Vieira Martins Marcela Vecchione-Gonçalves</i>	359

Flexibilização na comercialização de agrotóxicos e seus danos socioambientais e à saúde humana na Amazônia **382**
Alana Paula de Araujo Aires | Nirvia Ravena | Edna Maria Ramos de Castro

Gastos públicos ambientais no Brasil: uma análise de estudos empíricos **415**
Ivonês Damasceno Lobo | Nirvia Ravena | Alex Santiago Nina

PARTE 4 ALTERNATIVAS ECONÔMICAS E ÁREAS PROTEGIDAS

Racionalidade econômica e uso da terra na Amazônia brasileira – por um novo arcabouço teórico-metodológico **450**
Larissa Chermont | Juarez Pezzuti

COP 30 e turismo sustentável na Amazônia: princípios, comportamento ecológico e práticas sustentáveis na Ilha do Marajó **473**
Izabel Maria França de Souza Borja | Hisakhana Pahoona Corbin

Reserva de biosfera El Tuparro: hacia un ecoturismo de base comunitaria **501**
Fredy A. Rivera-Angel | Ligia T. Lopes-Simonian | Daisy J. Fernández-Girón

Mulheres e sustentabilidade: o caso das artesãs de São Marcos, Resex Tapajós-Arapiuns, Santarém, Pará **536**
Janise Maria Monteiro Rodrigues Viana | Ligia Terezinha Lopes Simonian | Helena Doris de Almeida Barbosa

Os desafios de conciliar a usabilidade dos espaços públicos com as atividades do turismo: um estudo de caso no município de Bragança – Pará **567**
Suellene de Freitas Pinheiro | Adinaura da Gama Ramos | Daniel do Rosário Miranda | Josiane do Rosário Pereira | Oriana Trindade de Almeida

Mobilidades turísticas na Ilha do Combu – Pará **590**
Thiliane Meguis | Thiago Allis | Mirleide Chaar Bahia

COP 30 e saúde digital no SUS: relações e potencialidades de impactos positivos para populações tradicionais do Estado do Pará **616**
Rosiane Pinheiro Rodrigues | Ligia T. Lopes Simonian | Alder Mourão de Sousa | Thayse Moraes de Moraes | Ana Caroline Brito dos Santos

PARTE 5 PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E OUTRAS POSSIBILIDADES

Estar no mundo e produção de conhecimento na Amazônia **643**
Camilla Souza Barbosa | Edna Maria Ramos de Castro

Educação superior para o desenvolvimento socioambiental na Amazônia **660**
José Nilberlanio Vieira | Marilena Loureiro da Silva

INTRODUÇÃO

Ricardo Theophilo Folhes
Marcela Vecchione Gonçalves
Organizadores

O livro *Para além da COP 30: tópicos sobre desenvolvimento na Amazônia em tempos de emergência climática*, faz parte da Série Desenvolvimento e Sustentabilidade, iniciativa editorial do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (PPGDSTU/NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). A série objetiva visibilizar pesquisas desenvolvidas por docentes, discentes e corpo técnico do PPGDSTU.

Neste volume, a comunidade acadêmica do PPGDSTU foi convidada a submeter artigos em coautoria com pontos de vista, críticas, debates teóricos e casos empíricos sobre as mais diversas implicações da Trigésima Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 30), que ocorrerá em Belém, Pará, em novembro de 2025. As coautorias dos artigos, portanto, envolveram docentes (orientadoras e orientadores), discentes de mestrado e doutorado e corpo técnico do programa.

O PPGDSTU é um dos programas de pós-graduação (PPG) mais antigos da Amazônia brasileira, sendo o primeiro PPG *Strictu Sensu* da região, a partir da criação, em 1973, do Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES). O mestrado foi lançado com o objetivo de promover o debate interdisciplinar sobre o desenvolvimento regional na Amazônia. Buscava-se naquele momento construir

pensamento crítico e alternativas econômicas baseadas no território amazônico para o desenvolvimento da região, a partir da região. O caminho era de confronto intelectual a uma das máximas da Ditadura Civil-Militar (1964–1985): integrar (a Amazônia ao Centro Sul do país) para não entregar.

Quase vinte anos depois, foi criado o Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental, em 1994. Surgido no contexto das Convenções Ambientais do Sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), assinadas durante a Rio Eco-92 no Rio de Janeiro, o doutorado foi lançado com o objetivo de ampliar o processo de formação e profissionalização de pesquisadores e professores da e na Amazônia, não só para pensar criticamente, mas orientar, nuclear e multiplicar em outras pós-graduações possibilidades teóricas e aplicadas de desenvolver regionalmente o ideário do desenvolvimento sustentável, anunciado como compromisso nas Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), na Convenção de Diversidade Biológica (CDB) e na Convenção de Combate à Desertificação, desde 1992. Nesse momento, acompanhando a implementação do Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais (PPG7), a qual teve início em 1995, começa-se de maneira continuada e sistemática o exercício do pensamento crítico sobre o desenvolvimento regional aliado às possibilidades de conservação e preservação ambiental com inclusão social. Desde então, o PPGDSTU vem colaborando com a elaboração de uma visão abrangente e complexa dos processos de planejamento urbano e regional, levando em consideração o Estado e as diversidades sociais e culturais dos povos amazônicos que compõe, ao fim e ao cabo, um ambiente de diversidade e, não, de homogeneidade regional. Olhar para essas diferenças e especificidades e suas várias possibilidades de desdobramento marca o esforço de contínua construção do programa desde então.

Em seguimento aos esforços empregados na década de 1970 para pensar fora do padrão da promoção do desenvolvimento regional autoritário e extemporâneo, ou na década de 1990, de refletir sobre os desafios para promoção do desenvolvimento que levasse ao crescimento econômico, com inclusão social e conservação ambiental – o tripé de origem da UNFCCC, em 1992 – a comunidade acadêmica do PPGDSTU precisava realizar também o esforço de produzir reflexão coletiva, diversificada, interdisciplinar e situada na Amazônia, sobre a Conferência das Partes de número 30 (COP 30), que aqui em Belém se realizará.

Tentando acompanhar o fluxo, porém sem reforçar a euforia da resolução dos problemas globais, em grande medida permeados e, também, acelerados pela crise climática, pois a Conferência das Partes ocorre todo o ano, e não se trata de ineditismo o evento deste ano de 2025, precisávamos, como antes, organizar nosso pensamento. Isso envolvia arregimentar a produção intelectual (críticas e propostas do PPGDSTU sobre desenvolvimento e suas derivações nas sociedades amazônicas) e a contribuição das sociedades amazônicas para o mundo neste evento, desde as pesquisas em curso, em suas mais variadas áreas e sob diversos pontos de partida.

Algumas negociações ambientais e climáticas importantes e fundamentais já ocorreram no Brasil, como a própria Convenção das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio Eco-92, e a Rio +20, em 2012. A última, entre outras questões, inaugurou no vocabulário da ONU e das negociações climáticas os conceitos de capital natural, economia verde e Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (TEEB, na sigla em inglês), bioeconomia, além da financeirização da natureza.

Todos esses temas, aliás, são chave para a negociação do Artigo 06 do Acordo de Paris, sobre os Mecanismos de Desenvolvimento

Sustentável, que incluem os Mercados de Carbono Voluntários e Não-Voluntários. Esta negociação continuará em Belém, junto com a discussão sobre Transição Justa e Financiamento Climático. Todos estes pontos de negociação têm na floresta e, mais amplamente, em áreas tropicais, fontes, recursos e conceitos importantes para o desenho da implementação do Acordo do Clima, com base no princípio das Responsabilidades Comuns, Históricas, porém Diferenciadas, alavanca central dos países do Sul Global para exercer diplomacia climática. Conceito muito caro à diplomacia brasileira que, em 2023, voltou à tentativa de definição do tom das negociações, as quais, em última instância, são sobre a garantia do desenvolvimento global sustentável em contexto de estresse de recursos essenciais à reprodução da vida na Terra.

Desde a COP 27, em Sharm El Sheik, no Egito, quando se apontou a candidatura brasileira, e na COP 28, nos Emirados Árabes, quando a realização da COP 30 em Belém foi confirmada pelo então presidente do Brasil recém-eleito, houve anúncios e negociações voltados à criação de fundos climáticos internacionais e nacionais, com as florestas e os riscos à sua preservação no centro. Esses anúncios tangenciaram a discussão para a aprovação e a regulamentação de mercados de créditos de carbono e de biodiversidade, investimentos para a transição da matriz energética, com o Plano de Transformação Ecológica e o Nova Industrialização do Brasil, além de outros planos nacionais e supranacionais que refletiram os múltiplos sentidos advindos de múltiplos interesses relacionados às *bioeconomias*. A isso, somaram-se debates sobre impactos e oportunidades que a realização da COP 30 poderia gerar na Região Metropolitana de Belém (RMB), como gerou em todas as cidades do Sul Global onde foi realizada uma COP, especialmente em relação a investimentos necessários para

tornar a cidade apta a receber um evento de tamanha magnitude, com questionamentos sobre os reais “legados” destes investimentos.

Diante das dúvidas e debates sobre os vieses e interesses das agendas de transição energética, bioeconomia, mudanças climáticas e de regulamentação de mercados de carbono e biodiversidade, muitas críticas provenientes de distintas tradições disciplinares e interdisciplinares e, sobretudo, de movimentos sociais das florestas, dos campos e da cidade, vêm destacando a inadequação que muitas agendas verdes (catalisadas pela COP) possuem para o real enfrentamento às desigualdades regionais e aos mecanismos que, historicamente, criam e recriam vulnerabilidades socioambientais em áreas urbanas e rurais na Amazônia.

Localmente, as críticas provenientes de movimentos sociais urbanos com atuação na RMB, ao passo que chamam atenção para como as agendas de modernização das cidades da região são potenciais geradoras de gentrificação e exclusão, também têm lançado um interessante olhar das periferias sobre a COP, o clima, a biodiversidade e suas implicações para o desenvolvimento regional. Este movimento é particularmente notório entre os movimentos da juventude e das mulheres periféricas.

Olhando para a política doméstica e local, não podemos deixar de frisar que uma COP na Amazônia é organizada enquanto se planeja a exploração de petróleo na foz do Amazonas. Essa contradição chama atenção para a persistência de vários equívocos e desafios colocados à Amazônia, especificamente, e à Amazônia brasileira em relação ao mundo. Como signatário do Acordo de Paris, o Brasil tem compromissos para reduzir emissões de gases de efeito estufa e promover a transição energética justa. A exploração de petróleo, um combustível fóssil, confronta esses compromissos expressos e submetidos na forma das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), pois contribui

para o aumento das emissões e agrava as injustiças climáticas. Soma-se a isso o fato de que Amazônia é essencial para o bom funcionamento do regime climático global.

A questão óbvia é que a exploração de petróleo na região pode levar a efeitos ambientais e sociais adversos significativos, gerando desmatamento, poluição e degradação de ecossistemas, o que entra em conflito com os esforços de conservação da biodiversidade e de proteção da sociobiodiversidade. Como ocorreu em outros países amazônicos como a Colômbia, o Equador e o Peru, a exploração de petróleo e gás afeta povos indígenas e comunidades locais, sem distribuir riqueza e gerar renda, contradizendo os discursos de crescimento econômico com conservação, inclusão e justiça social. Finalmente, investir em infraestrutura de petróleo pode desviar o foco de investimentos em alternativas energéticas sustentáveis e em circuitos curtos e soberanos de distribuição dessa energia, como destacam o Movimento por Soberania Popular na Mineração (MAM) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). No entanto, o Governo Federal vem insistindo, incentivando e articulando politicamente para que a liberação da licença ambiental para a prospecção e exploração ocorra.

Neste espaço para anúncio de nossas reflexões, não tínhamos como deixar de mencionar uma das mobilizações sociais mais importantes da história política recente do Brasil, a ocupação da Secretaria de Educação do Pará (SEDUC), entre 14 de janeiro e 14 de fevereiro de 2025, que reordenou o debate sobre a COP e a sua relação com a política nacional e subnacional, além de, especialmente, ter re-situado e centralizado a Amazônia e seus povos no debate climático. Os povos indígenas que puxaram a mobilização, a qual se juntaram quilombolas e professores da rede pública de Belém, fizeram isso e constituíram sua própria visibilidade e voz no processo, reivindicando uma educação de qualidade,

um direito que é quase tão básico quanto a demarcação dos territórios coletivos para a permanência dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e camponeses em seus espaços de vida e conservação.

A luta pela revogação da Lei 10820/2024 instituída pelo governador do estado do Pará se utilizou do momento da COP para fazer história e ter sucesso, demonstrando que territórios também são fonte e espaços de construção de política global, não só para fornecer créditos de carbono sem Consulta, Livre, Prévia e Informada, mas para proteger direitos e forjar resistência ao sistema que causa a crise climática. A expressão “Não vai ter COP”, utilizada pelos indígenas durante as reivindicações, lembrou a globalidade das lutas contra a rodada de negociação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, em 1999, que inaugurou o movimento Occupy (Ocupa), e o movimento contra as remoções geradas pela organização da copa do mundo de futebol no Brasil, em 2014.

De forma arbitrária e sem consulta prévia aos povos e comunidades tradicionais, a Lei 10.820/2024, de orientação neoliberal, encaminhada pelo Governo do Estado do Pará à Assembleia Legislativa, e aprovada em tempo recorde, em 19 de dezembro de 2025, impôs muitos retrocessos à educação pública. Entre outros fatores, a lei precarizava a carreira dos professores da rede de ensino estadual. Sendo aprovada arbitrariamente, sem Consulta, Livre, Prévia e Informada, a lei propunha a modificação do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME), e de sua versão voltada aos povos indígenas – o SOMEI.

Diante da medida autoritária que, além de não realizar debate público, desrespeitou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante o direito dos povos indígenas de serem consultados sobre decisões que impactam suas vidas, incluindo medidas administrativas e legislativas, cerca de 300 indígenas, de 20 povos diferentes, ocuparam a SEDUC, em Belém. Logo em seguida à

ocupação, os povos indígenas receberam o apoio de educadores e outros movimentos sociais, além de instituições de ensino e centros de pesquisa, como foi o caso do NAEA/UFPA, estimulados pelos discentes do PPGDSTU. Após quase um mês de muitas manifestações, atos públicos e tensas negociações, que reverberaram internacionalmente, a lei teve sua revogação publicada no Diário Oficial do Estado do Pará, como queriam os povos indígenas que diziam que só sairiam da SEDUC “quando tivesse publicado”, o que aconteceu em 13 de fevereiro de 2025. Vale o que está escrito, na política dos brancos. Valeu o que foi lutado como defesa universal de todas as formas de viver, durante os 29 dias de ocupação até a revogação ser publicada.

Já na penúltima semana de ocupação, quando o movimento convocou a Assembleia da Resistência, a presença de movimentos sociais, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), de órgãos públicos de proteção de direitos e, especialmente, de representantes do Comitê Internacional de Articulação da Cúpula dos Povos, deixaram evidente que o espaço da SEDUC e, mais que isso, o espaço de e em mobilização chamado e liderado pelos povos indígenas havia se transformado em espaço de luta globalizado. A diplomacia dos povos estava posta ali. E começava desde a luta pela educação como direito de todas as pessoas, sendo um direito fundamental na luta contra os efeitos sistêmicos e concentradores da crise climática, transformada em emergência pelos que colocam o risco, a escassez e a desigualdade como forma de governar, facilitando assim decisões arbitrárias que guardam interesses de muito poucos.

Desde 2019, antes da pandemia, não temos Cúpula dos Povos, evento organizado pela sociedade civil ampliada que não é parte negociadora na Conferência das Partes, mas é parte interessada, ainda que vulnerabilizada, em combater os efeitos degradantes da crise climática. Do ponto de vista territorial, talvez este seja o evento político,

ou o ponto mais importante para pressionar a negociação em 2025, desde a Amazônia e na Amazônia. Ter o reavivamento da Cúpula puxado por um movimento de ocupação de 30 dias, liderado por povos indígenas, que não se sentem representados pelo governo e, muito menos, pelo o que os Governos negociam nas COPs, foi um exemplo de como, sem ser integrados, os povos amazônidas podem centralizar a região, suas vidas e seus territórios no debate climático.

Ao tocar em assuntos diversos que refletem a diversidade da política, da economia, da sociedade, dos ambientes e dos vários desafios perante o clima na Amazônia, este livro busca contribuir com o agenciamento desta diversidade para pensar sobre os problemas amazônicos durante e para além da COP 30.

Para tanto, o livro está dividido em cinco partes. A **Parte 1** organiza dois capítulos de carácter conceitual e introdutório sobre a crise e diplomacia climática e sobre como as intenções e resultados das COPs podem, devem e/ou são articulados às agendas políticas nacionais e subnacionais em contexto de disputa de poder e de acumulação histórica e espacial, seja de relações, seja de conflitos entre Estado, Sociedade Civil e Atores Corporativos. A **Parte 2** congrega cinco capítulos que analisam criticamente os impactos e objetivos das obras de infraestrutura que integram as intervenções urbanas previstas para a RMB receber a COP, as representações sociais sobre os objetivos da COP e os investimentos realizados em Belém. A **Parte 3** articula sete capítulos que analisam as contradições e violações socioambientais que continuam a ser a regra antes, durante e depois da implantação de grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia, e, adicionalmente, introduz o tema das contradições que cercam os gastos públicos ambientais. Em seguida, a **Parte 4** organiza um conjunto de nove capítulos que exploram alternativas produtivas sustentáveis e inclusivas, mas que continuam sendo invisibilizadas e pouco apoiadas por políticas

públicas. Finalmente, a **Parte 5** apresenta dois capítulos que exploram o tema da produção de conhecimentos realizada na e sobre a Amazônia.

Iniciando a **Parte 1**, o capítulo **Eventos Ambientais e Ação Coletiva: perspectivas para os debates da COP 30**, de Juliana Azevedo Hamoy, Flavio Henrique Souza Lobato e Mirleide Chaar Bahia, debate as expectativas para a COP 30. A partir da restituição de como eventos anteriores, tais como a Rio 92, Rio+20 e outras COPs foram pouco efetivos para contornar a crise climática mundial, o texto mobiliza conceitos teóricos sobre ação coletiva, participação social e gestão de recursos comuns, todos esses fundamentais, importante salientar, para conformar o que é a própria estrutura da negociação climática, desde o Relatório Brundtland, de 1987, que foi base das convenções ambientais do sistema ONU.

A partir do capítulo podemos inferir e refletir que os encontros da Conferência das Partes não são eventos isolados, mas compõem um processo continuado onde ações entre vários sujeitos envolvidos e participantes refletem e se direcionam no evento remetendo a outros eventos e um processo de articulação mais ampla, que remete a repertórios construídos para a COP, embora não necessária e exclusivamente por causa da COP. Os autores ressaltam que, para combater as mudanças climáticas, as vozes e projetos políticos de povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais devem ser legitimados, admitindo, porém, que estes dependem da cooperação internacional para reverberar suas agendas e alcançar resultados efetivos.

Um ponto interessante que o capítulo nos suscita é que neste movimento de tornar visível quais são os objetivos de gerenciar e lidar com a distribuição desigual dos recursos comuns são criados repertórios coletivos de posicionamento não só para a mobilização política internacional, mas para a mobilização dos próprios grupos internamente, em seus fazeres, mas também em suas estratégias de

embate e de construção de agenda em nível doméstico, o que chamamos na política internacional de efeito boomerangue.

Na sequência das relacionais entre o campo internacional e o doméstico e suas mobilizações entre outras arenas culturais, políticas e econômicas e de manejo de poder simbólico e de fato, Pedro Neves de Castro, Fábio Fonseca de Castro e Danilo Araújo Fernandes encerram a **Parte 1**, com o capítulo *Pensando a COP 30 a partir de suas seletividades estratégicas*. Neste capítulo, os autores analisam as relações políticas e institucionais em torno da COP 30 à luz da abordagem do “Enfoque Estratégico Relacional”, de Bob Jessop. Os autores articulam como a partir disso é possível compreender as “seletividades estratégicas” presentes nos interesses dos diversos agentes de desenvolvimento, dos governos e do Estado, para então proporem um modelo analítico que examina como as estratégias de diferentes atores influenciam a política ambiental na Amazônia, considerando a interação entre estrutura e agência.

Ao manejar estes conceitos e estimulando nossa imaginação política para a conjuntura atual, podemos mais uma vez refletir sobre a estrutura de negociações das COPs, não só em sua trigésima edição, mas em todas elas, de produzir ordens específicas, ou culturas políticas que se conectam a uma economia política do poder, do conhecimento e do domínio de campos específicos, neste caso, o climático.

Assim, ao usarem Jessop e os aspectos relacionais do poder, manejados pelo Estado, embora constituídos e confrontados a todo momento por nexos deste mesmo Estado com o poder privado em nível nacional e internacional, podemos entender como no contexto da COP 30, selecionar assuntos e conformar agendas (agenda setting) produz contextos de visibilização importantes para o ganho de posicionalidade no nexo apontado acima, a partir das relações permeadas pela emergência climática e pelas negociações para conter seus efeitos.

Essa emergência tem produzido ordens e hierarquizações no âmbito das quais o ambiental e o social tem cada vez mais se climatizado, haja vista que a emergência climática tem sido uma das, senão a maior, veias de circulação e de acumulação na atribuição em produzir regimentos sociais ultimamente. A cultura da privatização e da sobreposição dos interesses privados sobre os públicos tem sido um resultado das ‘seletividades estratégicas’ para manter posicionalidades e potencialidades na competição e confronto político da crise ambiental, climática e social, principalmente quando o clima se torna forma de ordenamento social e de organização das relações de poder na atualidade e meio pelo qual recursos naturais são regulados, produzidos e acumulados.

Conectando essa reflexão suscitada pelo Capítulo 02 àquela levantada pelos repertórios de ação coletiva e de pensar a COP 30 não como evento, mas como processo, passamos à **Parte 2**, que coloca mais em tela as consequências e perspectivas espaço temporais e territoriais da COP 30. No capítulo **Grandes Objetos Versus Objetos de Grandeza Cidadã: dilemas e desafios da preparação da COP 30 em Belém-Pará**, Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior e Helbert Michel Pampolha de Oliveira analisam a preparação de Belém para sediar a COP 30, questionando os legados de megaeventos e como a urbanização corporativa e a lógica de planejamento estratégico priorizam grandes obras de infraestrutura (“grandes objetos”) em detrimento de investimentos que promovam a cidadania e a justiça social. Ao se desdobrar desta forma, eventos como a COP 30 negligenciam as demandas locais.

O capítulo seguinte, *COP da Amazônia ou COP na Amazônia? Belém do Pará, dos espaços urbanos em construção às construções espaciais enunciativas*, também de autoria de Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, agora com a coautoria de Adailson Soares Dantas, dá um

passo adiante para analisar os conteúdos e estratégias enunciativas que sustentam, no campo simbólico, a implantação dos projetos de intervenção urbana em Belém (infraestrutura, turismo e requalificação de espaços públicos), tidos como indispensáveis para a cidade sediar a COP 30.

O capítulo *Interseccionalidade de Gênero e Raça no Acesso ao Saneamento Básico: um panorama de Belém-PA às vésperas da COP 30*, de autoria de Thayanna Paula Neves Barros e Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior analisa como gênero e raça influenciam no acesso ao saneamento básico em Belém. Os autores destacam as desigualdades enfrentadas por mulheres negras e periféricas, que são as que mais sofrem impactos decorrentes das mudanças climáticas, problemas desprezados nos preparativos da cidade para receber as negociações. Thayanna e Saint-Clair concluem pela necessidade de medidas inclusivas e robustas para garantir o acesso universal ao saneamento básico.

Mantendo o foco nos impactos sociais dos investimentos em obras de intervenção urbana realizadas no âmbito dos preparativos da COP em Belém, mas direcionando o olhar para as representações sociais dos feirantes e comerciantes do mercado Ver-O-Peso sobre a COP 30, o capítulo *Representações sociais da COP 30 no mercado do Ver-O-Peso*, de Fábio Fonseca de Castro, Caroline Cardoso e Lucas Felipe Sardinha, destaca a falta de conhecimento sobre os objetivos do evento entre os entrevistados, que muitas vezes imaginam ser a COP um evento esportivo, havendo entre eles desconfiança em relação às reais intenções das ações governamentais e a qualidade e perenidade das reformas. Concluem que apesar de expectativas positivas relacionadas aos impactos econômicos e turísticos do evento, as questões ambientais e climáticas não foram incorporadas nas representações sociais sobre a COP 30.

Encerrando a **Parte 2**, o capítulo *Religião e Desenvolvimento Sustentável: O Debate e a Organização de Comunidades de Fé para a COP 30 em Belém-PA*, de Paulo Afonso Dias de Lima e Mirleide Chaar Bahia, destaca um tema menos debatido, mas, de grande relevância: a relação entre espiritualidades e práticas sustentáveis. Com este foco, os autores analisam as formas pelas quais comunidades de fé progressistas mobilizam o engajamento ambiental e se preparam para a COP 30.

A **Parte 3** inicia com o capítulo **Entre Contradições e Governança: Grandes Projetos na Amazônia e Políticas Climáticas**, de Igor de Lima Basílio da Silva e Armin Mathis, analisa as contradições entre os compromissos climáticos do Brasil e a implementação de grandes projetos de infraestrutura viária na Amazônia. Tomando como exemplos o asfaltamento da rodovia BR-319 e a construção da ferrovia Ferrogrão, que podem aumentar o desmatamento e as emissões de CO₂, e a Região Metropolitana de Belém, onde a expansão de obras viárias ocorre com base em projetos de mobilidade que priorizam o transporte rodoviário, sem planos claros de mitigação ambiental, os autores destacam a falta de integração entre políticas climáticas e projetos de desenvolvimento, além da governança fragmentada, questionando a coerência do discurso ambiental do país, especialmente diante da organização da COP 30.

Por sua vez, o capítulo *A Era do Capitaloceno: Revisão Crítica e Análise do Caso da Industrialização de Barcarena-PA* de Danilo Ferreira Sodré e Luis Eduardo Aragón Vaca, propõe uma reflexão sobre a necessidade de um desenvolvimento sustentável que equilibre crescimento econômico, preservação ambiental e justiça social. Apoiando-se no conceito de Capitaloceno, que anuncia que as mudanças climáticas são resultado de uma forma social e econômica específica de constituir a natureza para que a mesma seja apropriada, os autores analisam os impactos da mineração em Barcarena-PA, como resultado deste processo de apropriação.

Na sequência, o capítulo *Entre Diásporas e Cercamento do Território: Estratégias de uso do território e da biodiversidade entre os Arara (Karib)*, de Diego Fernando Builes Puertas e Ricardo Theophilo Folhes, analisa o longo processo de invasão e cercamento do território Arara (Karib) da Terra Indígena Cachoeira Seca, Pará, Amazônia. Os autores destacam os impactos da colonização e dos grandes projetos de desenvolvimento econômico que incidiram sobre a região a partir de 1970, como a construção da rodovia Transamazônica e, quase quatro décadas depois, a usina hidrelétrica de Belo Monte. O texto ressalta a importância do conhecimento tradicional indígena para a conservação da biodiversidade e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Os três capítulos seguintes mostram que a salvaguarda de direitos socioambientais está longe de ser respeitada quando se fala da implantação de grandes projetos e da expansão do agronegócio na Amazônia. O capítulo *Rota da Soja, Trilhos de Violações: Ferrogrão e a farsa da bioeconomia*, redigido por Raiana Siqueira Mendes e Edna Maria Ramos de Castro, discute os impactos socioambientais da Ferrogrão, uma ferrovia de 933 km (entre Sinop–MT e Itaituba–PA) planejada para exportar grãos (soja e milho). Denuncia violações de direitos indígenas e comunidades tradicionais, como, por exemplo, a falta de consulta prévia, livre e informada e a escalada de desmatamento e emissão de gases de efeito estufa em que sua implantação resultará.

No capítulo *Falsas Soluções Climáticas e Injustiças Socioambientais na rota da Soja: O caso da Terra Indígena Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno* de autoria de Aline Rafaella Sena Pinto, Pedro Sérgio Vieira Martins e Marcela Vecchione-Gonçalves, os autores, a partir do caso da Terra Indígena Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno (Santarém–PA), analisam as falsas soluções climáticas promovidas por comercializadoras de grãos, que alegam a baixa emissão de carbono por estratégias de rastreabilidade. Entretanto, a própria

expansão do complexo logístico da soja com a consolidação de rotas de escoamento aumenta a demanda por soja, incentivando violações de direitos ambientais e territoriais nas áreas de fornecimento das comercializadoras. Apesar das promessas de reduzir emissões de carbono por entre a cadeia de valor, a produção e a comercialização de soja persistem em efeitos socioambientais adversos. Com isso, o caminho para a legalidade ambiental e aquiescência climática, faz-se provocando injustiça socioambiental e cercando territórios, bem como o livre uso dos bens comuns, o que causa concentração de terras e bloqueio de processos administrativos para o reconhecimento da ocupação tradicional, como no caso dos povos indígenas no Planalto Santareno.

Explorando uma outra face da intensificação e expansão espacial do agronegócio na Amazônia, qual seja, o uso indiscriminado de agrotóxicos (cujo produção é altamente dependente de energia fóssil), o capítulo de Alana Paula de Araújo Aires, Nirvia Ravena e Edna Maria Ramos de Castro, intitulado *Flexibilização no Sistema Regulatório de Agrotóxicos e suas Implicações Socioambientais e à Saúde Humana na Amazônia*, analisa a flexibilização do sistema regulatório de agrotóxicos no Brasil, destacando os riscos socioambientais e à saúde humana, especialmente na Amazônia. A legislação atual permite o uso de pesticidas proibidos em outros países, aumentando a contaminação ambiental e os danos à saúde. Os autores criticam a falta de transparência e a influência do agronegócio nas políticas públicas, sugerindo mudanças para proteger a saúde e o meio ambiente.

Fechando a **Parte 3**, o capítulo *Gastos Públicos Ambientais no Brasil: Uma Análise de Estudos Empíricos*, de Ivonês Damasceno Lobo, Nirvia Ravena, Alex Santiago Nina, analisa os gastos públicos ambientais no Brasil, destacando a distribuição desigual entre regiões. Os autores mostram que apesar dos avanços na legislação ambiental, os gastos são insuficientes e pouco transparentes, especialmente nos

municípios, e que há desafios para a garantia de eficiência e continuidade dos investimentos públicos, principalmente em áreas críticas como a Amazônia.

A **Parte 4** inicia com o capítulo *Racionalidade Econômica e Uso da Terra na Amazônia Brasileira: Por um novo arcabouço teórico-metodológico*, de Larissa Chermont e Juarez Pezzuti. O capítulo propõe um novo arcabouço teórico-metodológico para analisar o comportamento econômico dos camponeses na Amazônia brasileira, criticando a abordagem neoclássica por sua visão limitada da racionalidade econômica. Os autores utilizam o modelo de eficiência reprodutiva, de Francisco de Assis Costa, e a Teoria do Campo, de Pierre Bourdieu, para entender a lógica reprodutiva das unidades produtivas camponesas.

Desviando o olhar da agricultura para o turismo, o capítulo *COP 30 e Turismo Sustentável na Amazônia: princípios, comportamento ecológico e práticas sustentáveis na Ilha do Marajó*, de Izabel Maria França de Souza Borja e Hisakhana Pahoona Corbin, aborda o que, na opinião dos autores, sejam os elementos centrais à configuração de atividades turísticas sustentáveis; para tanto estudam o caso da Ilha do Marajó. Os autores destacam a necessidade de integrar princípios como conservação ambiental, equidade social e inovação tecnológica, além de valorizar o comportamento ecológico dos turistas e a participação das comunidades locais para viabilizar práticas sustentáveis, apontando como desafios a gestão de resíduos, infraestrutura inadequada e ausência de monitoramento ambiental.

Os dois capítulos seguintes problematizam o turismo sustentável em áreas protegidas. Nessa linha, o capítulo *Reserva de Biosfera El Tuparro: hacia un ecoturismo de base comunitária*, de Fredy A. Rivera-Angel, Ligia T. Lopes-Simonian e Daisy J. Fernández-Girón, aprofunda o debate de um modelo de turismo feito com inclusão e participação social.

Discutindo a complexidade de conciliar conservação e desenvolvimento socioeconômico nas Reservas de Biosfera (RB), analisam o potencial do ecoturismo de base comunitária (EBC) na Reserva de Biosfera El Tuparro, na Colômbia. Concluem que o EBC pode ser uma alternativa ao desenvolvimento predador que avança sobre os ecossistemas da RB El Tuparro. Enquanto em *Mulheres e Sustentabilidade: o caso das artesãs de São Marcos, Resex Tapajós-Arapiuns, Santarém, Pará*, de Janise Maria Monteiro Rodrigues Viana, Lígia Terezinha Lopes Simonian e Helena Doris de Almeida Barbosa, analisa-se a atuação das mulheres artesãs da comunidade São Marcos, na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Santarém (PA), destacando como a promoção de práticas sustentáveis por meio do artesanato gera renda e fortalece a identidade cultural, conciliando conservação ambiental e desenvolvimento comunitário. As autoras procuram demonstrar a compreensão feminina acerca da sustentabilidade em contextos de áreas protegidas onde elas desenvolvem suas atividades socioeconômicas, políticas e culturais.

Também adotando um olhar crítico sobre as práticas turísticas convencionais, o capítulo *Os Desafios de Conciliar a Usabilidade dos Espaços Públicos com as Atividades do Turismo: um estudo de caso no município de Bragança, Pará*, de autoria de Suellene de Freitas Pinheiro, Adinaura da Gama Ramos, Daniel do Rosário Miranda, Josiane do Rosário Pereira e Oriana Trindade de Almeida, analisa os conflitos de usabilidade dos espaços públicos do município paraense de Bragança, Pará, devido à expansão do turismo e privatização de espaços públicos, que excluem a população local. Os autores evidenciam a necessidade de políticas públicas inclusivas e sustentáveis que equilibrem o desenvolvimento turístico com a justiça social.

Na sequência, ainda focando no turismo sustentável, mas agora adotando um olhar de orientação etnográfica, o capítulo *Mobilidades Turísticas nas Ilhas do Combu*, de autoria de Thiliane Regina Barbosa,

Thiago Allise e Mirleide Char Bahia, analisam as mobilidades turísticas na Ilha do Combu (PA), destacando a interação entre o modo de vida ribeirinho e práticas urbanas, mediadas pelo rio e floresta. Conclui-se que as mobilidades e os não movimentos ultrapassam deslocamentos físicos, envolvendo trocas simbólicas, como parte constitutiva da dinâmica socioambiental amazônica.

A **Parte 4** termina com o capítulo *COP 30 e Saúde Digital no SUS: Relações e potencialidades de impactos positivos para populações tradicionais do Estado do Pará*, de Rosiane Pinheiro Rodrigues, Ligia T. Lopes Simonian, Alder Mourão de Sousa, Thayse Moraes de Moraes e Ana Caroline Brito dos Santos, discute a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES) e a saúde digital no SUS, com foco nas populações indígenas e povos e comunidades tradicionais do Pará. A saúde digital é vista pelos autores, como uma solução adicional para superar os desafios de acesso e acessibilidade em regiões remotas.

A **Parte 5** reúne dois capítulos que problematizam a produção de conhecimento na Amazônia, e a atuação do PPGDSTU/NAEA nesse contexto. O capítulo *Estar no Mundo e Produção de Conhecimento na Amazônia*, de Camilla Souza Barbosa e Edna Ramos de Castro, chama atenção para como a Amazônia é frequentemente vista de forma reducionista, levando a pluralidade e a diversidade social, que a caracterizam, a ser constantemente ignoradas. O texto enfatiza a necessidade de desconstruir estruturas de poder colonial e valorizar saberes locais, buscando uma inversão do olhar que permita a emancipação das sociedades regionais.

Por fim, do livro e desta seção, o capítulo *Educação Superior para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Brasileira*, de José Nilberlanio Vieira e Marilena Loureiro da Silva, discute a trajetória e o papel da pós-graduação *stricto sensu* oferecida pela Universidade Federal do Pará (UFPA), em especial pelo Programa de Pós-Graduação

em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA), no desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira. Os autores destacam a importância da interdisciplinaridade e da formação de profissionais qualificados para enfrentar os desafios socioambientais da região e a redução das desigualdades regionais.

Somos gratos ao PPGDSTU/NAEA pelo apoio e ao Programa de Excelência da CAPES pelos recursos que possibilitaram a organização desse livro. Agradecemos também aos autores, pareceristas, diagramadores e revisores que contribuíram com a coletânea num trabalho coletivo de muitas mãos.



PARTE 1

COP 30 E A CONSTRUÇÃO DE REPERTÓRIOS COLETIVOS: AÇÃO CLIMÁTICA, PODER E SELETIVIDADES ESTRATÉGICAS



Eventos ambientais e ação coletiva: perspectivas para os debates da COP 30

INTRODUÇÃO

A realização de eventos voltados para a questão ambiental tende a envolver o interesse da sociedade em todos os níveis de gestão, estimulando um debate global na busca de alternativas. A preocupação com o modelo atual de desenvolvimento e os impactos ambientais têm sido, no decorrer das últimas décadas, tema de debates internacionais envolvendo grandes instituições, pesquisadores, gestores públicos, privados e a sociedade civil organizada.

Esses encontros fornecem plataformas importantes para a troca de ideias, o compartilhamento de melhores práticas e o estabelecimento de metas gerais para a conservação

Juliana Azevedo Hamoy

Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará.

E-mail: julianahamoy@gmail.com

Flavio Henrique Souza Lobato

Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/ Universidade Federal do Pará.

E-mail: flaviohslobato@gmail.com

Mirleide Chaar Bahia

Doutora em Desenvolvimento Socioambiental – Docente no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/ Universidade Federal do Pará.

E-mail: mirleidebahia@gmail.com

do meio ambiente. No entanto, é fundamental que esses eventos não apenas abordem a questão ambiental de forma ampla, mas também reconheçam e integrem a diversidade de sociedades e modos de vida ao redor do mundo, uma vez que nem todos são afetados da mesma forma e intensidade pelas mudanças climáticas, por exemplo.

Nesse sentido, é basilar entender que a mudança ambiental proposta somente terá êxito efetivamente quando alcançar cidadãos de diferentes origens e contextos. Isso implica reconhecer que as soluções não podem ser propostas de maneira generalista e uniforme, pois as realidades sociais, econômicas e culturais variam significativamente de um lugar para outro. Portanto, qualquer abordagem para enfrentar os desafios ambientais deve ser sensível às especificidades locais e levar em consideração as necessidades e as preocupações das comunidades afetadas.

A questão ambiental é, indiscutivelmente, um problema que afeta a todos, independentemente de fronteiras geográficas, *status* socioeconômico ou afiliações políticas. Portanto, a solução requer um esforço conjunto e colaborativo de todos os setores da sociedade, desde governos e empresas até organizações da sociedade civil e cidadãos comuns. Esse esforço conjunto pode estar associado aos princípios da ação coletiva.

Para Dardot e Laval (2017), a ação coletiva é quando um grupo de pessoas se une para alcançar um objetivo comum ou resolver um problema que afeta o grupo como um todo. Pode ocorrer em diversos contextos, como social, político, econômico ou ambiental, e pode envolver várias formas, como protestos, cooperativas e iniciativas comunitárias. Essa cooperação é necessária para lidar com desafios complexos que exigem esforços conjuntos e coordenados.

Em 2025, Belém do Pará, na Amazônia, Norte do Brasil, será a sede da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025, doravante COP 30, se mostrando um debate com desafios globais. Nesse sentido, esse estudo busca refletir sob as expectativas para a COP 30 a partir das perspectivas da ação coletiva. Acredita-se que a abordagem para resolver os desafios ambientais deve ser holística e inclusiva, reconhecendo a interconexão entre os sistemas naturais e humanos. Somente a partir da cooperação e da solidariedade entre as diferentes partes interessadas podemos alcançar progresso significativo na proteção e na sustentabilidade do nosso planeta.

Metodologicamente, esse estudo, de cunho qualitativo, foi construído com base em referências teóricas sobre ação coletiva (Ostrom, 1998, 2008), participação (Bordenave, 1994) e a questão ambiental (Leff, 2002, 2009). Partindo dessas premissas, o presente estudo teórico-reflexivo, está organizado em três momentos, quais sejam: (1) tem-se inicialmente um apanhado sobre dois eventos internacionais que ocorreram no Brasil em anos anteriores, a ECO92 e a RIO+20, as construções documentais e as reverberações desses debates; (2) posteriormente, são abordadas, com base na Cúpula da Amazônia (evento ocorrido em Belém, em 2023) as expectativas para a COP 30 e (3), por fim, tem-se a ação coletiva como possibilidade e expectativa para o alcance de uma mudança em prol do equilíbrio ambiental, o qual deve perpassar todos os setores da sociedade, especialmente os locais.

ECO92 E RIO+20: REVERBERAÇÕES NACIONAIS

A revolução industrial teve seu início por volta do final do século XVIII, no Reino Unido, com a transição da produção manual para a

mecanizada. Esse período marcou uma mudança significativa na história, com o surgimento de novas tecnologias, sistemas de produção e transformações socioeconômicas que impactaram profundamente a sociedade. Entre os impactos, tem-se o aumento significativo na produção de bens, acarretando uma devastação dos recursos naturais.

Nesse período, o *boom* industrial estava associado ao desenvolvimento, sem maiores preocupações quanto às possíveis consequências. Contudo, nos séculos seguintes, sobretudo em meados do século XX, pesquisadores começaram a apontar efeitos advindos desse modelo e reforçar a finitude dos recursos naturais, em uma tentativa de minimizar os danos que estavam sendo gerados em busca do progresso.

Um dos marcos dessas pesquisas foi o livro “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson (1962), divulgado em 1962, no qual a autora abordava o uso de pesticidas químicos, a responsabilidade da ciência e os limites do progresso tecnológico, iniciando uma mudança na relação entre os seres humanos e o mundo natural e estimulando o acordar para uma consciência ambiental. Carlson (1962) foi uma das primeiras pesquisadoras a publicizar que os efeitos negativos do uso exacerbado dos recursos naturais não ficariam restritos a um território específico, mas geraria impactos em outros países, regiões etc. Outra obra que abordou sobre a finitude dos recursos naturais foi a “Tragédia dos comuns”, de Garrett Hardin (1968), que com um olhar determinista, abordava o uso dos recursos naturais e sua finitude que geraria, inevitavelmente, uma catástrofe no globo terrestre.

Pesquisadores de vários países organizaram eventos para debater essas consequências e as possíveis soluções. O ponto de partida desse tipo de evento se deu com a realização da Conferência de Estocolmo, em 1972, na Suécia, que abre o caminho para diversas conferências

ambientais subsequentes. A realização desse evento teve como base o modelo de pensamento baseado nas obras de Carlson (1962) e Hardin (1968), as quais contribuíram para a reflexão, bem como o relatório denominado “Os limites do crescimento”¹, em 1972.

A Conferência de Estocolmo reverbera suas intenções no documento intitulado *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), também conhecido como relatório *Brundtland*, lançado em 1987. Conforme estabelecido neste documento, se define o conceito de Desenvolvimento Sustentável, o qual implica em atender as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações de utilizar os recursos naturais para satisfazer suas próprias necessidades. A divulgação desse relatório gerou debates significativos nos círculos acadêmicos sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Segundo Castro (2012), na década de 1980, os movimentos ambientalistas internacionais desempenharam um papel crucial na formulação de novos conceitos sobre desenvolvimento e meio ambiente, com a participação e o envolvimento de diversos grupos étnicos e sociais cuja subsistência estava intimamente ligada às florestas ou a outros ecossistemas.

De modo geral, a ONU, em conjunto com seus países membros, organizou diversas conferências que desempenharam um importante papel no avanço das discussões sobre desenvolvimento sustentável e conservação ambiental para as gerações futuras, especialmente acerca

¹ O relatório, que teve ampla divulgação mundial e é referência sobre a temática ambiental, foi elaborado pela Organização não governamental Clube de Roma, e apresentava um estudo realizado sobre a livre utilização dos recursos naturais, onde o uso indiscriminado tendia a uma crise mundial, caso não houvesse mudança imediata no estilo de vida contemporâneo.

das mudanças climáticas e da escassez de recursos naturais. O objetivo dessas conferências envolvia abordar necessidades e características específicas de cada país e seus respectivos governos. Além de Estocolmo, se destacam a ECO92 (Rio de Janeiro/Brasil – 1992), COP1 (Berlim/Alemanha – 1995), COP2 (Genebra/Suíça – 1996), COP3 (Kyoto/Japão – 1997), RIO+10 (Johanesburgo/África do Sul – /Brasil – 2010), RIO+20 (Rio de Janeiro/Brasil – 2012) etc. Considerando o contexto brasileiro, a seguir se destaca uma breve explanação acerca dos eventos internacionais sobre o meio ambiente que aconteceram no País.

A ECO92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi realizada no Rio de Janeiro, em 1992, e contou com a participação de líderes de 108 países, representantes estrangeiros, agências especializadas da Organização das Nações Unidas (ONU), organizações intergovernamentais e uma grande quantidade de Organizações Não Governamentais (ONG).

Durante a ECO92 foram produzidos documentos significativos, incluindo a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de princípios para Florestas, a Convenção sobre Biodiversidade Biológica e a Convenção do Clima. Esses documentos impulsionaram a criação e a aprovação da Agenda 21, um plano de ação composto por 2.500 recomendações distribuídas em 4 seções e 40 capítulos (Piga, Mansano e Mostage, 2018). Esse documento refletiu um esforço por parte das instituições públicas e da sociedade civil para promover o resguardo do meio ambiente. Vale destacar que a Agenda 21 aborda uma ampla gama de questões sociais e políticas, sendo considerada um avanço em relação a documentos anteriores.

A ECO92 contribuiu com a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável como um mecanismo de ação de diversos

sujeitos sociais: Estado, empresas, ONGs, associações civis, academia, abordagens de educação ambiental e outros ambientes até a grande mídia. A noção de desenvolvimento sustentável como ideologia avançou significativamente no Brasil, sendo incorporada a discursos do poder público em municípios e estados da federação (Cordani *et al*, 1997).

Entretanto, uma das críticas principais ao evento foi a ausência de resoluções que tivessem vínculo com as diferentes realidades sociais globais, com força legal, que definissem prazos e objetivos específicos para os estados-membro. Para Piga, Mansano e Mostage (2018), as medidas de ação praticamente não foram implementadas e houve pouco avanço. Acredita-se que a ECO92 não ofereceu uma solução política para os problemas identificados, uma vez que os movimentos ambientais e os cientistas envolvidos não constituíam uma força social e política capaz de enfrentar os interesses que sustentavam uma economia baseada em combustíveis fósseis nos países mais desenvolvidos economicamente.

Sen (2000) vincula o desenvolvimento sustentável à necessária expansão das capacidades humanas. Isso se deve ao fato de que, segundo Sachs (2000), o conceito de “Desenvolvimento Sustentável” evidencia as interconexões entre diversas dimensões da realidade social, indicando a necessidade de uma análise abrangente do tema. O desafio, deste modo, para as iniciativas sustentáveis reside em institucionalizar soluções que sejam adaptadas às especificidades dos problemas locais, ultrapassando a lacuna entre o impacto das atividades humanas no ambiente físico e os objetivos voltados para sua preservação (Schimidt; Guerra, 2010).

Doze anos depois, o Brasil foi sede da RIO+20, que, de acordo com Silva (2021), possuiu uma natureza diferente da ECO92, a qual deixou um legado importante para o mundo, com uma série de documentos considerados fundamentais para promover o desenvolvimento

sustentável: a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, uma declaração de princípios sobre florestas, a Carta da Terra, três Convenções Internacionais – diversidade biológica, mudança do clima e, posteriormente, combate à desertificação e, a citada Agenda 21. No entanto, ainda assim, seus resultados foram considerados modestos na época.

Os objetivos da RIO+20 foram notavelmente distintos, uma vez que não foi concebida como uma conferência legislativa, e, portanto, não estava prevista para a ONU a adoção de convenções internacionais sobre qualquer tema (Silva, 2021). Em vez disso, conforme estabelecido na Resolução 64/236 da Assembleia Geral das Nações Unidas, o objetivo primordial da reunião era renovar o compromisso político dos Estados com o desenvolvimento sustentável. O foco estava em abordar dois temas específicos: (i) economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza e (ii) estrutura institucional para promover o desenvolvimento sustentável (Silva, 2021).

Além disso, as circunstâncias que envolveram a RIO+20 foram muito diferentes daquelas que influenciaram a ECO92. No final da década de 1980, uma série de eventos de proporções globais afetou a dinâmica do sistema internacional. Conforme o mandato da Conferência, definido na Resolução 64/236 da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU, 2012), o objetivo geral da reunião em 2012 era a renovação do compromisso político assumido em 1992, conforme o trecho abaixo:

O objetivo da conferência será obter um renovado compromisso político com o desenvolvimento sustentável, avaliando o progresso até o momento e as lacunas restantes na implementação dos resultados das principais cúpulas sobre desenvolvimento sustentável e abordando novos desafios emergentes. O foco da

conferência incluirá os seguintes temas a serem discutidos e aprimorados durante o processo preparatório: uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2012, p. 5).

A RIO+20 representou a segunda grande conferência ambiental da ONU sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, é importante destacar que o contexto político-econômico da ECO92 não era o mesmo da RIO+20. Para Lago (2013), enquanto a ECO92 marcou o ponto de chegada de processos multilaterais mais maduros, em um contexto político que coincidiu com o fim da Guerra Fria e a ascensão do liberalismo econômico global, a RIO+20 aconteceu em meio a um questionamento do multilateralismo, principalmente devido aos efeitos da crise econômica de 2008 nos países considerados desenvolvidos.

A RIO+20 encerrou com um documento intitulado “O futuro que queremos”, resultado de acordo entre 188 estados-membros, no qual é destacado o compromisso com a agenda do desenvolvimento sustentável e a importância da cooperação internacional para a sua efetivação. O documento é organizado em 06 capítulos: i) Nossa Visão Comum; ii) Renovação do Compromisso Político; iii) A Economia Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza; iv) Quadro Institucional para o Desenvolvimento Sustentável; v) Quadro de Ação e Acompanhamento e vi) Meios de Implementação (Lago, 2013).

Lago (2013) aponta que o processo para a assinatura desse documento foi um desafio, pois as reuniões preparatórias não foram suficientes para as tratativas. Somente em janeiro de 2012 foi apresentada uma versão inicial do documento. O autor também destaca que “O futuro que queremos” “constituiu, deste modo, ponto de partida

conceitual e político para o estabelecimento de uma agenda global de desenvolvimento sustentável para o século XXI” (Lago, 2013, p.163). Essa agenda global faz alusão ao compromisso que todos os países assumiram no processo de busca de qualidade de vida da sociedade mundial.

No Brasil, após extensos debates pós-ECO92, o governo brasileiro, a partir da Coordenação da Agenda 21, facilitou a criação de Agendas 21 Locais, apoiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente. Apesar de as discussões renovadas na RIO+20, muitas questões ainda persistem, e muitas iniciativas locais no Brasil não tiveram êxito, evidenciando a necessidade de uma abordagem cooperativa e priorização da sustentabilidade no desenvolvimento.

COP 30: EXPECTATIVAS

Nos últimos anos, o planeta tem dado sinais de desequilíbrio, o qual está associado diretamente à influência do ser humano, conforme afirma Fearnside (2008, p.1): “[...] as mudanças climáticas antropogênicas estão associadas às atividades humanas, com o aumento da poluição e de queimadas, com o desmatamento, a formação de ilhas de calor”.

Tem sido cada vez mais constante o esgotamento de reservas naturais, a degradação do solo, a escassez de alimentos e a exploração da natureza, fatores apontados por Leff (2002) como sendo consequências da acumulação de capital e da maximização do lucro, bem como determinadas formas de consumo. Essa lógica, vigente desde o século XVIII, aponta para um crescimento significativo das atividades industriais e, conseqüentemente, o aumento nos níveis de poluentes na atmosfera, tais como carbono (CO₂), óxidos de nitrogênio (NO_x)

e metano (CH₄), acarretando um aumento na camada de ozônio e a intensificação no efeito estufa (IPCC, 2019).

Em breve, o Brasil será sede de outro evento da ONU: a COP 30, a ser realizada em Belém/PA, em 2025. A COP tem por objetivo, a partir da reunião de lideranças mundiais, buscar soluções para conter o aquecimento global e criar alternativas sustentáveis para a vida na Terra.

A COP 30 é o primeiro evento internacional que debaterá a questão climática na Amazônia. Essa é uma realização significativa para a região, sobretudo pela visibilidade que traz a realidade local. As expectativas para esse evento perpassam vários níveis: o primeiro, de modo mais tangível e perceptível, é a preparação atual da cidade de Belém no que diz respeito à estruturação da cidade. O fluxo de pessoas esperado para esse evento é de aproximadamente 40.000 (quarenta mil) visitantes que participaram das agendas e atividades propostas, de acordo com a FGV (2024). Deste total, cerca de 7 mil pessoas compõem as equipes da ONU e delegações de países-membros.

Outra expectativa é relativa às ações que serão propostas a partir dos debates. Como uma forma de preparação para a realização da COP 30, em agosto de 2023, Belém recebeu os governantes dos países sul-americanos que compartilham a Floresta Amazônica, que além do Brasil, inclui o Peru, a Colômbia, a Venezuela, o Equador, a Bolívia, a Guiana e o Suriname, todos membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Criada em 1995 para fortalecer o Tratado de Cooperação Amazônica de 1978, a OTCA busca coordenar medidas econômicas e sociais na região. Foram convidados ainda três países europeus: a França, por causa das florestas na Guiana Francesa, além de Alemanha e Noruega, na condição de principais doadoras do Fundo Amazônia.

Nesse evento prévio, Belém recebeu mais de vinte mil pessoas e tinha como foco, além do debate ambiental, consolidar a ideia de que agora é a Amazônia quem deve “falar para o mundo”². Na cúpula da Amazônia, os países participantes estabeleceram a Declaração de Belém (Brasil, 2023b), que prevê ações para preservar a floresta, combater a pobreza, promover o desenvolvimento sustentável e fortalecer institucionalmente a OTCA.

Embora o encontro tenha representado um avanço nas discussões ambientais em nível regional, o documento final não incluiu metas conjuntas para redução do desmatamento nem vetou a exploração de petróleo na Amazônia. No entanto, a Cúpula iniciou a articulação do Brasil com outros países detentores de florestas tropicais, como a República Democrática do Congo e a Indonésia, em busca de uma posição comum a ser apresentada em negociações multilaterais ambientais (Fearnside, 2023a).

De acordo com Fearnside (2023a), na Declaração de Belém, o termo “sustentável” é citado 88 vezes nos 113 parágrafos numerados da declaração, nas 43 páginas do documento. Essa quantidade de repetições pode ser um parâmetro de relevância dada à sustentabilidade. Contudo, os países presentes não conseguiram chegar a um consenso em relação à adoção de uma meta para interromper o desmatamento ilegal, tampouco concordaram em limitar o desmatamento legal, e não houve acordo para proibir a extração de petróleo na Amazônia. A mitigação do desmatamento é essencial devido a sua contribuição contínua para o aquecimento global e à significativa reserva de carbono

² A afirmação que a Amazônia deve “falar para o mundo” foi citada pelo presidente Lula ao discursar em Paris, em junho, aproveitando a oportunidade, convidou o público a visitar o Brasil em 2025 para acompanhar a realização da COP 30 (Brasil, 2023b).

armazenada na vegetação e no solo amazônico, cuja liberação em larga escala na atmosfera poderia levar o clima global a ultrapassar um ponto de inflexão crítico (Fearnside, 2023a).

As expectativas, que foram criadas quanto às mudanças para equilíbrio ambiental e, conseqüentemente, climático, são ambiciosas e, de certo modo, contudo, podem não mais alcançar o envolvimento social, visto que se sabe o que deve ser feito, mas conflitos de interesses dificultam a efetivação dessas ações. Para Fearnside (2023a, p. 2),

Embora o dinheiro seja importante, deter o desmatamento requer mais do que dinheiro – também requer coragem política, e a influência de critérios ambientais nas importações pode ajudar a gerar essa coragem. O dinheiro pode pagar pelas tão necessárias operações de comando e controle, e é importante que essa seja a prioridade para o uso do dinheiro e não ações politicamente mais fáceis, mas muito menos econômicas, como plantar árvores para restaurar áreas já desmatadas.

Assim, tem-se que eventos são importantes para os debates, tanto pelas parcerias e possibilidades de financiamento quanto pelo comprometimento de governantes frente a outras nações. Contudo, a vontade e a coragem política para efetivar esse comprometimento são aspectos essenciais para se fazer cumprir políticas eficazes de conservação ambiental, mesmo que isso possa enfrentar resistência de determinados setores da sociedade.

Com base nesses eventos, há uma idealização e uma renovação de esperanças quanto ao futuro. Sem negar a importância desse processo, também se faz fundamental pensar sobre a efetividade desses eventos, sobretudo ao considerar o modelo que é proposto em reuniões de representantes mundiais, os quais comumente não conhecem a realidade múltipla a qual pretendem (e se comprometem) a discutir e a mudar.

Pensar a sustentabilidade envolve uma mudança no modelo atual, porém é uma mudança relativa que serve ao mercado e ao capital. Ao observar que os impactos e desequilíbrios atuais são fruto do modelo de desenvolvimento vigente, apenas uma mudança real no caminho trilhado pela sociedade poderia reverter o quadro de instabilidade ecossistêmica.

O conceito de sustentabilidade se mostra insuficiente em que pese não definir parâmetros a serem alcançados, e ainda que existam protocolos e acordos internacionais que tentem minimizar as desigualdades e suas consequências – dentre as quais as questões climáticas –, os malefícios prejudicam os povos mais vulneráveis.

As iniciativas que propõem mudanças são válidas, contudo, à espelho do que aconteceu na Agenda 21, são anseios ambiciosos que não condizem com o contexto atual. A sociedade, sobretudo após a pandemia da Covid-19, tende à uma individualização, na qual cada vez mais as pessoas não estão dispostas a se envolver em decisões, em participar de processos coletivos e, de fato, se responsabilizar pelo bem comum, o qual seja: o equilíbrio do planeta Terra.

Compreende-se que pensar no planeta – assim como em um documento global – dá uma escala ampla e aparentemente inacessível, sobretudo ao pensar que as mudanças de cada indivíduo são vistas em nível local. Essa responsabilização pelo “seu” espaço é basilar para o sentimento de pertencimento. E isso pode ser conquistado inicialmente com um processo educativo, despertando os indivíduos para serem, de fato, cidadãos. Para além de um processo educativo formal, é importante pensar na valorização da socialização como modo de exercício de coletividade e solidariedade.

Como é possível pensar na consequência global – como as mudanças climáticas – considerando que uma parte significativa da

população não tem acesso a serviços básicos como educação, saúde, coleta de resíduos sólidos, saneamento básico etc.? A sociedade é parte essencial no processo de mudança, contudo muitos indivíduos são marginalizados e ignorados e acabam por criar uma dinâmica de vida que não se adapta a um ideal considerado sustentável. É necessário que esses indivíduos, sobretudo, tenham acesso a serviços que contribuam para uma qualidade de vida e sejam estimulados a um processo participativo e cidadão.

As idealizações quanto ao que deve ser feito para alcançar a redução dos efeitos das mudanças climáticas devem ser projetadas também por esses grupos. Indígenas, ribeirinhos, quilombolas e outros grupos sociais que, por vezes, vivem em uma lógica diferente também podem contribuir para a construção do planeta que eles querem. Um evento na Amazônia não garante que os povos amazônidas sejam representados devidamente, tampouco tem-se a intenção de que esses povos tenham a centralidade exclusiva, considerando as demais multiplicidades de povos tradicionais do planeta.

COP 30 E O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO COLETIVA

A mudança em uma sociedade pode ser conduzida pelo Estado, a qual deve ser direcionada ao alcance do bem comum. O princípio do comum pode ser entendido como um fundamento político que ressalta a importância da dimensão coletiva da sociedade. Isso implica em reconhecer que as relações, lutas e defesas sociais desempenham um papel fundamental na promoção de um autogoverno baseado na cooperação democrática, em que as normas são elaboradas a partir da “ação comum” dos diversos segmentos da sociedade, evitando imposições externas.

É importante notar, no entanto, que muitas vezes as leis e normativas, especialmente aquelas derivadas de estruturas estatais, refletem uma lógica de propriedade privada e capitalista, que pode marginalizar o princípio do comum em prol de interesses particulares. Conforme destacado por Dardot e Laval (2017), é fundamental afastar o pensamento baseado na apropriação individual, como propagado pelo neoliberalismo, e, em vez disso, promover a coobrigação e a coparticipação dos indivíduos na construção de uma coletividade mais justa e sustentável, especialmente em se tratando de bens comuns.

O conceito de bens comuns, conforme descrito por Ostrom (2008) e Dietz *et al.* (2002), abrange recursos como atmosfera, águas subterrâneas e superficiais, florestas e biodiversidade, caracterizados pelo fato de que o uso por um indivíduo afeta a disponibilidade para outros e pode levar à sobre-exploração. Hardin (1968) propôs a hipótese de que, em recursos de livre acesso, os usuários enfrentam inevitavelmente uma tragédia devido ao crescimento populacional e à organização da extração dos recursos.

No entanto, Ostrom (2008) contestou essa visão, argumentando que comunidades podem gerenciar os recursos de forma sustentável sem necessariamente depender do controle estatal, focando na capacidade de autogestão. Apesar das críticas à teoria da tragédia dos comuns, Leff (2009) destaca a crise ambiental global como resultado do abandono de modelos tradicionais de gestão de recursos naturais, provocado pela abundância na primeira fase do capitalismo.

A capacidade de autogestão apontada por Ostrom conduz à reflexão no que concerne à noção de ação coletiva, que pode ser entendida como a capacidade de “[...] indivíduos em situação de interdependência encaram escolhas nas quais a maximização de interesse próprio de curto

prazo produz resultados que deixam todos os participantes pior do que alternativas possíveis” (Ostrom, 1998, p. 1).

A ação coletiva possibilita alterações nas estruturas sociais, permitindo que as classes, ao reconhecerem sua existência, atuem como agentes organizados na sociedade. Esse engajamento pode ocorrer por meio de interações com movimentos sociais, como ONGs e associações locais, ou a partir de instituições tradicionais, como sindicatos trabalhistas.

Para Ostrom (2008), um dos principais desafios reside em compreender por que algumas comunidades conseguem se organizar eficazmente para gerenciar bens de acesso comum, enquanto outras não. A autora identifica que essa capacidade é influenciada por diversos fatores, como a presença de normas (tanto formais quanto informais), a fiscalização, a aplicação de sanções e a avaliação dos custos e benefícios envolvidos.

Esses elementos demandam um forte senso de confiança e coesão comunitária, que implica no compromisso de organização para obter benefícios a longo prazo. Ostrom argumenta que os indivíduos têm a capacidade de se auto-organizar e autogovernar, o que permite tomadas de decisão coletivas e a conservação eficiente de recursos de acesso comum, sem a necessidade de intervenção externa por parte do Estado ou do setor privado.

Contudo, acredita-se também na visão apresentada por Sjah e Baldwin (2014), os quais afirmam que os indivíduos podem obter sucesso na gestão de recursos de acesso comum por meio do estabelecimento de instituições autônomas. No entanto, eles observam que os governos também têm um papel importante a desempenhar no apoio a essas instituições autônomas. Este ponto de vista sugere uma abordagem de

governança que não se limita ao papel do Estado, mas envolve outros atores relevantes na atividade. Mesmo que os usuários tenham um sistema institucional próprio bem estabelecido e se autogerenciem efetivamente, não se pode ignorar o papel contínuo do Estado, que mantém suas responsabilidades conforme definido na Constituição Federal.

Assim, tem-se que a proposta de debater as mudanças climáticas e o desequilíbrio ambiental como um todo está para além da vontade política, social e econômica. No que tange a qualquer mudança em nível global, deve ser considerada a cooperação entre os países a fim de se enfrentar o desafio climático vigente. Porém, as discussões, para além do nível global, devem se pautar em um longo processo de educação e conscientização das pessoas em nível local.

A COP 30 será realizada daqui a aproximadamente um ano, então os documentos e iniciativas que serão propostos ainda não foram elaborados. Contudo, utilizando como referência as propostas da Declaração de Belém, o primeiro ponto que exige atenção para a COP 30 é quanto ao uso do termo “sustentabilidade” e variações que remetem a um conceito de equilíbrio ambiental que seja justo e pensado para as gerações atuais e futuras. A insistência nessa abordagem pode contribuir para uma distorção do objetivo, principalmente por não se poder dimensionar quais serão as necessidades das gerações futuras. É um entendimento que sugere uma relação equilibrada entre produção, meio ambiente e desenvolvimento econômico, baseada na ideia de que o crescimento econômico, aliado ao avanço técnico, pode economizar recursos materiais sem prejudicar a produção e a acumulação capitalista.

Ouro ponto que exige atenção é a dificuldade de aplicar os princípios em práticas regionais e locais para garantir o direito ao

resguardo e à manutenção do equilíbrio ambiental. Uma lacuna significativa na implementação das propostas é a aplicação no nível local, que inclui a necessidade de avaliar os resultados e os impactos desses processos localmente. Esse processo de avaliação deve orientar políticas e ações para aumentar os investimentos nesse aspecto e melhorar questões como o envolvimento dos agentes e a continuidade das ações após mudanças no governo (Malheiros *et al.*, 2008).

Tem-se ainda outro desafio, que talvez seja o maior; que está ligado à criação de um processo participativo em países sem tradição nesse tipo de engajamento, bem como à formulação de políticas públicas. Para Bordenave (1994), a participação não trata apenas de resolver conflitos, mas sim de um processo conflituoso em si. Ela envolve a inclusão de interesses diversos e a constante negociação.

Para Sen (2011), a liberdade de participação amplia o potencial das pessoas, sendo um meio essencial para o desenvolvimento, ligado à emancipação e à conscientização, conforme defendido por Freire (1980). O processo participativo não se limita ao debate, requer também consciência crítica e diálogo, que naturalmente geram conflitos devido às diferentes realidades e interesses. Apesar de as dificuldades, Bordenave (1994) argumenta que a participação continua sendo a melhor forma de gestão em diversas questões. A participação está também relacionada ao exercício da cidadania, envolvendo a participação em processos de proposição, elaboração, implementação e acompanhamento de ações, baseados em diálogo e democracia na gestão.

No Brasil, a participação é uma prática que começou a ser mais valorizada a partir de 1988, com a Constituição Federal. Um dos governos que gerou maior expectativa para a participação popular foi o do presidente Lula, em seu primeiro mandato (2003 – 2006). De fato,

entre 2000 e 2010, houve uma reativação significativa de conselhos em nível federal e a criação de novos conselhos (Pólis; Inesc, 2011). No entanto, essa participação foi criticada por ser vista como uma estratégia de governabilidade, sem se configurar como um elemento essencial nas transformações sociais, políticas, culturais e econômicas (Moroni; Ciconello, 2005).

Em relação às políticas ambientais do governo Lula, Losekann (2009, p. 189) destaca a presença da participação social na constituição dessas políticas, seja por meio de instrumentos institucionais criados para sua participação, seja a partir de redes de relacionamento formadas por ONGs e órgãos ambientais do Estado. O governo incentivou o envolvimento da sociedade civil nos processos decisórios, reconhecendo a importância de uma participação ativa na governança dos problemas socioambientais e na busca por respostas sustentáveis (Jacobi, 2000). Assim, o incentivo à participação e ao envolvimento social nas decisões públicas foi fundamental durante esse período. Esse foi um direcionamento que se manteve mesmo com outros governantes.

Porém, com Jair Bolsonaro na presidência, entre 2019 e 2022, a política ambiental brasileira passou por mudanças significativas, colocando em risco o compromisso com a participação e a conservação da natureza estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Entre os retrocessos que limitam a participação social está o Decreto nº 9.806, de 28 de maio de 2019, que reduziu o número de membros do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), privilegiando o setor privado em detrimento da sociedade civil. Além disso, o Decreto nº 9.759/2019 extinguiu o Comitê do Fundo Amazônia e o Comitê Técnico do Fundo Amazônia, impactando significativamente a conservação da biodiversidade e gerando repercussão internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os eventos ambientais nacionais e internacionais têm um papel fundamental no debate acerca do desequilíbrio ocasionado pelo ser humano e das possibilidades de minimização desses danos. A próxima COP, pela primeira vez realizada na Amazônia, cria expectativas na população, principalmente de uma região, que é historicamente colocada à margem, sob diversos aspectos, ao mesmo tempo em que os seus recursos ambientais são valorizados, com interesses mercadológicos de exploração. Essa contradição que constitui a região amazônica é acompanhada e, cada vez mais, desvelada e questionada pela percepção das populações tradicionais, também com o apoio de instituições de pesquisa e ONGs.

Sabe-se que o próprio contexto histórico da Amazônia brasileira é permeado de ideários baseados em “exótico” e “pitoresco”, perpetuando uma noção hierárquica tanto dentro do País quanto no mundo. Reconhecer a região amazônica e as populações que aqui habitam é o primeiro passo para a validação das multiplicidades existentes.

A ECO92 e a RIO+20 não foram efetivas em suas repercussões pós-eventos. As repercussões foram tímidas e insuficientes, especialmente ao considerar as ambições da ECO92 e da Agenda 21. Ainda que esse estudo tenha se direcionado para os citados eventos acontecidos no Brasil, a COP acontece com certa regularidade, porém, os resultados, ao que se percebe, não são alcançados de modo efetivo e eficaz. O desmatamento continua aumentando e a crise climática cada vez mais se agrava.

É necessário reconhecer a importância desses eventos, ao mesmo tempo que também é fundamental refletir sobre as consequências que

estes acarretam ou não, identificando seus entraves. A reflexão que envolve a COP 30, conforme proposto nesse estudo, deve ser baseada não apenas no âmbito decisório e documental de ações a serem implementadas. O Estado é basilar na condução das mudanças para o bem comum, mas as leis muitas vezes favorecem interesses particulares em detrimento do coletivo. É necessário combater o individualismo do neoliberalismo e promover a cooperação para uma sociedade mais justa e sustentável, especialmente em relação aos bens comuns.

Alguns pontos que são importantes de serem observados quanto às expectativas para a COP 30 perpassam pela necessidade de mensurar as metas a serem alcançadas, bem como o modo como serão alcançadas. No caso do Brasil, a exemplo da COP28, realizada em Dubai em 2023, o presidente Lula afirmou a importância do desmatamento zero até 2030, porém não ficou claro como essa meta seria alcançada, deixando implícito apenas a atuação do Ministério do Meio Ambiente e as ações contra o desmatamento (Fearnside, 2023b).

Outra dificuldade identificada é quanto à aplicação prática dos princípios sustentáveis em nível regional e local. A articulação local entre setores público, privado e sociedade civil é uma das principais dificuldades. Pois isso requer a criação de processos participativos em locais onde essa prática não é tradicional. Esse processo exige a inclusão de uma variedade de interesses e a constante negociação para a formulação de políticas públicas eficazes.

Nessas articulações e envolvimento, vários fatores influenciam a capacidade de ação coletiva, incluindo a presença de normas, fiscalização, aplicação de sanções e avaliação dos custos e benefícios. Esses elementos requerem confiança e coesão comunitária para o compromisso organizacional, visando benefícios a longo prazo. Acredita-se que os eventos que debatem a questão climática devem manter em suas pautas

possibilidades que envolvam a capacidade de ação coletiva, visando mudanças a serem propostas que estejam de acordo com as múltiplas realidades no planeta, bem como que envolvam os diversos grupos sociais do planeta, principalmente aqueles que historicamente têm, em suas práticas cotidianas, saberes, fazeres e formas de organização em simbiose com a natureza. Os povos, as comunidades e as populações tradicionais, ribeirinhas, indígenas, quilombolas da Amazônia, que (sobre)vivem nas/das águas e florestas precisam ser ouvidas e, mais que isso, ter suas falas legitimadas e consideradas nas tomadas de decisão, pois esses povos têm muito a ensinar às sociedades urbanas e globais sobre os eventos climáticos da “mãe terra”.

REFERÊNCIAS

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação?** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Brasil ONU Confirma Belém (PA) como Sede da COP 30, a Conferência para o Clima. Presidência da República. (2023a) Disponível em: <[https://www.gov.br/planalto/pt-br/acomp-anhe-o-planalto/noticias/2023/05/onu-confirma-belem-pa-como-sede-da-cop-30-conferencia-para-o-clima#:~:text=O%20presidente%20da%20República%2C%20Luiz,%2C%20em%20Belém%20](https://www.gov.br/planalto/pt-br/acomp-anhe-o-planalto/noticias/2023/05/onu-confirma-belem-pa-como-sede-da-cop-30-conferencia-para-o-clima#:~:text=O%20presidente%20da%20República%2C%20Luiz,%2C%20em%20Belém%20. Acesso em 08/04/2024)>. Acesso em 08/04/2024.

BRASIL. **Leia a íntegra da Declaração Presidencial da Cúpula da Amazônia.** 08/08/2023. 2023b. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/declaracao-presidencial-por-ocasio-da-cupuladaISSN:amazonia-2013-iv-reuniao-de-presidentes-dos-estados-partes-no-tratado-de-cooperacao-amazonica>>. Acesso: 16 abril. 2024.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

CASTRO, Edna Maria Ramos de *et al.* Desenvolvimento e meio ambiente. **Sociedade, natureza e desenvolvimento: SND**, 2012.

CORDANI, Umberto G.; MARCOVITCH, Jacques; SALATI, Eneas. Avaliação das ações brasileiras após a Rio-92. **Estudos Avançados**, v. 11, p. 399–408, 1997.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017

FEARNSIDE, P. M. As mudanças climáticas globais e a floresta amazônica. Em: BUCKERIDGE, M. S. (Ed.). **Biologia & mudanças climáticas no Brasil**. 1a ed. São Carlos, SP: RiMa, 2008.

FEARNSIDE, Philip Martin. As decepções da Cúpula da Amazônia em Belém. **Amazônia Real**, v. 16, 2023a.

FEARNSIDE, Philip Martin. O que o Brasil deveria ter dito na COP28, mas não disse. **Amazônia Real**, v. 5, 2023b.

INTERGOVERNAMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Climate change and land: An IPCC Special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems – Summary for policymakers**. 2019.

JACOBI, P. Meio Ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. **RAP**, Rio de Janeiro, v 34, n.6 p.131–158. Nov./dez. 2000.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Conferências de desenvolvimento sustentável** / André Aranha Corrêa do Lago. – Brasília: FUNAG, 2013.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 2. ed. ed. São Paulo SP: Cortez, 2002

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LOSEKANN, C. **A presença das organizações ambientalistas da sociedade civil no Governo Lula (2003–2007) e as tensões com os setores econômicos**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

MALHEIROS, T. F.; PHILIPPI JR., A.; COUTINHO, S. M. V. Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, 17 (1), 720, 2008.

MARENGO, J. A. *et al.* **Riscos das Mudanças Climáticas no Brasil**: análise conjunta Brasil-Reino Unido sobre os impactos das mudanças climáticas e do desmatamento na Amazônia. [s.l.] CCST/INPE&Met Office Hadley Centre, 2011.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Resolução 64/236**. Nova Iorque, 2012.

MORONI, J. A., CICONNELO, A. **Participação, avançamos?** Cadernos da ABONG, 2005.

OSTROM, E. A. Behavioural approach to therational-choice theory of collective action. **American Political Science Review**, v. 92, n. 1–22, 1998.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. 21. Nova York: Cambridge University Press, 2008.

PIGA, Talita Ravagnã; MANSANO, Sonia Regina Vargas; MOSTAGE, Nicole Cerci. Ascensão e declínio da agenda 21: uma análise política. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 13, n. 3, p. 74–92, 2018.

PÓLIS/INESC. **Arquitetura da participação no Brasil**: avanços e desafios. Projeto “Governança Democrática no Brasil Contemporâneo: Estado e Sociedade na Construção de Políticas Públicas”. Brasília, DF: Ipea, 2011.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SCHMIDT, L.; GUERRA, J. Da governança global à sustentabilidade local: Portugal e o Brasil em perspectiva comparada. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 41, n. 2, jul/dez, p. 106–124. 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

SILVA, C. H. R. T. Rio+ 20: Avaliação preliminar de resultados e perspectivas da conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável. In: **Brasil. Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/temas-e-agendas-para-o-desenvolvimento-sustentavel/rio-20-avaliacao-preliminar-de-resultados-e-perspectivas-da-conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-desenvolvim>**. 2021.

SJAH, T.; BALDWIN, C. Options for future effective water management in Lombok: A multi-level nested framework. **Journal of Hydrology**, v. 519, p. 2448–2455, 2014.

Pensando a COP 30 a partir de suas seletividades estratégicas

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objetivo discutir um modelo de aplicação da proposição de um “Enfoque Estratégico Relacional” – *“strategic-relational approach”* (Jessop, 1999) –, abordagem desenvolvida por Bob Jessop a partir do pensamento do sociólogo Nicos Poulantzas, sobre questões ambientais e ecológicas, particularmente relacionadas à Amazônia, no contexto de realização da COP 30, em Belém – PA, no ano de 2025.

Buscamos explorar como o enfoque estratégico relacional pode auxiliar a compreender, a) as “seletividades estratégicas” presentes nos jogos de interesse e nas estratégias dos grandes agentes do desenvolvimento,

Pedro Neves de Castro

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Coordenador do Núcleo Setorial de Planejamento Estratégico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém (NUSPE/SEMMA).

Fábio Fonseca de Castro

Professor e pesquisador no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Doutor de Sociologia pela Universidade de Paris V, Sorbonne.

Daniilo Araújo Fernandes

Professor e pesquisador no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE/UFPA).

face à problemática ambiental em geral e das mudanças climáticas, em particular; b) os modos de representação do Estado no contexto da questão ambiental, em geral, e da COP 30, em particular; c) os modos de articulação da arquitetura institucional da sociedade global contemporânea em relação à problemática ambiental e d) o modo de intervenção dos agentes de desenvolvimento sustentável dentro do Estado e fora dele.

A oportunidade de utilizar o pensamento de Jessop, no contexto da COP 30, se deve à nossa compreensão de que uma abordagem estratégico-relacional constitui um instrumental útil para lidar com a complexidade do jogo institucional presente em torno das questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável na contemporaneidade. Com esse horizonte, buscamos compreender melhor, centralmente, a relação entre estrutura e agência na conformação das discussões e na construção das políticas ambientais.

Para construir essa discussão, podemos partir de uma caracterização inicial do pensamento de Jessop, focando na sua concepção de “relacionalidade estratégica”. No que tange à dimensão “relacional” da sua abordagem, podemos considerá-la tributária e, ao menos tempo, atualizadora das reflexões de Poulantzas. Com efeito, foi o sociólogo grego, estabelecido em Paris quem, primeiramente, na tradição do pensamento marxista, definiu uma concepção de Estado baseado na noção de poder relacional. Por tal, entendia o compósito de relações e interesses entre grupos e instrumentos de poder na constituição do Estado – ou melhor, compreendia o Estado como uma “condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classes” (Poulantzas, 2000). Partindo de Poulantzas, Jessop desenvolveu diversas variações conceituais e metodológicas do

modelo, produzindo uma abordagem centrada no que denominou de enfoque estratégico relacional. Essa abordagem se desenvolve buscando estabelecer compreensões amplas das relações entre economia e política e entre estrutura e agência e por meio de quatro conceitos econômicos e políticos estruturantes: “forma-valor”, “forma-Estado”, “estratégia de acumulação” e “projeto hegemônico” (Dias, 2009).

O próprio Jessop explicita as origens do seu pensamento dizendo-se tributário de três pensadores, principalmente: Gramsci, Althusser e Poulantzas. Gramsci por ter-lhe possibilitado compreender o Estado de maneira ampla e integral, bem como o papel “da hegemonia política, moral e intelectual para a estabilidade dos Estados democráticos” (Jessop, 2002, p. 6–7); Althusser por ter-lhe feito entender “a importância de uma rigorosa teorização no movimento do abstracto ao concreto, do simples ao complexo” (Jessop, 2002, p. 6–7) e, por fim, Poulantzas, que se torna um autor fundamental para Jessop ao argumentar que

o Estado é uma relação social exatamente no sentido do capital também ser uma relação social. Esta abordagem exclui qualquer tratamento do Estado tanto como um simples instrumento ou como um sujeito. (Jessop, 1985, p. 336–337)

Segundo Jessop, o Estado pode ser estudado enquanto instituição (como “condensação material”) – e, para fazê-lo, emprega a noção de “seletividade estrutural” –, e enquanto produto da luta e dos conflitos entre classes e frações de classe.

A noção de “estratégia”, em Jessop, resulta de uma variação do mesmo conceito em Poulantzas: onde este a percebia como prática política, na sua dimensão concreta, Jessop, além disso, também a percebe como prática complexa (Dias, 2009). Isso ocorre porque, ao debate sobre a relação concreto/abstrato, desenvolvida por Poulantzas,

Jessop, a partir do pensamento de Althusser, acrescenta a necessidade de, conjuntamente, perceber a relação simples/complexo.

A função do enfoque estratégico é “dissolver as leis abstratas, unitárias e essencializadas dos movimentos e necessidades do capital construídas pela lógica do capital em uma série de lógicas mais concretas e contingentes do capital” (Jessop, 1985, p. 344 *apud* Dias, 2009), cabendo ressaltar que o enfoque estratégico também pode ser utilizado para “superar a tendência da análise teórica das classes em focar nas modalidades concretas das lutas socioeconômicas de maneira a negligenciar a forma em favor do conteúdo” (Jessop, 1985, p. 344 *apud* Dias, 2009).

No que tange à utilização do enfoque estratégico relacional para discutir as questões do desenvolvimento sustentável, parte-se do pressuposto de que uma análise dos conflitos ambientais que utilize como variável explicativa apenas noções estruturais (conteúdo, em nossa percepção), precisa ser sobreposta por uma análise que aborde, também, o papel das instituições e das lutas políticas concretas (forma, igualmente em nossa percepção). Percebe-se, nesse sentido, a possibilidade de conectar as discussões de Jessop ao pensamento de Georg Simmel (1894; 1983), no que se refere aos processos de socialização. Como se sabe, Simmel compreende a sociedade como uma totalidade formada pelo conjunto das interações entre os indivíduos, que ele compreende como socializações. Por meio delas, os indivíduos estabelecem dinâmicas de interação que têm por objetivo concretizar suas necessidades, interesses, objetivos, propósitos e impulsos. Sendo o processo fundamental de constituição da sociedade, a socialização, possui formas específicas, padrões – ou, no pensamento simmeliano, formas sociais – e conteúdos, precisamente as motivações e os objetos das referidas necessidades, interesses, objetivos,

propósitos e impulsos. A dinâmica relacional que chega a Jessop é, precisamente, a abordagem simmeliana, presente nos fundamentos de importante corrente da sociologia.

Justamente por isso, a noção de estratégia, desse autor, já não é, epistemologicamente, um conjunto de conceitos inseridos numa hermenêutica analítica, mas uma abordagem baseada na práxis, na prática da mediação política, econômica, social, cultural, dos indivíduos e instituições em seu campo social. Com essa perspectiva, pretende-se substituir noções abstratas e conceituais por problemáticas concretas e complexas, fazendo a análise transitar da dimensão da forma à dimensão do conteúdo: do concreto ao abstrato e do simples ao complexo.

A partir deste conceito, buscamos abrir uma discussão sobre as estratégias relacionais presentes em torno da realização da COP 30. Iniciamos com uma breve contextualização do evento e de seus propósitos e, nos tópicos seguintes, procuramos aprofundar o debate de Jessop a respeito da “*strategic-relational approach*”, como instrumento de compreensão do Estado como agente nodal do desenvolvimento sustentável e, no tópico que conclui o capítulo, exercitar a construção de um modelo analítico que, com base no enfoque de Jessop, permita refletir criticamente a respeito da COP 30 à luz dessas discussões.

A COP 30 em seu contexto relacional

A Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima foi estabelecida por ocasião da Cúpula da Terra, também conhecida como Rio + 20, ocorrida no Rio de Janeiro no ano de 1992. Seu estabelecimento ocorreu como resposta às problemáticas interpostas pela necessidade de políticas pactuadas, entre as nações, em relação às questões ambientais

e à sustentabilidade da vida humana no planeta. O principal objetivo da Convenção-Quadro é enfrentar o desafio do aquecimento global e das mudanças climáticas dele resultante.

Tal Convenção-Quadro se tornou, após um percurso longo, com muitas rodadas de negociação, um acordo reconhecido e influente, com amplo impacto nas relações internacionais. Em seu contexto são realizadas, anualmente, as Conferências das Partes (COPs), que têm o objetivo de definir, debater e pactuar metas globais de ações práticas direcionadas ao enfrentamento do aquecimento global. Sendo eventos com magnitude global, comprometidos a debater e negociar ações contra as mudanças climáticas, reúnem representantes de governos, ONGs, cientistas, setor privado e sociedade civil de todo o planeta. O foco atual das COPs tem sido a busca por soluções de impulsionamento das práticas de sustentabilidade e o desenvolvimento de compromissos e políticas que visam a reduzir a emissão de gases de efeito estufa.

Há, no entanto, um conjunto de temáticas inter-relacionadas que se fazem presentes nas discussões das COPs. Um primeiro desses debates diz respeito à construção de estratégias específicas de mitigação e adaptação climática, ou seja, um conjunto de discussões a respeito da eficácia das políticas e dos compromissos inter-nações envolvendo soluções de redução de emissões de gases poluentes e de adaptação dos países às mudanças climáticas. Um segundo tema muito presente nas discussões é a questão da justiça climática, efetivamente o conjunto de discussões a respeito das disparidades entre as nações no que tange à emissão de gases de efeito estufa e ao acesso aos instrumentos de controle climático. Nesse grupo temático encontram-se, ainda, discussões sobre as responsabilidades e as vulnerabilidades dos países ricos e pobres, bem como a necessidade de uma partilha de recursos equilibrada.

Um terceiro tema bastante presente é a questão da inovação tecnológica, particularmente no que diz respeito às tecnologias de baixo carbono. As problemáticas do desenvolvimento sustentável encontram-se, aqui, bastante presentes: a pesquisa tecnológica, as energias renováveis, as práticas agrícolas sustentáveis e os processos de captura de carbono – dentre outras questões. Outro tema central tem sido a questão do financiamento climático, referente à transferência de recursos financeiros dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento, para auxiliá-los na transição para práticas mais sustentáveis e na adaptação climática. E, ainda, uma quinta temática se faz muito presente nos debates: o mapeamento, a monitoração e a busca de soluções para as perdas e danos enfrentados no planeta, um debate que toma a forma, com frequência, da construção de propostas de compensação para os países que mais sofrem os impactos climáticos.

Os principais documentos, acordos e tratados que servem de base a esse conjunto de discussões são, além da própria Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), o documento fundador do processo; o Protocolo de Quioto (1997) (Brasil, 2005), primeiro acordo estabelecendo metas específicas de redução de gases de efeito estufa para países desenvolvidos; o Acordo de Paris (2015) (Brasil, 2023), que define metas de limitação da temperatura global; a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC (Brasil, 2009) e, ainda, os Relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC (Brasil, 2024), que fornecem os fundamentos científicos utilizados nos debates havidos nas COPs.

Como se vê a Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima constitui-se como uma dinâmica de negociações – e, portanto, como uma dinâmica de relações. Refletir sobre ela a partir do modelo

do enfoque estratégico-relacional – ou mesmo com apoio do conceito simmeliano de sociação – nos parece bastante pertinente, à medida em que se trata de uma negociação global, com múltiplos atores, e que transcende, necessariamente, a dimensão política dos Estados, posto que não há como deixar de considerar os efeitos do setor produtivo e o papel das articulações entre ONGs, movimentos sociais e nem, por outro lado, o papel dos cientistas, das Academias e das entidades dedicadas à inovação tecnológica.

O contexto de sociações produzidas em torno do debate ambiental e climático é complexo, multidimensional, multifatorial e interdisciplinar. Justamente por isso, em nossa percepção, não há como compreender a realização das COPs, e particularmente da COP 30 – realizada pela primeira vez em território amazônico, aqui considerando a magnitude do papel da Amazônia na questão ambiental-climática, e nos debates realizados em torno dela – senão por meio de uma abordagem que auxilie na compreensão do jogo de relações construídas em torno das estratégias dos diversos atores presentes no cenário.

Discussão sobre o enfoque estratégico-relacional

Embora possa parecer incomum, evocamos Hans-Georg Gadamer para iniciar nossa discussão a respeito do enfoque relacional. Fazê-mo-lo compreendendo, com esse filósofo, que “a hermenêutica é a arte da interpretação que busca captar o ‘horizonte’ de significado no qual um texto ou símbolo está imerso, reconhecendo que o significado é sempre contextual” (Gadamer, 1997).

E onde se fala em relação, em relacionalidade, fala-se, potencialmente, em diálogo. E essa palavra remete, muito precisamente,

à hermenêutica de Gadamer, notadamente quando esse filósofo diz que, “na hermenêutica, o diálogo entre o texto e o leitor é fundamental, e a compreensão é uma fusão de horizontes, onde o leitor traz sua própria perspectiva para a interpretação” (Gadamer, 1997).

Para nós, pensar o Estado requer a compreensão das contradições e dos conflitos que nele se incrustaram historicamente, que participaram de sua consolidação e que se expressam, ao longo do tempo, através de sua arquitetura, de seus acessos e de suas intervenções – e, em paralelo, de sua própria interpretação e necessidade de autorreprodução. Compreendido assim, mais além de sujeito político ou conjunto de instituições, percebemos o Estado enquanto relação social e realidade histórica profundamente complexa, polimorfa, policontextual e, portanto, mutável (Jessop, 2017). E por mutável, depreendemos ser assim a sua ideia – a ideia de Estado –, o seu controle territorial, a sua unidade populacional e a sua autoridade política, no bojo das relações sociais.

Desta forma, aceitamos a assertiva de que o surgimento do Estado se associa a manifestações de organização e funcionamento social, estas relacionadas a determinantes sociais do processo de formação estatal, e que se caracterizam como a difusão de relações de produção e de relações de intercâmbio econômico, como as formas nacionais, como as concepções ideológicas e como a cristalização de classes sociais. Os diferentes *tropoi* desses fenômenos se associam ao surgimento do Estado e, paralelamente, o próprio processo de formação estatal tende a modificar as condições sociais as quais prevaleciam na origem desse processo. Desta forma, compreende-se que a existência do Estado promove a criação social de entidades e sujeitos que se vão diferenciando no medrar desse processo (Oszlack, 1978, p. 115 – 116).

É nesse sentido que compreendemos que, na América Latina, o Estado se expressa nesse intermitente e emaranhado embate entre o colonizador e o nativo; entre etnias; entre a ciência e os saberes locais, e entre as epistemologias; entre o tido por justo e o tido por injusto; entre o visível e o invisível, que caracterizam a *linha abissal* (Santos, 2010) que nos constitui. O Estado expressa, por conseguinte, os conflitos, as disputas, as relações de poder que se institucionalizam nessas terras. O Brasil compreende esse emaranhado de relações construídas na história e que vieram da Europa e institucionalmente foram cultivadas aqui, mas que também encontraram aqui outras dinâmicas e nelas se imiscuíram, adaptaram, mesclaram com outros fatores, culturas e linguagens. Construímos esse sistema econômico com muito do que a escravidão nos deixou – ou quiçá, a adaptamos, a desenvolvemos e desse desenvolvimento pudemos tirar o capitalismo hoje, brasileiro, marcado pelo racismo, pelas diferenças sociais de classes econômicas, pela diferença de condições de acesso à democracia, pelo machismo, mas marcada também pelas resistências que vão-se construindo, pautando, institucionalizando e assim enquadrando, nesse complexo de relações que o Brasil é, a forma de um Estado peculiar.

Buscando ferramentas que nos permitam o estudo do Estado brasileiro e, especificamente, a influência do desenvolvimentismo em sua construção, encontramos na perspectiva do *Enfoque Estratégico Relacional* (Jessop, 2017) a observação da variação das formas, funções e efeitos de Estado entendidos como expressão de um equilíbrio de forças mutável. Essa noção do equilíbrio de forças compele compreender a luta política entretida por atores, imbuídos de interesses distintos, a qual toma forma e se expressa através desde debates que objetivam a consensualização sobre o que é o interesse comum a conflitos

latentes, a guerras civis, genocídios etc. Esse conflito histórico molda as instituições, os discursos, as estratégias continuamente, dá forma ao Estado, à sua estrutura, à sua arquitetura e guia, seletivamente, as suas ações, as suas intervenções, as quais reverberam sempre na sociedade e, consequentemente, nesse equilíbrio de forças.

Essa interação entre a *seletividade estratégica* do sistema estatal e as forças em competição revela o que optamos chamar por *efeito de Estado* (Jessop, 2017). A título de explanação, dada a importância do contexto estratégico da ação e de seu poder transformador na ótica do *enfoque estratégico relacional*, percebemos as diferenças de acesso à estrutura estatal, as limitações, as oportunidades, segundo os agentes e, a ação destes, a partir do Estado inclusive, a variar segundo as capacidades estratégicas envolvidas na estrutura estatal.

No entanto, depreende-se que a composição tendencial dos acessos, oportunidades e limitações estão sujeitos a estratégias específicas de forças precisas que objetivam promover interesses certos dentro de um quadro de relações entre forças distintas, as quais promovem, distintamente, mediante estratégias diferentes, interesses respectivos. É portanto que as estruturas são estrategicamente seletivas, ao contrário de absolutamente restritivas – concedendo ao Estado uma *seletividade estratégica* (Jessop, 2017, p. 100).

De fato, o Estado é nulamente uma superação da sociedade civil, pois mesmo esta sendo historicamente determinada, ela não desaparece no Estado e, por outro lado, todas as suas determinações concretas reaparecem nele (Bobbio, *apud* Iasulaitis, 2016).

Além de relações entre classes determinadas por agentes que carregam consigo interesses compartilhados, trata-se também das contradições internas destas classes e de quem teve o Estado em acesso – das *bases sociais*, como logo veremos.

A *arquitetura estatal* que um projeto de Estado vincula está sujeita à forma de pensar e compreender o mundo, assim bem à forma de interpretar e compreender a sociedade e de delimitar e compreender a nação e, para tanto, à linguagem tida pelos atores desse projeto (Monedero, S.I.). Todos os imaginários e projetos e práticas políticas que adentram no bojo do projeto de Estado – ou seja, que definem e regulam os limites entre Estado e sociedade e proporcionam coesão ao aparato estatal em vistas do cumprimento das tarefas socialmente aceitas – constituem a expressão de uma visão hegemônica e, portanto, privilegiam alguns interesses materiais e ideais em detrimento de outros (Jessop, 2017, pp. 135, 138). Afirma-se assim o Estado composto em disputas de interesses. Porém, a vinculação desses interesses à forma do Estado requer uma *visão hegemônica* a lhe justificar. Somente assim, vinculados à esfera ideológica, interesses de ordem material poderiam pautar a forma e a atuação do Estado em detrimento de outros.

No que tange ao Estado, é possível, portanto, distinguir-lhe os âmbitos subjetivos (de ordem ideológica) dos âmbitos formais (de ordem material). A realidade estando sempre em disputa por atores sociais – ou por *bases sociais* – o embate será feito nos meandros da materialidade, mas também feito nos meandros das ideologias.

Uma curta palavra sobre os quadros seguintes nos explicaria serem os modos de representação, de articulação e de intervenção das dimensões de aspectos formais e institucionais do Estado e, as substanciais, as três restantes, referentes aos aspectos discursivos que dotam o aparato estatal de conteúdo e orientação, que dotam de conteúdo e significado estratégico as características as mais formais (Jessop, 2017, p. 104–105).

É importante frisar que cada dimensão entretém suas próprias seletividades estratégicas. Entretanto, não se limitam ao âmbito nacional.

Ter estas dimensões em mente, no bojo do uso do *enfoque estratégico relacional*, nos ajuda a perceber as formas normais e excepcionais e o caráter híbrido de alguns Estados, além de suas próprias *seletividades estratégicas* (Jessop, 2017, p. 105).

Também, nos serve para desselar a relação entre estas formas e as crises internas do Estado – destas quais podemos citar, em guisa de exemplo mais útil, a crise do parlamentarismo liberal após o auge da política de massas em prol da intervenção econômica estatal (Schmitt, 1988 *apud* Jessop, 2017: p. 105; Scheuermann, 1996 *apud* Jessop, 2017, p. 105).

Sistematizando esse pensamento em um quadro, e procurando evidenciar as dimensões diferentes do Estado, que o enfoque estratégico relacional procura abordar, chegaremos no seguinte:

Quadro 1 - Dimensões de aspectos formais e suas tendências às crises

DIMENSÕES	DEFINIÇÃO	SIGNIFICADO PARA o Enfoque Estratégico Relacional	ASPECTOS DE CRISES
Modos de representação	São às forças sociais acesso ao aparato estatal e a suas capacidades	Acesso desigual ao Estado. Capacidade desigual para resistir à distância do Estado	Crise de representação
Modos de articulação	Arquitetura institucional dos níveis e setores do Estado	Capacidade desigual de dar forma, tomar e implementar decisões	Crise de integração institucional
Modos de intervenção	Modos de intervenção dentro do Estado e fora dele	Diferentes mecanismos de intervenção	Crise de racionalidade

Fonte: Jessop, 2017, p. 104

No mesmo percurso, chegamos, igualmente, a um segundo quadro, referente ao entrelaçamento entre as noções de base social, projeto de Estado e visão hegemônica:

Quadro 2 - Dimensões de aspectos substanciais e suas tendências às crises

DIMENSÕES	DEFINIÇÃO	SIGNIFICADO PARA o Enfoque Estratégico Relacional	ASPECTOS DE CRISE
Base social do Estado	Compromisso social institucionalizado	Distribuição desigual de concessões materiais e simbólicas à “população” com o fim de assegurar o apoio ao Estado, aos projetos estatais, a grupos de políticas específicas e visões hegemônicas	Crise do bloco de poder. Desafeição até aos partidos políticos e ao Estado. Conflitualidade social, guerra civil, revolução.
Projeto de Estado	Assegura a unidade operativa do Estado e a sua capacidade de atuar	Supera a improbabilidade do sistema estatal unificado, orientando às agências e aos agentes estatais	Crise de legitimidade
Visão Hegemônica	Define a natureza e os propósitos do Estado para a sociedade em geral	Outorga legitimidade ao Estado, definido em termos de promoção de bem comum etc.	Crise de hegemonia

Fonte: Jessop, 2017, p. 104

É com base nessas dimensões, as quais não são exaustivas (Jessop, 2017), que pensaremos o Estado brasileiro. Portanto, se provará útil que analisemos detalhadamente cada destas dimensões.

A configuração específica das forças sociais constitui o que entendemos por *base social*. Para tanto, se lhes é necessário o reconhecimento enquanto sujeitos e a organização enquanto agentes políticos, os quais apoiam a estrutura, o modo de funcionamento e os objetivos do sistema estatal (Jessop, 2017, p. 119).

Entretanto, as *bases sociais* se configuram em uma diversidade não estável de equilíbrios de compromissos, os quais se refratam no sistema estatal

Este equilíbrio reflete (y se constituye a través de) los proyectos y las solicitudes presentados por diferentes fuerzas sociales que están representadas tanto dentro como fuera del sistema estatal, las cuales buscan aumentar dicha representación o impugnar sus formas, funciones y actividades actuales (Jessop, 2017, p. 119).

Os modos reais de representação política operam em diferentes âmbitos e operam em diferentes formas, tanto formais quanto informais. Essa dinâmica permite a expressão e a promoção dos interesses materiais e ideais das forças políticas em sua diversidade, em relação aos acessos diferenciados aos centros de formação política e aos de tomada de decisão (Jessop, 2017, p. 106).

Separa-se, entretanto, o acesso ao aparato estatal da representação política – as decisões oficiais encontram apoio ou resistência, relegando a representação para longe do Estado. Mas, sim, os canais formais de representação são importantes – e portanto disputados. Eles são relacionados com as funções entretidas pelos partidos políticos, pelos *lobbies* e grupos de pressão, pelos organismos corporativos, pelos

movimentos sociais de toda sorte e pelos próprios gestores do Estado. Estes agentes ajudam na organização da base social. Os meios de comunicação também se desenvolvem em um papel importante – e os grupos que não detêm os meios de comunicação hegemônicos se voltam à marginalidade das condições normais e ao uso da comunicação subhegemônica e contrahegemônica, outorgando movimentações de massa de caráter menos institucionalizado: refere-se, para tanto, sob a nomenclatura do quinto poder (Jessop, 2017, p. 107).

É típico que os modos de representação se esculpam em modos ideais, não exaustivos, os quais seriam: o corporativismo, o clientelismo, o parlamentarismo, o pluralismo e a *raison d'état*. Tais formas de representação concluem em efeitos diferentes na constituição das forças políticas e nas capacidades respectivas destas de aceder ao sistema estatal (JESSOP, 2017, p. 107).

Essa capacidade de acesso, assim bem como a própria constituição das forças políticas, entretém uma íntima relação com as formas de representação. Em via contrária, mas com igual validade, as identidades e a organização das forças que almejam representação também são relativas à forma de representação vigente – tais forças então representadas, entretanto, se empenharão em reorganizar as formas representativas com o fim de modificar o equilíbrio de poder ou mesmo em vistas de modificar estas mesmas forças em questão (JESSOP, 2017, p. 111 – 112).

Neste momento, é fundamental termos em mente a vinculação entre forças políticas e o Estado – abandonamos a compreensão de classes a qual as identifica enquanto força política independente, pré-constituída, que se utiliza do Estado, este enquanto simples instrumento passivo.

Aunque las clases, como categorías objetivas de agentes económicos, se definen principalmente por su lugar dentro de las relaciones sociales de producción, su peso político depende de las formas de organización y de los medios de intervención a través de los cuales se expresan sus intereses de clase, tanto económicos como de otro tipo (Jessop, 2013, p. 112).

Portanto, compreende-se que a luta política de classes é, antes de se tratar de uma luta entre classes, uma corrida para a constituição das classes enquanto forças políticas (Przeworski, 1977, 371 – 373 *apud* Jessop, 2017, p. 112)

Esto refuerza la noción de que el Estado puede estudiarse como un sistema de dominación política, (de classe) cuya estructura tiene un efecto definitivo sobre la lucha social a través de su papel a la hora de determinar la relación de fuerzas y las formas de la acción política (JESSOP, 2017, p. 112).

Os interesses compartilhados, os agentes, os formadores de opinião, os grupos políticos, os movimentos sociais enfim, etc., constituem o que podemos chamar de *base social*. Identificaremos algumas durante este trabalho – de modo genérico: o setor cafeeiro; as indústrias, as têxteis e as relativas à substituição de importações; mas também aquela gama de pessoas, de jornalistas, de intelectuais acadêmicos ou ensaístas, de técnicos e burocratas, de artistas, de estudantes, que participaram de alguma forma do debate público brasileiro e, nesse bojo, vincularam ideias mais ou menos precisas que incidissem sobre o papel do Estado, e que vinculassem valores ideológicos.

Uma *base social*, portanto, não se refere exclusivamente ao núcleo detentor do interesse material – mas daqueles que defendem a *visão hegemônica*, que portam consigo a justificativa de um Estado preciso, de um *projeto de Estado*.

A burocratização, em geral, é um marco do Estado – necessariamente, é formada uma categoria especial de funcionários de carreira, a qual, embora trabalhe na gerência do Estado, não entretém vínculos de propriedade com os meios de administração. Níveis e setores que atravessam o Estado, o organizam, estabelecem uma hierarquia em meio a regras formais de responsabilidade legal e financeira e, conseqüentemente, uma estrutura de subordinação. A burocratização, contudo, aumenta ao passo em que se especializam tarefas e se aumentam os níveis hierárquicos (Jessop, 2017, p. 114).

Na consolidação da hegemonia de uma fração da população, é necessário que um projeto hegemônico se combine com a arquitetura estatal – *a contrario sensu*, as estruturas estatais favoreceriam um projeto outro que aquele da classe estruturalmente privilegiada. Desta forma, uma mudança de hegemonia de longo prazo requer mais que a apresentação (e a efetivação) de um projeto hegemônico: requer, também, a reorganização do sistema estatal (Jessop, 2017, p. 116).

Nós pensaríamos, aqui e entre parênteses, numa brecha que esta discussão necessariamente abre na realidade brasileira do final desta década: as mudanças governamentais operadas dentro do bojo do próprio Estado, que configuraram o golpe de 2016 e tudo o que sucedeu em termos de atuação estatal.

Os recursos disponíveis para intervenções são organizados pelo Estado através de seus mecanismos institucionais e de seus mecanismos de organização. Tal organização se enquadra dentro de um âmbito distinto, ao lado da demarcação entre o público e o privado, dando forma à arte do possível.

En consecuencia, esta dimensión también se refiere a lo que Michael Mann llama poder infraestructural del Estado: sus capacidades para infiltrarse en la sociedad y organizar las relaciones sociales en todo su territorio basándose en sus decisiones políticas (Mann, 1984, 189; cf. Mann, 2008) (Jessop, 2017, p. 117).

As formas de intervenção extrapolam o sentido mais estrito do sistema estatal. Inclui-se, para além de uma classificação inicial (a coerção organizada; as leis; o dinheiro, incluindo o crédito e os impostos; e o conhecimento (Willke, 1992 *apud* Jessop, 2017, p. 118), pois conta-se, também, a dimensão da microfísica do poder estatal. É portanto que esta dimensão do Estado se confunde, naturalmente, com os limites externos do Estado, sobrepondo-lhes com a sociedade civil e com a vida cotidiana. É por consequência o crescente interesse no tema da governabilidade e da governança, conquanto conecta-se o Estado a estas e outras ordens institucionais (Jessop, 2017, p. 118).

Porém, ainda é necessário que se oriente os modos de intervenção. Este é o papel que a visão hegemônica virá a cumprir, indicando a natureza e o papel do Estado e lhe oferecendo as diretrizes gerais de sua gestão

Estas visiones tratan de conciliar lo particular y lo universal mediante la vinculación de la naturaleza y los fines del Estado a una visión política, intelectual y moral más amplia – pero siempre selectiva – del interés público, la buena sociedad, el bien común o un principio análogo de la organización social. Este ‘ilusorio’ interés público privilegia algunos intereses materiales e ideales sobre los demás, junto a algunas identidades, espacios, temporalidades, etc., y puede adoptar una forma abiertamente inclusiva (por ejemplo, las democracias liberales) o una que sea explícitamente excluyente (por ejemplo, el Estado de *apartheid*). Estas visiones pueden estar relacionadas en un principio con

imaginarios económicos, políticos y sociales específicos, y después con la estructura y la lógica más profundas de una formación social determinada y su inserción en el mercado global, el sistema interestatal y la sociedad mundial (Jessop, 2017, p. 118).

Desta forma, compreendemos que a concepção de mercado generalizadora da economia, simplificando-a à economia de mercado, é uma visão hegemônica. Da mesma forma, as diferentes ideologias que surgiram a partir da dicotomia Estado e sociedade – são elas o liberalismo, o socialismo e o conservadorismo (Wallerstein, 1994) –, também são visões hegemônicas. Enquadramos a concepção universalista de economia de mercado dentro da concepção maior da ideologia liberal, mas enquadramos aí também outras tendências, como veremos mais tarde neste trabalho. As visões hegemônicas, portanto, são constituídas em várias camadas e apresentam diversas ramificações mais ou menos específicas que dialogam entre si seja no tempo e na história, seja no espaço, ou seja mesmo no Estado e na sociedade, e dita-lhe as regras, dita-lhe as instituições, apresenta-lhe valores e pauta a vida material, a vida do trabalho, a vida econômica.

Um modelo de enfoque estratégico-relacional para pensar a COP 30

Considerando as dimensões compósitas do Estado, pensado a partir de um enfoque estratégico relacional, podemos pensar em como essa abordagem auxiliaria a refletir a respeito das quatro dimensões propostas no começo deste trabalho – ou seja, especificamente a respeito de como podemos empregá-lo – em conjunto com a discussão de Simmel (1894; 1983) sobre a dinâmicas das sociações – para compreender a complexidade da COP 30. As referidas quatro dimensões

seriam, como já colocado, as seguintes: a) as “seletividades estratégicas” presentes nos jogos de interesse e nas estratégias dos grandes agentes do desenvolvimento, face à problemática ambiental em geral e das mudanças climáticas, em particular; b) os modos de representação do Estado no contexto da questão ambiental, em geral, e da COP 30, em particular; c) os modos de articulação da arquitetura institucional da sociedade global contemporânea em relação à problemática ambiental e d) o modo de intervenção dos agentes de desenvolvimento sustentável dentro do Estado e fora dele.

De acordo com Jessop (2007), o Estado não deve ser visto como um sujeito que exerce poder, mas como uma estrutura complexa, atravessada por jogos de interesses que se organizam em torno de uma conjuntura econômico-social – com Gramsci (1999; 2001; 2007), diríamos uma construção hegemônica – que faz com que os poderes do Estado sejam ativados conforme se organizam e rearranjam os agentes, processos e interesses que o constroem conjunturalmente. Dessa maneira, o Estado não constitui uma unidade integralmente coesa, ou desprovida de contradições. Na prática, ele é atravessado pela luta de classes e pelas mais variadas mobilizações daqueles que pretendem, em alguma medida, transformá-lo.

É nesse sentido que se deve entender seletividade estratégica de Estado como uma escolha conjuntural em relação a atores, pautas, articulações e estratégias. Jamais neutro, jamais agente passivo – diante do mercado ou dos processos sociais – o Estado está sempre em movimento, inclinando-se em alguma direção. Em consequência dessa dinâmica, entendida como seletividade estrutural é que as instituições, capacidades ou recursos de Estado se tornam, conjuntamente, mais acessíveis a algumas forças políticas do que a outras.

À luz desse pensamento, podemos indagar: em que medida o anúncio da escolha da cidade de Belém como sede da COP 30, bem como a consequente ampliação e ressonância do debate público internacional a respeito das mudanças climáticas e das questões ambientais em geral ativaram, ou não, algum tipo de transformação conjuntural nas dinâmicas de seletividade estratégica presentes no aparelho estatal sediado em Belém?

Para responder a essa questão devemos, naturalmente, definir melhor o que constitui esse aparelho estatal e qual a sua extensão, tanto sistêmica como territorial. Como se sabe, sendo sede administrativa de um estado federado, o Pará, a cidade possui, numa primeira instância, essa dualidade de poderes que caracterizam a constituição política brasileira, o poder público municipal e o estadual – muitas vezes concorrentes entre si. Em paralelo, há a considerar outras incidências de Estado, como a presença do poder público federal e as intermitentes influências dos demais poderes públicos municipais paraenses, tanto os da região metropolitana de Belém como de outros municípios mais influentes na correlação de forças políticas do Estado. Estamos evidentemente falando com uma perspectiva centrada nos poderes executivos, que controlam a máquina pública e orçamentária, bem compreendendo os contrapesos legislativos e judiciários na conformação de suas estruturas de poder.

Em termos de sua extensão, sistêmica como territorial, consideramos necessário ressaltar o contexto amazônico, profundamente importante na conformação das seletividades estratégicas num mundo marcado pela questão ambiental. Esse contexto produz movimentos de troca e influência permanentes, embora não necessariamente contínuos. Colocando de outro modo, os aparatos estatais do Governo do Pará e da Prefeitura de Belém influenciam e são influenciados por sistemáticas regionais.

É considerando esses processos, contradições e disputas de poder que atravessam o Estado na dinâmica de construção das suas seletividades estratégicas que construímos a hipótese de que o debate ambiental-climático, no contexto da realização da COP 30, tem produzido condições para um reposicionamento positivo das forças sociais progressistas e de agentes sociais historicamente não inseridos na construção das seletividades do Estado e, ao mesmo tempo, para a ampliação da presença das questões ambientais nos governos municipal e estadual, enquanto que, ao mesmo tempo, as agendas políticas desses governos restam capturadas por demandas dos grupos de poder tradicionais.

Buscando aplicar um modelo de observação das dinâmicas de produção de seletividades estratégicas presentes nos jogos de interesse e nas articulações dos agentes do desenvolvimento, face à problemática ambiental, no contexto amazônico, pensamos que a questão básica a discutir diz respeito a como, no referido contexto, se produzem as formas pelas quais as estruturas institucionais e políticas favorecem certos interesses e estratégias em detrimento de outros.

Cinco elementos, a nosso ver, merecem ser avaliados, necessariamente, nesse modelo. Primeiramente, a composição e disputa entre os poderes econômicos – as grandes corporações e investidores internacionais, bem como o agronegócio e o setor produtivo associado à produção e exportação de commodities, os diversos agentes produtivos medianos presentes em todos os setores sociais, o mundo do trabalho com suas estruturas sindicais e associativas etc – os quais podem ter suas estratégias favorecidas por políticas que priorizam o desenvolvimento econômico, como o desmatamento para agricultura e mineração, frequentemente em detrimento das preocupações ambientais.

Em seguida, as políticas públicas – efetivamente, os programas governamentais e os sistemas de financiamento, que podem estar estruturados de forma a favorecer o agronegócio e a exploração de recursos naturais, marginalizando iniciativas de conservação e sustentabilidade. O terceiro elemento seria a própria legislação ambiental e a jurisprudência construída em torno dela, que com frequência engendram aplicações seletivas e, não raramente, a flexibilização das leis ambientais, processos que podem beneficiar alguns agentes em detrimento de outros, permitindo-lhes explorar recursos naturais com menos restrições e, assim se posicionar melhor na disputa pela hegemonia do Estado.

O quarto elemento diria respeito ao debate científico e qualificado, componente central da produção de diagnósticos consequentes a respeito das questões ambientais, mas que, ao que percebemos, no contexto estudado, tem ocupado pouco espaço na disputa em tela. Isso talvez se deva à desarticulação relativa dos cientistas e pesquisadores em relação à disputa por espaços de poder e influência no Estado.

Por fim, o quinto elemento seria o referente aos processos de mediação, ou seja, à seleção, construção discursiva e distribuição de representações a respeito do meio ambiente nas redes comunicacionais, sejam elas as redes convencionais do jornalismo e da dramaturgia em televisão, rádio, impressos e redes publicitárias em seus diversos padrões de transmissão, inclusive a Internet, sejam elas as redes sociais digitais. Os processos de mediação produzem representações geralmente simplificadas das questões ambientais, contribuindo muitas vezes para a desinformação ou para a produção de enfoques singulares, específicos, que destacam aspectos secundários da problemática ambiental.

No que tange aos modos de representação do Estado e da problemática ambiental, buscando construir nosso modelo analítico,

podemos partir da conceituação de representação a partir do debate anterior sobre a seletividade estratégica do Estado. Trata-se de refletir, em síntese, a respeito de como o Estado pode ser representado de várias maneiras que influenciam a forma como a problemática ambiental é tratada.

Com essa disposição, podemos, de maneira ampla, estabelecer uma relação entre modos de representação do Estado e a abordagem estratégico-relacional analisando três conexões. Primeiramente, compreendendo que a representação do Estado constitui um conflito hermenêutico entre as formas pelas quais diferentes grupos sociais e blocos de poder, interesses e dinâmicas de poder são representados dentro do aparelho estatal e as formas como o aparelho estatal é, por sua vez, representado por esses diferentes grupos sociais e blocos de poder. Vê-se aqui o Estado, necessariamente, como um conjunto de relações sociais.

Em seguida, considerando que a abordagem estratégico-relacional enfatiza a interação entre estrutura e agência, posto que a forma e a função do Estado são moldadas pelas ações estratégicas de vários intervenientes (tanto dentro como fora do Estado) e pelos constrangimentos e oportunidades estruturais que encontram. Ora, essa relação entre estrutura e agência é uma relação de representação, porque se baseia numa ação hermenêutica de projeção e interpretação.

A terceira conexão a considerar seria, em nosso entendimento, a dinâmica dialética presente na relação entre representação e seletividade estratégica. Na estrutura de Jessop, a representação do Estado é entendida através da interação dialética entre ações estratégicas de agentes (como partidos políticos, movimentos sociais e atores econômicos) e o contexto relacional dentro do qual essas ações ocorrem (como arranjos institucionais, relações de poder e contextos históricos).

Isto considerado, cabe indagar de que maneira as representações sobre a Amazônia se imiscuem nas representações sobre o Estado elaboradas pelos diversos grupos sociais e blocos de poder nas suas estratégias.

Para compreender os modos de articulação da arquitetura institucional – a terceira dimensão que nos propomos a incluir em nosso modelo analítico – em relação à problemática ambiental, partimos da compreensão de que a noção de arquitetura institucional refere-se à organização e funcionamento das instituições que nela influenciam. Nesse conjunto de atores deve-se considerar, primeiramente, as instituições governamentais, notadamente ministérios e secretarias do Meio Ambiente, agências reguladoras e outras entidades que são responsáveis pela formulação e implementação de políticas ambientais. Ao seu lado, as instituições internacionais, notadamente a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a própria ONU, o Banco Mundial e outras instituições que influenciam políticas ambientais através de acordos internacionais, financiamento, atuações locais ou parcerias técnicas. Também devem ser consideradas as instituições da sociedade civil, como ONGs e movimentos sociais que pressionam por políticas mais sustentáveis e pela proteção da Amazônia. Igualmente, o quadro de cientistas e de instituições científicas, centrais e estruturais na produção de análise de dados sobre as mudanças climáticas e demais questões ambientais. E, afinal, os marcos políticos e jurisdicionais, alguns deles com estrutura de pessoas e orçamentos próprios, tais como o Acordo de Copenhague, o Protocolo de Quioto, as Acordos de Cancún, Plataforma de Durban, o Mecanismo Internacional de Varsóvia, o Acordo de Paris e o Pacto Climático de Glasgow, marcos que estruturam o debate em questão.

Por fim, no que se refere ao modo de intervenção dos agentes da ecologia e do desenvolvimento dentro do Estado e fora dele, há-se de refletir a respeito de como os agentes da ecologia e do desenvolvimento atuam tanto dentro quanto fora do Estado para influenciar a política ambiental, e quais as limitações e contradições postas. Ou seja, estamos aqui falando a respeito de práticas político-discursivas e de estratégias de articulação e influência. Em síntese, nos referimos aos movimentos e práticas empreendidas dentro e fora do Estado por agendas como os tecnocratas e burocratas que promovem políticas ambientais, bem como políticos que defendem a sustentabilidade e buscam implementar legislações ambientais mais rígidas, os agentes das ONGs, dos movimentos sociais e científico-acadêmicos que realizam campanhas de conscientização, pressionam por mudanças políticas e promovem, no bojo de sua estratégia, alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

As práticas político-discursivas e as estratégias de articulação desses agentes na disputa pela influência no aparelho estatal conformam estratégias – notadamente pautadas por marcos de seletividade – que, aos poucos, se consolidam como modelos de ação.

Considera-se, também, que a relação entre cada agente imiscui, no processo tão dialógico quanto histórico da formação social, em cada qual, um pouco daquilo que é do outro, continuamente, a remoldar e redirecionar os discursos e as estratégias e a reinserir, em cada qual, a semente da contradição. Em que medida, portanto, as estratégias sustentáveis implementariam adaptações a modelos desenvolvimentistas não sustentáveis – a exemplo, como o agronegócio hoje se faz a res sustentáveis, ou como políticas de desenvolvimento sustentável se tecem sob estratégias de bases sociais não vinculadas a trajetórias sustentáveis. Da mesma forma, considera-se o contrário possível: a interpretação

dos conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento pela sociedade civil a partir de interpretações cuja origem não se dá na prática do que, materialmente, se trata um modelo sustentável amazônico.

Tudo isso considerado, compreendermos que uma aplicação do modelo analítico do enfoque estratégico relacional sobre, especificamente, a Amazônia, no contexto de realização da COP 30 em Belém, demandaria os seguintes passos analíticos: 1) Identificar as principais “seletividades estratégicas”: Indagar a respeito de quais políticas, estruturas e práticas discursivas favorecem a exploração em detrimento da conservação, sobre quais agentes econômicos são beneficiados e sobre quais processos de transformação do Estado entram em curso ou o sensibilizam para as questões em tela; 2) Examinar os modos de representação do Estado: prospeccionar como o Estado está representado e se representa em termos de sua abordagem e de seus compromissos em relação ao desenvolvimento e à sustentabilidade, investigando os conflitos internos entre diferentes representações do Estado; 3) Analisar a arquitetura institucional: cartografar como estão organizadas as instituições e atores que influenciam a política ambiental, e verificar se existem sobreposições, lacunas ou áreas de conflito entre elas; 4) Estudar as práticas de intervenção dos agentes nesse contexto relacional. Objetiva-se, em síntese, refletir a respeito de quais são as estratégias usadas pelos agentes da ecologia para influenciar a política e sobre como esses agentes colaboram ou entram em conflito com os agentes do desenvolvimento – das variadas concepções sobre o desenvolvimento.

Naturalmente compreendemos as lacunas presentes em nossa proposição, inclusive aquelas que se colocam à luz da fortuna crítica um curso a respeito do debate aberto por Poulantzas e prosseguido por

Jessop, mas acreditamos que a oportunidade de testá-lo, aplicá-lo no contexto oportunizado pela realização da COP 30 em Belém, permite um exercício instigante de percepção sobre o jogo de construção das seletividades presentes na articulação contemporânea das questões ambientais, notadamente daquelas referentes às mudanças climáticas, no espaço amazônico. Em nossa compreensão, a análise centrada no enfoque estratégico relacional permite uma compreensão mais profunda dos fatores estruturais e das agências envolvidas na questão ambiental da Amazônia, oferecendo um quadro para a formulação de políticas mais equilibradas e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 5.445, de 12 de maio de 2005. **Promulga o Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 142, n. 91, p. 1–6, 13 maio 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5445.htm. Acesso em: 15 jun. 2024.

_____. Lei nº 12.187, 29 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC** e dá outras providências. Diário oficial da União: seção 1 – Extra, Brasília, DF, ano 146, n. 248-A, p. 109–110, 30 dez. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/12187.htm. Acesso em: 15 jun. 2024.

_____. Resolução nº 5, de 14 de setembro de 2023. Dispõe sobre a correção da **Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil ao Acordo de Paris visando restabelecer o nível de ambição**

da NDC apresentado em 2015, em termos dos valores absolutos das emissões de gases de efeito estufa – GEE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 161, n. 204, p. 24, 14 set. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-5-de-14-de-setembro-de-2023-518983537>. Acesso em: 15 jun. 2024.

_____. **Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima – IPCC.** Documentos disponíveis em: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) (site). Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/clima/ciencia_do_clima/painel_intergovernamental_sobre_mudanca_do_clima.html. Acesso em: 18 jun. 2023.

DIAS, R. P. **Bob Jessop e a abordagem relacional-estratégica.** Cadernos Cemarx 6(1): 133–152, 2009.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do cárcere: os intelectuais: o princípio educativo: jornalismo.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do cárcere: temas de cultura: ação católica: americanismo e fordismo,** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

JESSOP, B. **El Estado: pasado, presente, futuro.** Madrid: Los Libros de la Catarata, 2017.

_____. **Nicos Poulantzas: Marxist theory and political strategy.** London: Macmillan. 1985.

_____ **The Strategic Selectivity of the State: Reflections on a Theme of Poulantzas.** *Journal of Hellenic Diaspora* 25(1): 41–77, 1999.

_____ **Globalização, regionalização, mercado e o Estado: Entrevista com Bob Jessop.** In: *Currículo sem fronteiras* 2(2): 1–12, 2002.

POULANTZAS, N. **O estado, o poder, o socialismo.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

_____ **Poder político e classes sociais.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1986.

SIMMEL, G. Simmel: **Sociologia.** Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

_____ **Le problème de la Sociologie. Revue de Métaphysique et de Morale**, t. II, p. 497–504, 1894. Disponível em: <http://www.ac-nancy-metz.fr/enseign/philo/textesph/Simmel_Probleme_de_la_sociologie.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2024.



PARTE 2

**INTERVENÇÕES URBANAS, PERCEPÇÕES
E MOBILIZAÇÕES SOCIAIS NA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELÉM**

Grandes objetos versus objetos de grandeza cidadã: dilemas e desafios da preparação da COP 30 em Belém–Pará¹

INTRODUÇÃO

Quais devem ser os legados dos megaeventos em nossas cidades? A partir dessa questão, este trabalho problematiza a realização de eventos de grande porte de natureza esportiva, política, cultural etc. nas cidades contemporâneas, marcadas pelo processo de urbanização corporativa, pela negação da cidadania e, com efeito, por quadros de desigualdades socioespaciais.

¹ Este trabalho sistematiza resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado “COP 30 em Belém (PA): das oportunidades de transformações urbanas aos desafios para a sustentabilidade, participação e controle social”, coordenado pela Profa. Dra. Olga Lúcia Castreghini de Freitas e financiado pelo CNPq, e de cuja equipe participam os seus autores.

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

Geógrafo e Bacharel em Direito, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Lidera o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (Geourbam), é Professor Titular do NAEA/UFPA e Pesquisador IC do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entidade do governo brasileiro voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico.

Helbert Michel Pampolha de Oliveira

Geógrafo pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento e doutorando em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA. Integrante do Geourbam.

Tomando como referência empírica a cidade de Belém-Pará, sede da 30ª Conferência das Partes (COP 30) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a ocorrer no ano de 2025, considerada para efeitos desta discussão como um megaevento, analisa-se a importância de se pensar o legado de uma iniciativa como essa para além de grandes obras de infraestrutura e de serviços – chamadas aqui de grandes objetos (Santos, 1994) – que, por vezes, pouco dialogam com a cidade e que nem sempre acrescentam no que diz respeito à garantia de cidadania às populações locais.

Metodologicamente, a pesquisa apoia-se em: a) revisão bibliográfica atinente à discussão dos megaeventos (em especial no Brasil), dos grandes projetos urbanos e suas materializações no espaço e da relação território e cidadania; b) levantamento e análise documental com vistas às propostas de intervenção e de desenvolvimento urbano relacionadas à COP 30; e c) visitas e observações de campo em Belém, atentando-se às principais áreas que irão receber intervenções urbanas com vistas à preparação da cidade para o evento.

Sustenta-se que os megaeventos envolvem ações multiescalares e, no nível local, geralmente ensejam “melhorias” à imagem das cidades-sede de sua realização, a fim de torná-las mais atrativas a colaborações e investimentos econômicos nacionais e internacionais. Para tanto, apoiadas nos princípios de uma gestão neoliberal muito peculiar ao planejamento estratégico², as ações com vistas ao desenvolvimento

² Forma de planejamento, surgida na *Harvard University*, nos Estados Unidos, a fim de ser empregada em setores empresariais privados e que, devido ao seu relativo sucesso e desempenho no mundo corporativo foi logo adaptada para o setor público, especialmente em práticas de planejamento e gestão de cidades, como em São Francisco (Estados Unidos), Barcelona (Espanha) e, no caso brasileiro, no Rio de Janeiro (Brasil), inspirando outras experiências brasileiras (Novais, 2010). Com base no modelo de planejamento militar,

urbano inerentes aos megaeventos promovem a realização de grandes projetos urbanos que, no território, assumem a forma de “grandes objetos” (Santos, 1994), os quais, pautados pela lógica de seletividade espacial, revelam-se pouco comprometidos com as reais demandas das populações cidadinas.

Em face desse dilema, sugere-se a pertinência de se pensar em *outros objetos*, sobretudo no que diz respeito ao dito “legado” dessas iniciativas; razão pela qual chama-se a atenção para a justa distribuição de bens e serviços públicos no território e para a “geografização da cidadania” (Santos, 1987) como estratégia de desenvolvimento urbano para a preparação das cidades nesses contextos.

Diante desses argumentos, o texto está estruturado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, problematiza-se a criação de objetos e fixos urbanos como parte das estratégias de transformação das cidades para o mercado. Na segunda, discutem-se as expectativas relacionadas à preparação de Belém para a COP 30 e, por fim, apresentam-se algumas reflexões sobre o ordenamento territorial urbano face as intervenções urbanísticas pensadas para a capital paraense no contexto do megaevento em tela.

define linhas estratégicas de ação elencando pontos fortes e fracos, assim como ameaças e oportunidades a serem consideradas no enfrentamento de “inimigos” concorrentes com vistas ao melhor desempenho possível e ao sucesso em relação aos objetivos e metas traçados (Lopes, 1998). Adota como pressupostos a necessidade de criar nos agentes envolvidos no planejamento, a sensação de crise e de ameaça, de forma a instaurar o consenso e anular possíveis conflitos, com vistas à mobilização de atores diversos em torno de uma ação comum e esforços conjuntos através de parcerias (Borja, 1997). Dada a sua inspiração neoliberal, tem merecido severas críticas no meio acadêmico, sobretudo por se pautar em práticas empresariais e empreendedoras no planejamento e na gestão pública e por estimular um espírito e ideário comum e “patriótico” em seus habitantes, visando ao bom desempenho competitivo e a mecanismos de atratividade de fundo precipuamente econômico (Vainer, 2000).

CONCEBENDO OBJETOS E FIXOS URBANOS COMO VITRINES DE CIDADES ATRATIVAS E COMPETITIVAS

Certa vez em uma conferência na cidade de Paris, França, onde se discutia ordenamento territorial urbano, o conferencista principal, defensor de um modelo do planejamento estratégico de cidade, estabelecia uma comparação entre as cidades que apostavam nessa forma de planejamento como um bom caminho para o desenvolvimento urbano e a experiência, naquele momento tida como uma das mais expressivas, do planejamento participativo desenvolvido na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul (Brasil).

Sua explanação partia de uma pergunta inicial que pode ser resumida da seguinte maneira: fala-se muito hoje da experiência de planejamento de Porto Alegre, no Brasil, mas, de fato, qual a imagem ou símbolo emblemático da cidade hoje que estabelece a marca dessa forma de planejar cidades? Diante do silêncio da plateia, o referido conferencista concluía: não há essa marca, pois se trata de uma experiência que não se materializa em nenhum elemento simbólico expresso em sua paisagem urbana.

Na sequência de sua explanação, sustentava a ideia de que uma boa experiência de planejamento e gestão pressupunha deixar um ou mais ícones na paisagem urbana que pudessem demarcar as transformações positivas que a cidade estava passando, a ponto, até mesmo, de estabelecer mudanças na configuração do *skyline*³ da cidade até então existente. A

³ Essa palavra, de origem inglesa – “*sky*” (céu, horizonte) e “*line*” (linha, traço) – compõe o glossário da Arquitetura, do Urbanismo, do Planejamento e da Geografia Urbana, referindo-se à silhueta arquitetônica de uma cidade que se projeta no horizonte, tendo o céu como fundo. Ela demarca, em forma de desenho, os contornos e elementos que são mais característicos de uma

partir dessa premissa, mostrava algumas cidades do mundo em que tal transformação havia acontecido de fato, como forma de comprovar a importância de se adotar o planejamento estratégico de cidades.

De fato, a experiência de Porto Alegre, considerada uma das mais elogiadas no meio acadêmico e tecno-burocrático, que discute experiências bem sucedidas e alternativas de planejamento urbano, não chegou a mudar o *skyline* de Porto Alegre, justamente porque esse não foi o principal objetivo do tipo de planejamento e de gestão que, por um certo tempo, aquele Município brasileiro buscou adotar e que implicou em avanços do ponto de vista da participação social e da distribuição dos investimentos públicos no tecido urbano.

Portanto, não é a imagem materializada na forma de um ícone, ou de objetos espaciais (Santos, 1994), que caracteriza as experiências de planejamento participativo colocadas em prática em algumas cidades brasileiras, mas principalmente as mudanças nas relações entre os sujeitos envolvidos nas ações decorrentes da forma de planejar que ganham expressividade nesse modo de conceber a cidade. Não é de se estranhar, portanto, que o *skyline* material de uma cidade como Porto Alegre, não tenha alterado muito com a inclusão do Orçamento Participativo em seu processo de gestão local, haja vista que a principal mudança se deu na “alma” da cidade e na sua forma de existir; mudança que não está no plano imediato da paisagem. É nesse sentido que cabe aqui retomar algumas noções e conceitos importantes tendo em vista o entendimento dessa questão.

cidade e que chamam a atenção quando vista a partir de certa distância, tornando-a facilmente reconhecida por meio de suas linhas, símbolos, edifícios e traços, a exemplo do que acontece com os *skylines* de Londres, Paris, Nova Iorque e Rio de Janeiro, que são inconfundíveis em relação a outras cidades.

A primeira dela diz respeito à noção de paisagem e que aqui tomamos emprestada das importantes contribuições de Milton Santos (1991). É bem conhecida a diferenciação que esse autor estabelece quanto àquela noção em relação à de espaço. A primeira se refere a tudo aquilo que os nossos sentidos são capazes de alcançar, sendo formada por um conjunto de elementos que podem ser por nós apreendidos no plano sensorial e imediato: visão, audição, olfato etc. Situam-se, por sua vez, no plano das formas, das exteriorizações dos objetos e, especialmente, mas não necessariamente, no plano das aparências. É isso que nos faz diferenciá-la da noção de espaço, este que pressupõe, igualmente, a existência desses objetos e formas, mas diretamente associados e compreendidos a partir de conteúdos históricos e sociais, o que permite redimensionar tais formas e objetos a um plano de entendimento que extrapola o imediato, o fenomênico e, portanto, as simples aparências.

Tal entendimento nos remete a outros conceitos elaborados pelo mesmo autor (Santos, 1988, 1996), dentre eles os de objetos e ações e o de fixos e fluxos. O espaço, para Santos (1994), é formado por um sistema de objetos e por um sistema de ações. Estes, pressupõem relações, valores e comportamentos, sendo, nessa compreensão, a paisagem sua dimensão mais aparente e imediata, mas, nem por isso, menos importante para a compreensão de sua dinâmica. Exteriorizada muitas vezes por elementos fixos, porque fixados na base territorial que os acolhe, dispõem-se de tal maneira que permitem estabelecer uma dada configuração territorial. Mas, não é só de fixos que a paisagem é formada. Ela também pode ser apreendida por meio de fluxos que, a exemplo dos primeiros, podem dar sentido a uma dada paisagem.

No caso das cidades, é comum termos várias paisagens urbanas ao observarmos o mesmo lugar durante o dia e em dias diferentes.

Exemplo disso são as áreas centrais de comércio popular da maior parte das grandes cidades brasileiras, que, ao longo do dia, revelam uma certa paisagem e, à noite e aos fins de semana, alteram-se completamente por apresentarem movimentos diferentes. Nesse caso, uma boa leitura da paisagem precisa levar em conta tanto os elementos fixos como os fluxos, isto é, os objetos e os movimentos.

Mas, para a compreensão da cidade, não é suficiente esse inventário da paisagem urbana. Outros elementos precisam ser levados em conta, sob pena de estabelecermos uma leitura parcial da realidade geográfica ao reduzir a análise à dimensão de seus objetos e movimentos aparentes. Há ações, ou melhor dizendo, há relações (econômicas, políticas, culturais etc.) que precisam ser consideradas para o entendimento do espaço:

a paisagem é o conjunto das coisas que se dão diretamente aos nossos sentidos; a configuração territorial é conjunto total, integral de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível; e o espaço é o resultado de um matrimônio ou um enorme encontro, sagrado enquanto dura, entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. O espaço é a totalidade verdadeira, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial. Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes (Santos, 1988, p. 77).

É nesse sentido que cabe aqui tal imersão teórico-conceitual para a compreensão das atuais políticas urbanas que conferem grande importância para os objetos no espaço, minimizando, em grande parte, as transformações sociais que podem promover justiça social urbana e acesso universal aos objetos espaciais.

Assim, quando se fala em ícones urbanos que sejam capazes de criar imagens e marcas para uma dada cidade, não é propriamente do espaço urbano enquanto totalidade que se está a falar, mas geralmente de sua dimensão mais aparente, aquilo que se vê ou que faz um apelo imediato a um de seus objetos ou a um conjunto deles, capazes de mudar, inclusive, o *skyline* da cidade. Não se fala, assim, necessariamente, em mudanças nas relações, mas principalmente de imagens constituídas por objetos que a exteriorizam.

Daí serem esses mesmos objetos convertidos em *city marketing*, por meio do qual se vendem as cidades no mercado e para o mundo, conforme analisou Sánchez (1997, 2003) para os casos de Curitiba e Barcelona. A mesma autora mostra a insustentabilidade dessas “cidades-vitrines”, uma vez que, entre outras coisas, priorizam políticas que favorecem a segregação e tornam mais excludentes as cidades internamente.

Atenção especial desse tipo de política é dada ao que podemos identificar como sendo os grandes objetos espaciais, para tomarmos como referência as contribuições de Santos (1994) ao se referir aos grandes projetos instalados no espaço regional amazônico. Nesse caso, segundo o autor, trata-se de grandes obras inseridas no espaço, demandadas por ações e relações normalmente estranhas ao lugar e que respondem a comandos de grandes corporações que ditam as normas, o ritmo, a forma e a lógica de suas existências no contexto em que se inserem. Essa ideia de grandes objetos também se aplica às cidades, especialmente àquelas que buscam despertar interesses de investimentos e de se tornarem mais atrativas e competitivas no mercado.

É importante, desde já, deixar registrado que a caracterização de um grande objeto não se dá necessariamente pela sua grandeza

física, que é relativa quando consideradas as dimensões de cada cidade onde se inserem, mas se definem principalmente pelo impacto e pela repercussão que provocam ao serem instalados em uma dada realidade local. A título de exemplo, um equipamento urbano como o bumbódromo de Parintins, se instalado em uma grande metrópole como Rio de Janeiro ou São Paulo, considerando suas dimensões físicas, talvez não representasse por si só um grande objeto urbano, conforme ele se apresenta em uma cidade de nível intermediário do Estado do Amazonas, e cuja proporção chega mesmo a se tornar mais grandiosa que outros equipamentos urbanos lá existentes.

Seu tamanho e sua estrutura arquitetônica projetada para a realização do Festival de Parintins, no qual se enfrentam em competição duas agremiações culturais, o Boi Caprichoso e o Boi Garantido, medem com propriedade o conteúdo para o qual foi pensado e desenhado, a ponto mesmo de, dado o seu tamanho e a sua imponência, rivalizar com outros elementos de grande importância para a cidade, como o porto, o hospital, o *campus* da universidade, a Igreja do Carmo e o próprio Rio Amazonas (Trindade Jr., 2021).

O mesmo pode ser dito quando nos referimos à Arena da Amazônia na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, escolhida como uma das cidades sedes da Copa do Mundo de 2014, ocorrida no Brasil. Essa Arena foi construída para a realização de jogos que para lá foram alocados durante o mundial de futebol. Nesse caso, ainda que tenha sido concebida como um estádio multifuncional para quase 45 mil espectadores, assimilando uma tendência mundial que atende a várias recomendações da FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado) para a realização de partidas de futebol, pode, em outras circunstâncias, servir a outras funções, como a realização de shows e

apresentações artísticas diversas. Sua monumentalidade, bem aquém das dimensões das demandas locais de partidas de futebol, revela que o grande equipamento foi construído para atender ao interesse específico de um megaevento esportivo que colocou a cidade em evidência, mas que pouco responde às prioridades de investimento de uma realidade urbana amazônica como Manaus.

O caso de Manaus revela o quanto um evento específico pode mobilizar recursos para colocar uma cidade em evidência e nela inserir grandes objetos para esse fim. Assim, “na realização de megaeventos internacionais, as operações de marketing da cidade encontram oportunidades excepcionais de promoção das cidades e de aproveitamento estratégico do contexto para operações de reestruturação econômica” (Sánchez, 2001, p. 168).

A autora citada mostra, ainda, várias outras situações em que grandes objetos passam a fazer parte da estrutura urbana por conta desse mesmo interesse, como é o caso de Curitiba e seus atrativos turístico-culturais, a exemplo da Ópera de Arame, tornados partes de uma estratégia de fazer do urbanismo uma espécie de espetáculo, promovendo a inserção da capital paranaense em nível nacional e internacional. É igualmente o caso de Fortaleza, cujo governo local promoveu ações de marketing de cidade para a promoção turística e competição com outros centros urbanos do Nordeste brasileiro, implantando equipamentos com apelos diversos, como foi o Centro Cultural Dragão do Mar, que também impactou na vida local da área central da cidade como uma vitrine que representa mais uma oferta cultural a incrementar a vida urbana, alcançando-a a um nível maior de competitividade regional, nacional e mundial.

Para além dos exemplos citados pela autora, cabe ainda mencionar a experiência da cidade do Rio de Janeiro, que, na mesma expectativa de se tornar mais atrativa ao mercado turístico e de investimentos econômicos, sediou dois megaeventos esportivos nos anos 2010, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Nesse particular, a inserção de novos objetos e a renovação de outros existentes também foi uma das estratégias concebidas pelos diversos níveis de governo que pontualmente incrementaram de forma seletiva atrativos na cidade.

O antigo e famoso estádio de futebol Maracanã, que foi requalificado para receber os jogos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, é um bom exemplo dessas intervenções urbanísticas, assim como o novo ícone da cidade, o Museu do Amanhã, que chama a atenção por sua grandiosidade, mas também pelo impacto estético e cultural que provocou e que, juntamente com outros equipamentos próximos (museus, sistema de transporte VLT, requalificação da antiga zona portuária etc.), abriu uma outra perspectiva de valorização de sua área central ao criar um novo *point* de visitação turístico e cultural na cidade.

Em se tratando de Belém, é possível pensarmos também a presença de novos objetos como parte de uma tentativa de promover a cidade em nível regional, nacional e mundial? Procuraremos discutir essa questão considerando, especialmente, o megaevento que ultimamente tem mobilizado diferentes atores sociais e diversos níveis de governo: a 30ª Conferência das Partes (COP 30) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a ocorrer no ano de 2025.

UMA CIDADE EM PREPARAÇÃO: ANTECEDENTES E EXPECTATIVAS DE UM MEGAEVENTO EM BELÉM

A necessidade de inserção de novos objetos no sentido de compor uma nova imagem para Belém não é de hoje. Até o século XVIII, Belém apresentava um aspecto de cidade ainda pouco igualada ao que se esperava de uma urbe nos moldes europeus e que traduzisse a sua importância enquanto cidade primaz na Amazônia, espelhando, nos trópicos, a civilidade portuguesa e europeia. Ainda muito marcada pelo modo de vida regional e pela influência indígena e cabocla que caracterizam o espaço amazônico, seus traços urbanísticos pouco ordenados e sem grandes ostentações arquitetônicas definiam-se pela presença da simplicidade das formas construídas, como o casario colonial de aspectos bem modestos. Daí a necessidade de o governo português inserir novos elementos na paisagem urbana.

Essa necessidade se colocava porque a região vivia, naquele momento, conforme mostra Corrêa (1987), a expansão de atividades produtivas, em grande parte decorrentes da criação da Companhia Mercantil do Grão Pará e Maranhão, que assumiu o controle comercial e econômico dos produtos regionais, até então nas mãos de ordens religiosas. Com a nova política do ministro português Marquês de Pombal, um novo período econômico se estabeleceu na região, ratificando o reforço e a primazia de Belém na rede urbana regional, o que fez com que a cidade, inclusive, se tornasse a capital do Grão Pará e Maranhão.

Com o crescimento urbano, devido às funções econômicas e político-administrativas exercidas por Belém, houve a necessidade de inserir novos objetos na cidade e que conferissem uma imagem à altura na nova capital; momento em que foram introduzidas

significativas edificações públicas e particulares, destacando-se as suntuosas construções religiosas e laicas concebidas pelo arquiteto bolonhês Antônio José Landi, que, com seus desenhos, traços e estética, influenciou a concepção urbanística da cidade no século XVIII.

É nesse momento, inclusive, que áreas alagadas⁴ foram sendo aterradas e transformadas em espaços públicos, como ruas e praças, descaracterizando os alagados existentes e contrariando projetos anteriores de urbanismo que iam ao encontro da morfologia natural, aproveitando as áreas alagadas para a formação de lagos e outros atrativos, numa tentativa de “veneziar” a cidade, conforme mostra Cruz (1973).⁵

⁴ A obra secular permitiu a descarga das águas do valado por meio de canalizações especiais, mudando a fisionomia da antiga baixada. Dessa obra surgiram três vias, a saber: estrada das Mongubeiras (Avenida Almirante Tamandaré), estrada de São Mateus (Travessa Padre Eutíquio) e estrada de São José (Avenida 16 de Novembro). As duas primeiras vias, juntamente com a orla do rio, circunscrevem hoje a área saneada. De parte dessa área, surgiram também as praças do Relógio, D. Pedro II e Felipe Patroni, que chegam a contrastar com o casario compacto do antigo centro comercial e com as velhas edificações, também compactadas, do bairro da Cidade Velha (Penteado, 1968).

⁵ Como projeto de caráter mais global para solucionar o problema dos alagados, destaca-se o do Major engenheiro Gaspar João Geraldo Gronsfelt, de uma comissão demarcadora responsável por estudar a topografia de Belém e seu processo de expansão. Esse projeto, elaborado em 1771, buscava aproveitar as formas naturais do sítio urbano para solucionar os problemas de saneamento e drenagem da cidade e, ao mesmo tempo, embelezá-la e dar-lhe uma proteção militar segura, ao invés de realizar trabalhos de ensecamento dos cursos naturais existentes. Propunha o engenheiro “veneziar” a cidade, construindo um lagamar que as águas do rio e da baía ocupassem naturalmente. Pensava-se em aproveitar o alagadiço do Piri, juntamente com os igarapés do Reduto e das Almas, através de uma série de canais que cortariam a cidade. Contrariando os planos urbanísticos

Chamamos de “Belém italiana” (Trindade Jr., 2018) a essa configuração que a cidade assumiu nesse momento, tais as marcas deixadas pelos objetos espaciais legados pelo arquiteto bolonhês no espaço urbano; marcas essas que até hoje chamam atenção em sua paisagem, como as igrejas barrocas, os palácios e os espaços públicos criados no século XVIII.

Outro momento que definiu a inserção de objetos impactantes em Belém, interferindo na imagem da cidade, desta feita com importantes traços de modernidade, aconteceu a partir da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX, com o período áureo da borracha, quando então a cidade passou a aspirar, através de seus gestores, especialmente na figura do intendente Antônio Lemos⁶, a ares europeus inspirados na *belle époque*. Nesse momento, Belém passou a vivenciar as repercussões trazidas pelo *boom* econômico da borracha, tornando-se o principal porto de escoamento do produto, além de se constituir na vanguarda cultural da região:

nota-se que a expressão modernizadora de Belém subordina-se mais às necessidades econômicas do que aos objetivos práticos, ou seja, ao atendimento das necessidades básicas da população.

de Gronsfelt, foi iniciado o trabalho de ensecamento do Piri por volta de 1803 no governo do Conde dos Arcos (D. Marcos de Noronha e Brito), o 26º governante; trabalho esse que se prolongou por mais de um século (Cruz, 1973).

⁶ A administração de Antônio Lemos, que aconteceu de 1897 a 1905, teve importância em razão da reestruturação que provocou no espaço urbano de Belém, com ações modernizadoras que provocaram também a elitização de setores do espaço urbano. Isso porque, com a alocação de recursos em áreas privilegiadas e com a erradicação dos setores populares para áreas mais distantes do centro, por meio de intervenções diretas ou de normas impostas, o processo de segregação passou a ser mais evidente no conjunto da cidade.

Na dinâmica cidade de Belém foram projetados além do Porto de Belém, o Mercado Municipal do Ver-O-Peso (1901), o Hospital Dom Luiz e o Grêmio Literário (obras da colônia portuguesa), ‘The Amazon Telegraph company’ (linha telegráfica por cabos submarinos, substituída posteriormente pela ‘Western Company’); o Teatro da Paz (1878); 43 fábricas (incluindo desde chapéu até perfumaria), 5 bancos, 4 companhias seguradoras, além da implantação da iluminação à gás sob a responsabilidade da ‘Pará Electric Railway and Lighting Company Ltda’, autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 5780 de 26/01/1905” (Sarges, 1990, p. 98-99).

Sob a pretensa ambição de ser uma “Paris N’América”, vários equipamentos nela são instalados com uma estética nada comum para uma cidade amazônica até aquele momento. Os objetos espaciais inseridos com os traços da modernidade assumiam a forma de mercados, de portos, de boulevards, de prédios suntuosos, mobiliários urbanos, praças, parques e elementos outros de grande impacto. Por essa razão, alguns deles poderiam ser reconhecidos, dadas as dimensões da cidade na época, como grandes objetos urbanos, responsáveis por mudar novamente a imagem da cidade, criando nela uma paisagem urbana que até hoje representa traços importantes de sua identidade.

Por fim, mais recentemente, na chegada do século XXI, um novo momento é vivenciado por Belém, quando então a cidade recebeu um conjunto de equipamentos concebidos especialmente como parte de um projeto maior e de concepção estratégica para o Estado do Pará e que tinha à frente o secretário de cultura Paulo Chaves, arquiteto que foi responsável por conceber e inserir durante a sua gestão novos objetos na cidade (Castro; Castro, 2016), cujo impacto, *mutatis mutandis*, assemelha-se em grande medida àqueles outros que aconteceram no século XVIII e na virada do século XIX para o XX, conforme mencionado anteriormente.

Os novos projetos urbanísticos concebidos a partir desse momento, sob o comando de gestores filiados ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mesmo estando à frente do governo estadual e não do governo municipal, deixaram suas marcas na capital paraense. Dos objetos que impactaram na configuração da cidade nesse novo momento, tem-se o Polo Joalheiro “São José Liberto”⁷, o Complexo Cultural “Feliz Lusitânia”⁸, o Parque “Mangal das Garças”⁹, o novo *Waterfront* da cidade denominado “Estação das Docas”¹⁰; dentre outros, responsáveis por conferir a atual imagem da cidade.

Conforme pudemos discorrer a respeito (Trindade Jr., 2018), as retóricas que se associam a esses projetos trazem a preocupação de substituir uma visão deteriorada e decadente da cidade, bem aos moldes do planejamento estratégico, buscando romper com uma imagem negativa e estigmatizada enfrentada mais recentemente e que a remete não apenas a problemas econômicos, como também à sua degradação física e social.

Propõe-se, com esses e outros projetos implementados, espaços mais atrativos e convidativos ao turismo e aos investimentos econômicos; a requalificação e projeção de seu patrimônio histórico-

⁷ Edificação que já fora convento, olaria, hospital e, por último, cadeia pública, hoje desativada e transformada em Polo Joalheiro e em centro turístico e cultural.

⁸ Acervo formado pelo Forte do Castelo (símbolo da fundação da cidade) e por um conjunto arquitetônico adjacente, que foram requalificados e refuncionalizados para fins turísticos e culturais.

⁹ Grande vazão urbano na área central transformado em parque à beira-rio com elementos da flora e da fauna amazônica combinados com outros que remetem ao patrimônio arquitetônico e cultural da cidade.

¹⁰ Antigos galpões da área portuária, frutos da época áurea da borracha, transformados em um espaço *waterfront*, voltado para o turismo e o lazer.

cultural; o resgate de seu passado bucólico e da natureza ainda existente e integrante da paisagem urbana, preservando-os e potencializando-os no presente; a refuncionalização de equipamentos, capazes de dar novos sentidos às suas apropriações e incrementar a economia local por meio de novos usos de espaços tidos como vazios ou subutilizados.

Com a confirmação de Belém como sede da 30ª Conferência das Partes (COP 30) em 2025, um novo momento parece se anunciar, desta feita com uma espécie de concertação pouco comum da qual participam as três esferas governamentais (União, Estado do Pará e o Município de Belém). Em verdade, essa não é a primeira vez que a motivação de um megaevento mobiliza esforços de setores governamentais e empresariais para conferir uma espécie de *upgrade* na cidade. Foi o que aconteceu aquando da realização em Belém, no ano de 2009, do Fórum Social Mundial (FSM), e o mesmo se repetiu quando Belém se candidatou a ser uma das cidades a sediar os jogos da Copa do Mundo de 2014.

No primeiro caso, pouco foi feito para a realização do referido Fórum, momento em que a cidade não sofreu grandes transformações para o recebimento de visitantes que participaram desse megaevento voltado a debates culturais, políticos e sociais. Isto porque, os apelos não econômicos do mesmo não exigiam maiores esforços e condições infraestruturais diferenciadas para sediar um evento com o seu perfil e sua magnitude.

Como exemplo desse perfil, pode-se mencionar a forma de hospedagem dos visitantes que, para além da demanda de hotéis e pousadas mais convencionais, postulavam acolhimentos mais alternativos, na forma de alojamentos os mais diversos e mesmo improvisados, assim como, hospedagens disponibilizadas nas habitações de moradores da cidade. A não ser a utilização do Centro de Convenções

da Amazônia, o Hangar, recém-inaugurado na época, e que não fora criado exclusivamente para esse fim, para a realização do FSM não foram criadas estruturas específicas onde pudessem ser realizados os encontros, reuniões, debates, eventos políticos e culturais etc., aproveitando-se estruturas outras já existentes, como as das universidades públicas da cidade, e potencializando-se o uso dos equipamentos que a capital paraense possuía e podia disponibilizar.

Para a candidatura à Copa do Mundo de 2014, o esforço já foi bem diferenciado, dadas as exigências da FIFA, que estabelecia condições para a realização dos jogos, e dada a necessidade de mostrar que a cidade era competitiva e que poderia oferecer condições bem mais vantajosas que as suas concorrentes amazônicas, no caso, Manaus (capital do Amazonas) e Rio Branco (capital do Acre). Mesmo com a sua tradição no futebol, com duas das mais conhecidas torcidas e times rivais da Amazônia, e com certo destaque em nível nacional nesse ramo esportivo; bem como, inobstante a existência de um estádio olímpico recém-inaugurado na época, a ser requalificado e adaptado para o evento, e com propostas de obras infraestruturais diversas, a organização dos jogos optou por escolher Manaus e não Belém como a cidade-sede representante da Amazônia no referido megaevento esportivo.

Considerando que ambas as cidades são bastante representativas da região amazônica, essa escolha possivelmente se deu em razão das condições econômicas mais favoráveis apresentadas pela capital do Amazonas e, certamente, pela presença de grandes corporações globais na cidade e que conferem dinamismo à zona franca e ao polo industrial ali existentes, apoiadores em potencial do megaevento esportivo. Além disso, a maior presença de leitos de hospedagem em Manaus e a sua política de turismo mais globalizado que Belém, podem, indiscutivelmente, ter pesado nessa decisão.

Para a COP 30, a situação foi bem diferente, pois não havia candidaturas de outras cidades amazônicas e nem mesmo brasileiras, pois até a COP 27, nenhum país havia se disponibilizado a ser sede de tal evento. A habilidade política do atual governador Helder Barbalho, do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), e sua antecipação em disponibilizar Belém para a Conferência em 2025 – sugerida ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva por ocasião da COP 27 no Egito –, associando o evento à importância da Amazônia para a discussão de uma questão tão importante como o clima e cujo protagonismo da região, dos gestores e de sua população em geral parecem ter sido fundamentais para a decisão sobre Belém como sede; razões essas que tiveram a concordância não apenas do Presidente, como também de outras autoridades políticas.

A experiência de Belém em receber visitantes, entretanto, não pode ser tida como irrisória. Coloca-se isso porque a cidade recebe uma quantidade imensa de visitantes que chega anualmente a ela para participar, juntamente com seus habitantes, da Festa do Círio de Nazaré, evento em homenagem à santa tida como padroeira dos paraenses e dos amazônidas. Trata-se, sem dúvida alguma, de uma outra forma de megaevento, que congrega cerca de 2.000.000 de pessoas, mas com particularidades que a distanciam dos demais eventos aqui mencionados.

Mesmo considerando a alta demanda de alojamentos nos hotéis e pousadas da cidade no mês da Festa, pela natureza popular e pelo enraizamento cultural desse evento, trata-se de um acontecimento que não exige do poder público investimentos tão grandiosos, como o que acontece na COP. O caráter mais espontâneo da Festa e a agregação do visitante aos moradores não cria problemas de hospedagem e não exige grandes custos e infraestruturas a serem instaladas. Grande parte dos

visitantes se hospeda em casas de parentes e amigos, e isso integra o caráter de congregação que revela a natureza de tal evento. Ademais, a cidade potencializa espaços existentes para os acontecimentos que fazem parte da programação oficial do Círio, adaptando-os e preparando-os de forma adequada para que a Festa possa se realizar. A presença de novos e grandiosos objetos na paisagem urbana, portanto, não é observada.

Para a COP, essa mesma espontaneidade e naturalidade do evento do Círio não acontece. Muito pelo contrário, a preparação da cidade para o megaevento requer articulações e mobilizações diversas que, em certa medida, atropelam premissas de planejamento urbano tidas como orientadoras de um modelo previsto, inclusive, constitucionalmente (Brasil, 1988) e no próprio Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), lei federal que estabelece bases do planejamento e gestão das cidades brasileiras, como a ideia de cidade sustentável em suas múltiplas dimensões, a função social da cidade e a participação social como condição de planejamento e de gestão urbana.

A pouca ou mesmo nula consideração a alguns desses princípios, leva, inclusive, a se pensar em urbanismo de exceção (Ferreira, 2012) como forma de viabilizar megaeventos como a COP, dada a necessidade de preparar a cidade para quem a visita durante o evento, cabendo à população se beneficiar apenas residualmente e com legados que possivelmente serão deixados em razão da demanda externa e não propriamente em função de demandas históricas locais.

Preocupados com esse dilema, passamos a analisar, a seguir, o perfil das intervenções urbanísticas previstas para a COP 30 e suas possíveis repercussões quanto aos benefícios para a cidade, do ponto de vista da cidadania e dos interesses corporativos e clientelistas que envolvem um megaevento como esse.

ORDENAMENTO CÍVICO-TERRITORIAL X ORDENAMENTO CORPORATIVO-CLIENTELISTA: O QUE ESPERAR DA COP 30 EM BELÉM?

Ao refletir sobre a urbanização brasileira, Milton Santos chama a atenção para a consolidação de um processo iniciado em meados dos anos de 1960, com a transnacionalização do espaço brasileiro (Santos, 1979), e que, na década de 1990, denominou como urbanização corporativa (Santos, 2013). Segundo esse autor, trata-se de uma forma de urbanização do território, decorrente da combinação entre modelos econômico-corporativos e político-clientelistas (Santos, 1987) que, na espacialização seletiva de seus interesses e de suas estruturas, produzem espaços necessários aos grandes capitais e criam, assim, verdadeiras cidades corporativas.

Nessas cidades, esse *ordenamento corporativo-clientelista*, promovido pelo Estado em associação com o mercado, adquire concretude por meio de intervenções urbanísticas que, em muitos casos, pautadas na ideia de embelezamento urbano decorrente das estratégias de *marketing* urbano, resultam de ações e relações forâneas e, no território, podem assumir a forma de grandes objetos (Santos, 1994). Estes, não raro, voltam-se para o atendimento das demandas de grandes agentes econômicos e de interesses político-partidários que revelam não o desejo de promover verdadeiras mudanças estruturais nessas realidades socioespaciais, mas a cínica necessidade de viabilizar processos de acumulação capitalista sem, contudo, deixar de praticar o clientelismo e, conseqüentemente, garantir a manutenção do poder aos agentes políticos envolvidos nesse processo de corporatização das cidades.

Assim, dado o atendimento prioritário de interesses econômico-corporativos em suas ações, o Estado torna-se o criador privilegiado da escassez, pois:

[...] estimula [...] a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação, empurra a maioria da população para as periferias; e empobrece ainda mais os pobres, forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caro bens de consumo indispensável (sic) e serviços essenciais que o poder público não é capaz de oferecer (Santos, 2013, p. 123).

Como contraponto a esta lógica que coloca os interesses sociais em segundo plano e nega a cidadania a amplas parcelas da população, Santos (1987) nos sugere a construção de um novo modelo de ordenamento territorial, desta feita, pautado principalmente em dois componentes: a cultura e o território. A cultura revela sua importância no que diz respeito à valorização da história, da geografia, das culturas, enfim, da realidade e dos atributos locais nas propostas de intervenção urbana pensadas à luz desse ordenamento, enquanto o território é tido não como um agente passivo, um mero palco sobre o qual as relações e as estruturas físicas são realizadas, mas como um dado ativo e indissociável da dinâmica social, não devendo, em hipótese alguma, ser desconsiderado nos processos de planejamento territorial.

Dessa forma, mediante justa e adequada distribuição de equipamentos e serviços sociais fundamentais no território, a fim de beneficiar todas as pessoas, em especial aquelas que vivem em áreas fortemente marcadas pela negação/ausência desses elementos, Santos (1987) propõe uma verdadeira “geografização da cidadania” como estratégia de desenvolvimento urbano e de combate às assimetrias que tanto marcam as cidades contemporâneas produzidas pela urbanização

corporativa; daí o porquê, nesse *ordenamento cívico-territorial*, não conferirmos centralidade a grandes objetos pautados pela lógica de seletividade espacial, mas à concepção de objetos de grandeza cidadã, definidos menos pela grandiosidade física que eventualmente possuem na paisagem urbana e mais pelo potencial cidadão de suas ações no território em face das reais demandas populares.

Aqui realizada senão brevemente, essa importante discussão de Santos (1987, 2013) nos suscita algumas reflexões no que diz respeito à realização da COP 30 em Belém, bem como às intervenções urbanísticas concebidas para essa cidade, as quais têm sido apontadas pelo discurso oficial como “legado histórico e transformador” (Menezes, 2024). Nesse sentido, questionamentos relacionados ao “pacote” de intervenções em execução na capital paraense por ocasião do megaevento, aos investimentos que têm sido anunciados/realizados e aos desafios latentes no cotidiano dessa realidade socioespacial face as demandas do evento se fazem necessários. O Quadro 1 sistematiza esse conjunto de intervenções em Belém.

Quadro 1 – Belém: principais intervenções urbanísticas ligadas à COP 30 (levantamento realizado até meados de 2024)¹¹

Nº	Intervenção Urbanística	Responsável (Is) pela execução	Recurso Previsto	Localização na configuração metropolitana ¹²
1	Avenida Liberdade	Governo do Estado	Não informado	Área de Expansão 2
2	BRT Metropolitano	Governo do Estado	Não informado	Área de Expansão 2
3	<i>Bus Rapid Service</i> (BRS) Júlio César e urbanização da avenida	Prefeitura de Belém	R\$ 136,5 milhões	Área de transição
4	Centro Cultural do Banco da Amazônia	Governo Federal (BASA)	Não informado	Núcleo central
5	Complexo dos Mercedários	Governo Federal (UFPA)	Não informado	Núcleo central
6	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) do Complexo do Ver-O-Peso	Governo do Estado	R\$ 18,5 milhões	Núcleo central

¹¹ A preparação de Belém para a COP 30 está em processo e, para efeitos de discussão, o levantamento em questão sistematiza as intervenções anunciadas entre maio de 2023, aquando da oficialização da capital paraense como cidade-sede do megaevento, e julho de 2024.

¹² Optou-se por demonstrar a espacialização das intervenções urbanísticas ligadas à COP 30 considerando a configuração metropolitana de Belém, como sustentam Trindade Jr. (2019) e Trindade Jr. e Leite (2019).

7	Construção do SES e da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Una	Governo do Estado	R\$ 131 milhões	Área de transição
8	Distrito de Inovação e Bioeconomia de Belém (DIBB)	Prefeitura de Belém	R\$ 6 milhões	Núcleo central
9	Dragagem do Porto de Belém para receber transatlânticos	Governo do Estado	R\$ 60 milhões	Pericentro imediato
10	Duplicação e ampliação da Rua da Marinha	Governo do Estado	R\$ 244 milhões	Área de transição
11	ETE da Estrada Nova	Prefeitura de Belém	R\$ 106 milhões	Baixadas
12	Hotel Tivoli	Governo Federal / Iniciativa privada	Não informado	Núcleo central
13	Macro drenagem do Canal do Benguí	Governo do Estado	Não informado	Área de Expansão 1
14	Macro drenagem do Tucunduba	Governo do Estado	R\$ 841 milhões	Pericentro mediato; Baixadas; Área de transição
15	Macro drenagem e duplicação da Av. Bernardo Sayão (Estrada Nova) – Mundurucus / Fernando Guilhon – Promaben II (Fase 1)	Prefeitura de Belém	R\$ 68 milhões	Baixadas
16	Macro drenagem e urbanização do Igarapé Mata Fome	Prefeitura de Belém	R\$ 400 milhões	Área de transição

17	Parque Agroflorestal Urbano Igarapé São Joaquim	Prefeitura de Belém	R\$ 173 milhões	Área de transição; Baixadas
18	Parque da Cidade de Belém	Governo do Estado	R\$ 980 milhões (com aportes da Vale S.A.)	Área de transição
19	Porto Futuro 2	Governo do Estado	R\$ 568 milhões (com aportes da Vale S.A.)	Pericentro imediato
20	Reconstrução da Feira do Barreiro	Governo do Estado	Não informado	Baixadas
21	Reforma do Aeroporto Internacional de Belém	Concessionária Norte da Amazônia (NOA) AirPorts / Governo do Estado	R\$ 450 milhões	Área de transição
22	Reforma do Centro de Convenções da Amazônia – Hangar	Governo do Estado	R\$ 50 milhões	Pericentro mediato
23	Reforma do Complexo do Ver-O-Peso (Feira do Ver-O-Peso, estacionamento, mercados de carne e de peixe, Feira do Açaí e Ladeira do Castelo)	Prefeitura de Belém	R\$ 64 milhões	Núcleo central
24	Reforma do Complexo Turístico do Ver-o-Rio	Prefeitura de Belém	Não informado	Pericentro imediatos

25	Reforma do Parque Ecológico Municipal “Gunnar Vingren”	Prefeitura de Belém	R\$ 31 milhões	Área de transição
26	Requalificação do Mercado São Brás	Prefeitura de Belém	R\$ 118,3 milhões	Pericentro mediato
27	Reurbanização e construção do Parque Linear da Doca de Souza Franco (+ construção do SES)	Governo do Estado	R\$ 310 milhões	Pericentro imediato
28	Reurbanização e construção do Parque Linear da Tamandaré (+ construção do SES e do Terminal Hidroviário Turístico da Tamandaré)	Governo do Estado	R\$ 159 milhões	Núcleo central
29	Terminal Hidroviário de Icoaraci	Governo do Estado	R\$ 7,9 milhões	Área de Expansão 1
30	Terminal Hidroviário Internacional de Belém (transatlânticos)	Governo do Estado	Não informado	Pericentro imediato
31	Via dos Mercadores (requalificação das ruas João Alfredo e Santo Antônio)	Prefeitura de Belém	R\$ 5 milhões	Núcleo central

Elaborado pelos autores, em 2024, com base em visita de campo, Meirelles (2024) e Passos e Carneiro (2024).

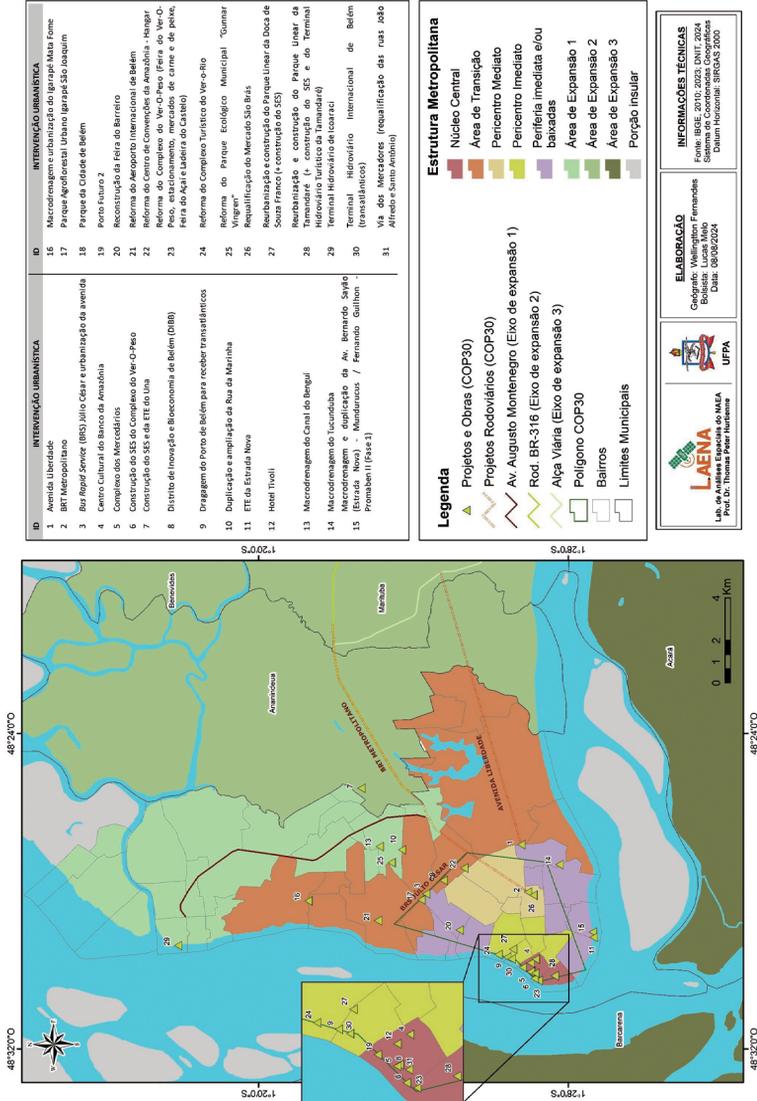
O “pacote” de obras relacionadas à COP 30 em Belém traz um conjunto de intervenções urbanísticas que, até esse momento, tem somado uma quantia bilionária de investimentos na capital paraense. Além do Fundo Amazônia, responsável por uma parte dos recursos direcionados à cidade-sede da COP 30, tais investimentos contam com aportes diretos dos governos municipal e estadual, mas, sobretudo, do governo federal, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do consórcio brasileiro-paraguaio Itaipu Binacional e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)/ Caixa Econômica Federal. A iniciativa privada, através de empresa multinacional, concessionária e grupos econômicos, também participa com investimentos em determinados projetos.

O Mapa 1, na sequência, traz uma cartografia dessas intervenções em Belém, considerando a sua configuração metropolitana atual.

Relacionadas principalmente ao turismo, à mobilidade, à infraestrutura e ao saneamento, áreas em que Belém apresenta grandes desafios, essas intervenções urbanísticas têm como objetivo preparar a cidade para atender às demandas de realização da COP 30; esforços esses realizados mediante um processo de modernização seletiva do território que concentra 64,5% das intervenções em um espaço da capital paraense com área em torno de 30 km² (ou seja, 2,8% dos 1.059 km² de área territorial do município de Belém), denominado pelo poder público como “Polígono COP 30”, conforme representado no Mapa 1.

Esse geometrismo, por sua vez, abrange diversos bairros de Belém – destacando-se aqueles tidos como “vitrines urbanas” e onde estão os imóveis mais valorizados da cidade – e recorta uma área sobre a qual as delegações e os demais participantes do megaevento irão circular com maior frequência. Entretanto, como explicita Taketa (2023):

Mapa 1 – Belém: espacialização das intervenções urbanísticas relacionadas à COP 30



[...] Esse polígono isola uma Belém que jamais poderia ser referência de boas práticas ambientais: quase 25% da população da capital não contava com abastecimento de água potável nas residências até 2021, o último ano com dados disponíveis. De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), 83% da população não tem acesso a esgotamento básico em todo o município. E apenas metade dos 3,4 mil metros cúbicos de esgoto coletados anualmente tem sido devidamente tratada, também segundo dados oficiais de 2021. Conforme a própria prefeitura de Belém, atualmente 15% da população não tem sequer acesso a serviços de coleta de lixo.

Sem desconsiderar a eventual importância que tal ou qual intervenção urbanística possui nessa preparação da cidade para a COP 30, cabe problematizar as obras que, de fato, atacam as demandas históricas e urgentes da sociedade local e as obras cuja finalidade primordial está ligada ao embelezamento urbano e paisagístico – com vistas à recepção dos visitantes, à atratividade de capitais e ao atendimento das demandas do evento –, bem como da manutenção dos interesses clientelistas de determinados grupos políticos envolvidos nos preparativos dessa Conferência.

Assim, enquanto certas áreas de Belém assistem à instalação de novos objetos por parte do Estado (sobretudo nos limites do dito “Polígono COP 30”), nota-se que grande parte da cidade vai garantindo não mais que a manutenção de um “vazio de cidadania”, tal como nos termos de Santos (1987). Ademais, salienta-se que nem todas as intervenções anunciadas nesse “pacote” de obras foram originalmente pensadas para a COP 30, pois muitas delas são projetos concebidos anteriormente à escolha da capital paraense como cidade-sede do evento e estrategicamente arrolados à sua realização com vistas à mobilização

de recursos para as suas respectivas execuções¹³, cabendo um olhar atento para essa estratégia.

Nesse sentido, das principais intervenções planejadas e/ou executadas pelos governos estadual e municipal em Belém, por exemplo, adverte-se que o primeiro tem assumido com frequência a construção de novos objetos no âmbito dos seus “equipamentos âncora”¹⁴, dispostos notadamente em áreas centrais e pericentrais imediatas e tidas como “vitrines urbanas” da capital paraense. Nelas, destaca-se a construção do Porto Futuro 2¹⁵ e dos parques lineares da Doca de Souza Franco e da Tamandaré (interligado ao terminal hidroviário regional, também em construção), obras com orçamento de centenas de milhões de Reais e que, com relativa grandiosidade do ponto de vista físico, tendem à modernização do território e à promoção de atividades ligadas, mormente, ao lazer e ao turismo.

¹³ Alguns exemplos: macrodrenagem do Tucunduba, requalificação do Mercado de São Brás, BRT Metropolitano, macrodrenagem da Estrada Nova, reforma do Complexo do Ver-O-Peso e o Parque da Cidade (área onde, junto com o Hangar, ocorrerão as atividades, reuniões etc. da COP 30).

¹⁴ Grandes obras como, por exemplo, o Parque da Cidade, o Porto Futuro 2 (pensado com vistas à integração da área portuária de Belém e do Parque Linear da Doca de Souza Franco), o BRT Metropolitano e o Terminal Hidroviário Internacional de Belém são apontadas como “equipamentos âncora” nessa proposta de desenvolvimento urbano pensada para Belém, segundo a representante do governo estadual, *vide* Diálogos [...] (2024, 3h 07min 30s). Na ocasião, iniciativas relacionadas ao saneamento de Belém também foram consideradas, mas de forma geral, destacando-se a perspectiva de não conclusão das obras até a realização do evento.

¹⁵ A estrutura concebida será formada por espaços de consumo e de lazer voltados ao atendimento da demanda turística durante e após a COP 30. O projeto também conta com a criação de um museu, apontado como um dos principais legados do megaevento, o Museu das Amazônia, e a construção de um hotel (Vila Galé) que, diante da baixa e precária oferta local, oferecerá hospedagens de médio e alto padrão para atender, principalmente, às demandas relacionadas ao megaevento.

Juntamente com o Parque da Cidade¹⁶, cujo projeto – com orçamento igualmente exorbitante – está situado em bairro da área de transição de Belém e que irá sediar grande parte das atividades, encontros, reuniões etc. do megaevento, as intervenções em destaque parecem bem traduzir o *modus operandi* neoliberal de gestão urbana, que tem como finalidade tornar a cidade mais atrativa a colaborações e investimentos econômicos nacionais e internacionais. Isso porque, a concepção desses novos objetos acaba revelando um certo alinhamento para com as estratégias de *city marketing* (Sánchez, 1997, 2003), mediante as quais as cidades são seletivamente transformadas em verdadeiras vitrines e vendidas no mercado e para o mundo (Sánchez, 2001).

Sobre a instalação de novos objetos, Santos (1996) nos lembra que esses fixos custam caro e, nesse empreendimento, o poder público acaba secundarizando grande parte dos agentes e demandas populares, agravando a problemática social. Dessa maneira, assumindo a forma de grandes objetos urbanos (Santos, 1994), as obras até aqui citadas a título de exemplo, contam com expressivos aportes de recursos, mas não se propõem a dar conta das reais necessidades de uma cidade como Belém, que apresenta históricos problemas (infra)estruturais e é fortemente marcada pela pobreza urbana.

¹⁶ Com 500 mil m² de obras construídas em uma área que abrigava o antigo Aeroporto Brigadeiro Protássio, o Parque da Cidade contará com vários espaços em sua estrutura, dentre eles, um centro de economia criativa e um centro gastronômico, e dará apoio às programações da COP 30. Segundo a previsão, 60% do projeto será entregue para a população antes do evento. Os 40% restantes serão disponibilizados para as Nações Unidas montarem a sua estrutura. Ademais, executado pelo governo estadual, o projeto tem como principal financiador a Vale S.A., empresa mineradora multinacional responsável por dois dos maiores desastres socioambientais do Brasil, ligados ao rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais.

Nesse movimento, a cidade vai sendo contraditoriamente preparada para o megaevento e, sob o discurso político de um possível legado, fortemente influenciado pela ideologia desenvolvimentista, o poder público faz crer que os objetos seletivamente instalados são elementos transformadores da cidade, quando, na verdade, o são apenas pontualmente e irão beneficiar senão pequenas frações da sociedade local em uma cidade cuja maioria da população é marcada pela negação da cidadania; características essas que, em nossa acepção, assemelham-se a uma perspectiva corporativo-clientelista de ordenamento urbano que, ademais, parece também reforçar uma lógica concentradora ligada à distribuição dos equipamentos urbanos na cidade.

Diferentemente do governo estadual, a Prefeitura de Belém tem priorizado em grande medida investimentos em objetos preexistentes e que assumem uma função econômica e simbólica muito importante para Belém, especialmente nas perspectivas cultural e popular. É o caso, por exemplo, das intervenções de reforma do Complexo do Ver-O-Peso (abrangendo a feira, o estacionamento, os mercados de carne e de peixe, a Feira do Açai e a chamada Ladeira do Castelo), do Mercado de São Brás e do Complexo Ver-O-Rio, bem como, no campo do saneamento, da macrodrenagem da Bacia do Igarapé Mata Fome, projetos anteriores ao anúncio da COP 30 em Belém, mas que foram articulados ao megaevento a fim de garantir recursos e possibilitar aos frequentadores e às populações imediatamente a eles relacionadas no cotidiano, o mínimo de dignidade.

Também seguindo a lógica de construção de parques urbanos na cidade como parte da sua preparação e de seu embelezamento para a COP 30, o governo municipal lançou o projeto de edificação do Parque Agroflorestal Urbano do Igarapé São Joaquim, um grande projeto

urbano de arquitetura, paisagismo, rede de esgoto, iluminação pública e sinalização viária que também irá mobilizar um expressivo aporte de recursos – cerca de 150 milhões de reais –, mas que, diferente dos parques concebidos pelo governo estadual, irá ser realizado em áreas de baixada e de transição de Belém.

De certa forma, essa iniciativa revela o esforço da Prefeitura de Belém em descentralizar os grandes equipamentos urbanos, os quais, comumente, encontram-se restritos às “vitrines urbanas”. Dessa maneira, o parque em comento apresenta-se, sem dúvidas, como um dos novos e expressivos objetos urbanos pensados para Belém no contexto da COP 30, mas com significativo impacto do ponto de vista social, dada a oferta de equipamentos e serviços dessa natureza em áreas periféricas da cidade não plenamente consideradas no planejamento urbano de Belém e frequentemente consideradas como espaços marcados pela pobreza, pela violência e pela exclusão.

Se, no caso do governo estadual, as principais intervenções planejadas visam, precipuamente, ao embelezamento urbano e paisagístico da cidade, por meio da criação de novos ícones urbanos com vistas à sua preparação para a COP 30 e à manutenção de interesses político-eleitoreiros e clientelistas do então chefe do executivo estadual, a Prefeitura de Belém, que de tal forma também manifesta parcialmente alguns desses interesses, parece, ainda assim, priorizar uma certa garantia de cidadania aos territórios impactados pelas suas intervenções urbanísticas, tendo em vista o perfil de suas principais intervenções aqui pontuadas. Isso, por sua vez, revela uma forma de ordenamento urbano mais preocupada com as demandas cidadãs nos seus respectivos territórios, portanto, um ordenamento mais cívico-territorial.

Ademais, se o Porto Futuro 2 e os parques da Cidade, da Doca de Souza Franco e da Tamandaré (situados em áreas centrais e pericentrais imediatas) podem ser entendidos como grandes objetos urbanos, o Parque do Igarapé São Joaquim também não foge a essa lógica, ainda que esse último se diferencie dos primeiros pelo impacto social esperado em uma área notadamente periférica no tecido urbano de Belém e que, por isso, não é tida como “vitrine urbana”. Por outro lado, intervenções como, por exemplo, as reformas do Complexo do Ver-O-Peso, do Complexo Turístico do Ver-O-Rio e do Mercado de São Brás, ainda que igualmente tenham como pressuposto a preparação da cidade para a COP 30, parecem se destacar por uma preocupação precipuamente voltada às demandas sociais, dada a valorização de espaços de referência para a cultura popular e para a subsistência de populações historicamente envolvidas com as dinâmicas e sociabilidades locais.

Diante dos dilemas postos à cidade, uma primeira problematização acerca das intervenções urbanas voltadas para a capital paraense em função da COP 30 se justifica, sobretudo no que se refere ao tipo de legado que um evento desse porte e dessa natureza pode deixar para uma cidade como Belém, isto é, um legado corporativo-clientelista, definido por grandes objetos urbanos e por estratégias de desenvolvimento urbano econômico-políticas, seletivas e excludentes, ou um legado mais cívico-territorial e bem representado pela concepção de objetos de grandeza cidadã.

A concepção desse tipo de objetos, de grandeza cidadã, diferentemente daqueles, os grandes objetos, adquire destaque pela valorização das demandas locais e, com efeito, pelo impacto social positivo junto a populações que cotidianamente sofrem com as mazelas sociais, econômicas e territoriais produzidas pela urbanização corporativa

(Santos, 2013); urbanização essa que, não raro, produz cidades muito mais voltadas para os interesses externos do que propriamente para as necessidades internas que tanto definem as cidades contemporâneas e que tem no embelezamento urbano, seletivamente criado, uma de suas principais expressões socioespaciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação realizada em torno do tema nos sugere que a ideia do “legado histórico e transformador” nos parece muito mais uma estratégia discursiva e político-clientelista de aceitação do megaevento e de toda a ideologia desenvolvimentista que a ele é inerente. Isso porque, as intervenções anunciadas como “equipamentos âncoras” (Diálogos [...], 2024) e que acabam mobilizando grande parte dos recursos são, em verdade, ações paliativas que pouco atacam os problemas estruturais historicamente vivenciados por Belém.

Por esse motivo, a realização da COP 30 deve ser uma oportunidade para debater questões, entrever possibilidades e sugerir avanços sobre os desafios enfrentados pelo Brasil e pelo mundo quanto à mudança do clima e à agenda socioambiental, mas também para revelar os inúmeros problemas que uma cidade amazônica como Belém, sede do megaevento, vivencia cotidianamente; problemas esses que, aliás, não podem ser considerados oportunisticamente para fins de mobilização de recursos e de cálculos político-eleitorais, mas como verdadeiras possibilidades de sugerir transformações urbanas e construir um legado efetivamente pertinente para a cidade.

Na lógica dos megaeventos, o ordenamento urbano corporativo-clientelista parece reafirmar a produção da escassez (Santos, 2013)

quando, tendo a seletividade espacial como estratégia de desenvolvimento urbano, viabiliza a realização de intervenções urbanísticas – por vezes sob a forma de grandes objetos (Santos, 1994) – em áreas centrais e sob a ideia de “preparar” e “embelezar” a cidade para um público externo que a ela virá por ocasião do evento, relegando à extensa parte da capital paraense a negação da cidadania (Santos, 1987).

Nessa perspectiva, talvez seja o momento de começarmos a pensar em outros objetos, em objetos de grandeza cidadã, os quais, para além da forma que possuem, destacam-se pelas repercussões sociais, culturais e territoriais face as demandas populares, no sentido de garantir uma verdadeira “geografização da cidadania” (Santos, 1987) como estratégia de desenvolvimento; estratégia essa, capaz de se contrapor à produção de um legado corporativo-clientelista e, ao mesmo tempo, de construir um legado precipuamente cívico-territorial em nossas cidades.

REFERÊNCIAS

BORJA, J. Las ciudades como actores políticos. **Revista de Ciencias Sociales**, Montevideo, n. 15, p. 15–19, abr. 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Estatuto da cidade**: Lei 10.257/2001. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CASTRO, F. F.; CASTRO, M. R. N. Aspectos estruturais da política cultural do PSDB no Pará. *In*: FIGUEIREDO, S. L. *et al.* **Amazônia, cultura e cena política no Brasil**. Belém: NAEA, 2016. p. 83–92.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 39–68, jul./set. 1987.

CRUZ, E. **História de Belém**. Belém: Editora da UFPA, 1973. 2 v.

DIÁLOGOS urbanos – DIURB – 2024. [S. l.: s. n.], 2024. 1 vídeo (334 min). Publicado pelo canal UNAMA. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/Xx0HHEclVwE>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FERREIRA, R. B. **O urbanismo de exceção**: apontamentos para uma metodologia do urbano. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

LOPES, R. **A cidade intencional**: o planejamento estratégico de cidades. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

MEIRELLES, M. COP 30: como estão as obras para a Conferência do Clima em Belém? **CNN Brasil**, Belém, 25 mar. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/cop-30-como-estao-as-obras-para-a-conferencia-do-clima-em-belem/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MENEZES, C. Mais um legado da COP 30, ‘Museu das Amazônias’ será implementado no Porto Futuro II, em Belém. **Agência Pará**, Belém, 11 jun. 2024. Cultura e educação. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/56930/mais-um-legado-da-cop-30-museu-das-amazonias-sera-implementado-no-porto-futuro-ii-em-belem>. Acesso em: 28 jun. 2024.

NOVAIS, P. **Uma estratégia chamada “planejamento estratégico”**: deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

PASSOS, M.; CARNEIRO, T. 500 dias para a COP na Amazônia: como estão as obras que somam mais de R\$ 4 bilhões em Belém. **G1 Pará**, Belém, 28 jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/para/noticia/2024/06/28/500-dias-para-a-cop-na-amazonia-como-estao-as-obras-que-somam-mais-de-r-4-bilhoes-em-belem.ghtml>. Acesso em: 29 jun. 2024.

PENTEADO, A. R. **Belém do Pará**: estudo de geografia urbana. Belém: Editora da UFPA, 1968. 2 v.

SÁNCHEZ, F. **Cidade espetáculo**: política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra, 1997.

SÁNCHEZ, F. A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine. *In*: ACSELRAD, H. (org.). **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 155–175.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SANTOS, M. Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado. *In*: RATTNER, H. (org.). **Brasil 1990**: caminhos alternativos do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1979. p. 143–161.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. 3. reimp. São Paulo: Edusp, 2013.

SARGES, M. N. **Riquezas produzindo a Belle Époque**: Belém do Pará (1870/1910). 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1990.

TAKETA, B. Vale tudo para maquiagem Belém para a COP-30? **Sumaúma**: jornalismo do centro do mundo, Belém, 25 jul. 2023. Disponível em: <https://sumauma.com/vale-tudo-para-maquiagem-belem-para-a-cop-30/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

TRINDADE JR., S-C. C. Um “skyline” em mutação: o velho centro e as transformações urbanas em Belém. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 21, n. 1, p. 57–78, jan./abr. 2018.

TRINDADE JR., S-C. C. Confinamento, dispersão e difusão: processos e configurações espaciais de uma metrópole em formação. *In*: TRINDADE JR., S-C. C.; SANTOS, T. V. (org.). **O urbano e o metropolitano em Belém**: (re)configurações socioespaciais e estratégias de planejamento e gestão. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 143–160.

TRINDADE JR., S-C. C. **Vilas e cidades da Amazônia**: paisagens, memórias e pertencimentos. Belém: Paka-Tatu, 2021.

TRINDADE JR., S-C. C.; LEITE, G. C. S. Metrópole e economia urbana na Amazônia: olhando Belém na perspectiva da teoria dos circuitos. **e-Metropolis**, Rio de Janeiro, n. 36, ano 10, p. 7–18, mar. 2019.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 75–103.

COP da Amazônia ou COP na Amazônia? Belém do Pará, dos espaços urbanos em construção às construções espaciais enunciativas

INTRODUÇÃO

Em maio de 2023 foi anunciada oficialmente a cidade de Belém (PA) como sede da 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas, conhecida como Conferência das Partes (COP), apontada como o mais importante encontro internacional sobre o tema.

Normalmente, grandes eventos como esse são enquadrados em discursos desenvolvimentistas pelos governantes locais e dos países onde eles acontecem, uma vez que se concebe a ideia de que a organização e a realização dos mesmos podem proporcionar, local e regionalmente, incrementos econômicos, melhorias sociais,

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

Geógrafo e Bacharel em Direito, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo PPGDSTU/ NAEA/UFPA, Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), Professor Titular do NAEA/UFPA e Pesquisador I C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entidade do governo brasileiro voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico.

Adailson Soares Dantas

Arquiteto e Urbanista (FAU/UFPA), mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA), especialista em Planejamento e Gestão Públicas do Turismo (FACTOR/UFPA) e doutorando em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA).

transformações urbanísticas etc. Representam, portanto, não só oportunidades para atrair recursos, como também possibilidades de investimentos em setores tidos como estratégicos para aqueles fins, a exemplo do turismo, dos serviços urbanos e das infraestruturas (de lazer, habitacional, transporte e mobilidade etc.), servindo, assim, como prováveis catalisadores de desenvolvimento a médio e longo prazos.

No caso da COP 30, diferentes autoridades políticas já apontavam a necessidade e a importância de sediar tal evento no Brasil, em especial na Amazônia, por se tratar de uma região carregada de materialidades e simbologias que versam sobre conservação ambiental, desenvolvimento sustentável, combate às mudanças climáticas etc. Pode-se afirmar que tais preocupações também se voltam para as cidades amazônicas que sofrem grande pressão para seguir modelos de desenvolvimento urbano exógenos, apoiados quase sempre em referenciais técnico-economicistas de caráter homogeneizante.

Em se tratando de Belém, pode-se dizer que já são, relativamente falando, vultosos os investimentos em intervenções de requalificação urbana e obras de mobilidade, visando a preparação da cidade para sediar a COP 30. Tais fatores tornam mister a análise crítica desses projetos urbanos, pois, afinal, quais são, de fato, os benefícios reais que serão revertidos para a cidade de Belém frente aos valores que estão envolvidos na preparação do evento?

Diante da preocupação com essa questão é que este texto analisa conteúdos e estratégias enunciativas sobre projetos de intervenção urbana que visam à transformação da cidade de Belém para receber o megaevento da ONU no ano de 2025. Trata-se de uma análise de natureza qualitativa que busca sistematizar informações sobre o assunto por meio de material oficial já publicado e de domínio público. Por esse

motivo, quanto aos meios, a pesquisa efetivada se pautou em material de natureza bibliográfica e documental.

No que concerne aos documentos, foram utilizados materiais *on-line* disponibilizados pelos entes federativos envolvidos e que tratam das diferentes intervenções programadas ou já em execução no espaço urbano de Belém, relacionadas ao megaevento referenciado. De forma mais específica, foram selecionados enunciados, chamadas e *headlines* de projetos de iniciativa do Governo do Estado Pará (GEP) e da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), concebidos como obras de intervenção urbana, com vistas à preparação da capital paraense para a COP 30. A seleção desses enunciados tem em vista destacar as mensagens transmitidas em seus conteúdos e que demarcam aquilo que se busca chamar a atenção da população em geral para a natureza e a importância das obras e projetos que esses mesmos enunciados transmitem.

Como unidades de registros dos conteúdos, foram eleitos artigos jornalísticos e notas, pautas e notícias veiculadas pela mídia institucional dos entes em análise. Como unidade de contexto, definiu-se o próprio Município de Belém, sede da Conferência, como ambiente imediato dentro do qual os enunciados são veiculados e cujos munícipes se constituem o público-alvo principal dos enunciados e conteúdos emitidos pelos órgãos oficiais estaduais e municipais. Também foi eleito o período de preparação da COP 30, isto é, da divulgação oficial da escolha da sede ao momento atual, como referência temporal para a análise do material veiculado sobre as intervenções selecionadas para estudo.

Quanto à base bibliográfica que ilumina a discussão, foi consultado material que aborda a relação entre megaeventos, planejamento, gestão e desenvolvimento urbano. A interpretação dos dados foi feita com base na análise de conteúdo e será apresentada por meio de recursos

tais como mapas e quadros que, assim como este texto, mostram os resultados encontrados. A sistematização aqui realizada está dividida em três partes, além desta introdução e das considerações finais.

Inicia-se mostrando a importância da análise de conteúdo para compreender a produção do espaço como realidade social e contraditoriamente construída (Léfèbvre, 1974) e as estratégias de desenvolvimento urbano na contemporaneidade. Em seguida, são apresentados elementos que caracterizam hoje a cidade de Belém como uma metrópole regional e como cidade-sede da Conferência das Partes de 2025. Por fim, destacam-se aspectos dos enunciados e seus conteúdos relacionados aos projetos de intervenção articulados à preparação da cidade para a COP 30, emitidos pelo poder público municipal e estadual que buscam alimentar a ideia de desenvolvimento urbano atrelado ao megaevento em referência.

A PRODUÇÃO ESTRATÉGICA DE CIDADES: DA ANÁLISE DE DOCUMENTOS E CONTEÚDOS ÀS INTENÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Não é raro, na produção social do espaço urbano (Léfèbvre, 1974), o uso de retóricas que buscam legitimar intervenções urbanas que fazem apelo à ideia de desenvolvimento. A respeito do entendimento do que seja desenvolvimento urbano, Marcelo Lopes de Souza observa que:

para algumas pessoas, uma cidade “desenvolve-se” ao crescer, ao se expandir, ao conhecer uma modernização do seu espaço e dos transportes, ao ter algumas áreas embelezadas e remodeladas. Esquecem-se, com muita facilidade, duas coisas: os *custos*, sociais e ambientais, de tais progressos, via de regra muito seletivos, social e espacialmente; e o *contexto* mais amplo (regional, nacional, internacional) de tais melhoramentos (Souza, 2003, p. 95).

O mesmo autor sugere pensar em desenvolvimento urbano superando o seu caráter meramente ideológico, associado ao crescimento econômico, à modernização da cidade e à melhoria tão somente de padrões de consumo:

um desenvolvimento urbano autêntico, sem aspas, não se confunde com uma simples expansão do tecido urbano e a crescente complexidade deste, na esteira do crescimento econômico e da modernização tecnológica. Ele não é, meramente, um aumento da área urbanizada, e nem mesmo, simplesmente, uma sofisticação ou modernização do espaço urbano, mas antes e acima de tudo, um desenvolvimento sócio-espacial na e da cidade: vale dizer, a conquista de melhor qualidade de vida para um número crescente de pessoas e de cada vez mais justiça social (Souza, 2003, p. 101, grifos do autor).

Normalmente não é esse entendimento que norteia discursos de desenvolvimento urbano articulados aos megaeventos, como aconteceu com grande parte das cidades que sediaram a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 no Brasil. Como referência desse discurso de desenvolvimento, costuma-se mencionar a realização das Olimpíadas de Barcelona em 1992, na Espanha, quando a forma de planejamento urbano, conhecido como o “modelo Barcelona” (Capel, 2005), foi implementado e passou a ser reconhecido como uma experiência de sucesso.

Quase sempre pautado no planejamento estratégico de cidades, uma forma de ordenar a cidade concebida na *Harvard University*, nos Estados Unidos, essa forma de planejamento voltava-se inicialmente para corporações privadas, mas, em consequência de seu relativo sucesso, foi logo adotada no setor público, a exemplo de cidades como São Francisco (Estados Unidos), Barcelona (Espanha) e Rio de Janeiro (Brasil), chegando, inclusive, a inspirar outras experiências brasileiras (Novaes, 2010).

Trata-se de um tipo de planejamento que, advindo de estratégias militares, considera enfrentamentos competitivos, definindo linhas de ação com base em pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades; elementos que deverão ser considerados no combate a “inimigos” concorrentes e tendo em vista o alcance de objetivos e metas estrategicamente traçados (Lopes, 1998).

Para a sua aplicação, Borja (1997) menciona alguns pressupostos a serem considerados: a) necessidade de criar a sensação de crise e de ameaça nos agentes envolvidos no planejamento, b) instauração de uma atmosfera de consenso entre os mesmos agentes, capaz de anular possíveis conflitos entre eles que criem obstáculos a práticas de concertação e c) mobilização de atores diversos em torno de uma ação comum e esforços conjuntos através de parcerias.

De vertente eminentemente neoliberal, esse tipo de planejamento tem sido objeto de críticas no meio acadêmico, como as que foram feitas por Vainer (2000), por se pautar em práticas empresariais e empreendedoras no planejamento e na gestão pública, transformando a cidade em uma espécie de mercadoria a ser vendida no mercado e por estimular um espírito e ideário comum e “patriótico” em seus habitantes visando a uma boa performance competitiva e a mecanismos de atratividade de fundo precipuamente econômico.

Nessa mesma linha de inspiração tornou-se comum o uso de mecanismos do planejamento estratégico para a mobilização de recursos voltados para a realização de megaeventos esportivos, políticos, culturais, ambientais etc. Para isso, usa-se a retórica de preparar a cidade para tais eventos e, concomitantemente, alçá-la a um possível patamar de desenvolvimento que, sem os referidos recursos, dificilmente poderia acontecer. Tal foi o caso de Barcelona, que se preparou para as

Olimpíadas de 1992 e buscou tirar proveito disso, tornando-se, desde então, uma das cidades mais atrativas do mundo, não apenas do ponto de vista turístico, mas, igualmente, do empreendedorismo de um modo geral, dos negócios, dos serviços, do urbanismo criativo, dentre outros.

A avaliação do caso Barcelona, entretanto, ganha leituras diferenciadas, se considerarmos perguntas, como as sugeridas por Lasswell (1952 *apud* Chizzotti, 2008), para entender conteúdos e mensagens que ajudem a desvendar determinadas questões da realidade, a saber: quem fala? Para dizer o que? Por quais meios? A quem se fala? Com quais efeitos? Considerados tais elementos, o que se conclui como uma experiência de sucesso, pode, igualmente, ser apreciada como experiência de fracasso, se levarmos em conta um ponto de vista bem diferente. Tal é o que acontece com o caso de Barcelona, que nem sempre é visto na perspectiva da retórica oficial (sempre positiva!), conforme se constata em Delgado (2007) no livro *La ciudad mentirosa: fraude y miseria del 'modelo Barcelona'*, que apresenta aquela cidade a partir de outros pontos de vista.

Tal consideração chama a atenção para a importância de analisarmos pontos de vista nem sempre consensuais, se tomarmos em conta a situação e a condição dos sujeitos que se posicionam com relação aos seus efeitos, interesses e intenções. Trata-se de um tipo de análise que nos permite localizar, em perspectiva histórica e social, não apenas os sujeitos que falam, mas, igualmente, os lugares de onde falam, as pessoas às quais se dirigem, os propósitos das narrativas que constroem e os espaços urbanos produzidos em decorrência de seus interesses.

É nesse sentido que Matus (2007), ao discutir planejamento e participação social, chama a atenção para a importância da “análise situacional”. Nesse caso, sugere conceder importância à situação de

quem fala ao se posicionar diante de um fato ou fenômeno, uma vez que questões semelhantes podem gerar explicações diferentes, com sustentações e fundamentações díspares, a depender da situação do ator social em jogo. Mostra o referido autor a necessidade de contextualizar o sujeito que fala, assim como a forma de sua abordagem, posto que esta é eminentemente situacional. Enveredar por essa análise nos leva, portanto, a situá-los, o sujeito e sua abordagem, em um dado contexto que, por sua vez, remete, em grande medida, à sua posição social, econômica, política etc.

Pensamos que, ao longo do tempo, têm sido construídas várias maneiras de entender o desenvolvimento urbano, como se pode perceber naquelas que propagaram o higienismo do espaço urbano como expressão de prosperidade; e aquelas que sustentaram a modernização das formas espaciais como sinônimo de desenvolvimento. Também se verifica em retóricas mais recentes, a exemplo das que propagam a necessidade de tornar as cidades mais saudáveis como pressuposto de um desenvolvimento sustentável; ou aquelas que postulam cidades mais participativas e democráticas como condição de seu desenvolvimento socioespacial; ou, ainda, as que defendem o desenvolvimento urbano com base em cidades atrativas, competitivas e aderentes aos interesses e tendências do mercado global.

Tais modelos de desenvolvimento, por seu turno, fazem-se presentes em estratégias diversas de veiculação que incluem notadamente documentos, mas igualmente outros registros escritos, imagens sobre a cidade, publicidades de cunho econômico, *marketing* de natureza política etc. A análise de um documento, entretanto, nem sempre se converte automaticamente em análise de conteúdo ou, ainda, no que se chama, na pesquisa científica, de análise do discurso. Daí a necessidade de estabelecer a diferença entre elas.

No caso da análise documental, considera-se ser uma forma de investigação ou de pesquisa que se volta para o estudo de documentos contemporâneos ou retrospectivos cientificamente tidos como autênticos, nos quais as informações para o conhecimento de um dado objeto de estudo são colhidas, tornando-se, por isso, uma fonte de dados a respeito do mesmo. Para Cellard (2008), a análise documental, marcadamente qualitativa, requer, além da identificação e da leitura criteriosa de documentos de natureza pública ou privada, uma preliminar contextualização deles e de seu autor ou autores, a avaliação de suas autenticidades, naturezas e confiabilidades, assim como o mapeamento dos elementos/conceitos-chave presentes e de suas estruturas lógicas, de forma a, finalmente, dar sentido e prosseguimento à análise propriamente dita.

A análise de conteúdo, por sua vez, que pode ser feita a partir de um ou mais documentos, assume natureza tanto quali quanto quantitativa, dependendo dos interesses da pesquisa. Ela se volta para a decomposição léxica ou temática de um texto escrito ou não com foco em seu conteúdo, momento em que se procura decodificá-lo usando-se categorias de análise, e considerando-se, para isso, indicadores e pressupostos que enumeram, classificam e categorizam elementos do conteúdo, tornando este passível de algum tipo de inferência e generalização (Chizzotti, 2008).

Elementos e procedimentos semelhantes também podem ser usados na análise do discurso, mas que sugere outras especificidades. Ele pode ser de natureza quantitativa ou qualitativa, ou ambas, mas sempre tem como foco as mensagens de agentes sociais, que, por meio de suas retóricas e práticas sociais, enunciam/emitem discursos orais ou escritos e práticas discursivas registradas e veiculadas nos mais diferentes meios (documentos, filmes, áudios etc.). Gil (2008) chama a atenção para

uma variedade de enfoques de conteúdos que se pautam em tradições teóricas e disciplinares diversas. Isso tudo no sentido de entender as estruturas discursivas e suas possíveis conexões (sociais, históricas, políticas, culturais etc.), de maneira a desvendar mensagens/intenções, explícitas ou não, que nelas se fazem presentes.

Para efeito deste trabalho, não nos debruçaremos na análise do discurso propriamente dita, ainda que esta possa ser referenciada em algum momento, mas nos deteremos na análise de documentos e de seus conteúdos na forma de enunciados presentes nas unidades de registros aqui escolhidas para estudo. Isso porque temos em conta que, na preparação de um megaevento como a COP 30, a ser realizada em Belém, esses elementos que envolvem a análise de documentos e de conteúdos podem nos permitir aprofundar questões associadas ao desenvolvimento urbano.

Além disso, permitem entender contradições que se encontram envolvidas nas práticas socioespaciais, especialmente em razão das apostas que se fazem quanto aos investimentos a serem efetivados nas obras urbanas, como as de infraestrutura, mas também aos agentes sociais, econômicos e políticos envolvidos e sua situação diante dos investimentos urbanos, assim como a relação entre posição dos sujeitos e interesses e intenções ligados à apropriação da cidade e proveitos que um megaevento pode proporcionar para diferentes frações sociais e econômicas que nela vivem ou não.

BELÉM, ENTRE RESPONSABILIDADES TERRITORIAIS DE ESCALA REGIONAL E GLOBAL

Conforme já se discutiu em outro momento (Trindade Jr., 2024), não é razoável assumirmos um modelo de cidade e metrópole que sirva de referência para a Amazônia sem considerarmos a capacidade da

mesma promover, de forma generalizada, justiça social e melhoria da qualidade de vida (Souza, 2003) nela e na sua sub-região de influência.

Diferentemente da Amazônia ocidental, tida como sub-região amazônica cujo modelo de desenvolvimento instalado pouco impactou no bioma florestal, no caso da Amazônia oriental, onde se situa Belém, o incremento econômico que ganhou expressão desde a segunda metade do século XX revela grande impacto na floresta amazônica, sendo o Estado do Pará considerado um dos mais expressivos em termos de devastação florestal.

Belém teve seus elementos indutores de crescimento populacional decorrentes do avanço de estruturas capitalistas no campo e na floresta, responsáveis por desestruturar as relações e espaços preexistentes, promovendo deslocamentos de ribeirinhos e populações camponesas em sua direção e a municípios vizinhos (Trindade Jr., 2024). Além disso, a presença de grandes projetos econômicos e de infraestrutura em sua região mediata de influência, bem como a atração urbana em razão da presença de serviços e recursos mais concentrados na capital paraense, estimulou o crescimento da cidade com forte repercussão em termos de empobrecimento urbano, inicialmente em áreas centralmente localizadas que se favelizaram, as baixadas, e, posteriormente, em espaços precários de habitação fora das áreas centrais de Belém e em municípios vizinhos, constituindo vetores mais recentes de expansão urbano-metropolitana (Trindade Jr., 2016).

Importa considerar também que as conexões globais da Amazônia oriental ocorrem notadamente mais, a partir da região de influência de Belém que da capital paraense propriamente dita, ainda que um dos projetos econômicos de grande impacto instalado em sua sub-região (na década de 1980), voltado à produção e à exportação de alumínio

para grandes mercados globais, tenha ocorrido em Barcarena, vizinho a Belém. Tal Município compõe hoje a sua malha metropolitana estendida, tornando-se importante ponto logístico de conexão com mercados globais. De qualquer forma, inobstante a concentração econômica e populacional em Belém e municípios vizinhos, a metrópole tem tido ritmo de crescimento menor que alguns espaços produtivos de sua sub-região (Trindade Jr., 2024).

Trata-se de um modelo de crescimento econômico que, além da forte pressão exercida sobre a floresta, posto que se pauta em grande parte na exploração e exportação de produtos que não necessariamente a mantêm em pé, revelou-se também, ao longo do tempo, nada favorável à preservação da vida e da cultura de seus povos. Em consequência, na Amazônia oriental, houve aumento não apenas do processo de devastação, com comprometimento dos recursos naturais regionais, como também uma espécie de devastação sociocultural; ambas acompanhadas de elevação da densidade populacional, da densidade técnica do território e da densidade de conflitos no âmbito regional. Tais fatores repercutiram extensivamente no processo e modelo de urbanização e de metropolização de uma cidade como Belém, sua principal aglomeração urbana.

Assim, uma “COP da Amazônia”, conforme tem sido propagado desde o momento em que se apresentou Belém como sede da referida Conferência em 2025, pressupõe referenciar essa cidade enquanto uma importante aglomeração urbana, considerando os seus problemas e dilemas atuais, bem como as demandas locais e regionais existentes. Isso porque, a realidade apresentada nessa escala geográfica tem implicações diretas com o bioma florestal, com a vida e a cultura que nela se reproduz, e, igualmente, com as mudanças climáticas que a COP se preocupa em entender e para as quais busca direcionar medidas de natureza global.

Em outros termos, além de assumir sua condição de cidade significativamente representativa em uma região que protagoniza papel importante quanto aos novos rumos a serem tomados no que diz respeito às mudanças climáticas – por possuir a maior extensão de floresta tropical do mundo e pela possibilidade de poder ajudar a contrabalançar a emissão de CO₂ no planeta –, é, antes de tudo, uma cidade que assume um perfil de “responsabilidade territorial”, conforme nos inspira a pensar Bitoun (2009), diante de sua própria região de influência.

Ao propor tal denominação, o autor busca reconhecer as especificidades de algumas cidades, que, por suas centralidades, localizações e distâncias em relação aos centros dinâmicos do País e do mundo, tornam-se importantes pontos de apoio às suas próprias populações, como também àquelas outras, dispersas em grandes porções do território, como o extenso espaço amazônico, e que veem nela uma das poucas referências de atendimento, veiculação e projeção de suas necessidades cidadãs.

Isso significa reconhecer a “responsabilidade territorial” do ponto de vista da economia, da infraestrutura, dos serviços e de sua relação para com a floresta, por meio de uma perspectiva econômica, social, ambiental, cultural e política, capaz de mantê-la em pé. Dessa forma, além de ser uma “metrópole da floresta”, por fazer parte dela e por interagir com seus recursos e valores socioculturais, coloca-se, também, o desafio de ser, cada vez mais, uma “metrópole para a floresta”. Isso significa dizer, em outras palavras, que suas interações para com a região devem se voltar notadamente para atividades, valores e comportamentos que, acima de tudo, preservem o seu potencial natural e sociocultural como riquezas que não podem ser barganhadas livremente e sem critérios no mercado regional, nacional ou global.

É nesse sentido que cabe, igualmente, a indagação se a preparação de Belém para o megaevento da ONU nos conduz a pensar em uma “COP da Amazônia”, da floresta, portanto, como se tem propagado, ou se, em vez disso, a cidade está sendo concebida e preparada apenas como sede onde se vai realizar a conferência do clima, sendo, neste caso, uma “COP na Amazônia”, na floresta, mas não necessariamente dela e para ela.

Procuraremos responder a essa questão, ainda que de forma parcial, examinando documentos e seus conteúdos associados às ações de preparação da cidade para a Conferência das Partes em 2025, considerando o conhecimento já acumulado que temos em relação à referida realidade e às suas demandas sociais urbanas. Tal análise centrará foco em documentos e conteúdos, especialmente em enunciados e chamadas gerais, do tipo *headlines*, que têm sido veiculados e difundidos para a população com base em intervenções urbanas propostas ou execução de iniciativa do Governo do Estado do Pará e da Prefeitura Municipal de Belém.

COP DA AMAZÔNIA? ENUNCIÇÕES VOLTADAS PARA UM MEGAEVENTO EM BELÉM

A metodologia para a análise dos dados aqui expostos é pautada na análise de conteúdo de Laurence Bardin (2016). Primeiramente, coletaram-se os dados em 10 artigos jornalísticos e 12 notícias de portais institucionais *on-line* (dos 3 entes federativos). Em seguida, determinou-se as unidades de análise (palavras, frases, parágrafos ou qualquer outro segmento de texto relevante) para, então, ocorrer a codificação, que é o processo de categorizar o texto em unidades de significado. Assim, optou-se pela codificação aberta, com a identificação

de temas e categorias diretamente do texto, de forma a empreender a análise e a interpretação sem categorias pré-definidas.

Ao analisar e interpretar os dados agrupados, procurou-se entender os padrões e relações entre os temas identificados, incluindo a contextualização de categorias e temas dentro da conjuntura de estudo e a comparação de diferentes categorias e temas para identificar semelhanças e divergências. Os conteúdos analisados podem ser resumidos nos quadros abaixo:

Quadro 1 – Intervenções com vistas à COP 30 executadas pelo Governo do Pará

Nº	Enunciados, chamadas, <i>headlines</i> veiculados em documentos <i>on-line</i> oficiais	Projeto a que se refere o enunciado (localização)	Formas e conteúdos urbanos propostos	Observações sobre os conteúdos dos enunciados
1	<p>“Maior obra de intervenção urbana em execução no Pará”.</p> <p>“Maior intervenção urbana dos últimos 100 anos na capital paraense”.</p> <p>“Os equipamentos turísticos farão com que a cidade possa ter um <i>upgrade de visibilidade</i>, que é um <i>business</i> que Belém nunca teve”.</p> <p>“No ano que vem, tem que ser a COP da floresta”.</p> <p>“Com a Conferência do Clima realizada em Belém, a floresta e as políticas de redução de emissões a partir da</p>	Parque da cidade de Belém (Bairro do Souza)	Parque Urbano com diversos equipamentos de turismo e lazer	<p>Superlativização das obras</p> <p>Investimentos em setores estratégicos: turismo</p> <p>Responsabilidade territorial: COP da floresta; perspectiva de discussão a partir das necessidades da região amazônica</p>

<p>1</p>	<p>Amazônia estarão na pauta principal do evento, pela primeira vez, assim como o papel do Sul Global nas discussões climáticas”.</p> <p>“Não queremos fazer a COP como fez Dubai. Quem queria hotel seis estrelas, quem queria prédio de 70 andares, teve a oportunidade de viver a experiência no ano passado em Dubai. Quem quiser ver os grandes rios, as grandes árvores e os povos da floresta, será em Belém do Pará, a COP da floresta”.</p>			
<p>2</p>	<p>“Desenvolvimento sustentável e mais qualidade de vida para as pessoas por meio da integração portocidade”.</p> <p>“O projeto vai abrir novas janelas para a Baía do Guajará”.</p> <p>“Porto Futuro II terá até hotel de luxo e museu”.</p> <p>“A dragagem do porto integra parte fundamental das obras de infraestrutura de Belém para a COP 30, e, será um dos importantes legados da COP para a capital do Estado”.</p>	<p>Porto Futuro Segunda Etapa (Bairro do Reduto)</p>	<p>Requalificação de 11 armazéns subutilizados do porto de Belém</p>	<p>Parcerias com a iniciativa privada</p> <p>Planejamento estratégico</p>

2	<p>Essa obra vai permitir com que a cidade possa receber embarcações de grande porte, como navios de cruzeiro, que poderão chegar e atracar e permitir uma grande parte do público que virá participar da COP”.</p>			<p>Desenvolvimento sustentável por meio da integração de áreas obsoletas e degradadas</p> <p>Discurso do legado</p>
3	<p>“A Nova Doca vai transformar toda a Avenida Visconde de Souza Franco em mais um cartão postal da capital paraense”.</p> <p>“Urbanizar toda esta região com o equipamento público urbano de embelezamento de um novo espaço turístico”.</p> <p>“Devem deixar um legado histórico e transformador, em Belém, principalmente, em infraestrutura, mobilidade, turismo e saneamento”.</p> <p>“Nova Doca, que deve deixar um legado de transformação urbana e de infraestrutura na Avenida Visconde de Souza Franco, uma das áreas de maior visibilidade do centro da cidade”.</p>	<p>Nova Doca e Nova Tamandaré</p>	<p>Construção de parques lineares nas Avenidas Visconde de Souza Franco e Almirante Tamandaré</p>	<p>Discurso do legado</p> <p>Modernização e embelezamento do espaço</p>

3	<p>“O novo espaço vai valorizar as referências originais da cidade, que é banhada por rios, e criar um parque linear contínuo”.</p> <p>“Aproveitar o grande evento para posicionar Belém e o Pará como líderes ambientais da Amazônia”.</p>			<p>Planejamento estratégico: cidades atrativas e competitivas</p>
4	<p>“Fazemos agora esse repasse para que se torne um hotel e fortaleça a estratégia turística [...] para que Belém se consolide como capital da Amazônia”.</p> <p>“Nós, enquanto poder público, estamos fazendo aquela que é a nossa missão: ser um indutor e um facilitador para que a iniciativa privada possa investir no nosso Estado e gere emprego e renda. O turismo será um dos maiores geradores de emprego na próxima década”.</p> <p>“Com estes investimentos, estamos garantindo emprego imediato através da construção civil; por outro, a ampliação de leitos, competitividade para nossa capital e atração de turismo, que certamente é uma das principais estratégias para consolidar esta nova economia em favor do Estado do Pará”.</p>	<p>Museu das Amazônias</p>	<p>Museu a ser instalado na área do Porto Futuro II</p>	<p>Responsabilidade territorial: valorização da história, da cultura e do território regional</p>

4	<p>“O que estamos fazendo aqui é transformar um espaço público em um investimento privado, criando 500 novos leitos, o que será fundamental para consolidar Belém como um destino turístico”.</p> <p>“Romulo Maiorana Jr. afirma que a construção do hotel cinco estrelas vai estimular o turismo internacional em Belém, especialmente porque o empreendimento deverá ser um dos melhores hotéis do país”.</p>	Hotelaria	Concessão de prédios públicos para implantação de hotéis de luxo	<p>Parceria Público-Privada</p> <p>Planejamento estratégico</p> <p>Cidades competitivas</p> <p>Privatização do espaço público</p>
5	<p>“Parceria com Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação valoriza herança histórica e cultura regional para a COP 30”.</p> <p>“Isto permitirá que nós possamos, no dia seguinte ao da COP, ter um legado que fará com que a cidade continue vivendo esse momento especial em que o Estado se consolida no protagonismo da agenda ambiental”.</p>			<p>Discurso do legado</p> <p>Cidades competitivas</p>
6	<p>“Obra para desafogar trânsito em Belém na COP30 vai rasgar parque municipal”.</p>	Duplicação da Rua da Marinha	Obra de requalificação viária	Rodoviarismo

6	<p>“Além do impacto no ecossistema, devido à dimensão das obras, há a possibilidade de desapropriação de pelo menos quatro quarteirões do bairro Bengui, que fica ao lado do parque”.</p>	<p>Duplicação da Rua da Marinha</p>	<p>Obra de requalificação viária</p>	<p>Modernização do espaço Degradação ambiental Contradição de discursos</p>
7	<p>“Belém terá macro drenagem de 15 canais tendo em vista a COP 30”.</p> <p>“Esta é a maior intervenção em macro drenagem da história de Belém”.</p> <p>“A macro drenagem contribui para a preservação do meio ambiente, ajudando a evitar a erosão do solo e a poluição das águas”.</p> <p>“O investimento em infraestrutura tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável dentro da cidade, com o atendimento de áreas de vulnerabilidades com o trabalho social, saneamento e mobilidade”.</p>	<p>Macro drenagem de 15 canais em 20 bairros da cidade de Belém</p>	<p>Revestimento em placas de concreto, rede de abastecimento de água, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, esgotamento sanitário e urbanização</p>	<p>Superlativização de obras Discursos de preservação e sustentabilidade Projetos conservadores</p>

Elaborado pelos autores (2024) a partir de Antigo [...], (2024), Belém é [...] (2023), COP 30 [...] (2024), Martins (2024), Menezes (2024), Vaz (2024a, 2024b), Nascimento (2024), Muller (2024), Engelke (2024), Pena (2024), Rocha (2024) e Pinheiro (2024).

Quadro 2 – Intervenções com vistas à COP 30 executadas pela Prefeitura de Belém

Nº	Enunciados, chamadas, <i>headlines</i> veiculados em documentos <i>on-line</i> oficiais	Projeto a que se refere o enunciado (localização)	Formas e conteúdos urbanos propostos	Observações sobre os conteúdos dos enunciados
1	<p>“É uma mudança paisagística, a mata ciliar será recomposta dentro do possível, não queremos expulsar pessoas e plantar florestas”.</p> <p>O objetivo é viabilizar as obras de infraestrutura e as políticas sociais e ambientais. A nossa preocupação é com a cidade, com a paisagem mais bonita, mas a paisagem humana também”.</p> <p>“Um reencontro com a ancestralidade, um reencontro com a nossa floresta e a nossa capacidade produtiva, através de soluções baseadas na natureza”.</p>	Parque Agroflorestal Urbano Igarapé São Joaquim (Bairro da Sacramento)	Parque Urbano com equipamentos sociais e de lazer	<p>Integração cidade-natureza-população</p> <p>Desenvolvimento socioespacial a partir das características da região</p>
2	<p>“O Mercado de São Brás vai ser um espetáculo da arquitetura mundial”.</p> <p>“Será um espaço totalmente revitalizado, que se transformará em um complexo de comercialização, fomento à cultura, gastronomia e turismo”.</p>	Restauração do Mercado de São Brás	Requalificação do mercado público e criação de espaços turísticos e restaurantes	Planejamento estratégico

2	<p>“São grandes obras, com grande qualidade, com estética realmente reconhecida e, ao mesmo tempo, uma obra monumental”.</p> <p>“Será um espaço totalmente revitalizado, que se transformará em um complexo de comercialização, fomento à cultura, gastronomia e turismo”.</p> <p>“É uma obra que servirá de modelo turístico para o mundo. O espaço vai manter os feirantes e também vai ganhar outras funções. Todos esses investimentos são para a COP 30, esse é o legado”.</p>	<p>Restauro do Mercado de São Brás</p>	<p>Requalificação do mercado público e criação de espaços turísticos e restaurantes</p>	<p>Criação de ícones</p> <p>Discurso do legado</p> <p>Investimento pontual e seletivo; modernização e embelezamento</p>
3	<p>“A maior reforma que o nosso complexo do Ver-O-Peso está recebendo em sua história. Nós estamos atingindo todo o complexo do Ver-O-Peso, que é a maior feira livre aberta da América Latina e que gera uma economia muito grande pra Belém e envolve diversos segmentos”.</p>	<p>Requalificação do Complexo do Ver-O-Peso</p>	<p>Reforma do Complexo do Ver-O-Peso (Feira do Ver-O-Peso, Feira do Açaí, Mercados de Carne e Peixe, e Pedra do Peixe)</p>	<p>Práticas socioespaciais integradas</p> <p>Sujeitos com demandas locais</p>
3	<p>“São dois ícones de grande importância não só para a arquitetura e história de Belém, mas eles têm um simbolismo mais importante: a obra gera emprego, mas a obra é para trabalhadores, feirantes, pescadores, conhecedores de frutas, pessoas do campo e da cidade, que sustentam suas famílias do trabalho dia e noite nessas feiras e mercados tão importantes da nossa cidade”.</p>			<p>COP para a floresta: preservação de recursos naturais, da vida e da cultura amazônicas</p>

4	<p>“O BRS da Júlio César é mais uma obra da gestão municipal prioritária à preparação da cidade para a COP-30, que deixará um grande legado para a capital paraense”.</p> <p>“O BRS é um sistema mais leve de transporte coletivo e não precisa das vias exclusivas concretadas como o BRT, por isso, a sua instalação e uso afeta muito menos o trânsito e respeita o meio ambiente, já que esse tipo de transporte não vai obrigar a retirada das árvores dos canteiros da avenida”.</p>	Reurbanização da Avenida Júlio César	Requalificação viária e implementação de sistema <i>Bus Rapide Service</i> (BRS)	<p>Rodoviarismo</p> <p>Mitigação dos impactos ambientais</p> <p>Discurso do legado</p>
---	--	--------------------------------------	--	--

Elaborado pelos autores (2024) a partir de Martins (2024), Vaz (2024a, 2024b), Miranda (2024), Lima (2024) e Magalhães (2024).

Protagonista de intensos debates nos últimos anos – em especial quando se leva em conta a política externa brasileira –, a Amazônia é uma região marcada por simbolismos e retóricas emitidos por diferentes sujeitos que versam sobre conservação ambiental, desenvolvimento sustentável, combate às mudanças climáticas, entre outros. Tais enunciados produzem efeitos de sentido que influenciam sobremaneira na apreensão desse território.

Muitos são os conteúdos que tratam a região como o “pulmão do mundo”, reduto de biodiversidade onde repousa o equilíbrio climático do planeta, como pode ser visto a partir dos enunciados “a COP da floresta será um novo momento para soluções em que a floresta seja um ponto central”, “a floresta e as políticas de redução de emissões a partir da Amazônia estarão na pauta principal do evento, pela primeira vez, assim como o papel do Sul Global nas discussões climáticas” e “Um

reencontro com a ancestralidade, um reencontro com a nossa floresta e a nossa capacidade produtiva, através de soluções baseadas na natureza”.

A partir desses extratos, nota-se uma preocupação na fala dos agentes políticos em assumir a dianteira nas discussões da COP mediante uma perspectiva do Sul global, que leve em conta sobretudo os interesses primários da região e dos povos que nela vivem, retomando, dessa forma, o conceito de “responsabilidade territorial” do ponto de vista da relação harmoniosa do espaço urbano e metropolitano com o seu entorno natural, aproximando-se da ideia de “COP da Amazônia” ou “COP para a floresta”.

Isso se torna relevante, pois, de acordo com Wamslera *et al.* (2020), a maior parte das críticas relacionadas à COP contemplam, justamente, a noção de dependência e desenvolvimento dependente dos países emergentes, enquanto países desenvolvidos são doadores ou provedores de algum recurso, além da falta de diversidade na representação das partes e regras/normas dominantes impostas pelo Ocidente/Norte global.

No entanto, tais enunciados também podem acarretar uma representação simbólica da região que é, muitas vezes, idealizada, respondendo a uma imagem-padrão que descreve esse espaço como um todo coeso e coerente, muitas vezes distante da realidade vivenciada pelas populações locais, que reproduz uma percepção, fruto de discursos dominantes, do que é a Amazônia (Castro; Amaral; Costa, 2015). Existe o receio de que ocorra uma homogeneização que subjogue os reais interesses dos povos amazônicos em prol dos interesses (muitas vezes políticos e nem sempre completamente explícitos) de alguns poucos agentes que emitem tais falas.

Isso fica evidente na evidente contradição de alguns projetos viários e de saneamento em execução em Belém. Enquanto, no âmbito discursivo,

os agentes apregoam a sustentabilidade e a preservação ambiental das obras visando à COP, na realidade, muitas intervenções se mostram extremamente conservadoras (como os projetos de macrodrenagem de canais na periferia da cidade) ou de explícita degradação ambiental (caso do projeto de duplicação da Rua da Marinha, que cortará ao meio o Parque Ecológico Gunnar Vingren, de 44 hectares).

Podemos afirmar, outrossim, que grande parte dos projetos anunciados visam à construção de espaços e equipamentos públicos voltados ao turismo, comércio e lazer, o que fica evidente nos seguintes excertos: “os equipamentos turísticos farão com que a cidade possa ter um *up grade* de visibilidade, que é um *business* que Belém nunca teve” “urbanizar toda esta região com o equipamento público urbano de embelezamento de um novo espaço turístico”; e “será um espaço totalmente revitalizado, que se transformará em um complexo de comercialização, fomento à cultura, gastronomia e turismo”. Nesse sentido, associamos tais enunciados à consumação de um espaço urbano que:

[...] é fruto dos paradigmas de produção e de gestão do território vinculados ao planejamento estratégico, ao modelo econômico da produção flexível, à gestão política neoliberal e ao fluxo universal dos valores culturais e materiais, uma conjuntura muito mais atenta à rentabilidade dos investimentos e ao crescimento econômico a qualquer custo do que ao desenvolvimento propriamente dito dos valores locais e dos interesses dos habitantes (Esteves; Nunes; Passos, 2014, p. 126).

De acordo com diversos autores que se debruçam sobre os estudos urbanos nas últimas décadas, esta é exatamente a tônica das intervenções urbanas conectadas à realização de megaeventos, qual seja: a necessidade de dinamizar a economia urbana por meio de políticas preocupadas com a atração de investimentos nos setores hoteleiro, imobiliário e turístico,

com projetos que prometem revitalizar, renovar e requalificar espaços urbanos, em particular de sítios históricos, áreas portuárias e industriais degradadas, visando ao desenvolvimento de novas fronteiras imobiliárias.

Assim, nota-se que nesses projetos são utilizados “repertórios de urbanismo e arquitetura de grife, no sentido de sua espetacularização, resultando na promoção da cidade e no desenvolvimento de novas marcas identitárias” (Brandão; Sánchez; Valença, 2014, p. 05), exatamente o que podemos depreender, por exemplo, dos enunciados “o Mercado de São Brás vai ser um espetáculo da arquitetura mundial” e “a Nova Doca vai transformar toda a Avenida Visconde de Souza Franco em mais um cartão postal da capital paraense”.

Desse modo, podemos concluir que a maior parte dos projetos executados pelo Governo do Estado do Pará pode ser associada a um discurso desenvolvimentista urbano: crescimento associado a uma modernização do espaço e embelezamento/requalificação pontual e seletiva de algumas áreas, com altos custos sociais e ambientais. Por formatarem um padrão que se reproduz em cidades mundo afora, pouco levando em conta seus contextos sociais, econômicos, culturais e territoriais e por incorporarem a cidade concebida e preparada apenas como sede onde se vai realizar a conferência do clima, esse cenário imprime a ideia de “COP na Amazônia”, na floresta, mas não necessariamente dela e para ela.

No entanto, alguns enunciados, conectados sobretudo às intervenções no Parque Urbano Igarapé São Joaquim e de Requalificação do Ver-O-Peso, relacionam-se mais à ideia de “COP da Amazônia”. Excertos como “É uma mudança paisagística, a mata ciliar será recomposta dentro do possível, não queremos expulsar pessoas e plantar florestas” e “A obra é para trabalhadores, feirantes, pescadores,

conhecedores de frutas, pessoas do campo e da cidade, que sustentam suas famílias do trabalho dia e noite nessas feiras e mercados tão importantes da nossa cidade”, por sua vez, demonstram a preocupação dos agentes em criar espaços e usos calcados no desenvolvimento socioambiental inclusivo e culturalmente localizado, em consonância com as reais necessidades da população da cidade.

Nesse limiar, também existe o discurso da perda que Belém vinha sofrendo no plano regional amazônico, o qual busca evidenciar um quadro de declínio de sua economia e de sua imagem, além de degradação de seus espaços físicos e sociais. Neste discurso, equivalente ao discurso de crise efetuado como embasamento aos planos estratégicos em Barcelona, procura-se criar um consenso que associa a imagem da cidade à necessidade de novas estratégias de desenvolvimento econômico: “Fazemos agora esse repasse para que se torne um hotel e fortaleça a estratégia turística [...] para que Belém se consolide como capital da Amazônia”, e “Aproveitar o grande evento para posicionar Belém e o Pará como líderes ambientais da Amazônia”.

Tais enunciados, de acordo com Dantas (2021), formatam retóricas que têm como principal objetivo justificar os projetos de requalificação urbana, tanto no passado como atualmente em curso na cidade, e a recuperação de espaços simbólicos (as ditas “janelas para o rio”), que retomam (ou, pelo menos, tentam) a condição de Belém como metrópole da Amazônia.

Tais discursos, já analisados por diversos autores, findam por aumentar as contradições, enfatizar a espetacularização e a homogeneização do espaço e o processo de destruição criativa das estruturas populares que dão sentido à formação identitária do lugar (Cardoso *et al.*, 2016), além de referenciar um estilo de vida

distante da realidade amazônica, da vida e do cotidiano da floresta, e o estabelecimento de uma ordem de representações simbólicas e de subjetividades que tratam o espaço como uma mercadoria voltada ao consumo de uma pequena parcela da sociedade (Trindade Jr., 2005).

À GUIA DE CONCLUSÃO: CIDADES E COPS PARA A AMAZÔNIA E PARA A VIDA DA FLORESTA

O que significa preparar uma cidade para receber uma conferência que tem na qualidade ambiental e na Amazônia uma referência de problematização e de discussão? Não parece razoável discutir questões que envolvem a vida na Amazônia e no planeta negando a região e a cidade que a sedia.

É nesse sentido que, mais que acentuar a diferença entre as preposições “da”, “na” e “para” que antecedem o substantivo “floresta”, a proposta em tela não se apresenta como um simples trocadilho ou como um jogo de palavras que serve tão somente para chamar a atenção de quem as lê. Trata-se, na verdade, de uma questão de fundo para se pensar o papel de uma cidade de dimensões metropolitanas como Belém em relação à região na qual está inserida e com a qual estabelece forte relação.

A justificativa de se escolher Belém como sede da COP 30 faz uma grande diferença. Primeiro, porque não se trata tão somente de uma cidade que está localizada na região amazônica, mas principalmente de uma cidade que se tornou metrópole em razão de processos que aconteceram no interior da região e que alteraram o bioma florestal repercutindo na formação e no crescimento de sua estrutura urbano-metropolitana.

Segundo, porque a forma como a cidade está sendo preparada para a COP 30 diz muito sobre o que se pode esperar das discussões que irão acontecer durante a conferência. Os projetos que hoje estão sendo executados na cidade podem, nos conteúdos e retóricas que os fundamentam ou que são propagados à sociedade local e regional, dizer muito sobre o direcionamento que a cidade e a COP 30 podem tomar, bem como sobre a forma pela qual a cidade está sendo pensada em relação à região.

Conforme pudemos discutir aqui, talvez não seja razoável assumirmos um modelo de metrópole que sirva de referência para a Amazônia sem considerarmos a capacidade de promover, de forma generalizada, a melhoria do padrão e da qualidade de vida nessa região.

Nesse sentido, cabe pensar em uma conferência que discuta os rumos climáticos e ambientais do planeta e da Amazônia que, para além de ser realizada na Amazônia, em uma de suas mais importantes cidades, que seja feita para ela, por ser uma cidade de nível metropolitano da floresta. Isso implica em considerar não apenas os circuitos superiores da economia (Santos, 1979, 1994) no momento de sua preparação, mas preferencialmente o circuito tido como inferior (Santos, 1994), assim como as demandas socioambientais locais e regionais que, igualmente, devem se tornar o centro dos debates durante a Conferência.

Os enunciados e conteúdos dos projetos em execução, como pressupostos de preparar a cidade para a COP 30, devem traduzir essa preocupação, sob pena de a cidade se constituir nada mais que uma simples sede de um importante megaevento, sem tratar dos problemas centrais que afligem estrutura urbana e a região que a abriga.

REFERÊNCIAS

ANTIGO prédio da Receita Federal será transformado em hotel '5 estrelas', em Belém. **O Liberal**, Belém, 26 jun. 2024. Disponível em: <https://www.oliberal.com/economia/antigo-predio-da-receita-federal-sera-transformado-em-hotel-5-estrelas-em-belem-1.829832>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. reimp. São Paulo: Edições 70, 2016.

BELÉM É oficialmente confirmada como sede da COP 30 em 2025. **Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade**, Belém, 11 dez. 2023. Disponível em: <https://www.semam.pa.gov.br/2023/12/11/belem-e-oficialmente-confirmada-como-sede-da-cop-30-em-2025/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BITOUN, J. Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para reflexão. In: BITOUN, J.; MIRANDA, L. (org.). **Desenvolvimento e cidades no Brasil**: contribuições para o debate sobre as políticas territoriais. Recife: FASE, 2009. p. 17–44.

BORJA, J. Las ciudades como actores políticos. **Revista de Ciencias Sociales**, Montevideo, n. 15, p. 15–19, abr. 1997.

BRANDÃO, C.; SÁNCHEZ, F.; VALENÇA, M. M. Editorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 05–08, maio 2014.

CAPEL, H. **El modelo Barcelona**: un examen crítico. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2005.

CARDOSO, A. C. D. *et al.* Quando o projeto disfarça o plano: concepções de planejamento e suas metamorfoses em Belém (PA).

Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 823–844, set./dez. 2016.

CASTRO, F.; AMARAL, O.; COSTA, A. Marca Amazônia: estratégias de comunicação publicitária, ambientalismo e sustentabilidade. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, v. 10, n. 3, p. 105–118, set. 2015.

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295–316.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

COP 30: Itaipu assina convênios de infraestrutura de R\$ 1,3 bilhão para Belém. **Secretaria de Comunicação Social**, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/cop-30-itaipu-assina-convenios-de-infraestrutura-de-r-1-3-bilhao-para-belem>. Acesso em: 18 jun. 2024.

DANTAS, A. S. **A cidade e seus sentidos: análise dos discursos que embasam projetos de requalificação urbana em Belém (PA)**. 2021. 211 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

DELGADO, M. **La ciudad mentirosa: fraude y miseria del “modelo Barcelona”**. Madrid: Los libros de la Catarata, 2007.

ENGELKE, A. Obras da COP: Porto Futuro II terá até hotel de luxo e museu. **O Liberal**, Belém, 11 jul. 2024. Disponível em: <https://www.oliberal.com/economia/porto-futuro-ii-tera-ate-hotel-de-luxo-veja-as-novidades-1>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ESTEVES, M.; NUNES, O.; PASSOS, R. Grandes projetos, grandes eventos, turistificação do território: da produção cultural à mercantilização e espetacularização da cidade e da cultura urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 125–138, maio 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LIMA, B. Ver-o-Peso e Mercado de São Brás também estão na lista de obras para a COP 30. **O Liberal**, Belém, 11 jun. 2024. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/obra-do-ver-o-peso-e-mercado-de-sao-bras-tambem-fazem-parte-das-obras-para-a-cop-30-1.824634>. Acesso em: 22 jul. 2024.

LOPES, R. **A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

MAGALHÃES, C. Prefeitura de Belém adota terceiro turno de trabalho para agilizar, ainda mais, obras na Feira do Ver-O-Peso. **Rede Pará**, Belém, 11 jul. 2024. Disponível em: <https://redepara.com.br/Noticia/242718/prefeitura-de-belem-adota-terceiro-turno-de-trabalho-para-agilizar-ainda-mais-obras-na-feira-do-ver-o-peso>. Acesso em: 16 jul. 2024.

MARTINS, A. Com R\$ 5 bi em obras para COP 30, Pará promete entregas nos primeiros meses de 2025. **Revista Exame**, São Paulo, 24 maio 2024. Disponível em: <https://exame.com/brasil/com-r-5-bi-em-obras-para-cop-30-para-promete-primeiras-entregas-nos-primeiros-meses-de-2025/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

MATUS, C. **Teoría del juego social**. Buenos Aires: Ediciones de la UNLa, 2007.

MENEZES, C. Obras em Belém para receber COP 30 estão transformando a capital paraense. **Agência Pará**, Belém, 06 jun. 2024. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/56776/obras-em-belem-para-receber-cop-30-estao-transformando-a-capital-paraense>. Acesso em: 19 jun. 2024.

MIRANDA, V. Grandes obras no âmbito da COP-30 são apresentadas pela Prefeitura de Belém em entrevista coletiva. **Agência Belém**, Belém, 11 jun. 2024. Disponível em: <http://agenciabelem.com.br/Noticia/242116/grandes-obras-no-ambito-da-cop-30-sao-apresentadas-pela-prefeitura-de-belem-em-entrevista-coletiva>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MULLER, I. Governo do Pará assina contrato para construção de hotel de luxo em Belém para COP 30. **Agência Pará**, Belém, 10 jul. 2024. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/57869/governo-do-para-assina-contrato-para-construcao-de-hotel-de-luxo-em-belem-para-cop->. Acesso em: 15 jul. 2024.

NASCIMENTO, I. Em Boston, Governador do Estado destaca legado da COP 30 para a Amazônia. **Agência Pará**, Belém, 07 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/53084/em-boston-governador-do-estado-destaca-legado-da-cop-30-para-a-amazonia>. Acesso em: 18 jun. 2024.

NOVAES, P. **Uma estratégia chamada “planejamento estratégico”**: deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

PENA, G. Governador Helder Barbalho assina ordem de serviço para construção de Nova Doca. **Agência Pará**, Belém, 06 maio 2024. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/53876/governador-helder-barbalho-assina-ordem-de-servico-para-construcao-da-nova-doca>. Acesso em: 15 jul. 2024.

PINHEIRO, K. Obra para desafogar trânsito em Belém na COP30 vai rasgar parque municipal. **(o)eco**, [s. l.], 03 maio 2024. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/obra-para-desafogar-transito-em-belem-na-cop30-vai-rasgar-parque-municipal/>. Acesso em: 28 jul. 2024.

ROCHA, L. Em Belém, Estado investe na macrodrenagem de canais e beneficia 500 mil habitantes. **Agência Pará**, Belém, 03 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/51946/em-belem-estado-investe-na-macrodrenagem-de-canais-e-beneficia-500-mil-habitantes>. Acesso em: 28 jul. 2024.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec: Educ, 1994.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TRINDADE JR., S-C. C. Cidade e cultura na Amazônia: práticas e representações espaciais na orla fluvial de Belém. *In*: VALENÇA, M. M.; COSTA, M. H. (org.). **Espaço, cultura e representação**. Natal: EdUFRN, 2005. p. 123–149.

TRINDADE JR., S-C. C. **Formação metropolitana de Belém (1960–1997)**. Belém: Paka-Tatu, 2016.

TRINDADE JR., S-C. C. **Metrópole e floresta**: configurações e diferenciações intrarregionais da urbanização na Amazônia brasileira. Belém: NAEA/UFPA, 2024. (Mimeo.).

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75–103.

VAZ, E. Obras para a COP 30 em Belém devem gerar mais de 22 mil empregos até o Evento. **O Liberal**, Belém, 01 jun. 2024a. Disponível em: <https://www.oliberal.com/cop-30/obras-para-a-cop-30-em-belem-devem-gerar-mais-de-22-mil-empregos-ate-o-evento-1.820626>. Acesso em: 20 jun. 2024.

VAZ, E. Sede da COP 30, Belém terá investimentos de mais de R\$ 4 bilhões nos próximos anos. **O Liberal**, Belém, 12 jan. 2024b. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belempraveresentir/sede-da-cop-30-belem-tera-investimentos-de-mais-de-r-4-bilhoes-nos-proximos-anos-1.765484>. Acesso em: 18 jun. 2024.

WAMSLERA, C. *et al.* Enabling new mindsets and transformative skills for negotiating and activating climate action: Lessons from UNFCCC conferences of the parties. **Environmental Science and Policy**, [s. l.], Vol. 112, p. 227–235, 2020.

Interseccionalidade de gênero e raça no acesso ao saneamento básico: um panorama de Belém-PA às vésperas da COP 30

INTRODUÇÃO

A cidade de Belém, capital do Pará, foi escolhida para ser a sede, no ano de 2025, da COP 30, a 30ª Conferência das Partes ou Conferência do Clima, da Organização das Nações Unidas (ONU). A razão principal dessa escolha se deve ao fato de a cidade fazer parte da Amazônia brasileira, uma região estratégica, dada a presença da extensa floresta equatorial, para se pensar medidas em nível mundial em relação aos problemas ambientais decorrentes das mudanças climáticas vivenciadas ultimamente em nível global.

A grande questão colocada em face dessa condição de sediar

Thayanna Paula Neves Barros

Advogada, doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental e Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

Geógrafo e Bacharel em Direito, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo PPGDSTU/NAEA/UFPA, Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), Professor Titular I C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entidade do governo brasileiro voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico.

um megaevento mundial¹ como esse é se a cidade apresenta, de fato, condições infraestruturais para receber uma reunião desse porte e a atenção que se pretende dar a algumas demandas históricas de seus moradores, considerando haver um esforço de concertação dos diversos níveis de governo (municipal, estadual e federal) com vistas à sua preparação para receber os participantes da grande conferência. Dentre os grandes problemas enfrentados pela cidade está a questão do saneamento básico² e o acesso a ele por parte das populações mais vulnerabilizadas econômica, social e ambientalmente. Nesse aspecto, Belém apresenta índices preocupantes, visto que o último relatório produzido pelo Instituto Trata Brasil (2024), intitulado Ranking do Saneamento, apontou o Município como o 4º entre os 9 piores no oferecimento de serviços de coleta de esgoto, assim como o 7º colocado entre os 10 piores quanto ao tratamento de esgoto, e o 5º lugar entre as 20 piores colocações, na última década, no Ranking de Saneamento do País.

¹ Para Nicolau Netto (2019), os megaeventos, como os esportivos, trazem embutida a ideia de nação, posto que são difundidas imagens sobre as nações nas quais eles ocorrem. No caso de um megaevento sobre o clima, tal processo não se diferencia, pois, conforme ocorre na COP 30, a ideia de Amazônia passa a estar associada à da nação brasileira; daí esforços conjuntos dos entes federativos em preparar a cidade-sede para tal evento.

² A previsão para implementação de medidas voltadas ao saneamento básico no Brasil encontra-se reconhecida no artigo 21, inciso XX da Constituição Federal (Brasil, 1988), que discrimina a competência da União para dispor sobre as regras gerais de desenvolvimento urbano, incluindo, habitação, saneamento básico e transportes urbanos; assim como nas disposições do artigo 23, inciso IX, sobre a competência comum da União, estados, Distrito Federal e municípios para promover programas de fornecimento e melhoria de moradia, condições habitacionais adequadas e saneamento básico (Brasil, 1988); e no artigo 200, inciso IV, quanto à participação do Sistema Único de Saúde (SUS) na formulação de políticas e ações direcionadas ao saneamento básico (Brasil, 1988).

Apesar desse serviço ser previsto na Constituição de 1988, esta não definiu o conceito de saneamento básico, que veio a ser disciplinado, posteriormente, pela Lei nº 11.445/2007 (Brasil, 2007), chamada Lei do Saneamento Básico, a qual passou por recente alteração por meio da Lei nº 14.026/2020). Tal lei descreve o saneamento básico como o conjunto de serviços públicos, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e gestão de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas³.

No caso de Belém, o cenário se agrava quando o objeto da análise desse fornecimento é dirigido a meninas e mulheres, principalmente, negras e periféricas, que são vítimas diárias da ausência ou insuficiência do acesso ao saneamento básico, uma vez que, segundo o Relatório *Progress on Household Drinking Water, Sanitation and Hygiene 2000–2022: special focus on gender* (UNICEF; WHO, 2023) estas são as principais responsáveis, por exemplo, pela coleta e transporte de água potável; pelos cuidados com as crianças e tarefas domésticas; sofrem com a insegurança

³ Para além da visão mais técnica, o saneamento básico é compreendido a partir de diversos documentos internacionais e, declarado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução A/RES/64/292 como um direito humano, fundamental à qualidade de vida e dignidade das pessoas (ONU, [201-]). Ocorre que, este direito, tem sofrido bastante desatenção por parte dos governantes quanto à criação e implementação de políticas de planejamento e desenvolvimento urbano. No Brasil, segundo dados do último Censo (IBGE, 2024), 24% da população brasileira não tem acesso à estrutura adequada de saneamento básico, estando a maior parte da população beneficiada com essa estrutura localizada na região Sudeste, num total de 90,7% dos domicílios, e o menor percentual está na região Norte, equivalente a 46,4% (IBGE, 2024), menos da metade dos seus habitantes; atentando-se, ainda, para o fato de que às populações mais afetadas com a ausência de saneamento básico são os pretos, pardos e indígenas (IBGE, 2024) e que constituem a maioria do componente demográfico da região.

no compartilhamento de instalações de saneamento com outras famílias e com as limitações quanto a capacidade de gerenciamento da sua saúde menstrual com segurança e privacidade, conseqüentemente, a reduzida ou nenhuma perspectiva de gênero na construção de políticas públicas e programas sociais destinados a este tema reflete-se sobre a qualidade de vida dessas mulheres, reforçando estruturas de poder fundadas sob as bases do capitalismo, patriarcado e racismo.

É neste sentido que a presente análise tem como objetivo evidenciar o panorama de acesso ao saneamento básico no Município de Belém, de modo a compreender como a inobservância deste direito atinge com maior intensidade o dia a dia e a qualidade de vida das mulheres pobres, especialmente, pretas e pardas, periféricas, que exercem funções dentro e fora do lar, em regime de jornada única ou dupla jornada. Ao mesmo tempo, busca-se chamar a atenção para uma questão que, nas ações direcionadas à realização da COP 30, não tem sido tocada como prioridade entre os projetos voltados para a preparação da cidade com vistas à Conferência, bem como não são tidas como centrais quando se fala de ações efetivas para enfrentar problemas ambientais no contexto amazônico.

A metodologia utilizada consistiu em pesquisa, prioritariamente bibliográfica e documental, a partir de uma abordagem quali-quantitativa, associando interpretação das proposições de autores como Heleieth Saffioti, Maria Angela D’Incao, Betânia Alfonsin e Saint-Clair da Trindade Júnior, da legislação pertinente à temática e a análise de dados comparáveis do IBGE (2019, 2020, 2023, 2024), Instituto Trata Brasil (2022, 2023, 2024), FAPESPA (2023) e Instituto Pólis (2022). Para a interpretação dos dados, adotou-se o materialismo histórico-dialético segundo uma perspectiva de gênero, a fim de evidenciar os sujeitos das

relações construídas sob o modo de produção capitalista e o lugar imposto às mulheres em decorrência do avanço do capitalismo, principalmente na região amazônica, enfatizando-se a verificação da imbricação de gênero, raça/etnia e classe no acesso a serviços e infraestrutura urbana, especialmente no tocante ao saneamento básico no Município de Belém.

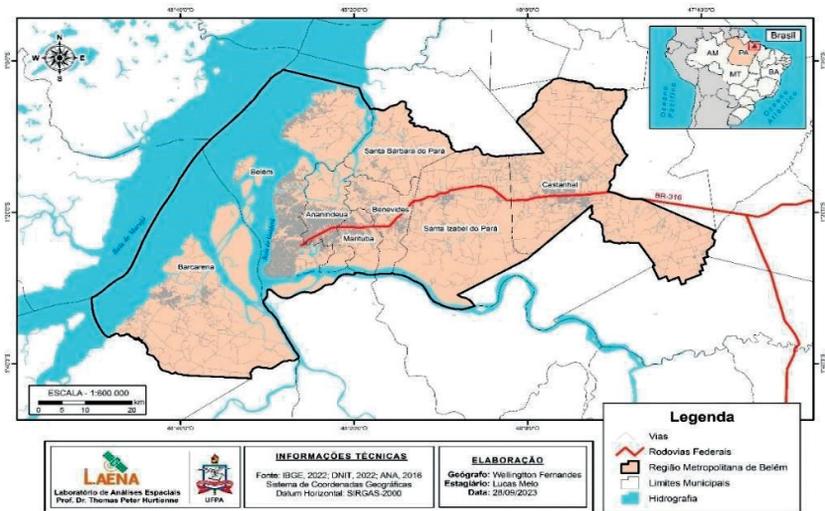
BELÉM: URBANIZAÇÃO E PERIFERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO VULNERÁVEL

Entender o problema de saneamento em Belém requer a compreensão do processo de urbanização que foi imposto à capital paraense e a seus municípios de entorno em face do modelo de ocupação do espaço estabelecido para a sua região de influência imediata e mediata. Diferentemente do que aconteceu na Amazônia ocidental, que teve políticas de desenvolvimento regional centradas na capital amazonense, e, em especial, com foco na Zona Franca de Manaus e em seu pólo industrial, Belém apresenta um modelo de urbanização que não apenas se estende aos municípios vizinhos, inseridos ou não em sua Região Metropolitana (Figura 1), como também faz parte de uma sub-região, a Amazônia oriental, na qual várias frentes de expansão econômica se instalaram para além da aglomeração metropolitana, repercutindo social e ambientalmente no perfil que hoje essa sub-região apresenta.

De maneira diferente do Estado do Amazonas, as principais conexões extralocais do Pará se deram para além de Belém em grande medida, embora a instalação de um dos grandes projetos econômicos em sua sub-região – com vistas à produção de alumínio – tenha acontecido na década de 1980, em Barcarena (Trindade Jr.; Rocha, 2002); município esse contíguo à capital paraense e, atualmente, integrante de sua malha metropolitana. Mesmo assim, a concentração econômica em Belém

tem apresentado, em termos relativos, crescimento menos significativo se comparado a outros espaços produtivos que compõem a Amazônia oriental e ao Polo Industrial de Manaus. Isso se deve a uma opção extrativista, pautada em economia de enclaves, efetivada em grande parte com tecnologias e capitais externos e que levou a se priorizar determinados produtos de exportação sem agregação de valor (Becker; Stenner, 2008).

Figura 1 – Belém: mapa da Região Metropolitana de Belém (RMB).



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais-NAEA/UFPA, 2023.

De certa maneira, essa particularidade sub-regional tem repercutido no perfil metropolitano de Belém, conforme revelam dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2022), que mostram baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para a realidade amazônica, se compararmos a 24 realidades consideradas nesse ranking estatístico, no qual Belém aparece em 20ª posição, com IDHM de 0,729.

Como elementos indutores do processo de urbanização e de metropolização de Belém, conforme discutido em outro momento (Trindade Jr., 2016), destaca-se o avanço das estruturas capitalistas no campo e na floresta, resultando na desarticulação de determinados segmentos da população regional (populações ribeirinhas, camponesas etc.) deslocados para Belém e para realidades contíguas à capital paraense. Nesse contexto, acrescenta-se a implantação de “grandes objetos” técnicos – rodovias, hidrelétricas, projetos econômicos, entre outros – (Santos, 1995) na porção oriental da Amazônia; objetos esses cujas bases logísticas tiveram nas cidades uma força de atração populacional, como pondera Becker (1990).

Belém, por sua vez, não ficou alheia a esse processo e às questões que dele foram derivadas. Isso porque, entre os anos de 1960 e 1997, o aumento da segregação socioespacial gerou uma forte “favelização” (Trindade Jr., 2016, p. 96) das baixadas de Belém e, conseqüentemente, cresceram os problemas relacionados à deficiência na disponibilização de moradia, infraestrutura e serviços urbanos à população mais carente, ao mesmo tempo em que parte dessa população foi expulsa das baixadas localizadas nas áreas centrais em direção às periferias distantes da cidade, devido a realização de serviços de saneamento, drenagem e urbanização promovidos por “programas de remanejamento populacional” (Trindade Jr., 2016, p. 96).

A preferência das apropriações dos espaços pelas classes de maior poder aquisitivo era das áreas mais altas e centrais de Belém, onde também se concentravam os serviços urbanos e as melhores opções de trabalho, fazendo com que a população de baixa renda fosse obrigada a ocupar, principalmente, as baixadas, no entorno daquelas áreas, sem infraestrutura alguma, pela maior proximidade dos referidos serviços (Abelém, 2018).

Com o tempo, essas populações foram sendo deslocadas para áreas mais periféricas, através de um movimento de dispersão habitacional que “se apresentou dissociado de uma política de desconcentração das atividades e empregos urbanos, ocasionando, não raro, custos adicionais de transporte aos moradores, aumento de despesas familiares e de tempo gasto no deslocamento”, como aponta Trindade Jr. (2016, p. 216), decorrente de um “projeto de higienização, saneamento e embelezamento urbano da administração municipal” (Cancela, 2011, p. 125), o qual pretendia retirar das áreas centrais a população menos abastada.

Portanto, com a intensificação da ocupação do solo, especialmente em áreas marginais, resultado das intensas migrações, associadas à infraestrutura precária e deficiência das políticas públicas em prol da população mais carente residente nessas áreas, foram gerados diversos problemas no que se refere à qualidade e condições adequadas de vida dessas populações, reflexo de como se deu o processo de urbanização de Belém, que ainda hoje se manifestam e, principalmente, atingem com maior intensidade os bairros que, no decorrer da formação urbana de Belém, sofreram com o descaso do poder público.

A INFLUÊNCIA DOS MARCADORES SOCIAIS DE GÊNERO E RAÇA NO ACESSO À INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

As cidades, em geral, constituem-se de ideologias que desconsideram as perspectivas e necessidades das mulheres. O próprio planejamento urbano e as políticas e programas de governo relacionados à infraestrutura urbana e habitação nas cidades brasileiras, por exemplo, não são pensados a partir do olhar sobre as necessidades específicas

das mulheres que vivem nesses espaços, conforme crítica apresentada por Alfonsin (2009, p. 5), ao apontar que o “Direito Urbanístico, que ‘regula’ toda a vida urbana, tem cumprido com o papel de legitimar o espaço das cidades como um território que reforça a desigualdade nas relações de gênero e como uma arena em que as ‘regras do jogo’ têm sido desfavoráveis às mulheres”.

Considerando que as mulheres, via de regra e por razões históricas, assumem as responsabilidades com o trabalho doméstico e reprodutivo, estão mais intimamente ligadas ao espaço de moradia e seu entorno, logo, são diretamente afetadas por políticas habitacionais e de infraestrutura urbana (Alfonsin, 2009). Assim, fatores como “qualidade da casa, sua localização, as possibilidades de acesso aos serviços básicos como saneamento, água encanada, luz elétrica, transporte público, pavimentação, equipamentos de saúde, educação e lazer” (Alfonsin, 2009, p. 3) são determinantes para a qualidade de vida dessas mulheres, principalmente quando desempenham dupla jornada de trabalho, dentro e fora do lar.

Neste sentido, as configurações impostas para a fruição do espaço público e as dificuldades à participação na vida pública pelas mulheres (Galetti; Drumond, 2020), resultantes das imposições das estruturas de poder dominante, capitalistas, patriarcais e racistas, refletem-se também sobre a qualidade de vida no interior dos espaços privados. Risério (2015) aponta que um dos fatores contraditórios da vida nas cidades “em países pobres ou em desenvolvimento – está no acesso à moradia e aos serviços sociais básicos”, panorama que atinge, principalmente, as mulheres, em razão de “fatores socioculturais e discriminações de gênero” (Risério, 2015, p. 267).

Em consequência disso, Risério (2015) evidencia ainda que para além de enfrentarem os pesados fardos em razão da precariedade de infraestrutura, de serviços públicos, de acesso à moradia adequada, “as mulheres pobres ainda expõem sua saúde (e a de suas crianças) ao usarem água não tratada, em assentamentos onde o lixo se acumula e a falta de saneamento é a praxe” (Risério, 2015, p. 267). Logo, as diversas escalas atingidas pelas complexas relações de poder, tais como o “corpo, a casa, o bairro, a cidade e a nação” (Galetti; Drumond, 2020, p. 129) influenciam na experiência das mulheres sobre o espaço urbano e se materializam por meio de exclusões, sejam elas econômicas, de trabalho, de acesso à terra, à moradia, à equipamentos e serviços urbanos, dentre outros.

De acordo com dados da ONU Habitat (2012), a dificuldade de acesso à infraestrutura e serviços urbanos está entre os desafios enfrentados pelas mulheres na sua vivência em áreas urbanas, tendo como consequência a maior vulnerabilidade de ser vítima de assédio ou agressão sexual, em razão da ausência ou más condições de equipamentos urbanos e serviços; dificuldade de acesso à água potável, que aumenta as responsabilidades com os cuidados das mulheres, elevando os custos de saúde e limitando suas possibilidades de geração de renda; falta de acesso a transporte público seguro, frequente e acessível; serviços de saúde, escola e recreação limitados ou inexistentes e, conseqüentemente, aumento das responsabilidades de cuidados das mulheres (ONU, 2012).

Este cenário se agrava quando observado o marcador racial no interior dessa lógica de exclusão no acesso a direitos básicos, visto que a formação e avanço do sistema capitalista no Brasil apresentou um forte caráter patrimonialista, racista e patriarcal, de modo que a apropriação do espaço urbano e o acesso à infraestrutura e serviços urbanos pelas mulheres foram atravessados pela imbricação dos marcadores de gênero, raça/etnia e classe, configurando, conforme metáfora formulada por

Saffioti (1987; 2004), uma espécie de “nó”, que se forma a partir da conexão entre esses marcadores sociais da diferença e, através do qual,

[...] há uma estrutura de poder que unifica as ordens - de gênero, de raça/etnia e classe social -, embora as análises tendam a separá-las. [...] o patriarcado, com a cultura especial que gera e sua correspondente estrutura de poder, penetrou em todas as esferas da vida social, não correspondendo, há muito tempo, ao suporte material da economia de *oikos* (doméstica). De outra parte, o capitalismo também mercantilizou todas as relações sociais, nelas incluídas as chamadas específicas de gênero [...]. Da mesma forma, a raça/etnia, com tudo que implica em termos de discriminação e, por conseguinte, estrutura de poder, imprimiu sua marca no corpo social por inteiro (Saffioti, 2004, p. 125-126).

Portanto, mulheres pretas, pardas e indígenas, por exemplo, assumiram experiências na cidade de forma bastante diversa das mulheres brancas em geral, e são, ainda hoje, atingidas pelas opressões de forma mais intensa. A partir desse quadro, como revela D’Incao (1997), as circunstâncias impostas pelos padrões de modernidade resultaram na modificação dos modos de vida e trabalho de grupos de mulheres indígenas, negras, ribeirinhas e caboclas, assim como, na execução de ações com intuito de “civilizar” muitas dessas mulheres, desqualificando as características sociais locais, fundamentando-se em um modelo civilizatório hegemônico, que deslocava sistemas culturais com tempos diversos do dito “tempo universal” (D’Incao, 1997, p. 357), bem como impunha novas formas de organização do espaço social. Esse cenário dificultou a inserção dessas mulheres nos espaços trazidos pela modernidade às cidades, e as atingiu com novas formas de exclusão e esquecimento na formulação de políticas públicas (Chaves; César, 2019).

Observa-se, então, que a inclusão da perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas e programas sociais relacionados ao acesso

à infraestrutura e serviços urbanos está diretamente ligada à busca pela garantia de direitos fundamentais às mulheres e pela promoção da equidade de gênero, como disposto no artigo 14, item 2, alínea “h” da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher de 1979 (ONU, 2013), o qual determinou que os Estados-Partes devem adotar medidas para propiciar condições de igualdade entre homens e mulheres, assegurando-lhes o direito a “gozar de condições de vida adequadas, particularmente nas esferas da habitação, dos serviços sanitários, da eletricidade e do abastecimento de água, do transporte e das comunicações” (ONU, 2013, p. 23-24).

Considerando que as mulheres dependem diretamente desses serviços para exercer suas funções diárias, sozinhas ou com a ajuda de outras mulheres, posto que, na maioria das vezes, são as principais responsáveis pelo suporte às necessidades dos familiares, em decorrência da divisão sexual do trabalho e do direcionamento para as mulheres dos deveres de cuidado, elas sofrem os efeitos da ausência de infraestrutura, que acabam sendo maiores sobre elas. Logo, é imprescindível o favorecimento desses direitos, de modo que possam diminuir a carga de “sobretabalho” (Azeredo, 2010, p. 8) que as mulheres suportam quando do desempenho, para além do trabalho fora do lar, do cuidado com a casa e com a família, os quais lhes retiram, por vezes, as possibilidades de lazer e sociabilidade, por ausência de tempo e/ou disposição (Azeredo, 2010).

ACESSO AO SANEAMENTO BÁSICO: O QUE ESPERAR DA COP 30 EM BELÉM?

O panorama de acesso a serviços de água tratada e esgotamento sanitário no Brasil apresenta disparidades regionais bastante acentuadas, demonstradas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

(PNAD) contínua, segundo a qual, estados do Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), além do Distrito Federal, revelaram os maiores indicadores de desempenho em saneamento básico no ano de 2022, com percentuais acima de 90%, enquanto a região Norte expôs as menores estimativas de acesso à rede geral de esgoto – apesar do aumento de 27,3% em 2019 para 31,1% em 2022 –, assim como o menor percentual de domicílios ligados à rede geral de água, equivalente a 60% dos domicílios (IBGE, 2023).

Em termos mais amplos de estrutura adequada de saneamento básico, conforme critérios classificados pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), incluindo abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem, e manejo das águas pluviais urbanas, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2023), apontou-se que enquanto o abastecimento de água atinge no Brasil 84,92% da população, na região Norte este percentual é de 64,22%, caindo para 55,42 no Estado do Pará. Quanto ao tratamento de esgoto, 56% da população brasileira recebe este atendimento, em contrapartida, apenas 14,68% da população da Região Norte é atendida e no Estado do Pará somente 9,24%; e acerca do manejo de resíduos sólidos, a cobertura total no Brasil atinge 90,39%, na região Norte alcança 79,19% e no Estado do Pará, 75,91%; e, finalmente, sobre o manejo de áreas pluviais urbanas, no Brasil 11,3% das áreas urbanas são alcançadas, na região Norte 11,1%, e no Estado do Pará 8,2% (SNIS, 2023).

No último Censo realizado pelo IBGE, iniciado em 2022, a partir da verificação da situação dos domicílios da população brasileira, foram fornecidos dados referentes ao tipo de esgotamento sanitário utilizado nas residências, segundo a qual, novamente, a Região Norte

distinguiu-se das demais regiões por apresentar o predomínio do uso de fossa rudimentar ou buraco em 43,1% dos domicílios, e utilização de fossa séptica não ligada à rede geral em 23,5% (IBGE, 2024). Quanto às fontes de abastecimento de água, apesar de a Região Norte ter apresentado um percentual de 55,7% de domicílios atendidos pela rede geral de distribuição, maior em relação às demais formas, exibiu percentuais significativos quando comparada às demais regiões, do uso de poço profundo ou artesiano (24,3%) e poço raso, freático ou cacimba (11,8%).

Em se tratando da destinação do lixo, a Região Norte apresentou um dos menores percentuais por coleta direta através de serviço de limpeza (78,5%), estando o Estado do Pará empatado com o Acre na 3ª pior colocação entre os estados com os menores índices de coleta direta ou indireta de lixo, com o percentual de 75,9% (IBGE, 2024), além de indicador relevante de queima do lixo nas propriedades (16%), o maior nesse quesito dentre as regiões do País (IBGE, 2023).

Ademais, segundo dados do Instituto Trata Brasil (2023), Belém, a capital do Pará, detinha em 2021, 76,84% da sua população com acesso à água potável e 17,12% atendida com coleta de esgoto, sendo que deste valor, apenas 3,63% eram tratados. Apesar da revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Belém, em dezembro de 2020, pouquíssimos avanços têm sido observados (Pereira, 2023), como verificado nos percentuais da Tabela 1.

Tabela 1 – Evolução dos indicadores de saneamento em Belém entre 2015 e 2021.

BELÉM-PA						
IN055 – Índice de Atendimento Total de Água						
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
97,4%	70,4%	71,3%	70,3%	71,5%	73,4%	76,84%
Índice de Atendimento Total de Esgoto						
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
12,8%	12,6%	13%	13,6%	15,8%	17,1%	17,12%
Índice de Esgoto Tratado Referido à Água Consumida						
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1,5%	2,7%	0,8%	2,3%	2,8%	3,6%	3,63%
Índice de Perdas na Distribuição						
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
44,1%	46,8%	36,4%	39,9%	40,4%	41,0%	45,17%

Fonte: Adaptado de Trata Brasil (2023).

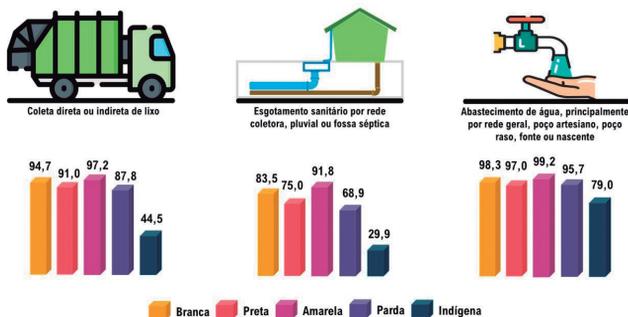
As diferenças significativas quanto ao acesso a esses serviços também se manifestam quando comparados os indicadores do seu atendimento entre pessoas brancas e não brancas, e sobre mulheres, levando em conta o fato de que a maioria das mulheres em situação de vulnerabilidade de acesso à infraestrutura urbana são negras (pretas e pardas) e chefes de família, tendo os respectivos direitos bem mais violados e negados em sua experiência no espaço urbano, em razão dos processos históricos de exclusão de grupos sociais específicos no decorrer da constituição do social e do urbano no Brasil (Mercês; Bernardes, 2017).

Importa ressaltar dado relevante divulgado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada pelo IBGE, no período de 2012 a 2020 (FAPESPA, 2023), apontando que 68,7% da população do Município de Belém se autodeclarou parda, 0,01% preta e 22%

branca. Posto isso, no estudo realizado pelo Instituto Pólís, em julho de 2022 (Instituto Pólís, 2022), foi exposto que impactos decorrentes da periferização de pessoas em situação de maior vulnerabilidade, as quais, geralmente, ocupam áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura e fornecimento de serviços essenciais, manifestam-se de maneira territorialmente desigual, afetando principalmente pessoas negras – pretos e pardos –, com menor poder aquisitivo e moradias chefiadas por mulheres, com renda de até um salário-mínimo.

Esse fato se confirma por meio dos dados do último Censo (IBGE, 2024), os quais apontaram que as melhores condições de estrutura de saneamento básico e presença de instalação sanitária encontram-se nos domicílios ocupados por populações de cor ou raça amarela e branca, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 – Brasil: proporção dos moradores em domicílios particulares permanentes com características selecionadas, segundo a cor ou raça, 2022.



Fonte: adaptado de IBGE (2024).

A partir desse panorama, nota-se que a soma das desigualdades econômico-sociais, e a desigualdade de acesso a serviços e equipamentos

urbanos (Ponte *et al*, 2020) expõe as estruturas racistas e patriarcais que atingem os negros e as mulheres, e com maior intensidade as mulheres negras (pretas e pardas), que constituem, inclusive, a maioria das mulheres amazônidas (Chaves; César, 2019), as quais ao longo do tempo tiveram sua vivência e circulação na cidade traduzida de maneira completamente distinta (Franco; Francisco; Tavares, 2017).

Cabe salientar ainda que, conforme aponta o IBGE (2019), a pobreza monetária está diretamente relacionada às precariedades e vulnerabilidades habitacionais, logo, considerando que 63% das casas chefiadas por mulheres pretas ou pardas, sem cônjuge e com filhos de até 14 anos encontravam-se, em 2018, abaixo da linha da pobreza. Estas constituem o grupo mais intensamente atingido pelo *déficit* e inadequações das moradias.

Ressalte-se, inclusive, que, segundo dados do Instituto Trata Brasil (2022), em 2019, a inserção das mulheres em situação de pobreza autodeclaradas pretas, pardas e indígenas equivale a aproximadamente 3/4 das brasileiras nessas condições, “16,216 milhões de um total de 21,752 milhões de mulheres (74%)” (Trata Brasil, 2022, p. 19). O Estado do Pará, por exemplo, está entre os estados com os maiores quantitativos de mulheres em situação de extrema pobreza (Trata Brasil, 2022).

Segundo o IBGE (2020), nos arranjos familiares constituídos por mulheres chefes de família, sem cônjuge e com filhos de até 14 anos, os gastos foram elevados com itens relacionados à habitação, como aluguel, condomínio, água e esgoto, energia elétrica e gás doméstico, no período de 2017 e 2018, comprometendo em média 15,4% da renda familiar, correspondendo a mais que o dobro dos valores verificados em domicílios formados por casais (7,3%), e unipessoais (11%). Destaca-se ainda que o comprometimento financeiro com os itens mencionados

foi mais elevado entre a população preta e parda, de 7,5% a 8,8%, em comparação à população branca, de 6,6% a 7,6% (IBGE, 2020).

Levando em conta que as condições de moradia são fundamentais para a manutenção da qualidade de vida e saúde das mulheres, é importante atentar para o fato de que, de acordo com informações levantadas pelo Instituto Trata Brasil (2022), em 2019, 15,8 milhões de mulheres, equivalente a um total de 14,6% da população, informaram não ter acesso à água tratada em suas casas, resultado de serviços de saneamento deficitários, os quais mostraram-se ainda mais precários na região Norte, atingindo 40,7% da população, com destaque ao Estado do Pará, que apresentou, no total, 50,1% da população atingida pela falta de acesso à água tratada, e quanto à população feminina, 47,6%.

Atenta-se para o fato de que a ausência do acesso a serviços de água tratada ocorre principalmente, nos lares das mulheres que compõem as classes sociais mais baixas, logo, como aponta o Instituto Trata Brasil (2022), no ano de 2019, entre os 10% das moradias pertencentes à população mais pobre do País (1º quintil), 37,4% mostraram a inexistência de acesso a água tratada para as mulheres. Por outro lado, dos 10% das moradias referentes à população mais rica do País (5º quintil), apenas 7,8% dessas não forneciam acesso à água tratada às mulheres, devendo-se ressaltar que, quanto a estas últimas, a maioria correspondia a casas localizadas em propriedades rurais afastadas.

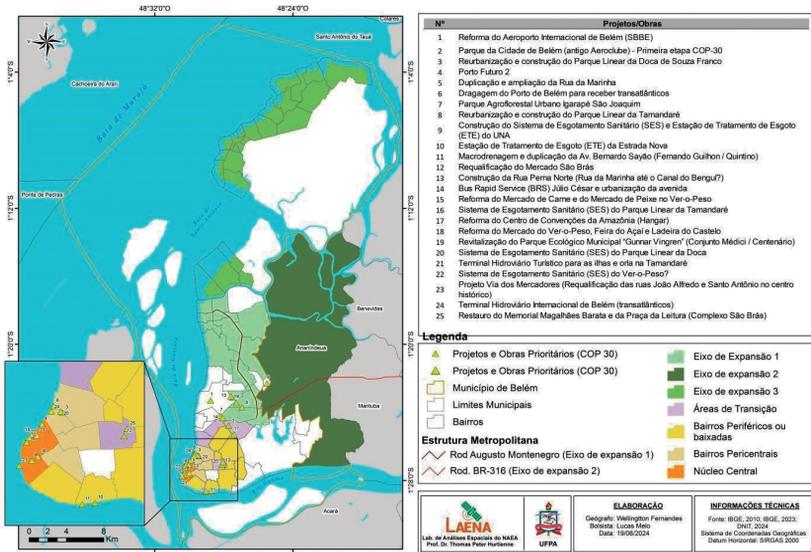
Acerca da regularidade desse atendimento, quando existente, dados de 2019 indicam que “11,8 milhões de mulheres viviam em moradias ligadas à rede geral de distribuição de água, mas a água não era entregue regularmente em suas residências” (Trata Brasil, 2022, p. 25). Correspondendo, portanto, a 12,4% das mulheres do País no período e, desse total, 17,4% equivalia a mulheres autodeclaradas indígenas, 16,1% pardas e 14,7% pretas (Trata Brasil, 2022).

Da mesma forma, os números se demonstram alarmantes quanto à inexistência de coleta de esgoto, pois, em 2019, 38,2% da população feminina informou residir em locais sem escoamento de esgoto adequado, sendo que, na região Norte, os números alcançaram um total de 80,3% da população feminina sem acesso a este serviço, e no Estado do Pará, 71,3%. Tal *déficit* foi mais elevado entre as mulheres autodeclaradas pardas, pretas e indígenas, correspondendo aos valores de 46,4%, 36,6% e 46,7%, respectivamente (Trata Brasil, 2022). Diante dos dados mencionados, resta ainda mais evidente a necessidade de políticas públicas e programas sociais mais robustos voltados ao atendimento das necessidades das mulheres em situação de maior vulnerabilidade quanto ao acesso a serviços e infraestrutura urbana.

Tendo em vista que a competência para execução de programas de saneamento básico é comum à União, estados e municípios, de acordo com o artigo 23, inciso IX, da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), e a competência para legislar sobre direito urbanístico é concorrente entre os referidos entes, conforme estabelecido no artigo 24, inciso I, também da Constituição, abre-se a possibilidade, ao mesmo tempo em que se aponta a necessidade, de que os estados e municípios aprofundem a perspectiva de gênero na construção de normas e programas regionais e locais de infraestrutura urbana, levando em conta que a garantia da qualidade de vida das mulheres nas cidades se relaciona diretamente ao acesso à igualdade, pois a ausência de direitos básicos (acesso à água tratada, saneamento, limpeza urbana etc.) inviabiliza a apropriação plena da cidade por parte das mulheres e é condição para a manutenção de estruturas construídas segundo critérios de desigualdade e discriminação (Rolnik, 2011).

No caso de Belém, a soma de recursos voltados para o saneamento básico se mostra sempre aquém da demanda real existente. Apesar disso, possibilidades de realização de obras e intervenções urbanísticas nesse sentido têm sido sinalizadas com recursos progressivamente liberados para a preparação da cidade para a COP 30. Na esteira desse interesse, algumas obras de saneamento estão sendo inseridas como “obras da COP”, mesmo que a previsão delas tenha antecedido à decisão de realização desse megaevento em Belém. A Figura 2 espacializa um rol de obras consideradas pelo poder público como de interesse de preparação da cidade para a tal Conferência, dentre elas aparece as que se voltam ao saneamento urbano.

Figura 2 – Belém: mapa dos projetos/obras prioritários para a COP 30



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais-NAEA/UFGA, 2024.

No conjunto de 25 obras dirigidas para a COP, podem ser reconhecidas 7 que, de maneira direta ou indireta, voltam-se para o problema do saneamento da cidade, conforme se pode apreender da Figura 2, a saber: 1) Parque Florestal Urbano Igarapé do São Joaquim, 2) construção do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) e Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Una, 3) Estação de Tratamento de Esgoto da Estrada Nova, 4) Macrodrenagem e duplicação da Avenida Bernardo Sayão, 5) Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) do Parque Linear da Tamandaré, 6) Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) do Parque Linear da Doca de Souza Franco, 7) Sistema de Esgotamento Sanitário do Ver-o-Peso.

Algumas dessas obras se destacam pela prioridade à estética urbana em razão de serem transformadas em pretensos parques lineares e que traduzem um forte apelo turístico, conforme se percebe, por exemplo, em relação ao que tem se chamado de Parque Linear da Doca de Souza Franco e de Parque Linear da Tamandaré. Ambos se localizam em antigas áreas de baixadas onde, no passado, mais precisamente nas décadas de 1960 e 1970, foram realizadas obras de intervenção com vistas ao saneamento urbano e ao embelezamento, não sendo hoje áreas prioritárias para esse tipo de intervenção, ainda que demandem soluções urbanísticas com vistas a melhorias. De qualquer maneira, não podem ser tidas como urgentes, uma vez que não se constituem áreas críticas em relação ao problema de saneamento, se considerarmos outras áreas onde a pobreza urbana e os marcadores sociais de raça e gênero se fazem muito mais presentes. É o que se observa, por exemplo, no bairro da Terra Firme, onde a demanda por saneamento é histórica e afeta um quantitativo populacional significativo no conjunto do espaço urbano belenense, especialmente os marcadores sociais aqui considerados.

Do rol de intervenções previstas ou em realização que se voltam para essa preocupação anteriormente mencionada, identificam-se as da bacia do Igarapé do São Joaquim/Una e as da bacia da Estrada Nova, que englobam embelezamento, por meio de parque linear ou duplicação de avenida, e/ou sistema de tratamento e de esgoto sanitário. Há ainda a de requalificação urbana do Ver-o-Peso, inclusa a melhoria de seu esgotamento sanitário. As primeiras estão situadas em espaços marcados pela exclusão social e de demandas históricas quanto à questão do saneamento; a última, é de localização centralizada e atende à população em geral, mas, com forte apelo turístico, por se constituir em um dos principais cartões postais da metrópole.

Por mais que os projetos elencados na Figura 2 sejam denominados de obras prioritárias, é importante estabelecer aqui a diferenciação entre um planejamento urbano voltado às prioridades da cidade em face de um outro que pode ser identificado como um planejamento urbano estratégico (Vainer, 2007). Em relação ao primeiro, é possível reconhecê-lo pela importância dada às ações de intervenção urbana relacionadas à inversão das prioridades comumente destinadas ao atendimento de interesses mercadológicos, voltando-as para o atendimento de demandas consideradas básicas, como é o caso das obras que vêm sendo realizadas na bacia da Estrada Nova, uma das mais críticas da cidade, onde mora uma população estigmatizada pela pobreza urbana.

Por outro lado, em relação ao segundo, trata-se notadamente de intervenções que objetivam se converter em espécies de vitrines urbanas, como é o caso do Parque Linear da Tamandaré e o Parque Linear da Doca de Souza Franco, antigos cursos fluviais canalizados e descaracterizados que tendem a se voltar precipuamente para uma demanda externa à própria cidade ou, quando muito, a uma demanda interna a ela, mas já

contemplada por vantagens de sua localização no conjunto do espaço urbano e por atender a outras necessidades que não são tidas como verdadeiramente emergenciais, considerando a precariedade de outros espaços da cidade e da metrópole (Vainer, 2007).

Portanto, nem tudo aquilo que é considerado estratégico pode, necessariamente, ser reconhecido como prioritário. O peso a ser dado a um ou a outro, de certa forma, define perspectivas de ação que podem ou não ajudar a solucionar, por exemplo, os problemas de saneamento enfrentados pelos habitantes da cidade, especialmente os mais vulneráveis. Nesse sentido, quanto aos projetos previstos como parte das obras relacionadas à COP, é importante avaliar o montante de recursos previstos e alocados até o momento para cada um deles (Quadro 1).

Quadro 1 – Belém: recursos e obras de saneamento com vistas à COP 30

N ^o	Obras de saneamento	Intervenções e benefícios	Agentes de concessão	Localização na estrutura urbana	Valores previstos	Valores alocados (saneamento)	Início/Conclusão
1	Parque Florestal Urbano Igarapé do São Joaquim	Serviço de macro e microdrenagem, reurbanização, construção de pontes, espaço de visitação turística e dotação urbanística.	Prefeitura Municipal de Belém/PMB-Secretaria Municipal de Saneamento/SESAN (responsabilidade, fiscalização e financiamento), Governo Federal-Itaipu Binacional (financiamento). Construtora: Construbase Engenharia Ltda.	7 Bairros: Val-de-Cães, Pedreira, Barreiro, Sacramento, Telégrafo, Marabaia e Maracangalha.	173 milhões (150 milhões da Itaipu Binacional e 23 milhões da Prefeitura Municipal de Belém) + 150 milhões (Governo Federal)	40 milhões (aguardando liberação)	Julho 2024 a outubro 2025 (primeira etapa)
2	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) e Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do UNA	Implantação de unidades de tratamento preliminar com gradamento, peneira e caixa de areia, câmaras para tratamento físico-químico e desinfecção do efluente; adaptações das instalações existentes para recebimento do gradamento mecanizado (tratamento preliminar); implantação das esteiras do gradamento mecanizado; construção da elevatória de lodo; adequações do projeto hidromecânico, das instalações elétricas e do sistema de automação.	Companhia de Saneamento do Pará (Cosampa)	1 bairro: Telégrafo	131 milhões	131 milhões	80% concluída
3	Estação de Tratamento de Esgoto da Estrada Nova	Sistema constituído pela ETE, 5 Estações Elevatórias de Esgoto e uma rede de coleta de esgoto de 50km.	Prefeitura Municipal de Belém	3 bairros: Juruinas, Condor e Cremação	106 milhões	26 milhões (Estação de Tratamento) 80 milhões (redes de esgoto)	Março de 2023 a abril de 2024 (Fase I)

4	Macro drenagem e duplicação da Avenida Bernardo Sayão (Estrada Nova)	Dividida em 4 fases, compreensão de serviços de macrodrenagem do canal principal, dotação urbanística, infraestrutura e modernização de 3.570 metros de pista.	PMB-Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova/Pro-mabem (responsabilidade e fiscalização), Banco Interamericano de Desenvolvimento/ Construtora: não informada	4 bairros: Jurunas, Condor, Cremação e Guamá	130,6 milhões (Banco Interamericano de Desenvolvimento)	76,6 milhões (fase I) 53,9 milhões (fase II)	Setembro de 2023 a julho de 2024 (Fase I)
5	Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) do Parque Linear da Tamandaré e Terminal Hidroviário	Execução de 2,5 km de pavimentação asfáltica e torno do canal de 1,4 km, drenagem, , esgotamento sanitário, paisagismo, dotação urbanística, instalação de 4 passarelas e construção e subestação com 5 comportas para controlar o fluxo da maré, construção de espaço de convivência, 8 quiosques, jardins de chuva, áreas contemplativas, espaço para eventos, cicloviárias, playground, espaço pet, academia ao ar livre, área de passeio para dentro do canal por meio de uma passarela em balanço e plantio de árvores, reconstrução da praça onze de junho com implantação de quadras esportivas, espaço infantil e espaços de alimentação, construção de porto para navios, com abertura do espaço e dragagem do leito do canal e da baía para chegada e saída de embarcações para as ilhas do entorno.	Governo do Estado do Pará-Secretaria de Estado de Obras Públicas/Seop Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/ BNDES (financiamento) Construtora: OCC Participações e Construções Ltda.	1 bairro: Cidade Velha	154 milhões (Reurbanização e Parque Linear)	58 milhões	Abril de 2024 a prazo não informado

6	Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) do Parque Linear da Doca de Souza Franco	Em 1,2 km de canal será executada drenagem, paisagismo, dotação urbanística e construção de passarelas, substituição de seis comportas para controle de água de maré para evitar inundações, implantação de mirantes, quiosques de alimentação, parque infantil, academia ao ar livre e espaços de contemplação integrados à paisagem do canal, plantio de cerca de 200 árvores de grande porte e mais de 10.000 unidades de arbustos e forragem, pavimentação de 2,4 km de avenida, construção de sistema de drenagem profunda e superficial de chuva, rede de esgoto sanitário, tubulação de água potável ciclovia e sistema de energia limpa, despoluição da água do canal com redução e mitigação de lançamento de dejetos no córrego.	Governo do Estado do Pará-Secretaria de Estado de Obras Públicas/Seop (responsabilidade e fiscalização), Governo Federal-Itaipu Binacional (financiamento) Construtora: Consórcio Nova Doca	Bairro do Umarizal e Reduto	310 milhões (Parque Linear)	30 milhões	Maio de 2024 a prazo não informado
7	Sistema de Esgotamento Sanitário e reforma do Ver-o-Peso	Parte da reforma de complexo do Ver-o-Peso que envolve feira	PMB-Secretaria de Urbanismo/Seurb (responsabilidade e fiscalização), Governo Federal-Itaipu Binacional (financiamento) Construtora: Multisul Engenharia	1 Bairro: Campina	64 milhões (Reforma do Ver-o-Peso)	15 milhões	Fevereiro de 2024 a agosto de 2025

8	Macrodtrenagem do Tucunduba	Macrodtrenagem de e restauração de canais, revestimento em placas de concreto, drenagem, esgotamento sanitário, paisagismo, dotação urbanística, pavimentação asfáltica, terraplanagem, calçada, ciclofaixas, rede de distribuição de água, rampas e passarelas	Governo do Estado do Pará-Secretaria de Estado de Obras Públicas/Seop	7 bairros: Terra Firme, Guamá, Maricó, São Brás, Canudos, Curio-Utinga, Mangueirão	841 milhões	-	Janeiro de 2024 a prazo não informado (Obras anteriores desde 2019)
9	Macrodtrenagem da Bacia Hidrográfica do Igarapé Mata Fome	Serviços de Macrodtrenagem, renaturalização, desassoreamento, construção e recuperação de vias ao longo de 8 km de canal, 608 habitações, nova ponte na rodovia Arthur Bernardes, orla, pier, portões, locais para navegabilidade, praças, espaços de lazer, estacionamentos e ciclovias.	PMB-Sesan (responsabilidade, fiscalização, financiamento), Governo Federal-Programa de Aceleração do Crescimento/PAC Seleções -(financiamento), Fundo Financeiro para a Bacia do Prata/Fonplata (financiamento) Construtora: não definida	4 bairros: Tapana, Pratinha, Parque Verde e São Clemente.	443 milhões (132 milhões do Governo Federal, 300 milhões do Fonplata e 11 milhões PMB)	-	Julho de 2025 a prazo não informado
10	Feira do Barreiro	Reconstrução da feira às margens da Avenida Pedro Álvares Cabral, implantação de 850 boxes para feirantes, miniauditório e segurança permanente, requalificação do canal e recuperação de ruas do entorno e dotação urbanística das vias marginais	Não definidos	1 bairro: Sacramenta	Não definido	-	Não definido

Fontes: Agência Belém (2023a, 2023b), Araújo (2024), Belém (2024), Belém (2023, 2024), Cosampa (2023), Engelke (2024), Marre (2024), Mota (2024), Pará (2024), Seurb (2024), Passos e Carneiro (2024)

Com base nas informações acima, percebe-se que algumas das obras têm valores mais elevados, como é o caso do Parque Florestal Urbano Igarapé São Joaquim, Macro drenagem da Bacia Hidrográfica do Igarapé Mata Fome, da Prefeitura Municipal de Belém; e a Macro drenagem do Tucunduba e o Parque Linear da Doca de Souza Franco, do Governo do Estado do Pará.

As primeiras abrangem bairros tidos como predominantemente periféricos na cidade e, portanto, pode ajudar a amenizar as demandas básicas por saneamento na cidade, se atendidas as necessidades de um conjunto de intervenções que vão além do simples embelezamento da cidade e que atingem diretamente uma população na sua maioria de baixa renda que nesses bairros reside. A previsão dessas obras, na verdade, não se deu com a decisão sobre a realização da COP em Belém, mas é uma demanda que já existia e que apenas foi colocada como uma das que serão realizadas com recursos mobilizados a partir da necessidade de preparar a cidade para a COP. O mesmo pode se dizer da Macro drenagem do Tucunduba, sob iniciativa do Governo do Estado do Pará.

De forma diferente, a última, localiza-se na zona mais central e mais valorizada da cidade. Nesse caso, a prioridade a essa obra se dá menos pela solução de problemas históricos relacionados ao saneamento e mais pela visibilidade que ela possa ter por parte daqueles que visitam a cidade, como acontecerá com o público que participará da Conferência do Clima. Isso porque o Parque Linear da Doca de Souza Franco está localizado no bairro do Reduto e Umarizal, tidos como centrais. O bairro do Umarizal, inclusive, é hoje um dos mais valorizados e objeto de interesse e investimentos de grandes empresas imobiliárias que atuam em Belém. Essa obra é a que possui um dos maiores quantitativos de

recursos previstos, superando outras tidas como prioritárias como a da Bacia da Estrada Nova ou Bernardo Sayão, muito maior em termos de área e de número de bairros beneficiados e que contemplam espaços estigmatizados pela interseccionalidade de renda, gênero e raça no Município de Belém.

Importante considerar que, dos investimentos previstos nessas obras, até o momento, nem todos, de fato, tiveram os valores alocados, conforme se observa no Quadro 1, o que implica em dizer que há possibilidade de que algumas delas não sejam concluídas na sua plenitude, como já aconteceu em obras anteriores realizadas na cidade. Nesse caso, as intervenções estéticas são as mais priorizadas, exatamente por difundirem o discurso do embelezamento urbano como sinônimo de melhorias, como já aconteceu, inclusive, na bacia da Estrada Nova, uma proposta de intervenção que vem se arrastando por pelo menos 5 gestões municipais e que só parcialmente tem sido entregue. A primeira etapa dessa obra, por exemplo, a mais próxima da área central da cidade, foi concluída há alguns anos e se voltou para aqueles fins mencionados, figurando desde então como um novo cartão postal da cidade, chamado de “Portal da Amazônia”, por abrir uma “grande janela para o rio”, com vistas à contemplação, ao lazer e ao incremento turístico principalmente.

Ademais, a maior parte das intervenções arroladas integram aquilo que se tem chamado de “polígono da COP”, que corresponde a uma delimitação mais centralizada e que inclui espaços onde provavelmente ocorrerá a maior movimentação de pessoas que participarão do evento. Logo, ainda que tais obras possam diminuir alguns dígitos dos indicadores da precariedade do saneamento básico em Belém, na prática, tendem, em termos relativos, a tornar ainda mais real as desigualdades de acesso aos serviços que delas decorrem, pois, em

razão de priorizar áreas ocupadas principalmente por uma população com renda relativamente mais alta no conjunto da realidade urbana de Belém, sugere, sem qualquer dúvida, o reforço da segregação e, com isso, agrava as dificuldades enfrentadas por aqueles sujeitos atravessados pelos marcadores sociais de baixa renda, raça e gênero na cidade; variáveis essas que não são tidas como referenciais que definem a alocação dos investimentos no tecido urbano belenense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do quadro deficitário apresentado quanto ao acesso ao saneamento básico no Município de Belém, cujas carências afetam diretamente e de forma intensificada as mulheres, especialmente, as não brancas, cujos corpos são historicamente atravessados por marcadores sociais de gênero e raça, verifica-se que a falta de acesso total ou a precariedade desse acesso aos serviços e infraestrutura urbana, além de atingir as necessidades materiais básicas dessas mulheres, coloca-as em posição de subordinação e dependências na sociedade (Rolnik, 2011), em razão da maior dificuldade de participação na vida pública e espaços de decisão, visto que a divisão sexual do trabalho delega a essas mulheres uma carga enorme de sobretrabalho – dentro e fora do lar –, a qual se torna ainda mais extenuante por conta da ausência de direitos básicos como a água tratada, o esgotamento sanitário e a limpeza urbana.

Considerando que em Belém tais serviços não alcançam grande parte da população residente em bairros periféricos, é preocupante o fato de os projetos e obras prioritários voltados à realização da COP 30, além de abrangerem especialmente bairros localizados no núcleo central e pericentral de Belém, apresentarem um enfoque secundário à melhoria

dos serviços de saneamento básico da cidade, sobretudo nos bairros periféricos ou baixadas, visto que o intuito da Conferência é, justamente, o debate e a busca por alternativas para o enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas, os quais, em geral, atingem principalmente as populações em situação de maior vulnerabilidade social, econômica e/ou ambiental, e os grupos historicamente segregados, dentre eles as mulheres negras, periféricas, indígenas e ribeirinhas, que representam grande parte do povo amazônico.

Ressalte-se que Belém encontra-se entre as três capitais brasileiras com as menores pontuações quando da análise de indicadores relacionados à saúde, educação, renda, moradia, saneamento, emissões de carbono, violência, entre outros, verificados pelo Instituto Cidades Sustentáveis (2024); fatores que aumentam as chances dos efeitos desfavoráveis provenientes das mudanças climáticas atingirem os moradores da cidade, ao agravar problemas estruturais já existentes (Rede Jandyras, 2021) e ampliar, conseqüentemente, as desigualdades de gênero e étnico-raciais (Santana Filho et al., 2021).

Logo, levando em conta o tamanho do alcance de um megaevento como a Conferência do Clima das Nações Unidas (COP 30) e a infraestrutura pensada para lhe dar o devido suporte, a partir do qual, acredita-se que surgirão importantes discussões, acordos e ações para o alcance de cidades mais sustentáveis, é fundamental que sejam pensadas e implementadas medidas robustas e inclusivas quanto à perspectiva de gênero voltadas não apenas para o evento, mas que deixem um legado de melhoria da qualidade de vida da população. Nesse sentido, atenção deve ser dada à universalização do acesso ao saneamento básico, tendo como parâmetro, preferencialmente, propostas e soluções híbridas e pautadas na natureza, descentralizando o acesso à água, o esgotamento sanitário

e pluvial e a destinação dos resíduos sólidos, de modo que estes possam chegar à periferia da cidade (Rede Jandyras, 2021), visto que a capital-sede ainda apresenta sérios problemas no fornecimento de serviços e infraestrutura urbana, e exibe um dos piores indicadores de saneamento básico do País (Pereira, 2023).

REFERÊNCIAS

ABELÉM, A. G. **Urbanização e remoção: por que e para quem?** 2. ed. Belém: NAEA, 2018.

AGÊNCIA BELÉM. **Duplicação da Avenida Bernardo Sayão assegura um futuro com dignidade à população da área.** Belém: Coordenadoria de Comunicação Social da Prefeitura, 2023a. Disponível em: <https://agenciabelem.com.br/Noticia/236952/duplicacao-da-avenida-bernardo-sayao-assegura-um-futuro-com-dignidade-a-populacao-da-area>. Acesso em: 23 jun. 2024.

AGÊNCIA BELÉM. **Prefeitura de Belém dá início a obras de Construção da Estação de Tratamento de Esgoto da Estrada Nova.** Belém: Coordenadoria de Comunicação Social da Prefeitura, 2023b. Disponível em: <https://agenciabelem.com.br/Noticia/232902/prefeitura-de-belem-da-inicio-a-obras-de-construcao-da-estacao-de-tratamento-de-esgoto-da-estrada-nova>. Acesso em: 30 jul. 2024.

ALFONSIN, B. M. Cidade para todos/Cidade para todas – Vendo a cidade através do olhar das Mulheres. In: ALFONSIN, B. M.; FERNANDES, E. (org.). *Direito urbanístico: estudos brasileiros e internacionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 253–264.

ARAÚJO, F. **Obras na Estação de Tratamento de Esgoto do Una beneficiarão cerca de 90 mil paraenses**. Belém: Agência Pará, 2024. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/56292/obras-na-estacao-de-tratamento-de-esgoto-do-una-beneficiarao-cerca-de-90-mil-paraenses>. Acesso em: 30 jul. 2024.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Planilha Pnud Brasil**. Brasília: Ipea e FJP, 2022. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em: 21 out. 2023.

AZEREDO, V. G. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 103, p. 576–590, jul./set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/ytN3F4Y7zJJG7rn5NBbkHdG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2020.

BECKER, B. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, B.; STENNER, C. **Um futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

BELÉM. **Prefeitura de Belém inicia construção da Estação de Tratamento de Esgoto da Estrada Nova**. Belém: UCP/PROMABEN, 2023. Disponível em: <https://promaben.belem.pa.gov.br/subcoordenacao-de-engenharia/ete/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

BELÉM. **Portal da transparência**: relatórios dos projetos e execução de obras públicas. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2024. Disponível em: <https://portaltransparencia.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/06/05.-Relatorio-Portal-de-Transparencia-Maio-2024-Execucao-de-Obras.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020**. Atualiza o marco legal do saneamento básico. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114026.htm. Acesso em: 15 set. 2023.

CANCELA, C. D. **Casamento e família em uma capital amazônica (Belém 1870–1920)**. Belém: Ed. Açai, 2011. 428 p.

CHAVES, F. N.; CÉSAR, M. R. A. O silenciamento histórico das mulheres da Amazônia brasileira. **Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 138–156, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/download/157418/155189/364016>. Acesso em: 10 maio 2021.

COSANPA. **Em Belém, obra da Estação de Tratamento de Esgoto do UNA segue em ritmo acelerado**. Belém: Companhia de Saneamento do Pará, 2023. Disponível em: <https://www.cosanpa.pa.gov.br/noticias/em-belem-obra-da-estacao-de-tratamento-de-esgoto-do-una-segue-em-ritmo-acelerado/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

D'INCAO, M. Â. Mulher e modernidade na Amazônia. In: SANTOS, E. F.; ÁLVARES, M. L. M.; D'INCAO, M. Â. **Mulher e modernidade na Amazônia**. Tomo I. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA, 1997. 383p.

ENGELKE, A. **Obras da COP 30**: veja como vai ficar a Bernardo Sayão após intervenções. Belém: O Liberal, 2024. Disponível em: <https://www.oliberal.com/cop-30/obras-da-cop-duplicacao-da-bernardo-sayao-veja-como-vai-ficar-a-obra-finalizada-1.838134>. Acesso em: 30 jul. 2024.

FAPESPA, Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará. **Boletim da Moradia e do Saneamento – Pará – 2023**. Belém: Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural, 2023. Disponível em: [https://www.fapespa.pa.gov.br/sites/default/files/BOLETIM%20DA%20MORADA%20E%20SANEAMENTO%202023_\(VERS%C3%83O%20FINAL\).pdf](https://www.fapespa.pa.gov.br/sites/default/files/BOLETIM%20DA%20MORADA%20E%20SANEAMENTO%202023_(VERS%C3%83O%20FINAL).pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

FRANCO, M.; FRANCISCO, M.; TAVARES, R. Nossos corpos, nossa cor, nossa cidade: os impactos causados pelas intervenções decorrentes dos grandes projetos de urbanização no Rio de Janeiro. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO. **Direito à cidade: uma outra visão de gênero**. São Paulo: IBDU, 2017. Disponível em: <https://ibdu.org.br/biblioteca/direito-cidade-genero>. Acesso em: 10 dez. 2020.

GALETTI, C. C. H.; DRUMOND, N. Direito à cidade: revisitando o conceito de Henri Léfèbvre sob uma perspectiva marxista feminista. **Revista Vernáculo**, Curitiba, n. 45, primeiro semestre, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/download/73312/40913>. Acesso em: 10 dez. 2020. p.109–137.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Aglomerados subnormais 2019**: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia e Meio Ambiente, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 10 nov. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102004_informativo.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=downloads>. Acesso em: 15 maio 2024.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Mapa da desigualdade entre as capitais**. São Paulo: Instituto/Programa Cidades Sustentáveis, 2024. Disponível em: <https://institutocidadessustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadecapitais/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

INSTITUTO PÓLIS. **Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental/#>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MARTE, M. **Nova Tamandaré**: canal vai virar parque moderno com terminal hidroviário. Belém: O Liberal, 2024. Disponível em: <https://www.oliberal.com/cop-30/nova-tamandare-canal-vai-virar-parque-moderno-com-terminal-hidroviario-1.830724>. Acesso em: 30 jul. 2024.

MERCÊS, M. L. F.; BERNARDES, M. N. **Direito à moradia sob a lente interseccional**: reflexões críticas sobre a habitação das mulheres a partir da experiência da TETO em comunidades e a necessidade de se repensar o Direito e as Políticas Públicas. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Direito, 2017. Disponível em: http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2017/relatorios_pdf/ccs/DIR/DIR-Maria%20Luiza%20Freire%20Merc%C3%AAAs.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

MOTA, G. **Parque Urbano Igarapé São Joaquim será um novo espaço de lazer para a população de Belém**. Belém: O Liberal, 2024. Disponível em: <https://www.oliberal.com/cop-30/parque-urbano-igarape-sao-joaquim-sera-um-novo-espaco-de-lazer-para-a-populacao-de-belem-veja-1.837386>. Acesso em: 30 jul. 2024.

NICOLAU NETTO, M. **Do Brasil™ e outras marcas**: nação e economia simbólica nos megaeventos esportivos. São Paulo: Intermeios, 2019.

ONU, Organização das Nações Unidas. **O direito humano à água e saneamento**. [s.l.], [201-]. Disponível em: https://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_media_brief_por.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Gender issue guide**: urban planning and design. Nairobi: ONU Habitat, 2012. Disponível em: <https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/Gender%20Responsive%20Urban%20Planning%20and%20Design.pdf>. Acesso: 15 maio 2021.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Convenção da ONU sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher de 1979**. 2013. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

PARÁ. **Mural de licitações**. Belém: Governo do Estado do Pará, 2024. Disponível em: <https://www.compraspara.pa.gov.br/governo/mural-de-licita%C3%A7%C3%B5es-0>. Acesso em: 23 jun. 2024.

PASSOS, M.; CARNEIRO, T. **500 dias para a COP na Amazônia: como estão as obras que somam mais de R\$ 4 bilhões em Belém**. Belém: G1 Pará, 2024. Disponível em <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/06/28/500-dias-para-a-cop-na-amazonia-como-estao-as-obras-que-somam-mais-de-r-4-bilhoes-em-belem.ghtml> . Acesso em: 28 jun. 2024.

PEREIRA, J. **Plano Municipal foi reeditado e publicado em 2020, mas ainda não há mudança significativa na cobertura dos serviços e em novas obras**. [s.l.]: InfoAmazônia, 2023. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods6/belem-sofre-com-falta-de-investimento-em-saneamento-basico/>. Acesso em: 20 set. 2023.

PONTE, J. P. X. *et al.* **A Região Metropolitana de Belém: territórios precários, condições de infraestrutura, moradia e a covid-19**. Belém: Laboratório Cidades na Amazônia – FAU/UFPA, 2020. Disponível: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/07/Dossi%C3%AA-N%C3%BAcleo-Bel%C3%A9m-An%C3%A1lise-Local_Julho-2020.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

REDE JANDYRAS. **Agenda Climática para Belém**. Belém-PA: Rede de Articuladoras Ambientais Jandyras, 2021. 19 p. Disponível em: <http://mandi.org.br/acervo/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

RISÉRIO, A. **Mulher, casa e cidade**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2015. 424 p.

ROLNIK, R. **Informe de la relatora especial sobre una vivienda adecuada como elemento integrante del derecho a un nivel de vida adecuado y sobre el derecho de no discriminación a este respecto**. ONU, Conselho de Direitos Humanos, dez. 2011. Disponível em: http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/wp-content/uploads/2012/10/A.HRC_.19.53_sp.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. 134p.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. 151p.

SANTANA FILHO, D. M.; FERREIRA, A. J. F.; GOES, E. F.; COSTA MALHEIRO T. C. **Diversidade e desigualdades em tempos de mudanças climáticas**: uma análise socioespacial de Belém. Rio de Janeiro: Instituto Clima e Sociedade, 2021. 25 p. Disponível em: <https://amazonialegalurbana.com.br/wp-content/uploads/2021/01/Paper-Belem-Projeto-Amazonia-Legal-Urbana.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2024.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. *In*: CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M. L. S. (org.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13–20.

SEURB. **Complexo do Ver-O-Peso**: Prefeitura de Belém inicia as obras de revitalização da Feira do Açaí. Belém: Secretaria de Urbanismo, 2024. Disponível em: <https://seurb.belem.pa.gov.br/complexo-do-ver-o-peso-prefeitura-de-belem-inicia-obras-de-revitalizacao-da-feira-do-acai/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

SNIS, Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.

Painel de Indicadores 2023. Brasília-DF: Ministério das Cidades, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis>. Acesso em: 19 jun. 2023.

TRATA BRASIL. **Saneamento e a vida da mulher brasileira.** São Paulo: Instituto Trata Brasil, 2022. Disponível em: https://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/Saneamento_e_a_vida_da_mulher_brasileira_/Relat%C3%B3rio_Completo_-_2022.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

TRATA BRASIL. **Aniversário de Belém:** confira os indicadores de saneamento da capital paraense. São Paulo: Instituto Trata Brasil, 2023. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/aniversario-de-belem-confira-os-indicadores-de-saneamento-da-capital-paraense/>. Acesso em: 20 set. 2023.

TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento do Instituto Trata Brasil de 2024 (SNIS 2022).** São Paulo: Instituto Trata Brasil, 2024. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento-2024/>. Acesso em: 17 maio 2024.

TRINDADE JR., S-C. C. **Formação metropolitana de Belém (1960–1997).** Belém: Paka-Tatu, 2016. 392p.

TRINDADE JR., S-C. C.; ROCHA, G. M. (org.). **Cidade e empresa na Amazônia.** Belém: Paka-Tatu, 2002.

UNICEF, United Nations Children's Fund; WHO, World Health Organization. **Progress on household drinking water, sanitation and hygiene 2000–2022**: special focus on gender. New York: United Nations Children's Fund (UNICEF) and World Health Organization (WHO), 2023. Disponível em: <https://www.who.int/publications/m/item/progress-on-household-drinking-water--sanitation-and-hygiene-2000-2022---special-focus-on-gender>. Acesso em: 7 ago 2024.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos, 4ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Representações sociais da COP 30 no mercado do Ver-o-Peso

INTRODUÇÃO

Este capítulo busca compreender as representações e os imaginários sociais produzidos em torno da trigésima Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 30) por um grupo de indivíduos diretamente impactados pelas obras estruturantes em andamento para receber o evento, a ocorrer na cidade de Belém, estado do Pará, em 2025: os feirantes e comerciantes do complexo do Ver-o-Peso. Parte-se de uma coleta de representações sociais seguindo o modelo de Moscovici (1996), Abric (1994) e Jodelet (1994), buscando compreender como os trabalhadores do Ver-o-Peso compreendem, interpretam

Fábio Fonseca de Castro

Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPa). Doutor de Sociologia pela Universidade de Paris V, Sorbonne.

Caroline Cardoso

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPa). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPa).

Lucas Felipe Sardinha

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPa). Licenciado Pleno em História pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), com ênfase em História da Amazônia, História Econômica, Memória e Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Regional.

e representam os discursos sobre a COP 30 produzidos pela mídia e redes sociais, pelo jornalismo, pela publicidade, pelo poder público, pelos sindicatos e associações e pela sociedade civil em geral.

Com o objetivo de compreender as intersubjetividades presentes em torno da realização da COP 30 em Belém, iniciamos um projeto de pesquisa no qual este capítulo se insere como um primeiro produto. O referencial utilizado na abordagem metodológica do projeto, parte da noção de “idealizações coletivas”, trabalhada por Durkheim em 1903 e desenvolvida, posteriormente, na obra de Moscovici (1996). Com esse horizonte, buscamos produzir uma discussão sobre a pertinência da noção de “representação social” como uma metodologia de abordagem de fenômenos intersubjetivos e, outra discussão, sobre como o imaginar coletivo modela a realidade social. Com apoio da obra de Deleuze (1992), sugere-se uma ligação estreita entre o imaginário, a sociedade e a experiência social presente na vida quotidiana dos feirantes e demais comerciantes do Ver-o-Peso. Essa ligação pode ser apresentada como o “imaginal público” o conjunto dinâmico, simbólico e complexo de imaginários diversos e heterogêneos que permeiam e conformam a vida social.

Ressalta-se que o Ver-o-Peso constitui um símbolo turístico, econômico, social e cultural central da cidade de Belém e que, nessa condição, torna-se visado, particularmente, pelas atenções produzidas em torno da COP 30. Além disso, como tal, constitui um marco referencial e simbólico não apenas da cidade de Belém como também da própria razão de ser das COPs, no que se articulam como modos de reprodução social de padrões econômicos associados à valorização de forma duradoura e respeitosa dos recursos ambientais e sociais.

Representações, imaginários, imaginais, intersubjetividades... Com esse horizonte conceitual, busca-se compreender como o Ver-o-Peso vem lidando com a euforia produzida em torno da COP 30 e como o debate climático passa a ser percebido e/ou despercebido por esses indivíduos.

A pesquisa se insere, deve ser dito, num projeto mais amplo, articulado em torno do impacto simbólico produzido pela COP 30 na Amazônia. Partiu-se de uma coleta de dados produzida por questionários semiestruturados associados à observação direta. Buscou-se destacar, no modelo Jodelet (1994) e Abric (1994) representações sociais correntes e, posteriormente, interpretá-las com apoio dos conceitos de imaginal e intersubjetividade.

Após esta Introdução, procuramos problematizar a questão da percepção social a respeito dos grandes eventos sociais nos espaços afetados. Em seguida, apresentamos o percurso metodológico da pesquisa. Refletimos, posteriormente, a respeito dos resultados obtidos e, enfim, discutimos esses resultados à luz das questões referentes ao imaginal e à intersubjetividade.

A COP 30 E O PLACE BRANDING DE BELÉM

A COP 30 se insere no contexto de uma prática muito corrente das formas atuais de globalização: a transformação de cidades em *place brands*, em marcas locais com inserção internacional a partir da realização de um evento principal que concatena uma série de outros eventos, geralmente no mesmo campo de ação ou interesse. Esses outros eventos podem antecipar ou suceder ao evento principal e, é claro, há uma escala entre esses eventos e seus *brands*, bem como diferenças

categoriais. Dentre estas, podemos falar em grandes eventos esportivos, cimeiras políticas, sociais e ambientais, grandes shows e eventos culturais, exposições universais etc. A questão da escala diz respeito, naturalmente, ao volume de capital e ao valor dos *brands* urbanos a ele associados, de maneira que não há como comparar, naturalmente, a realização dos Jogos Olímpicos de Paris com a COP 30 em Belém. Não obstante, a diferença de escalas e categorial, ambos os casos se inserem no mesmo movimento de produção de globalismos localizados (Souza Santos, 2002), ou seja, dos processos de globalização que aplicam, localmente, em dados contextos de fluxo de capital, programas e ações de interesse dito “global”. Pretende-se que a imagem produzida em torno desse local e sua midiatização global, permitiria a atração de capitais, sejam econômicos, sejam simbólicos, sejam culturais, conferindo ao lugar formas variadas de prestígio.

A ideologia por trás desse movimento é a de que a sociedade contemporânea se produz a partir daquilo que Netto chamou de “suposta homologia entre mercado e mundo” (2016, p. 1). Nessa correlação, as ações de comunicação – o *branding* de lugar, o *marketing* de eventos e a midiatização do processo – tornam-se determinantes, segundo a literatura (Anholt, 2002, 2007, 2008; Aronczyk, 2013a, 2013b; Avraham, Ketter, 2008), produzindo as representações sociais que levarão ou não ao êxito do projeto.

A questão do *branding*, particularmente a constituição dos *place brands*, é uma característica central desse processo. Em termos de marketing, o termo trata dos processos comunicacionais – na verdade, processos político-econômicos – que reduzem o imaginário e a imagética, ou mesmo os processos simbólicos a eles associados, a uma dimensão de *marca*. Trata-se de uma macro-operação de simplificação das contradições naturais dos processos simbólicos e de redução das

disruptivas estruturantes da própria vida social a fim de produzir comunicações práticas e fluidas, necessárias para a reprodução do capital financeiro na sua forma contemporânea.

De acordo com Netto, o *marketing* de lugar produz um “senso comum planetário, que reduz a imagem do lugar à concepção de *branding*” (Netto, 2016: 1). Esse mesmo autor discute a relação entre o branding das cidades e os grandes eventos como uma relação de circularidade, por meio da qual ambas alimentam-se mutuamente (Netto, 2016). De nossa parte, concordando com esse autor mas, também refletindo sobre a economia política das marcas urbanas contemporâneas, pensamos que não há grande evento com efeitos positivos mais duradouros, seja em termos de manutenção das estruturas urbanas e dos processos sociais inclusivos e ambientais empreendidos, seja em termos de atração de fluxos de capital e do interesse global sobre a cidade, sem uma operação comunicacional dinâmica e que não se perca nas tramas simplificadoras dos *brandings*.

Pensando sobre a COP 30 em Belém, com base nessas equações, temos a colocar, primeiramente, que não percebemos até o momento (faltando 15 meses para o evento, ou seja, no momento desta pesquisa) uma operação de *branding* efetiva – ou seja, a constituição da cidade de Belém como marca. Ao contrário, vemos dois problemas comunicacionais no que tange a essa questão: primeiramente, a crença, que parece ser generalizada, de que as tradições culturais, ambientais, gastronômicas, bem como o patrimônio material e imaterial da cidade constituem *naturalmente* o seu *brand*; em segundo lugar, a superposição de marcas políticas locais (do governo estadual e do governo municipal), concorrenciais e conflitivas, além de voltadas, exclusivamente, para processos político-partidários. Nesse sentido, além da ausência

convencional de um *branding* de Belém, sobreexiste a apropriação político-partidária da COP 30 para fins locais, pontuais e provinciais – além de eleitorais, naturalmente.

Em nossa perspectiva, a questão sobre o êxito ou o fracasso dos projetos de *place brandings* estão relacionados, diretamente, à eficiência do projeto em engendrar, na vida quotidiana, a produção de representações sociais. É claro que isso não diz respeito a uma avaliação sobre o resultado dos eventos em si mesmos. Tal análise seria necessariamente multifatorial e precisaria levar em consideração, para além das finalidades específicas de cada evento, segundo sua natureza, as condições de manutenção e usabilidade dos espaços e equipamentos produzidos para o evento e a capacidade de atração de novos eventos e processos socioeconômicos para o lugar.

É claro que em todas as dimensões em que se possa avaliá-los, os grandes eventos trazem consigo, em alguma medida, a questão sobre eficácia dos *brands* produzidos e, em nossa compreensão, também a capacidade desses *brands* estimularem a produção social de representações. Uma boa escala para medir essa produção é a que leva em conta a utilização da cidade e de seus equipamentos na realização de novos eventos.

Como antes colocamos, a realização de um evento principal pode concatenar uma série de outros eventos, geralmente no mesmo campo de ação ou interesse. Assim, por exemplo, é que a cidade do Rio de Janeiro, sede das Olimpíadas de 2016, foi igualmente sede de outros eventos igualmente importantes que a precederam ou sucederam, como os Jogos Pan-Americanos de 2007, os Jogos Mundiais Militares em 2011, a Jornada Mundial da Juventude e a Copa das Confederações de Futebol, em 2013, a Copa do Mundo de Futebol em 2014, os Jogos

Mundiais dos Povos Indígenas em 2015 e os Jogos Paraolímpicos, em 2016. Como se percebe, todos esses eventos se inserem num contexto de produção de um *branding* urbano em torno de eventos esportivos, mas é preciso referir, também, que essa cidade recebeu outros eventos, de outras categorias, como a Rio +20, realizada em 2012, a reunião anual do G-20, em 2024, grandes feiras de negócios e congressos, edições do Fest In Rio e diversos shows inseridos em turnês mundiais, cabendo observar que, embora alguns desses não se situem na categoria de “grandes eventos”, possuem o mesmo fluxo de circulação global em interação com o local.

Em nossa compreensão, a eficácia simbólica do *brand placing* não estaria, como pensam os profissionais do marketing e da comunicação, na relação objetiva de constituir iconicamente processos econômicos de visibilidade, mas sim em engendrar processos dinâmicos de produção de representações sociais.

PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo utiliza análise qualitativa para obter insights sobre as representações sociais produzidas a respeito da trigésima Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 30) por indivíduos diretamente impactados pelas obras estruturantes em andamento para receber o evento, a ocorrer na cidade de Belém-PA, em 2025: os feirantes e comerciantes do complexo do Ver-o-Peso.

Buscamos construir uma variação das técnicas de coleta de representações sociais, adaptando-as a uma perspectiva afeita à sociologia fenomenológica (Schutz, 2012). Os fundamentos da reflexão sobre as representações sociais se encontram na sociologia durkheimiana

(1893; 1895; 1898), que distingue entre as representações individuais – variáveis, transitórias e efêmeras – das coletivas, ou sociais. Estas últimas seriam partilhadas por grupos sociais específicos ou extensos e teriam a função de preparar o grupo para pensar e agir de modo menos conflitivo e mais uniforme. O objetivo das representações sociais, desse modo, é produzir padrões e identidades, facilitando a transmissão de saberes e valores no corpo social, inclusive entre as gerações.

A partir dessa perspectiva um encadeamento de questões surgiu em nossa investigação: qual o tecido de representações sociais que estaria sendo formado, no Ver-o-Peso, a respeito da COP 30? As representações mundiais em torno do movimento ambientalista, das mudanças climáticas, em geral, e das Conferências sobre o Meio Ambiente, em particular, constituem uma experiência ou uma preocupação para os trabalhadores do Ver-o-Peso? De que maneira o marketing institucional da Prefeitura de Belém e do Governo do Pará influem, neste momento inicial das obras de revitalização dessa feira, impactam sobre a formação das representações sociais dos indivíduos que nela trabalham? Haveria alguma percepção, por parte desses indivíduos, a respeito das dinâmicas de *place marketing* envolvendo, no contexto da COP 30, a cidade de Belém?

Desenvolvemos a investigação através de uma pesquisa de campo no referido espaço. Efetuamos entrevistas semiestruturadas por meio de um questionário contendo dois blocos de perguntas. O primeiro bloco, composto por cinco questões, buscou aferir o perfil das pessoas entrevistadas. O segundo bloco, formado pelas últimas quatro questões, dizia respeito a tópicos específicos relacionados ao objetivo da pesquisa. O questionário utilizado como suporte à coleta de informações durante as entrevistas consistiu de nove (9) perguntas-base, organizadas em dois blocos.

Foram entrevistadas vinte e sete (27) pessoas de cinco (5) setores distintos no mercado: Setor do Pescado, localizado no Mercado de Ferro; Setor do Artesanato, localizado no Solar da Beira; Setor de hortifrutigranjeiros, Setor de gastronomia e o Setor das ervas. Das entrevistas, 26 foram gravadas e transcritas – apenas uma interlocutora não aceitou que sua entrevista fosse gravada, tendo assinado, porém, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o que permitiu a utilização de anotações feitas a respeito do depoimento fornecido.

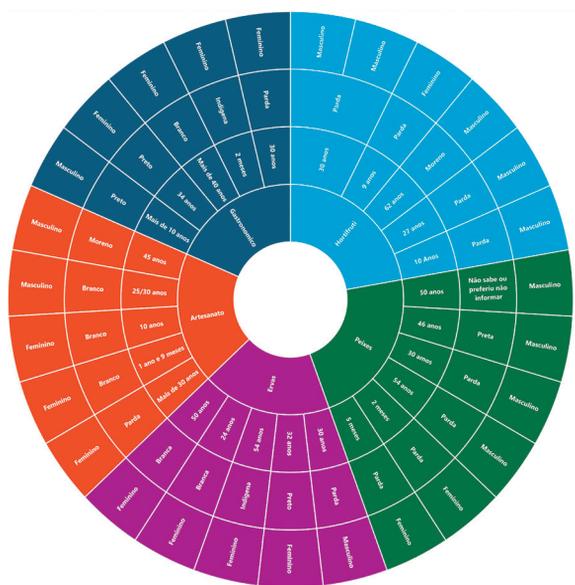
Apesar do questionário ter sido previamente estruturado da maneira então apresentada, o desenvolvimento das atividades de pesquisa em campo instigou novas indagações, seja para que se pudesse atingir maior clareza ao questionar os interlocutores sobre os tópicos de interesse, seja porque estes mesmos interlocutores passaram a apontar a importância de determinados tópicos outros que aqueles que foram elencados de forma prévia. Diante disso, no decorrer das entrevistas, algumas perguntas foram adaptadas, desmembradas em duas partes, ou até mesmo foram inseridos novos questionamentos pertinentes à pesquisa, o que será detalhado na discussão dos resultados obtidos.

Das pessoas entrevistadas, catorze (14) se identificaram com o gênero feminino e treze (13) com o gênero masculino. Além disso, seis (6) pessoas entrevistadas indicaram se identificar com a cor branca, treze (13) como pardos, quatro (4) como pretos, duas (2) como indígenas – ainda que não tenham informado a qual etnia pertencem –, duas (2) pessoas se identificaram como “morenos”, e uma (1) pessoa não soube ou não quis se identificar com nenhuma cor ou etnia.

Apesar de haver pessoas que iniciaram suas atividades profissionais recentemente, vários dos entrevistados informaram que são segunda, terceira e, até mesmo, quarta geração a trabalhar no Mercado do Ver-o-Peso.

A Figura 1, abaixo, destaca o perfil das pessoas entrevistadas em cada setor, estabelecendo relação também com o gênero, cor/raça e seus respectivos tempos de trabalho. Ademais, a Figura 1 realça o número de pessoas entrevistadas de cada setor, o que nos permite perceber que houve cinco (5) pessoas entrevistadas no setor gastronômico, cinco (5) no setor de artesanato, seis (6) no setor dos pescados, seis (6) no setor de hortifrutigranjeiros e cinco (5) no setor de ervas.

Figura 1 - Perfil das pessoas entrevistadas



Fonte: Elaboração dos autores, 2024.

Com base nesses dados produzimos um levantamento topológico buscando perceber as representações sociais presentes no imaginário dos comerciantes que trabalham no Ver-o-Peso a respeito da COP 30. No tópico seguinte buscamos sintetizar nossas impressões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A percepção recorrente, resultante das entrevistas, foi a de que, entre as pessoas entrevistadas, há uma ausência de conhecimentos a respeito da COP 30. Essa percepção esteve presente em todos os setores do mercado pesquisados. Em paralelo, percebeu-se o entendimento de que a COP 30 seria um evento esportivo relacionado à Copa do Mundo de Futebol. Ademais, foi informado, também, que a COP 30 seria um evento muito importante para a cidade de Belém, pois contará com a reunião de diversas pessoas de países diferentes para debaterem sobre a região amazônica. A questão climática, tema central do evento, não surgiu nas entrevistas.

Majoritariamente, as pessoas entrevistadas afirmaram que os temas que estarão sendo discutidos durante a COP 30 serão referentes à importância do reflorestamento da Amazônia e ao fortalecimento do debate sobre o clima e ao meio ambiente. No setor do artesanato, houve um maior detalhamento a respeito das discussões que serão realizadas durante a COP 30. Nesse setor, um entrevistado afirmou que

a COP 30, ela vem, tá? Pra favorecer a questão do clima, a questão de vegetação, tem a questão de desmatamento, que não pode acontecer, a questão de desperdício, que é muito grande. O tempo você desperdiça, madeira que você pode aproveitar para outras coisas, não da forma como fazem, não é? É, frutos, folhagens, né? Muita coisa, porque a gente tem uma Amazônia muito rica. Quando a gente fala em Amazônia, a gente não estava falando [sobre] o Estado da Amazônia, [Mas sim sobre] a região toda, o Pará, né? Todos esses estados que abrangem a Amazônia legal, né? Então, eu entendo que eles vêm pra... Através de estudos que já foram feitos, quem sabe trazer soluções? (Entrevista 9).

Apesar de relacionar o evento apenas ao debate sobre a região amazônica, a fala apresentada acima tem uma profundidade maior se comparada às demais, pois relata as questões climáticas, a problemática da cobertura vegetal e, também, a relevância de práticas mais sustentáveis ao afirmar que se precisa aproveitar, a escolha de Belém como sede do evento “para outras coisas”. Essa percepção foi semelhante a outra, coletada no setor peixeiro, localizado no Mercado de Ferro, em que foi afirmado que a COP 30,

é um evento, né, que busca é... conscientizar, né? Todo mundo a importância da preservação da da da Amazônia. É... É... preservar a... as fontes de de energia sustentáveis, né, que nós temos e que todas essa energia, ela está concentrada aqui na Amazônia, né? Principalmente aqui no Pará. (Entrevista 15).

Percebe-se, no trecho acima, que o entrevistado visibiliza a necessidade de práticas mais sustentáveis, de preservação do meio ambiente, em especial na Amazônia, e, também, enuncia a perspectiva da importância das fontes de energias sustentáveis existentes na região Amazônica.

Embora tenham surgido respostas mais complexas sobre o entendimento dos feirantes do Ver-o-Peso sobre a COP 30, também houve interlocutores que associaram o evento a políticas públicas locais voltadas à melhoria da cidade, além da possibilidade do aumento do turismo.

Quando perguntado sobre a relação da COP 30 com o trabalho exercido pela pessoa entrevistada, majoritariamente as representações produzidas foram de que o evento terá caráter positivo para os feirantes. Porém, não houve especificações sobre os motivos que levariam a isso. As justificativas apresentadas foram a associação do evento ao fortalecimento da economia local, respostas essas associadas à possibilidade de aumento da atividade turística.

Apesar da perspectiva de impulsionamento das vendas pelo turismo, houve também quem relatasse a expectativa de impacto indireto na economia local. Isso em função da percepção, por alguns setores do mercado – notadamente o setor peixeiro e o setor dos hortifrutigranjeiros – de que haja a ampliação da demanda por seus produtos. No setor peixeiro, foi explicado que,

A gente trabalha, também, fazendo entrega para restaurantes, para para para hotel, quer dizer, de uma certa forma, ela [COP 30] vai acabar impactando, porque aí eles com certeza vão... deverão fazer mais, mais pedidos, é... Mas aqui mesmo no mercado, o pessoal vem mais para visitaçã, né? [...] Então, quer dizer, isso aí vai gerar, assim, uma forma agregada a uma fonte extra de renda. (Entrevista 15).

Tendo um impacto direto ou indireto na economia, o que se espera, por parte dos feirantes, é que haja o aumento de suas vendas. Além da obtenção de uma renda maior tanto durante o período em que acontecerá a COP 30, como já vem ocorrendo devido ao crescimento dos eventos que estão acontecendo desde o anúncio oficial de que o evento acontecerá em Belém.

As pessoas entrevistadas também relataram que a COP 30 é positiva, ainda, por causa dos benefícios trazidos pela reforma que está sendo realizada no Ver-o-Peso. Além disso, foi informado que está sendo ofertada capacitação por meio do fornecimento de cursos de capacitação aos comerciantes locais. Porém, as únicas pessoas que fizeram esses cursos foram as pessoas entrevistadas no setor das ervas, não sendo informado se tais cursos seriam destinados a todas as pessoas que trabalham no Ver-o-Peso ou se se destina, em específico, a este setor. No setor das ervas, as pessoas entrevistadas informaram que,

[...] Tanto é que nós vamos fazer um curso, né? Pra nós ficarmos mais... Ter mais conhecimento... Atendimento ao público, porque vem gente de vários lugares. Eu não sei falar inglês, não sei falar espanhol, mal sei falar o português, né? Mas eu vou fazer esse curso porque eu quero ter conhecimento. (Entrevista 27).

A pessoa entrevistada não informou quais idiomas serão ofertados pelo curso, mas ressaltou a importância dele para que os que trabalham na feira possam conseguir se comunicar com indivíduos de outras nacionalidades e que não saibam falar português brasileiro – assim, proporcionando melhor comunicação no momento da venda de seus produtos.

Por mais que tenha havido uma percepção geral de que a realização da COP 30 em Belém será positiva, uma preocupação expressa foi o fato de que há pouco tempo para a conclusão da reforma do Ver-o-Peso. Surgiu a percepção de que a reforma não passe de “maquiagem”, isto é, uma reforma que não atenda às reais demandas das pessoas que trabalham no lugar, mas, sim, destinada aos indivíduos que irão realizar turismo na autoproclamada maior feira livre da América Latina. No setor das ervas, foi afirmado que,

[...] Os países, tudo quanto é país vem gente pra cá, e o Pará, Belém, não está preparada. Falta pouco tempo já, já está em cima, a “casa” não está sendo nem arrumada. Agora que eles estão marcando reuniões com nós pra saber onde vai nos (re)manejar pra poder reformar... E vai ser uma reforma igual o Batman: só capa. [...] Não vai prestar [a reforma] porque tá muito em cima. Eles... dando o tempo, eles já não fazem um serviço perfeito, imagina assim em cima da hora, rápido, é muito rápido. Tá errado isso aí. (Entrevista 24).

vai ser bom se ele ajeitar, se der tempo de ajeitar todo lugar para ficar bonitinho, porque se ele mostrar como está a cidade, só uma maquiagem, vai continuar a mesma feiúra, Belém. (Entrevista 25).

As duas pessoas entrevistadas manifestaram suas preocupações quanto à qualidade da obra que está sendo realizada no Ver-o-Peso. Isso porque a reforma foi planejada, segundo os interlocutores, para um curto período de tempo e, ainda, apresenta dificuldades quanto ao remanejamento dos feirantes, o que pode provocar maiores atrasos na conclusão da obra.

Outras falas das pessoas entrevistadas disseram respeito ao fato de que a realização do evento tem um caráter positivo em função da importância do debate sobre o meio ambiente e impacto na geração de emprego.

Outro questionamento levantado disse respeito à reforma física do complexo do Ver-o-Peso, especificamente se ela teria efeitos e resultados duradouros ou, apenas, passageiros. Em relação a essa questão, obtivemos uma maioria de manifestações favoráveis à durabilidade dos resultados das obras – dezesseis (16) entrevistados destacaram que os efeitos serão duradouros, ou que, ao menos, têm expectativa de que o sejam. Nove (9) pessoas manifestaram que as obras teriam efeitos ou resultados passageiros, caracterizando que a reforma seria “somente para a COP 30” (Entrevista 02), ou até mesmo uma ação paliativa, “[...] uma maquiagem para a COP 30” (Entrevista 15).

As justificativas apresentadas neste último grupo apontam para uma descrença enraizada na percepção de que há pouco tempo para a realização de obras tão importantes, em um complexo da magnitude do Ver-o-Peso, e que, além disso, a reforma não estaria sendo conduzida da maneira a atender às demandas das pessoas que lá trabalham. Outros, ainda, manifestaram ceticismo em relação à durabilidade dos resultados das reformas, observando a ineficácia do poder público em oferecer manutenção às estruturas presentes na feira, como relatou uma das pessoas entrevistadas:

Assim, a reforma em si é bom, né? Porque vai ter a estrutura, vai ficar um pouco melhor, mas os cuidados que provavelmente eles vão ter até o ano que vem, depois que que passar isso vai, eles vão parar, porque foi assim das outras vezes, né? Eles, eles NÃO cuidam, eles reformam e deixam, e aí fica uma zona. (Entrevista 10).

Com base no questionamento anterior, as pessoas entrevistadas manifestaram suas percepções a respeito das obras de reforma e requalificação das dependências do complexo do Ver-o-Peso, com vistas à COP 30, sobretudo a feira aberta e o Mercado de Peixe. As percepções referentes à obra foram, em sua maioria, positivas, sendo inclusive reportado por alguns dos permissionários da feira, que seus locais de trabalho demandavam, há muito, obras de recuperação e manutenção, com a finalidade de promover maior conforto aos trabalhadores, fregueses e visitantes da feira – muitos citaram que a última grande reforma havia ocorrido há mais de 20 anos, durante a gestão anterior do prefeito Edmilson Rodrigues, no início da década de 2000 – sendo este o prefeito de Belém no momento da pesquisa e, portanto, executor da atual obra de revitalização. A reforma é interpretada, pela maioria, portanto, como algo positivo e que virá a sanar demandas existentes no contexto da feira. Como uma das pessoas entrevistadas apontou:

[...] para nós é muito importante uma reforma, uma adequação melhor é trazer muitas melhorias. Não é só para mim, mas é pra mim, pra quem está comigo. Para minha família, para o meu fornecedor, para o camarada que colhe o açaí, camarada que vem junta, e depois beneficia, aquele que pinta, porque ele não trabalha.... Nenhum de nós trabalha só, ninguém consegue trabalhar só. A gente não faz nada só né? Para levar... Para eu lavar uma roupa, eu preciso de uma máquina, eu preciso de água, eu preciso de sabão, né? Eu preciso de amaciante, então são várias pessoas. E isso aí vai trazer para a gente, a reforma, ela traz o

benefício não é só para mim, como permissionária, mas para minha família, para as pessoas que trabalham comigo, para os meus fornecedores, sabe? Muitas pessoas. E para o povo em si, a população em geral. (Entrevista 09, grifos dos autores)

Apesar das falas de várias pessoas entrevistadas apresentarem elementos positivos referentes às obras na feira, seis (6) feirantes entrevistados manifestaram ceticismo ou pessimismo com relação à reforma do Ver-o-Peso, sendo válido destacar que quatro (4) entre estes são permissionários que trabalham no Mercado de Peixe. Uma das problemáticas citadas diz respeito à questão do remanejamento dos feirantes de cada setor, durante a execução das reformas – relatam que ainda que os agentes públicos estejam consultando os permissionários da feira, por meio da realização de assembleias referentes à reforma.

Os feirantes apontam, ainda, problemáticas com relação à estrutura oferecida nos locais para onde estão sendo realocados, insuficiente para o adequado desempenho de suas atividades. Outros entrevistados apontaram que observam que a reforma não está sendo feita da maneira adequada às necessidades do Ver-o-Peso e de seus usuários, em virtude, principalmente, do curto prazo estabelecido para a realização das obras. Cinco (5) entrevistados não souberam manifestar opiniões referentes à obra.

Para além das percepções referentes às obras executadas no Complexo do Ver-o-Peso com vistas à COP 30, os interlocutores da pesquisa foram questionados a respeito de seu conhecimento de outras obras ou ações sendo realizadas pela cidade. Quatorze (14) pessoas manifestaram ter conhecimento de ações, sendo que poucas especificaram diretamente quais. Ocorreu, inclusive, de serem citadas obras que não dizem respeito ao rol de ações que têm sido realizadas com vistas à COP 30.

Houve menções a respeito do andamento das obras, no que alguns entrevistados destacam haver lentidão. Outros, duvidam se as obras serão, de fato, entregues dentro do prazo estabelecido. Onze (11) não souberam informar ou não têm conhecimento a respeito das obras. Chamaram atenção, porém, os depoimentos de duas pessoas entrevistadas, que não citaram obras, porém referiram as ações de formação e capacitação, antes referidas, direcionadas aos comerciantes do Ver-o-Peso. Uma dessas pessoas entrevistadas explicou:

Olha, eu fiquei sabendo agora que vai ter um curso de línguas, né? Agora que a prefeitura vai tá fazendo, mas eu não tive a oportunidade de me inscrever, porque no período eu não estava aqui em Belém, no período que eles vieram anunciar aqui, né? É... O que eu tô sabendo, assim, em benefício nosso, aqui, é esse. É esse curso que vai ter de línguas, de economia. São vários cursos aí que a prefeitura vai tá desenvolvendo. (Entrevista 26)

Por fim, os entrevistados foram questionados a respeito do legado que a COP 30 deverá deixar para a cidade. As manifestações foram geralmente positivas, com apenas duas (2) pessoas tendo expressado pessimismo quanto ao futuro posterior ao evento. Apenas três (3) pessoas não souberam informar ou não manifestaram qualquer posição a respeito.

Os discursos que apontam para um legado positivo da COP 30 estão associados, sobretudo, à expectativa de efervescência na atividade turística, o que, segundo muitos, deve contribuir para maiores ganhos econômicos. Chama atenção, ainda, uma narrativa em particular, de que o evento servirá para direcionar atenção nacional e mundial à cidade, o que viria a promover maior valorização da cultura e das realidades locais. Contribuindo, principalmente, para desmistificar a imagem exótica, e mesmo primitivista, das populações amazônicas, algo recorrente no

imaginário social brasileiro e, efetivamente, recorrente em narrativas e representações históricas produzidas sobre a região Amazônica.

Assim, foi identificada grande expectativa de que o evento gere boas impressões aos visitantes da cidade, e que com isso possa haver maior reconhecimento e difusão de conhecimento a respeito de Belém e de seus moradores. O depoimento a seguir configura boa representação das expectativas que grande parte dos feirantes do Ver-o-Peso têm, em relação à COP 30:

Tá sendo falado mundialmente, né? Belém... Pará... tá sendo aí. Então, eu espero que... Eu espero não, eu tenho certeza que vai ser bem... Vai evoluir bastante a nossa cidade, né? A gente vai... crescer, crescer, vamos aparecer mais, porque a gente sabe que aqui, Belém: “Ah, é... São índios, né?”. Eu vou sempre a Brasília, aí eu tinha umas amigas que elas achavam que passando na rua, aqui, elas iriam encontrar índios pelados, que a gente só comia chibé, né? E aí eu fui mostrando que não é essa... Então, assim, a divulgação do nosso estado vai ser muito bom, com o conhecimento das outras pessoas, aí fora, que pensam que aqui a gente é... Somos burros, somos leigos, que a gente não... Então a COP, ela vai tá trazendo tudo isso pra gente, mostrando que a gente também somos civilizados. (Entrevista 26).

Outras representações identificadas apontam para a expectativa de um legado ligado a melhorias – às vezes aferidas como “desenvolvimento” ou “crescimento”, seja na estrutura física da cidade, ou pela geração de maiores oportunidades de emprego e renda. Poucos citaram a melhoria das condições climáticas e da preservação ambiental.

Foi observada a recorrência de manifestações referentes à situação da segurança pública no Complexo do Ver-o-Peso, de forma que se mostrou um tópico pertinente a ser incluído como parte das entrevistas, sobretudo no setor gastronômico, um dos espaços de maior apelo turístico – onde foi possível perceber a presença de policiamento

ostensivo – e aquele que possui característica mais popular, onde há maior fluxo de pessoas, entre consumidores e pessoas em situação de rua que circulam pelo local.

No que tange à segurança pública, foram obtidos relatos bastante ricos, que retratam uma sensação dominante de medo e insegurança entre os feirantes, intimidados especialmente pela presença crescente do tráfico de drogas e da violência na feira. Há inclusive a crença, por parte de alguns deles, de que as obras de reforma e restauração do Complexo do Ver-o-Peso serão cruciais para o combate a estas mazelas, conforme observado no seguinte excerto de um dos depoimentos:

O que acaba com a gente aqui é a droga. É a droga. Tem caso aqui [...] de droga direto. E gente não pode abrir a boca se não a gente pode morrer, entendeu? [...] Então, se tem uma reforma, vai acabar isso aí. Aí tem morte, aparece gente morta dentro do rio. Ninguém sabe quem é. Aí então, se tem essa mudança, pô, vai ser maravilha, Belém vai ficar bom. Aí vai ser realizado todo o sonho de muita gente, né? Pelo menos... Pelo menos vai ser bom sim. (Entrevista 27).

Relatos como este retratam que, em um aspecto geral, a COP 30 e as obras em curso provocaram grande expectativa entre as pessoas que trabalham no Ver-o-Peso, especialmente no que diz respeito à obtenção de melhores condições de trabalho, o que inclui melhorias não apenas na estrutura física da feira, mas, também, na segurança pública.

REFLEXÕES (POR ENQUANTO) FINAIS

O conjunto das representações socialmente produzidas, pelos mercadores do Ver-o-Peso, face à COP 30, podem ser descritos, a nosso ver, como processos de construção de significados lacunares. Lacunares

em relação à própria participação dos agentes sociais do campo em relação aos objetivos e discursos vigentes em torno do evento. Há uma desinformação geral a respeito do que vem a ser tal evento, seja em sua dimensão política, seja em sua dimensão econômico-produtiva, e persiste imensa desconfiança em relação aos atos e ações governamentais referentes à recuperação do espaço e à qualificação dos processos produtivos locais. O debate público não parece ter sido estimulado por debates a respeito de questões referentes ao papel de tais agentes locais no que tange às questões ambientais ou às mudanças climáticas. Com efeito, há evidências de um sentimento de captura, dos interesses comerciais e sociais, por agendas políticas eleitorais.

Em se tratando das imagens produzidas a respeito da vinculação da cidade de Belém à COP 30, o debate a respeito dos *place brandings*, parece absolutamente inócuo, do ponto de vista dessas populações, tão diretamente relacionadas à marca “Belém” – os mercadores do Ver-o-Peso. O discurso político-midiático a respeito de Belém “sede da COP 30” não se reflete nas expectativas dos próprios sujeitos associados na sua visibilidade de “marca” mais pretensamente eloquente: o Ver-o-Peso. Ao contrário, a representação social da COP 30 pelos indivíduos socialmente vinculados a esse espaço é marcada por enunciados de dúvida e de desconfiança.

Por um lado, a desinformação. Por outro, a desconfiança face ao poder público. A reforma do Ver-o-Peso – para a COP 30 – é feita sem reflexividade das pessoas do Ver-o-Peso a respeito desse evento. A agenda ambiental, e em específico a agenda a respeito das mudanças climáticas, parece ter sido capturada por agendas relativas a obras públicas pautadas pela visibilidade do evento.

Do ponto de vista do debate a respeito da dimensão comunicacional do evento o que se percebe é, basicamente, 1) a ausência de ações de comunicação que visem à construção social do debate público; 2) a persistência da percepção de ações de comunicação como, meramente, marcas políticas e, portanto, publicitárias; 3) o apartamento das questões ambientais de toda construção reflexiva a respeito dos processos sócio-econômico-políticos que transformam a cidade de Belém e sede a COP 30.

Do ponto de vista da reflexão a respeito da reprodução social das representações sobre a COP 30 em meio aos mercadores do Ver-o-Peso, o que se percebe, em síntese, é um processo de representação reverberada do debate local, pontual, senão mesmo contingencial, em torno de demandas a respeito de condições produtivas e de melhorias localizadas nas estruturas funcionais do mercado. Desse debate estão ausentes as reflexões a respeito das questões ambientais, em geral, e das questões sobre as mudanças climáticas, em particular.

Ao percebê-lo, não desejamos supor que o debate ambiental-climático devesse estar sendo proposto, necessariamente, pelo poder público-político (embora, talvez, efetivamente, devesse...), mas sim, em termos estruturantes, podemos, ao menos, indagar a respeito da percepção das ausências, lacunas e vazios em torno da realização da COP 30. As referidas representações são sociais, essencialmente, como lacuna: lacuna do debate, da informação e, sobretudo, da partilha de horizontes.

Os processos intersubjetivos também se produzem por meio das ausências, lacunas e vazios, senão mesmo da percepção dessas estruturas ausentes, ou vacantes, embora sempre “presentes”, na vida social. Por meio dos dados coletados percebe-se como a pretensão de um *brand*

place envolvendo a cidade de Belém se desenvolve como projeto para algumas esferas dos setores público e produtivo, mas não como realidade, na medida em que não se configura como representação disseminada no corpo social local.

Para compreender melhor essa situação, pode-se referir o conceito de imaginal, desenvolvido por Deleuze (1993), por meio do qual esse autor explora a maneira como o imaginar coletivo contribui na modelagem da realidade social. Os evidentes ecos durkheimianos, nesse momento do pensamento de Deleuze, sugerem o imaginal como sendo um processo intersubjetivo e coletivo – ou seja, um processo de produção de intersubjetividades que não se realiza, mormente, entre duas ou mais subjetividades individuais, mas, efetivamente, como uma dinâmica sociocultural, na qual não há individuações subjetivas, mas sim conexões heurísticas, como sugere o célebre conceito de rizoma, desenvolvido por Deleuze e Guattari (1995). Mais especificamente, entrevê-se a possibilidade de diálogo com a noção de imaginal público, o conjunto dinâmico, simbólico e complexo de imaginários diversos e heterogêneos que permeiam e conformam a vida social.

Em conclusão, observamos que as representações sociais a respeito da COP 30, produzidas pelo grupo observado, não se conectam ao esforço do poder público, nas suas esferas Federal, estadual e municipal, de produzir Belém como um *brand place*, resultando em um conflito imaginal que, provavelmente, produz efeitos sobre formas de socialidade política.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, J-C. **Pratiques sociales et représentations**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- AVRAHAM, E.; KETTER, E. **Media strategies for marketing places in crisis: improving the image of cities, countries and tourist destinations**. Amsterdam: Elsevier, 2008.
- ANHOLT, S. **Competitive identity: the new brand management for nations, cities and regions**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- ANHOLT, S. From nation branding to competitive identity: the role of brand management as a component of national policy. In: DINNIE, K. **Nation branding: concepts, issues, practice**. Amsterdam: Elsevier, 2008.
- ANHOLT, S. Nation-brands and the value of provenance. In: MORGAN, N.; A. PRITCHARD, A.; PRIDE, R. **Destination branding: creating the unique destination proposition**. Amsterdam: Elsevier, 2002. p. 26–40.
- ARONCZYK, M. **Branding the nation: the global business of national identity**. New York: Oxford University Press, 2013a.
- ARONCZYK, M. Trading Places. In: ARONCZYK, M. **Branding the nation: the global business of national identity**. New York: Oxford University Press, 2013b.
- DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. 2ª. ed. São Paulo: Editora 34, 1995.

JODELET, D. **Les représentations sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

NETTO, F. N. . **O discurso do *marketing* de lugar e os grandes eventos**. Cad. CRH 29 (78) Sep-Dec 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/syh7C6yVh97pdFCncWKXN5J/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 12/07/2024.

Religião e desenvolvimento sustentável: o debate e a organização de comunidades de fé para a COP 30 em Belém–PA

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre práticas religiosas transcendem as barreiras acadêmicas e constituem um campo rico em temáticas, permitindo múltiplas conexões e uma diversidade de abordagens no mundo da vida. Esses estudos consideram aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos em suas experiências, sejam elas individuais ou coletivas, e em seus significados.

No presente artigo, optamos por contribuir para uma discussão que envolve a religião e o debate ambiental. Nesse contexto, o objetivo é compreender como comunidades de fé progressistas estão mobilizando o engajamento ambiental em seus territórios e

Paulo Afonso Dias de Lima
Doutorando no Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento
Sustentável do Trópico Úmido,
NAEA/UFPA, Brasil.
E-mail: pauloafonso800@gmail.com

Mirleide Chaar Bahia
Professora do Programa de
Pós-graduação em Desenvolvimento
Sustentável do Trópico Úmido,
NAEA/UFPA; Doutora em Ciências
Desenvolvimento Socioambiental,
NAEA/UFPA.
E-mail: mirleidebahia@gmail.com

como estão se preparando para o debate e as atividades relacionadas à trigésima Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 30), que ocorrerá na cidade de Belém-PA. Destacamos, ainda, a tentativa de reencantamento com o mundo da vida (Paiva; Marandola Jr., 2022), sua (re)aproximação com a natureza e as práticas que correlacionam sustentabilidade e espiritualidade, emergindo, assim, uma maneira outra de estar no mundo (Schutz; Luckman, 2023).

O trabalho parte de uma perspectiva teórica baseada em uma geografia cultural/humanista, na qual a cultura é vista como uma construção social vivida de maneiras diversas pelos diferentes grupos sociais, resultante de relações de classe, gênero, etnia e religião, entre outros fatores. Essa abordagem considera a diversidade metodológica, teórica e temática, além dos significados diferenciados que a realidade possui para aqueles que a constroem. A ontologia humanista também é contemplada, sem desconsiderar as relações políticas e críticas, por meio de uma crítica dialético-fenomenológica (Corrêa; Rosendahl, 2012; Serpa, 2019). Trata-se de um estudo de caso preliminar, explanatório e descritivo sobre o objeto de investigação (Yin, 2001). A metodologia envolveu revisão bibliográfica e trabalho de campo, com observação participante, buscando captar a relação vivida pelas pessoas com o espaço. Além disso, foram utilizados materiais compartilhados em redes sociais para acessar imagens e significados.

O texto é dividido em duas seções. Na primeira, busca-se discutir brevemente o histórico do surgimento e desenvolvimento do conceito de desenvolvimento sustentável (Evans, 2012; Romeiro, 2012; Costa, 2016), bem como a inserção das religiões nesse debate e a utilização de termos como sustentabilidade (Boff, 2012; Silva, 2013; Maçaneiro,

2023). Na segunda seção, abordamos movimentos, comunidades e organizações religiosas com base em dados de campo, evidenciando as ações de preparação para a COP 30 que marcam as vivências e o cotidiano dessas comunidades de fé.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, SUSTENTABILIDADE E RELIGIÃO

O desenvolvimento sustentável enquanto paradigma

A noção de desenvolvimento é, inicialmente, uma visão econômica que, por sua vez, busca aliar eficiência econômica, equidade social e sustentabilidade ambiental. O objetivo é garantir que o uso dos recursos naturais no presente não comprometa as necessidades das futuras gerações (Costa, 2016). No entanto, por ser um ideário embasado em prerrogativas capitalistas, que ciclicamente demonstram graus de insustentabilidade sob a forma de crises, também enfrenta dificuldades na promoção desse ideal sustentável.

A economia possui algumas noções clássicas sobre a relação entre desenvolvimento e crescimento econômico. Celso Furtado (1977) aponta três ideias principais sobre o tema: primeiro, a noção de que existe uma riqueza pertencente a uma coletividade; segundo, que essa riqueza coletiva tem a capacidade de crescer; e terceiro, que esse crescimento pode ocorrer de forma endógena. Para as sociedades ocidentais, a noção de riqueza se associa a uma condição privada, emanando do indivíduo que a possui, como reis, senhores, burgueses e patrões.

O conceito de desenvolvimento sustentável surge na década de 1970, como uma tentativa de encontrar uma alternativa a duas correntes

sobre o “crescimento”: de um lado, os desenvolvimentistas; de outro, os defensores do crescimento zero, conhecidos como “zeristas”. Embora as discussões sobre meio ambiente e a relação entre homem e natureza tenham precedentes, foi a controvérsia entre desenvolvimentistas e “zeristas” que marcou o início de uma oposição que, com poucas mudanças, se manteve nas décadas subsequentes à formulação da ideia de desenvolvimento sustentável (Romeiro, 2012; Costa, 2016).

Debates sobre o esgotamento dos recursos naturais diante do crescimento econômico desenfreado foram discutidos à luz do chamado Clube de Roma (Nascimento, 2012). A polarização entre desenvolvimentistas e “zeristas” continuou na primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, que ocorreu em um período histórico marcado por intenso crescimento econômico, tanto em países desenvolvidos quanto em subdesenvolvidos. Isso trouxe à tona a questão da desigualdade não apenas entre países, mas também entre classes, uma vez que o crescimento econômico não eliminou a pobreza, especialmente nos chamados países em desenvolvimento (Altvater, 1993; Arrighi, 2007).

Os debates prosseguiram em outros momentos históricos importantes, tornando-se cada vez mais intensos. Eventos marcantes incluem a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujos resultados foram divulgados em 1987 no documento conhecido como Relatório Brundtland (1991). O relatório enfatiza a seriedade do risco ambiental decorrente do crescimento econômico e define desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (Romeiro, 2013, p. 69).

As preocupações permaneceram quase inalteradas na Conferência da ONU no Rio de Janeiro, em 1992, e na Conferência de Kyoto, em 1997, que resultou em um relatório com metas que enfrentaram resistência em torno do debate sobre desenvolvimento. Em meio a esses embates, algumas conceituações sobre desenvolvimento sustentável surgiram como alternativas. No entanto, outras visões críticas apontam que o conceito, gerado dentro de uma sociedade capitalista, não seria capaz de produzir alternativas viáveis ao paradigma ambiental (Escobar, 2007; Evans, 2012; Lander, 2012).

Na sociedade industrial, os problemas ambientais tendem a ser de difícil solução, pois o próprio sistema carece de mecanismos eficientes para monetizar adequadamente esses problemas. Dessa forma, as questões ambientais são tratadas como externalidades que geram danos e prejuízos. Esses danos podem ser mitigados monetariamente, como uma forma de compensação pelos efeitos externos causados pelas empresas (Costa, 2016).

Nesse contexto, a sociedade capitalista acredita que a sustentabilidade ambiental pode ser alcançada por meio de estratégias baseadas em dois princípios: o primeiro, de equilíbrio, em que se buscaria um nível ótimo de poluição aceitável para todos; o segundo, de compensação, em que o poluidor arcaria financeiramente com os danos causados como forma de reparação. Contudo, como adverte Peter Evans (2012), a globalização neoliberal, em sua essência, não possui a capacidade estrutural de servir a fins sociais.

[...] desilusão extensa em relação à globalização neoliberal provém, como Polanyi propunha, do fracasso da sociedade em fazer o mercado servir a fins sociais. Concretamente, este fracasso assume duas formas interligadas. A primeira é a impossibilidade de construir mecanismos sociais para fazer

o que os mercados são inerentemente incapazes de fazer – proteger as pessoas e a natureza de riscos não-previstos e provocados pelo homem e que são tratados como “externalidades”. A segunda é a incapacidade de governar os mercados e disciplinar o capital para que os próprios capitalistas sejam protegidos do caos potencial de mercados não-regulados e sejam levados por pressão competitiva a fazer o seu papel smithiano de “revolucionar os meios de produção” (Evans, 2012, p. 10).

O sistema capitalista, por sua natureza, não reconhece limites; o desenvolvimento dentro dessa estrutura não possui um fim determinado. Essa premissa fundamenta o argumento de diversas vertentes econômicas que apontam a insustentabilidade como uma contradição inerente ao capital. Nesse sentido, o equilíbrio torna-se improvável, uma vez que o sistema intensifica desigualdades entre países e indivíduos. Refletir sobre a questão ambiental implica considerar uma relação que impacta diretamente inúmeros aspectos da vida. Embora o sistema capitalista busque integrar esses aspectos em uma lógica produtiva e mercadológica, tais valores extrapolam a esfera puramente econômica, evidenciando uma contradição intrínseca.

Ademais, a dificuldade de atribuir valor econômico à natureza ressalta os limites dessa abordagem. A noção de que todo dano ambiental pode ser compensado economicamente é problemática, uma vez que determinados impactos possuem características irreversíveis. Certos recursos orgânicos, por exemplo, podem demandar centenas ou até milhares de anos para se regenerarem caso seus estoques sejam esgotados. Nesse contexto, o ecossistema é compreendido como um reservatório de vida, e qualquer perturbação nesse equilíbrio afeta diretamente a biodiversidade, incluindo a fauna, a flora e as populações

humanas que dele dependem. Dessa forma, o capitalismo enfrenta um dilema tecnológico: aumentar a capacidade produtiva sem comprometer o ambiente natural, como discute Costa (2016):

As mudanças daí decorrentes elevaram de forma monumental a capacidade de produção de matéria orgânica no planeta. Mas atrelaram essa capacidade precisamente à utilização intensa e crescente dos estoques irrecuperáveis de matérias orgânicas e inorgânicas e à simplificação dos ecossistemas com efeitos crescentes na sua instabilidade, na sua qualidade para a reprodução humana e no seu custo energético. O aumento da capacidade de produção de recursos orgânicos de reprodução humana implica, portanto, ao mesmo tempo, numa ampliação da entropia global, num incremento da desordem que ameaça a própria vida. Eis a contradição dos tempos presentes. Eis a dimensão social dos recursos naturais que a discussão do desenvolvimento sustentável coloca. Eis, por fim, a explicitação teórica da condição insustentável do desenvolvimento sob a égide da modernidade industrial-capitalista (Costa, 2016, p. 23).

Religiosidade e o reconhecimento ambiental

Como apontado por Nascimento (2012), o conceito de desenvolvimento sustentável é composto essencialmente por três dimensões: a econômica, a ambiental e a social. Trata-se, portanto, de uma questão amplamente aberta e debatida por todos que participam da discussão sobre o futuro do planeta e da sociedade que nele habita. Os grupos religiosos não se mantêm à margem desse debate, inserindo-se ativamente tanto nas discussões quanto nas ações e organizações relacionadas ao tema. Essa inserção varia desde organismos internacionais religiosos preocupados com a sustentabilidade, até indivíduos e pequenas comunidades que são impactados diariamente pelas questões ambientais.

Partimos do pressuposto de que as antigas tradições religiosas representam uma fonte inesgotável de conhecimento para compreensão desta relação, bem como para a determinação das ações humanas sobre o planeta... Todas as religiões ancestrais forneceram ensinamentos e orientação para exploração correta da natureza, visando à preservação da vida, da saúde e do meio ambiente, porque dela dependia a vida humana. De fato, na sua origem, todas as religiões foram importantes para o estudo sobre a harmonia e as tênues nuances do equilíbrio do universo (Silva. 2012, p. 177).

Mundialmente, há um crescente reconhecimento por parte de instituições e comunidades religiosas sobre a urgência das questões ambientais (Silva, 2012). Ao adotarem essa preocupação, muitas dessas tradições vêm reinterpretando seus credos e estabelecendo novas leituras sobre o tema, como o reconhecimento simbólico do planeta como “Mãe”. Mais do que uma simples metáfora religiosa, denominar a Terra como “Mãe” reflete a compreensão de que ela é o lócus da vida, uma entidade fundamental para a existência de todos os seres vivos (Maçaneiro, 2013).

No contexto das tradições cristãs contemporâneas, esse reconhecimento é relativamente recente, funcionando como um retorno às raízes religiosas. Destaca-se, nesse sentido, a Teologia da Libertação, que, embora não tenha formulado diretamente postulados ambientais, sempre se posicionou ao lado dos povos tradicionais sul-americanos, muitos dos quais vivem em estreita relação com as florestas (Boff, 2012). A convocação do Sínodo para a Amazônia¹ e a encíclica *Laudato Si'*² do

¹ VATICANO. **Exortação apostólica pós-sinodal**. Disponível em: < https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20200202_querida-amazonia.html >. Acesso em: 05 ago. 2024.

² VATICANO. **Carta encíclica *Laudato si'***. Disponível em: < https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html >. Acesso em: 05 ago. 2024.

Papa Francisco, que aborda o cuidado da “casa comum”, são exemplos de recentes movimentos dentro do cristianismo que reforçam essa reconexão com a natureza.

Nas religiões de matriz africana, como o culto aos orixás, encontramos um reconhecimento anterior da Terra como fonte de vida. Um exemplo é a reverência a Onilé, cujo nome abrange o conceito de “Ilê” – a casa, o planeta. No mito, o supremo criador Olodumare estabeleceu Onilé como “a mãe de todos, o abrigo, a casa”, sem a qual a humanidade não sobreviveria (Prandi, 2022). Esse reconhecimento do meio ambiente é historicamente anterior ao cristianismo e ilustra a profunda conexão dessas religiões com o planeta.

Outro exemplo relevante de religiosidade que se aproxima da sustentabilidade é encontrado na América Latina, com o conceito de “Pacha Mama”. Difundido na mitologia de vários povos latino-americanos, “Pacha” está relacionado ao tempo e ao espaço, funções existenciais e mitológicas que abrangem uma visão de plenitude e bem-estar. O termo “Mama”, que significa mãe, tem raízes fonéticas comuns a muitas línguas. Assim, “Pacha Mama” sintetiza uma hermenêutica da vitalidade objetiva da Terra, em uma abordagem que integra a humanidade à natureza. Diferentemente da postura ocidental moderna, que frequentemente separa o ser humano da natureza, essa perspectiva reconhece a Terra como geradora e sustentadora da vida, da qual o ser humano participa ao lado de outros seres vivos (Maçaneiro, 2023).

Para muitas religiões, religiosidades e espiritualidades, o reconhecimento da Terra como Mãe transcende o mero recurso retórico, configurando-se como um *ethos* resultante de sua relação profunda com o sagrado. Essa relação representa uma experiência tanto espacial quanto temporal com a natureza e com a totalidade da vida. Para diversos

povos originários da América Latina, a Terra não é apenas um suporte para a vida, mas a própria manifestação orgânica e plural da existência. Maçaneiro (2023) argumenta que, para essas culturas, a Terra é vista como a expressão integral da vitalidade e da existência:

Com efeito, todas as religiões, na sua variedade, expressam o vínculo entre a Divindade, a humanidade e a Terra com elementos relevantes para uma comprometida espiritualidade ecológica: reconhecimento da sacralidade da natureza; celebração do tempo e das estações; respeito pelo solo, as sementes e as chuvas, com períodos de repouso e regeneração da terra; ação de graças pelas primícias de colheitas e de rebanhos; ritos memoriais e de cura conforme aos ciclos solar e lunar; demarcação de águas, matas e montanhas sagradas; reconhecimento do valor intrínseco das criaturas; contemplação da totalidade cósmica e dos vínculos entre o Céu e a Terra; estabelecimento de códigos para preservação das fontes, da fauna e da flora, segundo seus ritmos de regeneração; partilha ritual dos alimentos como ação de graças ao Criador e prática de justiça comunitária (Maçaneiro, 2023, p. 433).

Em âmbito global, diversas ações religiosas têm se destacado na promoção da sustentabilidade e na defesa da causa ambiental. O Quadro 01, elaborado a partir de Maçaneiro (2023), apresenta dados sobre iniciativas e informações vinculadas ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O quadro lista as principais ações religiosas e inter-religiosas em prol da ecologia desde a década de 1990. O autor identifica três ênfases principais: (1) Religião, Meio Ambiente e Água; (2) Justiça, Paz, Diálogo de Civilizações e Meio Ambiente; e (3) Mudanças Climáticas, Saúde e Responsabilidade Planetária.

Quadro 1 - Ações Religiosas Globais para a sustentabilidade e o meio ambiente

Ênfase 1 – Religião, Meio ambiente e Água	Ênfase 2 – Justiça, Paz, Diálogo de civilizações e Meio ambiente	Ênfase 3 – Mudanças climáticas, Saúde e responsabilidade planetária
Fórum Global de Líderes Espirituais e Governamentais sobre Questões Ambientais: Oxford 1988, Moscou 1990, Rio de Janeiro 1992, Kyoto 1993.	Assembleia Ecumênica Mundial de Seul, Conselho Mundial de Igreja e representantes do PNUMA, sobre “Justiça, Paz e Salvaguarda da Criação”: Seul 1990.	Manifesto Inter-Religioso de Uppsala sobre Aquecimento Global, 2008.
Encontro sobre Ética Global de Cooperação das Religiões para as Questões Humanas e Ambientais, promovido pelo Parlamento Mundial das Religiões: Chicago 1993.	Assembleia Ecumênica de Camberra “Vem, Espírito Santo e renova toda a Criação”: Camberra 1991.	Declaração Inter-Religiosa sobre Mudanças Climáticas: 2009.
Assembleias do Parlamento Mundial das Religiões com temas ambientais: Cidade do Cabo (África do Sul) e Barcelona (Espanha), 1994.	União Internacional para a Conservação da Vida, realizou painel mundial sobre “Espiritualidade e Conservação da Vida”: Barcelona, 2009.	Declaração dos Povos Indígenas (autóctones) sobre Mudança Climática, pela <i>International Network of Mountain Indigenous Peoples</i> , Buthan, 2014.
Seminário sobre Meio Ambiente, Cultura e Religião, patrocinado pelo Governo do Irã com apoio do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente): Teerã, 2001.	Cruz Verde Internacional para Emergências Ambientais, reúne líderes religiosos, políticos e diplomatas (desde 1992).	Publicação da encíclica <i>Laudato Si</i> sobre a Casa Comum: Papa Francisco, 2015.

<p>Simpósio Internacional sobre Religião, Ciência e Meio Ambiente, com ênfase na gestão de recursos hídricos na Europa e Países do Ártico, liderados por Bartolomeu I – patriarca de Constantinopla: 2003.</p>	<p>Diálogo Planetário sobre Globalização “Seria a ética o elo perdido?": Lyon 2002, Barcelona 2004, Brisbane, 2006.</p>	<p>Parlamento Mundial das Religiões, Convocação “Abraçando nosso futuro comum” sobre iniciativas para a solução da crise climática, 2015.</p>
<p>Simpósio Internacional sobre Religião e Ambiente, Paz e Água, ao longo do Rio Amazonas e seus afluentes, liderado por Bartolomeu I – patriarca de Constantinopla: Amazônia, Brasil, 2005.</p>	<p>Encontro sobre Meio Ambiente, Paz e Diálogo de Civilizações e Culturas, patrocinado pelo Governo do Irã com apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA): Teerã, 2005.</p>	<p>Rede Internacional <i>Green Faith</i>: Declaração “Povo Sagrado, Terra Sagrada” sobre ética, bem comum, proteção das pessoas vulneráveis, energia e mudança climática, 2015.</p>
<p>Rede Ecumênica da Água (REDA Internacional): organizada no Brasil desde 2019.</p>		<p>Declaração Islâmica sobre Mudanças Climáticas, 2015.</p>
		<p>Declaração Rabínica sobre Crise Climática, 2017.</p>
		<p>Parlamento Mundial das Religiões: <i>Carta às Nações</i> para que seus líderes reafirmem o compromisso com a agenda da COP24 a respeito das mudanças climáticas, 2018.</p>

		Sínodo para a Amazônia, convocado por Papa Francisco: Cidade do Vaticano, 2019.
		Declaração de Jerusalém sobre o Clima (<i>Jerusalem Interfaith Climate Declaration</i>), resultado da Conferência Inter-religiosa sobre Mudança Climática em preparação da COP27: Jerusalém, 2022.

Fonte: Organizado pelos autores, em 2024, com base em Maçaneiro (2023).

Considerando a região amazônica, é relevante destacar que, na próxima seção, abordaremos a atuação de um ou mais grupos em nível global, que servem como base, ao menos conceitual, para as ações desenvolvidas na região. Também será dada ênfase às práticas voltadas para a preparação da COP 30. Embora os temas mencionados no quadro anterior possam eventualmente se entrecruzar com o cotidiano, o foco aqui será direcionado à maneira como as comunidades de fé se organizam localmente na cidade de Belém e como percebem suas ações em relação à COP 30 e à temática ambiental.

A PREPARAÇÃO DE COMUNIDADES DE FÉ PARA A COP 30

Destaca-se que os grupos analisados pela pesquisa compartilham uma característica religiosa em comum: a adoção de uma postura

progressista, associada ou não a uma instituição religiosa formal. Todos os interlocutores fizeram questão de enfatizar essa posição, que não se trata apenas de uma orientação espiritual, mas também de uma escolha política. O pensamento progressista, nesse contexto, demonstra-se aberto a negociações com a sociedade e com outras tradições religiosas, frequentemente alinhando-se com pautas que confrontam o pensamento conservador e extremista (Oliveira; Lima, 2021).

As ações e organizações em preparação para a COP 30 refletem esse posicionamento progressista, argumentando que a vertente oposta, composta por “conservadores religiosos”, além de não se envolver com a questão ambiental, contribui para a desinformação e, conseqüentemente, para o desinteresse em relação à temática ecológica, segundo os entrevistados:

Os evangélicos ainda têm dificuldades de entenderem a importância de falar sobre as mudanças climáticas que atingem o mundo. [...] Pessoas da Assembleia de Deus e Quadrangular, por exemplo, quando participam, são membros que vão por conta própria, não porque sua liderança convocou. E essas denominações têm um público bem maior. E as abordagens nessas instituições religiosas são sempre de forma condenatória, apocalíptica, ou seja, “o mundo vai acabar mesmo é assim mesmo. Não há nada que possamos fazer é a vontade de Deus “. Ou seja, vamos destruir, degradar, desmatar porque tudo um dia vai acabar mesmo (Informação verbal)³.

Para ilustrar as tentativas de inserção no debate público voltadas para a COP 30, o Quadro 02 a seguir apresenta mesas auto-organizadas de caráter religioso durante os “Diálogos Amazônicos”⁴ – evento ocorrido

³ Entrevistado, entrevista concedida a Paulo Dias, Belém, julho, 2024.

⁴ BRASIL. **Diálogos amazônicos**. Disponível em: < <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/assuntos/dialogosamazonicos>>. Acesso em: 05 ago. 2024.

em 2023, que fez parte da programação da Cúpula da Amazônia. Os resultados dessas discussões foram posteriormente apresentados por representantes da sociedade civil aos líderes reunidos na cúpula.

As atividades do evento foram estruturadas em dois tipos: plenárias, organizadas pelo Governo Federal com ampla participação social, e atividades auto-organizadas por entidades da sociedade civil, academia, centros de pesquisa e agências governamentais. Vale ressaltar que as mesas listadas no quadro nem sempre estavam diretamente vinculadas a uma instituição ou comunidade religiosa específica. No entanto, foram selecionadas com base na abordagem e no tema proposto, sempre que estes apresentassem proximidade com as interseções entre sustentabilidade e religião.

Quadro 1 - Ações Religiosas Globais para a sustentabilidade e o meio ambiente

DIA 01	DIA 02	DIA 03
Diálogo na Amazônia (Proponentes: Afro religiosa)	A presença evangélica entre os povos das florestas e das águas: a fé e a preservação (Proponentes: Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito)	Propuestas para la transición socioecológica desde las Cuencas Sagradas de la Amazonia en un contexto de emergencia climática (Proponentes: Alianza Cuencas Sagradas Amazonicas)
Diálogos inter-religiosos em defesa do meio ambiente (Proponentes: Instituto RAMAGEM – combate à intolerância religiosa)	Direito Fundamental à Consulta e Consentimento: Experiências de Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia (Cáritas Brasileira)	Religiões em ação por uma amazônia sustentável (Proponentes: iniciativa Inter-religiosa pelas Florestas Tropicais que atua no Brasil, Colômbia e Peru – PNUMA)

Escutatórios kilombola pelo Direito de Ser e Existir da Amazônia ao Pampa (Proponentes: Amay CoMPaz (A k i l o m b a m e n t o Morada Abya Yala de Mãe Preta))	Grito da Inclusão – Roda de Conversa de construção do 29º Grito das Excluídas e Excluídos (Proponentes: 29º Grito das Excluídas e Excluídos – Você tem fome e sede de quê?)	
Educação, Religião, Diversidade e Laicidade (P r o p o n e n t e s : Associação de Cientistas da Religião do Pará ACREPA)		

Fonte: Organizado pelos autores (2024).

Além do já mencionado caráter progressista, foi possível identificar no evento um forte componente inter-religioso nas mesas de discussão, que reuniram organizações internacionais, comunidades, instituições religiosas, igrejas e populações tradicionais. O interesse na relação entre religião e sustentabilidade mobilizava não apenas grupos religiosos, mas também diversas pessoas e organizações comprometidas com a defesa do meio ambiente e da vida em geral.

Os resultados dos “Diálogos Amazônicos” ampliaram o campo de inserção de organizações e lideranças religiosas atuantes no tema ambiental. Ao analisar essas inserções, percebe-se que essas lideranças e organizações possuem uma visão sobre o meio ambiente que vai além das concepções tradicionais de desenvolvimento e sustentabilidade vigentes na sociedade industrial capitalista (Costa, 2016). Essa visão propõe uma alternativa às práticas desenvolvimentistas predatórias, oferecendo novas perspectivas para a atuação de comunidades de fé em seus territórios e contrapondo-se a ações que ameaçam a vida e o equilíbrio ecológico.

Meio ambiente é nossa Casa Comum que Deus deixou para cuidarmos, pois quem cuida da criação, honra a Deus. Somos parte dela e não seus proprietários. O que fazemos no nosso ambiente, com tudo que nos cerca recai sobre nós, seja o bem ou o mal. Esse é o segredo da sustentabilidade, preservar, para o bem de todos, ou seja, se utilizar do meio sem degradar. Desenvolvimento é um termo muito dúbio e arriscado. A vida dos povos originários é uma vida em que se aplica a sustentabilidade, mas para muitos não é entendida como desenvolvida. Na minha opinião se quisermos ter uma convivência com a natureza de forma sustentável temos que dialogar com esses povos, e entendermos que somos parte dela (Informação verbal)⁵.

Verifica-se que todos os entrevistados mantêm vínculos com uma ou mais comunidades de fé, inseridos em um ambiente dinâmico de trocas entre religiões e sociedade civil organizada, assim como em interações inter-religiosas. Um dos entrevistados mencionou diversas instituições, organizações e comunidades com as quais mantém contato, incluindo a Rede Nacional de Justiça Ambiental, as Comissões Nacional e Diocesanas de Sustentabilidade Ambiental, o Projeto Internacional “Florestas Anglicanas”, a Iniciativa Inter-religiosa para as Florestas Tropicais (IRI), o Instituto de Estudos da Religião (ISER) e a realização do Tapiri Ecumênico (uma iniciativa religiosa para os debates durante a COP 30).

A Figura 01 ilustra as diversas conexões com organismos internacionais que uma ação de uma comunidade de fé local estabeleceu para organizar eventos focados em debater pautas de atuação para a COP 30. Mesmo comunidades sem filiação institucional internacional conseguem conectar-se a ideias, debates e ações globais, mostrando a força e a relevância de suas iniciativas.

⁵ Entrevistado, entrevista concedida a Paulo Dias, Belém, julho, 2024.

Figura 1 - Cartaz de um dos encontros de preparação para a COP 30 em Belém.

VEM AÍ, DIAS 15 E 16 DE MARÇO, EM BELÉM (PA)

encontro PRÉ-COP30

UM ENCONTRO COM EVANGÉLICOS E
EVANGÉLICAS PARA DIÁLOGO, ESCUTA
E PARTILHA EM PREPARAÇÃO PARA A COP30.
(CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE AS
MUDANÇAS CLIMÁTICAS DE 2025).

EVENTO RESTRITO A CONVIDADOS
Confirme sua presença no link abaixo:
bit.ly/inscricao-pre-cop

15 e 16 de março, de 08h às 17h.

CATEDRAL ANGLICANA DE SANTA MARIA.
Av. Serzedelo Corrêa, 514 - Batista Campos.

REALIZAÇÃO

APOIO

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações de x, y, z, daí, incluir as instituições e sites de onde foram tirados as imagens dos eventos compostos na figura composta pelo autor

Entre os entrevistados, também emergiu uma preocupação comum: o receio de que as ações e estratégias discutidas nos eventos anteriores à COP 30, bem como na própria conferência, permaneçam apenas no papel. Essa apreensão em relação ao legado que a COP 30 deixará para a região foi uma constante nas falas de todos os nossos interlocutores, refletindo uma preocupação endógena com os impactos reais e duradouros que a conferência poderá gerar para o território amazônico e suas comunidades.

Sim. Muitos debates. Muitos acordos feitos. Muitos textos elaborados. Muita academia. E pouca ação dos governos que mais contribuem para o desastre das mudanças climáticas. A COP 30 em Belém caminha para um evento que não deixará legado. Será apenas mais um evento para enriquecimento de poucos como foram a copa e as olimpíadas (Informação verbal)⁶.

A atuação cotidiana dos diversos atores e comunidades pesquisadas revela importantes tentativas de contribuir não apenas com reflexões intelectuais ou posicionamentos de fé, mas também por meio de práticas concretas, enraizadas em seus territórios. Essas práticas operam espacialmente de duas maneiras: primeiro, com o objetivo de fortalecer seus grupos e comunidades; segundo, por meio da atuação política e territorial em defesa de suas comunidades e como contribuição social.

Como grupos e comunidades de fé, essas organizações buscam estabelecer seus ideais de ação e fortalecer o pensamento coletivo, promovendo uma identidade comum. Os espaços de encontro e interação tornam-se, assim, centros de significados profundos, construídos pela experiência vivida. Esses lugares não são conhecidos apenas pela visão ou compreensão intelectual, mas também por meio de

⁶ Entrevistado, entrevista concedida a Paulo Dias, Belém, julho, 2024.

experiências sensoriais e emocionais diretas, que resistem à objetificação e à simplificação (Holzer, 1997).

Conhecer um lugar e suas interações, assim como as práticas e saberes que emergem dele, significa compreendê-lo de forma complexa e multifacetada. É um conhecimento que vai além do abstrato, envolvendo uma conexão íntima, semelhante ao modo como uma pessoa conhece outra, na qual a familiaridade e a experiência compartilhada moldam o entendimento e o pertencimento (Lima, 2020).

Figura 2 - Ação de uma comunidade religiosa em horta comunitária no bairro do Benguí.



Fonte: Igreja Graça e Paz (2024).

Essa tentativa de ressignificação pode ter sido o catalisador para que esses grupos estabelecessem uma presença significativa no espaço e no debate público sobre a COP 30. Essa presença se manifesta em três ações principais: como um lugar de encontro; como espaço de protesto e protagonismo; e como uma expressão de caridade (Lima, 2022).

Seguindo essa linha, Maffesoli (2001) destaca que, ao se observar o aspecto revolucionário de tais movimentos, não se pode ignorar a carga religiosa que muitas vezes os acompanha. Ele argumenta que as revoluções, em seus diversos vieses, operam a partir de um projeto que é, em certa medida, “quase mítico”, remetendo a uma concepção de “além” que é frequentemente utópica. Nesse sentido, o aspecto revolucionário possui uma dimensão transcendental, na qual a busca por transformação social e justiça muitas vezes adquire um caráter simbólico e sagrado, reforçando o poder mobilizador das ideias e práticas em prol de uma causa maior.

Essa intersecção entre religião e revolução revela o quanto os ideais e os valores espirituais podem impulsionar a ação social, seja por meio de movimentos de resistência, seja pela construção de novas formas de organização coletiva. Assim, a ressignificação de espaços e práticas torna-se parte fundamental da atuação desses grupos, que aliam fé e ação política para criar uma presença marcante e transformadora na sociedade.

De certo modo, ao possuir uma convicção clara sobre sua utopia e optar pelos mais necessitados, os movimentos vivem o presente enquanto exploram a gama de possibilidades que suas ações podem exigir. Eles mantêm o foco nas oportunidades futuras que diferentes trajetórias podem proporcionar, considerando tanto os resultados sociais quanto espaciais. Essa abordagem permite que esses grupos ajam de forma proativa no presente, ao mesmo tempo em que se preparam para o

impacto e as mudanças que suas ações podem gerar no futuro, alinhando suas práticas a uma visão mais ampla e idealista de transformação social e ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltar-se para o mundo da vida e considerar problemas globais a partir da perspectiva local, da comunidade e da territorialidade é um processo de reencantamento com o mundo (Paiva; Marandola Jr., 2022). Reencantar-se, nesse contexto, refere-se a um discurso fundamentado na experiência vivida, em que a religiosidade do ser humano gera potencial criativo, contrastando com a destruição que, paradoxalmente, também pode ser causada por práticas religiosas.

O conhecimento é produzido e fortalecido a partir do local/lugar, promovendo uma territorialização que se reflete tanto em ações concretas dentro das comunidades de fé quanto nas arenas políticas, onde debates e discursos sobre sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e meio ambiente ocorrem.

A presente pesquisa aborda um fenômeno pouco explorado, analisando as relações e dinâmicas de como comunidades de fé progressistas participam do debate ambiental e implementam ações em seus respectivos territórios. Este trabalho representa uma tentativa de cumprir o objetivo proposto, mas também abre espaço para novas investigações na interseção entre meio ambiente, sustentabilidade e religião. Outras proposições para futuras pesquisas incluem:

- **Contradições e Conflitos:** Examinar as contradições e conflitos entre visões conservadoras e progressistas sobre questões ambientais, conforme identificados pelos próprios interlocutores da pesquisa.

- **Cotidianidade das Ações:** Analisar a rotina das ações e

práticas dessas comunidades de fé e seu impacto relacional.

• **Relação entre Religião e Sustentabilidade:** Investigar como a relação entre religião e sustentabilidade pode funcionar como um *ethos* capaz de gerar potencial criador.

Assim, esta pesquisa deve ser vista não como um ponto de chegada, mas como um ponto de partida para diversos estudos sobre a Geografia da Religião, especialmente focados na região amazônica, e para reflexões contínuas sobre seu desenvolvimento e sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- ALTVATER, E. Ilhas de sintropia e exportação de entropia: custos globais do fordismo fossilístico. **Cadernos do NAEA**, n. 11, 1993.
- ARRIGHI, G. Globalização e desenvolvimento desigual. **Revista de Estudos e Pesquisa sobre as Américas**, v. 1, n. 1, 2007.
- BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRASIL. **Diálogos amazônicos**. Disponível em: < <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/assuntos/dialogosamazonicos>>. Acesso em: 05 ago. 2024.
- BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. A geografia cultural brasileira: uma avaliação preliminar. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Geografia cultural: uma antologia (1)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 87-104.

COSTA, F de A. Teorias do desenvolvimento e estratégias do desenvolvimento sustentável – apontamentos. **Revista Terceira Margem Amazônia** – v. 2, nº 7 – Jul/dez. 2016.

ESCOBAR, Arturo. ‘Post-development’ as concept and social practice. In: **Exploring post-development**. Routledge, 2007. p. 18–31.

EVANS, P. Será Possível uma Globalização Alternativa? **Periferia** – V. 1. N. 1, 2012.

FURTADO, C. O Processo de desenvolvimento: enfoque analítico. In: Furtado, C. – **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. Segunda Parte. São Paulo, Ed. Nacional. 1977, p. 89–134.

HOLZER, W. A geografia humanista: uma revisão. **Espaço e cultura**, n. 3, pág. 8–19, 1997.

LANDER, Edgardo. The State in the Current Processes of Change in Latin America: Complementary and Conflicting Transformation Projects in Heterogeneous Societies. **Journal für Entwicklungspolitik**, v. 28, n. 3, p. 74–94, 2012.

LIMA, P. A. D. de. “SE EM NOME DE CRISTO ELES DESTROEM, EM NOME DE CRISTO NÓS VAMOS RECONSTRUIR”: a experiência geográfica da ação da Pastoral da Juventude (PJ–PA) e da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (FEEDPA) no espaço público em Belém–Pará. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, **Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido**, Belém, 2020.

MAÇANEIRO, M. Religiões e sustentabilidade: conceitos, ênfases, ações. **Perspect. Teol.**, Belo Horizonte, v. 55, n. 2, p. 427–450, Mai./Ago. 2023

MAFFESOLI, M. **A violência totalitária**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

NASCIMENTO, E. P. do. Trajetória da Sustentabilidade: do ambiente ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, 2012.

OLIVEIRA, J. R. de. **Canção nova e as peregrinações pós-modernas: Hierópolis carismática de Cachoeira Paulista-SP**. Jundiaí: Paco editorial, 2015.

OLIVEIRA, J. R. de; LIMA, P. A. D. de. Fé e virtualidade no século XXI: novas territorialidades e práticas de devoção ao sagrado na era digital. **Boletim Alfenense de Geografia, Alfenas, MG**, v. 1, n. 1, p. 110–123, 2021.

PAIVA, M. E. B; MARANDOLA JR, E. Encontramo-nos no exílio: uma possibilidade para o reencantamento ambiental necessário. **Revista ClimaCom**, Este lugar, que não é meu? | pesquisa – artigos | ano 9, no. 22, 2022

PRANDI, R.. **Os orixás e a natureza**. Disponível em: <<https://reginaldoprandi.fflch.usp.br/sites/reginaldoprandi.fflch.usp.br/files/inline-files/Os%20orixas%20e%20a%20natureza.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **estudos avançados**, 26 (74), 2012.

SERPA, A. **Por uma geografia dos espaços vividos**: geografia e fenomenologia. São Paulo: Contexto, 2019.

SCHUTZ, A.; LUCKMAN, T. **Estruturas do mundo da vida**. Porto Alegre : ediPUCRS, 2023.

SILVA, M. G. C da. Religião e sustentabilidade: meio ambiente e qualidade de vida. **Paralellus**, Recife, v.4, n.8,p. 175–186, jan./jun. 2013.

VATICANO. **Exortação apostólica pós-sinodal**. Disponível em: < https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20200202_querida-amazonia.html>. Acesso em: 05 ago. 2024.

VATICANO. **Carta encíclica *Laudato si'***. Disponível em: < https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html>. Acesso em: 05 ago. 2024.

YIN, R. Y. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookan, 2001.



PARTE 3

**EMERGÊNCIA CLIMÁTICA,
VIOLAÇÕES DE DIREITOS E GRANDES
PROJETOS NA AMAZÔNIA**



Entre contradições e governança, grandes projetos na amazônia e políticas climáticas

INTRODUÇÃO

“O Brasil está de volta”, palavras proferidas pelo Presidente Lula da Silva na COP 27 acenavam com uma guinada na política climática após quatro anos de descalabro na gestão ambiental, especialmente em relação à Amazônia. O país indicava que retomaria o protagonismo no debate sobre meio ambiente – se candidatou e foi escolhido sede da Conferência das Partes nº 30, a ser realizada em Belém. Logo em seguida se mostrava como exemplo no combate às emissões de carbono ao relançar o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e lançar a consulta pública para Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas no Bioma Cerrado (PPCerrado).

Igor de Lima Basílio da Silva

Geólogo, mestrando no Programa de Desenvolvimento do Trópico Úmido do NAEA.

André Luís Assunção de Farias

Cientista Social, professor do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA, líder do grupo de pesquisa Grandes Projetos na Amazônia.

Armin Mathis

Cientista Social, professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

O Brasil emitiu 2,3 bilhões de toneladas de gases de efeito estufa em 2022 – 48% dessas emissões são oriundas do desflorestamento (Tsai *et al.*, 2023). Ainda que seja uma cifra expressiva representou uma queda de 8% em relação as emissões de 2021. Para se atingir a meta de emissões para 2025 (1,3 bilhões de toneladas), o país precisaria trazer a taxa de desflorestamento para menos de 6.000 Km²/ano, um terço a menos da taxa de desmatamento de 2023¹, ou reduzir o desmatamento em 49% no período 2022-2025 (Tsai *et al.*, 2023). A tarefa é grandiosa pois a meta do governo Lula da Silva é de desmatamento zero (ou nas entrelinhas desmatamento ilegal zero) até 2030².

O balanço dos dados consolidados de desmatamento de 2022–2023 mostra que essa meta está longe de ser alcançada. Apesar da redução substancial em 21,8% do desmatamento na Amazônia Legal (chegando a uma taxa de supressão de 9 mil Km² entre agosto de 2022 e julho de 2023), no bioma Cerrado houve um incremento de 3% em relação a 2021–2022³. Em dados recentes⁴, a taxa de desmatamento na

¹ Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/imprensa/brasil-avanca-no-combate-ao-desmatamento-mas-e-preciso-ir-alem-para-atingir-meta-de-2030>. Acesso em: 19 jun. 2024

² Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/ate-2030-nos-vamos-anunciar-ao-mundo-desmatamento-zero-no-brasil-afirma-presidente-lula#:~:text=MUDANÇAS%20CLIMÁTICAS-,%20Até%202030%2C%20nós%20vamos%20anunciar%20ao%20mundo%3A%20desmatamento%20zero,%20de%20energias%20renováveis%20no%20País>. Acesso em: 19 jun. 2024.

³ Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/05/desmatamento-na-amazonia-cai-21-8-em-2023#:~:text=A%20taxa%20consolidada%20de%20desmatamento,anterior%2C%20a%20menor%20desde%202019>. Acesso em: 25 jun. 2024

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/11/dados-do-prodes-apontam-reducao-no-desmatamento-na-amazonia-e-no-cerrado>. Acesso em: 08 nov. 2024

Amazônia caiu para 6 mil Km² no período 2023–2024 (redução de 30% relativa ao período anterior) e para o Cerrado houve redução de 25% em comparação com a 2022–2023.

Amazonas, Mato Grosso e Pará são os Estados com destaque nos números de desmatamento. O Cerrado ocupa 39% do território de Mato Grosso, enquanto o bioma Amazônia abrange 53%⁵. Os estados do Pará e Amazonas estão complementemente inseridos no bioma Amazônia, havendo apenas manchas de campinarana, ecótono que marca a transição do Cerrado para a Amazônia. Em 2022⁶ no Amazonas para uma área desmatada de 3 mil Km² foram emitidos 57 milhões de toneladas de CO₂; no Mato Grosso o desmatamento de 2 mil Km² gerou uma emissão de 285 milhões de toneladas de CO₂; no Pará houve uma emissão de 289 milhões de toneladas de CO₂ para um desmatamento de 4.500 Km².

Afora o PPCDAM e o PPCERRADO, o governo brasileiro emitiu o Decreto nº 12.044/2024 que institui a Estratégia Nacional de Bioeconomia, a qual tem a “*descarbonização de processos produtivos*” entre as suas diretrizes em consonância com os planos setoriais que visam reduzir as emissões (como o Plano de Adaptação e Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – ABC+). Porém há uma incoerência discursiva quando o país enfatiza a sua importância como produtor de combustível fósseis, como no caso da expansão da exploração petróleo, tal como posto pelo governo brasileiro tanto através do Ministério de Minas e Energia, quanto pela Agência Nacional do Petróleo.

⁵ Disponível em: <http://www.coisasdematogrosso.com.br/mato-grosso/biomas/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

⁶ Conjugação de dados das plataformas SEEG (subcategoria emissora) e Terrabrasilis (incremento de desmatamento acumulado). Disponível em: <https://plataforma.seeg.eco.br> e https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments. Acesso em: 1 ago. 2024.

Portanto, enquanto o Brasil se posiciona como líder na agenda ambiental global, o governo avança com projetos de infraestrutura, como a pavimentação da BR-319 e a construção da Ferrogrão. Ambos os projetos cortam regiões já pressionadas por desmatamentos ilegais e ameaçam aumentar emissões de carbono indiretamente. (BERENGUER *et al.*, 2021). Este estudo busca examinar como esses grandes projetos impactam os compromissos climáticos do Brasil e avaliar se é possível uma integração mais coerente entre desenvolvimento regional e política climática.

Na esfera estadual, o Governo do Pará tem liderado uma narrativa afinada com as discussões sobre mudanças climáticas, sendo o primeiro Estado a dispor de uma Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), lançada em 2020. O Decreto nº 4.093/2020 possui 25 diretrizes e 28 objetivos voltados para a mitigação dos efeitos das emissões de carbono e para descarbonização de atividades econômicas. Tal plano estaria escorado em planos setoriais como os da Agropecuária, Uso da Terra, Energia e Transporte, Resíduos e Processos Industriais. Em 2022 houve uma alteração na redação do Decreto e foi acrescentando que os planos setoriais levariam em consideração “*aspectos socioeconômicos e de planejamentos territorial e ambiental*”.

Não obstante o Plano Setorial de Transporte da PEMC não ter sido elaborado até o momento. Um “*projeto de mobilidade para a COP 30*”⁷, avançou com a expansão de grandes projetos urbanos de infraestrutura viária na região metropolitana de Belém, especialmente com a construção de viadutos para o desafogamento do tráfego de

⁷ Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/56776/obras-em-belem-para-receber-cop-30-estao-transformando-a-capital-paraense#:~:text=ParáParque%20da%20Cidade%20-%20O,área%20paisagística%20de%2050%20hectares..> Acesso em: 20 jun. 2024

veículos que transitam diariamente entre as cidades de Belém e Ananindeua. Apesar de não ter sido vinculada à realização Conferência das Partes, pois fora do perímetro do evento, a construção da Avenida Liberdade, em Belém, com 13 Km de extensão, é mais uma aposta do Governo Estadual para a melhoria da mobilidade na capital paraense, a despeito de o projeto atravessar uma unidade de conservação e margear um território quilombola.

O objetivo deste trabalho é abordar alguns projetos estruturantes promovidos pelo Estado que acabam por contribuir para o desmatamento indireto e para a elevação das emissões de carbono. Busca-se demonstrar como o Estado apresenta externamente uma “pauta verde” através de planos de combate ao desmatamento e compromissos de redução das emissões, ao passo que internamente há lacunas em relação a governança das políticas climáticas quando essas são sobrepujadas por projetos de desenvolvimento regional ou urbano.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa foi feita de forma qualitativa-quantitativa descrevendo e correlacionados documentos oficiais, informações, declarações de autoridades estatais e discursos referentes a três casos: o asfaltamento da rodovia BR-319, a implementação da Estrada de Ferro 070 (Ferrogrão) e a execução das recentes obras de mobilidade viária na cidade de Belém, ao mesmo tempo cotejando dados quantitativos sobre a emissão e/ou potencial de emissões de CO₂. Ademais, a partir da revisão bibliográfica sobre trabalhos que tratam da governança estatal em relação a agenda climática fez-se a correlação com os planos e ações de mitigação propostos pelos casos mencionados acima.

Tomando-se que a maior parte das emissões de CO₂ ocorre na Amazônia, foram selecionadas três obras viárias nesse espaço territorial: uma rodovia (AM), uma ferrovia (PA–MT) e um conjunto de intervenções urbanas (Belém) que além de gerarem um impacto ambiental direto, acabam por criar um desmatamento indireto e/ou induzem um aumento de emissões cuja mitigação também de responsabilidade Estatal. Assim são postos em paralelo: os discursos de desenvolvimento que essas obras acarretariam (em Belém tendo o mote “legado da COP”), os impactos em termos de emissão de CO₂ e os princípios dos planos nacionais e estaduais de redução de emissões.

GRANDES PROJETOS VIÁRIOS NA AMAZÔNIA

Farias *et al.* (2024) conceituam Grandes Projetos como:

“objetos, atividades ou processos, dirigidos pelo Capital, pelo Estado ou em associação entre ambos, que possuem caráter exógeno, significativo volume de recursos financeiros, alto impacto ambiental, uso de tecnologias importadas, discurso adaptável (progresso, desenvolvimento e sustentabilidade), aliança privilegiada com o Estado e, finalmente produtores de consideráveis danos, riscos e conflitos socioambientais”. (Farias *et al.*, 2024)

Os projetos viários na Amazônia foram essencialmente implantados entre as décadas de 1960 e 1970 pelo capital estatal (como a rodovia BR-319) e nas últimas décadas têm recebido um aporte de recursos privados consorciado ao Estado (como a ferrovia Ferrogrão). O discurso que antecede a sua instalação é de desenvolvimento regional e melhoria da qualidade de vida e renda, ainda que haja externalidades socioambientais negativas. Nos casos apresentados a seguir permanece latente o mote do desenvolvimento e progresso em primeiro plano tendo a discussão climática somente um papel difuso e de fundo.

RODOVIA BR-319

A rodovia federal BR-319 tem 918 Km de extensão, foi projetada ainda no período do governo militar e aberta entre 1973–1974 durante o mandato do General Médici, sob a doutrina do ‘Integrar para não Entregar’. A intenção era conectar Porto Velho a Manaus, entretanto a estrada foi parcialmente pavimentada, tornando-se um grande lamaçal nas estações chuvosas. Em virtude disso os trechos mais críticos passam periodicamente por manutenções paliativas. Em abril de 2024 o Governo Federal lançou edital para recuperação de um trecho de 66 Km nas proximidades do município de Humaitá⁸.

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) incluiu entre os projetos estratégicos do seu Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia 2024–2027 a recuperação e a pavimentação asfáltica de quase 500 km da BR-319, “*com foco no desenvolvimento regional sustentável da Amazônia Legal*” (SUDAM, 2023). Em deliberação o grupo de trabalho do Ministério dos Transportes para BR-319 concluiu que essa recuperação da rodovia é ambientalmente viável, sendo o projeto uma das prioridades da pasta, tendo licença prévia emitida pelo IBAMA. O relatório sugere que a ausência de pavimentação teria gerado o desmatamento na região:

“Importante ressaltar que, historicamente, a ausência de pavimentação não garantiu a preservação ambiental e o respeito às comunidades tradicionais na região. Pelo contrário, a pouca acessibilidade e, conseqüentemente, menor presença do Estado, reforçam a criminalidade e o desmatamento”. (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, 2023, p. 65).

⁸ Disponível em: <https://www.comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/edital-393009-5-90118-2024>. Acesso em: 20 jun. 2024.

O relatório aponta que a governança⁹ é fundamental para o sucesso do projeto elencando ações que contribuiriam para aumento do domínio no Estado na região, das quais destacamos: 1) Implantação de pórticos de fiscalização; 2) Alinhamento do empreendimento com o PPCDAM, especialmente a elaboração de um Plano de Governança Territorial e 3) Criação de mosaico de unidades de conservação.

Ainda que a instalação de pontos de controle para averiguação de ilícitos afete a cadeia de transporte de saque de madeira, o desmatamento em si não seria revertido. Os pontos 2 e 3 possuem uma interrelação, pois a criação de unidades de conservação, especialmente em áreas de floresta pública não destinada, faz parte de uma governança territorial para restringir o uso e acesso aos recursos florestais (Moutinho, Azevedo-Ramos, 2023). Entretanto, tal Plano de Governança deveria anteceder o próprio projeto de reestruturação da rodovia, visto o acelerado desmatamento ocorrendo em suas margens para abertura de ramais clandestinos. Em 2022 foram desmatados 480 Km² na região da BR-319. Somente nos municípios de Canutama, Humaitá, Manicoré e Tapauá foram abertos 340 Km de ramais entre 2021 e 2022, totalizando 5.092 Km em extensão de estradas clandestinas (Carvalho, Marinho, Meirelles, 2023). Uma governança tardia ou a falta de ações coordenadas¹⁰, como na implementação do Distrito Sustentável da BR-163¹¹, ilustram que apesar da elaboração de planos, o governo ainda apresenta dificuldades em executá-los (Torres, Doblás, Alarcon, 2017).

⁹ Em julho de 2024 a licença prévia do projeto foi suspensa liminarmente pela Justiça Federal do Amazonas, alegando que o Governo Federal deve estabelecer uma governança antes de iniciar a recuperação da rodovia.

¹⁰ Conferir: <https://news.mongabay.com/2020/11/trans-purus-brazils-last-intact-amazon-forest-at-immediate-risk-commentary/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

¹¹ O Distrito Florestal Sustentável foi criado em fevereiro de 2006 como parte do Projeto BR-163. Veja (Baía Jr., Mathis 2013), (Baía Jr. 2014)

Estradas são um complexo vetor de desmatamento que engendra desmates subsidiários, com aberturas de ramais paralelos ao eixo viário principal, como relatado acima. Afora as consequências diretas do desflorestamento como atropelamento de fauna, a perda e a fragmentação de habitats, há as consequências indiretas como a valorização da terra para fins agropecuários, a ocupação desordenada, o corte e saque seletivo de espécimes florestais; também se criam condições para disseminação de zoonoses (Berenguer *et al.*, 2021; Ferrante & Becker, 2024).

Soares-Filho, Davis e Rajão (2020) simularam um cenário catastrófico para a região da BR-319. Tomando-se que ocorreria uma ocupação desordenada em decorrência das melhorias na rodovia, estipulou-se que até 2050 haveria uma emissão total de 8 bilhões de toneladas de CO₂ para uma taxa de desmatamento de 9 mil km²/ano (a média anual entre 2015–2019 para região foi 1.150 km²).

Ainda que a projeção seja exagerada, dado que a taxa escolhida corresponde ao que foi desmatado em toda a Amazônia entre agosto de 2022 a julho de 2023, pontua-se que a governança do projeto deve estabelecer *a priori* quais serão as metas de emissão, informação que deveria fazer parte de um pretense Plano de Governança Territorial.

ESTRADA DE FERRO–070 (FERROGRÃO)

Apesar de um projeto de ferrovia ligando o centro-oeste ao norte do Brasil ter sido idealizado ainda no século XIX (Basílio-Silva, 2023), a sua modelagem somente foi definida em 2013 a partir da proposição de um conjunto de empresas exportadoras de grãos do Estado do Mato Grosso ao Governo Federal. Assim, a iniciativa tomou corpo e se tornou um empreendimento público com recurso privado. O corredor

viário alavancaria o transporte de soja e milho do Mato Grosso através do corredor logístico do norte do país sendo embarcado pelos portos paraenses de Santarém e Barcarena e de Santana no Amapá – um trajeto mais curto quando o destino é o mercado americano e europeu, se comparado ao escoamento pelo sul do país através dos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR).

A linha férrea com uma extensão total de 933 Km teria início no município de Lucas do Rio Verde (MT) e término no distrito de Mirirituba em Itaituba (PA), onde ocorre o transbordo da carga para os portos exportadores. O investimento inicial para a sua construção seria de aproximadamente R\$ 8 bilhões de reais¹², o qual seria compensado pela economia de R\$ 19 bilhões de frete rodoviário¹³ durante os 69 anos que duraria a concessão do serviço. Em 2023 passaram pelos portos do arco norte situados na Amazônia 29% da produção de soja e 41% da produção de milho (CONAB, 2024). Em 2023 o projeto foi incluído na modalidade “Planejamento, Estudos e Projetos” do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC)¹⁴.

Embora as principais razões para a construção da ferrovia sejam estritamente econômicas: diminuição do valor do frete, redução do tempo de transporte e independência em relação a transportadores individuais; há uma propalada razão ambiental pela redução de emissões de carbono. Pronunciamento de congressistas afirmam que

¹² Disponível em: <https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/ferrovias/novos-projetos-ferroviarios/ferrograo-ef-170>. Acesso em: 21 jun 2024.

¹³ Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/noticias/2021/5/ferrograo-pode-gerar-economia-de-r-19-bilhoes-no-custo-do-frete-diz-secretario-do-minfra>. Acesso em: 21 jun. 2024.

¹⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/mapas-de-obras-por-estados>. Acesso em: 21 jun. 2024.

seria evitada a emissão de 1 a 5 milhões toneladas de CO₂¹⁵, muito embora as declarações não estejam ancoradas em estudos específicos de emissão de gases do efeito estufa.

Assim como os projetos rodoviários, ferrovias são indutores de desmatamento e fragmentação de maciços florestais (Berenguer *et al.*, 2021). O projeto da Ferrogrão evitaria um maior desmatamento direto, pois o leito ferroviário acompanharia o trajeto da rodovia BR-163, mas aumentaria ainda mais as barreiras para a passagem de fauna de uma margem a outra dos eixos viários.

A Estrada de Ferro de Carajás (EF-315) poderia ser considerada um equivalente do projeto da Ferrogrão: possui quase a mesma extensão, em torno de 900 km, interliga dois Estados, conduz *commodities*, no caso minério, especialmente minério de ferro e está posicionada no bioma Amazônia. Quando implantada em 1984 a área de influência da ferrovia era composta por 69% de cobertura florestal e 24% de feições não-florestais, 30 anos depois as áreas florestadas caíram para 43% enquanto as áreas não-florestais aumentaram para 46%, sendo que 51% das áreas convertidas se tornaram pastagens (Santos *et al.*, 2020).

Entretanto, o contexto ambiental da Ferrogrão é mais restritivo, pois na região da rodovia BR-163 já existe um mosaico área protegidas que em tese frearia o ímpeto de desmatamento induzido pela especulação do preço da terra. Mesmo assim, para sua viabilidade, em 2017 o Governo Federal reduziu o tamanho do Parque Nacional do Jamanxim, o qual será atravessado pelo leito ferroviário, aumentando o risco de desmatamento na área, o que de fato ocorreu. Basilio-Silva (2023) mostra que entre 2008 e 2022 a maior parte do desmatamento

¹⁵ Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/ferrograo-nao-reduzira-emissoes-como-afirmou-senador/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

distando até 1 Km dos limites do Parque aconteceu após a alteração dos limites da unidade de conservação.

Em uma avaliação *ex-ante* sobre os desmatamentos potenciais da Ferrogrão, Araújo, Assunção e Bragança (2020) estimaram um potencial (conservador) de desflorestamento entre 1.600 e 2.400 Km² somente no Estado do Mato Grosso, caso nenhuma medida de mitigação seja adotada. O estudo considerou que 38 municípios no Estado seriam atravessadas pela ferrovia, o que geraria uma busca por terras para plantio de soja, elevando o desmatamento na região. Quanto às emissões de carbono, apontou-se um valor potencial entre 60 e 88 milhões de CO₂ liberados para a atmosfera. Observe-se que o estudo não considerou o desmatamento induzido no Estado Pará, onde a Ferrogrão passaria por quatro municípios: Altamira, Novo Progresso, Trairão e Itaituba, induzindo igualmente um desmatamento especulativo.

Mais uma vez nota-se que a governança sobre os desmates ainda não foi posta em ação. Como apontou Basilio-Silva (2023, p.779) a mera aprovação de legislação que reduziu o tamanho do Parque do Jamanxim gerou danos à cobertura vegetal, sugerindo que a proposição de “*leis ou normas infralegais que acabam por influir na integridade e preservação de áreas protegidas, deveriam (necessariamente) ser acompanhadas de uma avaliação de risco*”; ademais o autor aponta que planos de ação prioritários deveriam ser elaborados para essas áreas vulnerabilizadas. Para o momento não há qualquer plano específico direcionado à mitigação dos efeitos do desmatamento induzido pela perspectiva de construção da Ferrogrão. Assim como descrito no relatório do grupo de trabalho da BR-319, a governança depende do alinhamento do “*planejamento dos grandes empreendimentos e projetos de infraestrutura com as metas nacionais de redução do desmatamento*”.

PROJETOS DE MOBILIDADE PARA A COP 30

O governo federal apresenta a escolha de Belém como sede da COP 30 como uma oportunidade de desenvolvimento urbana, haja vista, que o evento deixaria um legado para a cidade. Os recursos financeiros foram direcionados sobretudo para atender obras de infraestrutura urbana e demandas por acomodações.

Ainda que parte dos projetos viários estivesse sendo planejada antes de Belém ser escolhida a sede da COP 30¹⁶, algumas obras são citadas pelo Governo Estadual como “*projetos de mobilidade para a COP 30*”¹⁷, como os cinco viadutos que serão instalados no município de Ananindeua¹⁸. O Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano (NGTM) também propaga que as obras vinculadas à expansão do Bus Rapid Transit (BRT) “*tem como finalidade melhorar a mobilidade na capital paraense e RMB, também contribuindo para a cidade receber a COP 30*”¹⁹. Ainda estão no rol das obras mobilidade: a avenida da Liberdade, abrindo um novo corredor de entrada/saída da cidade e o prolongamento da rua da Marinha (este projeto sofreu oposição pois

¹⁶ Disponível em: <http://lex.pge.pa.gov.br/atos/view/12772>. Acesso em: 24 jun. 2024.

¹⁷ Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/56776/obras-em-belem-para-receber-cop-30-estao-transformando-a-capital-paraense>. Acesso em: 24 jun. 2024.

¹⁸ Entre 2014 (dezembro) e 2024 (maio) a frota de veículos individuais (considerando somente automóveis e motocicletas) nos municípios Belém, Ananindeua e Marituba passou de 404 mil para 578 mil veículos – aumento de 43%.

¹⁹ Disponível em: <http://www.ngtm.pa.gov.br/noticias/ngtm-entregou-avenida-viaduto-e-trabalha-para-melhoria-da-mobilidade-da-regiao>. Acesso em: 24 jun. 2024.

atravessaria um parque municipal). Nas palavras do governador esses projetos se prestam a “*ampliar as ofertas de tráfego, de fluxo de veículos e a organização da infraestrutura de Belém*”²⁰. Portanto, tais obras estão sob égide de um planejamento estratégico que almeja um “*urbanismo de resultado*” construído em torno de um discurso-consenso (Vainer, 2002) de que a COP deixará legados para a cidade.

Belém há anos passa por uma intervenção continuada na infraestrutura de transporte coletivo desde a instalação do BRT, um corredor exclusivo para ônibus com estações de embarque rápido. A despeito do objetivo de melhorar o fluxo de veículos, o projeto se prolongou no tempo piorando a mobilidade da cidade. As obras restritas a Belém e ao distrito de Icoaraci foram iniciadas em 2012 e o sistema foi inaugurado em 2019. As obras do BRT Metropolitano, abrangendo Belém e Ananindeua Marituba, foram iniciadas em 2019 e têm previsão de conclusão em 2026.

Mesmo com o funcionamento parcial dos corredores de tráfego exclusivo para ônibus, os veículos destinados ao BRT somavam apenas 13 unidades em 2020²¹, num contexto de progressiva redução da frota de ônibus que decorre mormente do modelo de financiamento do sistema de transporte público. Em 2004 haveria 1.860 veículos em circulação²², enquanto atualmente haveria em torno de 1.000 veículos em uso, comprometendo a eficiência do transporte público na região

²⁰ Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/51285/estado-executa-obras-de-macrodrenagem-no-canal-do-bengui-e-marambaia>. Acesso em: 24 jun. 2024.

²¹ Disponível em: <https://semob.belem.pa.gov.br/sistema-brt-belem-aumenta-capacidade-a-partir-desta-sexta-feira-2/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

²² Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/03/25/belem-retira-das-ruas-41percent-dos-onibus-em-quase-20-anos-nesse-periodo-a-populacao-cresceu-86percent.ghtml>. Acesso em: 24 jun. 2024.

metropolitana, enquanto a população de Ananindeua, Belém e Marituba passou de 1,7 milhão em 2000 para 1,8 milhão em 2022²³.

Sem uma recomposição da frota ou a diversificação das linhas, o Governo Estadual e a Prefeitura de Belém alardeiam que haverá uma renovação da frota de transporte coletivo por veículos elétricos, a fim de capitalizar o discurso de transição energética. Entretanto, a substituição atingiria somente 30% do total de veículos em circulação em Belém. Ademais, todos os veículos adquiridos via isenção de impostos ao Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belém, são movidos a diesel²⁴; permanece obscuro o quantitativo de coletivos elétricos que serão adquiridos.

Como afirmou Ermínia Maricato (2015) nos últimos anos “*o transporte público, junto a habitação e o saneamento, tiveram um rumo errático*”. Não foi diferente em Belém, as intervenções buscaram criar e ampliar obras viárias que privilegiam o transporte individual, geram mais emissões e são implementadas num contexto de preparação para uma conferência internacional. Ainda segundo a autora isso seria uma espécie de urbanismo do espetáculo que antecede a realização de grandes eventos, ao mesmo tempo que há uma redução da frota de coletivos e aqueles veículos em uso são renovados por modelos que ainda utilizam combustível fóssil.

²³ Dados dos censos de 2000 e 2022.

²⁴ Disponível em: <https://semob.belem.pa.gov.br/prefeitura-estado-e-empresarios-iniciam-renovacao-de-frota-300-novos-onibus-refrigerados-em-belem/#:~:text=Os%20novos%20veículos%20serão%20acrescentados,regularidade%20da%20prestação%20de%20servico>. Acesso em: 24 jun. 2024.

GOVERNANÇA E CONTRADIÇÕES

Após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022, o Governo Federal tem se comprometido a alterar o curso da política ambiental, reinserindo o país no debate internacional e recuperando as políticas de combate ao desmatamento que foram elaboradas no primeiro mandato de Lula (como o PPCDAM) e lançando novos planos ação, como o Plano de Transformação Ecológica²⁵, vinculado ao Ministério da Fazenda. O discurso atual se assemelha àquele emitido na primeira metade dos anos 2000, quando se propalava o estabelecimento de uma economia de baixo carbono e desmatamento zero.

A imagem de um país comprometido com o clima que o Brasil projeta internacionalmente é um mito segundo Franchini e Viola (2019), pois apesar dos avanços obtidos no recuo do desmatamento entre 2005 e 2012 – quando o Brasil se alçou como um líder mundial na mitigação de emissões – houve um progressivo aumento do desflorestamento na Amazônia nos anos subsequentes até o ano de 2022. Ademais, durante os anos que alardeava ser uma economia de baixo carbono, o país promoveu uma expansão da oferta de petróleo e de incentivos para aquisição de veículos. Baseado nos autores, é possível estabelecer uma ligeira comparação entre o período de queda desmatamento entre 2005–2012 e o atual momento de queda do desmatamento (2022–2023).

Franchini e Viola (2019) alegam que o período que antecedeu a queda do desmatamento no início dos anos 2000 foi de extrema irracionalidade ambiental, chegando a uma taxa de 29 mil Km² de devastação (1995), então por comparação as taxas obtidas a seguir

²⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecologica>. Acesso em: 23 jun. 2024.

apesar de espetacularmente menores, chegando ao mínimo de 4 mil Km² (2012), ainda não seriam compatíveis com uma economia neutra em carbono. A redução do desmatamento observado na Amazônia entre 2022 e 2024 após um quadriênio (2018–2012) de perdas consideráveis de floresta ainda está longo do desmatamento zero, meta comunicada para 2030.

Segundo o governo federal, o governo do Pará também procura alguma projeção internacional a fim de obter recursos financeiros para sustentar o Plano Amazônia Agora (de combate ao desmatamento e descarbonização da economia)²⁶ e tal como o Governo Federal lançou um plano de fomento econômico sustentável, o Plano Estadual Bioeconomia²⁷.

No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta desafios críticos devido à falta de articulação interministerial, a falta de coordenação entre agências de diferentes níveis governamentais e de recursos operacionais.

As dificuldades de governança de planos de mudanças climáticas vão desde a falta de atenção política até a falta de monitoramento. Andrade (2023) analisou a implementação do Plano Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC) e conclui que apesar do arranjo de coordenação institucional, centralizado na Casa Civil, este funcionou de maneira deficiente, redundando em meras reuniões burocráticas informativas.

A falta de acompanhamento dos planos setoriais do PNMC acabou por criar uma disfuncionalidade, onde todas as demandas

²⁶ Disponível em: https://www.funbio.org.br/programas_e_projetos/fundoda-amazonia-oriental/. Acesso em: 23 jun. 2024.

²⁷ Disponível em: https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/Plano-Estadual-V9_pg-simple-2-1.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

referentes a mudanças climáticas ficavam sob jurisdição do Ministério do Meio Ambiente, responsável em última instância sobre as operações de repressão aos crimes ambientais (Andrade, 2023). Estando os planos setoriais relegados, pouco se sabia do atingimento de suas metas e sua evolução, o que provocou a falta de integração entre as ações necessárias ao sucesso do PNMC; o autor atribui isso a diferença de percepção sobre quais benefícios cada pasta do governo teria em relação a agenda do clima.

Na esfera estadual, a Política de Mudanças Climáticas do Pará também está escorada em planos setoriais – os quais só foram incluídos dois anos após a edição da lei original, sendo eles: a) Plano Setorial de Agropecuária; b) Plano Setorial de Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas; c) Plano Setorial de Energia, Infraestrutura e Transporte; d) Plano Setorial de Resíduos; e e) Plano Setorial de Processos Industriais e Uso de Produtos. Até meados de 2024 nenhum desses planos se tornaram públicos, havendo uma lacuna para se acompanhar as metas setoriais de redução de emissões. Assim, para a continuada expansão da frota de veículos na região metropolitana de Belém, não se conhecem as medidas de mitigação para acompanhamento, nem as metas de redução de emissões.

No Governo Federal, nota-se que o PPCDAM (2023–2027) continua sendo a principal ferramenta setorial da PNMC. O plano está estruturado em quatro eixos: 1) fomento a atividades produtivas sustentáveis; 2) monitoramento e controle ambiental; 3) ordenamento fundiário e territorial e 4) infraestrutura ambientalmente sustentável. A governança cabe à Casa Civil, sendo secretariada pelo MMA – um arranjo similar ao da PNMC analisado por Andrade (2023). No que diz respeito a empreendimentos e projetos, o plano assume para

si “*Coordenar e/ou alinhar o planejamento dos grandes empreendimentos e projetos de infraestrutura com a meta de desmatamento zero até 2030*”. Para o momento as ações descritas requerem maior detalhamento, pois são gerais e modestas, como: qualificar o processo de tomada de decisão, definir metodologia para avaliação dos potenciais impactos e desenvolver e implementar instrumentos para a governança territorial – estes bastante centrados no MMA. Uma das ações – *Alinhar os planos nacionais setoriais vigentes, de modo a compatibilizá-los aos compromissos nacionais de redução do desmatamento* – é um ponto fulcral para uma ação coordenada do PNMC²⁸.

Por fim, a maior ou menor atenção à agenda climática também está ligado ao viés político que ela apresenta. Políticas públicas são lançadas devido a uma pressão internacional, ou quando o país estava às vésperas de participar (sediar) de uma COP, onde deve renovar suas metas climáticas ao tempo que agentes políticos fazem autopromoção para ocupar ou se eleger a cargos públicos (Andrade, 2023).

CONCLUSÃO

O estudo analisou as contradições entre o discurso ambiental e os grandes projetos de infraestrutura promovidos no Brasil, com foco nas obras viárias na Amazônia e na preparação de Belém para a COP 30. Foram identificados desafios significativos, incluindo a governança fragmentada e a falta de integração entre políticas climáticas e setoriais.

Os projetos viários do asfaltamento da BR-319 e a Ferrogrão representam um potencial para emissões massivas de CO₂, sobretudo se a ausência de planos efetivos de mitigação se prolongar.

²⁸ Um dos pontos de levantados no relatório do Grupo de Trabalho da BR-319 foi o alinhamento do empreendimento com o (PPCDAM).

Os planos federais, estaduais e municipais delineados como diretrizes para a política climática demonstram a sensibilidade do poder público. No entanto, essas políticas ainda necessitam de um maior detalhamento, bem como de programas de monitoramento e avaliações contínuas.

A retórica de desenvolvimento sustentável presente no discurso político colide com a prática de priorizar obras de infraestrutura sem considerar de forma aprofundada os impactos sociais e ambientais de longo prazo.

Diante do quadro apresentado, uma série de mudanças na política e governança de um desenvolvimento sustentável se mostram necessário, caso o Brasil queira aproveitar a sua condição de host da COP 30 para demonstrar liderança global na agenda climática. Destacam-se as necessidades de aprimorar a capacidade de um planejamento integrado multinível, de ampliar a participação social e de estabelecer um monitoramento efetivo dos seus compromissos do Acordo de Paris.

Os grandes projetos de infraestrutura devem passar por um processo de licenciamento social, que vai além da análise do impacto ambiental. Neste processo, a população será informada sobre a estratégia de desenvolvimento que requer o projeto, as transformações sociais e econômicas previstas para o território, e as formas de fiscalização independente das condicionalidades estabelecidas. Além disso, o licenciamento social deve incluir a apresentação de alternativas dentro da estratégia de desenvolvimento subjacente ao projeto em avaliação, bem como opções que possam substituir os caminhos de desenvolvimento propostos por outras formas de crescimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, André Luiz Campos de. **Governing climate change in Brazil: a governance gap analysis of selected cases.** 2023. 302 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais e Economia). Faculdade de Ciências Sociais e Economia. Universidade de Potsdam. Alemanha, 2023.

ARAÚJO, Rafael; ASSUNÇÃO, Juliano; BRAGANÇA, Arthur. **Os impactos ambientais da Ferrogrão: uma avaliação ex-ante dos riscos de desmatamento.** Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2020. Resumo para política pública.

BAÍA JÚNIOR, Pedro Chaves,; MATHIS, Armin **Garimpagem de Ouro e Unidades de Conservação na Região do Rio Tapajós, Pará, Brasil (Paper 312), 2013.**

BAÍA JÚNIOR, Pedro Chaves. **Entre o ouro e a biodiversidade: garimpos e unidades de conservação na região de Itaituba, Pará, Brasil.** Tese de doutorado, PPGDSTU, Belém, 2014.

BASÍLIO-SILVA, Igor de Lima. Risco e degradação, o Parque Nacional do Jamanxim sob a Ferrogrão. *In: CONGRESSO AMAZÔNIAS: AMBIENTES, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO, 2., 2023, Belém. Anais [...].* Belém: NUMA/UFPA, 2023. p.766–782.

BERENGUER, Erika *et al.* Drivers and ecological impacts of deforestation and forest degradation. **Amazon Assessment Report 2021.** New York: Science Panel for the Amazon, 2021.

CARVALHO, Tayane Costa; MARINHO, Thiago Pimentel; MEIRELLES, Fernanda de Almeida. Abertura e expansão de ramais em quatro municípios sob influência da rodovia BR-319: parte 02. **Nota Técnica**, n. 04, jul. 2023. Manaus: Observatório BR319

CONAB. Mercado de fretes e conjuntura de exportação. **Boletim Logístico**, ano VIII, 2024.

FARIAS, André Luís Assunção de *et al.* Metrópole, Grandes Projetos e Riscos à Saúde Ambiental na Amazônia: A Grande Belém rumo à COP 30? In: FARIAS, André Luís Assunção de (Org.). **Grandes projetos na Amazônia: a ecologia política dos danos e conflitos socioambientais**. Guarujá-SP: Científica Digital, 2023.

FERRANTE, Lucas; BECKER, C. Guilherme. Brazil must reverse gear on Amazon road development. **NATURE**, v. 626, p. 33–33, 2024.

FRANCHINI, Matias Alejandro; VIOLA, Eduardo. Myths and images in global climate governance, conceptualization and the case of Brazil (1989 - 2019). **Revista Brasileira de Política Internacional Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 62, n. 2, e 005, 2019.

LIMA, Mara Líbia Viana de; LOPES, Carla Nazaré de Melo; SANTOS, Marlon Braga dos; AGUILAR, MARTINS, Indara Lima; OTI, Fábio Alexandre. Grandes Projetos Urbanos na Amazônia: entre o Portal da Amazônia e a porta do inferno? In: FARIAS, André Luís Assunção de (Org.). **Grandes projetos na Amazônia: a ecologia política dos impactos e conflitos socioambientais**. Guarujá-SP: Científica Digital, 2023, p 136–149.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. **Relatório do grupo de trabalho da BR-319**: período 17 novembro de 2023 a 29 de fevereiro de 2024. Brasília-DF: [S.n], 2024.

MOUTINHO, Paulo.; AZEVEDO-RAMOS, Claudia. Untitled public forestlands threaten Amazon conservation. *Nature Communications*. **Nature Communications**, v. 14, nº 1152, p. 1-4, 2023. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41467-023-36427-x>. Acesso em: 9 jun. 2024.

SANTOS, Diego Corrêa *et al.* Land cover change, landscape degradation, and restoration along a railway line in the Amazon biome, Brazil. **Land Degradation & Development**, v. 31, p. 2033–2046, 2020.

SOARES-FILHO, Britaldo; DAVIS, Juliana Leroy; RAJÃO, Raoni. Pavimentação da BR-319, a Rodovia do Desmatamento. **Nota técnica 11/2020-01**. Belo Horizonte: UFMG/CSR, 2020.

SUDAM. **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA 2024-2027**. Belém: SUDAM, 2023.

TORRES, Mauricio; DOBLAS, Juan; ALARCON, Daniela Fernandes. **Dono é quem desmata: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense**. São Paulo: Urutu-branco; Altamira: Instituto Agrônômico da Amazônia, 2017.

TSAI, David *et al.* **Análise das emissões de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil: 1970–2022**. São Paulo: SEEG, 2023.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. Ed. Petrópoles: Vozes, 2002. p. 75–103.

A era do capitaloceno: revisão crítica e análise do caso da industrialização de Barcarena-Pa

INTRODUÇÃO

O mundo vivencia mudanças climáticas sem precedentes sendo a humanidade em geral vista como principal responsável por essa situação. Porém, alguns teóricos argumentam que o principal responsável é o sistema capitalista sem controle. É justamente por isso, surge o conceito do Capitaloceno, entendido como uma era marcada por um sistema de organização mundial que impacta profundamente a vida das pessoas através do capitalismo global. Esse conceito é uma crítica ao Antropoceno, que responsabiliza todas as pessoas, de forma igual, pelas mudanças climáticas e degradação ambiental. Ou seja, afirmar que

Danilo Ferreira Sodré

Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA), Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA) e Bacharel e Licenciado em Geografia (IFCH/UFPA).

Luis Eduardo Aragón Vaca

Ph.D. em geografia, professor titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará, Coordenador da Cátedra UNESCO de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável. Bolsista de Produtividade de CNPq. CV completo: <http://lattes.cnpq.br/2713210031909963><http://lattes.cnpq.br/2713210031909963>.

toda a humanidade tem a mesma responsabilidade desconsidera as forças econômicas e políticas, como o papel das grandes corporações e das nações envolvidas que têm uma responsabilidade desproporcional (Latour, 2014, 2020).

A proposta do Capitaloceno, discutida neste capítulo, leva em consideração as transformações ecológicas e sociais na Amazônia. A industrialização de Barcarena, por exemplo, mostra como o capital internacional molda e impacta o meio ambiente e as comunidades locais. Essa análise vai de encontro com a preocupação geral do livro, que problematiza o desenvolvimento sustentável e os desafios colocados no contexto da COP 30. Portanto, ao ligar o conceito de Capitaloceno com as discussões da COP, é possível entender que o modelo econômico atual, sem nenhum controle, que tem como metabolismo a intensa exploração de recursos naturais, torna-se uma ameaça não somente para a biodiversidade e o clima, mas também, compromete a busca por um desenvolvimento que venha satisfazer as necessidades das futuras gerações. Nesse contexto, o objetivo principal aqui é analisar de maneira crítica a proposta teórica do Capitaloceno e como essa teoria explicaria as dinâmicas socioambientais recentes em Barcarena, Pará.

CAPITALOCENO: UMA BREVE REVISÃO CRÍTICA

No contexto atual do capitalismo global, observamos profundas alterações econômicas, sociais e ambientais em várias partes do mundo. Estamos testemunhando uma era em que o capital e as forças econômicas dominam várias ações no planeta, deixando de lado, muitas vezes, o meio ambiente e a vida humana. Não que isso seja uma escolha desse sistema, mas é parte essencial do seu metabolismo.

Um dos principais teóricos do Capitaloceno é o historiador ambiental e geógrafo Jason Moore (2017), para quem este conceito é representado pela ação do capitalismo global, que seria o principal agente indutor das mudanças ambientais e a degradação ecológica. Moore (2017), contra argumentando a teoria do Antropoceno (Latour, 2014, 2020), considera que não seria meramente a atividade humana em geral, mas, especificamente, as relações de produção e as dinâmicas do capitalismo sem controle, ou com regulação para sua própria ampliação, que estão levando à destruição ambiental. Para Moore, a destruição não é uma externalidade do sistema capitalista, entendido como um ordenamento social específico, mas uma internalidade e condição de expansão e reprodução metabólica de sua racionalidade e forma de operação.

Coltro e Borinelli (2020) destacam que, a teoria do Capitaloceno, busca esclarecer o papel histórico do capitalismo na destruição ambiental e nas consequências sobre a vida no planeta. Para eles, essa teoria não engloba apenas o seu aspecto econômico, mas também, estruturas de poder e práticas violentas que viabilizaram o crescimento e a expansão do capital sem limites, transformando a relação com o meio ambiente num ciclo de exploração global.

O início do Capitaloceno no planeta não teria sua gênese na revolução industrial – como poderíamos pensar com o aumento da produção e da poluição –, mas bem antes, entre os anos de 1450 e 1750, quando o planeta vivenciou o período das grandes navegações, colonização de novos territórios e uma nova dinâmica econômica, ambiental e social de acumulação de riquezas. O continente americano serviu como fonte de matéria-prima para a ascensão do capitalismo como uma força global, consolidando o crescimento econômico e o

desenvolvimento dos países centrais através da exploração/expansão/conquista/roubo de territórios visando à acumulação do capital e o tornando motor basilar das transformações da natureza em nível mundial (Moore, 2013; Barcelos, 2019).

É importante ressaltar que a chegada dos europeus à América e posteriormente a sua exploração desde o século XV, é um fator fundamental para o desenvolvimento da era do capital, conforme sustenta Aráoz (2016, p. 221): “sem a apropriação inseparavelmente material e simbólica da natureza americana, a subsequente formação do capitalismo como uma ecologia mundial é historicamente inconcebível”. Tais transformações remodelaram as paisagens e os ecossistemas das áreas que foram colonizadas, mas também, e principalmente, moldaram as relações socioeconômicas em dimensões globais, fortalecendo e solidificando o sistema que normalizou a exploração de recursos e de pessoas. O capitalismo, através da apropriação da natureza, colocou vários ecossistemas à disposição dos interesses mercadológicos, que por sua vez proporcionou a gênese de um ciclo de degradação ambiental e desigualdade social que perduram até os dias de hoje.

Nessa mesma perspectiva, os debates sobre o Capitaloceno ou natureza capitalizada ou mercantilizada não pode ser pensada apenas sobre os seus efeitos/consequências provocadas sobre o espaço. O capitalismo deve ser considerado, argumenta Aráoz (2016, p. 217-218), “não apenas como um sistema econômico, nem apenas como um modelo civilizacional, mas – incluindo e integrando tais facetas de forma mais abrangente – implica pensá-lo como uma ecologia mundial”.

Se por um lado o Capitaloceno impulsiona a inovação e crescimento econômico, por outro lado o capitalismo sem controle promove a destruição do ambiente com a exploração de recursos de

maneira desenfreada e gera desigualdade social, e juntos, esses lados formam um sistema econômico, político e ecológico mundial. Levando isto em conta, uma característica primordial do Capitaloceno seria a divisão de responsabilidades. Em um planeta onde existem mais de 8 bilhões de pessoas, vivenciando diversos contextos econômicos, ambientais e sociais, é óbvio que haja uma diferenciação entre os grupos de pessoas que agredem o meio ambiente e o grau de agressão, pois não seria correto afirmar que todos são responsáveis igualmente pelas mudanças ambientais em curso.

Em consonância, Gaboardi e Nunes (2021) destacam que uma das ideias do Capitaloceno é abordar as injustiças sociais que o capitalismo sem controle exerce com a apropriação da natureza. Esse processo histórico pautado no desenvolvimento do capitalismo moldou a estrutura socioeconômica global de uma forma profunda e duradoura. Portanto, o debate em torno do Capitaloceno busca demonstrar que as discussões sobre as mudanças ambientais, aprofundadas desde as últimas décadas do século XX até os dias atuais, devem pontuar algumas colocações para situar a gênese, os grupos que mais influenciaram na intensificação desta dinâmica degradante do planeta e os grupos que mais sentem os danos destes desdobramentos ambientais (Barcelos, 2019)¹.

¹ É fato que o capitalismo é o sistema dominante no mundo pós-guerra fria, mas poder-se-ia questionar que o socialismo domina em países como China, Vietnã, Cuba, Coreia do Norte, e outros, onde a degradação ambiental ocorre assim como em países capitalistas. Destaca-se China, que se apresenta como a segunda maior economia do mundo, com projeção para ocupar o primeiro lugar já em 2028 (CNN Brasil, 2021, 2023). Entretanto, é necessário esclarecer que este rápido crescimento econômico que a China vem apresentando há vários anos, é reflexo do seu modelo de desenvolvimento industrial e econômico adotado no país a partir da segunda metade do século XX, conhecido como capitalismo de estado (Weins;

O filósofo britânico Timothy Morton (2013) não faz uma crítica direta a teoria do Capitaloceno, mas sua crítica implícita à dicotomia entre humanos e natureza oferece uma perspectiva importante sobre os limites da teoria do Capitaloceno. Ele argumenta que hiperobjetos – entidades massivas e difusas como as mudanças climáticas – desafiam a nossa capacidade de entendimento e exigem um novo modo de pensar que não seja como a teoria do Antropoceno com sua dicotomia humanos e natureza, ou mesmo, como o Capitaloceno, que se restringe ao capitalismo como agente causador da destruição ambiental.

Esta abordagem sugere que focar exclusivamente no capitalismo, como faz o Capitaloceno, pode não capturar a complexidade e a interconexão dos fenômenos ambientais. Em vez de isolar o capitalismo como o único motor das mudanças climáticas, Morton (2013) defende uma visão mais integrada que reconheça a interdependência entre todos os aspectos da ecologia e da crise ambiental. Dessa forma, a crítica deste autor sugere que o Capitaloceno pode ser limitado ao não considerar a natureza multifacetada da crise ambiental.

Por sua vez, o historiador indiano Dipesh Chakrabarty (2021) traz uma crítica mais direta ao conceito de Capitaloceno, argumentando que, mesmo que o Capitaloceno faça uma crítica válida sobre a responsabilidade do capitalismo na crise climática, esta teoria pode simplificar a complexidade das interações humanas com o meio ambiente. Para esse autor, a crise climática que vivenciamos atualmente

Ferreira; Feodrippe, 2020). Logo, a degradação ambiental não é pauta exclusiva de países com ideologia capitalista. Na visão de Ciseski (2012), mesmo socialista, a China abriu-se para o capital internacional, assumindo gradualmente uma posição central na economia mundial, transformando-se na “fábrica do mundo” para alcançar o seu crescimento econômico e esta ação a coloca dentro da discussão do Capitaloceno, mesmo sendo um país com ideologia socialista.

é resultado de uma rede complexa de ações humanas que vão além do capitalismo. A sua crítica ao Capitaloceno ressalta a necessidade de uma abordagem mais holística, que considere aspectos culturais, tecnológicos e sociais, além do sistema econômico. Ao enfatizar a interseccionalidade e a complexidade das responsabilidades envolvidas, a análise da crise a partir do Capitaloceno pode obscurecer outras dinâmicas importantes e que uma visão mais integrada é essencial para entender e enfrentar a crise climática de forma eficaz (Chakrabarty, 2021).

Em conclusão, a teoria do Capitaloceno apresenta uma crítica incisiva sobre a responsabilidade do capitalismo global como principal agente das transformações ambientais e mudanças climáticas, porém, esta teoria não está isenta de desafios e limitações que devem ser considerados. Enquanto fortalece a contribuição significativa do capitalismo para a crise ecológica, esta teoria pode simplificar a complexidade que é a teia de fatores que impulsionam as mudanças climáticas. Portanto, embora o conceito de Capitaloceno ofereça uma crítica necessária ao capitalismo, é fundamental aprimorá-lo com uma análise mais multifacetada para entender com mais clareza a crise ambiental.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ERA DO CAPITALOCENO

O debate ambiental é um assunto que ganha relevância na Era do Capitaloceno especialmente a partir da segunda metade do século XX, quando os questionamentos se acirraram sobre os rumos que tomou o processo de crescimento econômico às custas da degradação ambiental.

No quadro 1, Aragón (2019) resume os principais acontecimentos mundiais que moldaram o conceito de desenvolvimento sustentável, entre os quais destacamos os seguintes:

Quadro 1 – Principais acontecimentos que foram importantes para definir o conceito de desenvolvimento sustentável

Ano	Evento/Documento	Aspectos Relacionados ao Desenvolvimento Sustentável
1968	Criação do Clube de Roma	Organização de cientistas, empresários e políticos que questionaram o crescimento econômico ilimitado em um planeta de recursos ilimitados.
1972	Publicação de <i>Limits to Growth</i> pelo Clube de Roma	Alerta sobre os impactos do crescimento econômico na capacidade do planeta de sustentar recursos naturais e energéticos. Recomendações de controle demográfico e industrial.
1972	Conferência de Estocolmo sobre o meio ambiente humano	Conferência das Nações Unidas que revolucionou a ideia de meio ambiente, incorporando o ser humano como parte integrante e responsável pela sua preservação. Reconhecimento do direito ao meio ambiente equilibrado como um direito humano.
1973	Criação do Programa das Nações Unidas para o meio ambiente (PNUMA)	Criação de uma agência da ONU para coordenar ações de proteção ambiental, com sede em Nairobi, Quênia.
1973	Introdução do conceito de Ecodesenvolvimento por Maurice F. Strong e Ignacy Sachs	Desenvolvimento baseado nas potencialidades locais e culturais, com foco na participação comunitária e no equilíbrio ambiental.
1987	Relatório Brundtland (<i>Nosso Futuro Comum</i>)	Definiu desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades das atuais gerações sem comprometer as das futuras.
1992	Conferência Rio-92 (Cúpula da Terra)	Impulsionou o ideário do desenvolvimento sustentável para o âmbito global. Tornou-se referência em políticas ambientais e de desenvolvimento.
2004	Proposta de Ignacy Sachs sobre Desenvolvimento Sustentável	Desenvolvimento sustentável definido como aquele socialmente inclusivo, ambientalmente equilibrado e economicamente sustentável ao longo do tempo.

Fonte: Aragón (2019).

O desenvolvimento sustentável advoga, portanto, pelo uso racional e harmônico dos recursos naturais para atender as necessidades do presente sem comprometer que as gerações futuras atendam suas necessidades (Brundtland, 1991). Nesse sentido, um dos principais frutos da Conferência de Rio de Janeiro foi a aprovação da Agenda 21, assinada por 179 países no dia 14 de junho de 1992. Este documento pode ser entendido como um planejamento estratégico voltado para a criação de sociedades sustentáveis, integrando práticas de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica para auxiliar na gestão global necessária. Seu principal objetivo é promover um novo modelo de desenvolvimento em escala global. O nome “Agenda 21” reflete o desejo de transformar o modelo de desenvolvimento vigente para um que seja sustentável a partir do século XXI. Entretanto, esse compromisso não foi implementado em todos os países signatários, o que distancia muito os propósitos da ação concreta (Patriarcha-Graciolli, 2015).

Ainda na Rio 92, são criados alguns instrumentos para fortalecer o debate ambiental: a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) e a Convenção de Combate à Diversificação. Esses instrumentos foram fundamentais para definir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), em 2000, com vigência até 2015 (Brasil, 2024).

Próximo ao fim do período dos ODM, a Conferência Rio +20, realizada em 2012, buscou fortalecer o caminho percorrido no debate ambiental desde a Rio 92, resultando no estabelecimento dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), oficializados pela ONU em 2015, com metas a serem cumpridas até 2030. Os ODS fazem “um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente

e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade” (ONU, 2024).

Contudo, no contexto do Capitaloceno, os ODS enfrentam desafios consideráveis para a sua implementação, como por exemplo: superar o modelo econômico em vigência gerador de desigualdades sociais e econômicas, caracterizado pela produção e consumo baseados em combustíveis fósseis; e a governança, regida, na maioria de países, por interesses de grandes corporações, não sempre alinhados com os ODS.

Outra forma que os países definiram para debater, aplicar e fiscalizar suas ações diante da problemática ambiental é a Conferência das Partes (COP). Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA) a COP é o principal órgão da UNFCCC e reúne anualmente países signatários em conferências globais. As decisões da COP, que são tomadas de forma coletiva e consensual, requerem a unanimidade das Partes e são soberanas, aplicando-se a todos os países signatários. Seu propósito é revisar regularmente e tomar as medidas necessárias para assegurar a efetiva execução da Convenção e de quaisquer instrumentos legais adotados na COP (MMA, 2024a).

Desde 1995 já foram realizadas 28 Conferências das Partes em vários países e em todos os continentes, sendo a de 2024 a realizar-se no Azerbaijão e a de 2025 no Brasil (Figura 1).

Figura 1 – Países Sede das Conferências das Partes (COP) – (1995-2025)



Fonte: Elaboração própria na base da FAS (2023).

Os acontecimentos e conquistas obtidos nestes quase 30 anos de realização das Conferências das Partes têm sido fundamentais para a luta contra o aquecimento global. Com base nos estudos da Fundação Amazônia Sustentável (FAS), desde a COP 1 em Berlim (1995), que iniciou as negociações para a redução de emissões de gases de efeito estufa, passando pela adoção do Protocolo de Kyoto na COP 3 (1997) (Agência Senado, 2024), até a COP 21 em Paris (2015), que resultou no Acordo de Paris (MMA, 2024b), envolvendo quase todos os países em

um esforço conjunto, tem se conseguido acordos essenciais referentes à redução da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Outras COPs notáveis incluem a COP 13, em Bali (2007), que abordou a redução de emissões por desmatamento, e a COP 16, em Cancún (2010), que estabeleceu o Fundo Verde do Clima (PNUMA, 2024). A COP 26, em Glasgow (2021), continuou os esforços para implementar e fortalecer os compromissos do Acordo de Paris, evidenciando a importância da ação coletiva e o financiamento climático para apoiar os países em desenvolvimento (FAS, 2023).

A COP 30 será realizada pela primeira vez no Brasil, em uma cidade amazônica: Belém do Pará, em novembro de 2025. O governo brasileiro defendeu Belém como sede da COP 30, argumentando que a floresta amazônica era vista pelo mundo como uma importante área para o equilíbrio do planeta, e que era necessário mostrar sua realidade. Por colocar a Amazônia no centro do debate, esta Conferência já é intitulada como a “COP da Floresta”, produzindo enormes expectativas no sentido de gerar acordos sobre o destino a ser dado a floresta amazônica.

Não obstante, embora as conferências mundiais como Estocolmo 72, Rio 92, Rio +20, a Conferência das Partes (COP) e outras, sejam cruciais para fomentar o debate ambiental e promover ideias inovadoras, muitas vezes são criticadas por resultarem mais em discussões teóricas do que em ações concretas. A falta de compromissos vinculantes, a influência de interesses econômicos e políticos, e a complexidade dos problemas ambientais contribuem para essa percepção. Países como os EUA e a China são frequentemente vistos como resistentes a mudanças significativas nas taxas de redução de gases de efeito estufa, devido à prioridade dada ao crescimento econômico e à segurança energética, além da influência e resistência de grandes corporações (Miguez, 2011).

Em consonância a isto, Patriacha-Gracioli (2015) destaca que a definição de prazos e metas durante essas reuniões é essencial para possibilitar a avaliação dos avanços alcançados. A ausência de vontade política é um fator determinante para a lentidão no progresso da implementação de medidas preventivas relacionadas aos problemas ambientais e sociais. Lago (2013) enfatiza a dificuldade de tratar a questão ambiental no âmbito internacional, pois grande parte da sociedade não percebe os resultados, devido ao fato das negociações serem vistas mais como um “tritador de ideias progressistas” do que um mecanismo de fortalecimento da democracia no que tange a questão ambiental.

No entanto, é importante reconhecer que essas conferências servem como plataformas essenciais para mobilizar ações globais e estabelecer agendas ambientais. Elas permitem a troca de conhecimento e a construção de consensos internacionais, apesar das dificuldades em transformar compromissos em ações práticas. O desafio reside em converter as discussões em medidas concretas, exigindo cooperação internacional, vontade política e uma abordagem integrada que equilibre desenvolvimento econômico, justiça social e preservação ambiental.

A guisa de contribuição para o debate é crucial definir com mais clareza os conceitos chave de desenvolvimento, crescimento econômico e progresso para o refinamento do conceito de desenvolvimento sustentável. Primeiramente, a distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento demonstra que o aumento de produção e renda – o que representa o primeiro conceito – não é o suficiente para garantir o bem-estar da população. Como apontam Bresser-Pereira (2014) e Oliveira (2016), o crescimento econômico pode levar a degradação ambiental e à injustiça social se não for acompanhado por políticas que promovam a sustentabilidade e a equidade. Essa compreensão confirma

a necessidade de pensar um desenvolvimento sustentável que equilibre aspectos econômicos com a proteção do meio ambiente e a igualdade de condições para a sociedade como um todo.

Em segundo lugar, o conceito de progresso humano, que abrange a conquista de direitos civis, políticos, sociais e ambientais, conforme descrito por Bresser-Pereira (2014), amplia o entendimento de desenvolvimento sustentável ao incluir a necessidade de garantir liberdades básicas e justiça social como parte integrante do desenvolvimento. Isso implica que o progresso não deve ser medido apenas por indicadores econômicos, mas também por melhorias na qualidade de vida e equidade social.

Numa outra visão de progresso a partir de uma perspectiva amazônica, Mello (2015) argumenta que pode até haver crescimento econômico e modernização do território, porém, se não existir investimentos em conhecimento científico e este por sua vez não orientar cadeias produtivas para gerar e agregar valor, os recursos naturais não serão capazes de gerar riquezas suficientes para uma transformação social na Amazônia. Ou seja, as dimensões ambientais e sociais que fazem parte do desenvolvimento sustentável serão negligenciadas, concentrando suas energias na dimensão econômica. “Sem a solução desta equação, não haverá desenvolvimento socioeconômico autossustentado, nem progresso humano para todos. Sem o conhecimento aplicado, na escala necessária, reproduzir-se-á o atraso e a exclusão” (Mello, 2015, p. 100).

Por fim, esse entendimento multidimensional do desenvolvimento é fundamental para alcançar um desenvolvimento que seja inclusivo e equilibrado, promovendo justiça socioambiental. No entanto, no Capitaloceno, era onde predominam os interesses do capital internacional através de ações de grandes corporações globais, sem

controles efetivos, enfrentam-se obstáculos enormes para atingir o ideário de um desenvolvimento sustentável. Um exemplo emblemático nesse sentido é Barcarena, no Pará, onde o acelerado crescimento econômico, impulsionado pela lógica do capitalismo global, trouxe consigo complexas consequências socioambientais para essa região, colocando em xeque o modo de vida das comunidades locais e, também, comprometendo às necessidades das futuras gerações.

BARCARENA: INDUSTRIALIZAÇÃO, EXPANSÃO ECONÔMICA E CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS

A cidade de Barcarena-PA tornou-se um grande polo de crescimento econômico na Amazônia, devido à instalação da indústria da mineração – mais especificamente do alumínio – através do projeto Albrás/Alunorte e portos para escoamento de commodities visando o mercado internacional. Esse projeto para a cidade de Barcarena se chamou de Companhia de Desenvolvimento de Barcarena, e fez parte das intervenções que o governo militar realizou na região amazônica a partir da segunda metade da década de 1960.

Desde o início do século XX, o município entrou em um período de queda econômica. Somente a partir da década de 1970, um novo ciclo econômico teve início. Isso ocorreu devido à crise energética global e as propostas de desenvolvimento elaboradas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Nessa fase, também ocorreu o auge da ideia da industrialização como forma de impulsionar o crescimento econômico. Devido à sua localização geográfica estratégica, Barcarena foi selecionada para abrigar GPs de produção de alumínio e diversos outros empreendimentos industriais (Nahum, 2006).

Segundo Patrício (2019) para transformar um município que até então era predominantemente rural, foi necessário planejar toda a infraestrutura desde portos e fábricas, até um núcleo urbano moderno direcionado para os familiares dos trabalhadores fabris, além de outros núcleos urbanos para famílias deslocadas dos empreendimentos e de migrantes que vieram de outros municípios do Pará e de estados brasileiros.

De acordo com estudos realizados pelo Ministério Público do Pará (MPPA, 2016), a escolha de Barcarena foi influenciada por vários fatores, destacando a capacidade do município em acomodar a navegação de embarcações de grande porte e a disponibilidade das duas matérias-primas fundamentais para a produção de alumínio: a bauxita, cuja existência nas margens do rio Trombetas, em Oriximiná, já era conhecida pelo menos desde 1963 e a energia elétrica, viabilizada pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT). O projeto dessa usina teve início também na década de 60, com sua operação efetiva começando duas décadas depois. Nesse sentido, Pinto (1982) argumenta que, a instalação UHT tinha como objetivo, fornecer condições para a industrialização da Amazônia, garantindo energia para empreendimentos se instalem na região.

Além disso, a localização de Barcarena na foz do rio Amazonas e sua posição estratégica em relação aos principais centros do comércio internacional foram fatores determinantes para a construção do complexo logístico e do sistema de transporte, especialmente no Porto de Vila do Conde (Patrício, 2019).

Portanto, a infraestrutura direcionada para a Amazônia estimulou diversos projetos de industrialização da região. Contudo, o objetivo do governo brasileiro não era investir sozinho nessa empreitada colossal na

maior floresta tropical do mundo. Toda a instalação de infraestrutura e benefícios fiscais visavam atrair apoio do grande capital internacional. No caso da Albrás/Alunorte o parceiro do governo brasileiro, um consórcio japonês, iria entrar com a menor quantidade do valor investido, como destaca Pinto (1982):

Quando o custo total do empreendimento estava estabelecido em US\$ 1,4 bilhão, os sócios brasileiros teriam que entrar com US\$ 760 milhões. Mas, de sua cota, o consórcio japonês só aplicaria, como capital de risco, US\$ 190 milhões, sendo o restante US\$ 450 milhões financiados por um grupo de bancos e agências governamentais japonesas. Embora esse empréstimo seja feito a juros inferiores aos do mercado internacional, “o governo brasileiro vai assumir todo compromisso financeiro de 100% do financiamento, avaliando mesmo o financiamento correspondente à parte japonesa”, segundo o estudo feito pelo geólogo Paulo César de Sá para a Companhia Vale do Rio Doce (Pinto, 1982, p. 80).

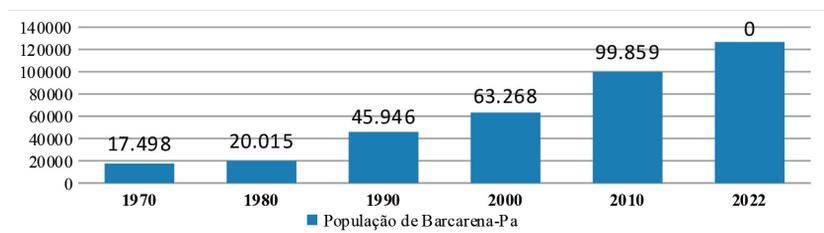
O complexo industrial em Barcarena começa a operar em 1985 com a Albrás e em 1995 com a Alunorte, gerando bons resultados econômicos. Baseado na visão desenvolvimentista, a Amazônia enfim deixava de ser uma área de reserva para ser um grande salão de negócios nacionais e internacionais. Antes das intervenções do governo brasileiro, a balança comercial da região girava em torno de US\$ 200 milhões, após as modificações das estruturas produtivas, a Amazônia contabilizava em torno de US\$ 3 bilhões, um crescimento que nenhuma outra região brasileira experimentou (Pinto, 1994).

Portanto, a Amazônia consolidou a participação do capital internacional na transformação econômica, social e ambiental da região, e a cidade de “Barcarena é um dos territórios com mineração que ajudam a conectar o Pará em escala internacional a partir da transformação da

bauxita” (Lima; Ferreira, 2018, p. 25). Os empreendimentos de mineração alojados em seu território reconfiguraram completamente sua economia e vida comunitária. Durante o período de 1983-1989, aproximadamente 14,5 mil postos de trabalho surgiram devido às atividades de construção civil relacionadas às empresas instaladas na região, iniciando-se o processo de metamorfose do município (Machado; Silva; Lira, 2019).

É importante destacar que a instalação do complexo mineral e dos portos, atraíram outros empreendimentos para o município e geraram várias oportunidades de emprego, promovendo assim, melhorias na economia local até os dias de hoje. Com uma economia mais dinâmica e inserida na lógica do capital internacional, a cidade de Barcarena começa ser um polo de atração populacional na região. A Figura 2 destaca o crescimento populacional do município, no período de 1970 a 2022. Nota-se um crescimento considerável a partir do momento que entra em funcionamento a Albrás, o primeiro GP da cidade. Houve, no período, um aumento populacional de mais 229%, chegando ao censo de 2022 com um total de 126.650 pessoas. De acordo com Machado, Silva e Lira (2019) o município recebeu durante esse período pessoas de outros estados brasileiros e do exterior.

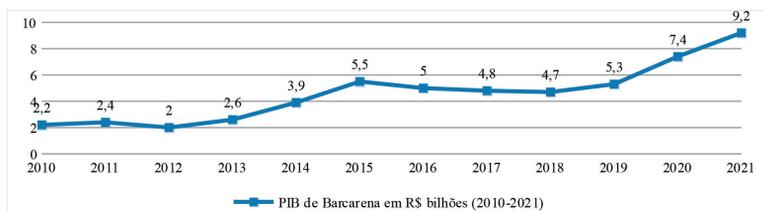
Figura 2 – Crescimento populacional do município de Barcarena-Pa (1970-2022)



Fonte: IBGE (2022).

Um dos indicadores utilizados para revelar como anda a economia de um lugar é o Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, “a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano” (IBGE, 2023, n.p.). A Figura 3 representa o PIB do município de Barcarena no período de 2010-2021. Percebe-se que o município vivencia uma fase econômica estável, com tendência ascendente.

Figura 3 – PIB do município de Barcarena (2010-2021)



Fonte: IBGE (2021)

Em comparação ao PIB do estado do Pará (R\$ 262,9 bilhões) e o PIB per capita (R\$ 29.835,48), o município apresenta excelentes números, figurando sempre entre os maiores do estado. A tabela 1 revela que o município de Barcarena se apresenta como o quinto maior PIB e o sexto maior PIB per capita do estado do Pará no ano de 2021. No cenário nacional, segundo Machado, Silva e Lira (2019), em 2010, o PIB per capita de Barcarena ocupava a 610ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros (R\$ 22.316,13), subindo em 2021 para a 438ª (R\$ 71.473,92), segundo dados do IBGE (2021).

Tabela 1 – Municípios paraenses com os maiores PIB (2021)

PIB		PIB per capita	
Municípios	Valor (R\$ bi)	Municípios	Valor (R\$)
1. Parauapebas	49,7	1. Canaã dos Carajás	894.806,28
2. Canaã dos Carajás	34,9	2. Vitória do Xingu	274.351,28
3. Belém	33,4	3. Parauapebas	227.449,71
4. Marabá	13,5	4. Curionópolis	206.447,92
5. Barcarena	9,2	5. Jacareacanga	90.011,45
6. Ananindeua	8,9	6. Barcarena	71.473,92
7. Santarém	6,3	7. Santa Maria das Barreiras	48.149,75
8. Tucuruí	5,3	8. Tucuruí	48.149,75
9. Castanhal	4,7	9. Marabá	47.010,21
10. Paragominas	4,2	10. Bannach	39.829,41

Fonte: IBGE (2021).

Outro indicador nesta análise é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que incorpora a longevidade, a educação e a renda (PNUD, 2024). Conforme a tabela 2, o município de Barcarena ficou no décimo quarto lugar (IDH: 0,662) entre os 144 municípios do estado do Pará, superando o IDH do Pará que registrou no mesmo ano 0,646 (Atlas Brasil, 2010).

Tabela 2 – Municípios paraenses com os maiores IDHM (2010)

Municípios	IDHM	Municípios	IDHM
1. Belém	0,746	8. Canaã dos Carajás	0,673
2. Ananindeua	0,718	9. Redenção	0,672
3. Parauapebas	0,715	10. Marabá	0,668
4. Santarém	0,691	11. Tucuruí	0,666
5. Marituba	0,676	12. Altamira	0,665
6. Castanhal	0,673	13. Benevides	0,665
7. Novo Progresso	0,673	14. Barcarena	0,662

Fonte: Atlas Brasil (2010).

Desse modo o crescimento populacional, o PIB, o PIB per capita e o IDHM, demonstram que a partir da industrialização com a economia mineral e portuária, o município de Barcarena passa por uma etapa de crescimento econômico e revelam sua importância no cenário regional, nacional e internacional. Entretanto, embora existam bons indicadores de crescimento e modernização é importante considerar as consequências ambientais e sociais que acompanham tal processo. Em lado oposto – mas não separado – do crescimento econômico, existe a degradação ambiental e a desigualdade social. Enquanto Barcarena se transformou em um grande polo industrial e econômico da Amazônia, a expansão dessas atividades impactou negativamente a população mais vulnerável.

A forma como o grande capital mundial – na figura das multinacionais – extrai os recursos naturais do município de Barcarena, pode ser identificada, conforme Harvey (2011), como “acumulação por despossessão”, ou seja, o acúmulo de capital por meios violentos:

Como de costume, assume uma variedade infinita de formas em diferentes lugares e épocas. A lista dos destituídos e despossuídos é tão imponente como longa. Inclui todas as populações camponesas e indígenas expulsas da terra, privadas de acesso a seus recursos naturais e modos de vida por meios ilegais e legais (ou seja, sancionados pelo Estado), coloniais, neocoloniais e neoimperialistas, e forçosamente integradas ao mercado comercial (em oposição ao escambo e outras formas costumeiras de troca) pela monetização e tributação violenta. A conversão dos direitos de bem comum em direitos de propriedade privada da terra conclui o processo. A terra se transforma em mercadoria (Harvey, 2011, p. 197).

Em Barcarena, a acumulação por despossessão é praticada pelas empresas que se apropriam de vastos recursos naturais do município,

que são transformados gerando lucros para diversos países, a exemplo da maior usina de tratamento de bauxita do mundo, a Alumina do Norte do Brasil (Hydro Alunorte) (Nascimento; Silva, 2021). É uma empresa norueguesa, que no seu país, onde os índices de desenvolvimento humano e ambiental estão entre os mais elevados do mundo, sendo referência na preocupação com o meio ambiente, mas que em solo amazônico, tem provocado danos ambientais e sociais. Análises laboratoriais têm registrado a presença de metais pesados em níveis prejudiciais à saúde humana entre moradores de Barcarena vivendo próximo dos empreendimentos industriais, incluindo alumínio, chumbo, cromo e níquel (Neto, 2021). E de acordo com Neves e Couto (2022) pessoas das comunidades próximas a esses empreendimentos destacam que as mudanças socioambientais produzidas pelas mineradoras alteraram o modo de vida das comunidades tradicionais, de sua cultura, tradições e práticas sociais. Em suma, ainda que pesquisas mais aprofundadas sejam necessárias, é possível afirmar que as atividades mineradoras impactaram positivamente a economia local, mas também desencadearam impactos ambientais negativos e profundas mudanças nas vidas e culturas do município de Barcarena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência do capital internacional e das grandes corporações na Amazônia é complexa e multifacetada. Se por um lado, elas contribuem para o crescimento e modernização da economia e infraestrutura local, por outro, os prejuízos ambientais e sociais resultantes desses processos são perceptíveis. Não se pode negar que esses empreendimentos industriais, especialmente a mineração, geram ganhos econômicos

significativos para o município de Barcarena, dotando ao município de grande capacidade econômica em nível regional, convertendo-o em um centro industrial e portuário de referência na Amazônia. Porém, esse crescimento econômico não é homogêneo, e muitas vezes agrava desigualdades sociais e provoca degradação ambiental significativa.

As Conferências das Partes (COP) buscam impulsionar uma mudança de postura dos países em relação à preservação do meio ambiente. Isso é essencial para a Amazônia, para o Pará e para a cidade de Barcarena, que devem buscar alternativas que visem um equilíbrio entre o crescimento econômico, a preservação ambiental e o bem-estar social, garantindo às comunidades locais sua participação nos processos de decisão e nos benefícios que esses empreendimentos geram para a região. A implementação rigorosa de políticas ambientais e o fortalecimento das comunidades locais são passos cruciais para mitigar os impactos negativos que o Capitaloceno traz para a Amazônia, através das grandes corporações, e superar o que alguns convencionaram em denominar a ameaça da “maldição da abundância”, ou seja,

[...] os riscos que correm os países pobres onde se descobrem recursos naturais objeto da cobiça internacional. A promessa de abundância é tão convincente que passa a condicionar o padrão de desenvolvimento. Eis os riscos: crescimento do PIB em vez de desenvolvimento social; corrupção generalizada da classe política; aumento em vez de redução da pobreza; polarização crescente entre uma pequena minoria super-rica e uma imensa maioria de indigentes; destruição ambiental e sacrifícios incontáveis às populações onde se encontram os recursos em nome de um “progresso” que estas nunca conhecerão; criação de uma cultura consumista que é praticada apenas por uma pequena minoria urbana, mas imposta como ideologia a toda a sociedade. Em suma, os riscos são que, no final do ciclo da orgia dos recursos, o país esteja mais pobre que no seu início (Santos, 2012, p. 24).

Nesse sentido, o Capitaloceno permite fazer uma analogia com a denominada “maldição da abundância” citada por Santos (2012), onde números são importantes, mas nem sempre revelam toda a realidade. Na teoria, a prosperidade apresenta-se como uma vantagem para todos, porém, na prática, a exploração da abundância natural existente na Amazônia, conforme a lógica do mercado global, sem maiores controles, resulta na destruição do meio ambiente, o agravamento da pobreza e a profunda modificação do modo de vida das comunidades locais.

O desafio do presente é, por conseguinte, encontrar alternativas que envolvam o desenvolvimento com a preservação, alinhadas às principais agendas ambientais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o atual contexto de mudança climática. É válido frisar, que para alcançar isso na Amazônia, é necessário esforços para envolver ao longo de todo o processo de formulação de políticas de desenvolvimento para a região, a participação efetiva das comunidades locais, tendo como principal objetivo a distribuição mais justa e sustentável dos benefícios gerados pelo capitalismo. Dessa forma, as Conferências das Partes (COP) e outras iniciativas globais são fundamentais para repensar o processo de desenvolvimento e os limites do planeta.

Para encerrar, fica uma reflexão, será que a Amazônia terá o mesmo destino que outras áreas afetadas pela exploração intensa de recursos naturais (Mariana-MG, Brumadinho-MG, Maceió-AL, entre outras)? Será que a lógica do capital seguida por Barcarena e outras cidades amazônicas com empreendimento semelhantes, levará a região para uma crise irreversível? Ou ainda haverá tempo para construir um modelo de desenvolvimento que valorize a preservação ambiental e o bem estar das populações da região?

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Protocolo de Kyoto**. Brasília: Senado Federal, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/protocolo-de-kyoto>. Acesso em: 18 jul. 24.

ARAGÓN, L. E. NAEA 45 anos: uma utopia criadora. **Papers do NAEA**, vol. 28, n. 1(401), p. 1-39, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/7576/5702>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ARÁOZ, H. M. Sobre la naturaleza realmente existente, la entidad “América” y los orígenes del Capitaloceno: Dilemas y desafíos de especie. **Actual Marx/Intervenciones**, n. 20, p. 205-230, 2016. Disponível em: <http://www.ecologiapoliticadelsur.com.ar/uploads/filemanager/America%20y%20los%20or%C3%ADgenes%20del%20Capitaloceno%20Machado%20A.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ATLAS BRASIL. **Atlas de Desenvolvimento Humano Brasil**, 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>. Acesso em: 04 abr. 2024.

BARCELOS, E. Antropoceno ou Capitaloceno: Da simples disputa semântica à interpretação histórica da crise ecológica global. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, vol. 31, n. 1, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://redibec.org/ojs/index.php/revibec/article/view/356>. Acesso em: 02 maio 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Rio 92**. 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/sites-tematicos/rio20/eco-92>. Acesso em: 31 out. 2024.

BRESSER-PEREIRA, L. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, n. 93, p. 33-60, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/Qn76SFwhyHVMmJjBjRBX7ny/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRUNDTLAND, G. **Nosso Futuro Comum**. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CHAKRABARTY, D. **The climate of history in a planetary age**. Chicago: The University of Chicago Press, 2021.

CISESKI, P. China: milagre econômico e desafios pós-crise financeira internacional. **IPEA - Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 10, p. 71-87, 2012. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4553/1/BEPI_n10_china.pdf. Acesso em 17 jul. 24.

CNN BRASIL. China deve superar os EUA como maior economia do mundo em 2027, diz JP Morgan. **CNN Brasil**. 03 abr. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/financas/china-deve-superar-os-eua-como-maior-economia-do-mundo-em-2027-diz-jp-morgan/>. Acesso em: 19 jul. 24.

CNN BRASIL. FMI lista as 20 maiores economias do mundo em 2023. **CNN Brasil**. 18 dez. 2023 Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/fmi-lista-as-20-maiores-economias-do-mundo-em-2023-veja-posicao-do-brasil/>. Acesso em: 19 jul. 24.

COLTRO, F.; BORINELLI, B. Antropoceno e Capitaloceno: Novas perspectivas, velhos combates. In: COSTA, R; BORINELLI, B. (org.). **Estado e sustentabilidade: múltiplas e contestadas faces**. Palhoça: Editora Unisul, 2020, p. 157-176. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/3e142f21-f54a-4f9d-82fa-aae909772e4c>. Acesso em: 15 de maio de 2024.

FAS. O caminho até Dubai: confirma o histórico de COPs desde 1995.

Manaus: FAS, 2023. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/blog-da-fas/2023/11/17/o-caminho-ate-dubai-confira-o-historico-de-cop-desde-1995/2023>. Acesso em: 18 jul. 24.

GABOARDI, S.; NUNES, L. Antropoceno, Capitaloceno e Lixoceno: diferentes abordagens sobre a relação sociedade-natureza. **Revista GEOMAE**, v. 12, n. 1, p. 49-65, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/geomae/article/view/5838>. Acesso em: 15 de maio de 2024.

HARVEY, D. O enigma do capital e as crises do capitalismo.

Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

IBGE. Estatísticas do PIB dos municípios. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>. Acesso em: 15 de jun. de 2024.

IBGE. População dos municípios de acordo com o censo 2022. 25 dez. 2022. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=35938>. Acesso em: 15 de jun. de 2024.

IBGE. Produto Interno Bruto (PIB). 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 15 de jun. de 2024.

LAGO, A. Conferências de desenvolvimento sustentável. Brasília: FUNAG, 2013.

LATOUR, B. Agency at the Time of the Anthropocene. **New Literary History**, vol. 45, n. 1, p. 1-18, 2014. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24542578>. Acesso em: 31 out. 2024.

LATOURE, B. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no antropoceno**. São Paulo/Rio de Janeiro: Ubu Editora/Ateliê de Humanidade Editorial, 2020.

LIMA, J.; FERREIRA, J. **Gestão do território e impactos socioambientais na Amazônia Paraense**. 1. ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2018.

MACHADO, B.; SILVA, H.; LIRA, J. Migração e Desenvolvimento: Uma análise do município de Barcarena-PA. **Novos Cadernos NAEA**. vol. 22, n. 3, p. 177-198, set-dez 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/6497>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MELLO, A. Dilemas e desafios do desenvolvimento da Amazônia: o caso brasileiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 107, p. 91-108, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.6025>. Acesso em 18 jul. 2024.

MIGUEZ, J. O Protocolo de Quioto no âmbito da atual negociação do regime internacional sobre mudança do clima. In: MOTTA, R. et al. (org.). **Mudança do clima no Brasil: aspectos econômicos, sociais e regulatórios**. Brasília: IPEA, 2011, p. 363-376. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3162>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MMA. **Conferências das Partes - COP**. Brasília: MMA, 2024a. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/biodiversidade/conven%C3%A7%C3%A3o-da-diversidade-biol%C3%B3gica/conferencia-das-partes.html>. Acesso em 18 jul. 24.

MMA. **Acordo de Paris**. Brasília: MMA, 2024b. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris.html>. Acesso em: 18 jul. 24.

MOORE, J. El auge de la ecología-mundo capitalista (I): las fronteras mercantiles en el auge y decadencia de la apropiación máxima. **Revista Laberinto**, n. 38, p. 9-26, 2013. Disponível em: https://jasonwmoore.com/wp-content/uploads/2017/08/Moore-El_Auge_de_la_ecologia-mundo_capitalista_Part_I_Laberinto_2013.pdf. Acesso em 10 abr. 2024.

MOORE, J. The Capitalocene Part I: On the Nature & Origins of Our Ecological Crisis. **Journal of Peasant Studies**, n. 44, p. 594-630, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2016.1235036>. Acesso em 15 de maio de 2024.

MORTON, T. **Hyperobjects: Philosophy and Ecology after the End of the World**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2013.

MPPA. **Do surgimento do distrito industrial de Barcarena**. Ministério Público Federal. Ref. Inquérito Civil Público nº 1.23.000.000661/2015-70. Belém: MPPA, 21 out. 2016. 52 p.

NAHUM, J. **O uso do território em Barcarena: modernização e ações políticas conservadoras**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

NASCIMENTO, P.; SILVA, H. Saúde ambiental e impactos da mineração em Barcarena, Pará, Brasil: o caso da comunidade Bom Futuro. In: MIRANDA, A. (org.). **Pesquisa em saúde e ambiente na Amazônia: perspectivas para a sustentabilidade humana e ambiental na região**. Guarujá: Científica Digital, 2021, p. 96-115. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/210504445.pdf>. Acesso em 22 abr. 2024.

NETO, C. Barcarena, uma Chernobyl na Amazônia. **Amazônia Real**. Manaus, 16 dez. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/especiais/barcarena-chernobyl-na-amazonia/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

NEVES, C.; COUTO, A. Mineração e Saúde Ambiental: uma análise sobre os impactos socioambientais na comunidade Bom Futuro em Barcarena-PA. Congresso Nacional de Pesquisa e Ensino em Ciências, 7, 2022, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/86989>. Acesso em: 15 de jun. de 2024.

OLIVEIRA, M. Crescimento e Progresso. **Portal EcoDebate**. 28 abr. 2016. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2016/04/28/crescimento-e-progresso-artigo-de-marcus-eduardo-de-oliveira/>. Acesso em: 10 jul. 24.

ONU. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 08 jul. 24.

PATRIARCHA-GRACIOLLI, S. Acordos mundiais estabelecidos na RIO-92: uma reflexão do panorama atual. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 69-81, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/1885/1283>. Acesso em: 15 jul. 2024.

PATRÍCIO, J. **Planos de desenvolvimento e desigualdade de transporte em Barcarena**. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

PEREIRA, A.; JUNIOR, V. Crescimento e desenvolvimento: revisão e discussão. **Revista da FAE**, v. 24, n. 1, p. 1-32, 2021. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/730>. Acesso em: 11 jul. 2024.

PINTO, L. **Carajás, o ataque ao coração da Amazônia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

PINTO, L. A Amazônia entre estruturas desfavoráveis. In: D'INCAO, M.; DA SILVEIRA, I. (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, p. 111-118.

PNUD. **O que é o IDHM**. 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-e-o-idhm>. Acesso em: 15 de jun. de 2024.

PNUMA. **Fundo Verde para o Clima**. Nairóbi: PNUMA, 2024. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/sobre-o-pnuma/financiamento-e-parcerias/parceiros-de-financiamento/fundo-verde-para-o-clima>. Acesso em: 18 jul. 24.

SANTOS, B. Moçambique: a maldição da abundância? **Visão**, 26 jul. 2012. Disponível em: https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Mo%C3%A7ambique%20Maldi%C3%A7%C3%A3o%20da%20Abund%C3%A2ncia_26July12.pdf. Acesso em: 27 jul. 2024.

WEINS, N.; FERREIRA, L.; FEODRIPPE, R. O papel da “civilização ecológica” chinesa na nova ordem ambiental internacional: ideias para um mundo pós-COVID. **Revista Geosul**, vol. 35, n.77, p. 504-530, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/77482/44754>. Acesso em: 15 jul. 2024.

“Entre diásporas e cercamento do território”.

Estratégias de uso do território e da biodiversidade entre os Arara (Karib)¹

INTRODUÇÃO

As áreas protegidas (APs) são espaços territoriais especialmente reservados como ferramenta para a conservação da natureza e para a salvaguarda de direitos territoriais de determinados grupos sociais. De forma geral, nestes espaços existem restrições para o uso da terra e dos recursos naturais. Tais restrições, de certa forma, têm sido uma estratégia para impedir o avanço desenfreado da ocupação

¹ Esse texto baseia-se em tese de doutorado de Diego Fernando Builes Puertas orientada pelo professor Ricardo Theophilo Folhes. A tese intitulada “*Tjinam ydubry gap pom mo* (Nosso território com morro grande): histórias, memória coletiva e percepções sobre o uso do território e da biodiversidade entre os Arara (Karib) da TI Cachoeira Seca”, elaborado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Diego Fernando Builes Puertas

Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Nacional de Colômbia, Campus Medellín (2001) e mestrado em Estudios Amazônicos - Universidade Nacional de Colômbia - Campus Amazônia (2007). Doutor pelo NAEA/UFPA. Tem experiência na área de ecossistemas amazônicos, com ênfase em fauna cinegética, atuando principalmente nos seguintes temas: Ecossistemas Amazônicos, uso do habitat por ungulados, Estratégias de manejo e conservação com comunidades indígenas e tradicionais na Amazônia.

Ricardo Theophilo Folhes

Doutor em Geografia pelo Instituto de Altos Estudos da América Latina, Universidade Paris 3 Sorbonne Nouvelle (2016), em cotutela com o Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pós-doutorado no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UFPA e no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da UnB. Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará, atuando no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos / NAEA / UFPA. Coordenador do Programa de Pós-Graduação Lato sensu do NAEA (UFPA). Atua com pesquisas em desenvolvimento rural, agrobiodiversidade, dinâmica agrária e fundiária.

da terra e a exploração predatória dos recursos da biodiversidade. A ideia de proteger a natureza dos impactos desse dragão predatório, foi se desenvolvendo e madurecendo até a atualidade. De acordo com Bensusan (2006), em meados do século XIX, se começaram a definir espaços nos quais reservar algumas paisagens naturais, que quedassem protegidos do avanço transformador e modernizador da humanidade. Segundo a autora, pelo menos duas intenções básicas embasariam essas ações: preservação de lugares sagrados e manutenção de estoque de recursos naturais (Bensusan, 2006, p. 12).

O Brasil sentiu esse avanço transformador e modernizador com o nascimento da República em 1891. Segundo De-Figueiredo (2013), o momento político precisava de uma renovação de pensamentos e de métodos, baseados principalmente nas ideias positivistas de progresso e modernidade, ancoradas ao desenvolvimento econômico, a partir dos projetos de integração e de colonização de todo o território nacional. Nessa lógica, se iniciou a construção de infraestrutura para a extensão dos meios de transporte e comunicação, que garantissem aumentar a produtividade industrial e agropecuária (De-Figueiredo, 2013; Milanez, 2015). A implementação do meio de comunicação baseado na tecnologia do telégrafo, fez parte dessa infraestrutura. No entanto, durante o trabalho das Comissões Telegráficas, se apresentaram diversos conflitos com muitos dos povos indígenas que ocupavam os territórios da América do Sul desde vários milênios (Heckenberger *et al.*, 2003; Urban, 2002; Francheto, 2011).

Assim, pela necessidade de administrar os conflitos da expansão desenvolvimentista das Comissões Telegráficas, relacionados com a especulação e a grilagem de terras associadas às populações indígenas, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) em 1910, que posteriormente

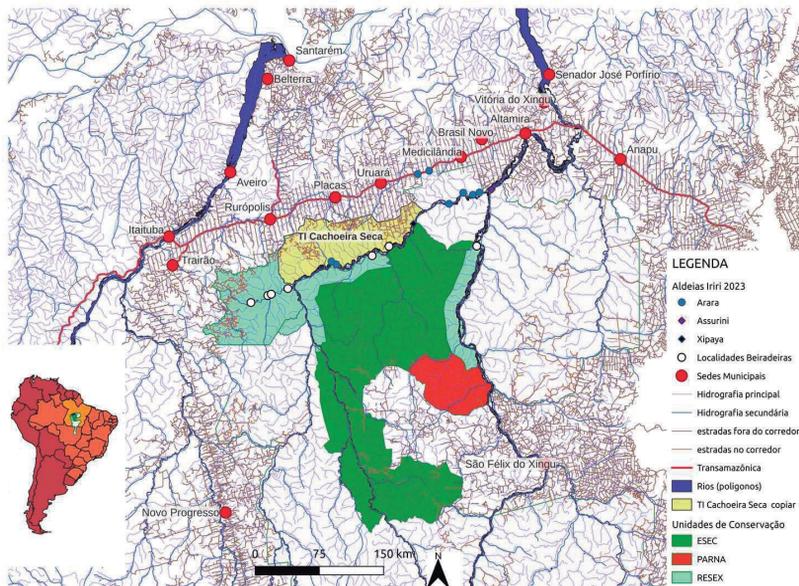
se transformou em Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1918 (Brasil, 1910; Milanez, 2015). Nesse contexto, as atuais Terras Indígenas (TIs) no Brasil, configuram-se como importantes espaços protegidos, com o que se começou a enfrentar o avanço da especulação fundiária e a grilagem de terras, associadas aos projetos de colonização e desenvolvimento econômico, oficiais e particulares. O caso da TI Cachoeira Seca, não se desmarca dessa situação, mostrando como a implementação dos planos oficiais de colonização e desenvolvimento, da década de 1960, ficaram sobrepostos ao território ocupado pelos grupos indígenas Arara (Karib), no interflúvio de terra firme entre os rios Tapajós, Amazonas, Iriri e Xingu.

Por outra parte, estudos realizados em TIs e em unidades de conservação (UCs) nas que se permite a ocupação de populações tradicionais, localizados na calhas dos rios Iriri e do Xingu, têm indicado que as formas de vida e aproveitamento da biodiversidade destas populações indígenas e tradicionais, não têm causado impactos evidentes nos seus componentes, e muitas vezes, têm contribuído com o aumento e preservação de muitas espécies de árvores e palmeiras (Balée, *et al.*, 2020; De Paula, 2022). No contexto atual de mudança climática, que justifica e explica o arranjo da Conferências das Partes (COP)² sobre o Clima, pela Organização das nações Unidas (ONU), florestas e outras comunidades de vegetais e animais, resultam importantes para a captura de carbono e a mitigação dos efeitos climáticos, a defesa desses espaços protegidos pelas populações tradicionais, deve ser respaldada. Esse debate deve ser encarado como prioritário durante a realização da COP 30, que terá lugar em Belém, em novembro de 2025.

² COP é a reunião anual dos representantes signatários da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC).

Apesar dessas considerações, continuam as dificuldades e percalços para salvaguardar os territórios protegidos, garantir os direitos de usufruto exclusivo e dar continuidade aos modelos de aproveitamento da biodiversidade, que têm contribuições com a mitigação dos impactos da mudança climática. O artigo discorre sobre o caso da TI Cachoeira Seca do povo Arara, falante da língua *Karib*, localizada no mosaico de unidades de conservação (UCs) da Terra do Meio, cercada pelo avanço do desmatamento e a grilagem de terras, casados com a construção da Transamazônica BR-230 (Mapa 1).

Mapa 1 - Mapa localização atual do povo Arara da TI Cachoeira Seca.



Elaboração cartográfica: Augusto Postigo.

Na seção I, evidenciamos a imposição hegemônica no interflúvio dos rios Tapajós, Amazonas, Xingu e Iriri onde se encontravam os grupos

Arara (*Karib*). Na seção II, apresentamos os detalhes dos impactos do esartejamento do território tradicional Arara (*Karib*), pelos processos de colonização e desenvolvimento econômico que se sobrepueram às áreas assentamento, uso e perambulação. Na seção III, apresentamos as construções do conhecimento tradicional, a partir das quais, elaboram estratégias de alternância de uso do território e da biodiversidade, que têm garantido a alimentação e sobrevivência do grupo. Se chama a atenção sobre imposição hegemônica de ações de desenvolvimento inadequadas, como a construção da Usina Hidroelétrica (UHE) Belo Monte, que priorizam a geração de lucro econômico e desatendem os impactos socioambientais.

I As vozes dos donos ou os donos das vozes? Diferenças nas lógicas de uso do território e da biodiversidade na Região do Xingu

O centro da origem e dispersão da família linguística *Karib* se encontra no norte (N) de América do Sul, na região do Crátom Amazônico, localizado entre Colômbia, Venezuela, Guiana, e Brasil. Os estudos de profundidade cronológica baseados na reconstrução linguística comparativa, estimam que essa família teria entre 3000 e 4000 anos de antiguidade. Outras famílias linguísticas como a *Arawak*, *Tupi* e *Jê*, seriam mais antigas e ocupariam outros locais geográficos onde se originaram e desde onde se dispersaram (Urban, 2002). Quanto à família *Karib*, Meira (2006) propõe uma classificação preliminar que dialoga com uma localização geográfica específica, de seis (6) “Ramos” e cinco (5) “Grupos”. Em particular, associados à calha do rio Xingu, estão os *Ramos Sul (Pekodiano)* e *Kuikuroano*. Os falantes da língua

Arara (*Karib*), ficam dentro do *Ramo Pekodiano* conformando o *Grupo Xinguano*, junto aos Bakairi e Ikpeng. Os Bakairi estariam localizados nas nascentes do rio Xingu, os Ikpeng, localizados na calha média, e os Arara, acima da região da Volta Grande do Xingu.

Segundo as informações arqueológicas e linguísticas, existem evidências da organização territorial de sociedades complexas pré-colombianas, compostas por grupos de diferentes troncos linguísticos, como *Arawak*, *Tupi*, *Jê* e *Karib*, que dominavam a maior parte da bacia dos formadores do rio Xingu (Franchetto, 2011; Heckenberger *et al.*, 2003). Este conceito de sociedades complexas, se diferencia significativamente de outras noções de aldeias autônomas da floresta tropical, mas não nega as possibilidades de sua existência. Estes grupos implementaram conceitos de aldeias circulares interconectadas por amplos caminhos, e outras construções como pontes e canais, com outras aldeias menores ou “satélites”. Também desenvolveram a indústria cerâmica, as práticas agrícolas a partir da transformação da cobertura vegetal, o sedentarismo e relacionamento regional pluriétnico e multilíngue, para o estabelecimento de redes extensas de troca, que revelam um sistema extenso e complexo para a ocupação e uso do território, que chegou até meados do século XVII, (Franchetto, 2011; Heckenberger, 2005; 2011; Heckenberger *et al.*, 2003).

Por outra parte, de acordo com Figueiredo (2011), após a chegada ao litoral atlântico em 1500, a coroa portuguesa teve concorrência de outros países europeus sobre a exploração de madeira de forma profusa e a realização de outras atividades associadas ao comércio marítimo da época, com fins econômicos. Para resolver essa situação, a partir de 1530, se implanta o sistema das capitânicas hereditárias, que a partir de 1549, se integra ao sistema de sesmarias, que consistia na distribuição dessas terras, às pessoas ou grupos familiares que tivessem o suficiente

poder econômico para explorá-las e dividir o benefício com a Coroa. Posteriormente, as tropas lusitanas realizam uma série de investidas militares que resultam na tomada de São Luís, em 1615, e a fundação de Belém, em 1616. O sistema econômico dependia do funcionamento de latifúndios para a criação pecuária e a plantação de cana-de-açúcar (*S. officinarum*) e tabaco (*N. tabacum*), principalmente (Figueiredo, 2011). Também dependia da exploração profusa e intensiva de madeira de pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), e das “drogas do sertão” que se localizavam na bacia Amazônica e seus afluentes, como: Rio Negro, Madeira, Tapajós e Xingu.

Entre os anos de 1616 e 1777, as atividades de apropriação deste território estavam relacionadas com a exploração de drogas do sertão de origem Amazônica: cacau (*Theobroma cacao*) pau-cravo (*Dicypellium caryophyllaceum*), salsaparrilha (*Smilax spp*), baunilha (*Vanilla spp*), anil (*Indigofera spp*), guaraná (*Paullinia cupana*) e copaíba (*Copaifera spp*), pelas suas semelhanças com as especiarias do continente asiático (Doninni e Dos Santos, 2017; Pompeu, 2023; Venâncio e Chelotti, 2023). Conforme as informações de Pompeu (2023), as árvores de cacau silvestre (*T. cacao*) se distribuíam nas margens dos rios Tapajós e Xingu e às árvores de pau-cravo (*Dicypellium caryophyllaceum*), nos interflúvios de terra firme desses rios e seus afluentes. Toda essa informação associada ao território e à biodiversidade, era obtida dos “práticos do sertão” que normalmente eram indígenas com conhecimento sobre a navegação e a localização das espécies de interesse. Nenhuma expedição para exploração das drogas do sertão iniciava sem esses portadores do conhecimento.

A apropriação do território se consolida entre 1751 e 1759, com as disposições oficiais para criar as freguesias, vilas e municípios e uma companhia para o comércio dos produtos explorados na região, após a

expulsão dos missionários (De Matos e Barros, 2020). Posteriormente, com a mudança da corte para o Rio de Janeiro, em 1808, ocorrem uma série de medidas para a transição política da Colônia para o Império. A declaratória da Constituição Imperial em 1824 e a emissão da Lei de Terras, em 1850, criaram os fundamentos para a configuração de Províncias e Comarcas como unidades administrativas maiores, e freguesias e municípios, como unidades menores, mas também para a revisão dos termos de antigas concessões territoriais (Brasil Império, 1850; Figueiredo, 2011). Desta forma, se dava continuidade à imposição territorial na região do Xingu, que tinha começado a partir das instalações missionárias e os empreendimentos dos particulares, que consideravam as populações indígenas como mão de obra escrava para a exploração, ou inimigos a serem exterminados, pela sua oposição e defesa dos territórios explorados (Chambouleyron, 2008; Pompeu, 2023; Venâncio e Chelotti, 2023).

Com o início do primeiro ciclo da borracha da seringueira (*H. brasiliensis*), entre 1870 e 1920 (Villas Bôas *et al.*, 2017a; 2017b), no ocaso do Império e a configuração da República, de certa forma, na região do rio Xingu e seus afluentes, os poderes do controle econômico, político e territorial foram transferidos para os empreendedores particulares, também chamados “coronéis da borracha”. Neste período, também tiveram lugar as expedições de Karl von den Steinen (1884–1888), Henry Coudreau (maio–outubro 1896) e Curt Nimuendaju (1916–1919), nessas calhas. Suas informações detalham a ocupação do território pelas atividades de exploração seringalista e os interesses oficiais no estabelecimento de rotas fluviais para favorecer as conexões comerciais e o escoamento da produção na calha do Xingu. Também evidenciam o acirramento dos conflitos territoriais a partir de 1853,

nas áreas de perambulação e assentamento dos grupos do povo Arara (Clauss, 1886; Coudreau, 1896), até ser considerados quase extintos na década de 1940 (Nimuendaju, 1948).

Posteriormente, com o avanço das levas de trabalhadores e colonizadores que acompanharam os programas de colonização e desenvolvimento da década de 1960, as vozes dos Arara (*Karib*), se escutaram novamente, numa feroz defesa de seu território. O Programa de Integração Nacional (PIN), teria boa parte de suas ações, no imenso interflúvio delimitado pelos rios: Tapajós, Amazonas, Iriri e Xingu. O forte componente de construção de infraestrutura para a comunicação e geração elétrica, do PIN, provocou o desmatamento de milhares de quilômetros quadrados, que favoreceram a exploração madeireira, a depredação dos animais, a especulação fundiária e a grilagem de terras públicas para a geração de lucro (Milanez, 2015; Torres, *et al.*, 2017; Villas Bôas, *et al.* 2017b). Todas essas atividades, trabalhos, colonização, exploração, depredação, especulação e grilagem, ficaram sobrepostas às áreas de manejo especial dos grupos Arara (*Karib*), que ocuparam esse interflúvio por gerações, resistindo às pressões da violenta imposição hegemônica sobre seus territórios (Nimuendaju, 1948).

II Estratégias da resistência. Uso do corredor de terras altas para evitar as agressões nas margens do Xingu e do Iriri.

Vários elementos tiveram relevância na transição Império/República. Segundo Figueiredo (2011), existia um desconforto das elites políticas e econômicas da época, pelo autoritarismo e centralização política e administrativa que, somado ao golpe econômico da abolição da escravatura às atividades geradoras de lucro descritas até aqui, foram

as principais causantes da organização do golpe militar contra o império em 1889. Os primeiros passos do governo provisional foram a expansão de três bancos emissores regionais destinados ao financiamento dos empreendimentos econômicos e à colonização das regiões, norte, centro e sul do país, em 1890, e a elaboração e promulgação da Constituição da República, em 1891. A União adota a forma de governo da República, dividida em Estados ou Unidades Federativas (UFs), com centros administrativos na capital e nos municípios, e com autonomia da Federação. Também declara uma extensão territorial de 14.400 quilômetros quadrados, para estabelecer Capital Federal no Planalto Central, numa área de ancestral ocupação por diferentes grupos de várias famílias linguísticas importantes (Urban, 2002).

De acordo com De Figueiredo (2013), o governo concedia gratuitamente terras devolutas nas suas regiões de atuação dos bancos emissores e lhes dava preferência para a realização de contratos oficiais. As terras cedidas eram exclusivamente para a colonização estrangeira e a fundação de empreendimentos industriais. Quanto ao crédito liberado por esses bancos, boa parte foi destinado para os estabelecimentos agropecuários, à indústria e aos projetos de infraestrutura e comunicação. Quanto às minas, terras devolutas, e outros prédios da União, poderiam ser patrimônio territorial das respectivas UFs, no entanto, a União teria prioridade territorial para a defesa das fronteiras, levantamento de fortificações, construções militares, estradas de ferro federais e estabelecimento de linhas telegráficas (Brasil, 1891). De acordo com as informações em De-Figueiredo (2013), as Comissões Telegráficas, começaram a ter conflitos, principalmente com populações indígenas que ocupavam os territórios destinados para a instalação da infraestrutura, mas também pela especulação fundiária e pela grilagem

de terras, associadas aos seus territórios de perambulação e ocupação, ao sul (S) do estado de Mato Grosso.

Assim, o acirramento desses conflitos territoriais, resultaram na criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) em 1910 (Brasil, 1910). Posteriormente, em 1918 o órgão se transformou no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), com foco exclusivo nas questões tutelares dos povos indígenas, até 1976, quando é reestruturado como Fundação Nacional do Índio (Funai). De acordo com Milanez (2017, p. 47), um dos precursores do trabalho indigenista do SPI, foi Curt Nimuendaju, que se integrou ao SPI na década de 1910. Nimuendaju, realizou quatro expedições nas bacias dos rios Tapajós e Xingu entre os anos 1916 e 1940. Na primeira, percorre os rios Xingu, Iriri e Curuá, entre o ano 1916 e 1919, realizando levantamentos dos povos Juruna, Xipaia, Arara e Kayapó (Correa-Filho, 1981). As informações sobre a sua primeira expedição, dão conta da existência de vestígios antiquíssimos de ocupação pré-histórica, como terra preta, cemitérios, petróglifos e monolitos no baixo Xingu, perto do Porto de Moz, na região da Volta Grande perto de Altamira, e no baixo Iriri (Nimuendaju, 1948, p. 216).

A essa altura, aqueles que continuavam ocupando o território, possuíam características territoriais diferentes, que teriam ajudado a resistir os diferentes processos históricos de penetração e imposição não indígena. De acordo com Nimuendaju (1948), os grupos indígenas que resistiam na época, eram *povos do cerrado* da família linguística (*Jê*) procedentes do sul (S), como os Kayapó; os *povos canoeiros* da família linguística (*Tupi*) como os Juruna, que ocupavam as margens, as ilhas e as cachoeiras das calhas do Xingu e do Iriri; e os *povos de mata central*, entre os que se encontram os grupos Arara da família (*Karib*),

que tinham aparentes preferências pela ou interflúvios de terra firme (Nimuendaju, 1948, p. 213). Sobre os Arara, menciona que de acordo com as percepções dos *povos canoieiros* Juruna (*Tupí*), os grupos Arara teriam chegado na Volta Grande do Xingu, muito antes da colonização do primeiro ciclo da borracha, procedentes de um igarapé da margem direita do Xingu, fugindo dos ataques e das intenções de ocupação dos *povos do cerrado* Kayapó (*Jê*) (Nimuendaju, 1948, 223).

Segundo Nimuendaju (1948, p. 223), os grupos Arara (*Karib*) teriam sido registrados oficialmente na região da Volta Grande em 1853, quando cruzaram a margem esquerda e permaneceram por um tempo convivendo entre os não indígenas. Posteriormente, entre 1861 e 1862, o grupo consistia em 343 pessoas sem contar as crianças. Esse grupo teria se estabelecido abaixo da Volta Grande, onde mantiveram contato pacífico com os seringueiros por um tempo, até que um conflito fez o grupo desaparecer. Em 1884, outro grupo foi registrado assentado no interflúvio da margem esquerda do Xingu, a partir da foz do rio Iriri (Clauss, 1886) e ocuparam a margem do Iriri até 1894 (Coudreau, 1897). Nesse mesmo ano, os conflitos com seringueiros do Iriri, teriam provocado que uma fração desse grupo, buscasse refúgio nas nascentes dos formadores do rio Curuá-Una, afluente da margem direita do Amazonas. No entanto, lá também foram “cruelmente perseguidos” pelos trabalhadores dos Seringais do Tapajós, e em 1914, os vestígios de uma “pequena clareira” nessas nascentes, eram o resultado da perseguição e a resistência de sua ocupação (Nimuendaju, 1948, p. 224).

Por outra parte, a fração que continuou associada à margem esquerda do rio Iriri em 1894, teve acirramento de conflitos com os seringueiros do Iriri em 1897, pelo que se deslocaram a montante desse rio. Posteriormente, em 1917, uma nova onda de acirramentos

com os seringueiros, provocaram um novo deslocamento a montante, onde foram registrados os últimos vestígios de sua presença em 1918, num afluente da margem esquerda do Iriri. A partir disso, os grupos da margem esquerda do Xingu e do Iriri, são considerados praticamente extintos na década de 1940 (Nimuendaju, 1948). Na década de 1960, os impactos dos programas de colonização e desenvolvimento, dão conta da permanência dos grupos Arara, resistindo nas terras altas do interflúvio dos rios Tapajós, Amazonas, Xingu e Iriri.

De acordo com a recriação da memória coletiva do grupo, concentrada nas histórias de vida da matriarca do grupo, de suas filhas e netas, mas também nas lembranças outros adultos, jovens e adolescentes que participaram do contato oficial com a Frente de Atração Arara (FAA) da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1987, os grupos Arara (*Karib*) que perambulavam na margem esquerda dos rios Xingu e Iriri, teriam se concentrado nas nascentes de dois igarapés irmãos, localizados nas terras altas que servem de divisória das águas, dos afluentes dos rios Tapajós, Amazonas, Xingu e Iriri, fugindo e evitando os ataques e conflitos com os não indígenas que participavam da exploração do látex da seringueira (*H. brasiliensis*). Os igarapés irmãos mencionados correspondem aos igarapés Jarauçu e Penetecal, afluentes da margem esquerda do Xingu, que se encontram juntos a sua foz, abaixo da Volta Grande.

De acordo com as informações, teriam grupos localizados nas nascentes de cada um desses igarapés, e também em outros pontos, perto do encontro das duas calhas. Nesses assentamentos, dispersos em subgrupos, estabeleciam seus roçados e localizavam as áreas produtivas disponíveis nas margens dos rios ou na terra firme. Esses locais incluíam: uma região abundante em taboca (*Guadua spp.*), de onde obtinham

material para a elaboração de flechas para caçar e pescar, e pontas afiadas para a elaboração de armadilhas; sítios de desova de quelônios, poças e corredeiras, para pesca com flecha nas margens; e grotas e barreiros, na terra firme, para a caça e coleta de animais e outros recursos alimentícios disponíveis, de acordo com a sazonalidade. Também, segundo suas percepções, existia um grande lago entre as nascentes dos igarapés irmãos, considerado uma área sagrada, onde moravam os ancestrais dos diferentes grupos.

III Cercamento do território tradicional e Contato oficial. Outras estratégias dos grupos Arara para a alimentação e sobrevivência

De acordo com Milanez (2017), milhares de quilômetros quadrados teriam sido desmatados e substituídos por pastagens para a atividade pecuária até a década de 2010, como consequência da interação da logística de desmatamento para a construção do traçado da Transamazônica BR-230 e seu sistema de travessões, com a exploração madeireira, a especulação fundiária e a grilagem de terras públicas (Milanez, 2015; Torres *et al.*, 2017). Outras consequências desta imposição hegemônica no território, foi um novo período de acirramento dos conflitos com os não indígenas, desta vez, milhares deles, que começaram a chegar desde a década de 1960, em busca das promessas de colonização e desenvolvimento do Governo Federal. No entanto, os planos governamentais estavam sobrepostos às áreas do corredor de terras altas da divisória das águas do interflúvio dos rios Tapajós, Amazonas, Iriri e Xingu, ocupadas pelos grupos Arara (*Karib*) por gerações, para evitar os conflitos com a colonização seringalista

do século XIX, nas margens do Xingu e do Iriri (Coudreau, 1896; Nimuendaju, 1848; Villas Bôas *et al.*, 2017a; 2017b).

Dos últimos acirramentos da década de 1960, dois conflitos têm maior repercussão na criação da Frente de Atração Arara (FAA), em 1971, que iniciou o caminho para o contato oficial com os diferentes grupos Arara na década de 1980. O primeiro, está relacionado com a morte de 12 Araras (*Karib*) pela ingestão de itens envenenados com estricnina, deixados nas áreas de perambulação pelas levas colonizadoras, que começaram a encontrar os vestígios dos roçados e das redes de caminhos para a comunicação entre os diferentes grupos espalhados entre as nascentes dos Igarapés Penetecal e Jaraçu, localizadas no eixo de terras altas da divisória de águas do interflúvio. O segundo, envolveu a morte de três trabalhadores e um colono, esquartejados num ritual, que segundo Nimuendaju (1948), era efetivado nas guerras intertribais na região do Xingu, em casos de extremo acirramento dos conflitos territoriais.

Por conta deste acirramento, os grupos Arara, revidaram permanentemente as intenções de contato da FAA, até que em 1981, uma nova estratégia no processo de atração dos grupos Arara, consistente em aumentar os postos de vigilância (PVs) no traçado da Transamazônica BR-230, onde se apresentavam o maior número de conflitos, e conseguir a interdição de uma área onde ficassem impedidas todas as ações de colonos e trabalhadores, entre o eixo da transamazônica e a margem do rio Iriri (Milanez, 2015, Tonacci, 1980), deu seu resultados positivos. Em 1983 e 1984, foram contactados pela FAA os grupos que resistiam ao avanço da construção da BR-230 e da colonização nas terras altas das nascentes dos igarapés Penetecal e Jaraçu e realocizados na margem do rio Iriri, à montante de sua foz no Xingu, esses grupos que conformam a atual TI Arara. Posteriormente, em 1987, a FAA fez contato com o

último grupo, que se achava em fuga permanente e que se refugiava na calha do igarapé Cachoeira Seca, entre o traçado da Transamazônica e a calha do rio Iriri. Esse grupo conforma a atual TI Cachoeira Seca.

Apesar da homologação da TI Cachoeira Seca em 2016 (Brasil, 2016), o cercamento de seu território e a devastação de grandes áreas continua na atualidade, pela falta de regularização fundiária, no que a disputa histórica dos interesses de colonização e desenvolvimento econômico da área sobreposta ao território dos Arara (*Karib*), tem jogado um papel preponderante. As feridas provocadas neste território, pela abertura dos travessões interconectados ao traçado principal da Transamazônica BR-230 são as principais rotas de acesso usadas pelos invasores ilegais que desmatam, exploram madeira e grilam terras para a criação de gado, aproveitando as lacunas legais da falta de regularização (Guran, 2024; Kowit, 2022; OPI, 2024), sem se importar pelo direito de usufruto exclusivo dos Arara, nesse território (Brasil, 2016).

Entretanto, os grupos Arara (*Karib*) construíram suas explicações cosmogônicas sobre a origem do mundo e elaboraram suas estratégias de configuração social e distribuição territorial, muitíssimo menos devastadoras que as que operaram historicamente, os não indígenas. Os estudos realizados, antes e após, do contato oficial, evidenciam a importância do entendimento do território para essas elaborações. Nimuendaju (1948), destaca as associações destes grupos com os interflúvios da terra firme, e Teixeira Pinto (1997) descreve um mecanismo ritual de concentração e dispersão dos grupos, associado ao comportamento sazonal característico da região do Xingu, para a distribuição do território e fortalecimento das redes de cooperação e aliança. Por sua parte, De Souza (2010), destaca a importância da participação de plantas e animais nas histórias cosmológicas da

gente Arara (*Karib*) ou *Ogorogmó* (gente da mesma família) como eles se reconhecem entre os grupos. Estudos mais recentes, também enfatizam a diversidade de recursos vegetais usados para a alimentação, antes do contato oficial com a FAA e com a sociedade envolvente (De Moura, 2023).

Parte das indagações sobre estes temas com os *ogorogmó* da TI Cachoeira Seca, permitem discorrer na construção de estratégias para o aproveitamento do território e da biodiversidade, que contemplam o entendimento da sazonalidade do território, da produtividade vegetal e do comportamento dos animais. Essas estratégias, incluem uma alternância no uso dos locais e das espécies produtivas, de acordo com a ocorrência do complexo sazonal *imelâm* (período das chuvas) e *iromu* (período da seca), que afeta o comportamento hidrológico e confere uma evanescência nas paisagens de muitas calhas da Amazônia (Stoll *et al.*, 2019), transformando áreas alagadas, de altíssima produtividade para a caça e a pesca, em praias e pedrais, adequadas para a coleta de ovos de quelônios (Builes-Puertas, 2024). Essas estratégias de alternância, também levam em conta a produtividade das espécies vegetais e as respostas dos animais à produtividade vegetal, e sempre está acompanhada da complementariedade das ações de caça, pesca e coleta, para aumentar a eficácia e eficiência do esforço físico e a quantidade de alimento para a alimentação e sobrevivência das famílias.

Nesse sentido, os esforços de caça, pesca e coleta no período *imelâm* (chuvas) são direcionadas às margens dos rios, onde a floresta está alagada. Nessas áreas, conhecidas como “igapós”, a produtividade vegetal garante a pesca e caça de aves e primatas. Também aos locais de terra firme onde espécies de árvores como a castanheira (*B. excelsa*) e palmeiras como o babaçu (*Attalea speciosa*), se encontram produtivas e

correspondem aos locais de alimentação de grandes e pequenos mamíferos como porcos do mato (*Tayassu pecari*), caititus (*Tayassu tajacu*), cutias (*Dasyprocta spp.*). Também a primatas, como o macaco prego (*Sapouju spp.*) e macacão (*Ateles spp.*). Em alternância, no período *iromu* (seca), os esforços de caça, pesca e coleta nas margens, estão dirigidos à coleta de ovos de quelônios nas praias e à pesca em poças e corredeiras, onde se concentram os peixes. Quanto à terra firme, os esforços são direcionados às grotas, barreiros e açazais (*Euterpe oleraceae*), onde se concentram aves, mamíferos e quelônios terrestres, pela disponibilidade de água, sais minerais e alimento.

Nessas elaborações, também ocorrem as integrações de outras formas de caça, pesca e coleta, tanto de populações indígenas e tradicionais da região do Xingu e do Iriri, quanto de outros não indígenas, como os servidores da FAA, que acompanharam os grupos da TI Arara e da TI Cachoeira Seca, até a década de 2000, quando a Funai decidiu retirar os chefes de posto, que contribuía com a mediação entre os indígenas e a sociedade nacional envolvente (Guran, 2024). Neste período, técnicas de pesca com linha e malhadeiras foram apreendidas, o mesmo que a caça com espingardas e cachorros. Atualmente essas integrações são efetivadas por algumas famílias, para aumentar a eficiência e a eficácia da captura, mantendo a estratégia de alternância de locais e recursos disponíveis, segundo o comportamento do complexo sazonal *imelâm/iromu*.

Essa estratégia de alternância, construída com as vozes do território, das plantas e dos animais, têm garantido a alimentação e sobrevivência dos grupos Arara (*Karib*) por gerações, apesar do cercamento e da invasão hegemônica de suas áreas de uso e perambulação. Essa estratégia de alternância sazonal, bem poderia coincidir com modelos sustentáveis de aproveitamento dos recursos disponíveis, permitindo a recuperação

das comunidades biológicas, sem causar impactos evidentes à perda da biodiversidade ou a destruição das paisagens, como o desmatamento para a abertura da BR-230 e seu sistema de travessões (Milanez, 2015, Tonacci, 1980) ou a barragem dos rios para a geração elétrica, como no caso da Usina Hidrelétrica Belo Monte, que reduziu o nível de vazamento natural do trecho da Volta Grande do Xingu, provocando severos impactos ao ambiente e à biodiversidade e colocando em risco a segurança alimentar e as formas de vida das populações indígenas e tradicionais da região (Pezzuti *et al.*, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso dos grupos indígenas Arara (*Karib*) evidenciam os impactos das imposições hegemônicas dos não indígenas no recorte territorial do interflúvio dos rios Tapajós, Amazonas, Xingu e Iriri, que chegaram e priorizaram as atividades de exploração dos recursos da biodiversidade com a intenção do lucro econômico, sustentados nos discursos retóricos de “território vazio”, ou, se ocupado, então por hordas de selvagens e canibais, “despossuídos de conhecimento útil para a civilização”. Esse discurso se reproduziu nas disposições oficiais, para as concessões territoriais e a exploração das drogas do sertão, durante o período da Colônia; com a promulgação da lei de terras e a transferência de poder territorial aos empreendedores particulares da exploração da borracha da seringueira (*H. brasiliensis*), durante o Império; com as disposições positivistas para a modernização e o desenvolvimento econômico, durante o início da República; com a abertura da Transamazônica BR-230 e a instalação da colonização pública e particular, durante a ditadura militar da década de 1960; e com a construção da UHE Belo Monte, mais recentemente.

No entanto, uma contradição nesses discursos sempre esteve presente. Por uma parte, a resistência dos povos à invasão de seus territórios se consolida como a maior evidência da ocupação desses territórios, considerados “vazios”, para justificar e efetivar os empreendimentos de exploração com fins econômicos. Por outra parte, a necessidade imperante de integrar os conhecimentos dos povos indígenas sobre a navegação nos rios, o uso, a localização específica e a época de maior produtividade, das espécies biológicas de interesse comercial, derruba categoricamente, as retóricas dos discursos que colocam os povos indígenas como “despossuídos de conhecimentos úteis para a civilização”. Em particular, as indagações sobre as percepções dos grupos Arara (*Karib*) da TI Cachoeira Seca, demonstram que têm um entendimento da ocorrência do complexo sazonal *imelâm/iromu* (chuvas/seca) e de sua influência na evanescência territorial, na produtividade das espécies vegetais e no comportamento dos animais, que são questões de relevância para vários campos da Antropologia, da Geografia e Biologia, entre outros.

Em adição, as elaborações do acervo de conhecimento tradicional para o uso do território e da biodiversidade, transmitidas e refinadas de geração em geração, têm sido adequadas para garantir a alimentação e sobrevivência dos grupos Arara, até a atualidade, apesar do cercamento histórico que tem provocado a redução de seu território tradicional e a transformação e destruição de boa parte da TI Cachoeira Seca, pelas ações de desmatamento e estabelecimento de áreas de pastagens para a criação de gado, que realizam os invasores ilegais. Essas estratégias de uso do território e da biodiversidade dos Arara, estariam melhor enquadradas dentro do ideário do desenvolvimento sustentável, proposto pelos organismos multilaterais e pelas instituições nacionais e internacionais, que as ações devastadoras dos invasores, que priorizam o lucro econômico.

Apesar da importância destas elaborações que consideram a necessidade da floresta em pé e da continuidade do fluxo natural do sistema hídrico para a distribuição e produtividade das espécies biológicas, usadas para a alimentação e sobrevivência, poderiam contribuir efetivamente com a mitigação dos efeitos da mudança climática e a crise ambiental da atualidade, o caso da TI Cachoeira Seca, nos mostra as dificuldades para impedir o avanço das imposições hegemônicas que priorizam o desenvolvimento econômico, e desatendem os impactos socioambientais provocados. Esses tipos de imposições, fragilizam os direitos constitucionais dos Arara e de outras populações indígenas e tradicionais, mas também vulneram os direitos socioambientais da sociedade brasileira envolvente.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO KOWIT. 2022. **Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada do Povo Arara da Terra Indígena Cachoeira Seca.** *Iwaploné endyt Ugorog'mó tantpót karei inabyly wap.* Associação Indígena do Povo Arara da Terra Indígena Cachoeira Seca (KOWIT). [@guardioesdoiriri](http://www.guardioesdoiriri.org.br). Aldeia Iriri. 80 p. Disponível em: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2022/04/protocolo-cachoeira-seca-web.pdf>. Acesso em: 25 maio 2022.

BALÉE, W.; HONORATO-DE OLIVEIRA, V.; DOS SANTOS, R.; AMARAL, M.; ROCHA, B.; GUERRERO, N.; SCHWARTZMAN, E.; TORRES, M.; PEZZUTI, J. 2020. Ancient Transformation, Current Conservation: Traditional Forest Management on the Iriri River, Brazilian Amazonia. **Human Ecology**: Volume 48, pages 1–15. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10745-020-00139-3>. Acesso em: 09 abr. 2022.

BENSUSAN, N. 2019. **Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas**. Editora FGV. Rio de Janeiro. 176 p 2006. Disponível em: https://lcb.fflch.usp.br/sites/lcb.fflch.usp.br/files/upload/paginas/Conservacao_da_Biodiversidade.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL, [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (24 DE FEVEREIRO DE 1891). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 01 nov. 2023.

_____. 1910. Decreto nº 8.072 (20 de junho de 1910). Cria o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D8072.htm. Acesso em: 5 jun. 2021.

_____. 2016. Homologação Terra Indígena Cachoeira Seca-PA (Decreto de 4 de abril de 2016). Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/dsn/dsn14369.htm#:~:text=DECRETO%20DE%204%20DE%20ABRIL,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 14 set. 2021.

BRASIL IMPÉRIO, 1850. **Lei de Terras devolutas** (Lei Nº 601, 18 de setembro de 1850). D. Pedro II, por Graça de Deus e Unânime aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. 6 p.

BUILES-PUERTAS, D. F. 2024. O complexo sazonal Imelâm/Iromu: um modelo de alternância do povo Arara da TI Cachoeira Seca, para o uso do território e a biodiversidade. **Seminário Internacional América Latina e Caribe: Sociodiversidade, pensamento crítico e utopias**. Grupo de Trabalho Emergências climáticas, ecologia política

e desenvolvimento sustentável. 1905 – 1921. Disponível em: <https://naea.website/editora-naea/Livros/isbn/978-85-7143-232-1.pdf>.

Acesso em: 16 set. 2024.

CHAMBOULEYRON, R. 2008. **O Sertão dos Taconhapé. Cravo, Índios e Guerras no Xingu Seiscentista.** (Capítulo 3). In: de SOUZA, C. M.; CARDOZO, A. (Org.). *Histórias do Xingu Fronteiras, Espaços e Territorialidades (Séculos XVII – XXI)*. Belém. p.p. 51 – 74. Disponível em: https://www.academia.edu/9915214/O_sert%C3%A3o_dos_Taconhap%C3%A9_Cravo_%C3%ADndios_e_guerras_no_Xingu_seiscentista. Acesso em: 15 nov. 2023.

CLAUSS, O. 1886. Mapa Especial do Rio Xingu. Expedição Karl von den Steinen 1884 – 1885. In: COELHO-PENTEADO, V. (ORG.) 1993. **Karl von den Steinen: Um século de Antropologia no Xingu.** Editora da Universidade de São Paulo (Edusp). 1ª edição, impressão de 1993. São Paulo. 640 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Tn0aDf5U2sEC&oi=fnd&pg=PA19&dq=Karl+von+den+Steinen+Um+S%C3%A9culo+de+Antropologia+no+Xingu+1993&ots=pUwYZurwRG&sig=axcv16E%20zbkgktgVI3ej-VOpYvO4c#v=onepage&q=Karl%20von%20den%20Steinen%20Um%20S%C3%A9culo%20de%20Antropologia%20no%20Xingu%201993&f=false>. Acesso em: 12 jan. 2022.

CORREA-FILHO, V. 1981. Curt Nimuendaju. In: **Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju**. IBGE. Colaboração: Fundação Nacional Pró-Memória. 1981. Rio De Janeiro. p.p. 13–15. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/indl/pagina/detalhes/1566>. Acesso em: 04 set. 2021.

COUDREAU, H. 1897. **Voyage au Xingu**. Éditeur A Lahure. 240 p. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Acoudreau-1897-xingu/Coudreau_1897_Xingu_BibSenado.pdf. Acesso em: 08 fev. 2022.

DE-FIGUEIREDO, L.V.S. 2013. História e Direito: Política Indigenista. Quarto artigo da série História e Direito, 100 anos. **Revista Trimestral de Jurisprudência**.

DE MATOS, F. L.A.; BARROS, O. 2022. Cacau, cravo e as “Drogas do Sertão”: o Governador Francisco Xavier De Mendonça Furtado e a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Capítulo 3. Em: **História, espaço fecundo para diálogos**. Antônio Gasparetto Júnior e Ana Paula Bôscaro (Org.). p.p. 31–46. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/cacau-cravo-e-as-drogas-do-sertao-o-governador-francisco-xavier-de-mendonca-furtado-e-a-criacao-da-companhia-geral-do-grao-para-e-maranhao>. Acesso em: 10 mar. 2024.

DE MOURA, L. L. H. 2023. **Merenda Escolar Indígena e os segredos da floresta: o etnoconhecimento do povo Arara mostrando o que tem para comer na mata**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. Faculdade UnB Planaltina. Universidade de Brasília. 180 p.

DE PAULA, M.J. 2020. **Respostas de vertebrados terrestres de médio e grande porte a pressões antrópicas em três Áreas Protegidas na Amazônia Oriental**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pará. Belém, 171 p.

DE SOUZA, I. C. 2010. **A phonological description of “pet talk” in Arara**. Thesis for the degree of Master of Arts. University of North Dakota. North Dakota. 125 p.

DONINI, C.V.Z.; DOS SANTOS, C.F.M. 2017. **Aliviam e temperam: uso e emprego das drogas do sertão no século XVIII**. Universidade Estadual de Maringá. VIII Congresso Nacional de História. XXII Semana de História. VIII CIH. p.p. 909–917. ISSN: 2175-4446. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/4115.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

FIGUEIREDO, M. 2011. Transição do Brasil Império à República Velha. Araucária. **Revista Ibero-americana de Filosofia, Política y Humanidades**. Ano 13, nº 26. Segundo semestre de 2011. pp. 119–145. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/view/1378/1258>. Acesso em: 03 mar. 2022.

FRANCHETTO, B. 2011. Evidências linguísticas para o entendimento de uma sociedade multilíngue. O Alto Xingu. In: FRANCHETTO, B. (ORG.). 2011. **Alto Xingu uma sociedade multilíngue**. Museu do Índio (Funai). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. p.p. 3–38.

GURAN, M. 2024. Quando os Arara da Cachoeira Seca encontram com os brancos - e o que acontece depois. Em: **Diário de Guerra**. Samaúma. Jornalismo do centro do mundo. 13 maio 2024. Disponível em: <https://sumauma.com/quando-os-arara-de-cachoeira-seca-encontram-os-brancos-e-o-que-acontece-depois/>. Acesso em: 20 maio 2024.

HECKENBERGER, M.; KUIKURO, A.; KUIKURO, U. T.; RUSSELL, C.; SCHMIDT, M.; FAUSTO, C.; FRANCHETTO, B. 2003. Amazonia 1492: **Pristine Forest or Cultural Parkland?** Science V: 301 sep. 19. Disponível em: www.sciencemag.org. Acesso em: 14 fev. 2022.

HECKENBERGER, M. J. 2005. **The Ecology of Power: Culture, Place and Personhood in the Southern Amazon, AD 1000–2000** (1st ed.). Routledge. New York. 432 p. ISBN: 9780203486627. <https://doi.org/10.4324/9780203486627>. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9780203486627/ecology-power-michael-heckenberger>. Acesso em: 22 fev. 2023.

_____. 2011. Forma do espaço, língua do corpo e história xinguana. In: FRANCHETTO, B. (ORG.). 2011. **Alto Xingu uma sociedade multilíngue**. Museu do Índio (Funai). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. p.p. 235–279.

MILANEZ, F. 2015. **Memórias Sertanistas. Cem anos de indigenismo no Brasil**. Felipe Milanez (ORG). Edições Sesc. São Paulo. 420 p.

MEIRA, S. 2006. A família linguística Caribe (Karib). **Revista de Estudos e Pesquisas (FUNAI)**: v.3, n.1/2, p. p. 157–174. jul./dez. 2006. Brasília.

NIMUENDAJU, K. 1948. Tribes of the lower and middle Xingú River. Handbook of South American Indians. Julian H Steward (ED). Vol 3: **The Tropical Forest Tribes. Smithsonian Institution. Bureau of American Ethnology**. Bulletin 143. p.p. 213–243. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/hsai%3Avol3p213-243/vol3p213-343_lower_xingu.pdf. Acesso em: 08 fev. 2022.

OPI. 2024. Em reunião com a Funai, povos indígenas de recente contato do Médio Xingu pedem medidas para proteção dos territórios. Matéria Informativa. Em: **Observatório dos Povos Indígenas Isolados**. 24 abril 2024. Disponível em: <https://povosisolados.org/em-reuniao-com-a-funai-povos-indigenas-de-recente-contato-do-medio-xingu-pedem-medidas-para-protecao-dos-territorios/>. Acesso em: 03 jun. 2024.

PEZZUTI, J. C.; ZUANON, J.; LOPES, P.; CARNEIRO, C.; OLIVEIRA-SAWAKUCHI, A.; MANTOVANELLI, T.; AKAMA, A.; RIBAS, C.; JURUNA D.; FEARNSSIDE, F. 2024. **A renovação da licença de Belo Monte: a Volta Grande sufocada**. Disponível em: https://amazoniareal.com.br/volta-grande-sufocada/?fbclid=IwY2xjawFVD95leHRuA2FlbQIxMQABHaj8c1YLiadwnbv772s3c2Z2fAUFeaMDF-lzeQnq4dU_kwIn4PvNK9wJng_aem_tlpSZ6qEwwPuL22hL3fqHQ. Acesso em: 01 ago. 2024.

POMPEU, A. J. S. 2023. “As drogas do sertão na Amazônia colonial e a construção de um modelo de economia Atlântica-sertaneja (séculos XVII e XVIII)” *Lócus: Revista de História*, **29, n. 1(2023)**:106–125. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/39594/26175>. Acesso em: 14 nov. 2023.

STOLL, E.; ALENCAR, E.; FOLHES, R.F.; MEDAETS, C.V. 2019. **Paisagens evanescentes: estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios Amazônicos**. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA. Universidade Federal do Pará–UFPA. Belém-PA. 244 p. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/644>. Acesso em: 04 abr. 2022.

TEIXEIRA-PINTO. 1997. Ieipari: sacrifício e vida social entre os índios Arara (Caribe). Editora Anpocs/Hucitec/UFPR. Baseado na tese de Doutorado: **Ieipari: ensaio sobre um tema ritual Arara**. Rio de Janeiro: UFRJ – Museu Nacional (1996). 422 p.

TONACCI, A. 1980. **Os Arara**. Realização: Interpovos Bandeirantes. Câmera Auxiliar: Adriana Mattoso. Editor: Juraci de Amaral Jr. Género: Documentário. Duração: 1 h 47 min (dividido em dois episódios).

TORRES, M.; DOBLAS, J.; ALARCON, D. F. 2017. **Dono é quem desmata: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense**. São Paulo: Urutu-branco; Altamira: Instituto Agronômico da Amazônia. 244p. Disponível em: https://site-antigo.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/dono_e_quem_desmata_conexoes_entre_gril1.pdf. Acesso em: 03 ago. 2022.

URBAN, G. 2002. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. Em: **História dos índios no Brasil**. Manuela Carneiro da Cunha (Orgs). São Paulo : Companhia das letras Secretaria Municipal de Cultura. 1ª Edição 1992. 2ª. Edição 1998. 2ª Edição. 1ª Reimpressão 2002. Editora Schwarcz. p.p. 87–102.

VENÂNCIO, M.; CHELOTTI, M. 2023. Colonização e apropriação do território Amazônico: a exploração das “drogas do sertão” e a mão-de-obra indígena. Capítulo “A chegada do estranho na Amazônia: da colonização à colonialidade do poder”, da tese de doutorado intitulada **“Vozes silenciadas no território indígena Akwe-Xerente: expressões da colonialidade no Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix) pós-construção da UHE de Lajeado no rio Tocantins.”** Defesa: 2020. Programa de Pós-Graduação em Geografia

da Universidade Federal de Uberlândia. Revista Geo Nordeste, Ano XXXIV, n. 1. Janeiro – Junho, 2023. p. 41–54. ISSN: 2318– 2695. São Cristóvão.

VILLAS BÔAS, A.; ANDRADE, A.M.; POSTIGO, A. 2017a.

Terra do Meio/Xingu. Os saberes e as práticas dos beiradeiros do rio Iriri e Riozinho do Anfrísio no Pará. Instituto Socioambiental – ISA. Realização: Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio (Amora). Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Rio Iriri (Amoreri). Associação dos Extrativistas do Rio Iriri / Maribel (Aerim). Instituto Socioambiental – ISA. Mapas: Juan Doblás Prieto e Camila Bonassio. São Paulo. 524 p. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/Livro_Terra_Meio-baixa.pdf. Acesso em: 05 fev. 2022.

VILLAS BÔAS, A.; RIBAS-GUERRERO, N.; PRATES-

JUNQUEIRA, R.G.; POSTIGO, A. 2017b. **Histórias dos produtos da floresta.** Revisão: Marina Kahn. Mapas: Juan Doblás Prieto. Hever Queiroz Alves. Instituto Socioambiental – ISA. São Paulo. 392 p. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/xingu-historias-dos-produtos-da-floresta>. Acesso em: 05 fev. 2022.

Rota da soja, trilhos de violações: ferrogrão e a farsa da bioeconomia

INTRODUÇÃO

A Ferrovia EF-70, conhecida como Ferrogrão é um projeto que foi elaborado por um consórcio empresarial (ADM, Cargill, Bunge, Louis Dreyfus e Amaggi), as chamadas *tradings* do agronegócio no ano de 2014, incorporado pelo Governo Federal ao Plano Nacional de Logística (PNL 2018–2025) e ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2023, que visa a construção de uma ferrovia com extensão de 933 km de trilhos na floresta amazônica, paralela a BR-163 para o escoamento da produção de grãos, sobretudo de soja, em um corredor logístico que interligará os municípios de Sinop, ao norte do Mato Grosso, e o distrito de Miritituba, no município de

Raiana Siqueira Mendes

Doutoranda em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará (PPGDSTU/UFPa).

Edna Maria Ramos de Castro

Professora Emérita da Universidade Federal do Pará (UFPa), atua no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e no Instituto de Filosofia e Ciência Humanas (IFCH).

Itaituba/PA, na margem direita do rio Tapajós, consolidando também parte do plano estratégico chamado Arco Norte, onde o objetivo maior é baratear os custos e ampliar a exportação de grãos na região. Entretanto, nesse caminho existem povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, assentamentos rurais e unidades de proteção integral que serão atingidas diretamente pelos impactos socioambientais que esse projeto causará.

Em maio de 2023, o Ministro Alexandre de Moraes autorizou a continuidade dos estudos sobre a Ferrogrão que estava suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF) desde 2021. A medida do ministro culminou numa crescente mobilização dos movimentos indígenas, movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil para denunciar os impactos e as violações que já estão acontecendo mesmo com o projeto no papel e na fase de estudos, dentre elas a violação dos direitos dos povos a consulta prévia, livre e informada, garantidos pela Convenção Internacional do Trabalho (OIT). Para tornar o projeto mais aceitável do ponto de vista ambiental, governo e empresas justificam uma suposta redução na emissão de gases de efeito estufa e a possibilidade de captação de *green bonds*, a Ferrogrão segundo eles, terá “selo verde” para o mercado de carbono, “aliando” produção e sustentabilidade. Nesse sentido, o objetivo central da presente pesquisa é identificar, compreender e analisar os impactos sociais, ambientais e econômicos da chamada “bioeconomia” para a região Norte do Brasil no século XXI a partir do projeto da Ferrogrão. Para tanto, serão analisados: as contradições da suposta necessidade de aumentar a capacidade de exportação dos portos da região Norte do país; as estratégias discursivas das elites a partir das justificativas da sustentabilidade para tornar o projeto mais aceitável do ponto de vista ambiental, como por exemplo, a suposta diminuição

da emissão de gases de efeito estufa; e os possíveis impactos para os povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhas e assentados), assim como para as unidades de proteção integral.

AMAZÔNIA: ARCO DO DEFLORESTAMENTO E PRODUÇÃO DE COMMODITIES

A formação da Amazônia é historicamente marcada por grandes transformações em sua maioria irreversíveis, sendo palco de constantes conflitos em função de uma dinâmica socioeconômica que prioriza o lucro em detrimento das vidas e da manutenção da floresta em pé. Essas transformações se iniciam, sobretudo, a partir das políticas desenvolvimentistas do regime militar, que por meio de programas de integração atraíram milhares de migrantes impulsionando o desmatamento e intensificando disputas territoriais. A ideia de vazio demográfico e recursos inesgotáveis se consolidou no imaginário das elites, militares e seguimentos médios da sociedade brasileira e permanecem fortes no início do século XXI, apesar dos dados de instituições especializadas em pesquisas ambientais mostrem o contrário. A substituição de sistemas agroflorestais pela monocultura em larga escala de grãos como soja, tem consolidado a tendência vigente do deflorestamento que converte as matas em pastos e em áreas degradadas (Castro, 2008).

Para Castro (2008, p. 9), existem quatro questões fundamentais para entender essa dinâmica socioeconômica na Amazônia. A primeira é que o desmatamento não possui uma única causa, mas múltiplas razões “que dizem respeito à diferença de racionalidade de atores e de suas estratégias”. A segunda, que à alteração espacial está atrelada

uma estrutura social e desigual de oportunidades e renda existente no país, e uma possibilidade de acúmulo pelas condições fronteiriças. Em terceiro, destaca que há uma relação entre essas causas e a modalidade de inserção da Amazônia e do País na economia mundial globalizada. Por fim, o último ponto refere-se “aos arranjos políticos e à disponibilidade de recursos naturais no território”. Contudo, Castro destaca que a pecuária é a principal responsável pela maior parte do desflorestamento, devido as grandes extensões de terra que ocupa, do modo de uso do solo e da concentração fundiária. Consoante a isso, entram uma combinação de atividades complementares como a exploração madeireira, a garimpagem, algumas outras formas de extrativismo, além do comércio e da agricultura. Porém, a capitalização da pecuária se dá, sobretudo, através da grilagem de terras.

Embora a pecuária seja a principal atividade causadora do desmatamento na Amazônia, nas últimas décadas houve também uma grande intensificação na produção de grãos e o Brasil atualmente já ocupa um papel de destaque como o maior produtor e exportador de soja do mundo. Segundo o relatório do Instituto de Estudos Socioeconômicos (2024, p. 5), “em 2022/2023, a safra alcançou números recordes, chegando a 154,6 milhões de toneladas. Este montante equivale a aumento de 23% (29 milhões de toneladas) em relação à safra anterior (2021/2022)”. A expansão e consolidação do corredor logístico, também chamado de Arco Norte é parte da agenda prioritária do setor agrícola e do governo Federal.

O transporte dos grãos hoje é feito pela BR-163 (Cuiabá – Santarém) na bacia do rio Tapajós, rodovia que escoar a soja do Mato Grosso até as Estações de Transbordo de Carga (ETC) que ficam localizadas no distrito de Miritituba em Itaituba (PA), e de lá são

distribuídas aos países compradores por meio de portos privados. O asfaltamento da BR-163 trouxe inúmeras consequências para a região, tais como exploração ilegal de madeira, desmatamento, invasão de terras indígenas, áreas de proteção integral e grilagem de terras. Hoje, o esforço do governo e das empresas privadas, tem girado em torno da implementação da Ferrogrão com um discurso focado numa suposta “descarbonização” e impulsionado o projeto como uma “ferrovia sustentável”.

O apelo ao discurso sustentável para instalação de grandes projetos na Amazônia não vem de hoje. Ainda nos primeiros anos do governo PT entre 2002 e 2008, a então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou que o futuro da BR-163 era se tornar um “corredor do desenvolvimento sustentável” (Fearnside, 2005), e de fato se consolidou como um corredor, mas a sua configuração está longe de ser sustentável, uma vez que é marcado por conflitos, violações e degradação ambiental.

TRIBUNAL POPULAR: FERROGRÃO NO BANCO DOS RÉUS

Em março de 2024 reuniram-se no município de Santarém (PA) para a realização do Tribunal Popular, representantes dos povos indígenas Munduruku, Kayapó, Panará, Apiaká, Kumaruara, Tupinambá e Xavante, quilombolas e comunidades tradicionais, agricultores familiares, assentados, e movimentos sociais da região do Tapajós e Xingu, que julgaram simbolicamente o projeto da Ferrogrão, seus cúmplices, violações, sentenciando-o ao cancelamento imediato.

O projeto da Ferrogrão tem investimentos estimados em R\$ 21,5 bilhões e surgiu em 2014 em meio ao processo de pavimentação da BR-

163 idealizado pelas *tradings* do agronegócio (ADM, Cargill, Bunge, Louis Dreyfus e Amaggi), que também são as principais produtoras de *commodities* como soja, milho e algodão, cujo interesse se justifica, sobretudo, pelo barateamento da exportação desses *commodities* até os mercados da China, Rússia e outros. De acordo com Brito e Castro (2018, p. 53):

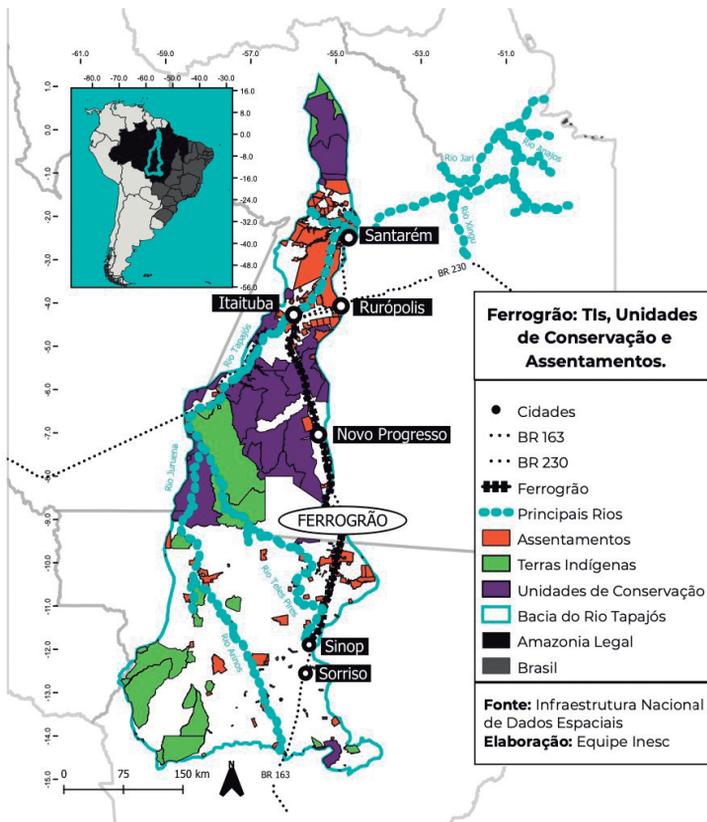
O crescimento da infraestrutura, uma exigência para dar suporte à nova dinâmica de exploração, produção e circulação de mercadorias, é objeto da articulação de fortes grupos de poder e interesses econômicos diversos, por envolver a construção de hidrelétricas, portos, estações de transbordo de cargas, a duplicação de novos trechos da BR-163 e também uma ferrovia ao longo de toda a extensão da rodovia, a Ferrogrão, projetos estes de interesse do grande capital nacional e internacional, chinês e de vários outros países, que constituem no conjunto a chamada logística de transporte multimodal, apresentada no discurso do governo federal brasileiro como fundamental para colocar o país na rota do desenvolvimento.

As políticas desenvolvimentistas implantadas na Amazônia, sobretudo, a partir do regime militar e suas estratégias de integração e exploração, seguem num ritmo frenético defendidas pela iniciativa privada e por agentes do Estado, longe de resolverem os problemas de ordem socioeconômica, acentuam conflitos, violação de direitos e degradação ambiental.

A Ferrovia EF-70 ganhou força durante o governo de Michel Temer e se tornou uma das maiores prioridades do governo Bolsonaro. Para favorecer e acelerar as obras da ferrovia, Temer ainda editou uma Medida Provisória que visava a extinção de 862 hectares do Parque Nacional do Jamanxim, localizado entre os municípios de Itaituba, Trairão e Altamira, uma unidade de conservação de grande importância

para a manutenção dos ecossistemas e dos modos de vidas e sobrevivência dos povos indígenas da região. A MP de Temer provocou a instalação de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.533 no STF movida pelo PSOL, que em 2021 resultou na suspensão do projeto, mas que em maio de 2023 foi retomada pelo Ministro Alexandre de Moraes com a recomendação do desenvolvimento do projeto priorizando a conciliação entre os atores sociais.

Figura 1 - O Traçado da Ferrovia



Fonte: INESC, 2024.

De acordo com o relatório elaborado em conjunto e apresentado pelos representantes dos povos e movimentos sociais durante o Tribunal Popular¹:

Estudos apontam que pelo menos 16 terras indígenas e 104 assentamentos rurais serão afetados pelos impactos sinérgicos e cumulativos da ferrovia, a qual afetaria profundamente os modos de vida e direitos dos habitantes da região, que em nenhum momento foram consultados. Ressalta-se que a proposta da ferrovia aumenta a pressão sobre os territórios já impactados pelo Arco Logístico Norte, ignora alternativas logísticas, tem estudos técnicos falhos, viabilidade econômica e socioambiental questionável, e favorece o aumento do desmatamento, da grilagem, da mineração da expansão da fronteira agrícola sobre o Cerrado e a Amazônia.

Embora seja considerado um projeto antiambiental, sendo chamado pelos povos indígenas e movimentos sociais de “nova Belo Monte”, setores do governo Lula (PT), como a Advocacia Geral da União (AGU) e o Ministério dos Transportes, continuam defendendo a implantação da obra que está assegurada pelo novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)², trata-se de uma “ferrovia sustentável”, uma vez que aumentará a capacidade de escoamento de grãos e diminuirá a emissão de CO₂ na atmosfera, isto baseado, supostamente, na substituição do transporte por caminhões da BR-163 pelo uso da ferrovia. Segundo o Relatório Técnico elaborado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos – PINTO, Rafaella Sena. (2024, p.23):

¹ A íntegra deste relatório está disponível no site da Rede Celestial Pan-Amazônica: <https://repam.org.br/em-julgamento-tribunal-popular-sentencia-ferrograo-ao-cancelamento-imediato/>

² Novos projetos ferroviários, Ferrograo EF-70: <https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/ferrovias/novos-projetos-ferroviarios/ferrograo-ef-170>

[...] o traçado da ferrovia é paralelo à BR-163. Se construída, a estrada de ferro vai atravessar uma região altamente sociobiodiversa, o que trará afetação a pelo menos 17 Unidades de Conservação (UC) de diversas categorias, além de pelo menos seis Terras Indígenas dos povos Kayapó e Panará. Tais povos, que já sofrem os efeitos sociais e ambientais adversos ocasionados pela pavimentação da BR-163, ainda não foram consultados sobre o projeto da Ferrogrão, o que contraria o determinado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além disso, de acordo com estudo publicado em 2020 pelo *Climate Policy Institute* (CPI) da PUC-Rio, a construção da Ferrogrão aumentará a pressão e desmatamento na região de influência da ferrovia, e isto, aliado à ocupação de terras por produtores de grãos, intensificará a emissão de carbono na atmosfera em até 75 milhões de toneladas.

Dentre as denúncias e acusações realizadas pelos representantes dos povos e movimentos sociais que serão diretamente afetados pela ferrovia, durante a leitura da sentença, destacam-se: 1) violação do direito à consulta livre, prévia, informada e de boa-fé; 2) estudos falhos e subdimensionamento dos impactos e riscos socioambientais conexos; 3) flagrante de violação dos direitos da natureza; 4) aumento da especulação fundiária, grilagem de terras públicas, desmatamento, queimadas e conflitos fundiários, e 5) favorecimento indevido dos interesses das empresas transnacionais Cargill, Bunge, Louis Dreyfus e Amaggi.

Recentemente em reportagem dada à Folha de São Paulo³, as lideranças indígenas Cacique Raoni Metyktire, Mydjere Kayapó e Alessandra Munduruku, que integravam o Grupo de Trabalho (GT) de conciliação da Ferrogrão, denunciaram que o governo anunciou a finalização dos estudos determinados pelo Ministro Alexandre de Moraes a serem entregues no dia 18 de agosto de 2024, mas que

³ A matéria na íntegra pode ser encontrada em: <https://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2024/08/lula-esta-soltando-a-nossa-mao.shtml>

eles sequer participaram da elaboração e que, portanto, tiveram suas demandas invisibilizadas:

“[...] participar do GT não nos deu respostas sobre como vamos lidar com a chegada de 14 mil trabalhadores no entorno das nossas terras. Nossas mulheres já falam do medo de ir para a floresta buscar açaí e encontrar estranhos rondando. Lembramos de violências e invasões em outras grandes obras [...]. Se o governo der a canetada para prosseguir, desobedecendo o STF, Lula chegará à COP 30 de Belém com as mãos sujas de sangue e de soja. Mostrará para o mundo que sua equipe, assim como outras anteriores, não é capaz de planejar uma ferrovia sustentável com um traçado viável. Mais do que isso, mostrará que nossa luta em defesa da floresta e do clima não é nada perto da luta pelo desenvolvimento a qualquer preço”.

Em algum grau, as obras do PAC podem representar ainda um legado do *modus operandi* do regime militar, pois são projetos implementados sem qualquer diálogo com os povos afetados. Programas governamentais de infraestrutura, como os apoiados pelos PAC I e II, foram importantes para assegurar a instalação de megaprojetos extrativistas nas cadeias do agronegócio e da mineração, apresentados com discursos para legitimar a imprescindibilidade dos empreendimentos e justificar serem competitivos no mercado mundial e capazes de maximizar os lucros e externalizar os impactos (Castro, 2022; Gudynas, 15). Tal modelo extrativista, base da produção de *commodities*, move a economia brasileira, e responde, em última análise, à política de reprimarização da produção nacional que amplia a dependência às grandes corporações globais e às regulações multipolares do próprio mercado. A pressão sobre as terras e os recursos, conforme analisa Castro (1918), atualiza muitas práticas da história colonial brasileira, e latino-americana, notadamente pelo avanço sobre as fronteiras de diferentes países da Pan-Amazônia.

Imposible no asociar, en la historia latinoamericana, la producción de materias primas que es el ítem principal en su pauta de exportación, y de la dependencia política y económica que mantiene los salarios bajos, el desempleo, la desigualdad y la pobreza, comparativamente a los países industrializados. Una sociedad cuya práctica económica dominante gira en torno de la extracción de recursos naturales, sin internalizar el procesamiento industrial, molda necesariamente un imaginario de poder “rentista”, considerando las tensiones en torno a la cuestión fundiária (Castro, 2018; p.42).

Nesse sentido, assim como a Belo Monte, a Ferrogrão é mais um projeto perigoso e com graves vícios do Governo Federal e do agronegócio que comprova como a Amazônia e seus povos vivem sob constante pressão do mercado internacional, onde a prioridade é a produção em larga escala de *commodities* e o enraizamento da lógica da exploração predatória dos bens naturais, mesmo que para isso tenha que ser deixado pelo caminho um rastro de violações de direitos e destruição ambiental. Entre os impactos sócio econômicos e territoriais do avanço de monoculturas, além de afetar o território e a vida de povos indígenas e comunidades tradicionais do Tapajós/Xingu, e Unidades de Conservação, há problemas jurídicos superpostos quanto a questão fundiária, à regulação de terras da União e do Estado, de licenciamento da obra e de alteração de fauna e flora do bioma. Além disso, estudos anteriores observaram que os conglomerados empresariais articulados em cadeias produtivas, ao longo do tempo influenciam a formação de preços dos insumos e das *commodities*, e as políticas agrícolas do governo (Clapp, 2021).

BIOECONOMIA: EXTRATIVISMO DE NOVO TIPO

A lógica neoliberal hoje defende que a sustentabilidade e desenvolvimento podem andar lado a lado. A “bioeconomia” tem sido colocada pelos governos e pela iniciativa privada como uma alternativa sustentável que teoricamente combina as atividades econômicas e práticas socioambientais. De acordo com Barbanti Junior *et al* (2021) *apud* Costa (2023, p. 2):

O conceito de Bioeconomia predominante na Europa é diverso do apresentado na maioria dos estudos dos EUA. Enquanto no velho continente, trata-se de uma abordagem inserida no campo econômico para produzir materiais sustentáveis, ambientalmente amigáveis e competitivos, no país norte-americano o termo é aplicado às práticas biotecnológicas, como engenharia genética, seqüenciamento de DNA, entre outros. No Brasil, ainda conforme Barbanti Junior *et al* (2021), o conceito aponta imprecisão, com grande parte dos estudos da indústria nacional alinhados às visões dos EUA, mas com um diferencial, uma vez que agrega a matiz da biodiversidade brasileira. Segundo estes autores, apesar das iniciativas para bioeconomia, o Brasil ainda não possui uma estratégia nacional que articule os segmentos produtivos, financeiros e sociais.

Ramcilovic-Suominen *et al* (2022) afirmam que existem diferentes abordagens do conceito de bioeconomia, em que há pelo menos duas linhas distintas: uma delas com uma visão voltada para o pró-crescimento, que dissocia crescimento econômico dos impactos ambientais, e a outra sendo chamada pelos autores como bioeconomia dos limites pró-planetários, que ao contrário da primeira, desmente a premissa de compatibilidade entre crescimento e os limites planetários. Os autores afirmam que mesmo com o prefixo “bio”, a lógica de extração ainda faz com que seja um processo fortemente violento e destrutivo,

que transforma seus habitats em uma massa extraível. Desse modo, a bioeconomia é uma construção ocidental e moderna, apropriada pela indústria capitalista e por interesses de outros que contrariam a sabedoria das populações indígenas.

No contexto da região Norte do Brasil, Helder Barbalho, governador do Estado do Pará, tem se apresentado como o governador da Amazônia para o mundo em todos os eventos que tem ido, além de ser um dos principais políticos do Brasil a defender o mercado de carbono e a exploração a partir da nova roupagem da bioeconomia. Em agosto de 2024, ocorreu em Belém a Bioeconomy Amazon Summit (BAS), promovida pelo Pacto Global da ONU – Rede Brasil e pela empresa de venture capital KPTL, em seu discurso Helder pontuou que:

No Pará, criamos a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, com uma lei, portanto trata-se de uma política de estado e não de governo. Nela, definimos metas e estratégias como o Plano de Bioeconomia, por meio do qual passamos a escolher bioeconomia como uma nova vocação (...). “O Plano de Bioeconomia trouxe um levantamento que destaca um potencial de geração de receitas com produtos da bioeconomia no Pará de 30 bilhões de dólares até o ano de 2040, além de outros 120 bilhões de dólares anuais com a exportação de 43 bioprodutos florestais. Portanto temos um horizonte de oportunidades para que possamos gerar emprego, renda e novas soluções e é nisso que nós acreditamos (...).⁴

Em entrevista dada CNN⁵ do Azerbaijão, onde participa da Cúpula do Clima (COP-29), Helder disse:

⁴ Trecho retirado da matéria: <https://www.semas.pa.gov.br/2024/08/01/governo-do-para-destaca-acoes-da-bioeconomia-no-bioeconomy-amazon-summit/>

⁵ Trecho retirado da matéria: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/a-cnn-governador-do-para-diz-que-mercado-de-carbono-deixa-brasil-em-ponto-estrategico/#goog_rewarded

Devemos concentrar esforços na perspectiva de que o mercado de carbono coloca o Brasil no ponto estratégico por termos a floresta amazônica. É importante destacar que não estamos falando de vender floresta. Estamos falando de a floresta capturar o carbono e isto gerar uma nova economia vendendo esta captura de carbono para neutralizar as emissões (...). Estamos criando um ambiente de conciliação entre produção e sustentabilidade, atividades que gerem emprego, renda e desenvolvimento para o nosso país (...).

Ainda em 2024, Helder assinou um acordo de venda de carbono emitido no Pará com valor estimado em US\$ 180 milhões – quase um bilhão de reais –, em um contrato assinado com a Coalizão LEAF (parceria público-privada) que tem a previsão de ser consolidada neste ano de 2025, e entre os compradores estão Amazon, Bayer, BCG, Capgemini, H&M Group, Fundação Walmart e os governos da Noruega, Reino Unido e Estados Unidos da América.

No entanto, essa conciliação entre produção e sustentabilidade que Helder menciona, bem como os acordos que tem assinado sobre o carbono, estão sendo feitos sem qualquer consulta aos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e todos os demais que serão afetados pela medida. Mesmo o Brasil sendo signatário da Convenção 169, o governo do estado tem constantemente ignorado esse direito e passado o trator, os trilhos e a venda de créditos de carbono, tudo isso se naturalizando a partir de um discurso que se apropria da pauta da sustentabilidade.

Essa apropriação de discursos em torno das políticas ambientais é parte das estratégias dos governos neoliberais para empurrar seus grandes empreendimentos, extrair e monetizar a natureza. Para Gudynas (2015, p. 93–94):

Actualmente, estos discursos se han difundido ampliamente. Nutren las declaraciones de gobernantes, las intervenciones de expertos en mesas redondas, y aparecen em campañas publicitarias empresariales. No son discursos de minoría, sino que buscan incidir a gran escala en la opinión pública. Cada uno de ellos, a su manera, y con sus matices, insiste en la necesidad y urgencia del extractivismo, y en sus supuestas bondades (Antonelli, 2009, ofrece un excelente análisis para Argentina).

Se cultiva la seducción, afirmando que los extractivismos convertirán al país em un líder tecnológico o incluso en una “economía emergente”. Los pretendidos beneficios son atados a la imagen de intereses nacionales, y sus promotores representarían la esencia de la nación (o del pueblo). A su vez, aquellos que alzan voces críticas atentarían contra ese mismo pueblo, con lo cual el mismo discurso se convierte en arma política contra muchos en la sociedad civil.

Segundo Gudynas (2015), a exploração intensiva de recursos naturais, mesmo sob o rótulo de “sustentável”, ainda prioriza o lucro acima de tudo, deixando de lado as comunidades locais e os impactos ambientais de longo prazo. Ele observa que a bioeconomia frequentemente depende de tecnologias avançadas e processos industriais que, embora inovadores, acabam marginalizando o saber tradicional de povos indígenas e comunidades rurais. Esses grupos, que historicamente cuidam da biodiversidade, muitas vezes não recebem os benefícios gerados por essa “nova economia”.

Outra crítica importante que Gudynas faz é sobre a transformação da natureza em “capital natural”, ou seja, em algo que tem valor apenas pelo que pode oferecer ao mercado. Ele argumenta que esse olhar econômico é limitado e não considera o valor intrínseco dos ecossistemas e da biodiversidade.

O discurso que reside em unir o crescimento econômico à sustentabilidade, desconsidera totalmente uma consequência que é óbvia, se aumenta a extração de bens naturais, aumenta também a sobrecarga dos ecossistemas e isto pode levar ao esgotamento dos bens naturais, comprometendo a biodiversidade. A expansão de monoculturas, como as de soja por exemplo, para a produção de biocombustíveis e bioplásticos, muitas vezes resulta na degradação de ecossistemas e na redução da recuperação ambiental.

Embora a bioeconomia prometa preservar a biodiversidade ao gerar valor a partir de produtos naturais, na prática, o uso comercial desses recursos pode acabar incentivando práticas predatórias, como a extração excessiva e o desmatamento. Além disso, muitas iniciativas de bioeconomia dependem de tecnologias avançadas, como biotecnologia. Essas inovações, no entanto, na maioria das vezes, excluem comunidades tradicionais e pequenos agricultores, que frequentemente enfrentam dificuldades de acesso a capital, conhecimento técnico e infraestrutura.

O projeto da Ferrogrão nesse sentido, tem sido apresentado como um exemplo de empreendimento sustentável que supostamente vai diminuir a emissão de CO₂, no entanto os entusiastas omitem ou negam os grandes impactos socioambientais e culturais que a ferrovia vai gerar para os povos que vivem no entorno, como se não bastassem as transformações resultantes da construção da BR-163, as comunidades locais resistem e impulsionam lutas contra mais uma política desenvolvimentista do governo. É importante destacar que, os povos da floresta que desempenham um papel crucial como guardiães dos conhecimentos tradicionais sobre biodiversidade, frequentemente são marginalizados em projetos de bioprospecção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa tentativa com a produção deste trabalho foi de trazer elementos para demonstrar como a formação da Amazônia é historicamente marcada por grandes transformações em sua maioria irreversíveis e palco de constantes conflitos em função de uma dinâmica socioeconômica que prioriza o lucro em detrimento das vidas e da manutenção da floresta em pé, em uma região marcada pela ausência do Estado brasileiro em questões ambientais e de enfrentamento às violações de direitos sofrida cotidianamente pelos povos da Amazônia.

Entre os impactos sociais, econômicos e ambientais, os resultados preliminares indicam que o projeto afetará diretamente os povos indígenas do Tapajós/Xingu e comunidades tradicionais, além das unidades de conservação ambiental. E há inúmeras violações no processo de execução do projeto, tais como: 1) violação do direito à consulta livre, prévia, informada e de boa-fé; 2) estudos falhos e subdimensionamento dos impactos e riscos socioambientais conexos; 3) flagrante de violação dos direitos da natureza; 4) aumento da especulação fundiária, grilagem de terras públicas, desmatamento, queimadas e conflitos fundiários, e 5) favorecimento indevido dos interesses das empresas transnacionais Cargill, Bunge, Louis Dreyfus e Amaggi.

É importante ressaltar que, as obras do PAC podem ser vistas como um reflexo do *modus operandi* herdado do regime militar, já que muitos projetos são implementados sem diálogo com as comunidades impactadas. Exemplos como Belo Monte e Ferrogrão ilustram esse padrão, destacando iniciativas do Governo Federal e do agronegócio, que colocam a Amazônia e seus povos sob constante pressão do mercado internacional. A prioridade dada à produção em larga escala

de *commodities* reforça uma lógica de exploração predatória dos recursos naturais, frequentemente deixando para trás um legado de violações de direitos e destruição ambiental.

No Estado que sediará a COP 30 é muito sintomático visualizar como as políticas de modernização e desenvolvimentistas dos governos Federal e Estadual caminham na contramão de uma agenda ambiental que prevê a defesa e garantia dos direitos dos povos e da natureza.

A bioeconomia, embora frequentemente apresentada como uma solução sustentável, traz consigo uma série de contradições que precisam ser discutidas. Por trás do discurso de inovação e crescimento verde, muitas vezes está uma lógica que transforma a natureza em mercadoria, deixando de lado a conexão profunda que comunidades locais têm com os recursos naturais que preservam há gerações. Esse modelo acaba privilegiando grandes corporações e mercados internacionais, enquanto as vozes das pessoas que vivem e cuidam desses territórios são silenciadas. Além disso, a ideia de sustentabilidade, tão destacada, muitas vezes se limita a ser um slogan, sem considerar os impactos reais no meio ambiente e na vida das pessoas. Precisamos refletir sobre quem realmente se beneficia dessa proposta e quais são as consequências para quem vive na linha de frente dessa transformação.

REFERÊNCIAS

BRITO, Rosane; CASTRO, Edna. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade dos processos em curso na BR-163**. Revista Nera: Presidente Prudente, ano 21, nº 42, pp. 51-73. 2018.

CASTRO, Edna. **Sociedade, Território e Conflitos: a Br 163 em Questão**. Belém: NAEA/UFPA, 2008.

CASTRO; E., CASTRO, C. P.- **Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental Financeirização do mercado de terras e de commodities.** Novos Cadernos NAEA.v. 25, n. 1,p1136, jan-abr 2022.

CASTRO, E. **Neoextractivismo en la minería, prácticas coloniales y lugares de resistencia en Amazonia, Brasil.** Perfiles Económicos No.5, Julio 2018, pp. 35–76

CLAPP, J. **The Problem with growing corporate concentration and power in the global food system.** *Nature Food*, v. 2, n.6, p. 404–408, 2021

COSTA, Max A. C. **Modelo sustentável ou sustentação de um modelo vigente? A bioeconomia como iniciativa política do governo do Pará.** III Simpósio Internacional Interdisciplinaridade, Sustentabilidade e Desenvolvimento – Pesquisa, ensino e extensão na Amazônia para um desenvolvimento regional com responsabilidade global. Naea: Belém, PA, nov. 2023

FEARNSIDE, P.M. Carga pesada: o custo ambiental de asfaltar um corredor de soja na Amazônia. In: TORRES, M. **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da Br 163.** Brasília: CNPq. p 397–420. 2005.

GUDYNAS, E. **Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza.** Cochabamba: CEDIB/CLAES, 2015

Lula está soltando a nossa mão? Avanço da Ferrograo é progresso a qualquer preço. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 de ago. de 2024, Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2024/08/lula-esta-soltando-a-nossa-mao.shtml>. Acesso em: 14 de ago. 2024.

RAMCILOVIC-SUOMINEM, Sabaheta; KRÖGER, Markus; DRESSLER, Wolfram. **From pro-growth and planetary limits to degrowth and decoloniality: An emerging bioeconomy policy and research agenda.** *Forest Policy and Economics*, vol. 144. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2022.102819>

SENA PINTO, Rafaella. **A soja no corredor logístico norte.** Instituto de Estudos Socioeconômicos, Brasília–DF, abril de 2024. Disponível em: <https://inesc.org.br/a-soja-no-corredor-logistico-norte/>

Falsas Soluções Climáticas e Injustiças Socioambientais na rota da soja: O caso da Terra Indígena Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno

INTRODUÇÃO

Como apontado em setembro de 2024, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), vivemos uma tripla crise planetária, que envolve a perda de biodiversidade, aumento da poluição e a aceleração das mudanças climáticas. Esta última leva a humanidade a um cenário antes chamado de crise, hoje, de emergência climática. Essa crise não se resume ao aumento das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), muito embora sua intensidade seja contabilizada por essas e pelos efeitos em desastres por ela causados. Segundo a segunda parte do sexto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), lançado em março de

Aline Rafaella Sena Pinto

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Integra o Grupo de Pesquisa ReExisTerra (CNPq).
Email: a.rafaellasenapinto@gmail.com

Pedro Sérgio Vieira Martins

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Integra o Grupo de Pesquisa ReExisTerra (CNPq).
Email: pedro_svm@yahoo.com.br

Marcela Vecchione-Gonçalves

Professora Adjunta no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do Grupo de Pesquisa ReExisTerra (CNPq).
Email: marcela.vecchione@gmail.com

2022, as mudanças climáticas provocadas pela ação humana predatória se intensificam velozmente como nunca visto antes, se tornando, deste modo, a maior ameaça à saúde planetária e ao bem-estar da humanidade. O relatório aponta que os ecossistemas, a biodiversidade, a sociedade e o clima são elementos interdependentes que quando atingidos por fatores externos – como as emissões de carbono, mas, especialmente o funcionamento sistêmico econômico que as intensificam – geram efeitos em cascata que são ainda mais difíceis de administrar ocasionando mudanças intensas e irreversíveis (IPCC, 2022).

Ainda em 2019, dados do mesmo IPCC, em seu *Relatório Especial sobre Mudanças Climáticas, Desertificação, Degradação do Solo, Uso Sustentável da Terra, Segurança Alimentar e Fluxos de Gases de Efeito Estufa em Ecossistemas Terrestres*, apontaram que 24% das emissões globais de Gases do Efeito Estufa (GEE) correspondem ao setor de uso e cobertura da terra. As principais atividades econômicas e produtivas advêm do setor agropecuário para a produção de *commodities* que, segundo o relatório, tem sido a principal causa do desmatamento das florestas tropicais na América Latina e no Sudeste Asiático.

Em meio a esse cenário, as empresas produtoras de grãos têm se posicionado como protagonistas no enfrentamento da emergência climática, promovendo uma imagem de compromisso com a sustentabilidade ambiental e social. No entanto, essa narrativa frequentemente oculta uma realidade mais complexa sobre as consequências da expansão das atividades do setor para além das emissões de GEE, embora associadas às mesmas. No chão dos territórios coletivos, como é o caso da Terra Indígena Munduruku Apiaká, que examinaremos no citado contexto de emergência climática, o aumento da demanda por soja advinda de área não desmatada no Brasil, tem gerado pressões e violações de direitos territoriais indígenas, dissociando

as responsabilidades ambiental e corporativa, da social e humana. Tal separação esvazia a anunciada promoção de justiça climática e social anunciada por empresas ao alegarem que cumprem metas climáticas pela origem de seus produtos aliada às formas de transportá-la, por meio do que tecnicamente se confirma como ação climática¹.

Para fomentar e informar esse debate, apresentaremos primeiro onde se situa a produção de grãos no setor de mudança do uso da terra, responsável pela maior parcela das emissões de GEE brasileiras. Faremos a partir da discussão do lugar da expansão da produção de soja no Brasil, impulsionada pelo aumento da demanda internacional, que tem levado à conversão acelerada de áreas de floresta em campos de cultivo. A partir disso, com breve recuperação histórica da chegada dos portos graneleiros no Tapajós e, particularmente em Santarém, debateremos como a soja no Brasil, e especialmente na Amazônia Legal, não só contribui para o desmatamento, mas também intensifica históricos conflitos agrários e socioambientais. Descreveremos como a expansão da soja na região do Planalto Santareno, desde o início dos anos 2000, tem promovido crescimento significativo nas áreas plantadas, impulsionadas pelas demandas geradas com a infraestrutura instalada, com efeitos socioterritoriais adversos em territórios coletivos. Observaremos estes

¹ Ação climática é toda contribuição advinda de atores que não são partes (Estados Nacionais) signatárias do Acordo de Paris. Na COP 16, no Marrocos, foram aprovadas como contribuições auxiliares às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), e são a principal via de conexão de submissão de atores não-estatais com o reconhecimento da UNFCCC para estas ações, como contribuições relevantes à contenção da elevação da temperatura da terra. Para discussão sobre as ações climáticas em relação ao financiamento climático e cadeias de produção, ver Vecchione-Gonçalves, M. (2018). *Mercantilizar para implementar: o diálogo de Alto Nível sobre Financiamento na COP 24 como alegoria do planejamento do desenvolvimento global*.

efeitos especificamente na Terra Indígena Munduruku Apiaká do Planalto Santareno.

Por fim, discutimos o que os resultados parciais do estudo em curso indicam. Apesar das promessas das empresas de eliminar o desmatamento ilegal e reduzir as emissões ao longo da cadeia de produção, levando ao cumprimento de responsabilidades sociais e ambientais, a realidade de conflitos e violações com a desaceleração no processo de demarcação da Terra Indígena mostra outro cenário, inclusive com a aceleração da conversão da terra no Planalto Santareno. Argumentamos, assim, que a contínua expansão agrícola ancorada na redução das emissões líquidas de carbono tem servido para legitimar a expansão das operações das empresas do setor, contribuindo para a concentração de terras, reprodução de injustiças sociais e ambientais e geração de injustiça climática, sendo assim falsas soluções. A limitação ao livre acesso e uso da biodiversidade por povos indígenas é uma consequência direta desse processo, como tem ocorrido na TI Munduruku Apiaká do Planalto. Finalizamos o artigo apresentando como isso compõe as contradições e falsas soluções das empresas produtoras de grãos e a realidade por onde as operações destas empresas se expandem, evidenciando a necessidade de uma avaliação crítica das métricas de carbono e suas implicações agrárias, sociais e ambientais.

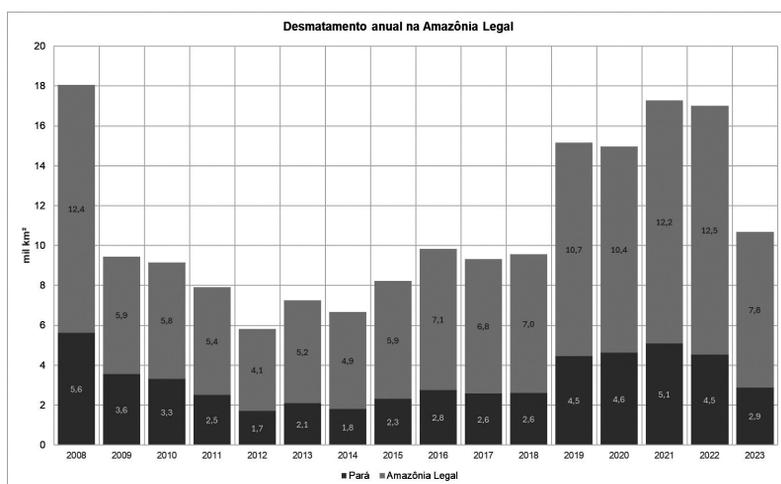
COMPLEXO PRODUTIVO DA SOJA: MUDANÇA DO USO DA TERRA E EMISSÕES DE GEE

O Brasil ocupa atualmente a sétima posição entre os maiores emissores de (GEE) do mundo. Dados recentes do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG) apontam que, em 2023, cerca de 48% das emissões brasileiras tiveram origem no setor de mudança no uso da terra, com destaque para

remoção florestal (retirada de cobertura vegetal nativa) e degradação. Além disso, outros 24% das emissões provêm do setor agropecuário, principalmente devido à criação de rebanhos bovinos para a produção de *commodities* voltadas à exportação.

Essas atividades, bastante concentradas na Amazônia Legal, especialmente consolidadas no estado do Mato Grosso e em expansão no Oeste do Pará, estão intimamente ligadas ao desmatamento, cuja taxa anual tem apresentado aumento constante desde 2013, apesar da redução observada em 2023. Nesse contexto, o estado do Pará ocupa a liderança no ranking de desmatamento no Brasil, acumulando 52,4 mil km² de área desmatada desde 2008, o que corresponde a 40% do total de desmatamento na Amazônia Legal (Gráfico 1). Além disso, o Estado também se destacou como o maior emissor de GEE do país no ano de 2023, com 77% de suas emissões provenientes do setor de Mudança no Uso da Terra e 17% do setor agropecuário (SEEG, 2024).

Gráfico 1 – Desmatamento acumulado na Amazônia Legal 2008 – 2023



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Prodes/Inpe (2024).

O desmatamento na Amazônia Legal e especificamente no bioma Amazônia tem sido impulsionado pelo corte raso de árvores e pela queima da vegetação nativa, com o objetivo de transformar a floresta em pasto, sendo a pecuária o principal motor da mudança do uso da terra na região (Barreto *et al.*, 2013; Rivero *et al.*, 2009). No estado do Pará, o cenário de desmatamento e, conseqüentemente, de altas emissões, remonta às transformações estruturais ocorridas nas décadas de 1980 e, especialmente, na de 1990. Durante esse período, o governo estadual implementou mudanças significativas na base produtiva do estado, impulsionadas pelo avanço da fronteira agrícola nos estados vizinhos de Mato Grosso, Maranhão e Tocantins (Barros *et al.*, 2020). Esse avanço tem muita relação com a expansão e especialização produtiva da soja no Mato Grosso e em sua relação com expansão da pecuária para outros espaços, como é o caso do Sul e Sudoeste do Pará, não apenas para desenvolvimento de processos produtivos aliados em si à pecuária, mas à própria dinâmica de transformação da terra pelo desmatamento para gerar, com isso, posse e propriedade (Torres *et al.*, 2017).

No que toca à mudança do uso da terra em relação ao processo histórico e, também, histórico jurídico da subida da soja ao Pará, para melhor situarmos no contexto das emissões e da conversão da terra levando à invisibilização de territorialidades outras que não as de alta produtividade agrícola monocultural, cabe lembrar o contexto da expansão da soja no estado do Mato Grosso. Este estado, seguindo o laboratório do seu vizinho Goiás, esteve inserido no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), pelo qual, por meio de cooperação entre Brasil e Japão, mediada tecnicamente e financiada pelo Banco Mundial, e desdobrada em aparatos de tropicalização da soja com mecanização, fertilização e

super especialização genética, com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), foi palco da transformação dos Cerrados brasileiros na maior área de produção de grãos do mundo. Esta subida do Planalto Central ao Norte em alinhamento ao desenvolvido no PRODECER foi se deslocando ao Norte e Noroeste do Mato Grosso, rumo às fronteiras Sul e Sudoeste do estado do Pará.

A alta produtividade da soja, hoje aliada à técnicas que colocam o plantio de soja como estocador de carbono por meio de muitas daquelas técnicas agrícolas iniciadas com o PRODECER na década de 1970, também necessitaram de técnicas e políticas de ordenamento territorial e destinação de terras para garantir a expansão do cultivo e a experimentação para a produtividade com cumprimento de legislação ambiental. Desde estes tempos – que, lembremos, não eram de democracia no Brasil e foram de violência agrária extrema – a mobilização política, jurídica e técnica para a expansão do cultivo e das infraestruturas para a extração de recursos e terras para a produção e escoamento da soja, demandou estruturas de invisibilização das práticas produtivas, e outros trabalhos, de camponeses, povos indígenas e povos tradicionais. Como parte ativa desta invisibilização, esteve a opção por um processo de destinação de terras que não era de reforma agrária reconhecendo ocupação tradicional ou mesmo a proteção por tutela de determinados grupos, mas de ordenar o território com base no princípio de terra vazia aliada, que gerava disponibilidade de terras para o desenvolvimento de uma ocupação planejada, tecnificada e produtiva, dando sentido de desenvolvimento nacional à destinação de terras e a processos técnicos específicos para controlar a natureza²¹. Estes dois

²¹ Para discussão ampla sobre genocídio cultural dos povos do cerrado, ver: <https://tribunaldocerrado.org.br/sessao-cerrado>

processos de apropriação de coisas baratas para o desenvolvimento de capitalismo agrário se reproduziram rumo ao Oeste paraense. Tal combinação se reiterou no movimento de expansão da soja na região em relação ao desmatamento, bem como às emissões de carbono, a partir do Código Florestal (Lei 12651/2012) e do Programa Terra Legal (Lei 11952/2009), especialmente nos movimentos entre o que configurava posse e propriedade mais antigas e conversão da terra para fins econômicos necessários desde a flexibilização de limites de conservação de vegetação nativa e anistia para áreas desmatadas³. Uma combinação contemporânea para ordenar e destinar terras que vem servindo às grandes comercializadoras e ao fluxo global de escoamento, e de rastreamento, de *commodities* em consonância com o regramento climático. Porém, a combinação tem refletido um velho movimento de justificativa para a apropriação de terras com base no que configura produtividade e em que consiste a reconhecida e merecida ocupação da terra, visibilizando assim sujeitos específicos para serem donos da terra, quase sempre concentrada de forma violenta.

Por esse histórico, no Pará, além do crescimento da pecuária bovina, o governo priorizou a produção de grãos, com foco no mercado internacional. Esse impulso contou com o apoio da EMBRAPA e investimentos em infraestrutura, especialmente via os programas de ordenamento territorial e ambiental atrelados à instalação e modernização da BR-163. Como resultado, foram estabelecidos três polos de produção de soja no estado: o Polo Nordeste, centrado no município de Paragominas; o Polo Sul, na região dos municípios de Marabá e Pacajá; e o Polo Oeste, no município de Santarém. Esses

³ Para as relações intrínsecas entre desmatamento, grilagem e dispositivos ambientais de apropriação da terra ver Torres *et al.*, 2017.

polos se espalham ao longo de eixos rodoviários estratégicos, como a BR-010 (Belém-Brasília), a BR-230 (Transamazônica) e a própria BR-163 (Cuiabá-Santarém) (Gayoso da Costa, 2012). Assim, inicia-se o processo de grandes transformações socioambientais e territoriais na região do Planalto Santareno ao longo dos últimos 25 anos.

A CHEGADA DA SOJA AO PLANALTO SANTARENO COMO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO INFRAESTRUTURAL AMPLA

Localizado em uma região estratégica na conexão entre o bioma cerrado e bioma amazônico, no Oeste do Pará, o Planalto Santareno abrange os municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, sendo ponto de confluência entre o Rio Tapajós e o Rio Amazonas, que segue em direção ao Oceano Atlântico. Foi justamente nessa região que, no início dos anos 2000, a Cargill instalou um porto graneleiro com o objetivo de escoar a produção do sul do Pará e, principalmente, do Mato Grosso. A partir do início das operações desse porto, em 2003, a região vivenciou uma explosão de áreas dedicadas ao cultivo de soja. Contudo, conforme aponta o estudo *Sem Licença para a Destruição*, da organização de direitos humanos **Terra de Direitos**⁴, o processo de licenciamento ambiental na região apresenta uma série de lacunas, especialmente no que toca os efeitos socioambientais sobre os territórios de povos indígenas e quilombolas.

Entre os anos 2000 e 2020, a área dedicada ao cultivo de soja no planalto santareno apresentou um crescimento exponencial, saltando de

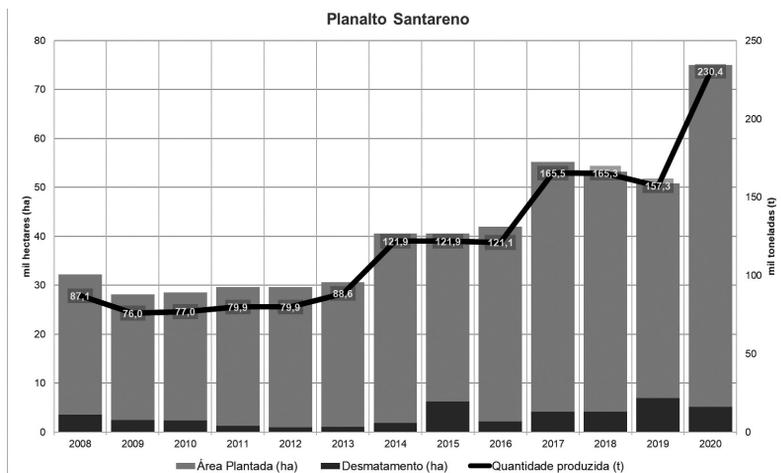
⁴ Sem licença para a Destruição: Disponível em: <<https://semlicencaparacargill.org.br/assets/estudo-completo-cargill-santarém.pdf>>

50 hectares para 75 mil hectares. Segundo dados da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE)⁵, esse avanço foi particularmente acelerado nos municípios de Santarém e Belterra, a partir de 2003, mantendo crescimento constante até 2013, e retomando trajetória ascendente em 2014. No cenário de avanço no planalto, o município de Mojuí dos Campos merece destaque. Criado em 2013, emancipando-se do município de Santarém, sua formação foi impulsionada por pressões de atores políticos ligados ao setor produtivo da soja, que buscava expandir áreas de plantio na região.

Desde então, Mojuí dos Campos não apenas se consolidou como o município com a maior área dedicada ao cultivo de soja, saltando de 7 mil hectares plantados em 2013 para 35 mil hectares em 2020, como também passou a liderar a produção na região. Houve no município aumento de 20 mil toneladas na produção, em 2013, para 105 mil toneladas, em 2020. Em 2013, as taxas de desmatamento eram de 400 hectares ao ano, porém subiram para 3 mil hectares ao ano, em 2020. Esse crescimento reflete a intensificação da conversão das áreas de campo naturais ou de floresta na região, o que inclui castanhais, para um modelo essencialmente monocultural. Evidencia-se, assim, a relação entre expansão do plantio de soja e os processos extrativos agrários relacionados (McKay *et al.*, 2021), o aumento da produção e os efeitos ambientais decorrentes, sobretudo com desmatamento, como ilustrado no Gráfico 2.

⁵ Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>>

Gráfico 2 – Produção e Área plantada de Soja x Desmatamento no Planalto Santareno 2008 – 2020



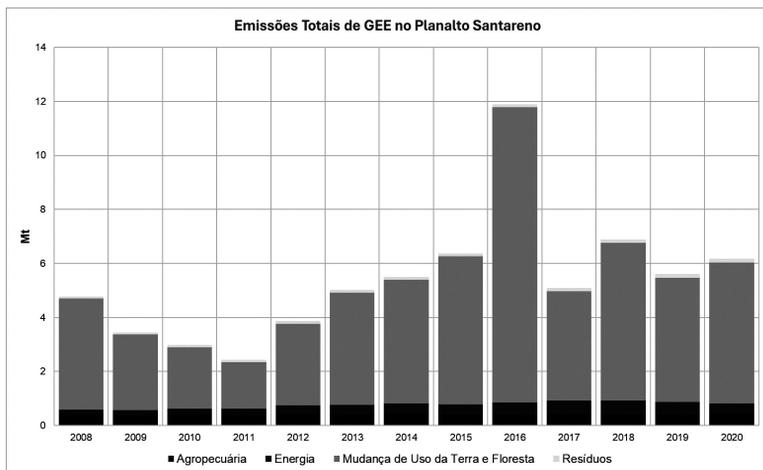
Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE) e Prodes/Inpe (2024)

Diante desse cenário, o aumento da área de plantio a partir de 2013 reflete os efeitos do Código Florestal (CF) (Lei 12.651/2012). O CF introduziu mudanças que flexibilizaram a proteção ambiental, facilitando a expansão da fronteira agrícola, deixando em 80% a área de Reserva Legal na Amazônia Legal, mas em 35% em áreas de transição com bioma cerrado, e em 50% quando se tratava de municípios com áreas consolidadas, antes de 2008, e com mais de 50% de seus territórios cobertos por áreas com regime ambiental diferenciado, como as Unidades de Conservação e as Terras Indígenas. No caso do planalto santareno, esta relação gerava e gera conflitos com os setores conectados ao complexo extrativo-produtivo da soja na relação com a Floresta Nacional do Tapajós e as Terras Indígenas em processo

de reconhecimento e demarcação, como é o caso da Terra Indígena Munduruku Apiaká do Planalto.

Historicamente, soma-se a isso o fato de que à medida que a BR-163 se consolidou como a principal rota logística para as grandes comercializadoras globais de grãos, a pressão pela produção agrícola intensificou-se. Essa dinâmica de mudança no uso da terra não apenas impulsionou o avanço da agropecuária, mas também contribuiu significativamente para o aumento das emissões de GEE na região. De acordo com o SEEG (2024), 91% das emissões provêm do setor de mudança no uso da terra, sendo a maior parte decorrente do desmatamento para atividades agropecuárias. Esse processo demonstra a relação direta entre a expansão agrícola, a degradação social e ambiental e os efeitos climáticos na região, incluindo aqueles sobre as condições de vida de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Gráfico 3 – Emissões Totais de GEE no Planalto Santareno entre 2008 – 2020



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG) (2024)

REPRODUÇÃO DE INJUSTIÇAS SOCIOAMBIENTAIS NA TERRA INDÍGENA MUNDURUKU E APIAKÁ DO PLANALTO SANTARENO

No Planalto Santareno, a expansão agrícola ocorre principalmente nos limites de comunidades rurais e sobre territórios indígenas em processo de demarcação, gerando conflitos socioambientais entre produtores altamente capitalizados e as comunidades locais (Wesz Jr, 2021; Aguiar, 2019). Um exemplo emblemático é a Terra Indígena Munduruku Apiaká, localizada no município de Santarém, onde estão situadas as aldeias Açaizal, Ipaupixuna, Cavada e Aparador. Esses grupos sociais que historicamente convivem com a floresta e usam seus recursos de maneira a produzir e resguardar biodiversidade aliada à promoção da qualidade de seus modos de vida, têm ficado cada vez mais cercados para esse exercício de soberania sobre suas formas de viver por vastos campos de plantio de soja. Este cercamento ameaça à integridade dos territórios de vida, na medida que provoca degradação e desmatamento, porém também quando se avança sobre as áreas de uso para registros das Reservas Legais das áreas ocupadas ilegalmente no território. Isto é, não pode se tratar de Reserva Legal, visto que não é propriedade rural na medida em que a TI tem um processo de demarcação ativo.

O processo de produção de soja, assim, envolve desde a apropriação de espaços de conservação da alegada propriedade, que vende sua produção às comercializadoras como advinda de área rastreável sem desmatamento, consolidando a posse fundiária ilegal por meio de suposta legalidade ambiental. Em adição ao operativo do mecanismo de apropriação fundiário por meio do ambiental, há desposseção e vedação ao livre uso da biodiversidade bem como ao usufruto da terra pública pela

ocupação tradicional pelo uso intensivo de agrotóxicos, que nos últimos anos tem tido efeitos socioterritoriais, com rebote em saúde pública, nocivos na região. Ademais, a instalação de infraestruturas de transporte e armazenamento dos grãos altera significativamente a paisagem, antes predominantemente rural ou florestal. Essa transformação não só descaracteriza a paisagem, conseqüentemente, os modos de vida, como também acelera a perda de florestas, o assoreamento de igarapés e a poluição do ar, comprometendo a biodiversidade e os recursos hídricos.

Essas interrupções territoriais, sob a alegação da legalidade ambiental e da eficiência climática, com otimização da produção, estocagem de carbono e rastreabilidade, todas consideradas ações climáticas relevantes pela Convenção Quadro das Nações Unidas (UNFCCC) e pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), acabam finalmente cercando e impedindo formas de viver de se realizarem. Com isso, as pessoas indígenas, organizadas coletivamente, não têm o devido acesso a direitos territoriais e ambientais, bem como aos bens comuns da natureza, configurando o que Henri Acselrad (2009) chama de desigualdades ambientais.

Assim, à medida que o avanço do agronegócio se consolida, multiplicam-se as violações territoriais e os efeitos socioterritoriais que inviabilizam o modo de vida tradicional desses povos. Essas mudanças levam a disputas cada vez mais acirradas sobre como esses territórios devem ser utilizados e geridos, evidenciando um conflito de interesses entre a produção agrícola em larga escala e a preservação das culturas e dos ecossistemas locais. A questão central, portanto, não se resume apenas ao uso da terra, mas principalmente ao propósito para o qual ela é destinada. Diante desse cenário de violações territoriais, os indígenas Munduruku e Apiaká reivindicam, desde 2008, a demarcação do

território. Primeiramente iniciaram um processo de autodemarcação em 2012, além de criar o seu próprio Protocolo Autônomo de Consulta em 2017. Este documento estabelece os procedimentos de consulta sobre qualquer empreendimento que tenha efeitos socioterritoriais adversos sobre seu território e que afete seus direitos, seguindo o que recomenda a Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário.

Em 2018, após anos de demandas dos indígenas do Planalto Santareno, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) finalmente criou o Grupo de Trabalho (GT) para estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno⁶ e autorizou o deslocamento da equipe para a realização do trabalho junto às aldeias no ano seguinte⁷. Contudo, em dezembro de 2019, os indígenas foram surpreendidos com uma nova portaria da FUNAI a qual excluiu os membros do GT e nomeou novos técnicos⁸. O processo de demarcação está atrasado desde então, tendo um novo GT sido formado e entrado no território a partir de 2022. De acordo com o Conselho Indígena do Planalto Santareno, o bloqueio ao acesso do exercício do direito de usufruto na TI, plenamente reconhecido pelo processo administrativo de demarcação, tem influência direta de forças políticas de Santarém e do Sindicato Rural de Santarém (SIRSAN), cujos interesses de expansão e consolidação da soja na região conflitam diretamente com a demarcação da Terra Indígena.

Para Acsehrad (p. 123, 2009), a concentração de terras e de poder resultam em desigualdade ambiental “em favor de determinado tipo de acumulação, apresentando-se como justificativa a necessidade de responder a determinadas demandas de progresso e bem-estar”, logo,

⁶ Instrução Normativa nº 1.387 de 24 de outubro de 2018, FUNAI.

⁷ Portaria nº 1.444 de 20 de novembro de 2019, FUNAI.

⁸ Portaria nº 2.090 de 30 de dezembro de 2019, FUNAI.

modos de vida de grupos socioculturais são desestruturados assim como seus direitos são destruídos. Estes danos socioambientais ocasionados por projetos de desenvolvimento são resultados de múltiplos processos não-democráticos seja por planos de governo, ou formulação e implementação de políticas públicas que levam a consequências desproporcionais sobre diferentes grupos sociais, caracterizando o que o autor define como injustiça ambiental.

Assim, quando uma Terra Indígena tarda a ter seu processo de demarcação finalizado e, ao mesmo tempo, os avanços sobre o território em disputa judicial continuam, normalizados e sem sofrer efeitos de fiscalização, estas injustiças se reproduzem. Mesmo que comercializadoras que compram a soja de empreendimentos sobre estes territórios evoquem efeitos positivos na rastreabilidade da produção, a eficiência climática não produz, assim, justiça, muito pelo contrário. Exemplo disso se viu em 4 de março de 2023, quando o povo Munduruku denunciou o uso do “correntão” na Terra Indígena Munduruku e Apiaká do Planalto por produtores de soja. O “correntão” é uma prática ilegal dos fazendeiros que consiste na destruição total da mata, sem possibilidade de seleção de árvores ou manejo. Esse pedaço de floresta amazônica estava cercado por campos de soja e milho. De acordo com o SIRSAN, todos os sojeiros têm contrato com a Cargill por ser ela a única empresa a transportar soja saindo do Porto de Santarém.

Todos os proprietários de terras da família envolvida no conflito, em Santarém, têm contratos com a Cargill Agrícola S.A. O que aconteceu em 4 de março é um exemplo de que a cadeia de suprimentos é feita por atividades altamente poluentes para chegar à China e à Europa. No mesmo mês de março, a Cargill fez anúncios em suas redes sociais sobre a meta de restauração:

“Por meio de iniciativas de restauração, a Cargill restaurará 100 mil hectares nos próximos cinco anos. Além do impacto positivo no ecossistema e na biodiversidade, os programas de restauração resultarão em melhores condições de vida dos agricultores e mais inovação, proporcionando uma restauração mais eficiente e em larga escala.”⁹

A promessa de coexistência entre fazendas e florestas parece mais com o velho método de lavagem verde (*greenwashing*) das corporações. O conceito de restauração é uma vantagem corporativa para a expropriação de territórios e acumulação de capital. Desse modo, esta política de restauração como meta climática da Cargill é, na prática, contra a justiça ambiental e climática.

Para Acselrad, o debate em torno do modelo de desenvolvimento baseado em monoculturas, como a soja, tem configurado dois tipos distintos de território. Para ele, de um lado há “uma multiplicidade de territorialidades definidas pelas lutas sociais, que questionam a concepção monocultural exportadora dominante e buscam reinventar seus espaços de vida”, e de outro lado há o território do mercado “representado pelo avanço da apropriação privada e da adoção de esquemas de ocupação em larga escala, em geral ambientalmente agressivos e devoradores de recursos naturais” (p. 143, 2009). Nesse sentido, a expansão das áreas com soja no Planalto Santareno redesenha este território de modo que há a perda da sociobiodiversidade e do comprometimento das territorialidades amazônicas, levando a uma reflexão que não deve se restringir unicamente às possibilidades de governança do território para

⁹ Cargill anuncia novos programas que fortalecem o compromisso com a agricultura sustentável no Brasil. Disponível em: <

mitigar as consequências climáticas da expansão integrada das cadeias produtivas, como é o caso da soja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo revela que embora as empresas produtoras de grãos adotem medidas para diminuir suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), essas práticas frequentemente servem mais para justificar a expansão de suas operações do que para promover mudanças reais e justas, social, ambiental e climaticamente. No contexto brasileiro, onde o setor de mudança no uso da terra, particularmente a agropecuária, representa uma significativa fonte de emissões, o estudo demonstra que a expansão da produção de soja tem levado ao desmatamento de áreas de floresta, avançando sobre territórios de comunidades tradicionais e indígenas.

O exemplo do cercamento da Terra Indígena Munduruku e Apiaká ilustra como a chegada do porto graneleiro da Cargill impulsionou a expansão da soja no Planalto Santareno, gerando conflitos e efeitos socioambientais e territoriais adversos. Os dados mostram que, apesar das alegações de redução de desmatamento e emissões, as práticas da empresa frequentemente promovem injustiças ambientais e territoriais. A ‘métrica de carbono’, portanto, tem se mostrado uma ferramenta insuficiente para garantir verdadeiras mudanças para o enfrentamento da crise climática. Nesse sentido, considera-se necessário que o debate climático inclua uma discussão abrangente sobre justiça ambiental, de modo que os povos e comunidades tradicionais tenham seus direitos territoriais e modos de vida respeitados, em vez de serem reduzidos a processos e métricas que perpetuam novas formas de acumulação. Conforme argumenta Camila Moreno:

(...) basear a ‘descarbonização’ somente no ‘carbono’ é muito reducionista, de maneira que simplifica e oculta problemas que são muito complexos. Afinal, a crise ambiental é multidimensional e conecta uma série de relações interdependentes que constituem a vida planetária. (...) “O mundo pode continuar a produzir emissões, desde que haja uma forma de ‘compensá-las’. Assim, se existem emissões em uma localidade e o sequestro de carbono, ou a emissão “evitada” em outra, é possível considerar a primeira como neutra, ou obter um resultado ‘líquido zero?’” (Moreno, 2016, p.127).

Dessa forma, esses mecanismos de compensação são falsas soluções de modo a tornar o capitalismo “verde”, unindo “o esforço para preservar os sistemas e relações capitalistas existentes em resposta a essa ameaça sem precedentes, à garantia de novos domínios para a acumulação na transição para uma economia descarbonizada e ecologicamente sustentável” (Buller, p. 27, 2022). Nesse sentido, o aumento das emissões de carbono ocasionadas pelo desmatamento na Amazônia não causa somente a perda de cobertura florestal. Esta dinâmica, como forma de ocupação em escala, causa perda de sociobiodiversidade que está relacionada à perda dos modos de vida de povos indígenas e a comunidades tradicionais. Isto tem relação direta com a forma com que a floresta se mantém e se multiplica, algo que nenhum mecanismo de compensação consegue compensar (Ferrando *et al.*, 2021).

Em síntese, o presente artigo conclui que o discurso de sustentabilidade das empresas do setor de grãos não reflete a realidade de suas práticas no contexto brasileiro, pelo menos no contexto da expansão do complexo extrativo-produtivo da soja. Para enfrentar efetivamente a crise climática é necessário um reexame crítico das métricas utilizadas pela UNFCCC, ainda bastante restritas ao carbono, observar as ações climáticas propostas por empresas do ramo e conectar aos desdobramentos de suas operações territorialmente, especialmente se

as mesmas operações forem oferecidas como boas práticas à Convenção em complementação às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC). Isso se faz especialmente importante no cenário da Convenção das Partes 30 (COP 30), em Belém, quando será o primeiro período de revisão das NDCs, quando as florestas e sua conversão, bem como as possibilidades de compensação presentes nesta, serão discutidas como lastro e oportunidade tanto às ações climáticas, como à composição público e privada do financiamento climático. Pesquisas que atentem para esta relação entre os dados quantitativos de emissão e mudança do uso da terra provocada pelo setor de grãos e sua relação com a responsabilidade social e ambiental que cumprem ou não cumprem territorialmente podem ser um elo importante entre ciência e política para verificar se há compromisso genuíno com a justiça socioambiental e climática.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; e BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

AGUIAR, Diana. **Dossiê Crítico da Logística da Soja: Em defesa de alternativas à cadeia monocultural**. Rio de Janeiro: FASE, 2021. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Dossi%C3%AA_FASE.pdf>

BALBI, Bruna; RAMOS, Lanna de Paula. **Infraestrutura da destruição**. Diplomatieque. Disponível em:<<https://diplomatieque.org.br/infraestrutura-da-destruicao-portos-tapajos-ferrograoagronegocio/#:~:text=O%20projeto%20da%20Ferrogr%C3%A3o%20est%C3%A1,informado%20e%20de%20boa%-2Df%C3%A9>>. Acesso em: 29 de jul. de 2024.

BARRETO, Paulo; ARIMA, Eugenio; BRITO, Marky. **Pecuária e Desafios para a Conservação Ambiental na Amazônia**. IMAZON, 2013. Disponível em: < <https://imazon.org.br/pecuaria-e-desafios-para-a-conservacao-ambiental-na-amazonia/>>

BULLER, Adrienne. **The Value of a Whale: On the Illusions of Green Capitalism**. Manchester University Press, 2022.

CASTRO, Edna. **Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão**. NAEA, 2008.

GAYOSO DA COSTA, Solange Maria. **Grãos da floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia**. Orientadora: Rosa Elizabeth Acevedo Marin. 2012. 298 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11157>>

GUDYNAS, E. **Conflictos y extractivismos: Conceptos, contenidos y dinámicas**. Decursos 2013, 15, 79–116.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. Capítulo 2 – A Geografia da Acumulação Capitalista: uma reconstrução da Teoria Marxista.

LEROY, Jean Pierre; MALERBA, Juliana. **Justiça Climática e ambiental**. In: Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Mudanças Climáticas e o Brasil: contribuições e diretrizes para incorporar questões de mudança de clima em políticas públicas. Brasília, 2008

McKAY, B.; ALONSO-FRADEJAS, A.; EZQUERRO-CAÑETE, A. **Agrarian Extractivism in Latin America**. New York: Routledge, 2021.

MORENO, Camila. **A Métrica do Carbono: abstrações globais e epistemicídio ecológico**. Camila Moreno, Daniel Speich, Lili Fuhr. – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016.

RIVERO, Sérgio; ALMEIDA, Oriana; ÁVILA, Saulo; OLIVEIRA, Wesley. **Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia**. nova Economia Belo Horizonte 19 (1) 41–66 jan–abr de 2009.

SVAMPA, M. **Commodities Consensus: Neoextractivism and Enclosure of the Commons**. In Latin America South Atlantic Quaterly; Duke; Volume 114 p. 65–82. (2015)

_____, M. **Las fronteras del neoextractivismo em América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependências**. Bielefeld Univ. Press, 2019.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2016.

_____, S. **A Savage Sorting of Winners and Losers: Contemporary Versions of Primitive Accumulation**. Globalizations March – June, Vol. 7, Nos. 1– 2, pp. 23 –50, 2010.

STORM, S. **Capitalism and climate change: can the invisible hand adjust the natural thermostat?** Development and Change, v. 40, n. 6, p. 1.011–1.038, 2009.

TORRES, M.; DOBLAS, J.; ALARCON, D.F. **“Dono é quem desmata” Conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense**. Altamira: Instituto Agrônômico da Amazônia, 2017.

TYREE, S.; GREENLEAF, M. **The environmental injustice of “clean coal”: expanding the national conversation on carbon capture and storage technology to include an analysis of potential environmental justice impacts.** *Environmental Justice*, v. 2, n. 4, p. 167–171, 2009.

VECCHIONE-GONÇALVES, M. Mercantilizar para implementar: o diálogo de Alto Nível sobre Financiamento na COP 24 como alegoria do planejamento do desenvolvimento global. **Papers do NAEA**, v.1, n.1, 2018. (Paper 397). Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11143>

WESZ, Junior., V. J., KATO, K., Leão, A. R., LEÃO, S. A., y LIMA, M. do S. B. de. **Dinâmicas recentes do agronegócio no Oeste do Pará (Brasil): expansão da soja e estruturação de corredores logísticos.** *Mundo Agrario*, 22(50), e174, 2021. Disponível em: <<https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/mae174/14700>>

Flexibilização no sistema regulatório de agrotóxicos e suas implicações socioambientais e à saúde humana na Amazônia

INTRODUÇÃO

Diante do contexto internacional, o processo do desenvolvimento da agricultura está vinculado a três bases: revolução verde, implementação de políticas de desenvolvimento e os debates voltados para a questão ambiental. A percepção dos impactos e dos danos advindos do uso generalizado das substâncias químicas, para o combate das pragas nas lavouras, em especial do DDT, foi em grande parte, influenciadas pelas denúncias que resultaram com a publicação do livro da pesquisadora americana Rachel Carson intitulado “Silente Spring” (Primavera Silenciosa), no ano de 1962. O desenvolvimento da indústria de agrotóxicos está intrinsecamente vinculado ao

Alana Paula de Araujo Aires

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia/Núcleo de Meio Ambiente (PPGEDAM/NUMA) da UFPA. Especialista em Comunicação e Divulgação Científica (FIPAM/NAEA/UFPA). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Pará (UFPA).
E-mail: alanah.aires@gmail.com

Nirvia Ravena

Professora Titular e Pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). Doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (UFPA). Graduação em Ciências Sociais (UFPA).
E-mail: niravena@uol.com.br

Edna Maria Ramos de Castro

Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. Professora Emérita da Universidade Federal do Pará (UFPA), atuando no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e no Instituto de Filosofia e Ciência Humanas (IFCH).
E-mail: edna.mrcastro@gmail.com

processo de modernização agrícola após a segunda guerra a partir do uso intenso de insumos químicos, biológicos e mecânicos (Pelaez; Terra; Silva, 2010).

As teses fundamentadas no livro destacam e alertam acerca dos riscos contínuos envolvidos na manutenção dos padrões de uso de agrotóxicos e necessidade urgente de mudanças em práticas alternativas de menor impacto ao meio ambiente e à saúde humana. A indústria química apresentou forte reação diante do trabalho de Rachel Carson, pois a argumentação e fundamentação sólida de Carson influenciaram profundamente a opinião pública americana (Moura, 2009). Isto, por sua vez, resultou na iniciativa de reavaliação dos agrotóxicos pelos Órgãos governamentais do país. Este processo gerou a criação da agência ambiental americana (Environmental Protection Agency – EPA), e após isso, a eliminação do uso agrícola de produtos organoclorados. Costa (2015) destaca que a partir dos anos de 1971 diversos produtos sintéticos foram banidos ou mantidos sob uso restrito pelo órgão ambiental americano, em função da comprovação dos efeitos nocivos ao meio ambiente a saúde humana.

Pelo campo político, no Congresso Nacional, os debates envolvendo a regulamentação de agrotóxicos passaram a ter maior protagonismo a partir de 1980. O monopólio do contexto globalizado, desempenhado pelas transnacionais do setor agroquímico é uma expressão nítida da grande e, pode-se dizer, específica forma do capital se reproduzir na agricultura (Bombardi, 2011). Esta temática era então regulada por Portarias do Ministério da Agricultura e Saúde, por meio da Lei de 1.934 (Gomes; Barizon, 2014). Os processos que envolviam os setores que “ganhariam” ou “perderiam” com mais restrições teve como resultado a criação da Lei dos Agrotóxicos em 1989 que foi aprovada mesmo mediante da oposição do Ministério da Agricultura.

Neste cenário há um conjunto de dispositivos normativos que regulam a aplicação, a comercialização, produção, armazenamento, transporte e uma pluralidade de outros aspectos relacionados aos produtos agrotóxicos, seus componentes e afins. Tais disposições e regulações são da ordem civil, criminal e administrativa, o que pode ser considerado como microsistema regulatório de agrotóxicos (Folgado, 2017). Nestes termos, a regulação de agrotóxicos é fundamental, pois se trata de substâncias tóxicas biocidas, com o objetivo de matar a vida.

Ademais, há uma disputa, com relação à terminologia a ser utilizada para nomear tais substâncias, de maneira que é bem comum encontrar referências a tais produtos como defensivos agrícolas, pesticidas, produto fitossanitário, remédio para plantas, venenos agrícolas, entre outros. De outro modo, o PL 6.299/2002 é apresentado diante do sistema regulatório de agrotóxicos que, em uma das flexibilizações mais preocupantes apontadas neste PL, é a avaliação e registro de agrotóxicos de forma unilateral pelo MAPA, e não mais a avaliação tripartite com ANVISA e IBAMA.

Neste contexto, a Revolução Verde ocorre e é dotada de capacidade para intensificar o processo e torná-lo mais evidente. De forma conceitual, esta revolução é considerada como a propagação de tecnologias agrícolas que permitiriam elevar o quantitativo da produção que ocorreu principalmente entre 1960 e 1970, a partir da modernização das técnicas utilizadas (Octaviano, 2010). Deste modo, o padrão agrícola no pós-guerra possui o suporte tecnológico no uso de agrotóxicos, mecanização, cultivos que apresentam melhores resultados de rendimento e estratégias de irrigação, visando o aumento na mensuração da produtividade.

Há uma relação explícita diante da agricultura moderna intensiva e ao uso de pesticidas. E, a partir da década de 1960, este modelo agrícola foi disseminado para as regiões consideradas como de Terceiro Mundo, no processo da Revolução Verde (Spadotto, 2004). Na perspectiva do agronegócio os agrotóxicos atendem aos requisitos de proteção das culturas agrícolas de pragas, doenças e plantas daninhas, no entanto, estas substâncias oferecem riscos socioambientais e à saúde humana. A utilização frequente, e muitas das vezes de forma inadequada, provoca riscos de contaminação dos solos agrícolas, das águas superficiais e subterrâneas, dos alimentos, apresentando efeitos negativos em organismos terrestres e aquáticos e de intoxicação exógena por meio do consumo de água e alimentos contaminados, assim como o risco de intoxicação ocupacional de trabalhadores e produtores rurais, por meio da aplicação inadequada e até mesmo a ausência do uso do Equipamentos de Proteção Individual – EPI e de seus territórios (Spadotto, 2024).

Este artigo está dividido em duas seções, para a além da introdução e conclusão. A primeira seção busca explorar a fundamentação teórica conceitual sobre os agrotóxicos, demonstrando seus processos e o cenário de flexibilizações normativo regulatórios, que têm se propagado. A segunda seção é direcionada para a questão da comercialização de agrotóxicos e implicações socioambientais e à saúde humana. A conclusão é a de que flexibilização no sistema regulatório de agrotóxicos provoca implicações socioambientais negativas e danos à saúde humana por promover um aumento nos registros e no uso de produtos considerados nocivos para o meio ambiente e ao ser humano.

PERSPECTIVAS TEÓRICO-CONCEITUAIS DE AGROTÓXICOS E O PROCESSO DE REGISTRO

Na legislação brasileira, os agrotóxicos são regulados desde a promulgação do Decreto nº 24.114 de 12 de abril de 1934, no qual foram estabelecidos e elencados as diretrizes e deveres para a produção, importação, exportação, comercialização e utilização de pesticidas no país. Após 55 anos, a Lei 7.802 de 11 de julho de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 4.074 de 4 de janeiro de 2002, culminou em alterações significativas na regulação, ao incluir o órgão do meio ambiente, o atual Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no processo de avaliação ambiental dos agrotóxicos (Brasil, 1989).

De acordo com a Lei Federal 7.802/89, Artigo 2, Inciso I, agrotóxicos e afins são o produto da formulação de processos físicos, químicos ou biológicos propostos à utilização no departamento de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, inseridos nas pastagens, nas proteções das florestas nativas ou implantadas e de outros ecossistemas e também em ambiente urbano, hídricos e industriais, onde o objetivo seja o de alterar a composição da fauna e da flora, visando protegê-la da ação danosa dos seres vivos considerados nocivos, bem como substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento (Brasil, 1989).

toda e qualquer substância, ou mistura de substâncias, utilizadas para prevenir, destruir ou controlar qualquer tipo de praga – inclusive vetores de doenças humanas e animais, espécies indesejadas de plantas ou animais, que provocam danos durante a produção, processamento, estocagem, transporte ou distribuição

de alimentos, produtos agrícolas, madeira e derivados, ou que deva ser administrada para o controle de insetos, aracnídeos e outras pestes que acometem os corpos de animais de criação (FAO, 2018).

No Brasil, o Decreto nº 24.114/1934, onde fundamentaram-se as diretrizes e obrigações concentradas na produção, importação, exportação, comercialização e a utilização no país. Porém, muitos pontos considerados importantes, no que se relacionava à regulamentação dos agrotóxicos não eram tratados. A construção do Decreto datava antes da produção em escala mundial do primeiro agrotóxico organossintético (Folgado, 2022). Após isto, a lei 7.802/1989, regulada pelo Decreto nº 4.074/2002, demonstrou resultados em alterações na regulação, com a inclusão do órgão responsável pelo setor do meio ambiente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, no decorrer do processo de avaliação e registro dos agrotóxicos e a avaliação ambiental no Brasil. Para obter o registro é necessário o parecer e avaliações de três órgãos: do Ministério da Agricultura – MAPA –, para os requisitos de eficiência agrônômica, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA –, a fim de realizar a avaliação toxicológica e do IBAMA, para avaliação da periculosidade ambiental (Brasil, 1989).

No ano de 1975 o processo de utilização dos agrotóxicos foi alavancado pelo II Programa Nacional de Defensivos Agrícolas – PNDA, elaborado pelo governo militar com o objetivo de adquirir investimentos para a geração de empresas nacionais e a instalação no país de filiais das empresas transnacionais, bem como de insumos agrícolas.

a evolução da indústria de agrotóxicos é diretamente proporcional ao processo de modernização da agricultura no Pós-Segunda Guerra, a partir da utilização massiva de insumos químicos,

biológicos e mecânicos. Este processo foi consolidado no Brasil ao decorrer dos anos de 1970, onde paralelamente ocorria a constituição de um parque industrial de insumos químicos biológicos e mecânicos destinados para a agricultura (...). No caso da indústria de agrotóxicos, foi de fundamental importância a criação em 1975, do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, dentro do II Plano Nacional de Desenvolvimento, o que gerou recursos financeiros para a criação de empresas nacionais e a instalação de subsidiárias das empresas transnacionais do país. Outro aspecto fundamental foi a oferta de crédito do custeio, necessário à criação de uma demanda em larga escala de insumos para a agricultura, viabilizado pela criação do sistema de crédito Rural em 1965 (Pelaez, *et al*, 2010).

Neste escopo foram introduzidos os primeiros espaços para que o campo brasileiro fosse transformado na imensa lixeira tóxica como ocorre atualmente. Pois, além de importar produtos que eram proibidos nos países de origem, ficou designado também para incorporar uma estrutura industrial com a capacidade de produzir agrotóxicos banidos em outros países. De outro modo, a evolução normativa não seguiu a evolução comercial e financeira direcionadas para os agrotóxicos de maneira que o círculo vicioso do uso de tais produtos foi consolidado frente a um sistema normativo frágil, pulverizado e inúmeras vezes ultrapassado. Estas mudanças atreladas à conformação de novas relações políticas e comerciais internacionais incentivadas pelo crescimento da demanda urbano-industrial pelos produtos agrícolas, incentivaram o crescimento de sistemas agrícolas homogêneos diante de novas bases tecnológicas (Folhes; Fernandes, 2022).

A Lei de Agrotóxicos (como ficou conhecida a lei 7.802/89), foi produto de um processo um tanto tardio de regulação específica e ampla sobre a temática. Assim, a lei federal de agrotóxicos foi resultado da busca contínua de longas lutas e grande mobilização popular em função

da regulação específica de tais produtos. Não muito diferente do que ocorre nos dias atuais. Pois, o processo de produção de leis estaduais, principalmente, a pioneira lei gaúcha nº 7.747 de 22 de dezembro de 1982, onde também foi fruto de mobilização social, representou um mecanismo decisivo na edição da lei federal.

Neste contexto, o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos, desde 2008, em sua totalidade, isto é, em números absolutos, pois engloba em média 20% de todo agrotóxico comercializado no planeta (Bombardi, 2019). O país alcançou este patamar, após um processo de crescimento do uso destes produtos, de modo que tal posição no ranking mundial é resultado do conjunto de fatores que envolvem a inversão volumosa de recursos estatais no setor, a publicidade intensiva dos produtos, a fragilidade regulatória, o distanciamento periódico de fiscalizações, a ausência de conhecimento por parte dos agricultores dos reais perigos que estes produtos oferecem ao meio ambiente e para saúde humana, ausência de assistência técnica, aumento exponencial de áreas, de produção de sementes transgênicas e de monoculturas como a soja.

De acordo com Bombardi (2017), o consumo total de agrotóxicos no Brasil saltou de 170.000 toneladas no ano de 2.000, para 500.000 toneladas em 2.014, ou seja, um aumento de 135% em um período de 15 anos. O ano de 2019 alavancou muitos problemas que já prevaleciam quando se trata de agrotóxicos. De acordo com a Stédile (2020), alguns dos destaques que norteavam o debate emblemático sobre agrotóxicos foram:

liberação de 502 novos rótulos de agrotóxicos, muitos deles proibidos de serem vendidos nos países de origem. Flexibilizando parâmetros de avaliação, monitoramento de toxicidade e atendendo apenas aos interesses das quatro grandes empresas transnacionais: **Bayer/Monsanto, Basf, Corteva (DuwPont) e Syngenta.** Hoje,

mais da metade dos alimentos que chegam ao mercado estão contaminados por pesticidas. Estes comprovadamente afetam a saúde de toda população, provocando até mesmo alguns tipos de câncer (Stédile, 2020 p.16).

Por outro lado, a curva de crescimento na aprovação do registro de agrotóxicos no Brasil aumentou de modo exponencial nos últimos anos, principalmente após a saída da Presidenta Dilma Rousseff em 2016. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no ano de 2016 foram registrados 277 agrotóxicos; em 2017, 405 em 2018 foram 450 novos registros (MAPA, 2019). Durante o Governo Bolsonaro (2020 –2023) foram registrados 2.262 agrotóxicos. Isto representou um aumento exponencial e aponta que a política da bancada ruralista e do agronegócio, neste período, ganhou forças neste governo.

De outro modo, a Constituição Federal de 1988 permitiu alavancar as questões ambientais, pois englobou uma ordem pública ambiental constitucionalizada (Benjamin, 2007), pois aponta para a promoção de um Estado de Direito Socioambiental, a partir de princípios do Direito Ambiental e outros ramos do Direito, que apresentam como base a sustentabilidade. Dessa forma, a conceituação dos pressupostos de um Estado de Direito do Ambiente direciona como meta a ser atingida, trazendo ao cerne da questão debates que tornam o processo célere de realização da aproximação do Estado considerado ficto (Leite, 2007), isto é, discussões que permitem um Estado ambientalmente ilusório aproximar-se de um Estado materialmente ambiental.

Destarte, a positivação constitucional de pressupostos de ordem socioambiental orienta para a superação de um Estado ilusório de proteção ambiental. Pois, não é suficiente que seja realizada a chamada positivação socioambiental. Assegurar elementos positivos que apontem

para um Estado ambiental, sem conceder as condições efetivas para tal, é construir uma espécie de ilusório ambiental (Folgado, 2022).

Os dispositivos normativos precisam direcionar para a imposição de práticas concretas, a partir do ordenamento jurídico, no qual permitam a consolidação de um Estado que consiga garantir a preservação ambiental em profundo diálogo, ou seja, a compreensão teórico metodológico onde só é possível garantir os direitos de ordem ambiental na medida em que sejam garantidos os direitos sociais, pois as desigualdades sociais estão vinculadas para as questões ambientais, gerando injustiças ambientais, em função da perspectiva socioambiental, seja nas elaborações teóricas ou na construção de políticas públicas. E, além disso, a garantia da manutenção dos direitos sociais, motivo pelo qual utiliza-se o termo socioambiental neste artigo.

Diante disso, é necessário destacar a complexidade das sociedades modernas, a partir das relações sociais existentes e dos parâmetros e contradições da sociedade capitalista que encontra nos bens da natureza (recursos naturais) a forma de maximizar suas formas de lucro. Este comportamento da lógica capitalista, quase sempre resulta em expor o conjunto da sociedade a riscos e perigos cuja previsibilidade é quase nula.

a história da distribuição de riscos demonstra os mesmos se concentram, bem como as riquezas, aos esquemas de classe, mas de modo contrário: as riquezas acumulam-se na parte superior, e os riscos na parte inferior. Da mesma forma, os riscos possuem a função de avigorar e não revogar, a sociedade de classes. À lacuna em termos de abastecimentos soma-se a insuficiência em termos de segurança e uma profusão de riscos que precisam ser evitados. Diante dessa perspectiva, os que detém maior poder aquisitivo (em relação a renda, poder, educação) podem comprar segurança e liberdade em relação ao risco (Folgado, 2022, p. 27).

De outro modo, os riscos, que não são uma criação das sociedades modernas, ainda que venham a se transformar em situações de ameaça global, afetando toda a humanidade, na maioria das vezes, terminam por se distribuir de forma diferenciada, a partir do momento em que populações menos favorecidas economicamente e vulnerabilizadas incidem, em arcar com as consequências e danos em função da sociedade de risco. A sociedade de risco é caracterizada em função do seu contínuo crescimento econômico. Pode passar, a qualquer tempo, pelas consequências de uma catástrofe ambiental” (Leite, 2007). O autor destaca ainda que há a consciência da existência dos riscos não vinculada, no entanto, da política de gestão. Fenômeno denominado de irresponsabilidade organizada.

A FLEXIBILIZAÇÃO NO SISTEMA REGULATÓRIO DE AGROTÓXICOS NA AMAZÔNIA

De acordo com o inciso II, art.7º do Decreto 4.074/02, responsável por regulamentar a lei, é de competência do órgão ambiental realizar o processo de registro e comercialização dos agrotóxicos, seus componentes e afins. Assim, por meio do inciso VIII, art. 2º do anexo I do Decreto nº 4.074/2002, que delegou o IBAMA como órgão competente para realizar a avaliação, registro e controle de agrotóxicos, seus componentes e afins. Dessa forma, conforme competência, a Portaria IBAMA nº 84, de 15 de outubro de 1996, constitui o “Sistema Permanente de Avaliação e Controle de Agrotóxicos, seus componentes e afins que abrangem a classificação do potencial de periculosidade ambiental (PPA)” (Brasil, 1989).

Neste escopo, o IBAMA é o órgão responsável por realizar a avaliação da periculosidade ambiental. Já a Agência Nacional de Saúde (ANVISA) analisa o grau de toxicidade daquele produto e o Ministério da Agricultura (MAPA) examina a eficácia agronômica daquele produto.

Os dados apresentados dos quantitativos de agrotóxicos comercializados advêm dos relatórios encaminhados de modo semestral pelas empresas titulares do registro desses produtos, em conformidade com o art.41 do Decreto 4.074/2002, responsável por regulamentar a Lei 7.802/1989. Com o objetivo de garantir o sigilo das informações recebidas, de acordo com o IBAMA, não são divulgados nomes de empresas ou produtos e nem das quantidades de ingredientes ativos (IA), onde não existam ao menos três empresas detentoras de registro e valores de estoque inicial e estoque final. Neste sentido, ocorre uma lacuna entre o valor total e o valor final divulgado.

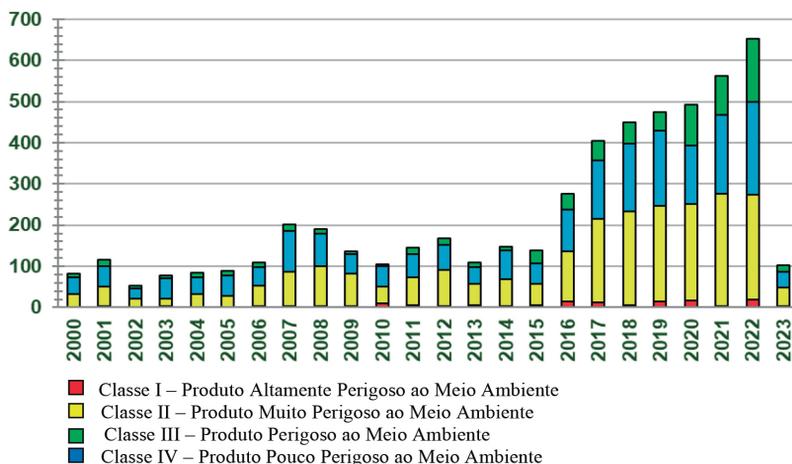
Por outro lado, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária é responsável por realizar a avaliação dos impactos dos agrotóxicos à saúde humana e é este órgão que possui a listagem dos ingredientes ativos permitidos e banidos do Brasil por meio do painel denominado de painel de Monografias. Este painel é o instrumento responsável por possibilitar o acesso das informações e dados sobre os ingredientes ativos de agrotóxicos que estão sendo utilizados no Brasil. A fonte dos dados do então painel, objetiva demonstrar as informações extraídas das monografias referentes aos ingredientes ativos de agrotóxicos com utilização permitida no país. As monografias são produto da avaliação e da reavaliação toxicológica dos ingredientes ativos canalizados para diversos usos como agrícola, domissanitário, não agrícola, em ambientes aquáticos e como preservante de madeira (ANVISA, 2024).

O registro de agrotóxicos no país desenvolve-se de forma célere. Somente no governo Bolsonaro (2020–2023) foram aprovados cerca de 1.560 novos ingredientes ativos (IBAMA, 2024). Porém, a maioria desses produtos não são mais comercializados nos Estados Unidos e em países da União Europeia (UE). Em 2019, ao menos 37 pesticidas registrados tinham seu uso proibido nos EUA e na UE em função da toxicidade à saúde (MAPA, 2024).

Um dos casos mais controversos é o do Glifosato. Sua classificação pela Agência Internacional de Pesquisa Sobre Câncer (IARC) é a de “*provavelmente cancerígeno*”. E na Amazônia, de acordo com o último relatório do IBAMA divulgado, ele é o pesticida com maior número de comercialização, sendo o Pará e Tocantins os Estados que possuem maior quantitativo de comercialização (IBAMA, 2024). Por outro lado, o segundo agrotóxico mais utilizado é a atrazina (utilizada pela cultura do milho). Este produto possui comercialização proibida na União Europeia. As doenças advindas dele estão vinculadas a Parkinson, câncer de próstata e de ovário, e, por fim, à infertilidade. Outro produto que tinha um uso intenso, mas que em 2020, em virtude da associação às doenças câncer e Parkinson foi proibido, era o Paraquete. No entanto, em 2022, A Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), solicitou que fosse realizada a liberação de forma urgente do produto e a revisão da decisão da ANVISA. Neste contexto, é possível observar que ao mesmo tempo em que o ser humano tem progressos, avançando para seu objetivo proclamado de conquistar a natureza, ele vem escrevendo uma lamentável lista de destruições, direcionadas não somente de modo contrário à terra em que ele habita como também contra os seres vivos que a compartilham com ele (Carson, 2010).

Nesse contexto, o gráfico 1 mostra o cenário de agrotóxicos registrados de acordo com a sua classificação de periculosidade ambiental.

Gráfico 1 - Cenário de registro de agrotóxicos no Brasil



Fonte: IBAMA, 2024.

O quantitativo no gráfico acima demonstrado, de registros, configura o cenário onde estão as aprovações brasileiras. Observa-se um aumento no nível de aprovações referente à classificação “perigoso (Classe III) ou muito perigoso (Classe II)” para o meio ambiente de 2019 até 2022, ano em que houve elevadas flexibilizações na regulação durante o governo Bolsonaro e isto também contribuiu para este resultado.

Dentre os 50 agrotóxicos mais utilizados dentro das lavouras do nosso país, 22 são proibidos na União Europeia. E pela nova classificação muitos dos agrotóxicos em sua nova rotulagem demonstraram redução na toxicidade (Carneiro *et al*, 2012). Dessa forma, é possível perceber

que casos de contaminação são iminentes, tanto pelo contato direto ou indireto pelo consumo de alimentos e de água.

Borbardi (2017) e Hess (2015) demonstram preocupação com a liberação da comercialização do agrotóxico denominado de Glifosato. Ele é proibido na França desde 2022 e é o cerne de milhares de ações judiciais realizadas por fazendeiros americanos que desenvolveram câncer e demonstram isso por meio dos laudos apresentados e comprovam a relação entre a doença e a exposição ao pesticida. Aqui no Brasil, conforme demonstrado anteriormente, ele possui a liderança nas vendas.

Neste entendimento, os agrotóxicos provocam então externalidades ao meio ambiente e na saúde humana e apesar de uma literatura já disponível sobre algumas dessas externalidades, muitas delas ainda são desconhecidas.

O perigo da intoxicação não se limita aos trabalhadores e trabalhadoras que se relacionam de forma direta com a substância tóxica adotada no processo produtivo. Pois, os consumidores de alimentos in natura ou mesmo alimentos industrializados e semi-industrializados também estão inclusos na lista de exposição decorrentes de agrotóxicos. Quanto ao tipo de intoxicação, dentro das possibilidades de afetar à saúde humana, destacam-se as intoxicações agudas e as intoxicações crônicas.

Na intoxicação aguda, o dano efetivo é aparente em um período de 24 horas, enquanto na crônica o dano resulta da exposição contínua a doses baixas de um ou mais produtos. Já os efeitos agudos são mais visíveis, sendo que “o intoxicado apresenta sintomas de convulsões, vômitos, náuseas, dentre outros, ao passo que os crônicos podem demonstrar sintomas após semanas, anos ou décadas após o período de uso” (Borbardi, 2023, p.19).

Quanto a sua classificação, de acordo com a sua classe ou o tipo de controle, os agrotóxicos são classificados como herbicida, fungicida, inseticida, bactericida, acaricida, nematicida e rodenticidas (Quadro 1). Nesta pesquisa o agrotóxico trabalhado é o da classe do herbicida de uso agrícola.

De acordo com Carneiro (2015), os sintomas com maior grau de frequência, referentes às intoxicações consideradas agudas são: espasmos musculares, modificações no sistema respiratório, náuseas, vômitos, desmaios, convulsões, fraqueza, cólicas abdominais, vertigens, tremores musculares, cefaleia, hipertermia, conjuntivites, dermatites, alergias de contato entre outros (Quadro 1).

Já com relação às intoxicações crônicas, Carneiro (2015) destaca que os sintomas mais frequentes são: problemas neurotóxicos, modificações cromossômicas, lesões hepáticas, arritmias, lesões hepáticas, complicações renais, neuropatias periféricas, asma, alergias, doença de Parkinson, câncer, teratogenia, fibrose pulmonar, distúrbios hormonais, dentre outros.

Nas intoxicações consideradas como crônicas, o indivíduo pode sofrer algum problema de saúde, que representa o produto das pequenas quantidades de agrotóxicos que ao longo do tempo foram se acumulando no organismo, de forma até silenciosa, onde a pessoa nem desconfie que a enfermidade tenha alguma relação com agrotóxico, com o qual ou os quais já foi exposto.

Quadro 1 – Possíveis efeitos crônicos e agudos de agrotóxicos a partir do tipo de controle e grupo químico

Tipo de Controle	Grupo Químico	Sintomas de Intoxicação Aguda	Sintoma de Intoxicação Crônica
Inseticidas	Organofosforados e Carbamatos	Fraquezas, cólicas abdominais, vômitos, espasmos musculares e convulsões	Efeitos neurotóxicos retardados, alterações cromossomiais e dermatites de contato
	Orgonaclorados	Náuseas, vômitos, contrações musculares involuntárias	Lesões hepáticas, arritmias cardíacas, lesões renais e neuropatias periféricas
	Piretróides sintéticos	Irritações das conjuntivas, espirros, excitação, convulsões	Alergias, asma brônquica, irritações nas mucosas, hipersensibilidade
Fungicidas	Ditiocarbamatos	Tonturas, vômitos, tremores musculares, dor de cabeça	Alergias respiratórias, dermatites, doenças de Parkinson, cânceres
	Fentalamidas	-----	Teratogêneses
Herbicidas	Dinitroferois e pentaclorofenol	.Difuldade respiratória, hipertemis, convulsões	Cânceres (PCP-formação de dioxinas), cloroacnes
	Fenoxiacéticos	Perda de apetite, enjoo, vômito, fasciculação muscular	Indução de produção de enzimas hepáticas, cânceres, teratogêneses
	Dipiridilos	Sangramento nasal, fraquezas, desmaios, conjutivites	Lesões hepáticas, dermatites de contato, fibrose pulmonar

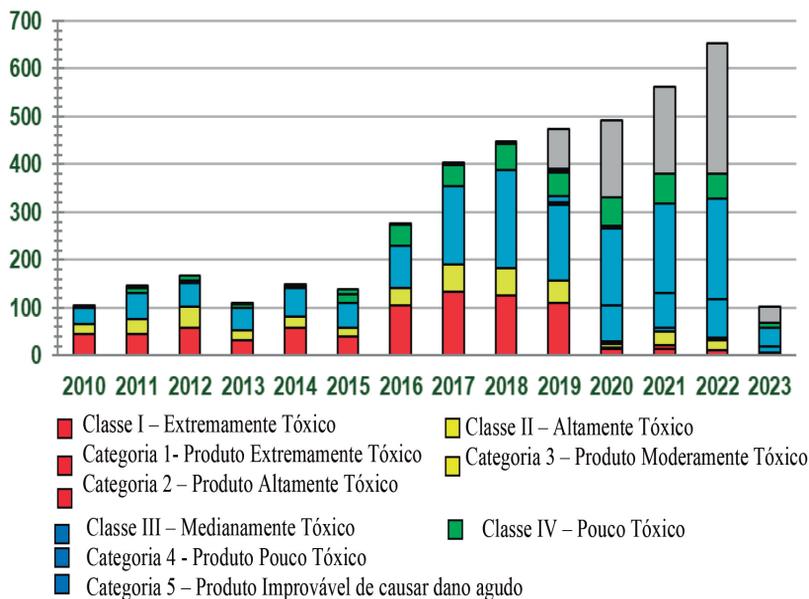
Fonte: Carneiro, 2015. Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde, 2015.

De acordo com a ANVISA (2024), os pesticidas são definidos, com a finalidade de registro e reavaliação, de acordo com sua toxicidade (Gráfico 2). A classificação dos produtos, regulada pela legislação de 1989, que previa a existência de quatro categorias a partir do nível de perigo oferecido pelos pesticidas, atualmente passa a ter cinco divisões. Com a mudança, aqueles que pertencem ao segmento dos “extremamente tóxicos”, atualmente com 800 tipos, podem cair para 300.

Nos últimos anos, especialmente a partir do ano de 2019, de acordo com a classificação da ANVISA, observou-se um quantitativo significativo de agrotóxicos classificados em relação a sua toxicidade como “*Extremamente Tóxico*” e “*Altamente Tóxico*”. Nos anos posteriores é possível notar uma redução dos agrotóxicos comercializados com a classificação com maior grau de agressividade e houve uma alteração para um cenário onde os produtos comercializados foram considerados na Classe III e IV, medianamente tóxico e pouco tóxico, respectivamente (Gráfico 2).

Com isso, o cenário preocupante é o da flexibilização na legislação de agrotóxicos. No Congresso Nacional tramitavam vários projetos de Lei (PL’s) que possuíam o objetivo de provocar alterações no sistema normativo regulatório de agrotóxicos. Alguns dos PL’s até tinham a pretensão de inserir mudanças positivas no sistema normativo, como por exemplo, o PL 3.063/2011, partindo da comissão de Seguridade Social e Família, que tinha por objetivo gerar um prazo de 5 anos de validade do registro de agrotóxicos, necessitando ao final deste período, ser revalidado. Além disso, gerava uma periodicidade de reavaliação a cada 10 anos, para analisar seus efeitos toxicológicos, ecotoxicológicos e a eficácia agrônômica. No entanto, a maior parte dos PL’s em tramitação possuem o objetivo claro de flexibilizar a legislação de agrotóxicos, atendendo assim aos antigos interesses da indústria de venenos agrícolas e do setor ruralista (Resende, 2019).

Gráfico 2 - Registro por Classificação de nível de toxicidade



Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), 2024.

CONCLUSÕES

A flexibilização no sistema regulatório de agrotóxicos é agravada pela proposta do PL 1.459/2022, pois apresenta novidades de forma categórica dentro do que se conhece no presente cenário e quanto à composição adotada com a Promulgação da Lei Federal nº 7.802/1989. A alteração do termo agrotóxicos para pesticida ou a mudança de avaliação dos agrotóxicos para uma forma unilateral, com alteração de competências da ANVISA e IBAMA e uma centralidade desses processos no MAPA, são somente alguma das questões mais polêmicas do projeto.

Os dispositivos elencados no PL do Veneno, modo como o PL 1.459/2022, vem sendo denominado por segmentos da sociedade civil, possibilitarão adotar atividades relacionadas para o registro, comércio, utilização e produção de agrotóxicos sem a presença mínima de evidência científica com relação às implicações socioambientais e aos danos à saúde humana. De outro modo, quando há casos comprovados das situações de danos, o conteúdo normativo negligencia tais questões e provoca um desmonte socioambiental na medida em que demonstra avanços e contamina territórios na Amazônia. Em 2024, o Projeto de Lei 6.299/ 2002 foi aprovado na câmara.

O alto quantitativo de produtos classificados como extremamente tóxicos e altamente tóxicos até 2019 (período em que houve uma reclassificação pela ANVISA dos produtos, e, portanto, queda dos produtos assim classificados, aponta para implicações socioambientais negativas e que promovem danos à saúde humana, uma vez que estes produtos podem se acumular no corpo de forma silenciosa e somente apresentar efeitos a partir de alguns anos. De outro modo, o modelo econômico vigente que prioriza o agronegócio, a monocultura da produção e a manutenção das empresas transnacionais, contribuem para estes resultados dos registros, pois visam somente à maximização dos lucros e desconsideram os territórios e os modos de vida das comunidades que ali residem, bem como dos povos e comunidades tradicionais que são presentes em grande parte da Amazônia.

Portanto, a flexibilização no sistema regulatório de agrotóxicos provoca implicações socioambientais negativas e danos à saúde humana, por promover um aumento nos registros de produtos considerados nocivos para o meio ambiente e ao ser humano, no que se referente à avaliação ambiental, avaliação agronômica e quanto ao nível de toxicidade e por contaminar territórios na Amazônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Reclassificação toxicológica. Anvisa, 2019b. Disponível em: <http://antigo.anvisa.gov.br/agrotoxicos/reclassificacao-toxicologica>. Acesso em: 23 jul. 2024.

AUTOS DA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL n. 221, proposta pelo partido Democratas – DEM, tendo por objeto a arguição de descumprimento de preceito fundamental do §2º do artigo 1º da Lei Estadual n. 7.747, de 22 de dezembro de 1982. Acesso em 01 ago. 2024.

BENJAMIN, Antônio Herman. **Constitucionalização do ambiente e ecologização da Constituição Brasileira**. In CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Orgs.). Direito Constitucional ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2007, p.84.

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: setembro de 2011.

BOMBARDI, L. M. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro**. In: Direitos humanos no Brasil 2012: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, SP: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e Colonialismo Químico**. São Paulo: Elefante, 2023.

BOMBARDI, Larissa Mies. Afinal, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo? Agência Pública Repórter Brasil. Centro de Estudos Estratégicos da FIOCRUZ – Notícias, 03 jul. 2019. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1002>. Acesso 18 jul. 2024.

BRASIL (1989). Lei 7802, de 11 de julho de 1989. Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil, Brasília, 12/07/1989. URL: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/>>. Acesso em: 20 de Jun. de 2024.

CARNEIRO, F. F. *et al.* (org.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2015.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. Tradução de Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Gaia, 2010.

COSTA, FA. A especificidade camponesa: um trajeto de pensamento que se projeta no futuro. NAEA/UFPA. Belém, 2015. (Mimeo.).

ESPOSTE, Joice de Paula Del; SOUSA, Luísa Pedrada de; BARBOSA, Roberta Ribeiro Batista. A Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil entre 2015 e 2019: uma revisão integrativa. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 2, p. e6628322, 2023.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **FAOSTAT**. Pesticides Use,

FAO, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#data/RP/visualize>. Acesso em: 28 jul. 2024.

FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues. Sistema Normativo de Agrotóxicos: Elementos de Contextualização Histórica e Reflexão Crítica. In: FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues. (Org.) **Direitos e Agrotóxicos: Reflexões Críticas sobre o sistema normativo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues. **Pacote de veneno: Flexibilização da legislação de agrotóxicos e violações de princípios socioambientais**. Editora Conhecimento Livraria e Distribuidora. Belo Horizonte, 2022. ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Reclassificação toxicológica. Anvisa, 2019b. Disponível em: <http://antigo.anvisa.gov.br/agrotoxicos/reclassificacao-toxicologica>. Acesso em: 23 jul. 2024.

AUTOS DA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Reclassificação toxicológica. Anvisa, 2019b. Disponível em: <http://antigo.anvisa.gov.br/agrotoxicos/reclassificacao-toxicologica>. Acesso em: 23 jul. 2024.

AUTOS DA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL n. 221, proposta pelo partido Democratas – DEM, tendo por objeto a arguição de descumprimento de preceito fundamental do §2º do artigo 1º da Lei Estadual n. 7.747, de 22 de dezembro de 1982. Acesso em 01 ago. 2024.

BENJAMIN, Antônio Herman. **Constitucionalização do ambiente e ecologização da Constituição Brasileira**. In CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Orgs.). Direito Constitucional ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2007, p.84.

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: setembro de 2011.

BOMBARDI, L. M. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro**. In: Direitos humanos no Brasil 2012: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, SP: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e Colonialismo Químico**. São Paulo: Elefante, 2023. ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Reclassificação toxicológica. Anvisa, 2019b. Disponível em: <http://antigo.anvisa.gov.br/agrotoxicos/reclassificacao-toxicologica>. Acesso em: 23 jul. 2024.

AUTOS DA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL n. 221, proposta pelo partido Democratas – DEM, tendo por objeto a arguição de descumprimento de preceito fundamental do §2º do artigo 1º da Lei Estadual n. 7.747, de 22 de dezembro de 1982. Acesso em 01 ago. 2024.

BENJAMIN, Antônio Herman. **Constitucionalização do ambiente e ecologização da Constituição Brasileira**. In CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Orgs.). Direito Constitucional ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2007, p.84.

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: setembro de 2011.

BOMBARDI, L. M. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro**. In: Direitos humanos no Brasil 2012: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, SP: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e Colonialismo Químico**. São Paulo: Elefante, 2023.

BOMBARDI, Larissa Mies. Afinal, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo? Agência Pública Repórter Brasil. Centro de Estudos Estratégicos da FIOCRUZ–Notícias, 03 Jul. 2019. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1002>. Acesso 18 jul. 2024.

BRASIL (1989). Lei 7802, de 11 de julho de 1989. Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil, Brasília, 12/07/1989. URL: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2024.

CARNEIRO, F. F. *et al.* (org.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2015.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. Tradução de Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Gaia, 2010.

COSTA, FA. A especificidade camponesa: um trajeto de pensamento que se projeta no futuro. NAEA/UFGA. Belém, 2015. (Mimeo.).

ESPOSTE, Joice de Paula Del; SOUSA, Luísa Pedrada de; BARBOSA, Roberta Ribeiro Batista. A Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil entre 2015 e 2019: uma revisão integrativa. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 2, p. e6628322, 2023.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **FAOSTAT**. Pesticides Use,

FAO, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#data/RP/visualize>. Acesso em: 28 jul. 2024.

FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues. Sistema Normativo de Agrotóxicos: Elementos de Contextualização Histórica e Reflexão Crítica. In: FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues. (Org.) **Direitos e Agrotóxicos: Reflexões Críticas sobre o sistema normativo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues. **Pacote de veneno: Flexibilização da legislação de agrotóxicos e violações de princípios socioambientais**. Editora Conhecimento Livraria e Distribuidora. Belo Horizonte, 2022. ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Reclassificação toxicológica. Anvisa, 2019b. Disponível em: <http://antigo.anvisa.gov.br/agrotoxicos/reclassificacao-toxicologica>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BOMBARDI, Larissa Mies. Afinal, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo? Agência Pública Repórter Brasil. Centro de Estudos Estratégicos da FIOCRUZ–Notícias, 03 jul. 2019. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1002>. Acesso 18 jul. 2024.

BRASIL (1989). Lei 7802, de 11 de julho de 1989. Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil, Brasília, 12/07/1989. URL: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2024.

CARNEIRO, F. F. *et al.* (org.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2015.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. Tradução de Cláudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Gaia, 2010.

COSTA, FA. A especificidade camponesa: um trajeto de pensamento que se projeta no futuro. NAEA/UFPB. Belém, 2015. (Mimeo.).

ESPOSTE, Joice de Paula Del; SOUSA, Luísa Pedrada de; BARBOSA, Roberta Ribeiro Batista. A Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil entre 2015 e 2019: uma revisão integrativa. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 2, p. e6628322, 2023.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **FAOSTAT**. Pesticides Use,

FAO, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#data/RP/visualize>. Acesso em: 28 jul. 2024.

FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues. Sistema Normativo de Agrotóxicos: Elementos de Contextualização Histórica e Reflexão Crítica. In: FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues. (Org.) **Direitos e Agrotóxicos: Reflexões Críticas sobre o sistema normativo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues. **Pacote de veneno: Flexibilização da legislação de agrotóxicos e violações de princípios socioambientais**. Editora Conhecimento Livraria e Distribuidora. Belo Horizonte, 2022. ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Reclassificação toxicológica. Anvisa, 2019b. Disponível em: <http://antigo.anvisa.gov.br/agrotoxicos/reclassificacao-toxicologica>. Acesso em: 23 Jul. 2024. ENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL n. 221, proposta pelo partido Democratas – DEM, tendo por objeto a arguição de descumprimento de preceito fundamental do §2º do artigo 1º da Lei Estadual n. 7.747, de 22 de dezembro de 1982. Acesso em 01 ago. 2024.

BENJAMIN, Antônio Herman. **Constitucionalização do ambiente e ecologização da Constituição Brasileira**. In CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Orgs.). *Direito Constitucional ambiental brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2007, p.84.

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: setembro de 2011.

BOMBARDI, L. M. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro**. In: Direitos humanos no Brasil 2012: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, SP: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e Colonialismo Químico**. São Paulo: Elefante, 2023.

BOMBARDI, Larissa Mies. Afinal, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo? Agência Pública Repórter Brasil. Centro de Estudos Estratégicos da FIOCRUZ–Notícias, 03 Jul. 2019. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1002>. Acesso 18 jul. 2024.

BRASIL (1989). Lei 7802, de 11 de julho de 1989. Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil, Brasília, 12/07/1989. URL: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2024.

CARNEIRO, F. F. *et al.* (org.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2015.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. Tradução de Cláudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Gaia, 2010.

COSTA, FA. A especificidade camponesa: um trajeto de pensamento que se projeta no futuro. NAEA/UFPA. Belém, 2015. (Mimeo.).

ESPOSTE, Joice de Paula Del; SOUSA, Luísa Pedrada de; BARBOSA, Roberta Ribeiro Batista. A Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil entre 2015 e 2019: uma revisão integrativa. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 2, p. e6628322, 2023.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **FAOSTAT**. Pesticides Use,

FAO, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#data/RP/visualize>. Acesso em: 28 jul. 2024.

FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues. Sistema Normativo de Agrotóxicos: Elementos de Contextualização Histórica e Reflexão Crítica. In: FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues. (Org.) **Direitos e Agrotóxicos: Reflexões Críticas sobre o sistema normativo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues. **Pacote de veneno: Flexibilização da legislação de agrotóxicos e violações de princípios socioambientais**. Editora Conhecimento Livraria e Distribuidora. Belo Horizonte, 2022.

FOLHES, Ricardo Theophilo; FERNANDES, Danilo Araújo. A dominância do paradigma tecnológico mecânico-químico-genético nas políticas para o desenvolvimento da bioeconomia na Amazônia (Paper 540). Papers do NAEA, v. 1, n. 1, 2022.

GLIFOSATO, Um provável cancerígeno liberado no Brasil. **Centro de Estudos Estratégicos da FIOCRUZ**, 2019. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1086>. Acesso em 04 ago. 2024.

GOMES, M. A. F.; BARIZON, R. R. M. Panorama da contaminação ambiental por agrotóxicos e nitrato de origem agrícola no Brasil: cenário 1992/2011. Documentos 98. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, Maio 2014. Disponível em: <<https://bit.ly.2LIaQdK>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

GUIMARÃES, Larissa Nogy. A regulamentação do uso de agrotóxicos sob a perspectiva do direito comparado: o uso do glifosato e dos neonicotinoides. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/208702/Poster_64099.pdf?sequence=2. Acesso em 12 ago. 2024.

IBAMA. – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria normativa Nº 139, de 21 de dezembro de 1994. Estabelece os procedimentos a serem adotados junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, para efeito de avaliação do potencial de periculosidade ambiental de produtos químicos considerados como agrotóxicos, seus componentes e afins, segundo definições estabelecidas nos incisos XX, XXI e XXII, do artigo 2o, do Decreto no 98.816.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Vendas de Ingredientes Ativos por Unidade da Federação – 2019. Ibama, 2019c. Disponível em: [http://www.ibama.gov.br/agrotoxicos/relatorios-de-comercializacao-deagrotoxicos#boletins anuais](http://www.ibama.gov.br/agrotoxicos/relatorios-de-comercializacao-deagrotoxicos#boletins%20anuais). Acesso em: 20 jun. 2024.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria Normativa IBAMA Nº 84, de 15 de outubro de 1996. Acesso em 01 de ago. 2024.

LEITE, José Rubens Morato. **Sociedade de Risco e Estado**. In CANOTILHO, José Joaquim Gomes. LEITE, Jose Rubens Morato (Orgs.). *Direito Constitucional Ambiental Brasileiro*. São Paulo, Saraiva, 2007.

PIGNATI, Wanderlei Antonio *et al.* Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde.

Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, p. 3281–3293, 2017.

OCTAVIANO, Caroline. Muito além da Tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **Com Ciência**, n.120. Campinas, 2010.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE apud CARNEIRO, Fernando Ferreira; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; RIGOTTO, Raquel Maria; FRIEDRICH, Karen; BÚRIGO, André Campo (Orgs.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos Agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, São Paulo: Expressão Popular, 2015, p.59.

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

Registros de agrotóxicos e afins de 2005 a 2024. Mapa, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/ptbr/assuntos/insumosagropecuarios/insumosagricolas/agrotoxicos/Registrosconcedidos20052019.xlsx>. Acesso em: 10 jul. 2024.

Marins, Bianca Ramos (Org.). **Segurança alimentar no contexto da vigilância sanitária: reflexões e práticas** / Organização de Bianca Ramos Marins, Rinaldini C. P. Tancredi e André Luís Gemal. Rio de Janeiro: EPSJV, 2014.

MOREIRA, Aline; DIVINO, Cleide; PEREIRA, Viviane Camejo. A realidade da alimentação e a contribuição da agroecologia para a alimentação saudável nas escolas do campo... In: **Anais do V Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Anais**. Salvador (BA) UFBA, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/VEnpssan2022/488434-A-REALIDADE-DA-ALIMENTACAO-E-A-CONTRIBUICAO-DA-AGROECOLOGIA-PARA-A>

MOURA, de Romero Marinho. Rachel Carson e os Agrotóxicos 45 anos após a primavera silenciosa. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, vols. 5 e 6, p.44–52, 2008–2009.

NBR 9843-1 de 09/2019 – Agrotóxicos e afins – Armazenamento – **Parte 1: Armazéns industriais, armazéns gerais e centros de distribuição**. Disponível em <https://www.emdagro.se.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/NBR-9843-2019-ARMAZENAMENTO-DE-AGROTOXICOS.pdf>. Acesso em 31 jul. 2024.

Nota Informativa: notificação de intoxicação exógena por agrotóxicos no SINAN. Disponível em: NotaInformativaGT (portalcoren-rs.gov.br). Acesso em 13 Ago. 2024.

PELAEZ, Victor; TERRA, Fábio Henrique Bittes; DA SILVA, Letícia Rodrigues. A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: entre o poder de mercado e a defesa da saúde e do meio ambiente. **Revista de Economia**, v. 36, n. 1, 2010.

PERES, Frederico; MOREIRA, Josino Costa; DUBOIS, Gaetan Serge. Agrotóxicos, saúde e ambiente: uma introdução ao tema. É veneno ou é remédio, p. 21–41, 2003.

RESENDE, Sheilla Maria. “PL do Agrotóxico”: discurso, memória, silêncio e resistência. *Revista Rua*. – Campinas- SP, Volume 25, número 1, p. 293–308, junho 2019.

RIBEIRO, Joseph Simões. **Cenário de uso, consumo e classificação de risco dos agrotóxicos na nova fronteira agrícola do Oeste do Pará**./Dissertação de Mestrado. UFOPA. Santarém, 2021.

SPADOTTO, Claudio A. **Monitoramento do Risco Ambiental de Agrotóxicos. Princípios e Recomendações.**/Claudio A. Spadotto (*et. al*) – Jaguariana: Embrapa Meio Ambiente, 2004.

SPADOTTO, Claudio A. *et. al.* **Monitoramento do risco ambiental de agrotóxicos: princípios e recomendações.** – Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2004. 29p. – (Embrapa Meio Ambiente. Documentos, 42).

STÉDILE, João Pedro. Balanço de 2019: os retrocessos do governo federal na política agrária, agrícola e ambiental. **Caderno de Estudos para militância.** Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela vida. Fevereiro de 2020.

Gastos públicos ambientais no Brasil: uma análise de estudos empíricos

INTRODUÇÃO

No Brasil, o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) estabelece que “Todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, um bem de uso comum do povo e essencial para uma qualidade de vida saudável, cabendo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras”. Devido ao fato de o meio ambiente ecologicamente equilibrado ser um direito difuso, muitos autores argumentam que o poder público é o principal promotor, regulador e financiador da política ambiental (Beltrão, 2009; Dantas *et al.*, 2014; Tridapalli *et al.*, 2010).

A regulamentação das finanças públicas é feita por

Ivonês Damasceno Lobo

Mestranda do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA).

Nirvia Ravena

Docente do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA).

Alex Santiago Nina

Docente do Instituto Federal de Alagoas (IFAL).

meio de um conjunto de leis que atuam em três níveis de governo. Estas incluem o Plano Plurianual (PPA), que define os programas e ações do governo; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece as metas e prioridades da administração pública; e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que prevê as receitas e despesas para o ano em curso. Os gastos públicos são organizados por “funções”, conforme estabelecido pela Portaria nº 42/1999 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG). A função 18, por exemplo, refere-se à “gestão ambiental” e é descrita como um conjunto de ações voltadas para a proteção de recursos naturais e o monitoramento das condições ambientais (Guandalini; Borinelli; Godoy, 2013, p. 209).

A Lei Complementar nº 101/2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tem como pilar a garantia da transparência das contas públicas por meio da divulgação de informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira em meios eletrônicos de acesso público (Brasil, 2000, art. 48). A transparência também é um dos instrumentos adotados pela Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que garante o acesso à informação sobre o meio ambiente e obriga o poder público a produzir essas informações quando não existirem (Brasil, 1981, art. 9º).

Há uma correlação direta entre o grau de transparência e a redução da corrupção, bem como o aumento da confiança das pessoas no governo (Sih, 2010; Alessandro *et al* 2021). No entanto, para que a transparência seja efetiva, Hendriksen e Breda (1999) afirmam que as informações devem ser divulgadas de forma acessível e completa. Além disso, a transparência é essencial para promover a participação social. A pesquisa em gastos ambientais é justificada por auxiliar na transparência das ações governamentais para a sociedade. Esse tipo de informação

também é extremamente importante para os gestores, pois permite que eles usem os recursos de forma mais eficiente e eficaz. Além disso, o gasto público ambiental é um indicador da preocupação dos gestores com o meio ambiente (Kraemer, 2001; Pizarro *et al* 2022).

Estudos anteriores (Bacot; Dawes, 1997; Lester; Lombard, 1990; Stanton; Whitehead, 1994; Konisky; Woods, 2012) identificaram variáveis que influenciam no valor absoluto e percentual de gastos ambientais públicos em relação ao orçamento, tais como: população, Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), área total, despesa total, receita recebida e densidade demográfica.

Daley e Garand (2005) investigaram os fatores que influenciam a adoção de políticas de resíduos perigosos nos cinquenta estados americanos. Eles descobriram que a riqueza do estado e a interferência do governo federal são os principais determinantes para a adoção dessas políticas, enquanto não encontraram relação significativa com ideologia partidária ou grupos de interesse. Por outro lado, Adewuji (2016) argumenta que a qualidade ambiental está ligada a fatores como governança, comércio, investimento, questões políticas, econômicas e renda. Para o autor, a qualidade ambiental tende melhorar com o crescimento econômico e o aumento da renda *per capita*.

O presente artigo tem como objetivo realizar uma pesquisa bibliográfica sobre estudos empíricos a respeito da gestão de gastos públicos ambientais de diversos entes federativos do Brasil, com base nos parâmetros de total de gastos absolutos e percentuais, transparência e por subfunção orçamentária. Pretende-se responder ao seguinte problema de pesquisa: Como os gastos públicos ambientais têm sido orçados, empenhados e avaliados pela União, Estado e municípios? O artigo contribui para a sistematização das pesquisas e discussão

dos principais resultados da literatura sobre gestão ambiental pública orçamentária no Brasil, bem como identificar e comparar a relevância dos gastos públicos ambientais entre os diversos entes federativos de diferentes esferas e regiões.

REFERENCIAL TEÓRICO

O gasto público pode ser descrito como os desembolsos realizados por entidades governamentais, autorizados por leis ou outros instrumentos, com o objetivo de atender aos interesses sociais (Pizarro *et al.*, 2022). É a principal ferramenta de governança para influenciar o desenvolvimento da nação (Bueno *et al.*, 2013; Tridapalli *et al.*, 2011). O interesse em analisar os gastos públicos deriva de um debate tradicional sobre os méritos do papel do Estado na economia moderna (Pearce; Palmer, 2001).

Historicamente, houve diferentes momentos marcados por mudanças nas funções do Estado, tanto como regulador, quanto como promotor do desenvolvimento. No contexto do Estado de Bem-Estar Social, destaca-se o intervencionismo estatal para reduzir desigualdades e proteger a sociedade frente à lógica capitalista. Essa abordagem surgiu como resposta à crise econômica internacional que afetou a arrecadação de impostos, desestabilizando o sistema protecionista. Surgiu, então, uma proposta de gestão pública que defende a redução do Estado através da autorregulação econômica (Lehfeld, 2008; Bosch; Gaitán, 2010; Gaitán; Boschi, 2016).

A proteção estatal se desloca do nível individual para o contexto social, ou seja, à segurança dos mercados e recursos, promovendo expansões na regulamentação ambiental pública (Bursztyn; Bursztyn,

2012; Ravena, 2012). Desde então, o meio ambiente ganhou importância nas discussões globais, pois a crise ambiental gera causas e efeitos que transcendem a esfera local e a dimensão ecológica (Lima, 2011; Ravena, 2012). A institucionalização desse tema como foco de ação pública provocou a criação de um aparato jurídico e estrutural para o controle e proteção ambiental em diversos países, seguindo a experiência pioneira da Agência de Proteção Ambiental (EPA) nos Estados Unidos (Bursztyn; Bursztyn, 2012; Ravena, 2012).

O setor público é o maior financiador de ações ambientais, e mudanças na política fiscal ou influências macroeconômicas, podem impactar significativamente os recursos alocados (Bursztyn; Bursztyn, 2012; Young; 2006; Ravena, 2012). Gupta, Miranda e Parry (1995) observam que as causas da degradação ambiental estão frequentemente ligadas a falhas políticas e gastos públicos inadequados. Portanto, garantir a efetividade dos gastos públicos é fundamental para resolver problemas ambientais. Cada país define sua política ambiental com base em aspectos como escalas de ação (nacional, regional, estadual ou local), características do meio físico, padrão de desenvolvimento econômico, estrutura de urbanização e expectativas sociais (Bursztyn; Bursztyn, 2012; Ravena, 2012).

Quanto aos níveis gerais de gastos, Carneiro (2008) afirma que os países com maiores orçamentos despendem valores superiores com o meio ambiente, visto que as ações nessa área precisam ser sustentadas por uma economia forte. Assim, ele destaca as iniciativas dos países europeus, que combinam fatores como riqueza relativa, maior consciência ambiental, melhores níveis educacionais e sistemas políticos mais democráticos. Em contraste, em países como a China, a gestão dos conflitos ambientais é mais acentuada.

O caminho desenvolvimentista chinês foi baseado na busca pelo enriquecimento, seguido pela reparação de danos socioambientais. Como consequência, a China se tornou a segunda maior economia do mundo, mas sofreu grandes mudanças em sua estrutura socioambiental. Com uma grande população e escassez de recursos per capita, a China enfrenta problemas relacionados ao uso da terra, qualidade do ar, conservação das águas, gestão da biodiversidade, entre outras questões ecológicas críticas (World Bank, 2014; Zhang; Wen, 2007). Zhang e Wen (2007) mencionam barreiras para resolver esses problemas através de políticas públicas, como capacidades institucionais fracas, falta de experiência, leis ambientais esparsas e estratégias desintegradas.

No Brasil, as mudanças políticas mais relevantes na área ambiental são recentes e ocorreram com a construção progressiva de um complexo arcabouço legal e institucional. Destaca-se a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei nº 6.938 de 1981, associada à Constituição Federal de 1988, que oficializou a preocupação ambiental no país. (Corbucci 2003; Ravena, 2012). A PNMA é operacionalizada pelo Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), composto pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e por órgãos executivos federais e estaduais, visando fomentar a transversalidade e a integração das decisões (Corbucci, 2003; Lima, 2011).

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o direito do cidadão brasileiro a um ambiente saudável, delegando responsabilidades de proteção dos recursos naturais de modo compartilhado entre os entes federativos e exigindo a revisão das relações tradicionais entre as esferas de governo (Corbucci, 2003; Milaré, 2011). Paralelamente, desenvolveu-se gradualmente uma estrutura institucional de agências ambientais, como a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), em

1973; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 1989; o Ministério do Meio Ambiente, em 1993; a Agência Nacional de Águas (ANA), em 2001 e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em 2007, entre outras iniciativas (Lima, 2011). Apesar de estruturada, essa abordagem não conseguiu promover políticas ambientais eficazes, principalmente devido aos conflitos internos na gestão ambiental (Guimarães; Carneiro; Dowell, 1992; Loureiro; Pacheco, 1995). Esses conflitos surgiram da superposição das novas estruturas às instituições já existentes, que eram predominantemente burocráticas e resistentes à interação (Bursztyn; Bursztyn, 2012). Essa situação gerou barreiras à integração das políticas ambientais. Houve também a captura de certas arenas por interesses que não se alinhavam aos modelos mais ambientalistas de gestão de recursos naturais (Ravena, 2012). No entanto, uma análise histórica mostra avanços na institucionalização da gestão ambiental, no aumento da mobilização popular, no fortalecimento dos mecanismos de regulação e na descentralização política para os níveis estaduais e municipais (Lima, 2011).

Nesse contexto, os estados federativos começaram a incluir capítulos específicos sobre o tema (Loureiro; Pacheco, 1995) e, desde 1996, todos possuem políticas ambientais estruturadas e instituições responsáveis pela implementação dessas (Cunha; Coelho, 2012). Essa descentralização, com a criação dos Sistemas Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, levou à redução da estrutura ambiental na esfera federal (Bursztyn; Bursztyn, 2012; Martins 2005). Young e Roncisvalle (2002) confirmam essa tendência, demonstrando que as esferas locais investem mais no setor ambiental quando comparadas ao governo federal, revelando uma maior eficácia da gestão ambiental nas administrações estaduais e municipais (Loureiro; Pacheco, 1995).

A gestão ambiental é uma função pública essencial, o que implica na necessidade de despesas contínuas ou planejadas pelo governo. Portanto, as ações ambientais devem ser previstas no orçamento público e submetidas às regras de controle contábil (Martins, 2005; Cruz; Marques; Ferreira, 2009).

No que diz respeito à regulamentação orçamentária no Brasil, a Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, é a base legal que normatiza o Direito Financeiro, relativo à elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. No entanto, essa lei não direciona especificamente a área ambiental. Em 1999, a Portaria nº 042 do Ministério de Orçamento e Gestão (MOG) estabeleceu a atual classificação funcional que agrupa os gastos por áreas de ação governamental, sendo comum e obrigatória para municípios, estados, Distrito Federal e União. Essa inovação representou um avanço no detalhamento do orçamento público nacional, ampliando a capacidade de desenvolvimento de pesquisas dedicadas à análise da composição desses gastos, identificando tendências e áreas prioritárias de ação governamental. Com a função “Gestão Ambiental”, é possível evidenciar os gastos públicos com o meio ambiente, enquanto, em períodos anteriores, essas informações eram fragmentadas e escassas.

Pesquisas anteriores indicam que os investimentos realizados na área ambiental ainda são insuficientes em comparação com o orçamento total do governo (Cruz; Marques; Ferreira, 2009; Carneiro, 2008; Fulai, 1999). Carneiro (2008) conclui que há uma grande instabilidade na alocação de recursos orçamentários entre as subfunções. Além disso, Cruz, Marques e Ferreira (2009), ao analisar o período de 2000 a 2008, observaram uma queda nas despesas com a função Gestão Ambiental, o que contrasta com o atual estágio de degradação ambiental do país.

Nascimento Júnior (2011) aponta que os gastos públicos destinados à recuperação dos biomas brasileiros, não acompanharam a deterioração desses, mostrando-se insuficientes e estagnados durante o período analisado. Ressalta-se que a alocação de recursos é instável devido a ajustes macroeconômicos. Em momentos de crise, observa-se uma queda significativa nos gastos, o que afeta a continuidade dos esforços e limita a capacidade de atuação (Fulai, 1999; Carneiro, 2008). Em contrapartida, durante períodos de expansão econômica ou maior intervenção estatal, esses gastos tendem a aumentar ou, pelo menos, serem mantidos (Barbosa; Souza, 2010; Moraes; Saad-filho, 2011).

Apesar dos avanços observados na gestão ambiental brasileira, tanto em termos de estrutura quanto de legislação, a análise do cenário revela que essas iniciativas se basearam em uma visão utilitarista dos recursos naturais e foram prejudicadas pela ineficiência na aplicação das normas previstas. Isso comprometeu os objetivos do desenvolvimento sustentável e ampliou a degradação ambiental (Lima, 2011; Câmara, 2013).

METODOLOGIA

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica qualitativa, visando o levantamento e análise crítica de estudos empíricos sobre a temática dos gastos públicos ambientais implementados por diversos entes federativos do Brasil, com intuito de atualizar, desenvolver o conhecimento e contribuir com a literatura da área (Creswell, 2007). A metodologia consistiu nas seguintes etapas:

a) Pesquisa bibliográfica na plataforma do google acadêmico, adotando-se os termos: “gastos públicos ambientais no Brasil”.

b) Seleção de 11 estudos, com base nos critérios de frequência de citação e potencial de contribuição para discussão da temática.

c) Análise das publicações selecionadas e classificação das publicações com base nos seguintes parâmetros: a) gastos absolutos; b) gastos percentuais; c) transparência; d) gastos por subfunções; e) gestão financeira e orçamentária. Esses parâmetros foram adotados a partir do estudo de Nina, Almeida e Lobo (2020).

RESULTADOS

O Quadro 1 apresenta uma síntese dos resultados encontrados para os 11 estudos analisados, ordenados por ordem decrescente de ano de publicação. Percebe-se que nenhum estudo contemplou todos os parâmetros definidos para análise, de modo que nos próximos tópicos serão analisados os principais achados para cada parâmetro.

Gastos Absolutos

A análise dos gastos públicos ambientais em termos absolutos possui um claro viés: os entes federativos que tiverem maiores orçamentos tendem a gastar mais. Borinelli, Grandalini e Baccaro (2017) apontam que para os Estados, as regiões Norte e Sul foram as que mais gastaram. Os gastos maiores na região sul podem ser explicados pelo fato dessa região ter um maior poder aquisitivo, de modo que quanto maior a receita e a despesa total do município, maior tende a ser o gasto ambiental. Os gastos maiores nos Estados da região Norte, por outro lado, podem estar associados às demandas maiores em função das vastas unidades de conservação na Amazônia.

Tais resultados estão em linha com o estudo de França (2021) para os Estados brasileiros no período de 2013 a 2019, que encontrou maiores médias, em termos absolutos, para Estados do Sudeste (São Paulo e Minas Gerais), com correlações positivas e estatisticamente significativas desses gastos com indicadores como: Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e escolaridade. Por outro lado, os gastos também aumentam com o aumento das taxas de desmatamento.

Por outro lado, Borinelli, Grandalini e Baccaro (2017) também encontraram menores gastos estaduais para a região Nordeste, em contraste com Briotti (2023) que encontrou, para os municípios dessa região, gastos maiores em relação aos municípios de outras regiões do Brasil, particularmente em virtude da grande demanda relacionada à gestão hídrica.

Tais resultados indicam maior descentralização da gestão orçamentária dos Estados para os Municípios na região Nordeste do país. Em linhas gerais, quando uma unidade da federação resolve descentralizar a gestão, a consequência é uma redução dos gastos estaduais, em virtude do aumento dos gastos municipais (Rodrigues, 2021). Alguns dos conflitos e das barreiras relacionadas ao processo de descentralização no país, incluem o baixo fomento à cooperação intergovernamental, manutenção do patrimonialismo local e captura de arenas regulatórias (Abrucio, 2007; Ravena 2012), sendo que os conflitos de interesses entre as diferentes esferas do governo também geram divergências. No campo ambiental, a experiência brasileira demonstra que esses limitam o funcionamento de instrumentos reguladores e os resultados em relação à proteção dos recursos naturais (Bursztyn e Bursztyn, 2012; Ravena, 2012). Esta situação torna-se

alarmante em um país com dimensões continentais que depende de uma atuação capilarizada por todo o território nacional. Assim, a regulação envolve não somente o poder público, mas também outros atores sociais (Corbucci, 2003; Cunha; Coelho, 2012; Ravena, 2012).

Outro aspecto relevante é o impacto das reorientações políticas. Em 2019, por exemplo, quando Bolsonaro, de extrema direita, assumiu a Presidência da República, houve uma redução dos gastos ambientais não apenas da União, mas também da média dos gastos públicos municipais em 2019, incluindo os 10 municípios que mais gastam historicamente (Araújo, 2020; Broiatti, 2023).

Quadro 1 – Síntese dos estudos analisados.

Autores	Amostra	Gastos Absolutos	Gastos percentuais	Transparência	Gastos por Subfunções	Gestão Financeira e Orçamentária
Broietti (2023)	Gastos Públicos nos municípios do Sul para o período de 2002 a 2019	Quanto maior a receita e a despesa, maior o gasto ambiental; Variação maior entre os municípios do que entre os anos	Todos os Top 10 municípios reduziram os gastos em 2019, acompanhando uma tendência geral da média de todos os municípios; e também da União	Não contempla	Não contempla	Não contempla
Fernandes <i>et al.</i> (2023)	Municípios do Estado de Alagoas com mais de 50 mil habitantes para ano de 2017	Gastos Absolutos maiores para os municípios maiores. Ex: Capital Maceió	Municípios não ultrapassam 0,52%	Não uso das subfunções evidenciam baixa transparência	A maioria dos municípios estudados não utiliza a subfunção	Não contempla
França (2021)	Unidades da Federação para o Período de 2013 a 2019	Maiores Médias para os Estados do Sudeste; correlações: aumentam com o IDH, PIB, escolaridade (renda – conscientização); aumenta com o desmatamento	Crescimento no período, com destaque para os Estados de São Paulo e Minas Gerais (Pernambuco se destaca), e menor gasto para Roraima e Acre	Melhora da qualidade dos dados na última década	Não contempla	Não contempla
Silva <i>et al.</i> (2021)	Despesas liquidadas dos Estados da região NE para 2016 e 2017 por subfunção	Não contempla	Não contempla	Não contempla	Análise detalhada por subfunção para cada Estado do país	Não contempla

Carneiro e Souza (2021)	eficiência dos recursos públicos nos municípios de Rondônia em 2018	Não contempla	Não contempla	Não contempla	Não contempla	Os menores municípios apresentam uma gestão ambiental mais eficiente do que os maiores
Nina, Almeida e Lobo (2020)	Municípios do Estado do Pará para o período de 2002 a 2013	Gastos aumentaram com o compartilhamento de ações de licenciamento pelo governo estadual, criação do IderflorBio e aumento da arrecadação por concessão; homogenização (crescimento maior para municípios que antes gastavam menos)	Média percentual dos municípios paraenses baixa em relação a outras realidades brasileiras (maioria dos Estados e municípios paraenses); embora maiores que os gastos da União);	Falta de Transparência; menor transparência em anos de eleições municipais; mudança de governo diminuiu o interesse no balanço orçamentário; a transparência não melhora com o aumento populacional	Gastos ambientais em outras subfunções para mudanças climáticas (Exemplo de gastos para mudanças climáticas)	Cria classes de empenhos com base no percentual; tendência e transparência, relacionando com características dos municípios conforme o Programa Municípios Verdes. Faço a ressalva de que “quanto mais, melhor” – deve-se saber qual seria o nível ótimo. Crescimento dos gastos, no geral, não acompanharam o crescimento de outros componentes da gestão ambiental (número de conselhos municipais. Arranjos institucionais; fundos municipais; quantitativos de profissionais)

<p>Rodrigues (2021)</p>	<p>Unidades da Federação para o Período de 2009 a 2018</p>	<p>São Paulo tem mais gastos absolutos, porém menos gastos percentuais. QUESTÃO: existe algum ganho de escala para os gastos ambientais?</p>	<p>Menores gastos: GO, MA e AP; PA e RS. Maiores gastos: AC; RN; DF; PB; RJ. QUESTÃO: menores gastos estaduais não poderiam ser compensados com maior transferência para municípios (descentralização)? Soma dos Estados 0,57%; Apenas 3 Estados atingiram mais de 1% (RN, PB e AC) – AC; Pernambuco também se destaca. Estados com menos gastos: GO, AP e RR. Estados do NE se destacam em Tridapalli (2011), mas caem no estudo mais recente</p>	<p>Não contempla</p>	<p>Gastos ambientais em outras subfunções. Antes da metodologia. Ex: compras sustentáveis; Até 2015 destaca-se a subfunção gestão ambiental; após isso a “administração geral”. Menores gastos em recuperação de áreas de degradação ambiental e meteorologia. Muitas lacunas com gastos em “demais subfunções” e “administração geral”. Outras subfunções (p. 40) dispareidade no foco da função ambiental. / Análise das subfunções por Regiões. Ex: CO (demais subfunções); N (gestão ambiental); NE (recursos hídricos); tem mais coisas</p>	<p>Estados são mais eficientes para questões ambientais</p>
-------------------------	--	---	---	----------------------	--	---

Borinelli, Grandalini e Baccaro (2017)	Estados e municípios do Brasil	Para os Estados, as Regiões Norte e Sul foram as que mais gastaram; e a Região Nordeste foi a que menos gastou. Para os municípios, as Regiões Sul e Nordeste gastaram mais	Não contempla	Não contempla	Não contempla	Não contempla
Dantas <i>et al.</i> (2014)	Municípios do Paraná	Não contempla	A União gastou 0,22% do total de gastos com o meio ambiente, os Estados gastaram 0,59% e os municípios gastaram 0,81% do total de despesas com o meio ambiente.	Não contempla	Não contempla	Não contempla
Nina (2013)	Efeitos de desastre natural ao orçamento do Pará para o período de 2000 a 2012	Não contempla	Desastres naturais provocam redução de gastos em quase todas as subfunções; exceto controle ambiental	Não contempla	todas as subfunções tiveram despesas na ordem de 10–4% das verbas totais (exceto “Controle Ambiental”)	Para as subfunções, a média do empenho foi de 70% do orçamento, exceto para Controle Ambiental, que foi 130%
Tridapalli <i>et al.</i> (2010)	Percentual de gastos ambientais para Unidades da Federação	Não contempla	Não contempla	Não contempla	Não contempla	Não contempla

Fonte: Compilado pelos autores.

Estudando Municípios do Estado de Alagoas com mais de 50 mil habitantes para ano de 2017, Fernandes *et al.* (2023) encontraram que os gastos absolutos são maiores para os municípios mais ricos, a exemplo de Maceió, capital do Estado. Esses gastos, no entanto, não ultrapassam 0,52% do orçamento. Rodrigues (2021) estudaram unidades da Federação para o Período de 2009 a 2018, constatando que São Paulo tem mais gastos absolutos, porém menos gastos percentuais. A partir desse achado, é possível supor a existência de algum ganho de escala para os gastos ambientais, de modo que não necessariamente esses gastos devam subir indefinidamente com o aumento do tamanho populacional ou econômico do município.

Ainda para Rodrigues (2021), os maiores gastos foram para os Estados do Acre, Rio Grande do Norte, Paraíba, Rio de Janeiro e para o Distrito Federal; enquanto os menores gastos foram para os Estados de Goiás, Maranhão, Amapá, Pará e Rio Grande do Sul. Recentemente, em 2024, esse último Estado foi atingido por inundações sem precedentes em sua história, que, até 31 maio de 2024, atingiram diretamente mais de 2,34 milhões de pessoas, com 169 mortes, 806 feridos e 44 desaparecidas (Almeida, 2024). Um dos motivos apontados pela literatura para a baixa prevenção desse tipo de desastres é justamente a piora na gestão ambiental e adaptação às mudanças climáticas (Noskoski; Gysi, 2024).

É reconhecida, na literatura, a importância dos gastos públicos ambientais preventivos para redução dos impactos de desastres naturais, sobretudo quando esses gastos ocorrem no contexto de um governo mais orientado para redução das desigualdades e combate à pobreza, que proporciona um aumento da resiliência da população vulnerável (Nina, 2021; Valencio, 2014; World Bank, 2010)

Gastos Percentuais

Dantas *et al.* (2014) apresentaram um estudo sobre os gastos ambientais nos municípios, Estados e União. Os resultados mostraram que, para o período de 2004 a 2011, a União gastou 0,22% do total de gastos com o meio ambiente, os Estados gastaram 0,59% e os municípios gastaram 0,81% do total de despesas com o meio ambiente. Para Rodrigues (2021), em termos percentuais, em média, os Estados gastaram 0,57% do orçamento total na gestão ambiental. Apenas os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Acre atingiram mais de 1%. O resultado para esse último Estado contrasta com o encontrado por França (2021), que aponta para o Estado do Acre como um dos que menos gasta proporcionalmente no Brasil. Tal contraste indica baixa constância dos gastos ambientais, uma vez que a posição do Estado em relação ao país, oscila do maior para o menor nível em pouco tempo.

Para França (2021), os Estados com menos gastos foram Goiás, Amapá e Roraima, achado que contrasta com Tridapalli (2011), que tinha encontrado, para períodos anteriores, menores gastos proporcionais em Estados da região nordeste, indicando uma mudança no ranking dos Estados em termos de percentuais de gastos com a função ambiental.

Gastos menores também foram encontrados por Nina, Almeida e Lobo (2020), no período de 2002 a 2013, para os municípios do Estado do Pará (região Norte), cuja média esteve abaixo de outras realidades brasileiras (maioria dos Estados e municípios paranaenses, por exemplo), embora maiores que os gastos da União. É predominante, na literatura, a constatação de que os gastos públicos ambientais no Brasil, em relação a outros tipos de gastos, possuem baixos percentuais (Broietti *et al.*, 2023; Rodrigues, 2021). Por outro lado, a maioria dos estudos também

parte da premissa de que o aumento dos gastos públicos ambientais necessariamente é um indicador de melhora de gestão, o que pode não ser verdade.

Transparência

Existem vários indícios da falta de transparência dos gastos públicos ambientais, sobretudo os municipais, mesmo que todos os municípios do Brasil sejam obrigados a fornecer informações sobre os gastos de gestão pública em todos os setores ao Tribunal de Contas e este repassa à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) (Borinelli; Grandalini; Baccaro, 2017; Briotti, 2023; França, 2021). Apesar disso, para os Estados, França (2021) aponta uma melhora da qualidade das informações no período de 2013 a 2019, mesmo que ainda não com a transparência ideal.

Quanto à melhoria da transparência dos gastos públicos ambientais municipais, os resultados da literatura não são robustos. Apenas alguns municípios brasileiros conseguem manter uma consistência histórica de publicações de gastos ambientais com boa qualidade, de modo que oscilações são maiores entre diferentes municípios num mesmo ano do que para diferentes anos de um mesmo município (Broietii, 2023). Para Fernandes *et al.* (2023), é comum os municípios não detalharem os gastos nas subfunções, o que evidencia a baixa transparência da gestão ambiental orçamentária nos municípios de Alagoas. Nina, Almeida e Lobo (2020) encontraram menor transparência em anos de eleições municipais, alegando que a mudança de governo diminui o interesse no balanço orçamentário. Para os autores, a transparência orçamentária não melhora com o aumento populacional.

Destaca-se que a transparência dos gastos públicos ambientais é crucial para garantir a eficiência e a responsabilidade dos diversos entes federados e exercício da gestão democrática, uma vez que ela permite que a sociedade monitore como os recursos são aplicados, promovendo a participação cidadã. Além disso, a transparência ajuda a prevenir a corrupção e o desvio de verbas, contribuindo para que os fundos destinados à proteção ambiental sejam utilizados de forma adequada. A divulgação clara e acessível das despesas ambientais também facilita a avaliação da eficácia das políticas públicas, permitindo ajustes e melhorias contínuas, no intuito da promoção do desenvolvimento sustentável (Beltrão, 2009; Dantas *et al.*, 2014; Hendriksen; Breda; 1999; Shih, 2010; Tridapalli *et al.*, 2010).

Gastos por subfunções

Silva *et al.* (2021) analisou as despesas liquidadas dos Estados da região nordeste para 2016 e 2017 por subfunção ambiental, encontrando um aumento dos gastos públicos nos Estados do Maranhão e do Ceará, em detrimento do Programa Maranhão Verde e do Programa de Incentivo às Unidades de Conservação Municipais (ProUCm), respectivamente. Também foi perceptível o crescimento dos gastos em Alagoas, na subfunções administração geral e controle.

Para Nina, Almeida e Lobo (2020) e Rodrigues (2021), a análise dos gastos ambientais por funções e subfunções orçamentárias possuem limitações, em virtude de muitas medidas estarem associadas à outras funções/subfunções, a exemplo dos gastos para mitigação às mudanças climáticas (redução das emissões de Gases do Efeito Estufa) (Quadro 2).

Quadro 2 - Exemplos de atividades que podem ser implementadas em outras funções orçamentárias e contribuir para uma melhor gestão ambiental no que diz respeito à redução das emissões de GEEs

Setor/funções orçamentárias	Atividades
Energia	Descarbonização das fontes de energia elétrica. Aumento da eficiência energética. Adoção de matriz renovável menos poluente (energia eólica, solar, hidrelétrica etc.) ou de energia nuclear, que não tem emitem GEE.
Transporte	Investimento no desenvolvimento ou adoção de veículos automotores mais econômicos ou mesmo movidos a álcool, energia solar, hidrogênio etc. Replanejamento da infraestrutura urbana, priorizando os pedestres e os transportes coletivos.
Habitação	Estabelecimento de códigos de construção de habitações menos poluentes e que economizem o uso de energia elétrica. Uso de materiais de construção que demandem menos emissões de GEE.
Indústria	Uso de materiais de maior eficiência energética, combinados com adoção de práticas de reciclagem e reuso. Redução das emissões de hidrofluorcarbonetos pelo processo de otimização dos filtros industriais. Implantação da gestão de resíduos sólidos.
Agricultura	Combate ao desmatamento induzido por práticas agrícolas inadequadas. Desenvolvimento da bioenergia como alternativa para os combustíveis fósseis

Fonte: Nina, Almeida e Lobo (2020).

Rodrigues (2021) ainda considera mudanças nos lançamentos orçamentários de algumas ações típicas, a exemplo das compras sustentáveis, que normalmente eram orçadas na subfunção “gestão

ambiental”, mas após 2015, passaram para a subfunção “administração geral”. Para o autor, os gastos costumam ser menores nas subfunções “recuperação de áreas degradadas” e “meteorologia”, além de existirem diversas lacunas de transparência de gastos lançados em subfunções genéricas, como “demais subfunções” e “administração geral”. Outro achado foi a diferença de foco por região do país. Os Estados da região Centro-Oeste orçam mais em “demais subfunções”, o que indica menor transparência e detalhamento dos gastos, provavelmente associado ao fato dessa região se caracterizar pela consolidação do agronegócio de grande escala, o qual possui grande interesse no enfraquecimento da política ambiental no Brasil (Pinheiro; Araújo, 2023). Já os Estados da região Norte orçam mais na subfunção “gestão ambiental”, provavelmente em virtudes das demandas para preservação da floresta amazônica; e da região nordeste, na subfunção “recursos hídricos”, em consequência do problema histórico de secas que atingem a região (Rodrigues; 2021).

Gestão Financeira e Orçamentária

A análise da gestão financeira e orçamentária é menos comum nos estudos empíricos sobre gastos ambientais no Brasil, que focam, em sua maioria, no total de gastos, absolutos ou relativos em relação ao orçamento. Nina, Almeida e Lobo (2020) analisaram a gestão orçamentária ambiental para municípios do Pará, no período de 2002 a 2013. Os autores classificam os municípios em níveis de empenhos com base no percentual; tendência e transparência, relacionando com características dos municípios conforme o Programa Municípios Verdes; fazendo a ressalva de que, não necessariamente gastar mais,

indica uma melhor gestão, sendo necessária uma estimativa particular do nível ótimo de gastos ambientais em cada município.

Para Nina, Almeida e Lobo (2020), o crescimento dos gastos, no geral, não acompanharam o crescimento de outros componentes da gestão ambiental (número de conselhos municipais. Arranjos institucionais; fundos municipais; quantitativos de profissionais). Gastos aumentaram com ações do governo estadual, como o compartilhamento de ações de licenciamento; criação do órgão IderflorBio e aumento da arrecadação por concessão. Os autores também verificaram uma tendência de homogeneização (crescimento maior para municípios que antes gastavam menos).

A gestão orçamentária ambiental é mais relevante e tende a ser mais eficiente para os Estados do que para os municípios (Borinelli; Grandalini; Baccaro, 2017; Oliveira, 2016; Rodrigues, 2021). Carneiro e Souza (2021), estudando municípios de Rondônia em 2018, encontrou evidências de que os menores municípios apresentam uma gestão ambiental mais eficiente do que os maiores. Já Nina (2013), estudando a gestão do governo do Estado do Pará no período de 2000 a 2012, constatou que a função orçamentária “gestão ambiental” está suscetível à redução de despesas empenhadas em virtude da ocorrência de desastres naturais (com exceção da subfunção controle ambiental). O autor encontrou uma média do empenho, para as subfunções ambientais, próxima de 70% do orçamento, exceto para “Controle Ambiental”, que foi 130%. Com exceção dessa última, todas as subfunções tiveram despesas na ordem de 0,0001% das verbas totais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os gastos públicos ambientais no Brasil apresentam uma distribuição variada, com maiores gastos absolutos em regiões com maior poder aquisitivo e/ou demandas ambientais, como as regiões Norte e Sul. A análise desses gastos revela uma tendência de descentralização, especialmente na região Nordeste, onde os municípios assumem uma parcela maior dos gastos. Além disso, os gastos ambientais não necessariamente aumentam indefinidamente com o crescimento populacional ou econômico, sugerindo a existência de ganhos de escala.

Em termos percentuais, os gastos ambientais são relativamente baixos em comparação com outros tipos de gastos públicos, embora exista uma grande variação entre diferentes Estados e municípios. Cabe destacar que maiores gastos não necessariamente indicam uma melhor gestão ambiental. Para efeito de longo prazo, a baixa constância dos gastos, sobretudo em Estados e municípios mais pobres, é um nítido problema de gestão.

A transparência dos gastos públicos ambientais foi outro problema verificado, especialmente nos níveis municipais. Embora haja uma melhora na qualidade das informações em alguns Estados, a consistência histórica das publicações de gastos ambientais é geralmente baixa. Além disso, a transparência orçamentária não necessariamente melhora com o crescimento populacional.

A gestão dos gastos públicos ambientais possui variações notáveis entre diferentes regiões e níveis de governo. As mudanças nos lançamentos orçamentários e a falta de transparência em algumas subfunções, como “administração geral” e “demais subfunções”, são desafios que precisam ser abordados para melhorar a eficiência e a eficácia dos gastos ambientais.

A análise da gestão financeira e orçamentária, aspecto menos explorado nos estudos sobre gastos ambientais, é crucial para entender como a gestão ambiental vem sendo implementada pelos entes federativos. Outra perspectiva que precisa ser aprofundada em estudos posteriores é o alinhamento entre os gastos ambientais orçados/executados e as melhorias institucionais desses entes federativos.

REFERÊNCIAS

ADEWUYI, A. Effects of public and private expenditures on environmental pollution: a dynamic heterogeneous panel data analysis. **Renewable Sustainable Energy Reviews**, v. 65, p. 489–506, 2016.

ALESSANDRO, M.; CARDINALE LAGOMARSINO, B.; SCARTASCINI, C.; STREB, J.; TORREALDAY, J. Transparency and trust in government evidence from a survey experiment. **World Development**, v. 138, n. 105223, 2021.

ALMEIDA, D. **Mais de 626 mil pessoas ainda estão fora de casa no Rio Grande do Sul**. 31 mai. 2024. Disponível em: <https://www.caarapnews.com.br/noticia/159140/mais-de-626-mil-pessoas-ainda-estao-fora-de-casa%C2%A0no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 31 maio 2024.

ARAÚJO, S. Environmental Policy in the Bolsonaro Government: The Response of Environmentalists in the Legislative Arena. Bras. **Political Science Review**, São Paulo, v. 14, n. 2, 2020.

BACOT, A.; DAWES, R. State expenditures and policy out comes in environmental program management. **Policy Studies Journal**, v. 25, n. 3, p. 355–370, 1997.

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. A inflexão do Governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, E.; GARCIA, M. A. (Org.). **Brasil: entre o passado e o futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Editora Boitempo, 2010.

BELTRÃO, A. **Direito ambiental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009.

BORINELLI, B., GUANDALINI, N. N., BACCARO, T.A. Os gastos ambientais dos Estados brasileiros: uma análise exploratória. **Revista Serviço Público Brasília**, v. 68, n. 4, p. 807–834, 2017.

BOSCHI, R.; GAITÁN, F. Política, política social y desempeño económico: una comparación de las trayectorias de Brasil y Argentina. **Observatório Político Sul-Americano**, Rio de Janeiro, n. 11, dez. 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Assembleia Nacional Constituinte, 1988.

BRASIL. Lei Complementar 140, de 8 de dezembro de 2011. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do *caput* e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 dez. 2011.

- BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, nº. 86, seção 1, p. 68–85, 5 maio 2000.
- BRASIL. Lei Federal 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 16509, 2 set. 1981.
- BRASIL. Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 18 ago. 2024.
- BRASIL. Portaria nº 042, de 14 de abril de 1999. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I, do § 1º, do art. 2º, e § 2º, do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; estabelece conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais e dá outras providências. Disponível em: ftp://ftp.fnnde.gov.br/web/siope/leis/P42_MPOG_14-04-1999.pdf. Acesso em: 19 ago. 2024.
- BROIETTI, C. Determinantes dos gastos públicos em gestão ambiental nos municípios da região sul do Brasil no período de 2002 a 2019. **Administração pública e gestão social**, v. 15, n. 3, p. 1–23, 2023.
- BUENO, W.; OLIANA, F.; BORINELLI, B. O estudo do gasto público em meio ambiente. **Economia e Região**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 118–133, jan./jul. 2013.

BUENO, O.; OLIANA, F.; BORINELLI, B. O estudo do gasto público em meio ambiente. **Economia & Região**, v. 1, n. 1, p. 118–133, 2013.

BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. **Fundamentos de política e gestão ambiental**: caminhos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CALIXTO, L. **Contabilidade Ambiental**: aplicação do ISAR em empresas do setor de mineração. 2004. 87f. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

CÂMARA, J. B. D. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 125–146, 2013.

CARNEIRO, A.; SOUZA, J. Eficiência na Gestão Ambiental como Função de Despesa Pública em Rondônia. **Revista Controladoria e Gestão**, v. 2, n. 1, p. 259–276, 2021.

CARNEIRO, P. E. A. Modelo de mudanças climáticas com gastos públicos. **Contexto Internacional**, v. 30, n. 1, p. 49–88, 2008.

CORBUCCI, E. M. Políticas públicas, políticas ambientais e participação social no Brasil. **Espaço & Geografia**, v. 6, n. 2, p. 59–87, 2003.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 193p.

CRUZ, C. F.; MARQUES, A. L.; FERREIRA, A. C. S. Informações ambientais na contabilidade pública: reconhecimento de sua importância para a sustentabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 4, n. 2, p. 7–23, 2009.

CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. Política e gestão ambiental. In: DA CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 43–79.

DALEY, D.; GARAND, J. Horizontal diffusion, vertical diffusion, and internal pressure in state environmental policymaking 1989–1998. **American Politics Research**, v. 33, n. 5, p. 615–644, 2005.

DANTAS, M.; PACHECO, L.; LIBONI, L.; CALDANA, A. Análise dos gastos públicos com gestão ambiental no Brasil. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 52–68, set./nov. 2014.

FERNANDES, A.; RODRIGUES, S.; SILVA, V.; COSTA, C. Análise dos gastos com gestão ambiental nos municípios do Estado de Alagoas – Brasil. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 12, p. 32559–32592, 2013.

FRANÇA, M. **Gestão ambiental: uma análise de fatores socioeconômicos e ambientais impactantes no gasto**. 2021. 41f. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília, Brasília–DF, 2021.

FULAI, S. **Public environmental expenditures: a conceptual framework**. Macroeconomics for Sustainable Development Program Office, World Wide Fund For Nature, 1999.

GAITAN, F.; BOSCHI, A. Elites, coalizões e desenvolvimentos. Análise sobre a trajetória recente do Brasil. **Desenvolvimento em Debate**, v. 4, n.2, p. 29–26, 2016.

- GUANDALINI, N.; BORINELLI, B.; GODOY, D. Gastos públicos ambientais nas capitais dos Estados brasileiros: um estudo exploratório no período de 2002 a 2010. **Ciências Jurídicas e Empresariais**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 207–216, set. 2013.
- GUIMARÃES, P. C. V.; CARNEIRO, J. M. B.; DOWELL, S. M. **Gasto na gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 1992.
- GUPTA, S.; MIRANDA, K.; PARRY, I. Public expenditure policy and the environment: a review and synthesis. **World Development**, v. 23, n. 3, p. 515–528, 1995.
- HENDRIKSEN, E.; BREDA, M. **Teoria da contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- KONISKY, D.; WOODS, N. Measuring state environmental policy. **Review of Policy Research**, v. 29, n. 4, p. 544–569, 2012.
- KRAEMER, M. Contabilidade ambiental como sistema de informações. **Revista Contabilidade Vista; Revista**. v. 12, n. 3, p. 1–12, dez. 2001.
- LEHFELD, L. S. **Controles das agências reguladoras**. São Paulo: Atlas, 2008.
- LESTER, J.; LOMBARD, E. The comparative analysis of state environmental policy. **Natural Resources Journal**, v. 30, p. 301–319, 1990.
- LIMA, G. F. C. A institucionalização das políticas e da gestão ambiental no Brasil: avanços, obstáculos e contradições. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 23, p. 121–132, 2011.

MARTINS, R. Ruralidade e regulação ambiental: notas para um debate político-institucional. *Brazilian Journal of Rural Economy and Sociology*, v. 43, n. 2, p. 1–18, jun. 2005.

MILARÉ, É. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 4, p. 507–527, 2011.

NASCIMENTO JÚNIOR, E. R. **Gastos com meio ambiente no Brasil**: comparação entre o valor do dano e a destinação de recursos públicos para sua recuperação entre os anos de 2000 a 2009. 2011. 146f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

NINA, A. **Desastres naturais e pobreza absoluta na Amazônia**: uma análise quantitativa. 2021. 178f. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

NINA, A. Efeitos de desastres naturais às finanças públicas do Estado do Pará. 2013. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Pará, Belém–PA, 2013.

NINA, A.; ALMEIDA, O.; LOBO, I. A gestão ambiental dos municípios paraenses: gastos públicos, descentralização e sustentabilidade. **PPP – Planejamento e Políticas Públicas**, n. 54, jan.–jun., 2020.

NOSKOSKI, L.; GYSI, E. Desafios climáticos e desastres naturais no Rio Grande do Sul: urgência de ações integradas e sustentáveis. **Epitaya E-books**, v. 1, n. 76, p. 41–46, 2024.

PEARCE, D.; PALMER, C. Public and private spending for environmental protection: a cross-country policy analysis. **Fiscal Studies**, v. 22, n. 4, p. 403–456, 2001.

PINHEIRO, A.; ARAÚJO, S. O papel dos estados nos debates e nos produtos do processo sobre a Lei Geral do Licenciamento Ambiental. In: PALOTTI, P.; LICIO, E.; GOMES, S.; SEGATOO, C.; SILVA, A. (orgs.). **E os Estados?** Federalismo, relações intergovernamentais e políticas públicas no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, 2023. p. 237–264.

PIZARRO, R., DELGADO, R.; HUÁSCAR, E.; PIMENTA, Y. **Marco Conceptual para la Clasificación del Gasto Público en Cambio Climático**. Washington, D.C.: BID, 2022.

RAVENA, N. **Os caminhos da regulação da Água no Brasil: Demiurgia Institucional ou Criação Burocrática?**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2012. 350p.

RIBEIRO, M. **Contabilidade Ambiental**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

RODRIGUES, S. **Análise da execução orçamentária dos gastos ambientais nas unidades federativas**. 2020. 51f. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Alagoas, Maceió–AL, 2020.

- SHIH, M. Trust and transparency in network governance: the implication of Taiwan's anti-corruption activities. **International Public Management Review**, v. 11, n. 2, 2010.
- SILVA, R.; FERNANDES, A.; SOUZA, E.; RODRIGUES, S. Gastos ambientais no setor público do Nordeste brasileiro. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 5, p. 50072–50092, maio 2021.
- STANTON, T.; WHITEHEAD, J. Special interests and comparative state policy: an analysis of environmental quality expenditures. **Eastern Economic Journal**, v. 20, n. 4, p. 441–452, 1994.
- TRIDAPALLI, J.; BORINELLI, B., CAMPOS, M. F. S. S., CASTRO, C.. Análise dos gastos ambientais no setor público brasileiro: características e propostas alternativas. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 34., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2010.
- TRIDAPALLI, J. P.; BORINELLI, B.; CAMPOS, M. F. S. de; CASTRO, C. de. Análise dos gastos ambientais no setor público brasileiro: características e propostas alternativas. **Revista de Gestão Social e Ambiental – RGSA**, v. 5, n. 2, p. 79–95, 2011.
- VALENCIO, N. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 9, p. 3631–3644, 2014.
- WORLD BANK. **Gross Domestic Product Ranking Table**. 2014. Recuperado em 15 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://data.worldbank.org/data-catalog/GDP-ranking-table>.

WORLD BANK. **Natural hazards, unnatural disasters: the economics of effective prevention.** Washington, D.C: World Bank Clearance Center Incorporation, 2010. 254p.

YOUNG, C. E. F. Instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável: o caso brasileiro. In: PARREIRA, C.; ALIMONDA, H. (Org.). **As instituições financeiras públicas e o meio ambiente no Brasil e na América Latina.** Brasília: FLACSO – Brasil, 2006. p. 221–242.

YOUNG, C. E. F.; RONCISVALLE, C. A. **Expenditures, investment and financing for sustainable development in Brazil.** Serie medio ambiente y desarrollo. U.N. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), Santiago, 2002.

ZHANG, K. -m.; WEN, Z. -g. Review and challenges of policies of environmental protection and sustainable development in China. **Journal of Environmental Management**, v. 88, p. 1249–1261, 2007.



PARTE 4
ALTERNATIVAS ECONÔMICAS
E ÁREAS PROTEGIDAS

Racionalidade econômica e uso da terra na Amazônia brasileira – por um novo arcabouço teórico-metodológico

INTRODUÇÃO

Investigar as características específicas das unidades produtivas camponesas, bem como os aspectos constitutivos da estrutura a que pertencem e similaridades com outras estruturas, é tarefa fundamental para uma análise apropriada da dinâmica da produção rural na Amazônia brasileira, em geral, e quanto suas decisões produtivas em particular. Nesse sentido as decisões de manejo da terra e sistemas agrícolas, bem como o campo social em que o mesmo atua, têm-se revelado como valiosos indicadores na construção de um perfil adequado do camponês da região.

A literatura científica recente apresenta análise de que as

Larissa Chermont

Professora da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pará, (UFPA), do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia (MPGAP) e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pela UFPA, com estágio pós-doutoral no INPA. Coordena o projeto de extensão Escola Panamazônica de Políticas Públicas e atua em ensino, pesquisa e extensão nas áreas de economia ecológica, desenvolvimento sustentável e políticas públicas para a Amazônia e paradiplomacia.

Juarez Pezzuti

Biólogo pela Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, mestre pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA, Ecologia) e doutor pela UNICAMP (Ecologia). Pós-doutorado na Universidade de Amsterdam (2015) e pela Universidade de Tulane (2023). Professor Titular da Universidade Federal do Pará, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA-UFPA), lecionando e orientando alunos de mestrado e doutorado nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSDTU/NAEA) em Zoologia (PPGZool/UFPA-MPEG) e em Ecologia Aquática e Pesca (PPGEAP/UFPA). Linhas de atuação: ecologia, etnoecologia e manejo comunitário de fauna, tendo como base a pesquisa colaborativa, procurando integrar o conhecimento ecológico local com o acadêmico.

famílias de colonos que se instalaram na Amazônia nas últimas décadas são capazes de organizar sua produção de tal forma a alcançar seus objetivos primários de produção agrícola, garantindo fundamentalmente sua segurança alimentar (BRONDIZIO; MORAN; MAUSEL, 2005; CALDAS et al., 2007; WALKER, 2003).

A vertente Neoclássica da teoria econômica adota a premissa de que tais unidades assumem ‘comportamento racional’ em seus processos de tomada de decisão, e, portanto, suas escolhas relativas a técnicas produtivas serão embasadas de forma a optar pela alternativa disponível de maior *valor utilidade* (DEATON, 1997; ELLIS, 1993). Em última análise, este processo é o resultado das *percepções reveladas e preferências* das unidades (MCFADDEN, 2000). Ainda, para tal vertente teórica, o conceito de unidade produtiva rural deriva da definição de *camponês* enquanto categoria analítica.

É importante destacar que o tipo predominante dentre as unidades produtivas rurais na Amazônia brasileira é comumente chamado de *colono*. Tais unidades podem ser distinguidas dentre aquelas fortemente dependentes de mão de obra familiar, daquelas unidades em que a mão de obra assalariada predomina. Importantes pesquisas têm sido realizadas sobre este tema, particularmente com análises sobre a acumulação de capital e de seu *status quo* (MORAN; BRONDIZIO; BATISTELLA, 2008; PERZ; WALKER, 2002).

Tal análise é parcialmente consistente com a linha teórica fundada pelo ‘modelo de unidade familiar’ de Chayanov (CHAYANOV, 1925; NETTING, 1993; THORNER; KERBLAY; SMITH, 1986), elaborado com o intuito de caracterizar a produção rural em nível familiar, predominante na Rússia pós-revolução de 1917 (BENJAMIN, 1992; WALKER et al., 2002). A unidade familiar de *subsistência pura*,

elaborada com base empírica por Chayanov, pressupõe a inexistência de um mercado de trabalho, e a existência de um *salário subjetivo*, que reflete a opinião da família a respeito da decisão de aumento proporcional de sua produção agrícola, com o aumento do tamanho da família - elevação do número de 'bocas para alimentar'. "Consumption and production decisions are therefore *inseparable*, and the consumption requirements of the family are directly linked to the amount of land and labour needed for subsistence production" (CALDAS et al., 2007, p. 90).

Mais recentemente, alguns teóricos economistas ampliaram o 'modelo de maximização' de Chayanov, relaxando a hipótese restritiva de isolamento da unidade familiar, e adotando uma tipologia contemporânea de unidade produtiva rural, que assume que as mesmas interagem com *mercados imperfeitos* de capital, trabalho e produto (BARNUM; SQUIRE, 1979; SINGH; SQUIRE; STRAUSS, 1986).

Vários pesquisadores no Brasil adotaram a categoria social de *camponês* como uma tradução aproximada para o termo em inglês *peasant*. Este último inclui tanto aquelas unidades familiares que detêm o controle das áreas da terra que usam para produzir, como aquelas famílias rurais pobres, que obtêm seu sustento da agricultura, extrativismo, e até mesmo o trabalho assalariado. Este legado da teoria de produção familiar foi adaptado para o caso da Amazônia e um considerável número de análises de base empírica para a caracterização de unidades produtivas rurais na Amazônia (BRONDIZIO; MORAN; MAUSEL, 2005; BRONDIZIO; MORAN, 1994; CALDAS et al., 2007; MORAN; BRONDIZIO; BATISTELLA, 2008; MORAN et al., 2000; PERZ; WALKER, 2002; PICHÓN, 1997; WALKER; MORAN, 2000; WALKER et al., 2004).

A nomenclatura *camponês*, aqui adotada como categoria analítica, refere-se às unidades produtivas que tenham por base a mão de obra familiar como referência principal para a produção. “A key definition of the rural household produces a significant part of its own subsistence, and it generally participates in the market, where it sells some agricultural goods as well as carrying on cottage industry or other off-farm employment” (NETTING, 1993, p.2).

Conforme verificado, apesar de grande parte da literatura que trata de unidades produtivas rurais na Amazônia brasileira estar fundamentada na premissa de que características econômicas e antropológicas da região são importantes determinantes para a construção de tipologias adequadas das unidades produtivas nela estabelecidas, um hiato permanece no que diz respeito à especificidade do camponês enquanto agente de um campo social específico, o que também deve ser levado em consideração quando da análise de suas decisões específicas de escolha das técnicas de manejo da terra, como aqui apresentado.

POR UM NOVO ARCABOUÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A ciência que designamos por ‘economia’ assenta numa abstração originária, que consiste em dissociar uma categoria particular de práticas, ou uma dimensão particular de qualquer prática, da ordem social em que toda a prática humana se encontra imersa (BOURDIEU, 2001).

Levando em conta o objetivo principal de oferecer arcabouço teórico-metodológico que permita a análise adequada do comportamento do camponês no que diz respeito ao uso da terra na Amazônia rural brasileira, vale salientar a necessidade de inicialmente ‘desconstruir’ os argumentos da vertente Neoclássica da teoria econômica, visto

que a mesma está embasada em uma abstração de *racionalidade* como determinante do comportamento de todo *agente econômico*, desconsiderando as especificidades do camponês e o campo em que atua.

Para que seja possível a construção de uma análise alternativa adequada, é importante salientar que tais argumentos assumem pressuposições que comprometem a solidez da argumentação pretendida, a saber:

a) Que a identificação e subsequente descrição minuciosa das rotinas comportamentais (ações) e características mais frequentes nas unidades produtivas permitirão a dedução de relações causais e previsão do comportamento futuro das mesmas – ‘modelagem probabilística do comportamento humano’;

b) Que a mencionada descrição e modelagem do comportamento das unidades produtivas, tomadas individualmente, conduzirão ao entendimento da realidade em sua totalidade – ‘soma das partes igual ao todo’;

c) A possibilidade de isolar a opinião e o processo de tomada de decisão sobre o objeto de seu observador – ‘neutralidade científica’;

d) A pressuposição de um ‘*comportamento racional*’ por parte da unidade produtiva em foco - ‘maximização de utilidade’, segundo a qual o agricultor familiar agirá de forma similar a qualquer outra unidade produtiva do sistema (Teoria da Firma);

e) A condição de certeza que determina o comportamento do agente produtivo – ‘tendência ao equilíbrio’;

f) Que influências exógenas decorrentes dos diferentes contextos (social, histórico, político e cultural) a que pertence o objeto de análise, bem como suas especificidades, poderão ser ‘controladas’ e neutralizadas.

Importante salientar que a razão principal para o rompimento com mencionado arcabouço, diz respeito ao fato de o mesmo não satisfazer à necessidade de conhecimento científico da realidade complexa em que o fenômeno em análise está inserido, desde sua origem. Ao falhar em fornecer um ‘argumento de autoridade’ (DEMO, 2011, 2012) a respeito do comportamento do agricultor familiar para o manejo da terra na Amazônia brasileira, a teoria econômica Neoclássica e seus correspondentes em outras disciplinas, incorrem em pelo menos dois problemas de fundo epistemológico: os determinantes do comportamento dos indivíduos permanecem desconhecidos (a essência do fenômeno não é revelada); ao desconsiderar características essenciais relativas a outras áreas do conhecimento científico sobre o mencionado fenômeno, tal abordagem oferece uma visão parcial (disciplinar) e fragmentada do mesmo.

Bourdieu, ao advogar tal rompimento com a teoria Neoclássica, oferece-nos uma sistematização de método e sistema de conceitos que servirão de base instrumental para tal feito:

Para romper com o paradigma dominante, que se esforça para atingir o concreto pela combinação de duas abstrações – a teoria do equilíbrio geral e a teoria do agente racional –, é preciso, assumindo a historicidade construtiva dos agentes e de seu espaço de ação numa visão racionalista ampliada, tentar construir uma definição da racionalidade econômica como encontro entre disposições socialmente constituídas (numa relação a um campo) e as estruturas, elas mesmas socialmente constituídas deste campo (BOURDIEU, 1997, p. 23).

Coloca-se à frente o desafio de construção de um trabalho interdisciplinar, capaz de não somente cumprir com a tarefa de analisar o tema a que se propõe, mas principalmente manter a consistência e capacidade de se questionar permanentemente (OLIVEIRA FILHO,

1976; SANTOS, 1988). “O primeiro gesto do conhecimento é desconstrutivo (questionador), para depois ser reconstrutivo (propositivo) e permanecer sempre aberto, discutível” (DEMO, 2011, p.31).

A transferência do foco exclusivo na unidade de análise familiar para o problema elimina a necessidade de separação artificial das perspectivas macro e micro da questão. Ao mesmo tempo, a adoção de um novo arcabouço que combine as duas teorias mencionadas possibilita a elaboração de análise da lógica reprodutiva da unidade camponesa. Evitando que suas respectivas *estrutura* e *forma* fiquem desconectadas quando da análise teórica, tal abordagem viabiliza a construção de um novo instrumental teórico para a análise da economia camponesa na Amazônia.

Um dos maiores desafios aqui postos consiste em que um verdadeiro diálogo com a sociologia econômica seja alcançado. Tal feito permitirá a análise do comportamento do camponês sem compartimentações que prejudicam a compreensão do fenômeno em foco em sua essência, bem como a necessária modelagem de seus determinantes.

O MODELO DE EFICIÊNCIA REPRODUTIVA E O SUBCAMPO DA PRODUÇÃO CAMPONESA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Em seu modelo de Eficiência Reprodutiva, Costa (2012) sugere a adoção desta nova categoria analítica para o adequado entendimento da dinâmica da economia camponesa da Amazônia brasileira. Tal categoria relaciona em sua essência, a especificidade da razão camponesa da teoria de Chayanov, às leis gerais de reprodução capitalista da teoria de Marx sobre a questão agrária e o destino do campesinato em economias capitalistas.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que as especificidades da microeconomia camponesa são levadas em consideração, mostra-se determinante considerar que as unidades camponesas compõem um contexto socioeconômico, perfazendo um sistema aberto e complexo. Tal tratamento fundamenta a base teórica do modelo de Costa, bem como a Teoria de Campo de Bourdieu, aqui conjuntamente adotadas.

De fato, a novidade teórica ora apresentada reside exatamente na identificação da relação existente entre a microestrutura da unidade produtiva camponesa (*forma*) e as grandes determinações do sistema capitalista em que a mesma se insere (*estrutura*). Tal relação oferece os fundamentos para uma nova teoria do investimento e proporciona uma percepção acurada da economia camponesa da Amazônia.

Partindo da noção de *razão camponesa*, faz-se necessária a definição da unidade de análise em foco: a *unidade produtiva camponesa*, cuja especificidade se dá pelo fato determinante de que seus problemas reprodutivos são resolvidos a partir, essencialmente, da sua capacidade de gerar produção rural, contando para tal, fundamentalmente, da mão-de-obra dos próprios membros do núcleo familiar. Dessa forma, duas características mostram-se essenciais: (a) o tamanho da família – o qual exerce papel regulador da capacidade total de trabalho disponível; e (b) o fato de a mesma encontrar-se sob permanente tensão de forças contrárias – suas necessidades reprodutivas e o apelo ao ‘não-trabalho’ (‘desutilidade do trabalho’ em vocabulário neoclássico).

São, precisamente, essas duas características que determinam o denominado ‘ponto de acomodação’ do ‘Equilíbrio Chayanoviano’, o qual consiste na principal similaridade entre este e o Modelo de Eficiência Reprodutiva de Costa. Indicado como atitude específica da razão camponesa, que articula indistintamente as necessidades de consumo

da família e sua capacidade de trabalho, tal ‘ponto de acomodação’ é atingido “... após a cobertura do orçamento de consumo planejado para um certo período...” (COSTA, 2012b, p. 67).

É importante salientar que, enquanto o *‘ponto de acomodação’* é a principal similaridade entre os modelos de Costa e o Chayanoviano, com relação ao comportamento da *unidade produtiva camponesa*, suas decisões e mobilização a investir consistem na principal distinção entre essas duas abordagens teóricas.

O modelo da Eficiência Reprodutiva de Costa vai além do momento de tomada de decisão, consideradas as razões internas da mesma. A abertura do sistema feita por este último proporciona uma análise mais realista do comportamento da unidade camponesa e sua relação com o contexto socioeconômico em que se insere – principalmente no que diz respeito ao comportamento dos preços dos seus produtos e daqueles que compõem sua cesta de consumo. Tal percepção mais acurada oferece a essência da lógica de reprodução da unidade camponesa, a qual se mantém em condições de *eficiência reprodutiva*.

Adotaremos como ponto focal o argumento apresentado por Costa de que devam ser buscados caminhos diversos daqueles trilhados até o momento para o alcance do conhecimento científico adequado da dinâmica produtiva na Amazônia. Partindo da noção de ‘trajetórias tecnológicas’ para definir as articulações feitas por agentes movidos por razões afins que se materializam ao gerarem produção a partir de uma opção tecnológica, podemos considerá-la chave heurística do desafio teórico abraçado por Costa da construção de um entendimento do ‘espaço rural’ enquanto campo unificado das ações dos agentes econômicos na região, bem como do processo de apropriação do rural pelo capitalismo.

Tomando também por base a noção de campo de Bourdieu, faz-se imperativo identificar as relações estabelecidas entre os agentes sociais nesse subcampo econômico da produção familiar camponesa. O termo ‘campo’ é utilizado para designar a produção e as trocas econômicas consideradas no seu conjunto. Um campo pode ser compreendido como um espaço estruturado de posições, onde agentes estão em concorrência por posicionamentos específicos seguindo regras igualmente específicas (GARCIA-PARPET, 2013). Por conseguinte, “... compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta” é imperativo (BOURDIEU, 2012, p. 69).

Com vistas à análise do campo da produção camponesa na Amazônia, devemos considerar ainda o conceito de ‘habitus’, o qual está imbricado àquele, uma vez que consiste na ‘subjetividade’ de todo agente social pertencente ao campo em questão. Ou seja, entende-se por ‘habitus’ a capacidade “... de transformar a herança coletiva em inconsciente individual e comum” (BOURDIEU, 2011, p. 342).

A partir dessa relação entre o conceito de ‘habitus’ e o de ‘campo’, é possível considerar que o comportamento do camponês no contexto de tomada de decisão para a produção não deriva de um cálculo individual e isolado, sendo portanto produto da relação existente entre um ‘habitus’ e os estímulos de uma estrutura. “O interesse em sua especificação histórica é uma instituição arbitrária, inerente a todo indivíduo dotado de um habitus” (BOURDIEU, 2004, p. 126).

Nesse sentido, conforme explicitado, a presente proposta de um novo arcabouço teórico-metodológico fundamenta-se nos pilares das teorias de Costa e Bourdieu para adequar a análise e modelagem do comportamento da unidade produtiva camponesa na Amazônia rural brasileira.

CAPITAL SOCIAL E USO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

A fim de explorar a existência de uma relação teórica entre capital social e conservação de recursos naturais em áreas rurais da Amazônia brasileira, faz-se necessário considerar o papel desempenhado pela dinâmica local, bem como sua influência na tomada de decisão quanto à gestão dos recursos naturais pelos agentes envolvidos. Tal influência, juntamente com o trabalho desenvolvido por organizações governamentais e não governamentais, são frequentemente apontados pela literatura como importantes determinantes da condução da organização da sociedade civil e ação coletiva (Agrawal, 1999; Bodin & Crona, 2008; Krishna, 2001; Pretty & Ward, 2001).

Nossa hipótese inicial está baseada na verificação empírica de que comunidades com maiores níveis de capital social apresentam menores taxas de degradação dos recursos naturais (Chermont, 2018). Em outras palavras, argumentamos que com a existência de redes de cooperação e organização para a ação coletiva nas comunidades locais, os camponeses tenderão a adotar uma postura mais preventiva quanto às técnicas de produção adotadas. O resultado benéfico da capacidade dos membros de uma comunidade de se organizarem em resposta à incidência de perdas ou diminuição da produtividade, consistirá no rompimento do ‘ciclo vicioso’ de dependência de sistemas extensivos de produção (Nepstad et al., 2001).

Ainda que com substancial aumento de intensidade do debate sobre as consequências nefastas da adoção de técnicas agrícolas extensivas e degradantes, apenas um número reduzido de camponeses na região investe em inovação tecnológica e intensificação da produção.

A constante ameaça de perdas e danos ambientais em suas propriedades e vizinhança reduz a disposição dos camponeses em intensificação da produção, restando-lhes os sistemas agropecuários extensivos, nos quais as técnicas precárias são adotadas como opção mais segura (Nepstad et al., 1999). De fato, tal ‘ciclo vicioso’ resulta do modelo de ocupação da fronteira agrícola adotado na Amazônia brasileira, fortemente incentivado pelo governo brasileiro, para o qual a terra, sempre foi o recurso local mais abundante e barato, devendo ser ocupada com atividades produtivas extensivas, tal como pecuária e agricultura em larga escala (Hecht & Cockburn, 1989; Homma, Filho, & Magalhães, 1991).

Neste contexto, a construção do conceito de capital social tem sido principalmente baseada no argumento de que um grupo de pessoas que trabalham de forma cooperativa será beneficiado por atingir seus meios de subsistência de forma mais sustentável. As normas sociais e as obrigações são, portanto, elementos que induzem ao benefício mútuo e facilitam a cooperação (Coleman, 1990; Ostrom, 2005; Pretty & Ward, 2001; Putnam, 1993). Adotaremos neste artigo tal conceito de capital social, o qual se refere a uma variedade de organização do grupo, tais como as redes sociais, normas e confiança, que induzem ao trabalho cooperativo visando o benefício mútuo. É importante ressaltar que, juntamente com a liderança, este conceito é frequentemente considerado como um elemento decisivo para a gestão de recursos naturais de uma comunidade (Agrawal, 1999; Bodin & Crona, 2008).

Uma vez que o objetivo principal deste artigo consiste em apontar como diferentes níveis de capital social e organização comunitária afetam a os níveis e formas de produção e uso dos recursos naturais, torna-se imperativo que o comportamento do camponês em seu processo de tomada de decisão seja adequadamente estudado, principalmente em seus aspectos relacionados com intensificação e diversificação da produção.

MODELO CONCEITUAL

Agricultores tomam decisões diversas, dependendo de suas origens e habilidades. Assim, além de examinar as circunstâncias históricas que levaram à abertura da Amazônia como fronteira agrícola, é imperativo avaliar, à luz de seus sistemas de produção, os principais determinantes do comportamento das famílias camponesas que ali vivem.

Em consonância com o objetivo principal do presente artigo, essa seção concentra atenção às relações empíricas e teoricamente estabelecidas entre a *forma* da unidade camponesa e seu relacionamento com a *estrutura* em que está inserida. Ênfase especial é dada à existência de reduzido leque de alternativas tecnológicas disponíveis às unidades camponesas quando do exercício de suas atividades de produção.

Como já discutido, a *unidade produtiva camponesa* é a unidade básica para a adequada análise do comportamento desse agente no contexto do campo econômico da produção camponesa na Amazônia em geral, e em particular sobre suas opções tecnológicas de produção. Em última instância, esse processo reflete as disposições reveladas das unidades camponesas, devidamente contextualizadas no campo social em que atuam.

Tomando por embasamento teórico o Modelo de Eficiência Reprodutiva de Costa e a Teoria do Campo de Bourdieu, a análise aqui proposta visa embasar a identificação dos principais determinantes do comportamento da unidade produtiva camponesa para a produção agrícola.

No contexto da teoria da Eficiência Reprodutiva (COSTA, 2012b), o camponês embasará sua tomada de decisão para a produção a partir de um conjunto (portfólio) de alternativas a ele disponíveis. Tal

decisão será fundada em dois fatores inerentes à unidade camponesa: a disponibilidade de mão de obra familiar e a necessidade de consumo da família.

Adicionalmente, o comportamento do agente econômico em foco é influenciada pela *estrutura social* em que o mesmo se insere, bem como sua posição no campo em que atua (BOURDIEU, 1997, 2011, 2012) – neste caso o subcampo econômico da produção camponesa na Amazônia.

Tomando por foco principal os determinantes das escolhas feitas pelo camponês quando da decisão de produção, esta abordagem consiste em um primeiro momento, em considerar as informações sobre as características da unidade camponesas em sua *forma*, além de ter a devida compreensão do campo social em que os camponeses atuam como agentes (MCFADDEN, 2000; PICHÓN, 1997). Em última análise, o processo de tomada de decisão da unidade camponesa com relação às técnicas agrícolas, bem como sua intensidade e regularidade, estão necessariamente baseados nas condições do campo em que atuam.

Assim, os determinantes que regem a forma como a terra é usada e o tipo de tecnologia empregada, são principalmente aqueles relacionados a fatores como: características do chefe da família e demais componentes; tamanho da propriedade; disponibilidade de ativos fixos; tipos predominantes de sistema de produção; atributos demográficos; composição da mão de obra; experiência passada com agricultura; o campo social a que pertence; acesso a informação sobre a tecnologia e disponibilidade de recursos naturais. Tais elementos servirão de base para a escolha das variáveis explicativas do modelo em construção, e atuarão como restritivas na determinação da viabilidade das escolhas feitas pelo camponês. A maioria desses determinantes é adequada à análise das

questões relativas ao uso da terra e comportamento da unidade produtiva camponesa. Nesse sentido, o presente modelo conceitual está limitado pela natureza do consumo dos camponeses, que servem de indicação de suas condições físicas e financeiras.

Ainda, considerando que a questão fundiária na Amazônia brasileira é fortemente influenciada pela abundância de terras nas áreas de fronteira agrícola, é válido afirmar que o camponês em foco balizará sua decisão, considerando os fatores relacionados com sua necessidade de consumo e disponibilidade de mão de obra familiar, até alcançar o chamado ‘ponto de acomodação’, para atingir seus objetivos - ou seja, a produção de alimentos e sua segurança alimentar.

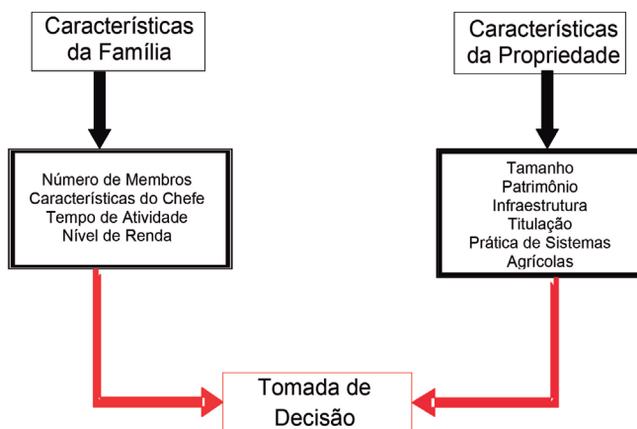
Na realidade, a tomada de decisão a respeito da produção camponesa está intrinsecamente relacionada ao conhecimento e condições em que o mesmo usufrui dos recursos naturais disponíveis, embora também seja afetada por questão de consumo e capacidade de trabalho da unidade camponesa, o que impõe restrições sobre o arcabouço aqui adotado. Importante também ressaltar que, durante o processo de tomada de decisão, a experiência do camponês e suas disposições revelam-se a partir de sua estratégia no seu campo de atuação.

Finalmente, enquanto a inferência da teoria macroeconômica de que a adoção de técnicas degradantes resulta da incapacidade tecnológica, a qual é determinada pela falta de recursos de investimento em alternativas menos depredadoras, a inferência aqui apresentada para a unidade produtiva camponesa consiste em escolha discreta que tais unidades fazem, não podendo portanto serem dadas como variáveis exógenas ao modelo vislumbrado.

Tais relações são resumidas no esquema descrito na Figura 1 abaixo, que agrupa os potenciais determinantes da escolha final aqui

considerada em dois grupos: *características da família* e *características da propriedade*. Nesse sentido, tanto informações quantitativas como qualitativas serão consideradas, de maneira que o presente modelo conceitual ofereça um tratamento adequado aos dados empíricos que se apresentem à análise.

Figura 1 - Modelo Conceitual – Processo de tomada de decisão na unidade produtiva camponesa.



Adaptado de: (MCFADDEN, 2000)

Conforme a figura acima, tanto experiência quanto a base de informações das unidades produtivas são critérios fundamentais para o processo de decisão a ser experimentado pelo camponês e, por conseguinte, para a seleção das variáveis a serem consideradas para análise e possíveis esforços de modelagem econômica. O grupo *características da família* é formado por quatro subgrupos de características que devem ser consideradas: o número de componentes da família; as características do chefe da família; o tempo de residência e atividade da família

naquela propriedade e seu nível de renda total (provinda da propriedade ou externa). O outro subgrupo diz respeito à propriedade e estão relacionados com propriedades físicas e/ou constituídas pela atividade produtiva, sendo as mesmas: tamanho e localização da propriedade; infraestrutura da área; segurança da propriedade (titulação) e os sistemas agrícolas praticados.

Uma vez que as unidades camponesas em foco podem ser consideradas agentes econômicos atuantes em um determinado campo, suas opções de técnicas de produção estarão intrinsicamente relacionadas às estratégias de jogo dentro desse campo, bem como suas disponibilidades em termos de informações e experiências, que consistirão em última instância nas variáveis explicativas do modelo. Suas decisões não são somente guiadas pelas oscilações de preços de seus produtos no mercado, uma vez que estas não dizem respeito exclusivamente ao mesmo. O processo de tomada de decisão da unidade produtiva camponesa detém especificidade em sua lógica reprodutiva, uma vez que responde a duas diretrizes singulares, a saber, a segurança alimentar de seus membros (família), bem como sua disponibilidade de ofertar mão de obra dentre os mesmos componentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abraçar o desafio de estudar o comportamento do camponês da Amazônia brasileira e vivenciar a realidade do espaço rural desta região, o primeiro impacto foi de questionamento da aplicabilidade das análises teóricas dominantes sobre o tema. Em contrapartida, a consciência de que o empirismo *per si* não sustenta uma alternativa de proposta teórico-metodológica, e a inquietação gerada induziu à busca

de aproximação da concretude da realidade empírica e a abstração da teoria econômica.

A vivência de campo e análise empírica anterior revelou a vasta complexidade e diversidade do rural amazônico, principalmente no que diz respeito às formas de luta pela sobrevivência de homens e mulheres que ali residem.

Tornou-se imperativo buscar novos caminhos para o entendimento e transformação da realidade em foco. A abstração do arcabouço teórico da vertente Neoclássica da economia, que enquadra o camponês, com alguns ajustes, ao agente econômico – ‘maximizador de utilidade’ – mostrou-se frágil e incapaz de sustentar uma generalização adequada às famílias camponesas da região.

Dois descobertas mostraram-se reveladoras nesse percurso: o Modelo de Eficiência Reprodutiva de Costa e a Teoria do Campo de Bourdieu. Ambas por sua consistência teórica e adequação empírica ao fenômeno em foco.

O Modelo de Eficiência Reprodutiva demonstra que o campesinato, enquanto classe social, ao invés de fadado à extinção, tem apresentado eficiência em sua lógica reprodutiva específica, o que reforça a importância do camponês enquanto categoria analítica. Além da novidade teórica, Costa (2012a) presenteia-nos com aplicação de sua teoria à economia camponesa da Amazônia brasileira e Estados Unidos.

Com sua Teoria do Campo, Bourdieu reativa um conceito que, apesar de aceitação generalizada, é muitas vezes ignorado ou mesmo omitido: que toda atividade produtiva para reprodução material concretiza-se em termos de relações sociais permeadas de conflito. Não há como estudar qualquer campo de atividade econômica se não em termos relacionais (BOURDIEU, 1997).

Neste caminho de volta ao abstrato da teoria econômica, a ‘desconstrução’ do pensamento Neoclássico a respeito do comportamento do camponês coloca-se não apenas como desejável, mas necessária. O camponês enquanto categoria analítica detém lógica reprodutiva própria (*rationale*), que o conduz a tomadas de decisão específicas e garantem sua manutenção no campo econômico onde atua, mais especificamente o subcampo da produção camponesa.

Finalmente, o hiato que o presente artigo vem preencher aponta possibilidades futuras de aplicação do modelo conceitual ora apresentado a tratamentos empíricos e modelagem do comportamento do camponês em pelo menos dois aspectos de interesse mais imediato: a decisão da técnica agrícola de manejo da terra para produção rural camponesa. Tais possibilidades vêm ratificar a importância do debate acadêmico da presente proposta para que sua construção se faça sobre sólidos alicerces.

REFERÊNCIAS

ARIMA, E. Y. et al. Fire in the Brazilian Amazon: a spatially explicit model for policy impact analysis. **Journal of Regional Sciences**, 2007.

BARNUM, H.; SQUIRE, L. **A model of an agricultural household: theory and evidence**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1979.

BENJAMIN, D. Household composition, labour markets, and labour demand: testing for separation in agricultural household models. **Econometrica**, v. 60, p. 287–322, 1992.

BOURDIEU, P. O Campo Econômico. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 119, p. 48–66, 1997.

BOURDIEU, P. **As estruturas sociais da economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

BOURDIEU, P. **Os Usos Sociais da Ciência**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRONDIZIO, E.; MORAN, E. Land use change in the Amazon Estuary: patterns of caboclo settlement and landscape management. **Human Ecology**, v. 22, n. 3, 1994.

BRONDIZIO, E.; MORAN, E.; MAUSEL, P. Land cover in the Amazon Estuary: linking of thematic mapper with bothanical and historical data. **Photogrammetric Engineering Remote Sensing**, v. 93, 2005.

CALDAS, M. et al. **Theorizing Land Cover and Land Use Change: the peasant economy of Amazonian deforestation** Annals of the Association of American Geographers. **Anais...**2007

CHAYANOV, A. V. **Peasant Farm Organization**. Homewood, IL.: Richard D. Irwin, 1925.

CHERMONT, L. C. **Manejo da Terra e Fogo Acidental na Amazônia Brasileira: uma análise sob a perspectiva da unidade produtiva camponesa**. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém: NAEA, 2018.

COSTA, F. D. A. **Elementos para uma economia política da Amazônia: historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade.** Belém: NAEA, 2012a. p. 468

COSTA, F. DE A. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo - Teoria e prática nos EUA e na Amazônia Brasileira.** Belém: NAEA/UFPA, 2012b.

COSTA, F. DE A. Elementos para uma política da Amazônia - Historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade. p. 468, 2012c.

COSTA, F. DE A. INDICAÇÕES PARA A POLÍTICA E O PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DA AMAZÔNIA. **Política e planejamento regional: uma coletânea**, n. 1991, 2013.

DEATON, A. **The analysis of household surveys: a microeconomic approach to development policy.** Washington D.C.: The John Hopkins University Press, 1997.

DEMO, P. **Praticar ciência.** São Paulo: Saraiva, 2011.

DEMO, P. **Ciência rebelde.** São Paulo: Atlas, 2012.

ELLIS, F. **Peasant Economics: farm households and agrarian development.** 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

GARCIA-PARPET, M.-F. A sociologia da economia de pierre bourdieu. **Sociologia & Antropologia**, v. 03, n. 05, p. 91–117, 2013.

HALL, A. Environment and development in the Brazilian Amazonia: from protectionism to productive conservation. In: HALL, A. (Ed.). **Amazonia at the crossroads - the challenge of sustainable development.** London: Institute of Latin American Studies, University of London, 2000.

MCFADDEN, D. **Disaggregate behavioral travel demand's RUM side: a 30-year retrospective** International Association of Travel Behavior Analysts. **Anais...** Brisbane: 2000

MORAN, E. et al. Strategies for Amazonian forest restoration: evidence for afforestation in five regions of the Brazilian Amazon. In: **Amazonia at the crossroads - the challenge of sustainable development**. [s.l.: s.n.].

MORAN, E.; BRONDIZIO, E.; BATISTELLA, M. Trajetórias de desmatamento e uso da terra na Amazônia brasileira: uma análise multiescalar. In: **Amazônia: Natureza e Sociedade em Transformação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

NEPSTAD, D. et al. Large-scale impoverishment of Amazonian forests by logging and fire. **Nature**, v. 398, n. 8, p. 505–507, 1999.

NETTING, R. **Smallholders, householders: farm families and the ecology of intensive sustainable agriculture**. Stanford: Stanford University Press, 1993.

OLIVEIRA FILHO, J. J. DE. Reconstruções Metodológicas de Processos de Investigação Social. **Revista de História (FFLC-USP)**, v. LIV, n. 107, p. 263–276, 1976.

PERZ, S. G.; WALKER, R. T. Household Life Cycles and Secondary Forest Cover Among Small Farm Colonists in the Amazon. **World Development**, v. 30, n. 6, p. 1009–1027, jun. 2002.

PICHÓN, F. Settler households and land-use patterns in the Amazon frontier: evidence from Ecuador. **World Development**, v. 25, p. 67–91, 1997.

SANTOS, B. DE S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1988.

SINGH, I.; SQUIRE, L.; STRAUSS, J. The basic model: theory, empirical results and policy considerations. In: **Agricultural household models**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1986.

THORNER, D.; KERBLAY, B.; SMITH, R. E. F. **A.V. Chayanov on the theory of peasant economy**. Madison: University of Wisconsin Press, 1986.

UHL, C.; KAUFFMAN, J. B. Deforestation, fire susceptibility and potential tree responses to fire in the eastern Amazon. **Ecology**, v. 71, n. 2, p. 437–449, 1990.

WALKER, R. et al. Land use and land cover change in forest frontier: the role of household life cycles. **International Regional Science Review**, n. 25, p. 169–199, 2002.

WALKER, R. et al. A behavioral model of landscape change in the Amazon Basin: the colonist case. **Ecological Applications**, n. 14, p. S299–S312, 2004.

WALKER, R.; MORAN, E. Deforestation and cattle ranching in the Brazilian Amazon: external capital and household process. **World Development**, v. 28, n. 4, p. 683–699, 2000.

COP 30 e turismo sustentável na Amazônia: princípios, comportamento ecológico e práticas sustentáveis na Ilha do Marajó

INTRODUÇÃO

A Conferência das Partes (COP) é um evento essencial para o combate às mudanças climáticas, reunindo representantes de diversos países para discutir e negociar ações que visam reduzir as emissões de gases de efeito estufa e mitigar os impactos ambientais. A COP 30, que ocorrerá em Belém, Pará, em novembro de 2025, oferece uma oportunidade singular para destacar a importância da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável na Amazônia, tendo a Ilha do Marajó como um exemplo emblemático.

O turismo, como atividade econômica, social e cultural, desempenha um papel crucial no

Izabel Maria França de Souza Borja

Doutoranda do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA).
Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7140355237756524>.
E-mail: izamanager@gmail.com

Hisakhana Pahoona Corbin

Professor e Pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA).
Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3256845970027095>.
E-mail: corbinp@ufpa.br

desenvolvimento sustentável de regiões sensíveis, como a Amazônia. No contexto do turismo sustentável, o equilíbrio entre a preservação ambiental, o bem-estar social e o crescimento econômico é fundamental. O ecoturismo, em particular, surge como uma estratégia que promove o uso sustentável dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que apoia a conservação da biodiversidade e as comunidades locais (OMT, 2003). Esse modelo é especialmente relevante para a Ilha do Marajó, que se destaca por sua biodiversidade e rica herança cultural.

A Ilha do Marajó, localizada na foz do Rio Amazonas, é a maior ilha fluviomarítima do mundo, abrigando paisagens diversificadas que incluem campos inundados, manguezais e florestas tropicais. Além de seu valor natural, a ilha é rica em tradições culturais, como o Boi-Bumbá Marajoara e o artesanato em cerâmica, que conectam a população local às suas raízes ancestrais. O turismo na ilha, especialmente o ecoturismo, tem o potencial de alavancar a economia local ao mesmo tempo que conserva os recursos naturais e culturais.

Entretanto, o aumento da popularidade turística levanta desafios significativos para a Ilha do Marajó. A necessidade de equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente e da cultura local é um dos principais dilemas. A prática de turismo sustentável visa garantir que o crescimento turístico seja harmonioso com esses objetivos, promovendo a conservação dos recursos e a manutenção da identidade cultural (Beni, 2001).

A COP 30, ao atrair mais de 40 mil visitantes e representantes internacionais, proporcionará uma plataforma global para promover as iniciativas de turismo sustentável na Amazônia. A visibilidade gerada pode atrair investimentos e parcerias estratégicas, fundamentais para o desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis, que respeitem

a integridade dos ecossistemas e contribuam para a mitigação das mudanças climáticas.

Integrar os debates sobre mudanças climáticas da COP com as práticas de turismo sustentável, a exemplo do turismo na Ilha do Marajó, é essencial para garantir um desenvolvimento turístico que preserve os recursos ambientais e culturais, enquanto contribui para a redução de emissões de CO₂. Este estudo busca fornecer uma análise estratégica do turismo sustentável na Ilha do Marajó, evidenciando sua importância como ferramenta para um desenvolvimento equilibrado e duradouro na região.

A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, de caráter exploratório e analítico (Gil, 2008), focada nas interações entre o desenvolvimento turístico e a preservação ambiental na Ilha do Marajó. A análise concentra-se nos princípios do turismo sustentável (OMT, 2003) para orientar práticas que promovam um equilíbrio entre a exploração turística e a conservação dos recursos naturais e culturais da Amazônia.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Para desvendar as complexidades do turismo sustentável na Ilha do Marajó – PA e alcançar os objetivos propostos neste artigo, adotamos uma abordagem metodológica baseada na pesquisa bibliográfica exploratória e analítica (Gil, 2008). A pesquisa bibliográfica caracteriza-se pela exploração aprofundada de fontes existentes, tais como artigos científicos, livros, relatórios técnicos e demais documentos que tratam do tema em questão (Triviños, 1987).

A pesquisa foi conduzida por meio de um extenso levantamento bibliográfico, estabelecendo um diálogo inicial com a temática de investigação, cumprindo o objetivo principal de colocar o pesquisador em contato direto com o conhecimento já produzido sobre o assunto (Marconi; Lakatos, 2007). Esse levantamento é crucial para compreender que os princípios do turismo sustentável precisam ser discutidos na COP 30 para serem aplicados à realidade da Ilha do Marajó.

A Conferência das Partes (COP) é um fórum essencial para a cooperação internacional sobre mudanças climáticas. As deliberações e acordos firmados durante essas conferências têm impactos significativos nas políticas climáticas globais e na mobilização de recursos financeiros para a adaptação e mitigação das mudanças climáticas (FAS, 2024), sendo uma oportunidade para o Brasil mostrar seu compromisso com a proteção ambiental e a sustentabilidade, reforçando seu papel de liderança nas negociações climáticas globais.

Uma etapa crucial envolveu o levantamento e a análise documental. A pesquisa documental, integrante essencial de qualquer investigação sistemática, pode preceder ou acompanhar os trabalhos de campo, sendo especialmente dominante em estudos que visam apresentar a situação atual de um determinado assunto ou traçar a evolução histórica de um problema (Chizzoti, 2006). Essa abordagem metodológica permitiu uma compreensão mais aprofundada das bases teóricas e práticas relacionadas ao turismo sustentável na Ilha do Marajó.

O processo de coleta e análise de dados fundamentou-se na busca por trabalhos científicos que abordam diretamente os princípios do turismo sustentável na Ilha do Marajó. Utilizamos bases de dados acadêmicas, bibliotecas digitais e repositórios especializados, garantindo uma abrangência na seleção das fontes. A busca foi realizada considerando palavras-chave pertinentes, como “turismo sustentável

na Ilha do Marajó”, “princípios do turismo sustentável” e “práticas sustentáveis em destinos turísticos”. Esse processo é essencial para alinhar as práticas locais com as diretrizes a serem discutidas na COP 30 que visem ações concretas que beneficiem a região amazônica e contribuam para a mitigação das mudanças climáticas em nível global.

A análise crítica e a síntese das informações coletadas foram efetuadas com o propósito de construir uma narrativa coesa que expresse a complexidade das interações entre o turismo e a sustentabilidade na Ilha do Marajó. A triangulação de fontes diversas contribuiu para a obtenção de uma visão abrangente e embasada, permitindo assim a elaboração de conclusões fundamentadas nas diversas perspectivas apresentadas na literatura revisada. Esse método proporciona um alicerce robusto para a compreensão dos desafios e das oportunidades relacionadas ao turismo sustentável na Ilha do Marajó.

A seleção da Área de Proteção Ambiental – APA Ilha do Marajó, para a pesquisa de campo, foi motivada pela interligação entre o turismo sustentável e as Unidades de Conservação (UC) de uso sustentável. De acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, tais áreas viabilizam a exploração do ambiente de maneira a assegurar a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos. Essas áreas são representadas pelas Áreas de Proteção Ambiental – APAs (BRASIL, 2000).

Para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa bibliográfica, almejamos uma compreensão aprofundada das perspectivas dos visitantes em relação ao turismo sustentável na Ilha do Marajó. O escopo da pesquisa foi delineado com base em objetivos fundamentais, sendo estes, primeiramente, compreender as dinâmicas das interações entre turistas e a comunidade local. Aprofundar-se nesse aspecto permitiu

uma análise mais detalhada das relações sociais, culturais e econômicas estabelecidas durante as experiências turísticas na Ilha.

Dessa forma, ao delinear esses objetivos, buscamos contribuir significativamente para o entendimento dos desafios e das oportunidades relacionados ao turismo sustentável nesse destino específico, por meio de uma investigação ampla e embasada na literatura especializada. Este estudo não só reforça a importância de aplicar os princípios discutidos na COP 30, mas também orientar práticas sustentáveis futuras, visando contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento responsável deste notável destino turístico no cenário brasileiro.

Nossa investigação se concentrará nos princípios do turismo sustentável estabelecidos pela Organização Mundial do Turismo – OMT (OMT, 2003), que moldam a experiência turística na Ilha do Marajó. Esta revisão bibliográfica não só almeja proporcionar uma compreensão aprofundada das nuances dessa abordagem turística, mas também busca oferecer insights valiosos para a formulação de políticas e práticas que promovam um turismo responsável e sustentável na Ilha do Marajó com o objetivo de orientar práticas sustentáveis futuras, visando contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento responsável deste notável destino turístico no cenário brasileiro. Este enfoque visa não apenas respeitar a singularidade do local, mas também promover uma interação harmônica entre o turismo e a preservação ambiental, essencial para assegurar a durabilidade desse destino na região amazônica.

REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura desempenha um papel central, servindo como alicerce estrutural para a construção deste artigo, direcionando não

apenas a escolha metodológica, mas também as análises e conclusões que se desdobrarão posteriormente. Nesse contexto, a abordagem dos temas neste trabalho concentrou-se, inicialmente, no turismo sustentável e nos princípios que o fundamentam, em linha com as diretrizes a serem discutidas na COP 30.

Em uma segunda vertente, a revisão contemplou as práticas sustentáveis em destinos turísticos amazônicos, com foco na Ilha do Marajó. Todas essas temáticas convergem para o cerne da problemática abordada nesta pesquisa: a compreensão de como equilibrar o desenvolvimento econômico resultante desse setor em expansão com a preservação crucial da cultura local e do meio ambiente, objetivos centrais da COP 30.

Turismo Sustentável

O turismo, enquanto atividade econômica, social e cultural, tem se consolidado como uma das maiores indústrias globais, capaz de promover o desenvolvimento em regiões diversas. No entanto, sua natureza complexa exige uma abordagem integrada, que envolva a participação ativa da comunidade, a colaboração entre setores público e privado e uma atenção especial aos aspectos culturais e ambientais (Beni, 2001). O turismo sustentável, nesse contexto, surge como uma estratégia essencial para garantir que a exploração dos destinos turísticos ocorra de maneira equilibrada, promovendo a inclusão social, a preservação ambiental e o crescimento econômico (Nascimento, 2012).

O conceito de turismo sustentável está intrinsecamente ligado à ideia de um desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras, e pode ser compreendido em três

dimensões interdependentes: ambiental, social e econômica (Hamoy *et al.*, 2021). Na dimensão ambiental, o turismo deve contribuir para a conservação dos ecossistemas e da biodiversidade, especialmente em áreas sensíveis como a Amazônia. A COP 30, com seu foco em mudanças climáticas, destaca a urgência de implementar práticas de turismo que minimizem os impactos negativos, promovam a resiliência dos ecossistemas e contribuam para a redução das emissões de carbono, reforçando o papel do turismo sustentável como aliado na luta contra as mudanças climáticas.

No âmbito social, o turismo sustentável busca promover a equidade e a inclusão, proporcionando benefícios para as comunidades locais e valorizando suas culturas e tradições (Hamoy *et al.*, 2021). A inclusão da população local na cadeia de valor do turismo é fundamental para garantir que a atividade não seja apenas uma fonte de renda, mas também um meio de fortalecer as identidades culturais e o senso de pertencimento. Já na dimensão econômica, o turismo sustentável deve garantir a eficiência e viabilidade financeira das atividades turísticas, promovendo o desenvolvimento regional sem esgotar os recursos naturais.

A relevância do turismo sustentável na Ilha do Marajó é evidente, pois a ilha apresenta uma combinação única de riqueza cultural, biodiversidade e ecossistemas delicados que precisam ser protegidos. O ecoturismo, em particular, é uma forma de turismo que se alinha aos princípios de sustentabilidade e tem o potencial de valorizar a natureza e as tradições culturais da ilha, ao mesmo tempo em que proporciona benefícios econômicos para a população local.

Hamoy *et al.* (2021) ressaltam que o turismo não apenas perdura, mas também se modifica em virtude da diversidade cultural e das múltiplas formas de vida humanas. Assim, sua análise não deve

se restringir apenas como uma potencial solução econômica, mas, primordialmente, como um fenômeno social intrinsecamente conectado às práticas das comunidades locais, que se utilizam do meio natural para impulsionar essa atividade (Gallero, 1996). Além disso, é imperativo que o turismo respeite a resiliência nas esferas ambiental, social e cultural, reconhecendo e preservando a integridade desses elementos.

Ruschmann (2016) aponta que o conceito de turismo sustentável começou a ganhar destaque apenas na década de 1980, como uma reação à exploração desenfreada e ao impacto negativo que o turismo convencional causava nos destinos turísticos. Isso levou gestores e profissionais do setor a incorporarem práticas mais sustentáveis, buscando formas de mitigar impactos negativos e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento responsável. Este contexto é especialmente relevante para a Ilha do Marajó, onde o desafio de harmonizar o desenvolvimento turístico com a preservação dos recursos naturais é ainda mais premente (Ruschmann, 1999).

A preservação das tradições culturais, como a cerâmica marajoara e o Boi-Bumbá Marajoara, demonstra como o turismo pode se tornar uma ferramenta poderosa para o resgate e valorização das identidades locais. A participação ativa das comunidades é um elemento-chave para o sucesso de práticas sustentáveis, garantindo que o turismo seja desenvolvido em consonância com as necessidades e aspirações dos habitantes locais. Conforme Timur e Getz (2009), o envolvimento dos setores do turismo, da comunidade local e dos defensores do meio ambiente é crucial para a promoção de um turismo verdadeiramente sustentável.

No entanto, a ausência de um consenso claro sobre o que constitui o turismo sustentável, conforme apontado por Körössy (2008) e Torres-

Delgado e Palomeque (2014), evidencia a necessidade de discussões aprofundadas para definir e promover diretrizes práticas que orientem a implementação do turismo sustentável de forma efetiva.

No caso da Ilha do Marajó, a concepção do turismo sustentável também precisa ser vinculada ao desenvolvimento da região como um todo, buscando formas de integrar a preservação ambiental, o uso sustentável dos recursos naturais e a valorização da cultura local (Bacal Melo *et al.*, 2007). Isso implica na adoção de práticas que vão além da mera redução de impactos negativos, incluindo o estímulo à inovação, à educação ambiental e ao envolvimento das comunidades na gestão do turismo.

A COP 30, ao proporcionar um espaço para a troca de experiências e o debate de estratégias, oferece uma oportunidade única para fortalecer o papel do turismo sustentável na região, especialmente como ferramenta para a preservação da floresta, a conservação da biodiversidade e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Princípios Fundamentais do Turismo Sustentável

O turismo sustentável é mais do que um conjunto de boas práticas; trata-se de uma abordagem holística que busca equilibrar o desenvolvimento turístico com a preservação ambiental e a promoção das culturas locais (Swarbrooke, 2000). Na essência, ele se fundamenta em princípios que orientam o setor a agir de maneira responsável e ética, assegurando que o turismo atenda às necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras (OMT, 2003).

Para fortalecer essa base conceitual, o Conselho Brasileiro para o Turismo Sustentável (CBTS) estabeleceu sete princípios que definem a

sustentabilidade no turismo: (1) respeito à legislação vigente; (2) garantia dos direitos das populações locais; (3) conservação do meio ambiente natural e da biodiversidade; (4) consideração ao patrimônio cultural e valores locais; (5) estímulo ao desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos; (6) garantia da qualidade dos produtos, processos e atividades; e (7) estabelecimento de planejamento e gestão responsável (OMT, 2003). Esses princípios oferecem uma estrutura sólida para a implementação de práticas sustentáveis, particularmente em áreas como a Ilha do Marajó, onde a riqueza natural e cultural está intimamente ligada à experiência turística.

A aplicação desses princípios delineados por Buarque (2004) e Irving *et al.* (2005), na Ilha do Marajó, é fundamental para garantir que o turismo se desenvolva em harmonia com a natureza e a comunidade local. A ilha é conhecida por sua rica biodiversidade e por suas tradições culturais, como a cerâmica marajoara e o Boi-Bumbá Marajoara, que representam a identidade e o modo de vida da população local. A adoção desses princípios pode contribuir para que o turismo na ilha se torne uma ferramenta eficaz para a preservação e valorização desse patrimônio cultural e natural, além de gerar benefícios socioeconômicos para as comunidades envolvidas.

Buarque (2004) e Irving *et al.* (2005) destacam que a busca por uma sinergia entre equidade social, preservação ambiental e eficiência econômica é crucial para a sustentabilidade do turismo, especialmente em regiões como a Amazônia, onde a exploração turística deve ser cuidadosamente gerenciada para evitar danos ao ecossistema. Na Ilha do Marajó, a implementação desses princípios pode ajudar a criar um modelo de turismo que respeite a natureza e as tradições locais, contribuindo para a proteção do ambiente e para a melhoria das condições de vida das populações tradicionais.

O papel da Organização Mundial do Turismo (OMT) é particularmente relevante nesse contexto, ao estabelecer o “*Global Code of Ethics for Tourism*” em 2003. Esse código ético serve como um guia para orientar a indústria do turismo em práticas que garantam o respeito ao meio ambiente e às comunidades locais (OMT, 2003). Buarque (2004) enfatiza que o turismo sustentável deve ir além de atender às necessidades imediatas dos turistas, considerando o impacto a longo prazo nas comunidades e ecossistemas. Na Ilha do Marajó, isso implica em desenvolver atividades turísticas que valorizem a autenticidade cultural e a integridade dos recursos naturais, garantindo que a atividade seja uma força positiva para o desenvolvimento local.

A equidade social, por exemplo, é um princípio que assegura que os benefícios do turismo sejam distribuídos de maneira justa, englobando tanto os turistas quanto as comunidades anfitriãs. Na Ilha do Marajó, o turismo pode ser um catalisador para o desenvolvimento socioeconômico, desde que as comunidades locais estejam diretamente envolvidas e beneficiadas por essa atividade. A participação ativa da população na tomada de decisões e na gestão das atividades turísticas é fundamental para garantir que o turismo se desenvolva de forma sustentável e inclusiva.

Além disso, a eficiência econômica deve ser buscada sem comprometer os recursos naturais e culturais. Irving *et al.* (2005) reforçam a necessidade de um turismo que seja economicamente viável e, ao mesmo tempo, respeite o meio ambiente e as tradições culturais da região. O CBTS contribui com diretrizes que destacam a importância de respeitar a legislação, garantir os direitos das populações locais e conservar o meio ambiente, oferecendo um roteiro para a aplicação desses princípios em contextos como o da Ilha do Marajó.

Praticar o turismo sustentável na Ilha do Marajó também envolve desafios, como a necessidade de desenvolver infraestrutura adequada, implementar tecnologias sustentáveis e promover a educação ambiental entre turistas e moradores. É fundamental que as práticas turísticas respeitem a capacidade de carga do ambiente, evitando a degradação dos ecossistemas e contribuindo para a regeneração das áreas impactadas. A adoção de práticas de conservação ambiental, aliada à valorização do patrimônio cultural, pode transformar o turismo em um instrumento de desenvolvimento sustentável na ilha.

Cooper e Fletcher (2008) reforçam a importância de integrar os princípios do turismo sustentável nas operações diárias, destacando como esses princípios podem ser aplicados de forma eficaz em destinos turísticos. Weaver (2014) complementa essa visão ao oferecer uma perspectiva contemporânea sobre a aplicação prática desses princípios, especialmente em áreas de grande valor natural e cultural. Edgell (2010) contribui para a discussão ao abordar a gestão de destinos turísticos sob a perspectiva de legados para as futuras gerações, destacando a necessidade de preservar os recursos e as tradições locais.

No contexto da COP 30, a aplicação desses princípios ganha ainda mais relevância, pois o evento oferece uma oportunidade única para discutir estratégias que promovam a sustentabilidade no turismo em destinos amazônicos. Ao adotar os princípios do turismo sustentável, é possível transformar o turismo em um vetor de conservação ambiental, preservação cultural e inclusão social, garantindo que a atividade turística seja uma aliada na luta contra as mudanças climáticas e na promoção do desenvolvimento sustentável na região.

Práticas Sustentáveis em Destinos Turísticos Amazônicos

Os destinos turísticos amazônicos, incluindo a Ilha do Marajó, enfrentam desafios e oportunidades singulares no contexto do turismo sustentável. A região, com sua biodiversidade impressionante e ricas tradições culturais, especialmente aquelas das comunidades indígenas e quilombolas, exige uma abordagem que equilibre a valorização do turismo com a proteção dos ecossistemas e das culturas locais. A prática do turismo sustentável na Amazônia precisa reconhecer a interdependência entre conservação ambiental, bem-estar social e desenvolvimento econômico, o que é essencial para manter a integridade e a autenticidade desses destinos.

Na Ilha do Marajó, o ecoturismo emerge como uma forma de explorar a riqueza natural e cultural da região de forma responsável. Esse tipo de turismo prioriza atividades que geram benefícios para as comunidades locais e incentivam a preservação da biodiversidade. Conforme Silva e Monticelli (2016), práticas sustentáveis são aquelas que buscam minimizar ou neutralizar impactos sociais, culturais e ambientais, sendo essa abordagem crucial para um destino como a Ilha do Marajó. A adoção dessas práticas no turismo pode auxiliar na redução de pressões sobre os ecossistemas e no fortalecimento das atividades econômicas que respeitam a cultura e o meio ambiente da região.

A COP 30 pode representar uma plataforma para promover essas práticas, evidenciando como o turismo sustentável pode ser uma ferramenta eficaz para a conservação e o desenvolvimento na Amazônia. A inclusão de discussões sobre turismo sustentável durante o evento, reforça a necessidade de conscientização e educação sobre práticas que beneficiem tanto os visitantes quanto as populações locais. Farias *et al.*

(2020) destacam que compreender a dinâmica do turismo na Amazônia requer uma análise aprofundada das relações entre práticas sociais, culturais, institucionais e a produção do espaço, especialmente em áreas sensíveis como a Ilha do Marajó. Esse entendimento é essencial para formular estratégias que possam ser implementadas de forma eficaz, garantindo que o turismo se desenvolva de forma que respeite e valorize as riquezas da região.

O turismo na Ilha do Marajó, como em outros destinos amazônicos, deve transcender a mera gestão ambiental e envolver-se em estratégias que harmonizem as atividades turísticas com a preservação dos recursos naturais e culturais. Isso inclui o respeito aos conhecimentos tradicionais, à história e às práticas culturais das comunidades locais. Sachs (2002) enfatiza que o desenvolvimento sustentável exige uma abordagem contínua que integre dimensões sociais, econômicas, ecológicas e culturais, e a Ilha do Marajó, com sua rica herança cultural e biodiversidade, é um exemplo ideal para aplicar esses princípios. O desenvolvimento de um turismo que respeite a cultura local e a diversidade biológica é fundamental para garantir que o turismo contribua positivamente para a conservação da região.

Além disso, a entrada de visitantes em áreas sensíveis, como a Ilha do Marajó, traz desafios que precisam ser gerenciados com cuidado. O turismo tem o potencial de contribuir para a economia local, mas, se não for adequadamente regulado, pode levar à degradação ambiental e à perda de identidade cultural. Práticas sustentáveis, como a implementação de estratégias de baixo impacto, podem ajudar a minimizar os danos aos ecossistemas e a garantir que o turismo respeite e fortaleça as tradições culturais das comunidades amazônicas. Jiménez Martínez e Hirabayashi (2003) ressaltam que as iniciativas de turismo sustentável

devem, necessariamente, incorporar a perspectiva das populações locais para serem bem-sucedidas.

Na Ilha do Marajó, a aplicação de práticas sustentáveis exige a promoção de atividades turísticas que gerem benefícios econômicos diretos para a população local, como o uso de guias locais, a promoção de artesanato tradicional e a valorização de festividades culturais. Isso não apenas fortalece a economia local, mas também contribui para a preservação das tradições e do patrimônio da ilha. A COP 30 pode ser um catalisador para incentivar a adoção dessas práticas, proporcionando um espaço para discutir e compartilhar experiências bem-sucedidas de turismo sustentável na Amazônia.

A busca por uma integração equilibrada entre atividades turísticas e preservação ambiental é vital para garantir que a Amazônia continue a ser um destino de referência para o turismo sustentável. A conservação do ecossistema amazônico, com sua imensa biodiversidade, está intrinsecamente ligada à valorização das comunidades que nele habitam, e o turismo pode ser uma ferramenta poderosa para promover essa valorização. No entanto, é essencial que as práticas turísticas sejam desenvolvidas de forma a respeitar a capacidade de suporte do ambiente e a evitar a exploração excessiva dos recursos naturais. Ou seja, qualquer iniciativa, seja conduzida por indivíduos ou organizações públicas e privadas, para ser sustentável, deve preservar os recursos naturais e culturais, garantir a viabilidade econômica do turismo e promover a equidade social (Garlet *et al.*, 2021).

Finalmente, a COP 30 oferece uma oportunidade única para destacar e promover práticas sustentáveis em destinos turísticos amazônicos, como a Ilha do Marajó. Ao incorporar esses princípios e práticas nas discussões globais sobre mudanças climáticas e

sustentabilidade, a COP 30 pode contribuir para uma transformação positiva no turismo da Amazônia, garantindo que ele seja uma força para a conservação ambiental, o desenvolvimento econômico e a valorização cultural.

A prática do turismo sustentável na Ilha do Marajó pode, assim, servir de exemplo para outras regiões amazônicas e para o mundo, demonstrando como é possível desenvolver um turismo que seja verdadeiramente sustentável, inclusivo e respeitador do meio ambiente e das comunidades que o habitam.

O TURISMO SUSTENTÁVEL NA ILHA DO MARAJÓ

Na vasta e diversificada Amazônia, onde coexistem sociedades urbanas e rurais com modos de vida distintos, a interdisciplinaridade torna-se crucial para compreender as complexas interações entre as dimensões ambientais, culturais, sociais e econômicas que caracterizam a região (Hamoy *et al.*, 2016). Nesse contexto, a Ilha do Marajó emerge como um exemplo significativo para a discussão e implementação de estratégias de turismo sustentável, especialmente o ecoturismo, que respeitem e valorizem essas diferentes dimensões durante a COP 30.

Localizada na foz do Rio Amazonas, a Ilha do Marajó é a maior ilha fluvio-marítima do mundo e abriga uma biodiversidade impressionante, além de comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas e ribeirinhas. A ilha é reconhecida por sua rica cultura e tradições, como o artesanato em cerâmica marajoara, o carimbó, e festividades folclóricas, elementos que fazem parte da identidade local. Ao mesmo tempo, a região enfrenta desafios socioeconômicos e ambientais significativos, que incluem desigualdades sociais (Sagres,

2023), pressões sobre os recursos naturais e a necessidade de conservar sua biodiversidade em um contexto de mudanças climáticas.

O ecoturismo em Unidades de Conservação, como a Área de Preservação Ambiental (APA) do Marajó, tem o potencial de promover a sustentabilidade, ao mesmo tempo em que apresenta impactos positivos e negativos para as comunidades e o ambiente. A prática do ecoturismo pode proporcionar alternativas econômicas que apoiam a conservação da floresta, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais, e contribuindo para a redução das emissões de CO₂, ajudando a mitigar os efeitos das mudanças climáticas. No entanto, é essencial que as atividades turísticas sejam planejadas e gerenciadas de maneira a evitar a sobrecarga dos ecossistemas locais e garantir que os benefícios do turismo sejam distribuídos de forma justa e equitativa para as comunidades residentes (Sagres, 2023).

Uma análise dos princípios do turismo sustentável (OMT, 2003) revela a necessidade de integrar práticas que beneficiem tanto a economia local quanto a preservação ambiental e cultural da Ilha do Marajó (Beni, 2001). A valorização de atividades tradicionais, como a produção de artesanato e a realização de festividades culturais, pode funcionar como um mecanismo de empoderamento para as comunidades, proporcionando-lhes novas fontes de renda e promovendo a conscientização sobre a importância de preservar seus modos de vida. Além disso, experiências práticas na ilha demonstram que iniciativas de turismo comunitário, nas quais os próprios moradores atuam como guias e gestores das atividades turísticas, podem contribuir significativamente para a conservação ambiental e para a promoção da cultura local.

O turismo na Ilha do Marajó é uma fonte expressiva de receita, alimentando atividades econômicas como comércio, gastronomia e

serviços relacionados. Gazonil e Brasileiro (2018) destacam o potencial do turismo como uma atividade econômica alternativa e sustentável que pode contribuir para conter o desmatamento na Amazônia, ao promover práticas que valorizam a floresta em pé. Além disso, Liu *et al.* (2014) ressaltam que o turismo pode servir como ferramenta para fiscalizar e proteger áreas naturais por meio da gestão de áreas protegidas e do aumento da receita local, incentivando a conservação ambiental (Chen *et al.*, 2017). Entretanto, é fundamental que a distribuição desses benefícios seja equilibrada, para evitar a geração de desigualdades socioeconômicas e garantir que as comunidades locais obtenham ganhos efetivos e equitativos.

Apesar das oportunidades oferecidas pelo turismo, a Ilha do Marajó enfrenta desafios como a falta de inovação tecnológica, o uso de energia sustentável, a deficiência em transporte eficiente e a ausência de monitoramento ambiental eficaz. A ausência de tecnologias avançadas impede um monitoramento adequado dos impactos do turismo, dificultando a gestão eficiente de resíduos, que é fundamental para minimizar os efeitos negativos dessa atividade. A dependência de fontes de energia não renováveis e a falta de soluções de transporte ecológico também representam barreiras para o desenvolvimento de um turismo sustentável na região. A implementação de sistemas de monitoramento ambiental e plataformas de feedback dos turistas, por exemplo, pode auxiliar na coleta e análise de dados, permitindo o desenvolvimento de estratégias de gestão mais eficazes e sustentáveis.

Hunter e Green (1995) destacam que o turismo sustentável deve considerar não apenas o potencial econômico, mas também os impactos sobre o ambiente e as comunidades locais. Eles enfatizam a necessidade de práticas turísticas que preservem os ecossistemas e respeitem os

valores e tradições das comunidades que habitam os destinos turísticos. Na Ilha do Marajó, práticas como o controle do número de visitantes em áreas sensíveis, o incentivo ao uso de produtos e serviços locais, e a criação de roteiros que valorizem a cultura e a biodiversidade da região são exemplos práticos de como o turismo sustentável pode ser implementado de forma eficaz.

A adoção de novas tecnologias, como o uso de energia renovável, sistemas de gestão inteligente de resíduos e soluções de transporte ecológico, é crucial para reduzir os impactos negativos do turismo na ilha. A criação de produtos turísticos inovadores, que valorizem a sustentabilidade e a riqueza natural e cultural da região, pode atrair um público mais consciente e engajado com questões ambientais fortalecendo o turismo como um instrumento de desenvolvimento local. Iniciativas de capacitação para a comunidade local também são fundamentais para que os moradores se tornem agentes ativos no processo de desenvolvimento turístico sustentável, ampliando seu conhecimento sobre a importância de práticas ecologicamente responsáveis.

Além disso, a educação ambiental tem um papel central no desenvolvimento do turismo sustentável na Ilha do Marajó. Gonçalves-Dias *et al.* (2009) enfatizam que a Educação Ambiental (EA) é fundamental para promover a conscientização e mudanças de comportamento entre os turistas e a população local. Os visitantes da ilha muitas vezes relatam a necessidade de maior conscientização ambiental e a melhoria da infraestrutura turística. Ao investir em ações educativas que sensibilizem tanto os moradores quanto os turistas sobre a importância de conservar a biodiversidade e respeitar as práticas culturais locais, cria-se um ambiente propício para a adoção de práticas mais sustentáveis e responsáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do turismo na Ilha do Marajó, este artigo evidenciou a importância de buscar um desenvolvimento sustentável que integre de forma equilibrada os aspectos econômicos, sociais e ambientais. A análise mostrou que os princípios do turismo sustentável – que incluem respeito à legislação, garantia dos direitos das populações locais, conservação ambiental, preservação do patrimônio cultural, desenvolvimento socioeconômico, garantia de qualidade e planejamento responsável – são essenciais para orientar práticas responsáveis na região amazônica. No entanto, a implementação desses princípios enfrenta desafios significativos, especialmente em destinos de grande valor natural e cultural como a Ilha do Marajó.

Para a comunidade acadêmica, recomenda-se um aprofundamento na pesquisa sobre as melhores práticas de turismo sustentável que sejam aplicáveis a destinos como a Ilha do Marajó. Estudos que investiguem a eficácia de programas de educação ambiental e as formas de incorporar a participação das comunidades locais em modelos de gestão turística são essenciais para desenvolver um turismo mais inclusivo e sustentável. A academia pode contribuir significativamente com análises críticas e propostas inovadoras que ajudem a enfrentar os desafios da sustentabilidade, oferecendo subsídios teóricos e práticos para a implementação de ações de conservação e desenvolvimento local.

No que diz respeito aos gestores públicos, é crucial que esses gestores promovam a infraestrutura necessária para apoiar o ecoturismo, invistam em tecnologias inovadoras para o monitoramento ambiental e estabeleçam parcerias com o setor privado e a comunidade local. Também é importante fomentar programas de capacitação e educação ambiental,

visando sensibilizar a população e os turistas sobre a importância da preservação do patrimônio natural e cultural da região.

Para a comunidade da Ilha do Marajó, a valorização e preservação das tradições culturais e a participação ativa no desenvolvimento do turismo sustentável são fundamentais. A promoção do artesanato, das festividades e dos modos de vida tradicionais pode se tornar um diferencial competitivo que agregue valor ao turismo local. A comunidade deve ser protagonista na gestão e no planejamento das atividades turísticas, garantindo que os benefícios gerados sejam distribuídos de maneira justa e que o turismo contribua para a melhoria da qualidade de vida e a preservação do seu modo de vida e cultura.

Por fim, para auxiliar na reformulação de políticas públicas na área do turismo sustentável, este artigo destaca a necessidade de uma abordagem intersetorial e integrada, que considere os desafios e oportunidades específicos da Ilha do Marajó e de outras regiões amazônicas. É imperativo que as políticas públicas priorizem a sustentabilidade, a conservação ambiental e a inclusão social, estabelecendo diretrizes claras para o desenvolvimento de um turismo que seja verdadeiramente sustentável. Tais políticas devem ser fundamentadas em dados empíricos e contar com a participação ativa das comunidades locais, garantindo que as soluções sejam adaptadas às realidades e necessidades da região.

Em conclusão, a promoção do turismo sustentável na Ilha do Marajó requer um compromisso contínuo com a educação, inovação, monitoramento e colaboração entre diversos atores. A COP 30 tem o potencial de desempenhar um papel fundamental nesse processo, destacando a importância de práticas que assegurem o equilíbrio entre o desenvolvimento turístico e a preservação dos recursos naturais e

culturais da Amazônia. Dessa forma, o turismo na região pode contribuir efetivamente para um futuro mais sustentável e equilibrado, garantindo a preservação deste destino único para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BACAL, S. S.; MELO, A. J. S. DE; WIDMER, G. M.; PEREIRA, R. S. **Turismo sustentável no Brasil: utopia ou possibilidade?** Revista Gerenciais, São Paulo, 6(2), 2007.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo.** São Paulo: Editora SENAC, 2001.

BOULHOSA, M. da S. Turismo, desenvolvimento e sustentabilidade na ilha do Marajó Marinete da Silva Boulhosa. In: **Paper do NAEA.** Volume 28, Nº 3 (454), 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação.** Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Grupo Executivo Interministerial. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó.** Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Estudos da competitividade do turismo brasileiro: turismo e a dimensão ambiental,** 2016.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 180 p.

BUTLER, R. W. Sustainable Tourism: A State of the Art Review. In: **Tourism Geographies**, 1: 1999, 7 – 25.

CHEN, B.; NAKAMA, Y.; ZHANG, Y. Traditional village forest landscapes: tourists attitudes and preferences for conservation. In: **Tourism Management**, 59, 2017, 652 – 662.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COHEN, E. Sustainable tourism: understanding and managing the demand – supply process. In: **Annals of Tourism Research**, 39(1), 2012.

COOPER, C.; Fletcher, J. **Tourism: Principles and practice**. 4th ed. Harlow: Pearson Education, 2008.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, (2010).

EDGELL, D. L. **Managing sustainable tourism: a legacy for the future**. Routledge: Taylor & Francis Group, 2010.

FARIAS, K. S. DA S.; BAHIA, M. C.; NÓBREGA, W. R. DE M. Redes de turismo no Marajó: o papel das instâncias de governança locais para o turismo no município de Soure. (PA). In: **Revista contra corrente**. n. 14, 2020.

FAS. Fundação Amazônia Sustentável. **O caminho até Dubai: confira o histórico de COPs desde 1995**. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/blog-da-fas/2023/11/17/o-caminho-ate-dubai-confira-o-historico-de-cop-desde-1995/>. Acesso em: 20 jun de 2024.

FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, W. R. M. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In: FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F. F de; NÓBREGA, W. R. M (Org.). **Perspectivas contemporânea de análise em turismo**. Belém: NAEA/UFPA, 2015.

GALLERO, L. El Impacto de la globalizacion sobre el turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

GASTAL, S. (org.); MOESCH, M. M. (org.). **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004.

GARLET, V.; GRELLMANN, C. P.; MADRUGA, L. R. DA R. G. Contributions of sustainable practices for the consolidation of sustainable tourism in Brazil. In: **Rev. Adm.** UFSM, Santa Maria, v. 14, n. 2, April – June, p. 263 – 275, 2021.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B.; MCINTOSH, R. W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GONÇALVES-DIAS, S. L. F. *et al.* **Consciência ambiental: um estudo exploratório sobre suas implicações para o estudo de Administração**. RAE – Eletrônica, São Paulo, v. 8, n. 1, 2009.

HAMOY, J. A.; MEGUIS, T. R. B.; FARIAS, K. S. DA S.; BAHIA, M. C. Estudos científicos do turismo na Amazônia: por um olhar interdisciplinar. In: Pezzuti, J.; Azevedo-Ramos, C. (org). **Desafios Amazônicos Belém**: NAEA, 2016.

HAMOY, J. A.; BAHIA, M. C.; NÓBREGA, W. R. DE M. Desenvolvimento sustentável e turismo: o desafio da participação na Vila do Pesqueiro, na ilha do Marajó – Pará – Amazônia. In: **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, Vol. 11, n. 1, p. 36 – 59, 2021.

HUNTER, C., & GREEN, H. **Tourism and the environment: A sustainable relationship?** Routledge, 1995.

IRVING, M.A.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A.P.; MELO, G.M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. In: **Caderno Virtual de Turismo**. Instituto Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, n.18, dez. 2005. p.1 – 7.

JIMÉNEZ M., A. J.; HIRABAYASHI, Y. De la teoría a la práctica en la sustentabilidad y la participación comunitaria: una propuesta metodológica. In: Gómez Nieves, S. **Desarrollo turístico y sustentabilidad**. Zapopan, Jalisco: Universidad de Guadalajara, 2003. p.37 – 56.

KÖRÖSSY, N. Do turismo predatório ao turismo sustentável: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. In: **Caderno Virtual de Turismo**, 8(2), 2008. 56 – 68.

MADRUGA, L. R. DA R. G.; GARLET, V.; GRELLMANN, C. P. Turismo e Sustentabilidade Inter-Relações Entre Práticas Sustentáveis e Experiências Turísticas Memoráveis. In: **Desenvolvimento em Questão**, vol. 17, núm. 48, 2019. 266 – 281.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. In: **Estudos avançados**. 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a05v26n74.pdf>>. Acesso em: 02. fev. 2024.

OLIVEIRA, F. T.; SILVA, I. C.; MATOS, J. F. R.; HARA, F. A. S. Ecoturismo no Rio Puraquequara: suporte para inclusão social e proteção ambiental. In: **Revista Sociedade & Natureza**, 22(2), 2010, 283 – 295.

OMT. Organização Mundial de Turismo. Guia de desenvolvimento do turismo sustentável. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

RUSCHAMM, D. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. São Paulo: Papirus, 1999.

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 2016.

SILVA, N. G.; MONTICELLI, J. M. O turismo sustentável na percepção do viajante Gaúcho. In: **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v. 4, n. 2, p. 262 – 285, jul. /dez. 2016.

E NATURE CONSERVANCY. COP27 termina com acordo histórico para perdas e danos. disponível em: https://www.tnc.org.br/conecte-se/comunicacao/noticias/cop27-final-acordo-perdas-e-danos/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=search&utm_term=grants&gad_source=1&gclid=CjwKCAjwps-zBhAiEiwALwsVYWPpwLf0lh_xnq8nAEimQzk2MZt85u5lu8QUUxM7dtz9hO4GZGdqzRoCqR8QAvD_BwE. Acesso em 20 jun 2024.

TIMUR, S., GETZ, D. Sustainable tourism development: how do destination stakeholders perceive sustainable urban tourism? In: **Sustainable Development**, 17, 2009. 220 – 232.

TORRES-DELGADO, A.; LÓPEZ PALOMEQUE, F. Measuring sustainable tourism at the municipal level. In: **Annals of Tourism Research**, 49, 2014. 122 – 137.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, SP: Atlas, 1987.

SAGRES. Sistema Sagres de Comunicação. COP-30: Para especialista, combate às desigualdades estará entre desafios da conferência em Belém. Disponível em: <https://sagresonline.com.br/cop-30-para-especialista-combate-as-desigualdades-estara-entre-desafios-da-conferencia-em-belem/>. Acesso em 20 jun 2024.

SAMPAIO, C. A. C. Turismo: sob análise do desenvolvimento sustentável. In: **Turismo: visão e ação**, Itajaí, ano 4, n.8, set. 2001, 29 – 44.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**, v.1, São Paulo: Aleph, 2000.

WEAVER, D. **Sustainable Tourism: Theory and Practice**. Routledge: Taylor & Francis Group, 2014.

Reserva de Biosfera El Tuparro: hacia un ecoturismo de base comunitaria

INTRODUCCIÓN

Vincular la conservación y la sustentabilidad en las reservas de biosfera (RB), y en particular en los países “menos desarrollados”, es un tema sumamente complejo (Figueroa *et al.*, 2009). Parece que en las RB se ha experimentado una contradicción entre la conservación de la naturaleza y el desarrollo socioeconómico (Barriga, 2017). Existe una fuerte presión sobre las RB originada por la expansión agrícola, la minería legal e ilegal, la tala de árboles y el impulso de proyectos de desarrollo para construir presas, carreteras y exploraciones petrolíferas en estos lugares.

En esa difícil relación entre “desarrollo” y conservación, actividades como el turismo

Fredy A. Rivera-Angel

Administrador de Empresas, Esp, MBA, MSc, Doctor en Desarrollo Socioambiental, Núcleo de Altos Estudios Amazónicos, Universidad Federal de Pará, Brasil.

Email: fredyalexis@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5667-5451>

Ligia T. Lopes-Simonian

Abogada, Licenciada en Historia, Esp, MSc, PhD, Posdoctora en Antropología, Núcleo de Altos Estudios Amazónicos, Universidad Federal de Pará, Brasil.

Email: simonianl@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6690-7244>

Daisy J. Fernández-Girón

Licenciada en Educación Preescolar, especialista en Gestión educativa, especialista en docencia en educación superior, Magister en Educación, Universidad Federal de Alfenas, Brasil.

Email: djf1803@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9671-2111>

están ganando protagonismo. Este se percibe como una importante y sustentable alternativa a la minería, a la extracción de petróleo y a los proyectos hidroeléctricos, que actualmente se consideran las principales amenazas para la conservación en las reservas de biosfera (RB) (Barriga, 2017). Además, el turismo tiene un protagonismo mundial cuanto a crear nuevos empleos.

El turismo basado en la naturaleza en las últimas décadas se considera que ha contribuido sustancialmente a mejorar el bienestar de la población local, en particular para los que viven en las áreas protegidas (AP) y sus alrededores (Barriga, 2017). También ha ayudado, al mismo tiempo, a lograr los objetivos de conservación (Eagles; McCool, 2002), (Ferreira, 2004). Por ello, Cusack & Dixon (2014) entienden que, para ser sustentables, los proyectos de ecoturismo deben ser gestionados cuidadosamente para que los visitantes no dañen las áreas naturales y las culturas aisladas y que los proyectos deben ser monitoreados continuamente para asegurar que se ejecuten de manera sustentable.

Se debe buscar que no se utilice a la comunidad para legitimar las intervenciones del capital y que las principales ganancias del turismo se queden en las comunidades, por lo que es necesario generar beneficios tanto para la población local como para la protección de la biodiversidad. Así, son muchas y variadas las preocupaciones que se siguen experimentando en las RB. Pero, como puesto por Nguyen (2009), éstas son laboratorios de aprendizaje para la sustentabilidad, lo que es muy importante.

Aún según el mismo Nguyen (2009), este aprendizaje es un proceso, donde todos pueden aprender juntos, se espera que todas las partes interesadas sean capaces de experimentar con nuevos caminos alternativos al desarrollo que conduzcan de manera más fácil a la conservación. De hecho, la riqueza de la sociobiodiversidad existente en

algunas regiones corrobora la propuesta de utilizar las AP como unidades de planificación territorial y el ecoturismo como alternativa al desarrollo y la especialización económica en el Estado (Vilani, 2018). Así, se puede consolidar el ecoturismo como una reacción contrahegemónica.

Y en este mismo contexto, representa un movimiento que se aleja de las prácticas de privatización de los procesos de toma de decisiones y de planificación territorial para incluir a los pueblos y comunidades tradicionales como protagonistas en iniciativas de autogestión. En ese punto, clarifica el mismo autor (Vilani, 2018), eso sí, que este ecoturismo alternativo al patrón de desarrollo vigente, no puede ser impulsado por los grandes actores del comercio turístico. Los sectores públicos y las poblaciones residentes, en particular, deben ser los protagonistas de esta agenda de desarrollo.

La cuestión central de este artículo se delimita en la comprensión del fenómeno del turismo dentro de la Reserva de la Biosfera El Tuparro (RBT). Por lo tanto, los resultados presentados y discutidos aquí representan los datos obtenidos de un estudio etnográfico que combinó métodos de recolección de datos y de investigación. Así, se trabajó con entrevistas informales, observación directa y revisión de documentación bibliográfica actualizada.

El Tuparro es una de las cinco reservas de la biosfera de Colombia y está situada en la Altillanura de la Orinoquia – considerada uno de los ocho ecosistemas estratégicos para la humanidad –. La RBT está situada en la cuenca del río Orinoco, en el este de Colombia, en la región conocida como los “Llanos Orientales”, en la frontera con Venezuela.

Lo que sigue es una breve discusión conceptual sobre las categorías analíticas de RB y ecoturismo de base comunitaria (EBC). A continuación, se exponen los resultados obtenidos en la investigación y

las conclusiones de esta. El material producido y analizado sugiere que las principales ganancias del turismo no quedan en las comunidades, y se hace necesario generar provechos tanto para la población local como en lo concerniente a la protección de la biodiversidad.

RESERVAS DE BIOSFERA, ECOTURISMO Y BIOECONOMIA

Reservas de biosfera

La Red Mundial de Reservas de Biosfera (RMRB) del Programa MAB es compuesta por 686 reservas de biosfera en 122 países, incluidos 20 sitios transfronterizos, una red dinámica e interactiva de sitios de excelencia (ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA, UNESCO, 2017). Según el programa, estos sitios trabajan para promover la integración armoniosa entre las personas y la naturaleza para la sustentabilidad. Y eso se da a través del diálogo participativo, el intercambio de conocimientos, la reducción de la pobreza, la mejora del bienestar humano, el respeto de los valores culturales y la mejora de la capacidad de la sociedad para hacer frente al cambio climático.

Las Reservas de la Biosfera son sitios establecidos por los países y reconocidos por la UNESCO, donde se prueban y demuestran nuevas y óptimas prácticas de gestión de la naturaleza y de las actividades humanas (Aragón; Clüsener-Godt, 2013). Las reservas de la biosfera son una herramienta de conservación que busca la armonización de las prácticas humanas con el entorno y busca armonizar los conceptos de

conservación y desarrollo (Camelo *et al.*, 2011). Según García (2002), las RB fueron creadas para promover y demostrar una relación equilibrada entre los seres humanos y la biosfera.

Ecoturismo de base comunitaria

Uno de los principales tipos de turismo es el turismo en la naturaleza. Según Martins y Silva (2018), el turismo en la naturaleza se subdivide en turismo de naturaleza y ecoturismo, y la principal diferencia entre ellos es la preocupación por las cuestiones sociales y ambientales.

El turismo de naturaleza,

[...] es todo el turismo que se realiza en entornos que tienen como principal atractivo el paisaje. Se produce con independencia de la existencia de estructuras formales y está impulsada básicamente por los intereses del mercado, aunque no exista necesariamente una preocupación medioambiental y social. En esta perspectiva, está motivada por el locus de la naturaleza (riesgo, descanso, ocio o retorno a las raíces) y no se produce necesariamente en las áreas protegidas. La característica del medio ambiente es uno de los elementos centrales, considerando la importancia del paisaje, sus formas y funciones que se materializan en la belleza escénica o en el geosistema (Martins; Silva, 2018, p. 499, traducción del autor).

Así, el turismo de naturaleza es un concepto amplio que enmarca todas las actividades que tienen a la naturaleza como base de acción y recursos patrimoniales, independientemente de que su práctica sea más o menos responsable – sustentable – (Martins; Silva, 2018) y que tiene al paisaje como principal atractivo.

Silva (2017, *apud* Martins; Silva, 2018, p.491) aclara que, el ecoturismo: sería un turismo responsable/sustentable en la naturaleza, que busca una mayor interacción con ella y, dentro de esta preocupación por minimizar los impactos, también considera la importancia de la interpretación, de la educación y de la valoración de las comunidades locales.

El ecoturismo es un segmento de la actividad turística que utiliza, de forma sustentable, el patrimonio natural y cultural, fomenta su conservación y busca la formación de una conciencia ambiental a través de la interpretación del entorno, promoviendo el bienestar de las poblaciones (EMBRATUR, 1994).

El ecoturismo implica obligatoriamente principios conservacionistas, se preocupa por la sustentabilidad (y, en este sentido, por los aspectos ambientales, sociales y económicos), debe incluir aspectos relacionados con la educación o interpretación ambiental y debe contribuir a la conservación o preservación de los espacios naturales en los que se desarrolla (Martins; Silva, 2018, p. 501, traducción del autor).

Conforme Silva (2013) señala, “[...] el ecoturismo es una forma de turismo de naturaleza responsable, de bajo impacto y preferentemente positivo, que implica la interpretación del entorno y que promueve beneficios para el medio ambiente y las poblaciones locales”. Por su vez, Layrargues (2004) distingue dos modelos de ecoturismo: el “ecoturismo de base comunitaria” (EBC) y el ecoturismo empresarial, que bien podría denominarse ecoturismo emprendedor o ecoturismo legitimado en las comunidades (Cuadro 1).

Cuadro 1 - Modelos de ecoturismo

Ecoturismo de base comunitaria	Ecoturismo legitimado en las comunidades
La comunidad local es el propio operador del negocio del ecoturismo, permitiendo el desarrollo de la comunidad local, la emancipación política y favoreciendo la distribución de los ingresos.	El operador del negocio de ecoturismo no es de la comunidad local, sino de los centros urbanos, lo que dificulta la distribución de los ingresos.
Los ingresos se quedan en la comunidad local y se distribuyen entre los trabajadores de la actividad.	Los ingresos generados se destinan al beneficio de los empresarios que financian la actividad.
Hay espacio para la inclusión e incluso el ascenso social, ya que la propia comunidad local es responsable de la gestión de la actividad.	Se habla de una oportunidad de generar empleo para la comunidad local, de ocupar funciones de servicio, pero no de emprendimiento.
El paquete ecoturístico implica múltiples dimensiones: naturaleza, historia y cultura como variables inseparables. Los lugares de destino son principalmente comunidades extractivas.	El paquete de ecoturismo favorece la belleza natural. Los lugares de destino son principalmente “hoteles de selva”.
El turista se sumerge en la verdadera realidad local, se sumerge en la vida cotidiana, experimenta la profunda y legítima implicación de la rutina de la comunidad local en ese espacio protegido. El turista experimenta la alteridad del yo con el otro como una continuidad de la naturaleza.	El turista se sumerge en una realidad fantástica, experimenta un contacto idealizado con una naturaleza idílica, virginal y bondadosa, de forma superficial y folclórica. El turista sólo experimenta la alteridad de sí mismo con la naturaleza expuesta en una vitrina.
El turista experimenta un contacto directo con la realidad, con escasa mediación del guía.	El turista experimenta un contacto indirecto con la realidad, con una fuerte mediación del guía.

Fuente: Layrargues (2004, s. p., traducción del autor).

El ecoturismo comunitario se diferencia del ecoturismo legitimado en las comunidades. Esa diferencia se da especialmente: por la propiedad de la operación empresarial, por el destino de los ingresos de la actividad turística, por el papel de la comunidad en la actividad – empresario o empleado –, por el contenido del paquete turístico – multidimensional o de belleza natural –, por la inmersión del turista de forma real o fantasiosa, y por el tipo de contacto del turista con la realidad – mediado por el guía o directo.

Así, como dice Layrargues (2004), se hace necesario reconocer que, mientras el ecoturismo de base comunitaria permite convertir los factores socioeconómicos en favor del cambio social, el ecoturismo legitimado en las comunidades actúa en función del mantenimiento de condiciones sociales históricamente inalteradas. Por su vez, segundo Irving (2009, p.111, traducción del autor):

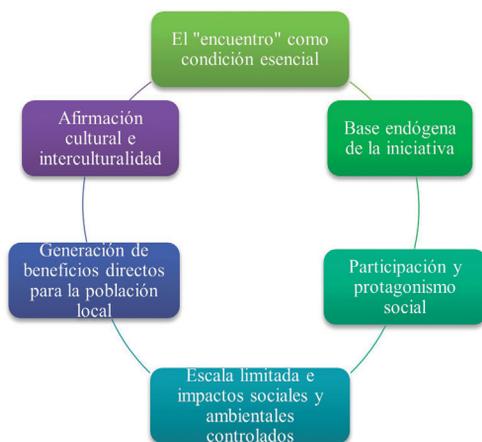
Considerando que el turismo, en cualquiera de sus formas de expresión e intervención, interfiere en la dinámica social y ambiental de cualquier destino, el turismo de base comunitaria sólo puede desarrollarse si los protagonistas de este destino son sujetos y no objetos del proceso. En este caso, el sentido de la comunidad trasciende la perspectiva clásica de “comunidades de bajos ingresos” o “comunidades tradicionales” para alcanzar el sentido de lo común, de lo colectivo. El turismo de base comunitaria, por lo tanto, tiende a ser aquel tipo de turismo que, en teoría, favorece la cohesión y el vínculo social y el sentido colectivo de la vida en sociedad, y por lo tanto promueve la calidad de vida, el sentido de inclusión, la apreciación de la cultura local y el sentido de pertenencia.

La misma autora llama la atención, como se muestra en la Figura 1, sobre seis características que debería tener el ecoturismo de base comunitaria para delinear una conceptualización capaz de ir más allá de la simple noción de lo “comunitario” como significado de comunidades

de bajos ingresos. Y eso con el fin de avanzar hacia la reflexión, en el futuro, sobre las alternativas para la evaluación de las iniciativas en curso.

Estas premisas serían la base endógena de la iniciativa y el desarrollo local –iniciativa surgida desde dentro de los grupos sociales que residen en el lugar turístico –; la participación y el protagonismo social en la planificación, ejecución y evaluación de los proyectos turísticos; la escala limitada y los impactos sociales y ambientales controlados; la generación de beneficios directos para la población local; la afirmación cultural y la interculturalidad; y el “encuentro” como condición esencial.

Figura 1 - Premisas para la realización del ecoturismo de base comunitaria.



Fuente: Elaboración propia de los autores con base en Irving (2009).

El EBC

[...] se viene presentando como una de las herramientas que las comunidades pueden utilizar para defender sus territorios de las amenazas socioambientales, socioculturales, sociopolíticas, socioeconómicas y socioespaciales (Henríquez et al., 2010);

impulsando iniciativas conjuntas a nivel comunitario y familiar, para promover actividades turísticas que generen tanto beneficios económicos para los grupos locales, como el reconocimiento y valoración por parte de los visitantes de otras formas de existir y re-existir en el mundo (Marín-Herrera, 2015). Este proceso representa una forma de resistencia, de mantenimiento de su cultura y en un contexto de alternativas al desarrollo (Vargas *et al.*, 2020, p. 175, traducción del autor).

El EBC puede constituir una estrategia de resistencia. Eso al mismo tiempo que disputa espacios de poder y estructura institucional a niveles crecientes de autodependencia de los territorios y formas de vida que allí se reproducen (Vargas *et al.*, 2020). Y todo funcionando como una alternativa al desarrollo.

Bioeconomía

La bioeconomía emerge como un concepto fundamental en los debates contemporáneos sobre la sustentabilidad y la utilización racional de los recursos naturales. Este enfoque se define como el conjunto de actividades económicas relacionadas con la producción, manejo y utilización de recursos biológicos renovables y sus derivados (Martínez-Paz, 2018).

Su relevancia radica en su potencial para combinar la producción económica con la conservación ambiental, promoviendo sistemas de producción más eficientes y sustentables. En un contexto global donde la seguridad alimentaria, la mitigación del cambio climático y la conservación de la biodiversidad son prioridades urgentes, la bioeconomía se posiciona como una estrategia clave para alcanzar estos objetivos de manera integrada y holística (Gómez *et al.*, 2020).

En este contexto, el ecoturismo de base comunitaria se presenta como un ejemplo destacado de cómo la bioeconomía puede integrarse con prácticas locales y sustentables. Según López-Corona y Sánchez-Becerra (2019), el ecoturismo comunitario involucra a las comunidades locales en la gestión y en los beneficios económicos derivados de sus entornos naturales, promoviendo la conservación de los recursos naturales a largo plazo mientras genera ingresos económicos directos. Al promover actividades turísticas que respetan y valoran la biodiversidad y los servicios ecosistémicos, el ecoturismo de base comunitaria no solo beneficia a las comunidades locales, sino que también contribuye a la sustentabilidad (Cortés-Sánchez; Ávila-Foucat, 2021).

METODOLOGÍA

Para el análisis se parte de la hipótesis de que el turismo es un objeto de estudio cuyo sistema teórico está entrelazado en disciplinas diversas, lo que implica entender que los problemas de investigación complejos precisan ser analizados y criticados por diferentes miradas (Pinto; Simonian; Monteiro, 2015), y se usaron las premisas teóricas sobre ecoturismo de base comunitaria desarrolladas por Marta Irving y Philippe Layrargues, entre otros autores y autoras.

El diseño del estudio se resume en el cuadro 1, en el que se detalla la cuestión a estudiar, las proposiciones que se hicieron, la forma de analizar los resultados y los criterios utilizados para interpretar las conclusiones.

Cuadro 2 - Resumen del diseño del estudio

Tema estudiado	Proposición	Cómo se han analizado los resultados	Criterios utilizados para la interpretación de las constataciones
Evaluar la participación de las comunidades locales en las actividades turísticas desarrolladas en la RBT.	El ecoturismo comunitario, a pesar de su gran potencial como alternativa al desarrollo, por su compatibilidad con la conservación, no se está utilizando correctamente y los principales beneficios del turismo no se quedan en las comunidades. Así, es necesario generar beneficios tanto para la población local como para la protección de la biodiversidad.	Habían dos patrones de comportamiento diferenciados: 1) El ecoturismo comunitario en la RBT es fuerte e importante dentro de la RBT; 2) El ecoturismo comunitario es débil y no es importante dentro de la RBT.	Evaluación de la manera en que participan de las comunidades locales en las actividades turísticas desarrolladas en la RBT.

Fuente: Elaboración propia (2022).

Como técnicas de recogida de datos, se utilizó principalmente el análisis documental, apoyado por entrevistas. En la recogida de datos se utilizaron diversas fuentes, especialmente: documentación, registros de archivo, entrevistas con los principales actores implicados y, en menor medida, la observación directa.

También se buscaron los documentos de gestión del AP y el último informe de la RBT enviado por el Ministerio de Medio Ambiente de Colombia a la Unesco. Estos documentos oficiales de gestión de la RBT se analizaron en busca de respuestas a las preguntas centrales de la investigación. Además, se recurrió a la etnografía, utilizando principalmente la investigación documental y las entrevistas como técnicas de recolección de datos. Sin embargo, hubo dificultades ante la situación de pandemia, ya que las comunidades indígenas que viven dentro del PNN El Tuparro rechazaron la posibilidad de ser visitadas.

Se realizaron tres viajes al lugar de la investigación: el primero entre los meses de enero y febrero de 2020 – antes de pandemia –, el segundo en enero de 2021 y el tercero en mayo de 2022. El propósito del primer viaje fue comenzar a entender la realidad, cuando se buscó obtener información que permitiera problematizar cuestiones relacionadas con el proceso de gestión de la RBT. El objetivo del segundo viaje fue realizar el mayor número de entrevistas y contactar y dialogar con los líderes de todas las reservas indígenas, explicar el proyecto de investigación, obtener el permiso para presentarlo al Ministerio del Interior y organizar las visitas para las entrevistas en un tercer viaje.

El primer viaje de campo se inició desde la ciudad de Santa Rosalía Vichada el 21 de enero de 2020. Allí, durante una semana, se hicieron las primeras observaciones de campo, se visitaron lugares históricos, culturales, religiosos y turísticos, y se realizaron entrevistas informales. En la segunda semana, se viajó desde Puerto Carreño hasta el Parque Nacional El Tuparro. Además, se realizaron algunas entrevistas informales durante la tercera semana en la ciudad de Puerto Carreño.

Las entrevistas se realizaron en instituciones oficiales como la Defensoría del Pueblo, la Secretaría Departamental de Agricultura, la

Secretaría Departamental de Planeación, la Secretaría Departamental de Asuntos Indígenas, el Ejército Nacional, la Oficina de Parques Nacionales Naturales, la Sede Pastoral del Vicariato Apostólico, la Universidad Uniminuto, Corporinoquia y la Policía Nacional. También se entrevistó informalmente a pescadores, agentes turísticos, comerciantes y migrantes, entre otros.

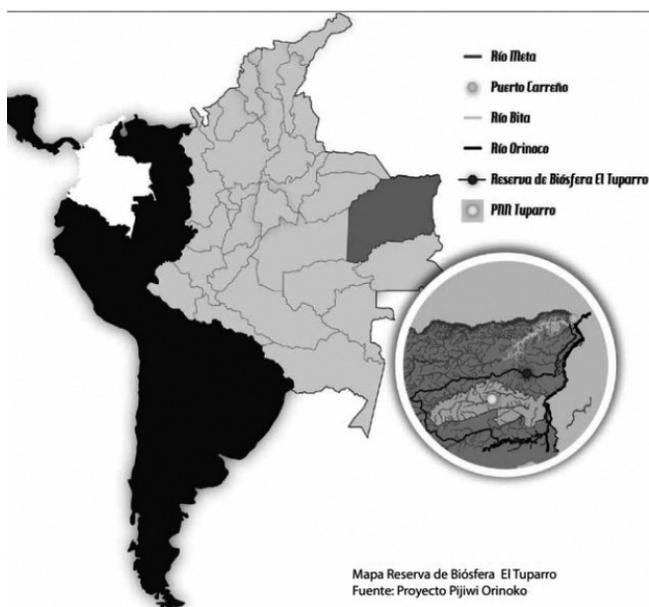
En el segundo viaje se realizaron 14 entrevistas formales presenciales en Puerto Carreño y La Primavera. Además, se realizaron seis entrevistas virtuales para completar hasta ese momento 20 entrevistas. En el tercer viaje se realizaron diez entrevistas personales, sumando un total de 30 entrevistas. La identificación de los actores clave a entrevistar se definió de acuerdo con la importancia de los mismos en la clarificación de la cuestión central de la investigación. Los autores de este trabajo no conocían a ninguno de los entrevistados y los mismos fueron siendo seleccionados a través de lo que informaban los mismos entrevistados y en muchos casos correspondió a la designación que hizo la entidad que representaban para atender el asunto. Se entrevistaron cinco líderes indígenas, dos pescadores, dos artesanas indígenas, catorce funcionarios públicos del orden nacional, departamental y municipal, cuatro agentes de turismo y tres productores agropecuarios.

Cada participante firmó un Formulario de Consentimiento Libre e Informado. Se confirmó el compromiso entre el investigador y el entrevistado en cuanto a la autonomía, la libertad y la privacidad de las personas. Eso a partir del conocimiento de los objetivos de la investigación y el uso de la información obtenida, la aclaración de la participación voluntaria, así como la clara comprensión por parte de los participantes en cuanto a los procedimientos a realizar.

Descripción de la zona de estudio

La RBT está ubicada en el departamento de Vichada (Figura 2) y comprende el área de tres de los cuatro municipios del departamento: Cumaribo, Puerto Carreño y La Primavera.

Figura 2 - Localización de la RBT en Colombia y en el mundo



Fuente: https://omacha.org/wp-content/uploads/2019/06/plan_de_manejo_de_los_humedales_de_la_rbt_jurisdiccion_pto_carreno.pdf, adaptación propia.

Como se muestra en Mendoza-Cifuentes y Córdoba-Sánchez (2018, p. 46), El Tuparro “Es reconocido por sus espléndidos paisajes asociados a raudales sobre el río Orinoco, afloramientos graníticos de hasta 300 m de altura y la exuberante matriz de sabanas, matas de monte y bosques inundables”. Ver a seguir las Fotografías 1 y 2.

Fotografías 1 y 2 - Paisajes en la RBT



Fuente: Fredy Alexis Rivera Angel (2020).

Entre los habitantes identificados por Camelo *et al.* (2011) en la RBT se encuentran comunidades indígenas de diferentes etnias como Amorúa, Sikuni, Piaroa y Sáliva. También están los campesinos llaneros que se dedican a la pesca, a la agricultura en las tierras bajas y fértiles de los ríos, y a la ganadería.

La población indígena rural de la RBT está organizada en siete grandes resguardos –Caño Guaripa, Caño Bachaco, Caño Hormiga, Guacamayas Maipore, Cachicamo, Awía Tuparro y Nacuanedorro Tuparro – incluyendo los dos recién constituidos, que se superponen parcialmente con el PNN El Tuparro y totalmente con la RBT, como se muestra en la Figura 3. Fuera de la RBT, muy cerca de las zonas núcleo, se encuentra la reserva indígena Caño Mesetas Dagua y Murciélagos, que está incluida en una de las zonificaciones de la RBT propuestas.

Altillanura, que incluye todas las tierras del Vichada. La transformación desarrollista de esta parte de Colombia amenaza la RBT, única área natural protegida que representa los ecosistemas típicos de la Orinoquía, una región reconocida como uno de los ocho ecosistemas estratégicos para la humanidad.

La expansión de grandes extensiones de cultivos agroindustriales en la Orinoquia es un factor de transformación de la biodiversidad y de las aguas de los ríos más limpios de Colombia que podría comprometer la viabilidad ecológica del territorio, o parte de él, en el futuro (Andrade, 2011). En la implementación de políticas públicas en la Orinoquia, la responsabilidad debe partir del reconocimiento general de que esta región no es un recurso ilimitado, sino un hábitat rico y complejo (Baptiste, 2011), y que cualquier intervención debe tener como objetivo permanecer en beneficio de todos, hoy y siempre.

En el Vichada y en los términos de Uribe-Restrepo (2009, p. 17), “[...] el turismo es una realidad y una alternativa productiva, especialmente el ecoturismo y el etnoturismo. El potencial turístico se basa en la riqueza natural del departamento, sus ríos, la pesca deportiva, la diversidad cultural y la amabilidad de sus habitantes”.

Bueno yo creo que Puerto Carreño a diferencia de todo [el país], el Vichada a diferencia de todos los sitios turísticos de Colombia y creo que pues en el mundo entero también, es un sitio [turístico] diferente, un turismo diferente, un turismo donde se puede encontrar paz, tranquilidad, dónde se pueden hacer cosas que una persona del común a veces no ha hecho en la vida y la puede hacer acá en Puerto Carreño, en el Vichada, son terrenos muy bonitos, tierras muy bellas, paisajes hermosísimos, donde la gente puede encontrar una diversidad de cosas para hacer, naturales, estoy hablando desde el término natural y creo que es ahorita el turismo que se está utilizando mucho y que

está impactando bastante en el mundo y Carreño es una tierra prometedora a futuro como un turismo potencialmente muy bueno (G. González, comunicación personal, 17 de enero de 2021).

Según el censo del municipio de Puerto Carreño, existen aproximadamente 32 empresas turísticas formalmente organizadas. En los datos del departamento, hay en Puerto Carreño, 27 operadores o agencias de turismo, un centro vacacional, dos granjas turísticas y once hoteles. Según Vichada (2020), en Cumaribo, hay dos agencias de viajes, una granja turística y siete hoteles, y en La Primavera, hay una agencia de viajes, una granja turística y nueve hoteles.

El turismo en el Vichada fue impulsado inicialmente por operadores privados –ecoturismo legitimado en la comunidad – y fueron éstos los que lograron posicionar al Vichada como destino turístico (A. Barbosa, comunicación personal, 15 de diciembre de 2020). Algunas de estas empresas, dentro de sus rutas, incorporan visitas a comunidades indígenas. En esas situaciones, los indígenas pueden presentar algunas de sus costumbres y formas de vida y vender algunos productos y/o cobrar alguna cuota por la entrada o por una visita guiada.

[Los operadores turísticos] Vichada Exótica y Viajeros del Orinoco por lo menos ellos vienen haciendo un trabajo chévere con la ruta Humboldt y dentro de esa ruta que entra Puerto Carreño, prácticamente hacen todo el recorrido por la reserva de biosfera [de norte a sur], entran al Parque Nacional El Tuparro, del Tuparro continúan hasta comunidades como Sarrapia, a Barranco Colorado, hay varias ahí ya que entran en la selva del Matavén y terminan en Guainía en los cerros de Mavecure, ya el turista sale por Guainía [a Bogotá en avión] (A. Barbosa, comunicación personal, 15 de diciembre de 2020).

Ellos [otro operador turístico] propusieron crear una ruta turística, o añadir a su ruta turística, pues ellos, Agropesca [Novoa] tienen una isla, entonces ellos a esa ruta, le añadieron trabajar con la comunidad [indígena] de Guaripa, Bachaco y Hormiga porque eran las que quedaban más cerca de su isla, entonces empezaron a hacer un trabajo precisamente con la comunidad de Guaripa, con ellos, más que de pronto, pues ellos si tienen algo natural que es el cerro de Guaripa, pero tienen un trabajo muy bonito que es el tema de artesanías. Entonces ellos empezaron a llegar allá, hablar con ellos, mira vamos a traer turistas, hay que organizar a la comunidad, tienen, cuando vengan, tratemos de mostrar que salgan todas las artesanías y el muestrario, trataron de hacer un trabajo, [...], esta empresa empezó a llevar turistas allá y ellos han vendido artesanías, a veces hacen el recorrido al Cerro Guaripa, obviamente con el permiso de ellos (A. Barbosa, comunicación personal, 15 de diciembre de 2020).

Se evidencia que, si bien algunos operadores turísticos visitan algunas comunidades indígenas en sus rutas turísticas, ellos [los indígenas] no tienen ninguna iniciativa propia, como se puede ver en las siguientes declaraciones. Eso es muy preocupante; pero posible de revertir con apoyos y capacitación acerca del ecoturismo de base comunitaria.

Ahí digamos que visitan comunidades, entonces qué hacen en esas comunidades, por lo menos les enseñan el cómo hacer el mañoco, cómo hacen el casabe, les muestran cómo es su cultura, los cultivos que ellos siembran. Por lo menos Sarrapia es una comunidad muy organizada en Cumaribo, sobre el Río Vichada, exactamente sobre el Caño Fruta y ellos son muy organizados, ellos siembran piña, hay un señor que hace panadería entonces los refrigerios se tratan de comprar al de la panadería, el otro vende helados de moriche, copoazú, piña, todo lo que ellos siembran allá, arazá, entonces se trata de trabajar precisamente con ellos y estas dos empresas lo vienen haciendo con estas comunidades (A. Barbosa, comunicación personal, 15 de diciembre de 2020).

El operador lleva al turista, pues hasta su resguardo, hasta sus comunidades, allí, pues ellos obviamente compran artesanías, entonces eso representa un beneficio económico para la comunidad, si se coordina también el almuerzo, pues el almuerzo, entonces está el recorrido, porque ellos incluso han empezado a hacer sus propios recorridos en su territorio, entonces bueno, vamos a hacer el recorrido y luego terminamos, con cómo se hace el casabe, como se hace el mañoco, luego con una comida que pues esté relacionada con lo que acaban de hacer, qué es pues sus comidas típicas [...], entonces se empezaron a crear unos recorridos que ellos mismos operan, pues en su territorio, en donde el turista va y siembra moriche con ellos, entonces esa, esa relación entre la persona que viene de afuera con lo que yo hago como en mi territorio y eso ha sido bonito y muy interesante pues porque enriquece a las dos partes, a las dos culturas ¿no? (L. Flórez, comunicación personal, 14 de enero de 2021)

Eso eran operadores externos qué tenían comunicaciones con los pueblos indígenas y les decían a los pueblos indígenas qué sacara pues cámara de comercio, pero entonces los que traían [a los pescadores deportivos] eran otros operadores externos, fuera del resguardo (R. Fuentes, comunicación personal, 9 de mayo de 2022).

La participación de las comunidades indígenas no es como operador directo del turismo y se trata de un turismo gestionado por operadores ajenos a la comunidad. La comunidad se ha hecho partícipe de esos talleres y lo tienen incluido. Pero *de facto*, no directamente el beneficio qué debe recibir la empresa sino como una parte dese programa que debe recibir los indígenas por la venta de artesanías (C. Rodríguez, comunicación personal, 9 de mayo de 2022).

El turismo existente es un turismo legitimado en la comunidad (Layrargues, 2004) y en él se aprecian muchas de las características de este tipo de turismo: el operador del negocio ecoturístico no procede de la comunidad local, sino de los centros urbanos, lo que dificulta

la distribución de los ingresos; los ingresos generados se destinan al beneficio de los empresarios que financian la actividad; se habla de una oportunidad de generar empleo para la comunidad local, para ocupar funciones de servicio, pero no de emprendimiento; y el turista experimenta un contacto indirecto con la realidad, con fuerte mediación del guía.

Pienso que la participación es básicamente cuando [...], el operador lleva a los turistas a la comunidad indígena y allí pueden ellos vender sus cosas y lo que te contaba, hacer el recorrido y demás ¿sí?, pienso que esa es como la participación que se daría en su mayoría [...]

Por ejemplo, cuando hacemos alguna campaña, cuando hacemos alguna campaña de aseo, cuando hacemos, por ejemplo recibimiento a los rallys que siempre se ha hecho, se hace la actividad, la comunidad participa, entonces los carros, las motos, o cuando llegue al rally por agua, entonces participa la comunidad, o cuándo salen los operadores de aquí, aquí del río y van hasta una comunidad que queda sobre el Orinoco, entonces lo mismo, las artesanías y demás, pienso yo que esa es como la participación de la comunidad y ahorita que estamos pensando en ampliarnos un poquito al tema del etnoturismo y eso que te contaba, pero hasta el momento esa es la participación (L. Flórez, comunicación personal, 14 de enero de 2021).

Nosotros tenemos dos planes, uno es el Parque Nacional Natural El Tuparro, allí se hace una visita a una de las comunidades que queda en el resguardo Awia Tuparro que se traslapa con el Parque, entonces allí se visita a la comunidad, se paga un ingreso, se hacen unas actividades en un pasadía, también tenemos la ruta Humboldt, la ruta Humboldt, pasa también por el Parque haciendo esta misma actividad y va a los cerros de Mavecure pero, pues eso ya queda en el Guainía donde también hay un tema con las comunidades indígenas (M. Martínez, comunicación personal, 10 de febrero de 2021).

En el Vichada existe un ecoturismo legitimado en la comunidad y es necesario avanzar hacia un ecoturismo de base comunitaria. Hasta el momento, se utilizan a las comunidades tradicionales y campesinas – junto con sus territorios y cultura) como parte del atractivo turístico de la región. Esta situación coloca en riesgo a la biodiversidad y a la cultura local y no permite que los visitantes exploren un contacto directo con las comunidades.

Hasta el momento, no se visualiza la posibilidad de que alguna comunidad indígena actúe como operador turístico y ejerza directamente esta actividad. Las pocas oportunidades que se ofrecen a las comunidades de base son las visitas a sus lugares de residencia y allí pueden ofrecer algunos servicios como guías turísticos, venta de artesanías o alimentos. En el Vichada, pero fuera de la RBT, en Matavén, hay una iniciativa de turismo que da indicios de que es posible que estas comunidades ejerzan estas actividades.

Se está trabajando en este momento el turismo propio, sí señor, dónde se puede traer a los turistas para el avistamiento de aves, de animales y que no afecte a ningún tipo de animal o al medio ambiente que se puedan realizar, se está trabajando en eso como más saludable. Eso nació de las comunidades, y entonces están en este momento trabajando, se maneja en las comunidades. Avistamiento de aves o de animales tomar fotos y eso, pues también son es como una selva muy grande, pues tiene todo tipo de animales y eso hace de que la atracción, que vengan los turistas a pasar el tiempo y a tomarse las fotos allí (R. Fuentes, comunicación personal, 9 de mayo de 2022).

En el departamento del Vichada el etnoturismo no está tan desarrollado, [...], esto [es] en el municipio de Cumaribo. En el municipio de Puerto Carreño, digamos que el tema todavía está muy, muy crudo, lo que, lo que se ha trabajado, digamos, ya di tú, hace por ahí unos cinco años o quizás un poco más, es que en [Caño] Guaripa, uno de los resguardos indígenas pues

de la reserva y del municipio de Puerto Carreño, eventualmente, algunas agencias de viajes llevaban los turistas allí y ellos compraban las artesanías que elaboran con fibra de moriche, eso es lo único (M. Martínez, comunicación personal, 10 de febrero de 2021).

El turismo operado por comunidades indígenas o campesinas en el Vichada es aún incipiente. Pero hay posibilidad de cambio cuanto a eso. Incluso los entrevistados expresaron que se espera que la participación de estas comunidades en la actividad sea más activa y representativa.

Lo que sí te puedo decir es que obviamente están [las comunidades indígenas y campesinas] porque nuestro territorio, es en su mayoría indígena, entonces, pues están presentes, queremos hacer un trabajo fuerte con todo el tema del etnoturismo, cómo te lo mencionaba anteriormente y hacer una fusión, eso sí hemos querido hacerlo, y lo tenemos muy claro, entre esa cultura indígena y llanera, porque nosotros en el Vichada somos indígenas y llaneros, entonces queremos que esté como ese juego de culturas y que se resalten las dos, en igualdad de importancia (L. Flórez, comunicación personal, 14 de enero de 2021).

Existe un interés de las comunidades locales por ser vinculadas al ecoturismo como una alternativa económica y a favor de la conservación de la biodiversidad, de hecho, una de las líneas estratégicas del Acuerdo de Voluntades suscrito en diciembre de 2017 entre el territorio ancestral AWIA Tuparro y PNN, pretende ordenar de manera conjunta la actividad ecoturística que se realiza en el sector de Caño Lapa, con un enfoque participativo comunitario y de conservación. No obstante, en el transcurso de 2018, por decisión del resguardo se suspenden las actividades de ecoturismo desarrolladas allí y por tanto el apoyo en el proceso por parte del personal del área protegida (UAESPNN, 2019, s. p.).

Hay interés por parte de algunas comunidades indígenas, pero no parece claro por parte del gobierno que esta participación sea como

operadores turísticos. Sin embargo, algunas comunidades indígenas de la RBT se están organizando para proporcionar directamente el turismo. Y eso está se dando por medio de la transición del ecoturismo legitimado en la comunidad al ecoturismo comunitario.

Nosotros hemos hecho hace un tiempo un convenio con [Fundación] Natura qué es la reforestación del morichal, los morichales que tenemos allá, hicimos dos años el convenio, pero de eso también pedimos qué nos orientarán en la parte turística, nosotros ya tenemos toda la naturaleza, toda la fuerza de la naturaleza, pero hasta ahora estamos tratando de organizar porque queremos crear una empresa étnica turística para cobijar los resguardos y el paquete que se tiene allá en eso estamos preparándonos (C. Rodríguez, comunicación personal, 9 de mayo de 2022).

Estas comunidades se están preparando para entrar como operadores. De todos modos, reconocen la necesidad de un apoyo externo que en este caso esperan recibir de la Fundación Natura.

Ya tenemos los sitios indicados, los sitios más favoritos y vamos a organizar las actividades, qué actividades podemos ofrecer dentro del paquete del turismo. Estamos organizando los tres resguardos, que tengan capacidad instalada, entre restaurante, la comida que se debe vender allá qué se debe ofrecer, entre la tradicional y la parte occidental, escoger los cerros que tiene más favorecimiento para que al turista le impacte, porque también tenemos para hacer biciclocross esa vaina qué le gusta a los turistas correr en esos cerros, también tenemos varios sitios buenísimos, entonces estamos en eso trabajando con el apoyo de [la Fundación] Natura, vamos a ver si tratamos de nuevamente volver como a reivindicar el proyecto para poder avanzar (C. Rodríguez, comunicación personal, 9 de mayo de 2022).

Las iniciativas, impulsadas especialmente por el Estado, que tienen que ver con el turismo en la naturaleza, buscan la transición del

turismo de naturaleza al ecoturismo (Martins; Silva, 2018). Pero en ese modo y de acuerdo con Layrargues (2004), como se concibe este cambio es desde el ecoturismo legitimado en la comunidad – y no desde el EBC.

Estas iniciativas no reúnen las características enumeradas por Irving (2009) como necesarias para superar la simple noción de “comunidad” y lograr una EBC: base endógena de la iniciativa; participación y protagonismo social en la planificación, ejecución y evaluación; escala limitada e impactos sociales y ambientales controlados; generación de beneficios directos a la población local: afirmación cultural e interculturalidad; y el “encuentro” como condición esencial. El turismo en la RBT no supera la simple noción de lo “comunitario” como significado de comunidades de bajos ingresos.

Las comunidades tradicionales de la RBT no inciden en la planificación ni gestión de las actividades turísticas a desarrollarse en la reserva de biosfera porque no son considerados como sujetos activos sino como objetos de intervención. Estas comunidades no están decidiendo en la planificación de sus propios territorios y están siendo privadas de la posibilidad de crear su futuro; de luchar contra las tendencias que las arrastran; no tienen espacio para elegir; no son dueños de los hechos y las cosas para imponer su voluntad humana; y no hay posibilidad de que se nieguen a aceptar el resultado social que se les ofrece, anárquicamente (Matus, 1989).

En la RBT se ha desarrollado una gestión de tipo “gobernanza por el gobierno”, una gobernanza caracterizada por la exclusión de amplios grupos sociales, que no da cabida a realidades diferentes a las observadas por las instituciones públicas y las ONG asociadas.

La UAESPNN afirma que el turismo está introduciendo la pesca deportiva en el PNN – actividad prohibida en Colombia – y que,

además de realizar esta actividad de forma irregular, se está consumiendo de las especies capturadas. Una de las consecuencias señaladas por la UAESPNN sería la reducción de la disponibilidad de alimentos para las comunidades indígenas que viven en el PNN, que ha aumentado considerablemente en los últimos cinco años.

No existe un control sobre el uso de los ríos, ni un marco normativo que regule la carga máxima que puede soportar cada río en una determinada época del año. El ejercicio de las actividades turísticas dentro de la RBT – en aumento – ejerce una fuerte presión sobre sus recursos hídricos.

Así como hay empresas que operan legalmente y cumplen una serie de indicaciones y recomendaciones, también hay empresas que operan fuera de este marco. El problema es que estas empresas, para reducir sus costos de explotación y ofrecer precios más bajos a los turistas, no pagan impuestos, buscan combustible traído ilegalmente de Venezuela y no pagan las pólizas de seguro de los turistas. Y como estas agencias de turismo operan fuera del control estatal y no combinan acciones con las instituciones gubernamentales, no toman precauciones para cuidar la biodiversidad dentro de la RBT.

Al no ser desarrollada la actividad turística directamente por las comunidades tradicionales se pueden tener efectos adversos sobre la biodiversidad y la cultura local que se pueden mitigar mejor a través de la EBC. El modelo de ecoturismo manejado en la RBT bajo un sistema de “gobernanza por el gobierno” en la actualidad se coloca del lado del modelo desarrollista que avanza sin importar quienes puedan ser perdedores en esa carrera inequitativa. Las comunidades tradicionales hasta ahora no logran a través del desarrollo del ecoturismo generar ingresos significativos que les permitan mejorar sus actuales condiciones de vida.

CONCLUSIONES

El modelo económico neoliberal está ejerciendo una fuerte presión sobre esta importantísima región situada en el norte de Sudamérica, sobre sus recursos, su biodiversidad, hasta el punto de poder cambiar totalmente su configuración. La Altillanura está abierta a una transformación sin grandes limitaciones legales y marcada por motores económicos de orden superior. Según Andrade (2011), en la cuenca del Orinoco se está produciendo lo que el Convenio sobre la Diversidad Biológica ha identificado como un “cambio inevitable”, que requiere un enfoque integral de la gestión de la biodiversidad.

El turismo basado en la naturaleza es considerado por su contribución substancial para la mejoría del bienestar de la población local, y porque, al mismo tiempo, puede ayudar a alcanzar los objetivos de conservación. Allí en esta reserva de biosfera existe un alto potencial turístico aun sin explorar. El mercado consumidor real existe y el número de visitantes viene aumentando en los últimos años ya que existen atractivos interesantes y diferenciados, los cuales generan mucho interés en los turistas como el caso del turismo de observación de aves, la pesca deportiva y el turismo en la naturaleza.

Vichada necesita pensar en un turismo basado en la conservación de la naturaleza y la preservación de los valores culturales de los habitantes de la región que sirva de alternativa al desarrollo. Este turismo tiene que ser un ecoturismo de base comunitaria y no un turismo legitimado en la comunidad. Estas iniciativas impulsadas, sobre todo por el Estado, que tienen que ver con el turismo de naturaleza, persiguen pasar del turismo de naturaleza al ecoturismo (Martins; Silva, 2018). Pero el modo de concebir este cambio es desde el ecoturismo empresarial (Layrargues,

2004) legitimado en la comunidad y no desde la EBC. La perspectiva interdisciplinaria (Pinto; Simonian; Monteiro, 2015) es también esencial.

Las principales ganancias del turismo no se quedan en las comunidades. Es necesario generar beneficios tanto para la población local como en términos de protección de la biodiversidad. Para la conservación de la biodiversidad en la RBT, es necesario promover el ecoturismo como alternativa al desarrollo e impulsado por las comunidades locales.

A tenerse en cuenta el número de empresas de EBC en la RBT, su participación en el sector y su papel en la generación de alternativas al desarrollo, se puede decir que la EBC en la RBT es débil y poco importante. Hay turismo, especialmente turismo de naturaleza, y el poco ecoturismo, no es comunitario, sino que está legitimado en la comunidad. Un cambio urgente en el Vichada y especialmente en la RBT es necesario para proteger los derechos indígenas y del ambiente.

A través del EBC, como sugieren Martins y Silva (2018), se puede transformar el turismo en la RBT, potenciando sus recursos naturales y culturales de manera sustentable, alineándose así con los principios de la bioeconomía. Esta integración no solo protege los derechos de las comunidades indígenas y el ambiente, sino que también ofrece una alternativa viable al desarrollo económico tradicional, alineando intereses económicos con la conservación a largo plazo.

REFERENCIAS

ANDRADE, G. I. Inaplazable la conservación en la Orinoquia. In: LASSO, C. A. *et al.* (Org.). **Biodiversidad de la Cuenca del Orinoco II. Áreas Prioritarias para la Conservación y Uso Sostenible**. Bogotá:

Instituto de Investigación de Recursos Biológicos Alexander von Humboldt, 2011. p. 9. Disponible en: <http://repository.humboldt.org.co/handle/20.500.11761/9870>.

ARAGÓN, L. E.; CLÜSENER-GODT, M. Biosphere Reserves and UNESCO Chairs: partnerships for sustainable development. **Papers do NAEA**, n. 315, p. 1–27, 2013. Disponible en: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11302>.

BAPTISTE, B. L. G. La Orinoquia hoy y siempre. In: LASSO, C. A. *et al.* (Org.). **Biodiversidad de la Cuenca del Orinoco II**. Áreas Prioritarias para la Conservación y Uso Sostenible. Bogotá: Instituto de Investigación de Recursos Biológicos Alexander von Humboldt, 2011. p. 7. Disponible en: <http://repository.humboldt.org.co/handle/20.500.11761/9870>.

BARRIGA, A. M. Conciliating conservation and development in an Amazonian Biosphere Reserve, Ecuador? **DIE ERDE – Journal of the Geographical Society of Berlin**, v. 148, n. 2–3, p. 185–189, 2017. DOI: 10.12854/erde-148–47.

CAMELO, I. V. G. Reserva de Biósfera El Tuparro: um desafio para a conservação da Orinoquia colombiana. **Ambiente y Desarrollo**, v. 15, n. 29, p. 43–64, 2011. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3936368>.

CORTÉS-SÁNCHEZ, L.; ÁVILA-FOUCAT, V. O papel do ecoturismo na promoção da sustentabilidade: perspectivas e desafios. **Anais do Congresso Brasileiro de Turismo Sustentável**, Brasília, DF, 2021.

CUSACK, D.; DIXON, L. Community-based ecotourism and

sustainability: cases in Bocas del Toro Province, Panama and Talamanca, Costa Rica. **Journal of Sustainable Forestry**, v. 22, n. 1–2, p. 157–182, 2006. DOI: 10.1300/J091v22n01_09.

EAGLES, P. F.; MCCOOL, S. F. **Tourism in national parks and protected areas: Planning and management**. Cabi, 2002. DOI: 10.1079/9780851995892.0000.

ELÍAS, S. **Síntesis regional: Gobernanza de los recursos naturales indígenas en Mesoamérica**. Disponible en: https://ucipfg.com/Repositorio/ELAP/Cursos-Libres/EC/Fase_2/Materiales/M2-12.pdf.

EMBRATUR – IBAMA. **Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo**. Disponible en: http://www.ecobrasil.provisorio.ws/images/BOCAINA/documentos/ecobrasil_diretrizespoliticanacionalecoturismo1994.pdf.

FERREIRA, S. Problems associated with tourism development in Southern Africa: The case of Transfrontier Conservation Areas. **GeoJournal**, v. 60, n. 3, p. 301–310, 2004. DOI: 10.1023/B.0000034736.23918.05.

FIGUEROA, F. *et al.* Socioeconomic context of land use and land cover change in Mexican biosphere reserves. **Environmental Conservation**, v. 36, n. 3, p. 180–191, 2009. DOI: 10.1017/S0376892909990221.

GARCÍA DUQUE, R. A. Planificación para la conservación y el uso sostenible de la biodiversidad en las Reservas de la Biosfera – avances en Colombia. In: **V Congreso Interno del Instituto Alexander Von Humboldt sobre las Reservas de La Biosfera - Avances en Colombia**,

Bogotá. Memórias [...]. Bogotá, pp. 1–7. Disponible en: <https://es.slideshare.net/ricardogarciaduque/ragd-ponencia-congreso-interno-modif-2014>.

GÓMEZ, J. M. *et al.* Bioeconomia: conceito e perspectivas. **Revista de Economia Agrícola e Recursos Naturais**, v. 20, n. 2, p. 213–228, 2020.

GROSSMAN, Z. C. **Unlikely alliances**: treaty conflicts and environmental cooperation between Native American and rural white communities. The University of Wisconsin-Madison, 2002. Disponible en: <https://www.proquest.com/openview/88cd83d1e4b44e0b8e42f92d2f936b40/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750&diss=y>.

IRVING, M. D. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: BARTHOLLO, R., SANSOLO, D.G. e BURSZTYN, I. (Orgs.), **Turismo de base comunitária**: Diversidade de olhares e experiências brasileiras (pp. 108 -119). Disponible en: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/32970534/TURISMO_DE_BASE_COMUNITARIA-libre.pdf?1394337456=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DTurismo_de_Base_Comunitaria.pdf&Expires=1697638051&Signature=ToJSnzAfjB336yCdJoA9Ypz5DHEFFFm4smyIu0EtXWoxP7sjhlUkOV9DKtTcul3Arw0E0dQIER6qyssy4LYzR6mtkm46XUDaWUZzSjmv3XmBdmZariff-5~puoRtnYNHpC6KS4GrQ8balhuSPuNwjhSY0evDUt8AmIW3deCfYQixU~pHa3jDJ5gDwovZBHH-XzEIKvB8PjUX7jpGRbUmIDI-RzKScdNs1289gUOhjBEmYhX9wCEHXC2ZwOmwzQjh64hY8r8~ZHOwSE0g5eHhkKI-D61h4DZK8x03bbjbt~1mNgklOuLSfQocUATtdeZACEc-ihTQt8~Qo-iDUvmDsA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=110.

- LAYRARGUES, P. P. A função social do ecoturismo. **Boletim Técnico do Senac**, v. 30, n. 1, p. 38–45, 2004. DOI: 10.26849/bts.v30i1.508.
- LÓPEZ-CORONA, M.; SÁNCHEZ-BECERRA, M. Ecoturismo de base comunitária: uma abordagem integrada à conservação ambiental. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 5, n. 1, p. 78–92, 2019.
- MARTÍNEZ-PAZ, J. **Bioeconomia**: uma abordagem econômica para a sustentabilidade dos recursos naturais. São Paulo: Editora XYZ, 2018.
- MARTINS, P. C.; DA SILVA, C. A. Turismo de Natureza ou na Natureza ou Ecoturismo? Reflexões e contribuições sobre um tema em constante debate. **Revista Turismo em Análise**, v. 29, n. 3, p. 487–505, 2018. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v29i3p487-505.
- MATUS, C. **Adeus Senhor Presidente**. planejamento, antiplanejamento e governo. Recife: Litteris, 1989.
- MENDOZA-CIFUENTES, H.; CÓRDOBA-SÁNCHEZ, M. P. Catálogo de la flora de los Parques Nacionales Naturales de Colombia: Parque Nacional Natural El Tuparro. **Biota colombiana**, v. 19, p. 45–59, 2018. DOI: 10.21068/c2018.v19s1a05.
- NGUYEN, N. C.; BOSCH, O. J.; MAANI, K. E. The importance of Systems Thinking and Practice for creating biosphere reserves as “learning laboratories for sustainable development”. In: **Proceedings of the 53rd Annual Meeting of the ISSS-2009**, Brisbane, Australia, July 2009. Disponível em: <https://journals.iss.org/index.php/proceedings53rd/article/view/1161>.

PINTO, P. M.; SIMONIAN, L. T. L.; MONTEIRO, M. De A. El turismo como núcleo de estudio interdisciplinario: [Re] construcción de los procedimientos y adecuaciones metodológicas. **Estudios y perspectivas en turismo**, v. 24, n. 3, p. 450–469, 2015. Disponible en: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1851-17322015000300001&script=sci_arttext.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA. **Biosphere reserves—learning sites for sustainable development**, 2017.

OSTROM, E. **El gobierno de los bienes comunes**. La evolución de las instituciones de acción colectiva. 2 ed. 361 p.

SILVA, F. A. D. S. **Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores**. Dissertação (Doutorado em ...). Universidade de Lisboa (Portugal), 2013. Disponible en: <https://www.proquest.com/openview/a2c5b83804a6086b00b4eb1452fdcd39/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>.

SOUZA, M. J. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Bertrand Brasil, 2002.

STEVENS, S. (Ed.). **Indigenous peoples, national parks, and protected areas**: a new paradigm linking conservation, culture, and rights. University of Arizona Press, 2014.

SVAMPA, M. **Pensar el desarrollo desde América Latina**. Renunciar al bien común. Extractivismo y (pos) desarrollo en América Latina, 2012. Disponible en: <https://www.maristellavampa.net/archivos/ensayo56.pdf>.

UNIDADE ADMINISTRATIVA ESPECIAL SISTEMA DE PARQUES NACIONALES NATURALES (UAESPNN). **Plan de Manejo del PNN El Tuparro 2019–2024**, Puerto Carreño, 2019.

URIBE-RETREPO, D. A. **Diagnóstico y bases para consolidar la estrategia de turismo sostenible en la Reserva de la Biosfera El Tuparro (RBT), Orinoquia Colombiana**, 2017. Disponible en: <https://horizonteverde.org.co/wp-content/uploads/2020/02/Diagnostico-y-base-para-consolidar-la-estrategia-de-turismo-sostenible-en-RBT.pdf>.

VARGAS, R. C.; ZUÑIGA, C. H.; ALCANTARA, L. C. S. Turismo de base comunitária: uma perspectiva desde o bem viver como alternativa ao desenvolvimento na América Latina e Abya Yala. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 54, 2020. DOI: 10.5380/dma.v54i0.68745.

VICHADA. **Informe diagnóstico sector turismo**, Puerto Carreño, 2020.

VILANI, R. M. Ecoturismo: a conservação da natureza como alternativa aos Grandes Projetos de Investimento (GPIs) no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 11, n. 4, 2018. DOI: 10.34024/rbecotur.2018.v11.6694.

Mulheres e sustentabilidade: o caso das artesãs de São Marcos, Resex Tapajós-Arapiuns, Santarém, Pará

INTRODUÇÃO

O crescimento do turismo como uma possibilidade de usufruto do tempo livre tornou-se uma das atividades econômicas mais proeminentes na sociedade contemporânea. Paralelamente, o colapso ambiental global emergiu como uma questão amplamente debatida, desencadeando diversas ações governamentais e iniciativas da sociedade em busca de melhores condições ambientais para o planeta (Sansolo, 2009). Entende-se que o turismo, além de suas dimensões econômica, social, cultural e política pode promover, por meio de objetivos e iniciativas (Molina, 2001), novos modos de percepção e comportamento do indivíduo em relação ao meio.

Janise Maria Monteiro Rodrigues Viana

Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental pelo PGGDSTU/NAEA/UFPA. Pedagoga na Universidade Federal do Pará (UFPA).
E-mail: janiseviana2014@gmail.com.

Ligia Terezinha Lopes Simonian

Ph. D. em Antropologia pela Universidade da Cidade de Nova Iorque. Professora integrante do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PGGDSTU/NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA).
E-mail: simonianl@gmail.com.

Helena Doris de Almeida Barbosa

Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pelo PGGDSTU/NAEA/UFPA; docente aposentada e colaboradora da FACTUR/ICSA, da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA).
E-mail: hdoris65@gmail.com.

A atividade turística pode ser compreendida pela movimentação, pluralidade e intercâmbios culturais e naturais, nos quais absorve e faz uso das singularidades das áreas em que se encontra inserida. Nessa perspectiva, a atividade remete a um compromisso com a natureza e com a sociedade, especialmente, no contexto das áreas protegidas e em seu entorno.

A prática do turismo nesses espaços ocorre, principalmente, por meio da visitação pública, da ocupação humana e da implementação de sistemas sustentáveis para o uso de seus recursos (Lopes; Santos, 2014). No entanto, é fundamental que a atividade seja desenvolvida de maneira equilibrada, objetivando a harmonia social, a viabilidade econômica e a sustentabilidade.

Assim, objetiva-se com este estudo, fazer uma correlação entre a atuação das mulheres artesãs da comunidade São Marcos, situada na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns – região turística do oeste paraense – e seus entendimentos sobre as perspectivas sustentáveis. Procura-se, em síntese, demonstrar a compreensão feminina acerca da sustentabilidade, sobretudo em contextos de áreas protegidas onde elas desenvolvem suas atividades socioeconômicas, políticas e culturais.

Este artigo está embasado a partir de uma abordagem qualitativa pois, por meio desta, é possível evidenciar as múltiplas facetas do fenômeno investigado, atendendo aos propósitos das autoras em relação à pesquisa desenvolvida. O estudo fundamentou-se em levantamento bibliográfico com foco no artesanato, áreas protegidas, sustentabilidade e mulheres. Também foram realizadas pesquisas documentais, assim como a coleta de dados e a observação simples por meio de pesquisa de campo, o uso de entrevistas direcionadas a dois principais aspectos, mulheres e sustentabilidade, bem como o uso de registros fonográfico e fotográfico.

O que se propõe neste estudo é lançar luzes sobre a relação mulheres e sustentabilidade e ressaltar o quanto é fundamental a participação feminina nos territórios amazônicos, sobretudo, para se pensar em práticas sustentáveis interligadas aos recursos naturais, a reprodução sociocultural de suas sociedades bem como, ao planejamento e gestão da atividade turística local.

TURISMO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: ALGUMAS REFLEXÕES

A partir da segunda metade do século XX, o acesso ao Turismo por uma ampla parcela da população foi impulsionado por diversas transformações de natureza econômica, técnica e sociocultural, o que incluiu o desenvolvimento do transporte aéreo e das telecomunicações, a implementação de novas práticas de gestão e o surgimento de destinos turísticos inovadores (Andrade, 2000). Essas mudanças coincidiram com uma melhoria geral na qualidade de vida da população nos países considerados desenvolvidos, resultando, segundo De La Torre (1992), em um aumento do tempo livre e uma adoção generalizada da atividade turística como atividade de lazer.

Nos entendimentos de Figueiredo (2022), o principal fomento ao Turismo é a junção entre culturas. Posto isso, deve-se compreender a atividade como um fenômeno social motivado por pessoas, concebendo em uma prática que se origina na possibilidade do estabelecimento de permutas, trocas sociais, de comunicações e de interações humanas diversas daquelas que delinham a vida cotidiana. Enquanto fenômeno complexo, então, a atividade turística, segundo Viana (2023), relaciona-se a múltiplos campos da atividade social humana e composta por diferentes abordagens.

Quaresma (2008, p. 171) reforça que “[...] compreender o turismo e suas complexidades se constitui em um desafio e uma necessidade [...]”. Fato é que o Turismo vem se expandindo, no decorrer dos anos, com múltiplas nomenclaturas e de modo intenso, muitas vezes, desordenada em várias localidades, alvo de visitação turística. E isso remete a um repensar acerca da atividade turística e do cenário social em que ela se desenvolve, principalmente na Amazônia.

Há que se considerar que o planeta Terra é composto por muitos ecossistemas e ambientes com características próprias, não podendo predominar um padrão único para seu uso, sua compreensão e estudo. Portanto, pode-se dizer que não existe uma relação do ser humano sem o meio no qual se insere. Isto é, as ações humanas têm impacto direto no ambiente natural ou artificial (Medeiros; Moraes, 2013). Por conseguinte, o Turismo tem efeito direto no ambiente, que pode ser tanto positivo quanto negativo, a depender dos moldes como a atividade é concebida e praticada.

Nas cidades onde o Turismo é a base econômica, a população pode triplicar durante os períodos de maior visitação, ultrapassando sua capacidade de suporte, o que pode acarretar mais consequências negativas do que positivas, a citar: o aumento da produção de resíduos sólidos, a superlotação de visitantes e até mesmo a degradação de atrativos turísticos, sejam naturais, artificiais e/ou culturais (Simonian, 2003). Ainda assim, a atividade tem destaque para as economias locais.

Nesse sentido, tem surgido novas alternativas de Turismo que privilegiam não somente as dimensões econômicas, como também as dimensões sociais, culturais e ambientais. Tal percepção ancora-se nos postulados de Leff (2007), o qual reforça que para abordar as questões socioambientais há de pensar-se num contexto relacional entre

sociedade e natureza, enquanto uma conexão dinâmica, que demanda um encandeamento histórico, sociocultural, político e econômico.

Ainda, pode-se dizer que o viés da sustentabilidade passa a constituir-se no aspecto ideal para o Turismo e tendo como premissas teórica e prática o Turismo sustentável, este compreendido como uma:

[...] concepção estratégica e duradoura de desenvolvimento que precisa vir apoiada por uma interpretação interdisciplinar e integral da dinâmica regional, resultando assim de uma sinergia que seja mutante e apoiada na noção do que possa estar vinculado ao espaço material e imaterial, lugar, cenários de interações, conflitos e as próprias transformações, tanto do contato simbólico entre o local e o global (Damas, 2020, p. 314).

A prática do Turismo fundamentada nos princípios da sustentabilidade envolve, de acordo com Martins e Neiman (2009), alguns pontos cruciais, tais como: a integração, o engajamento das comunidades locais residentes nas áreas onde as atividades turísticas são implantadas, o enfrentamento da usual exploração da natureza como uma simples mercadoria e a preocupação com a conservação ambiental. Essas questões emergem como uma resposta ao modelo de sociedade desigual que busca exclusivamente o lucro, a ganância e a degradação dos recursos naturais.

Pode-se dizer que pensar o Turismo e a sustentabilidade significa pensar em uma relação economicamente viável, mas que não comprometa os recursos necessários para o turismo futuro, especialmente para ambiente natural e o tecido social das comunidades locais (Simonian, 2000; Swarbrooke, 2000). De acordo com Seabra (2001), essa relação deve perpassar por uma das modalidades de lazer harmoniosa, que valoriza as populações locais e respeita o meio.

A reflexão sobre o Turismo sob a ótica da sustentabilidade, deve voltar-se para a compreensão de equilíbrio ambiental, dos questionamentos acerca das ações antrópicas no planeta, do ideal de justiça social, do estímulo à melhoria da qualidade de vida, da geração de renda. O termo sustentabilidade também está relacionado a

[...] respeitar limites. Limites que são biofísicos, do ponto de vista dos recursos naturais, que é o que interessa para a discussão da sustentabilidade. Mas sem esquecer dos limites éticos, porque nem sempre o que é ecologicamente possível é moralmente desejável – como pescar filhotes de lagosta, uma atividade proibida no Brasil, ou desrespeitar as quotas de captura do nobre atum azul do Atlântico e do Mediterrâneo, fixadas pela International Commission for the Conservation of Atlantic Tuna (ICCAT). Sustentabilidade, enfim, quer dizer manutenção do sistema de suporte da vida; significa comportamento em obediência às leis da natureza (Cavalcanti, 2012, p. 44).

Nas palavras de Viana (2023), sustentabilidade – em seu sentido mais abrangente – relaciona-se à provisão de bem-estares sociais, econômicas e equilíbrio socioambiental e está no centro da interação entre a atividade turística e o meio ambiente. Leff (2007), por sua vez, vem dizer que não há como tratar as questões socioambientais sem pensá-las dentro de um contexto de unidade, isto é, no qual a relação sociedade e natureza precisa ser compreendida como uma relação dinâmica, mutável e que está ligada à conexão histórica dos processos socioculturais e tecnológicos.

Entrelaçar Turismo e sustentabilidade é caminhar ao encontro dos aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos que permeiam a atividade, visto que é improvável desassociar a degradação ambiental da realidade humana que a ocupa (Toni *et al.*, 2014). Embora ainda persistam discursos vazios, banalizados e enviesados, a concepção de

sustentabilidade na prática se traduz nas vivências concretas de mulheres e homens urbanos, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, agricultores, coletores, e indígenas, em múltiplos contextos e em diferentes práxis. Sob esse prisma, destaca-se a atuação desses povos, especialmente, das mulheres em contextos de espaços e/ou áreas protegidas.

As Áreas Protegidas (AP) constituem-se em áreas destinadas à proteção e uso racional do ambiente (Brasil, 2000). Entrelaçar a atividade turística a esses territórios possibilita apontar “[...] uma alternativa econômica com perspectiva de sustentabilidade e alternativa para conservação dos recursos naturais e culturais em UC [...]” (Barbosa; Campos, 2017, p.827). As AP surgem, então, como pontos centrais para o desenvolvimento de práticas turísticas sustentáveis e, sobretudo quando se trata do bioma Amazônia, como alternativa para a inclusão das sociedades amazônicas nesse processo, conforme abordar-se-á na seção seguinte.

A ATUAÇÃO FEMININA E O TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS

As Áreas Protegidas (AP) ou Unidades de Conservação (UC)¹, como são mais conhecidas no contexto brasileiro, representam uma das estratégias fundamentais para a conservação ambiental adotada internacionalmente (Dudley, 2008; Matheus; Raimundo, 2017; Watson *et al.*, 2014). Essas áreas – a partir da União Internacional para a

¹ Neste trabalho, UC e AP serão utilizadas como sinônimos, mas ressalta-se a partir de Costa (2015) que toda unidade de conservação é uma área protegida, no entanto, nem toda área protegida é uma UC, a exemplo: Terras Quilombolas, Sítios Arqueológicos, Manguezais, Hortos Florestais e Cavernas.

Conservação da Natureza (IUCN) – e conforme Dudley (2008, p. 8), constituem-se em “[...] a clearly defined geographical space, recognised, dedicated and managed, through legal or other effective means, to achieve the long-term conservation of nature with associated ecosystem services and cultural values [...]”².

O Parque Nacional de Yellowstone, instituído em 1872 nos Estados Unidos – considerado o marco das áreas protegidas modernas no mundo (Diegues, 1994; IUCN, 2004) – foi concebido como “[...] um Parque público ou campo de lazer para o benefício e a recreação das pessoas [...]” (IUCN, 2004, p. 10, tradução nossa). Já no Brasil, a gênese das AP ocorreu no ano de 1937, com o Parque Nacional de Itatiaia, na Serra da Mantiqueira, divisa dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais (Urban, 1998). Os objetivos de criação das AP vêm se transformando desde então e, conforme Runte (2010), incorporando conceitualizações de proteção da biodiversidade e dos diferentes ecossistemas.

No Brasil, as AP são regidas pela Lei Federal nº 9.985/2000³. A finalidade dessa Lei foi legitimar os atos normativos referentes às AP que já existiam no cenário brasileiro e modernizar a gestão e o manejo das Unidades de Conservação do país (Brasil, 2000). No SNUC, as AP compõem dois grupos: o grupo A, composto pelos espaços de Proteção Integral, que visam a preservação ambiental, a pesquisa científica, a educação ambiental e a recreação, compreendendo as

² [...] um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, por meios legais ou outros instrumentos eficazes, para garantir a conservação da natureza e dos serviços ambientais e valores culturais associados em longo prazo [...] (Dudley 2008, p. 8, tradução nossa).

³ Lei que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais/Estaduais, Monumento Natural, e Refúgio da Vida Silvestre. Estas admitem apenas o aproveitamento indireto de seus recursos.

O grupo B compreende os de Uso Sustentável, cujo objetivo é conciliar a conservação com o uso equilibrado dos recursos naturais, estabelecendo modelos de desenvolvimento. Representam essa categoria as Florestas Nacionais, as Áreas de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular de Patrimônio Natural e as Reservas Extrativistas.

E dentre as múltiplas atividades vigentes nas AP, destaca-se o Turismo, tal qual observa Dourojeanni (2011, p. 1):

Em muitos lugares do Brasil ou da América Latina existem atrativos turísticos já transformados em produtos que atraem um fluxo turístico razoável. Nesses lugares, existem muitos outros atrativos subutilizados ou mal utilizados, que se aproveitados poderiam aumentar muito a rentabilidade econômica do turismo na região, sem prejudicar e até mesmo complementando os produtos já desenvolvidos. Uma grande parte destes e os melhores estão nas áreas naturais protegidas, ou seja, nas Unidades de Conservação (UCs) federais ou estaduais.

A relação espaços protegidos e Turismo favorece uma outra percepção turística, mais preocupada em compatibilizar a conservação ambiental, com toda a sua complexidade ecossistêmica, seu uso e a visitação, com suas respectivas singularidades, possibilitando, assim, o mínimo de impactos negativos às AP e à população que nela habita e no entorno (Vallejo, 2013). Para tanto, é necessário pensar em uma prática turística à luz de Fazito *et al.* (2017), com preceitos de um desenvolvimento humano, que favoreça as minorias – incluindo as mulheres – a expansão das liberdades individuais, a concepção de

consciência crítica, com experiências sociais localizadas e direcionada ao contexto em que se está inserido.

É importante reforçar que o vocábulo “sustentável” também pode expressar múltiplos significados, e isso pode acarretar diversos entendimentos acerca da sustentabilidade na interface com a questão ambiental (Arroyo; Schuch, 2006). Ao se referir, mais especificamente, à questão de gênero – no caso, as mulheres – apoia-se no pressuposto da representação de sustentabilidade a partir de Nancy Fraser, a qual explicita que se deve transpor o “meramente ambiental”, ou seja

[...] deve conectar o seu diagnóstico ecológico com outras preocupações vitais, entre as quais estas: insegurança habitacional e negação dos direitos laborais; desinvestimento público na reprodução social e subvalorização crônica do trabalho de cuidado; opressão império-étnico-racial e dominação de sexo e gênero; desapossamento, expulsão e exclusão de migrantes; militarização, autoritarismo político e brutalidade policial [...] (Fraser, 2022, p. 3).

Significa entender a sustentabilidade associada às dinâmicas sociais subjacentes, permeada por uma política anticapitalista, que possa unir a maioria social, movendo o novo senso comum contra um capitalismo financeiro que amplia sua capacidade de destruição, tendo em vista a máxima do lucro (Fraser, 2022). É necessário combater, ainda segundo a autora, uma ordem institucional que vincula exploração com dominação racista e patriarcal, que aparta a humanidade da natureza, onde a natureza é expropriada e apresenta uma relação contraditória com a democracia.

A sustentabilidade não se resume à questão ambiental, pois envolve as dimensões econômicas, sociais, culturais e políticas (Veiga, 2005). Relaciona-se à persistência de características desejáveis nos

ecossistemas, que incluem os elementos bióticos e abióticos, como os antrópicos, o que abrange valores como equidade, justiça e liberdade de escolha, autonomia, a igualdade de gênero e a democracia (Fraser, 2022; Veiga, 2005). E ao tratar especialmente das mulheres, estas, não têm tido visibilidade, opção e a liberdade de escolha na sociedade, uma marca que se perpetua ao longo do tempo.

Posto isto, ao tratar-se de sustentabilidade, é importante o reconhecimento das contribuições e da dignidade dos diferentes grupos sociais, sobretudo do público feminino. Significa compreender que o papel das mulheres nesse debate:

[...] extrapola o perfil feminino rotulado pela sociedade; ou seja, elas conseguem superar a imagem de meras reprodutoras, mães, para atingir um status quo de sujeito social e político, despontando para uma nova existência, para uma condição do feminino que processualmente rompe com as fronteiras rigidamente demarcadas e segmentadas para o ser homem e o ser mulher (Gomes; Esmeraldo, 2014, p. 22).

Remete-se a uma reflexão acerca do processo de articulação das mulheres enquanto sujeitos políticos, mobilizadas, muitas vezes, em redes e conexões, pela manutenção de seu território, em favor da construção de alternativas de desenvolvimento que envolvam a participação feminina e a sustentabilidade mediante suas potencialidades e vocações (Gomes; Esmeraldo, 2014). Ao promoverem uma participação ativa, as mulheres desmontam condições anteriormente estabelecidas do “ser mulher” e constituem outros espaços que dão significados às suas vivências e relevância, posto que:

O espaço das mulheres não é apenas uma categoria cultural do pensamento. Ele é também um ambiente. Este ambiente é um espaço total composto por espaços específicos articulados entre

si pelas atividades da mulher. [...] a mulher não articula apenas relações sociais, mas também relações espaciais. A história dessas mulheres é, em boa parte, a história da desarticulação desses espaços. Se o espaço é um ambiente, um ecossistema, ele não é apenas um ambiente natural dado, mas um ambiente cognitivamente apreendido e culturalmente construído. Como ambiente construído, é um espaço “significado”, cujo uso social lhe atribui um sentido. A noção de ambiente inclui, então, as relações sociais e a cultura que fazem da “população” desse ecossistema uma sociedade [...] (Woortmann, 1991, p. 17).

Destarte, incluir a perspectiva de gênero nos estudos sobre sustentabilidade demanda uma mudança de paradigma, que inclui transformações complexas nos valores sociais e econômicos, fazendo com que os seres humanos se sintam parte de um todo (Litre; Rocha, 2014). Nessa perspectiva, como aponta Shiva (2003), vislumbra-se a democratização do saber em restabelecer os valores nativos, sejam estes culturais ou tecnológicos, dos modos de viver tradicionais, e/ou ainda, na resistência do conhecimento submetido contra as forças abusivas das monoculturas ocidentais.

Pensar a relação seres humanos e práticas de sustentabilidade significa levar em conta os aspectos ambientais, políticos, sociais, históricos, econômicos e culturais de uma sociedade. Considerar ainda que mulheres e homens possuem diferentes papéis na família, no mundo do trabalho e em comunidade, portanto, apresentam prioridades individuais, especialmente, quando se trata das questões ambientais (Viana, 2023). Ademais no que se refere aos assuntos ambientais e aos seus vieses, é fato que os indivíduos desenvolvem estratégias variadas e sejam fonte de conhecimentos diversos.

É urgente e necessário o reconhecimento do papel das mulheres nos assuntos socioambientais, como o turismo, bem como dos traços

culturais das comunidades que propiciam a sustentabilidade. E essa relação das mulheres nos territórios protegidos é vigente e se efetiva quando elas buscam conciliar a atividade desenvolvida – seja a prática da agricultura, a produção de artesanato e o trabalho como condutoras turísticas etc. – com os ecossistemas terrestres e marinhos, fomentando práticas sustentáveis.

Entende-se que as mulheres moradoras em Áreas Protegidas compõem contextos em que suas “vozes” e ações em favor do reconhecimento de seus anseios, de seus direitos e das suas reivindicações dentro dos territórios não são “silenciadas”. Elas são protagonistas nos debates e na gestão comunitária. E objetivam, ativamente, pensar e propor ações que visam a melhorias da classe feminina e da própria comunidade em que estão inseridas. Elas são

[...] portadoras de um saber político que as fortalece, que as faz repensar seu cotidiano. Através das lutas, elas passam a se reconhecer e a se libertar das amarras sociais que as impedem da vivência política na sociedade, buscam a emancipação, a autonomia econômica e a igualdade de gênero (Mendes *et al*, 2014, p. 76).

A luta das mulheres, especialmente das mulheres do campo, tem como finalidade principal a valorização do papel feminino na construção de um novo modelo de agricultura, que incorpore temas como a agroecologia, o extrativismo, a sustentabilidade, a biodiversidade (Heredia; Cintrão, 2012). Sem descartar o usufruto de plantas medicinais, o uso das sementes como patrimônio da humanidade, a diversificação da produção, a soberania alimentar e a atividade turística nas suas múltiplas práticas como artesanato, a culinária etc.

Quanto ao Turismo, este organiza e reorganiza a vida social das comunidades nas áreas protegidas. E para o desenvolvimento da

atividade turística, as mulheres exercem um papel fundamental, muitas vezes, com iniciativas embasadas no equilíbrio social, ambiental, saber local ancestral e de gênero, em contextos de UC e seus usos pelo turismo – seja na gestão, no artesanato, na culinária, na hospedagem –, as quais acarretam impactos econômicos e sociais e possibilidade de desempenho de modo igualitário em relação ao gênero oposto.

Nesse interim, destaca-se a produção artesanal que, conforme Hall (2008), resulta das interações sociais, das trocas e transmissões de valores, experiências e símbolos, ou seja, da própria cultura, pois para as comunidades tradicionais o ambiente natural se configura em seus modos de vida. E as condições impostas pela natureza e pela disponibilidade de recursos delinham as vivências, os significados, bem como a construção e a transmissão de saberes, crenças e valores.

Ao longo do tempo, nas áreas protegidas, as mulheres foram construindo no território uma dinâmica que se reflete na cultura local, um vasto conhecimento sobre a biodiversidade e sociodiversidade amazônica. Conhecimento esse o qual é transmitido através de gerações e constitui um acervo de informações sobre a região, na qual são essas populações, especialmente o público feminino, as protagonistas e as detentoras das habilidades necessárias para manejar a floresta de modo equilibrado, numa relação estreita com a natureza e seus modos de vida.

Como afirma Simonian (2001), na história recente das mulheres da Amazônia se tem revelado a importância feminina nos processos de produção econômica e reprodução cultural, predominantemente da realidade rural. Isso se constata desde épocas anteriores. Torres (2005), quando ao falar sobre a mulher da Amazônia se revela que, ao contrário do que se pensa, esta não é um ser primitivo, despolitizado ou silenciado. Como se depreende de Thomson (2002), as mulheres são sábias e isso é uma característica preponderante de suas raízes.

Dito isso, daí a urgência de compreender seus saberes, fazeres, a citar, a técnica do artesanato enquanto componente das identidades grupais ou étnicas femininas, pois

[...] falar sobre o artesanato requer muito mais do que descrições do desenho e das técnicas de produção; seu sentido só é atingido se o situarmos em relação com os textos que o predizem e o promovem [...], em conexão com as práticas sociais daqueles que o produzem e o vendem, observam-no ou o compram. [...]. (Canclini, 1983, p. 51).

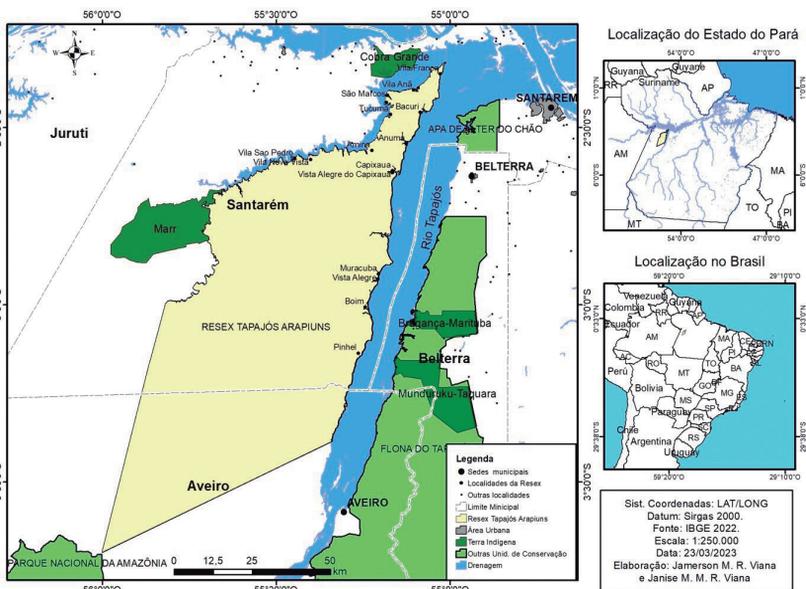
A produção artesanal, aliada à conservação dos recursos naturais, pode fortalecer o empoderamento político, econômico e social das mulheres envolvidas, minimizar, as desigualdades de gênero e, simultaneamente, contribuir para o processo de construção da identidade social do grupo ou comunidade envolvida (Medeiros, 2013). O artesanato é um elemento da própria comunidade, e se constitui em um produto que pode representar a identidade de um grupo ou local, fruto da interação com o ambiente natural, como é o caso da RESEX Tapajós-Arapiuns.

AS ARTESÃS DE SÃO MARCOS NA RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS

A RESEX Tapajós-Arapiuns é uma Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável e composta por uma área de 677.513,24 ha entre as coordenadas geográficas 02° 20' a 03° 40' Sul e 55° 00' a 56° 00' Oeste (Figura 1). Cerca de 34% da área da RESEX Tapajós-Arapiuns está localizada no município de Aveiro. Vale ressaltar que a área deste estudo não se encontra em Aveiro e sim no município de Santarém, que detém os outros 66 % da RESEX (Brasil, 2021). O acesso à Reserva ocorre por

via fluvial, a partir de Santarém, pelos rios Tapajós e Arapiuns, tendo aproximadamente 2 horas de viagem até a comunidade mais próxima, situada a 52 km da costa santarena

Figura 1 – Localização da RESEX Tapajós-Arapiuns



Fonte: Jamerson Viana (2022).

A Reserva foi instituída em 6 de novembro de 1998, com a maior parte de suas terras pertencentes ao domínio da União, afetando as glebas Tapajós, Arapiuns e Igarapé-Açu (Brasil, 2021). A criação dessa categoria de UC na região é fruto de uma trajetória de luta pela conquista da terra e pela manutenção de seu território, que as levaram à criação da referida área. As atividades agroextrativistas e a pesca são as principais fontes de subsistência dos moradores. Quanto às alternativas complementares de renda, há a produção do artesanato e o Turismo

de Base Comunitária (TBC), atividades as quais as comunidades da RESEX conciliam com a conservação e o uso sustentável de parte dos recursos naturais.

A configuração social da RESEX é composta por cerca de 23 mil habitantes, divididos em aproximadamente 4.853 famílias, organizadas em 72 comunidades indígenas e não indígenas, das etnias Munduruku, Apiaká, Borari, Maytapu, Cara Preta Cumaruara, Arapium, Jaraqui, Tapajó, Tupaio, Arara Vermelha (Mota, 2021). Essas comunidades são oriundas, segundo Andrade (2019) e Viana (2023), especialmente, de antigas vilas de missões religiosas dos tempos coloniais.

As comunidades distribuem-se às margens dos rios Tapajós Arapiuns, Maró e Inambú e nos Igarapés do Mentai e do Amorim e, em menor grau, no interior da RESEX (Brasil, 2014). Dentre essas, destaca-se a comunidade de São Miguel, território onde está situado o bairro de São Marcos, área em que o fazer artesanal se faz presente de maneira mais efetiva, maiormente, a partir da iniciativa das mulheres locais.

A vila ou “bairro” de São Marcos como é denominado pelos que nele habitam, tem por volta de 48 moradores, distribuídos em oito famílias, segundo informações obtidas *in loco*. Os principais equipamentos públicos, como escola e Unidade Básica de Saúde (UBS), situam-se em São Miguel, ou seja, é para lá que os moradores se deslocam, diariamente, para recorrer a esses serviços. A base da economia local advém da agricultura familiar, com o cultivo da mandioca (*Manihot esculenta*), destinado à produção da farinha, para a subsistência e comercialização. Há ainda o TBC e o artesanato como atividades econômicas complementares.

É importante frisar que as mulheres de São Marcos são detentoras de conhecimentos acerca dos recursos naturais que se constituem em

um saber-fazer que, no decorrer do tempo, garante, de certo modo, o sustento dos grupos humanos que habitam a região amazônica. Essas práticas – sejam elas voltadas para alimentação, conhecimentos medicinais, artesanais, ou mesmo, para a reprodução social do grupo – integram uma cultura imaterial, quase sempre repassadas através da oralidade, transmitida de geração a geração, sobretudo, uma memória histórico-cultural que associa o grupo ao território (Simonian, 2001) e, simultaneamente, atribui uma noção de identidade em relação a outros sujeitos.

Assim posto, o fazer artesanal significa para as mulheres de São Marcos uma prática conduzida pela comunidade e voltada para a comunidade, que gera, além dos benefícios econômicos, os benefícios socioculturais e a valorização pessoal, conforme se nota nas palavras a seguir:

[...] agora eu me sinto assim, valorizada porque a gente ficava tipo escondida, né?! Eu tinha vergonha, não sabia nem falar direito com as pessoas, porque eu achava que era uma coisa assim, que pra mim, na minha cabeça, a gente era visto como da roça, que nós mulheres não erámos importantes, que as pessoas não valorizavam o nosso trabalho, tipo como um preconceito né?! hoje não, com o meu trabalho com o artesanato, a gente começou a saber explicar, a ter conhecimento, eu perdi o medo de conversar com as pessoas eu aprendi a falar, e me vejo igual as outras pessoas, igual as outras mulheres que vem aqui [...]
(Entrevistada 4. Pesquisa de Campo, 2022).

[...] com meu artesanato, eu posso ter meu dinheirinho, comprar minhas coisas, pagar conta e ter a minha independência, sem ter que ficar pedindo nada pra ninguém, além de que, quando eu to tecendo as peças eu esfrio a minha cabeça e me sinto mais calma, relaxada, né, também me sinto mais valorizada mesmo, como mulher [...]
(Entrevistada 6. Pesquisa de Campo, 2022).

O artesanato apresenta-se – enquanto um elemento da cultura – como uma complexa composição que incorpora uma multiplicidade de fenômenos sociais que traduzem, muitas vezes, uma apropriação desigual, real e simbólica da história vivenciada e construída por um povo (Barbosa; D’ávila, 2014). E é importante reforçar que a produção artesanal se faz presente há tempos na localidade. No entanto, em 2015, três famílias resolveram fundar o Grupo de Artesanato Arte e Turismo de São Marcos, com o objetivo de estruturar economicamente e socialmente a atividade.

Inicialmente, atuavam seis mulheres, e hoje há participação de cerca de 23 mulheres, conforme informações obtidas com a fundadora do grupo, isso denota que as mulheres obtiveram um grau de organização e representatividade local que permitem ter seus trabalhos reconhecidos e valorizados não só no âmbito local como para além da localidade. Segundo ela:

[...] o grupo surgiu porque a gente já fazia artesanato, né?, mas só pra gente mesmo, daí que a gente viu a oportunidade de ter uma renda com a produção do artesanato, então a gente resolveu se organizar e começar a fazer mais peças [...] (Entrevistada 5, Pesquisa de Campo, 2022).

Elas atuam em um espaço próprio, destinado à comercialização das peças e reuniões do grupo (Figuras 2 e 3). Os artesanatos são confeccionados com a palha ou a fibra do tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), e sementes locais, ou seja, são utilizados os recursos naturais da própria RESEX.

Vale ressaltar o respeito que as artesãs têm no manejo e uso dos recursos naturais para o fabrico do artesanato, respeitando o limite produtivo de cada espécie, sendo elas mesmas as responsáveis pela obtenção da matéria prima necessária para tal, sendo os quintais da

comunidade o principal espaço de obtenção do material necessário para a produção. Tais espaços segundo Nascimento, Salvador, Silva e Molina (2024, p. 1) constituem-se em “[...] uma fonte suplementar para as necessidades de subsistência diárias. Além de gerar uma renda secundária direta ou indireta através da comercialização dos excedentes”.

Figuras 2 e 3 – Espaço destinado à comercialização de artesanatos em São Marcos



Fonte: Janise Viana (2022).



Fonte: Janise Viana (2022).

A confecção das peças se dá a partir da retirada da palha do tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) dos quintais das artesãs. Todo o processo é feito por elas e envolve o conhecimento ancestral do plantio da árvore, a retirada das fibras, a remoção dos espinhos e a exposição da palha para secar ao sol.

Para a pigmentação das peças, processo a base de coloração natural, é utilizada, principalmente, a raiz do açafrão (*Curcuma longa*) para obter a coloração laranja; o jenipapo (*Genipa americana*) para coloração preta e capiranga (*Arrebidaea chica*) para o vermelho. Posterior a isso, elas iniciam a produção de chapéus, cestos, vasos, paneiros, descanso de mesa, porta copos, bolsas, brincos, pulseiras, entre outros, que são

vendidos para os visitantes da comunidade e/ou são enviados para a sede do município e vendidos no Centro de Artesanato Cristo Rei.

A habilidade artesanal se apresenta na vida das mulheres de São Marcos, em todas as atividades da vida cotidiana, como capacidade de sustentar um diálogo entre práticas concretas e as ideias (Barbosa; D'ávila, 2014). Para elas o artesanato faz parte do dia a dia e significa o acesso a uma ferramenta de geração de renda complementar, a qual propicia aspectos como: a melhoria da qualidade de vida, a possibilidade de usufruto dos serviços públicos, o desenvolvimento endógeno e a geração de trabalho para os moradores locais.

Ao funcionar ainda como um elemento de inclusão social, na medida em que promove o aumento da autoestima e da valorização feminina, o reconhecimento da cultura local e identidade social do grupo. Isso posto, as mulheres artesãs, foco deste estudo, consideram suas relações com o artesanato a partir, sobretudo, de três vieses principais: um cultural, que possibilita a apropriação da sua história de vida e que se aproxima das condições conscientes das suas habilidades e competências para produzir, criar e gerir.

Para elas “[...] o ofício de produzir coisas materiais permite perceber melhor as técnicas de experiência que podem influenciar o trato com os outros, refletindo-se na gestão das relações humanas e sociais” (Barbosa; D'ávila, 2014, p. 147). O segundo viés é o econômico, pois o artesanato se configura em uma importante fonte de renda complementar. E o terceiro relaciona-se à sustentabilidade, especialmente no que tange ao cuidado e manutenção da área protegida em que habitam.

Nos entendimentos das mulheres de São Marcos, as dimensões da sustentabilidade em suas práticas artesanais perpassam por aspectos que envolvem o respeito ao uso do ambiente natural associado à geração

de renda, tendo em vista a necessidade de sobrevivência humana, os cuidados com os recursos humanos e naturais, o reconhecimento das singularidades e diversidades do local, a segurança alimentar, a justiça social e a igualdade de gênero. Relaciona-se à provisão de benefícios sociais, econômicos, culturais, equilíbrio ambiental e está no centro da interação entre a produção artesanal e o meio ambiente.

Remete, para elas, a reflexão sobre a articulação das mulheres enquanto sujeitos políticos, mobilizadas, muitas vezes, coletivamente em associações, grupos ou cooperativas, tendo em vista a manutenção de seu território e em favor da construção de alternativas de desenvolvimento que envolvam a participação feminina mediante suas potencialidades e vocações. Abrange o compromisso feminino em prol da conservação de suas identidades culturais e da conservação ambiental em contextos de áreas protegidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A técnica do trançado compõe a vida de mulheres das comunidades pertencentes a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, no oeste paraense, onde o teçume em palhas de tucumã é uma tradição que possibilita o resgate de identidades grupais ou étnicas e desvela as trajetórias de vida das mulheres envolvidas. Essa prática artesanal remete à rememoração da experiência, da criatividade, da sociabilidade, do entretenimento, da terapia e compartilhamento da vida em grupo. Imersas nessa criação, acredita-se que as mulheres potencializam suas autoafirmações dentro do território em que vivem, ao mesmo tempo em que geram renda para suas sobrevivências a partir da organização local.

A maioria das artesãs aprendeu o ofício inicialmente na infância, nos espaços domésticos, vinculados às relações familiares, a partir das quais as presenças femininas das mães, avós, tias, irmãs, entre outras, são majoritárias em suas aprendizagens com o fazer artesanal. Para além de um trabalho essencialmente feminino, a produção artesanal movimentou a economia local, produzindo empregos diretos e indiretos, impulsionando o Turismo e o comércio. Agrega ainda, elementos voltados para o papel social da mulher, enquanto instrumento de criatividade, subjetividade, autonomia, empoderamento, coletividade e formação política e consciência ambiental.

O fazer artesanal se configura como um elemento da cultura material e imaterial da mulher amazônica. E confeccionar o artesanato na palha do tucumã remete para elas, também, ao ideal de sustentabilidade, ao considerar aspectos da realidade socioambiental, cultural, política, econômica local. Há ainda, um modo único de viver e de se relacionar na comunidade que favoreceu o trabalho das artesãs, hoje integrantes do Grupo de Artesanato Arte e Turismo de São Marcos, que se reverte em uma prática coletiva implicada no planejamento de um futuro autônomo e sustentável para as mulheres locais.

A relação delas com as práticas sustentáveis se efetiva quando elas buscam conciliar a atividade artesanal com os ecossistemas, fomentando um zelo socioambiental com a área protegida. Elas também têm a percepção de que compõem a força produtiva nesses territórios, bem como, de que seus conhecimentos, saberes e suas ações são primordiais para se pensar a sustentabilidade em seus contextos.

Para as mulheres de São Marcos, as pessoas, a RESEX, a atuação, a organização social, os processos educativos, o reconhecimento cultural, a valorização feminina, a distribuição igualitária de renda, o

manejo harmonioso dos recursos, a conservação ambiental, a liberdade democrática, o atendimento às necessidades básicas e a distribuição equilibrada da riqueza produzida são pontos centrais para a compreensão de sustentabilidade.

Por fim, entende-se que elas têm suas concepções próprias e seguem investindo esforços embasados em conhecimentos tradicionais e em experimentações que vão sendo aprimoradas cotidianamente nos seus múltiplos fazeres. As artesãs da RESEX Tapajós-Arapiuns exercem um engajamento denso numa atividade que se mostra dinâmica e desafiadora, em face das adversidades, isso de algum modo, indubitavelmente, ocasiona um valor social que reflete o quanto essas mulheres precisam ser visibilizadas, ouvidas e valorizadas.

É importante que o Estado reconheça o aporte das mulheres à conservação da biodiversidade, implemente políticas de ação afirmativa, incentive os negócios sustentáveis e garanta o exercício de seus direitos neste âmbito. E simultaneamente promova a inclusão da perspectiva de gênero em todo o processo de sustentabilidade econômica, política, social, cultural, em que as mulheres urbanas, rurais, indígenas, ribeirinhas, quilombolas, das florestas e negras estruturam este processo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. V. **Turismo**: fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 2000.

ANDRADE, M. M. **Organização social na reserva extrativista Tapajós-Arapiuns**: sistemas sociais em mudança. 2019. 281 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) –Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/74>. Acesso em: 28 fev. 2023

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

BARBOSA, H. D. A.; CAMPOS, R. I. R. Experiências de Turismo em Unidades de Conservação em Áreas Haliêuticas no estado do Pará/Amazônia. **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural (Online)**, v. 15, p. 823–838, 2017. Disponível em: <https://www.pasonline.org/es/component/sobipro/1112-x-20?Itemid=0>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BARBOSA, V. L.; D'ÁVILA, M. I. Mulheres e Artesanato: Um 'Ofício Feminino' no Povoado do Bichinho/Prados-MG. **Revista Ártemis**, [S. l.], v. 17, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/18122>. Acesso em: 26 jul. 2024.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **RESEX Tapajós-Arapiuns**. Brasília, DF: ICMBIO, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/resex-tapajos>. Acesso em: 1 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.985 de 18 de Julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 03 maio 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Unidades de Conservação**. Brasília, DF: MMA, 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/apconser.html>. Acesso em: 21 abr. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de manejo Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns**: Volume 1 – Diagnóstico. Brasília, DF: MMA, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/resex-tapajos/resex-tapajos>. Acesso em: 1 jul. 2021.

CANCLINI, N. G. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. **Revista Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 35–50, 2012. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/10623>. Acesso em: 15 maio 2024.

COSTA, A. J. F. da. **Mosaicos de áreas protegidas e unidades de conservação**. Dificuldades e desafios num arranjo de governança híbrida: o caso do Mosaico Bocaina, 2015, 237 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/a13a60fd-483f-4a6e-a6b0a80a7d6e9ad/content>. Acesso em: 15 jan. 2024.

DAMAS, M. T. Turismo sustentável: reflexões, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 13, n. 2, p. 310–27, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2020.v13.9578> Disponível em: <https://www.each.usp.br/turismo/publicacoesdeturismo/ref.php?id=9306>. Acesso em: 20 maio 2024.

DE LA TORRE, O. **El turismo**: fenómeno social. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB. 1994.

DOUROJEANNI, M. Parques e desenvolvimento turístico. **O Eco**. 2011. Disponível em: <https://oeco.org.br/colunas/24837-areas-protegidas-e-desenvolvimento-turistico/>. Acesso em: 27 abr. 2024.

DUDLEY, N. **Guidelines for applying protected area management categories**. Gland, Suíça: IUCN, 2008.

FAZITO, M.; RODRIGUES, B.; NASCIMENTO, E.; PENA, L. C. S. O papel do turismo no desenvolvimento humano. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, NAEA, v. 26, n. 1, p. 1-19, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/4736/4344>. Acesso em: 29 ago. 2022.

FIGUEIREDO, S. L. Alternativas de turismo de base comunitária na Amazônia Legal brasileira. Alternatives du tourisme communautaire en Amazonie légale brésilienne Community-Based Tourism Alternatives in the Brazilian Legal Amazon. **Confins**, Paris, v. 54, n. 54, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/45154>. Acesso em: 14 jul. 2021.

FRASER, N. Nancy Fraser: por um ecossocialismo transambiental. **Esquerda**, Lisboa, PT, 10 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/nancy-fraser-por-um-ecossocialismo-transambiental/81864>. Acesso em: 15 maio 2024.

GOMES, D. S.; ESMERALDO, G. G. S. L. Sustentabilidade e territorialidade: fios que tecem a luta e a resistência das mulheres camponesas. **Sustentabilidade em debate**, Brasília, DF, Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, v. 5, n. 2, p. 18-35, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/issue/view/763>. Acesso em: 11 ago. 2022.

HALL, S. **Identidade cultural na pós-modernidade**. (Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro). 11. ed., Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2008.

HEREDIA, B. M. A. de; CINTRÃO, R. P. Gênero e Acesso a Políticas Públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, [S. l.], n. 8, p. 1–28, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1443>. Acesso em: 27 maio 2024.

IUCN. **Speaking a common language**. Cardiff, País de Gales: Cardiff University. 2004.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LITRE, G.; ROCHA, J. D. Mulheres e sustentabilidade. **Sustentabilidade em Debate**, Centro de desenvolvimento sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, DF, v. 5, n. 2, p. 13–17, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/issue/view/763>. Acesso em: 11 ago. 2022.

MARTINS, M. R.; NEIMAN, Z. A Questão da Qualidade na Formação dos Profissionais para o Turismo Sustentável. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 9, n. 1, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/334>. Acesso em: 10 maio 2024.

MATHEUS, F. S.; RAIMUNDO, S. Os resultados das políticas públicas de ecoturismo em Unidades de Conservação no Brasil e no Canadá. **Rev. Bras. Pesq. Tur.** São Paulo, v. 11, n. 3, p. 454–479, 2017. Disponível em: https://www.revtur.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-61252017000300454&lng=es&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 25 abr. 2024.

MEDEIROS, L. da C.; MORAES, P. E. S. Turismo e sustentabilidade ambiental: referências para o desenvolvimento de um turismo sustentável. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 197–234, 2013. DOI: 10.22292/mas.v3i2.181. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/article/view/181>. Acesso em: 15 maio 2024.

MEDEIROS, T. H. **Redes de sociabilidade e comércio na floresta artesanais em palha de tucumã entrançam grupos e vidas nas enseadas do Rio Arapiuns em Santarém/PA**. 2013. 206 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3360>. Acesso em: 20 maio 2024.

MENDES, M. F.; NEVES, S. M. A. da S.; NEVES, R. J.; SILVA, T. P. da. A organização das mulheres extrativistas na região Sudoeste mato-grossense, Brasil. **Revistas Estudos Feministas**, v. 22, n.1, p. 71–89, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2014000100005r>. Acesso em: 25 maio 2024.

MOTA, A. G. S. S. **Qualidade de vida e empoderamento feminino em uma comunidade rural da reserva extrativista Tapajós-Arapiuns**. 2021. 156 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/563>. Acesso em: 20 jan. 2023.

NASCIMENTO, A. P. B. do; SALVADOR, Julia Martins; SILVA, Márcia Regina da; MOLINA, S. M. G. A importância do uso de quintais para as populações humanas. In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVAP, 3. **PDI**. Universidade Vale do Paraíba, 2024. Disponível em: https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2003/trabalhos/epg/6ciencias sociaisaplicadas/EC6-50.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

QUARESMA, H. D. A. B. **Turismo na terra de Makunaíma: sustentabilidade em parques nacionais da Amazônia**. 2008. 423 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

RUNTE, A. **National Parks**: the American history. 4. ed. Lanham, EUA: Taylor Trade Publishing, 2010.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SIMONIAN, L. T. L. **Ilha de muitos recursos, histórias e habitantes**: a experiência de Trambioca, Barcarena PA. Belém: NAEA/UFPA; CNPT-PA/IBAMA. 2003.

SIMONIAN, L. T. L. Mulheres, Gênero e Desenvolvimento na Amazônia Brasileira: resistências, contradições e avanços. *In*: SIMONIAN, L. T. L. **Mulheres da Amazônia Brasileira**: entre o trabalho e a cultura. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia. *In*: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZEL, N. (orgs.). **Estado e políticas públicas na Amazônia**. Belém: CEJUP, 2000. p. 9–53.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: conceitos e impactos ambientais. São Paulo: Aleph, 2000.

TONI, A.; RÉGIA, M.; GROSSI, M.; CORRAL, T.; DI CROCE, S. Mulheres e sustentabilidade. **Sustentabilidade em Debate**: centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, DF, v. 5, n. 2, p. 108–121, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/issue/view/763>. Acesso em: 11 ago. 2022.

TORRES, I. C. **As novas amazônidas**. Manaus: EDUA, 2005.

URBAN, T. **Saudade do matão**: lembrando a história da conservação no Brasil. Curitiba: Editora da UFPR. 1998. ANDRADE, J. V. **Turismo**: fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 2000.

VALLEJO, L. R. Uso Público em Áreas Protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. I Encontro Fluminense de Uso Público em Unidades de Conservação – UFF/RJ. **Anais Uso Público em Unidades de Conservação**. 2. ed. NITERÓI: NUPAP, v. 2, 2013. Disponível em: https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/28674. Acesso em: 28 maio 2024.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIANA, J. M. M. R. **Mulheres no turismo de base comunitária em áreas protegidas: uma análise sobre suas atuações na Amazônia paraense**. 2023, 446 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023. Disponível em: <https://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/teses>. Acesso em: 11 jun. 2024.

WATSON, J. E. M., DUDLEY, N., SEGAN, D. B., HOCKINGS, M. The performance and potential of protected areas. **Nature**, v. 515, n. 7525, p. 67–73, 2014.

WOORTMANN, E. F. **Da complementaridade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste**. Brasília, DF, 1991. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/18/rbcs18_04.pdf. Acesso em: 11 ago. 2022.

Os desafios de conciliar a usabilidade dos espaços públicos com as atividades do turismo: um estudo de caso no município de Bragança, Pará

INTRODUÇÃO

A coexistência do comércio formal e informal nos espaços públicos podem gerar conflitos e competição por espaço entre atividades comerciais de diferentes naturezas e pelo público usuário (Araújo *et al*, 2012). A coexistência desses dois segmentos comerciais e o público gera desafios relacionados à competição por espaço, conflitos de interesse e impactos ambientais, destacando a necessidade de um ordenamento eficaz para garantir a sustentabilidade e a harmonia no ambiente urbano (Medeiros Neto *et al*, 2018).

Os espaços turísticos das cidades são alvos de conflitos por usabilidade do espaço público pois, com as reformas direcionadas

Suellene de Freitas Pinheiro

Doutoranda do programa de Desenvolvimento socioambiental PPPGDSTU/NAEA/UFPA

Adinaura da Gama Ramos

Doutoranda do programa de Desenvolvimento socioambiental PPPGDSTU/NAEA/UFPA
Bolsista CAPES

Daniel do Rosário Miranda

Mestrando PPPGDSTU/NAEA/UFPA
Bolsista CAPES

Josiane do Rosário Pereira

Mestranda PPPGDSTU/NAEA/UFPA
Bolsista CAPES

Oriana Trindade de Almeida

Docente, PhD, PPPGDSTU/NAEA/UFPA

para deixar o espaço mais atrativo para os turistas, esse espaço passa a ter locais privativos e com custos elevados para a população local, e os comerciantes informais que antes ocupavam esses espaços acabam sendo deslocados para outros lugares ou até mesmo ficando sem local para comercializar seus produtos pós-reformas.

Os espaços disponíveis para os turistas e população local, também apresentam outra problemática que é a ocupação das calçadas por mesas e cadeiras dos restaurantes, lanchonetes, comércios em geral, obstruindo a passagem de pedestres. Assim, percebe-se que existem conflitos por espaço público aumentando a desagregação social. Para Serpa (2007, p. 87) “o espaço público transforma-se numa justaposição de espaços privativos, ele não é compartilhado, mas dividido e retalhado entre os diferentes grupos de usuários”.

Os espaços urbanos frequentemente são utilizados para manifestações culturais e são objetos de políticas de preservação do patrimônio histórico e cultural. A maneira como os espaços são organizados reflete a identidade de uma cidade ou região. No entanto, muitas vezes esses espaços vão perdendo seu caráter público, sendo cada vez mais apropriados por empresas privadas ou ocupado por um estrato da população que vive do comércio informal. Na região de Bragança essa apropriação está se dando como consequência da expansão do turismo na cidade.

Neste contexto, esta pesquisa tem o objetivo de analisar de que forma as atividades do turismo afetam os usuários do espaço público e de que forma estas atividades estão interferindo diretamente nas relações urbanas de usabilidade.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é de cunho exploratória, por meio de levantamento bibliográfico sobre o assunto, para fins de maior familiaridade com o objeto de análise, seguido da pesquisa de campo para analisar o objeto e suas interações com o ambiente ao seu redor. Os dados foram coletados com entrevista e a aplicação de questionário semiestruturado. Foram entrevistadas 26 pessoas que utilizam o espaço de diversas formas assim como, também, foi direcionada entrevista para a secretaria de Planejamento e Coordenação Geral Municipal (SEPLAN). Os dados foram analisados de forma qualitativa. O trabalho focou no estudo de dois espaços públicos da cidade: o Largo de São Benedito e a orla de Bragança. O público-alvo pesquisado foram pessoas que estavam passando pelo local, assim como pessoas que trabalham no lócus da pesquisa de campo. Para sigilo quanto à identificação dos entrevistados nas descrições, utilizou-se a denominação através de letras numeradas (E1, E2, etc) para cada entrevistado.

RESULTADOS

Importância dos espaços públicos para os cidadãos

A construção da cidade é reflexo, principalmente, do processo de industrialização. Conforme Benevolo (1997), essas mudanças geraram profundas transformações sociais, culturais e econômicas com o crescimento das indústrias e serviços.

As cidades possuem funções importantes para a sobrevivência coletiva e, conforme Harvey (2014, p. 134), a cidade é o lugar onde as pessoas de diferentes classes se encontram de forma conflituosa para

produzir uma vida em comum. Assim, neste cenário, cada espaço e cada prédio devem exercer uma função social dentro do espaço urbano. Para Rotondano (2020, p. 1146) o “usufruto da cidade em sua plenitude se insere justamente dentro do objetivo pelo qual tais espaços urbanos foram criados: como localidades a serem utilizados pelos cidadãos”. Léfèbvre (2001, p.117–118) argumenta que “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais, só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”.

Os espaços públicos foram bastante discutidos por pesquisadores dentro do cenário urbano, enfatizando a importância desses espaços para as interações entre os indivíduos. Para Gomes (2018, p. 116) o que faz um espaço ser público são “os aspectos mais importantes de um domínio público”, ou seja, “são os princípios que estruturam as interações entre as pessoas”, pois para o autor, os espaços públicos permitem uma vida comum entre indivíduos que não se conhecem.

A importância nas cidades de espaços públicos destinados a atividades de lazer como as praças, os bosques, parques públicos, praias, orlas, entre outros são fundamentais. Para Serpa (2007, p. 82) “o parque público contribui para melhorar a qualidade da vida urbana e oferecer aos habitantes das cidades, espaços recreativos e de lazer”. O autor afirma também que as áreas verdes são importantes nas cidades, pois são “um direito de todos os cidadãos”. Para Bahia (2012, p. 19) o lazer nasce “a partir do processo de industrialização e de urbanização das cidades” e do interesse e necessidade da classe trabalhadora que passa a reivindicá-lo como direito, pois se torna necessário no ambiente moderno de trabalho.

Parafraseando Rotondano (2020, p. 1146) o espaço urbano possibilita a “integração entre os cidadãos e o desenvolvimento de suas

aptidões humanas”, de forma que o espaço urbano deve ser utilizado pelo indivíduo, pois “ao menos em tese o espaço urbano configura como bem público”. Arendt (1993, p. 62) afirma que “a esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-se na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidam uns com os outros. Para Gomes (2018, p. 118) “quanto maior for a heterogeneidade de interesses, de valores, das formas de pensar e agir que um espaço é capaz de abrigar, maior é o seu grau de publicidade”

Os espaços públicos permitem a interação entre diferentes pessoas em um mesmo ambiente, promovendo o reconhecimento das diversidades. No âmbito político, esses espaços devem favorecer a convivência comum, onde as relações se desenvolvem sem que haja necessidade de conflitos relacionados a opiniões, desejos, valores, comportamentos e modos de se expressar. A sociedade não está livre de conflitos, pois os indivíduos devem reconhecer direitos e outras formas de pensar e agir que perante o direito são ações legais (Gomes, 2018).

Assim, todas as diferentes formas de interação entre os indivíduos dão origem ao espaço público dentro do tecido urbano, que retratam a importância desse espaço para a sociedade, seja no valor social da terra, seja no lazer, na natureza, entre outros. O espaço público vem passando por alterações que estão tirando o atributo de público e substituindo-o por privado.

Privatização do espaço público

Muitos dos espaços urbanos das cidades são constituídos de forma a representar a cultura local, trazendo um cenário simbólico para os moradores, principalmente nas manifestações religiosas que são

representadas nas construções de igrejas, praças, coretos, entre outros. De acordo com Serpa (2007, p. 83) as construções históricas são objeto de “políticas de preservação do patrimônio histórico e cultural”. Existe uma relação na forma como os espaços são construídos no meio urbano, pois os espaços representam a imagem de determinado lugar, cidade, região ou país (Mendonça, 2007).

Com as alterações urbanas, os espaços urbanos estão perdendo o caráter público pela forma de apropriação desses espaços nas cidades contemporâneas. Harvey (2014, p. 134) argumenta que “[...] o recente ressurgimento da ênfase na suposta perda da comunalidade urbana reflete os impactos aparentemente profundos da recente onda de privatizações, cercamentos, controles espaciais, policiamento e vigilância [...]”.

Os espaços considerados como bens comuns (por exemplo, as praias) estão sendo estruturados como ambientes privatizados, através da apropriação de empresas privadas. Desta forma, esses espaços passam a ser vitrines para o mercado imobiliário. Para Serpa (2007, p. 96) o espaço urbano é utilizado como uma mercadoria. Para Harvey (2014, p. 146) “o ambiente e a atratividade de uma cidade é um produto coletivo de seus cidadãos, mas é o mercado turístico que capitaliza comercialmente esse comum¹ de modo a extrair rendas de monopólio”.

A região de bragança

Situado à margem do rio Caeté, o município de Bragança foi fundado em 1613 e localiza-se a 210 quilômetros da capital, Belém do Pará, e faz parte da região de integração Rio Caeté. O município de Bragança ocupa uma área com forte potencial turístico, pois apresenta um grande

¹ O Autor se refere à tradução da palavra *Commons*

acervo de bens materiais e imateriais. A cidade possui prédios históricos que trazem características do período colonial em suas construções arquitetônicas. Lobato (2015, p. 124) argumenta que “Bragança possui um representativo acervo arquitetônico ao longo do processo de produção da cidade: São edificações, palacetes, coreto e praças que remontam a períodos da economia da borracha e estrada de ferro”.

A cidade também possui uma cultura relevante para a região, principalmente com as manifestações religiosas como a festividade da Marujada, a festa de São Benedito e o Círio de Nazaré. Lobato (2015, p. 124) diz que “além do patrimônio arquitetônico, cabe ressaltar o patrimônio imaterial, representado pelas manifestações religiosas, culturais, os saberes e ofícios e as próprias vivências”.

A orla da cidade passou por reestruturação que deixou o espaço mais adequado para usabilidade com a inserção de quiosques, escadarias mais adaptadas, ornamentação com palmeiras imperiais. Para Serpa (2007, p. 89) as cidades à beira-mar “constituem-se em lugares privilegiados de sociabilidade e desempenham um papel considerável na vida cotidiana dos urbanitas, entrando em concorrência direta com outros espaços”.

• Largo de São Benedito

O Largo de São Benedito, composto pela igreja de São Benedito, pelo coreto e pelo Barracão da Marujada, está localizado na praça 1º de Outubro na área central de Bragança – Pará, próximo à nova orla. Conforme Carneiro e Mesquita relatam (2000, p. 29 *apud* Mendonça, 2007, p. 299) “Largos são espaços livres públicos definidos a partir de um equipamento geralmente comercial, com o fim de valorizar ou complementar alguma edificação, podendo também ser destinado

a atividades lúdicas temporárias”. Para Lamas (s/d, p. 102 *apud* Mendonça, 2007, p. 298) praça é o “lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas”.

A Igreja de São Benedito foi construída pela Irmandade de São Benedito no século XVIII, fundada em 18 de dezembro de 1798, por iniciativa dos escravos da antiga Vila de Bragança e foi tombada pelo Departamento de Patrimônio do Estado do Pará (DPHAC). A festividade de São Benedito inicia-se na Igreja e é finalizada com a dança e procissão da Marujada. As celebrações de São Benedito são um evento significativo para o município, pois é uma manifestação cultural e religiosa deixada pelos escravos. A Marujada de São Benedito foi declarada patrimônio cultural e artístico do estado do Pará, apenas em 2009, pela Lei Estadual nº. 7.330. (Diário Oficial da União, n. 31.548. 19 nov. 2009).

A igreja de São Benedito, assim como o coreto são administrados pela igreja católica e o Barracão da Marujada pela irmandade de São Benedito. A prefeitura municipal de Bragança administra os serviços de iluminação, limpeza e segurança dos espaços, entre outros serviços, visto que o largo de São Benedito faz parte do patrimônio cultural e faz parte do atrativo turístico do município.

Desta forma, o Largo de São Benedito sempre é visitado pela população local, assim como por turistas, principalmente nas festividades da Marujada. O local no entorno é composto por restaurantes e comércios locais e, assim, o espaço é utilizado por diversos atores que ocupam o local seja para exercer sua religiosidade, lazer, para trabalho, para preservação, para turismo, entre outros.

- Orla de Bragança

A orla de Bragança é um espaço público utilizado pelos moradores do município para receber as embarcações vindas com pescado como também para o lazer, pois muitas pessoas levam crianças para passear e praticam caminhadas e atividades físicas. A orla mede 12 mil metros quadrados e passou por reformas em sua estrutura, sendo finalizada pelo governo do Estado do Pará no dia do aniversário de 410 anos da cidade (em 2023).

O contraste entre as estruturas precárias que existiam na antiga orla de Bragança em relação à nova estrutura do espaço, é grande, pois anteriormente a orla não tinha iluminação boa, era desprovida de um espaço adequado para pedestres e embarcações, assim como não tinha lanchonetes atrativas, apresentando apenas ambulantes informais. A partir de 2023, a orla se tornou um espaço atrativo para a população local e para visitantes. A orla possui uma proteção de ferro, guarda corpo, que separa a parte de cima das rampas de gramados/escadas até a parte de baixo da orla, onde estão localizados seis quiosques, parque infantil, academia ao ar livre, palco para eventos, bancos e lixeiras.

O principal responsável pela administração e preservação do espaço da orla é o gestor municipal. O espaço é ocupado por empresários do ramo da gastronomia, por pescadores, por pequenos empreendedores, autônomos, e pela população local que divide o espaço com os turistas.

- Usabilidade dos espaços do largo de São Benedito e da orla de Bragança

O coreto de Bragança é de alvenaria e apresenta uma estrutura do período colonial com estilo barroco. Fica localizado de frente para a orla de Bragança e deveria permitir uma visão plena do espaço, mas a visibilidade está sendo afetada pela construção irregular de uma cobertura de lanchonete. O coreto ainda necessita de reforma na sua

infraestrutura interna, pois partes do concreto estão deterioradas pela ação do tempo.

O espaço do Largo de São Benedito é uma área que se localiza entre a orla e a igreja de São Benedito, desprovido de bancos para se sentar, possuindo apenas a igreja, as calçadas e o coreto. Possui boa iluminação pública mas possui pouca arborização, sendo composto apenas por algumas palmeiras.

Na pesquisa de campo, observou-se que o coreto de São Benedito está sendo utilizado como moradia por pessoas em condição de rua, onde elas deixam seus pertences expostos. Essa ocupação irregular deixa o coreto com um odor forte de urina e, por isso, se torna pouco visitado por parte da população.

As calçadas ao redor da igreja e do coreto ficam ocupadas por mesas e cadeiras dos restaurantes conforme mostra a Figura 1. Essa apropriação do espaço público causa transtorno no trânsito dos pedestres e, além disso, existem construções que obstruem a visibilidade da orla de quem está no coreto.

Figura 1 - Espaço das calçadas do Largo de São Benedito ocupado por mesas e cadeiras, Bragança, 2024.



Fonte: Pesquisa de Campo (2024)

As calçadas são públicas e possuem uma multiplicidade de usos por servir a várias funções como transitar, reunir pessoas que não se conhecem socialmente, possibilitar recreação informal para as crianças e, com boa iluminação, permite segurança para os pedestres.

Jacobs (2000, p. 48) argumenta que “a vida pública informal das calçadas está diretamente relacionada com outras modalidades da vida pública”, pois permite que as pessoas possam caminhar e sentar na frente de suas casas para interagir, assim como também permite que as crianças possam usar para brincar, desta forma, as calçadas devem ficar livres para a população usar de diversas formas.

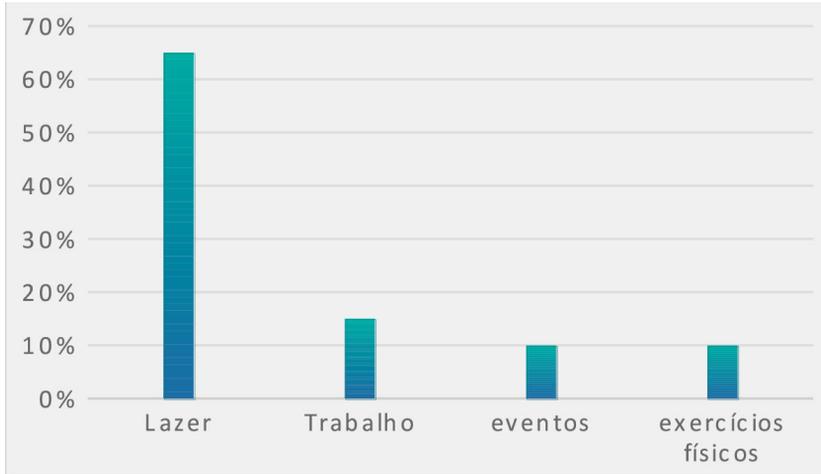
A parte de cima da orla possui bancos que possibilitam à população descansar e ou apreciar a orla. Ao longo de sua estrutura se apresenta uma calçada bem extensa permeada com palmeiras imperiais. A calçada possibilita que os pedestres caminhem, pratiquem exercícios físicos, entre outras usabilidades.

- As diversas formas de usabilidade dos espaços da Orla de Bragança e do largo de São Benedito

Foram entrevistadas 26 pessoas que se servem do o espaço para diversas formas de uso assim como também foi feita entrevista com técnicos da secretaria de Planejamento e Coordenação Geral municipal (SEPLAN).

Conforme Figura 2, a maior parte dos entrevistados (65%) usa a orla e o largo para atividades de lazer, 15% usam o local para trabalhar, 10% para participar de eventos religiosos e culturais e 10% frequentam o espaço para a prática de exercícios físicos. Segundo os entrevistados, eles utilizam esses locais para passear, pegar ar fresco, caminhar, trazer crianças para brincar, encontrar amigos, lanchar, contemplar a natureza, compartilhar momentos com a família e tirar fotos.

Figura 2 – Formas de usabilidade do espaço público, Bragança, PA, 2024



Os entrevistados consideraram que o espaço público é um espaço livre e comum a todos. Essas são as definições que os entrevistados (referenciados como ‘E’ seguido de um número sequencial) deram quando perguntados sobre o tema conforme segue: “é um lugar para passeio, para lazer, um espaço feito para toda a população” (E1); “Espaço público entendido aqui como espaço destinado ao povo” (E2); “Lugar onde se pode transitar de acordo com o direito do cidadão e vivenciar a cultura do mesmo” (E3); “Local de acesso das pessoas, custeado pelo poder público, portanto, deve ser preservado e cuidado pelo poder público” (E4); “É um espaço administrado pelo poder público para uso da população” (E5); “É um espaço onde podemos usufruir de acontecimento ou benefício de várias categorias social, econômica, saúde, educação, segurança alimentar, esporte, lazer” (E6); É um “espaço que deve ser disponível para a população ocupar e usufruir, pois todos os habitantes têm o direito de fazer parte” (E7).

A maior parte (99%) dos entrevistados consideravam o Largo de São Benedito e a orla de Bragança como sendo um espaço público e as razões dadas foram de que não têm restrição para entrar e sair do local, sendo um espaço para diversão, para encontrar amigos e familiares e onde todos têm acesso. Uma quantidade mínima dos entrevistados (1%) consideraram que o Largo de São Benedito não é um espaço público por pertencer à igreja católica e a maior parte dos entrevistados informaram que sempre frequentam os espaços da orla e Largo de São Benedito. Para 11% dos entrevistados, o local é o espaço de trabalho, mas 7% dos entrevistados só visitam o local quando estão em Bragança, pois não residem na cidade.

Questionados especificamente sobre o espaço da orla, os entrevistados, que usam o espaço para trabalho, afirmaram que após a reforma da orla houve aumento no movimento de pessoas no local, o espaço passou a ser mais atrativo e, assim, os clientes também aumentaram consideravelmente.

Outro entrevistado acredita que os quiosques construídos na orla, estão sendo utilizados por grandes empresários de restaurantes da cidade de Bragança, não havendo espaço para os pequenos empreendimentos, como relatou uma entrevistada que trabalha vendendo “guaranás” há 15 anos e que utiliza as calçadas do Largo de São Benedito para seu empreendimento, mas ressaltou que, quando a igreja necessita do espaço, as pessoas precisam retirar-se o mais rápido possível. “Agora estou com dificuldades, porque não tenho espaço, a prefeitura tirou todos do calçadão da orla para não atrapalhar, e não disponibilizou um espaço para a venda dos produtos, a gente fica disputando espaço. Tem que chegar cedo” (E3).

O mesmo entrevistado (E3) continua: “Quem tomou conta foi as empresas dos restaurantes daqui de Bragança, a gente que vende nas nossas barraquinhas fica sem espaço. A gente também tinha que ter nosso espaço; é um espaço público. A gente não pode ir lá pra baixo e aqui em cima é território da igreja; a gente fica até quando eles querem, quando eles precisam a gente tem que correr para outro lado e, assim, a gente vai sobrevivendo”. Outros informam que “Se não consumir nos quiosques, podemos usar para caminhar, usar os aparelhos de exercícios e conversar nos bancos” (E4 e E5). Outros ainda informam que, após a reforma, melhorou a segurança no local porque antes não dava para caminhar, pois havia muita criminalidade e que, especialmente, na parte de baixo era uma área perigosa. Também consideravam o espaço inacessível, escuro, ponto de drogas e prostituição.

Aos técnicos da Secretaria de Planejamento, da SEPLAN, foi questionado como ocorre a administração dos espaços do Largo de São Benedito e da Orla de Bragança. Conforme a secretária relatou, o barracão de São Benedito está com a irmandade de São Benedito. Segundo o agente do governo, o espaço onde fica a Igreja e o coreto pertencem à Igreja Católica e ao proprietário do “REX” Bar. Entretanto, existe um conflito de propriedade, pois a Igreja Católica alega que o proprietário do “REX” Bar apossou-se do espaço pertencente ao Largo de São Benedito e promove eventos proibidos pela Igreja como festas e venda de bebidas. A secretária acrescentou que “o conflito está na Justiça e que a Prefeitura não interfere nessa situação”.

Sobre a usabilidade dos quiosques, a secretária relatou que foi aberto edital público para a ocupação e que, no edital, estavam estabelecidas todas as regras necessárias, assegurando oportunidade para todos participarem da seleção. Na questão dos ambulantes, a secretária

relatou que não tem como reservar espaço nas calçadas da orla, visto que não é espaço apropriado e entra em conflito com os pedestres; assim, foi realizada uma reunião com a Associação dos Ambulantes de Bragança para relatar essa situação e foi reservado outro espaço para eles utilizarem.

Na questão da segurança dos espaços, tanto da Orla de Bragança como do Largo de São Benedito, a secretária informou que é feita pelos guardas municipais e pelos próprios proprietários dos estabelecimentos.

DISCUSSÃO

Pobreza, trabalho informal e ocupação dos espaços públicos

A ocupação do espaço público é um tema complexo. As ocupações são feitas de várias formas, muitas delas sendo resultado da ocupação por empreendimentos de pequeno porte como restaurantes e bares. Por outro lado, há várias ocupações de comerciantes informais que são resultados da situação de falta de emprego formal ou de renda alternativa.

O trabalho informal é definido como uma relação laboral que não cumpre com o pagamento de impostos e não é coberta pela segurança social, resultando na falta de benefícios trabalhistas. Além disso, abrange assalariados sem contrato formal, trabalhadores que trabalham por conta própria, que não contribuem para a Seguridade Social, trabalhadores não remunerados e aqueles envolvidos em construção para uso próprio e produção para autoconsumo. Na América Latina e Caribe, 127 milhões de pessoas trabalham em condições de informalidade (Bernadino *et al.* 2015).

Segundo Costa (2010), a informalidade é caracterizada pela precariedade nas condições de trabalho e vida, além da negação dos princípios de cidadania, exacerbando as desigualdades sociais. No Brasil e em outros países em desenvolvimento, grande parte da população ocupada está inserida no trabalho informal, enfrentando falta de segurança, assistência médica inadequada, pobreza, fome e exploração. As mudanças econômicas na década de 1990 no Brasil, resultaram em um aumento do trabalho informal, com a extinção de cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho formais (Costa, 2010).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) destacou que a América Latina e Caribe são as regiões mais desiguais do mundo, em grande parte devido à prevalência da economia informal, que perpetua ciclos de pobreza, e um extrato detendo grande parcela da renda. Trabalhadores informais, devido à sua posição social desfavorável, compartilham características de inserção ocupacional, prestígio social e renda, que os colocam em situação de vulnerabilidade.

O espaço público é um ambiente onde se pode ver os conflitos sociais e econômicos inerentes à sociedade. Enquanto o espaço público é um ambiente voltado para o lazer e para o uso comunitário, ele também tem sido usado em todo o país como estratégia de obtenção de renda para a população mais pobre e ou marginalizada (Peimani *et al.* 2022; Rogerson, 2016).

A venda ambulante informal contribui, significativamente, como uma estratégia para lidar com as desigualdades econômicas, sociais e políticas de várias maneiras. Do ponto de vista econômico, ela oferece oportunidades de emprego e geração de renda para indivíduos que frequentemente não têm acesso a empregos formais. Isso desempenha um papel crucial na redução da pobreza e da desigualdade econômica,

permitindo que os vendedores ambulantes sustentem suas famílias e contribuam para suas comunidades (Peimani *et al.* 2022).

No âmbito político, a presença de vendedores ambulantes nas ruas pode desafiar as estruturas políticas existentes ao afetar o livre acesso ao espaço público, os direitos dos trabalhadores e à justiça social. Vendedores ambulantes muitas vezes se organizam coletivamente para advogar por melhores condições de trabalho e políticas públicas que os beneficiem, ampliando assim a participação democrática e a visibilidade das necessidades de trabalhadores informais (Peimani *et al.* 2022).

A população em situação de rua encontrada em Bragança também é um problema geral no país. Essa população no Brasil tem crescido devido a diversos fatores, incluindo aí a pobreza, desemprego estrutural, migração, dependência química e conflitos familiares. Essas pessoas geralmente estão excluídas das estruturas convencionais da sociedade e vivem em extrema pobreza, com sua sobrevivência frequentemente comprometida. Esse fenômeno social tem se manifestado principalmente nos centros urbanos, onde os indivíduos nessa condição ocupam logradouros públicos ou albergues e enfrentam condições de vida e inserções sociais precárias. (Hino *et al.* 2018)

A falta de moradia convencional afeta não apenas o abrigo, mas também aspectos importantes como identidade, segurança, bem-estar físico e emocional, sentimento de pertencimento e raízes sociais. Esse grupo é heterogêneo, variando conforme trajetórias de vida, tempo de permanência na rua, estratégias de sobrevivência, relações de gênero e dinâmicas territoriais. Muitos se concentram nas áreas centrais das cidades devido à maior oferta de facilidades e a serviços que essas regiões proporcionam. (Hino *et al.* 2018) e é um problema que precisa de ser tratado por especialistas para uma solução de longo prazo.

Truong (2017) mostra em seu trabalho sobre turismo e pobreza em Hanoi, que a literatura sugere que facilitar a participação do setor informal no turismo, incluindo pequenos vendedores, pode ajudar a melhorar a contribuição do turismo para a redução da pobreza. Este estudo mostrou que, em alguns casos, os vendedores ambulantes em Hanói (Vietnã), conseguiram melhorar suas condições de vida e a educação de suas famílias.

No entanto, também foi observado que outros vendedores ganham pouco com seus negócios. Isso pode ser explicado por vários fatores, incluindo o tipo de mercadoria oferecida, a demanda dos turistas, a competição no mercado, a experiência de venda e as relações com a equipe de segurança que patrulha os locais turísticos.

O desafio mais crítico enfrentado pelos vendedores ambulantes entrevistados é a proibição das vendas nas cidades, que reduz suas rendas e aumenta seus conflitos com os funcionários do governo. A maioria dos vendedores não tem um plano específico para o futuro, embora alguns pretendam se tornar motoristas de táxi, proprietários de lojas ou se aposentar. Conforme Amendola (2000), a cidade é marcada por uma “sociedade na base da exclusão social”, onde alcançar uma posição superior se torna “central e crucial”, e que, de maneira geral, representa uma sociedade “construída sobre a oposição entre dominantes e dominados”, formando dois extremos da escala social.

Segundo Amendola (2000), sempre existirá um conflito envolvendo as duas extremidades das classes sociais, visto que o urbano é um ambiente de lutas diárias pela sobrevivência em uma sociedade capitalista. Constata-se que os espaços públicos do município de Bragança passam pela situação de disputa de usabilidade. Pois o levantamento realizado mostra conflitos entre os indivíduos e o poder

público e a necessidade de políticas públicas que possam amenizar as distâncias sociais.

É fato que política pública que busca somente fazer uma cidade atrativa para o turismo faz aumentar a segregação entre as pessoas e também entre os espaços, quando o poder público volta a atenção somente para áreas do turismo, esquecendo que no município existem áreas desprovidas de estrutura básica para uma vida digna na área urbana pois, como argumenta Serpa (2007), várias estratégias são utilizadas para tornar os espaços mais visíveis, que centralizam políticas públicas para espaços onde possui uma “população de melhor poder aquisitivo”. Mas é importante pensar em soluções inovadoras que conciliem esses dois objetivos.

CONCLUSÃO

Os espaços públicos desempenham funções sociais que devem atender às necessidades das pessoas dentro do contexto urbano e, desta forma, as cidades devem ser planejadas de forma a contemplar espaços públicos voltados para o bem-estar da população. Os espaços públicos devem trazer uma infraestrutura que possibilite atividades voltadas para o lazer como prática de atividades físicas, simples caminhadas, respirar ar livre, descansar à sombra de árvores, conversar com amigos, levar crianças para brincar, entre outras atividades. Desta forma, é essencial que sua infraestrutura seja projetada para disponibilizar arborização, bancos para se sentar, equipamentos urbanos para práticas de exercícios, segurança, boa iluminação, entre outros requisitos.

Percebe-se que os espaços públicos não estão atendendo às demandas da população, visto que muitos possuem estruturas

inadequadas e até acessos restritos ocasionados muitas vezes pela falta de segurança. Essa problemática aumenta com as atividades do turismo, pois o turismo, apesar de trazer vantagens econômicas para a localidade, também faz aumentar as desigualdades sociais restringindo a ocupação dos espaços públicos a esse segmento.

As localidades que são projetadas e ou reformadas para serem atrativos turísticos fazem outros espaços serem esquecidos pelo poder público, ocasionando a falta de políticas públicas para o melhoramento de todos os espaços da cidade. Assim, os espaços projetados para o turismo são apropriados por restaurantes, oferecendo uma gastronomia com alto custo, tornando-se inacessível para a população de baixa renda, que passa a não usufruir dos espaços públicos privatizados.

Conforme pesquisa de campo, infere-se que a população de Bragança consegue trazer o conceito de espaço público e reconhecem o Largo de São Benedito e a orla de Bragança como sendo espaços públicos, pois, para os entrevistados, um espaço público possibilita a participação de todos, todos podem entrar e sair sem restrições. Desta forma, os entrevistados utilizam os espaços do Largo de Bragança e da orla para diversas atividades, sendo a principal, a utilização para o lazer.

Para alguns, a reforma da orla trouxe benefícios para a população, pois agora possibilita as atividades de lazer, visto que, antes era um espaço comumente usado para práticas ilícitas (uso de entorpecentes). Outrossim, o novo espaço aumentou o fluxo de pessoas favorecendo a renda dos que trabalham no local. Já para outros, a nova estrutura está trazendo conflitos de usabilidade, pois os proprietários de restaurantes é quem conseguem a habilitação, conforme edital, para usar os quiosques. Outro fato é que devido ao aumento de pessoas nos locais, os restaurantes ocupam todo o espaço, principalmente as calçadas com cadeiras e mesas, reduzindo, dessa forma, a circulação das pessoas.

Infere-se que existe um conflito de apropriação do espaço público pelos atores envolvidos: a população que trabalha no local, a população que usa para o lazer, os turistas e as empresas privadas do ramo da gastronomia. Esses conflitos são indicadores para que o poder público elabore política pública para remediar a situação e fazer o espaço público exercer a função de atender às necessidades de lazer de toda a população por igual, e não aumentar as desigualdades sociais dentro do município.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **A condição humana**. 6a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993. p. 31 – 88

AGENCIA PARA, **Reconstruída, Orla do Rio Caeté, é entregue pelo Estado à população de Bragança**. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/45323/reconstruida-orla-do-rio-caete-e-entregue-pelo-estado-a-populacao-de-braganca>, Acesso em 08 de fev de 2024.

AMENDOLA, G. **Los excluidos del sueño y la ciudad blindada**. In: **Amendola, G. La ciudad postmoderna**. Madrid: Celeste Ediciones, 2000. P. 309 – 347.

ATHAYDE, A. Minube. Bragança. Coreto de São Benedito. Disponível em: <https://www.minube.com.br/sitio-preferido/coreto-de-sao-benedito-a3664201>. Acesso em 08 de fev de 2024.

BAHIA, M, C. **O Lazer e as relações socioambientais em Belém – Pará**. 2012. 300f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. p. 19.

- BENEVOLO, L. **História das cidades**. 3ª edição. 1997. São Paulo.
- BERNARDINO, ALMEIDA MARIANO, DÉBORA CRISTINA; ANDRADE, MARILDA. **O Trabalho Informal e as Repercussões para a Saúde do Trabalhador: Uma Revisão Integrativa** – Referência – Revista de Enfermagem, v. IV, n. 7, outubro – dezembro, 2015, pp. 149 –158
- COSTA, M. DA S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**, v. 23, n. 58, p. 171–190, abr. 2010.
- Christian M. Rogerson – **Responding to Informality in Urban Africa: Street Trading in Harare, Zimbabwe** – **Urban Forum** > 2016 > 27 > 2 > 229 – 251
- FIGUEIREDO, S. L. **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém/PA: NAEA/UFPA.2008.
- GOMES, P. C. C. Espaço público, espaços públicos. **GEOgraphia**, Niterói, v. 20, n.44, não paginado, set–dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/27557/16039>>.
- HARVEY, D. A criação dos bens comuns urbanos. In: HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.p.134 – 189.
- HINO, P.; SANTOS, J. DE O.; ROSA, A. DA S.. People living on the street from the health point of view. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 71, p. 684 – 692, 2018.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. MENDONÇA, E. M. S. Apropriação dos Espaços Públicos: Alguns conceitos.

LÉFÈBVRE, H. O direito à cidade. In: LÉFÈBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991. p. 103 – 117.

LOBATO, A. S. Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: Uma análise do centro histórico da cidade de Bragança – Pa. **Revista GeoUEFJ**. n. 26, 2015, p. 113 – 135, Rio de Janeiro.

PAES, M. T. D. Refuncionalização turística de sítios urbanos históricos no Brasil: Das heranças simbólicas à reprodução de signos culturais. **Geografia**. V. 37, n. 2, p. 319 – 334, mai/ago. 2012. Rio Claro.

PEIMANI, NASTARAN, AND HESAM KAMALIPOUR. 2022. “Informal Street Vending: A Systematic Review” **Land** 11, no. 6: 829. <https://doi.org/10.3390/land11060829>.

ROTONDANO, R. O. Da revolução industrial à globalização: Capitalismo e reconfiguração histórica do espaço urbano. **Revista de Direito da Cidade**. V. 13, n.º2, ISSN 2317 – 7721DOI: 10.12957/rdc.2020.49987. 2020.

SERPA, A. Visibilidade. In: SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 69 – 106.

SILVA *et al.* Cidade: Reflexão sobre as consequências da revolução industrial e as urgências dos espaços públicos para o esporte de lazer no século XXI. **Revista Brasileira de Educação Física, Saúde e Desempenho** – REBESDE. V.2, n. 1, 2021.

TRUONG, V.D. Tourism, poverty alleviation, and the informal economy: The street vendors of Hanoi, Vietnam. **Tour. Recreat. Res.** 2018, 43, 52 – 67.

Mobilidades turísticas na Ilha do Combu – Pará

INTRODUÇÃO

Para as cidades amazônicas, os rios e as frentes fluviais se configuraram, desde o início do processo de ocupação regional pelos povos originários, como importantes elementos dinamizadores de fluxos e como espaços sociais, econômicos, políticos e simbólico-culturais (Lima, 2013).

Os rios são elementos relevantes para se pensar a mobilidade na Amazônia, pois muitas das dinâmicas sociais, econômicas, culturais e regionais se realizam via rio e/ou guardam íntima relação com os espaços de orla e com a infraestrutura neles existentes.

Assim, os rios se constituem como elemento importante para a

Thiliane Meguis

Bacharel em Turismo (UFPA); Especialista em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer pelo Programa de Pós-graduação Lato Sensu (PPLS/NAEA), Mestre em Planejamento do Desenvolvimento e Doutora em Desenvolvimento Socioambiental, ambos pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/ NAEA)
E-mail: thilianemeguis@gmail.com

Thiago Allis

Bacharel em Turismo (2004); Mestre em Integração da América Latina (2006) e Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela USP (2012). É livre docente em Turismo (2022) e ocupa o cargo de Professor Associado na Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da USP.
E-mail: thiagoallis@usp.br

Mirleide Chaar Bahia

Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFPA; Doutora em Ciências Desenvolvimento Socioambiental, NAEA/UFPA.
E-mail: mirleidebahia@gmail.com

sobrevivência e o domínio político e, mais tarde, para a disseminação de modos de vidas relacionados a diferentes relações de povos tradicionais, denominados como ribeirinhos, quilombolas, indígenas etc. (Oliveira, 2000; Castro, 2008).

Existe, portanto, uma conexão direta das pessoas e das suas relações com o rio, que é indispensável para a prática da mobilidade regional, social, política e cultural de informações, de pessoas, de ideias, de recursos, de lugares, de paisagens, e de imagens (Couto, 2015).

Belém é uma cidade com, aproximadamente, 33.203,67 ha de território insular. São 43 ilhas que mantêm relações constantes com a Belém continental (PNCSEA, 2008). Essas relações influenciam no escoamento de produtos tanto das ilhas para o continente, quanto do continente para as ilhas, além de contribuírem para o deslocamento em busca de serviços de cidadania (emissão de documentos etc.) e, de modo específico nos últimos anos, um aumento significativo na prática do turismo e do lazer nas ilhas. Dentre essas ilhas, a do Combu se destaca pela prática do turismo e do lazer e por esse motivo setá *loci* de pesquisa dessa análise.

Diante do exposto, o objetivo principal deste capítulo é analisar como se desenvolvem as mobilidades turísticas na ilha do Combu, levando em consideração a dinâmica de deslocamentos e as potencialidades socioeconômicas das relações simbólicas e culturais dos diferentes grupos sociais e sua relação com os rios.

A ilha do Combu está situada ao norte de Belém, nas margens do Rio Guamá; ao sul, pelo Furo de São Benedito; a leste pelo Furo da Paciência; e ao oeste, pela Baía do Guajará. Seu ecossistema tem influência das marés do estuário do rio Guamá e, durante os meses de dezembro e de maio, apresenta inundações. Sua rede hidrográfica

mantém características da bacia amazônica, formada por baías, rios, furos e igarapés; clima equatorial, quente e úmido (Matta, 2006).

O acesso à ilha do Combu ocorre por meio do transporte fluvial a partir do terminal fluvial Turístico Ruy Barata, localizado na Praça Princesa Isabel, bairro da Condor¹. A viagem leva em torno de meia hora, dependendo do local em que o visitante pretende chegar, pois há vários restaurantes, espaços de lazer e de hospedagem na ilha.

É nesse contexto que se destaca a importância de compreender as manifestações de mobilidades nesta ilha pela perspectiva da “virada das mobilidades”, originada no bojo das ciências sociais, que põem em destaque o deslocamento de ideias, de coisas, de informações, de pessoas, etc., como componentes essenciais para as mobilidades. Propõe-se a análise a partir de uma “[...] interdependência fluida e não apenas em esferas separadas (como dirigir, viajar virtualmente, escrever cartas, voar ou andar)” (Sheller; Urry, 2004, p. 212).

De acordo com Urry (2007), as mobilidades são o centro da vida social. O que não quer dizer que a mobilidade, em seus diversos significados (migração, turismo, comunicação ou transporte), não tenha sido estudada ou mesmo problematizada. Contudo, o que se enfatiza é a diferença em compreender se a mobilidade é o objeto de estudo ou a abordagem com a qual qualquer fenômeno social é observado.

Assim sendo, essa análise pauta-se no pressuposto de que o mover-se é uma forma de habitar em movimento (Sheller; Urry, 2004), e por esse motivo a mobilidade será a abordagem de estudo. Para o alcance dos objetivos foram utilizados os seguintes procedimentos

¹ Porto Ednaldo Macola Rente – Porto do Açaí, localizado na Bernardo Sayão, no bairro do Jurunas. O porto é mais utilizado para o transporte de mercadorias vindas das ilhas, além de fazer o transporte dos moradores do Combu.

metodológicos: revisão bibliográfica acerca das teorias e abordagens críticas, de natureza interdisciplinar, e a opção por uma abordagem etnográfica pela possibilidade de estar em contato com o universo dos sujeitos e assim compartilhar as experiências.

O objetivo nessa pesquisa não foi fazer um trabalho antropológico, nem se apropriar da antropologia como um método exclusivo de análise, mas se valer de algumas técnicas etnográficas, para interpretar, mesmo que não seja em sua totalidade, a realidade local. Foram consideradas especialmente as relações dos moradores e dos visitantes com a ilha, as mobilidades turísticas e as suas intervenções na realidade ribeirinha; as formas desiguais de produção e acesso à mobilidade e a outras particularidades ribeirinhas.

A metodologia foi aplicada utilizando técnicas de: levantamento de referencial bibliográfico e documental acerca do assunto; análise de dados secundários, a partir das técnicas de análise documental e de conteúdo: planos, programas e projetos (Estado e municípios), além dos espaços das ilhas, tanto no que diz respeito à circulação e mobilidade, quanto o desenvolvimento de atividades turísticas e das práticas de lazer.

Ocorreu também pesquisa de campo na ilha do Combu e nos terminais de embarque e desembarque, nos bares e restaurantes, com aplicação de entrevistas para os visitantes, além da pesquisa com a utilização da *internet*, seja para o levantamento de dados bibliográficos e documental, assim como para a entrevista e aplicação de questionários; por fim, fez-se a análise dos dados obtidos.

A presente pesquisa é um recorte da tese de doutorado produzida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU/NAEA/UFPA. O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Por ser um recorte, foram utilizadas nessa análise as quatro experiências, sendo elas: o momento no porto, que proporcionou observações pertinentes para a análise; conversa e entrevista com a dona Nena²; prática de yoga por meio da interação entre os participantes e o acompanhamento de um aniversário.

Portanto, as mobilidades turísticas possibilitaram, nessa análise, a observação das experiências vividas e compartilhadas na ilha do Combu, foi pertinente compreender as práticas sociais, culturais, ambientais e econômicas que se desenvolvem na ilha, sendo assim, as mobilidades estão para além das questões relacionadas ao transporte.

Durante a pesquisa, observou-se que o turismo e o lazer na ilha do Combu fazem parte do cotidiano da ilha e dos moradores, produzem e caracterizam as mobilidades turísticas, as quais constroem as dinâmicas que se estabelecem localmente (banho no rio, prática de yoga, passeio de barco, a trilha do chocolate, entre outros).

Isso se alinha com o que destacam Allis, Moraes e Sheller (2020), quando dizem que “as mobilidades turísticas envolvem complexas combinações de movimentos e pausas, realidades e fantasias, lazer e trabalho” (p. 276). Nesse sentido, o debate sobre mobilidades turísticas se torna relevante para se pensar a realidade amazônica, a partir da sua dinâmica específica.

O referido capítulo está organizado em quatro seções, inclusa esta introdução. Na primeira seção apresenta-se o debate sobre os novos paradigmas da mobilidade a partir das reflexões feitas por, John Urry (2000); Sheller, Urry e Allis (2016), entre outros. Na segunda seção abordam-se as mobilidades turísticas, trazendo para o debate a análise

² Moradora da ilha do Combu, mais especificamente do igarapé Combu. Dona Nena desempenha atividades de trilhas e trabalha com a agricultura familiar na produção de chocolate na ilha do Combu.

feita na ilha do Combu e as experiências vivenciadas na ilha. Por fim, no item quatro apresentam-se as considerações finais.

MOBILIDADES TURÍSTICAS

A palavra mobilidade quase sempre nos remete a sua relação com o urbano e a organização das cidades, facilitando o deslocamento de pessoas e mercadorias. Nesse contexto, mobilidade e transporte estão diretamente ligados.

Para essa análise, a mobilidade não busca nos remeter única e exclusivamente a sua relação com o transporte, sendo assim, além das pessoas e das mercadorias, a mobilidade abarcará, nessa pesquisa, outros elementos, como por exemplo, informações, ideias, experiências individuais e coletivas, entre outros.

E é nesse sentido que John Urry inicia com o paradigma das mobilidades nos anos 2000, e tem nesse debate a concepção conceitual para o problema da globalização que, ao mesmo tempo que beneficiava a sociedade, reconfigurava o espaço, o tempo, a aceleração da vida social, possibilitados pelo avanço das tecnologias de transporte e de comunicação.

Tem-se, nos anos 2000, a popularização dos voos, e as férias sendo naturalizadas, como algo almejado por toda população. As pessoas, em algum momento da vida, sonham em viajar, mas que nem todos conseguem desfrutá-las. Além das localidades querendo se inserir, e muitas conseguindo, no círculo turístico.

O turismo, portanto, é composto por sistemas de infraestrutura de transportes, de imagens, de paisagens que em sua maioria é acessado antes da prática da viagem em si, ou seja, a mobilidade da informação

auxilia nesse acesso, por meio das redes sociais (*instagram, facebook, whatsapp*), e dos desejos que são compartilhados, cada vez mais, com o acesso à *internet*.

A partir das mobilidades, como uma abordagem, surge uma percepção diferente do que são as sociedades, que não estão pautadas apenas em redes ilimitadas de fluxos diversos que se conectam, mas aos fenômenos sociais, pois ocorre a combinação de “[...] objetos, tecnologias e sociabilidades, a partir dos quais distintos lugares são produzidos e reproduzidos” (Sheller; Urry, 2004, p. 214).

O turismo como um componente da mobilidade se destaca como um elemento essencial nas sociedades, que estão cada vez mais globalizadas. Conceitualmente, observa-se a inclusão de formas diversas, cotidianas e localizadas em regiões do mundo emergente, não se pautando apenas em uma visão colonial do turismo.

A vida social móvel é uma realidade que se pode observar nos dias atuais, em que as mobilidades dos olhares, de ideias, dos sujeitos, de imagem, de informações, de objetos, de dinheiro, do simbólico, são e estão cada vez mais presentes na realidade da sociedade contemporânea. Pode-se observar o turismo e o lazer como práticas que não necessitam unicamente do deslocamento de pessoas, desprendendo-se de paradigmas construídos em âmbitos unicamente disciplinares debatidos (Allis, 2016).

O novo paradigma da mobilidade, dessa vida social, cada vez mais móvel, se divide em muitas dimensões, a saber:

- 1) Dos sujeitos: pessoas;
- 2) Das informações: instrumentos que ligam os sujeitos, como, cartas, mensagens, telefones, internet, uma simples conversa, entre outros;

- 3) De objetos: turismo, trabalho, lazer, prazer;
- 4) Do que é simbólico: que se entende como abstrato para determinadas localidades, as diversas formas de representação social, cultural e ambiental;
- 5) Do imaginário: imagens de lugares nas mídias digitais, que despertam símbolos no imaginário individual e coletivo;
- 5) Da interpretação: são criadas a partir da concepção de mundo de cada pessoa, a partir das suas características individuais e coletivas.

Os seis tipos de mobilidades destacados acima são interdependentes e interligadas. Sendo assim, as “mobilidades precisam ser estudadas na sua interdependência fluida e não apenas em esferas separadas como dirigir, viajar virtualmente, escrever cartas, voar ou andar” (Sheller; Urry, 2004, p. 212).

Para entender a mobilidade para além do deslocamento físico é importante compreender como cada agente identifica essas diferentes categorias que se relacionam, e que fazem parte da mobilidade, do turismo e do lazer, no sentido de que em uma determinada viagem se faz necessária a utilização de diferentes meios, que transcendem a utilização do transporte, enquanto meio de deslocamento.

Por meio do novo paradigma das mobilidades, pode-se observar, a partir da pesquisa de campo, que os sujeitos utilizam o turismo e o lazer como práticas, para além do deslocamento de pessoas, mas como uma experiência individual e coletiva.

Para tanto, a partir das experiências dos moradores e dos visitantes que se criaram, se criam e se recriam, tendo o rio, a floresta e as práticas como componentes que ditam as dinâmicas do dia a dia local, e se destacaram como os componentes que possibilitaram observar as

mobilidades turísticas. É o movimento do rio que concebe o movimento das pessoas, das práticas sociais e das relações locais e ele também influencia no não movimento.

MOBILIDADES TURÍSTICAS NA ILHA DO COMBU

A ilha do Combu faz parte da região insular de Belém com 15 quilômetros quadrados, e com distância aproximadamente de 2,1 km da orla sul de Belém. Em conformidade com o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Sustentabilidade (ICMBIO), a ilha foi instituída como Área de Proteção Ambiental (APA) pela Lei Estadual nº 6.083, de 13/11/1997, com implementação no ano de 2006, sendo então, uma Unidade de conservação (UC), a qual pertence ao Grupo de Uso Sustentável, da categoria APA, porém a ilha não possui Plano de Manejo, o que corrobora para a falta de soluções com relação aos problemas que são visualizados na localidade (Rodrigues, 2019).

Até o final do ano de 2014, a gestão da unidade era de responsabilidade da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS/PA), por meio da Diretoria de Áreas Protegidas (DIAP). A partir de 2015, a gestão da unidade passou a ser do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (IDEFLOR-BIO) (Cirilo; Almeida, 2015).

Segundo Dergan (2006), a ilha do Combu é a quarta maior ilha da região insular de Belém, com área territorial de 1.493,60 ha, situada às margens do Rio Guamá, pelo furo São Benedito ao sul; pelo furo da Paciência a leste; e pela Baía do Guajará a oeste. A vegetação da ilha é de mangue, a atividade que prevalece é a extrativista, com destaque para a extração dos seguintes produtos, que são naturais da região amazônica:

açaí (*Euterpe oleracea*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), andiroba (*Carapa guianensis*), pupunha (*Bactris gasipaes*), entre outros.

Historicamente a ilha do Combu era caracterizada como uma área improdutiva segundo os padrões do sistema econômico-financeiro global, por ter a sua produção voltada exclusivamente ao extrativismo, à pesca e à caça, como forma de subsistência (Gomes; Batista, 2011). Isto se deve ao isolamento entre ilha e metrópole, que não aconteceu de forma natural, mas foi imposto pelo sistema capitalista de reprodução, e o transporte precário facilitava esse isolamento, pois o acesso à ilha era restrito, esta passa, então, a cumprir um papel de periferia da cidade.

Com o tempo, pela proximidade das ilhas ao redor da cidade de Belém, mais especificamente a ilha do Combu desperta sensações e descreve experiências, as quais fazem parte da dinâmica ribeirinha: poder respirar o ar puro, andar de canoa, barco ou rabetas pelos rios é o que torna a experiência ainda mais particular, mudando a realidade da ilha, que agora já não é mais vista como periferia da cidade e nem isolada.

Para introduzir o debate sobre as mobilidades turísticas na ilha do Combu, a partir da utilização da abordagem etnográfica, que não se reduz a apenas uma técnica de pesquisa, mas pode-se ater a várias delas, o que irá depender das circunstâncias da pesquisa e do objetivo que se pretende alcançar, ou seja, é além de tudo um conjunto de procedimentos.

A atenção aos detalhes é mais importante que a obsessão pelos detalhes, o todo pode ser capaz de oferecer pistas para um novo entendimento, por meio dos fragmentos coletados e observados (Magnani, 2002). Nas suas diferentes formas, o movimento ou não movimento, de pessoas, de coisas, de ideias, de informações e de trocas, é o elemento estabelecedor da vida social, ou seja, o paradigma da mobilidade a partir de uma abordagem etnográfica, se reproduz

exatamente em torno de uma apreciação profunda do fato de que, sim as mobilidades e o não movimento nos fazem compreender a realidade ribeirinha na Amazônia.

Por esta razão, os olhares se voltaram para os agentes que estavam no terminal Fluvial Turístico Ruy Barata, que faz a travessia para a ilha do Combu, e ao redor dele. Observou-se os seguintes agentes: os trabalhadores que chegam, as pessoas que entram e saem do terminal e as que entram e permanecem ali sentadas, ouvindo músicas e mexendo no celular.

A partir da observação, pode-se perceber que o fluxo de pessoas no terminal (Figura 1) começa a acontecer por volta das 8:30 da manhã. Alguns funcionários começam a transitar, além de adolescentes que ficam ali sentados ouvindo música com um caderno em uma mão e com o celular na outra. Os guardas municipais também são atores presentes no local.

A travessia começa a ser feita às 9h e termina às 16h e o desembarque ocorre até as 19h, dependendo do fluxo de pessoas. No entanto, na quarta-feira ou nos dias de semana, em que o fluxo de pessoas é menor, as pessoas aguardam mais tempo para atravessar, pois eles têm o critério de embarcar com no mínimo cinco pessoas, nós (eu e mais duas pessoas) ficamos aguardando, até chegarem as cinco pessoas.

A maioria das pessoas que atravessam nos dias de semana, nesse horário mais cedo, são moradores da ilha ou trabalhadores que estão prestando serviço no Combu. Em seguida, podemos ver a figura 2, a antiga ponte de embarque no antigo trapiche para o acesso à ilha do Combu e a figura 3, a atual ponte de acesso, depois do espaço passar por reformas infraestruturais significativas, no ano de 2020, que contribuíram para o fluxo de pessoas e de mercadorias.

Figura 1 - Terminal Fluvial Turístico Ruy Barata



Fonte: Acervo Pessoal dos Autores (2022)

Nota: Terminal de embarque e desembarque Ruy Barata, localizado na praça Princesa Izabel, no bairro da Condor, depois da reforma e da construção do terminal. A imagem retrata a saída do terminal de quem vai da ilha do Combu para Belém, vista a partir da chegada da ilha no terminal, e pode se constituir, também, como a saída de quem vem de Belém e vai para o Combu, o que irá depender da localização.

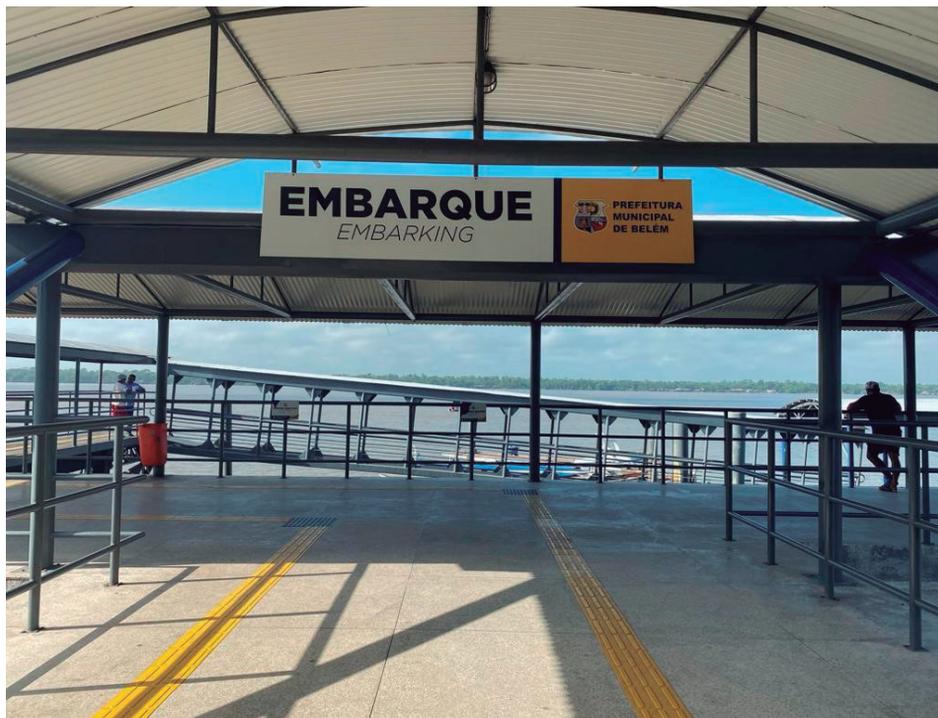
Figura 2 - Ponte de embarque e desembarque, antes da reforma



Fonte: <https://www.minube.com.br/sitio-preferido/praca-princesa-isabel-3640391#>

Nota: Ponte de embarque e desembarque para a ilha do Combu na praça Princesa Isabel, antes da reforma. Visualiza-se uma infraestrutura sem o mínimo de segurança e sem proteção para que os visitantes pudessem se proteger do sol e das chuvas, além da falta de acessibilidade.

Figura 3 - Ponte de embarque e desembarque, depois da reforma



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2022)

Nota: Ponte de embarque e desembarque para a ilha do Combu na praça Princesa Isabel, depois da reforma. Visualiza-se uma infraestrutura com segurança e com proteção para que os visitantes pudessem se proteger do sol e das chuvas, além da acessibilidade, totalmente diferente da primeira imagem.

Desde então, valores da passagem mudaram, passando de R\$ 5 para R\$10 a ida e R\$10 a volta. É comum que as pessoas escolham comprar logo as duas passagens nos guichês de vendas ou se compram apenas a de ida, na volta podem pagar para os barqueiros na descida da embarcação ou no decorrer da viagem.

A entrevista feita com a dona Nena, foi fundamental para a pesquisa. A partir do contato inicial feito pela rede social (*whatsapp*), foi possível marcar uma conversa com a dona Nena, da Casa do Chocolate. Marcamos às 9h do dia 17 de agosto de 2022 na casa dela na ilha do Combu, que também é o local em que acontecem as visitas para degustar o chocolate e fazer trilhas no meio da floresta.

Na visita notou-se o desenvolvimento das suas próprias dinâmicas, como por exemplo, nos dias de terça-feira e quarta-feira, que são as folgas coletivas e os dias que ocorrem os serviços internos, seja de manutenção ou de limpeza, e por esse motivo apenas alguns restaurantes funcionam na ilha.

Por essa razão, se deu a escolha da dona Nena de conversar na quarta-feira, pois estava acontecendo uma reforma no espaço. No momento da nossa conversa chegou um barqueiro com turistas de Santa Catarina, os quais fretaram um barco para fazer o passeio e queriam conhecer a Casa do Chocolate e a famosa dona Nena.

Ela não quis atender porque não estava preparada e estava fechada em função da reforma e da folga dos funcionários, no entanto, a insistência dos barqueiros foi tanta que ela atendeu, pediu licença e foi acompanhá-los. A gravação foi pausada e iniciou-se o atendimento de dona Nena com os turistas em seu espaço, para degustação e venda de chocolate.

Nesse momento é possível colocar em prática a dupla face que se apresenta por meio da abordagem etnográfica, destacada por Magnani (2002), sendo elas: a maneira que os atores sociais, nesse caso a dona Nena, os visitantes e os barqueiros percebem esse primeiro contato da visita à casa do chocolate e como é percebida e descrita pelos pesquisadores.

A dona Nena gostaria que os barqueiros respeitassem que o espaço estava fechado, e que ela não estava preparada para o atendimento. Ela disse a seguinte frase: “quando estamos abertos aos finais de semana eles (os barqueiros) passam direto, agora que estamos fechados, insistem em ficar, eu nem estou preparada para receber, mas como eles estão encostando, vou receber”.

Ela avisou as condições e deixou que eles subissem, os visitantes já a conheciam, porque o guia já havia feito um relato sobre a sua história, além de ter mostrado alguns vídeos na *internet* sobre as trilhas e as entrevistas que ela já havia concedido a algumas emissoras.

Percebeu-se que mesmo no dia da manutenção e da folga coletiva, havia algumas pessoas trabalhando no local, como uma moça que estava separando a semente do cacau (*Theobroma cacao*), e a outra que estava ajudando a dona Nena com a venda e degustação do chocolate, repassando as informações para os visitantes, a respeito da coleta e produção do chocolate.

Havia também um trabalhador, que estava na porta de entrada da lojinha. Como os visitantes estavam entrando no local, ele se retirou e colocou as ferramentas ao lado para facilitar a passagem das pessoas. E assim, aconteceu a visita à dona Nena que ficou um pouco atarefada por conta da venda e das anotações dos produtos que saem da loja, por isso se instalou uma fila no balcão, mesmo com uma funcionária ajudando na degustação e respondendo às perguntas de valores e da curiosidade dos visitantes a respeito do processo que acontece para que o cacau vire chocolate.

Depois que eles foram embora, a entrevista foi retomada de onde havia parado, como estava quase na hora do almoço, no final da entrevista, o trapiche e a observação do rio foi a continuação e finalização da conversa com a dona Nena. Essa visita foi fundamental

para dar continuidade à pesquisa e poder planejar os próximos passos para a análise.

A partir das primeiras visitas e as primeiras percepções ficou mais fácil observar e trazer para o trabalho o objetivo da análise. Sendo assim, as visitas ao Combu continuaram se desenvolvendo e no dia 22 de outubro de 2022, aconteceu a comemoração de um aniversário na ilha. Uma entrevistada disse “Já vim algumas vezes ao Combu, já até comemorei aniversários aqui, gosto muito” (Entrevista, ilha do Combu).

Outra visita que ocorreu na ilha do Combu e que proporcionou uma experiência interessante para a pesquisa, foi no dia 11 de junho de 2023. Para que essa visita fosse possível, a aproximação ocorreu por meio das redes sociais, e a partir de então descobriu-se que a Lana, moradora e filha do Combu, como a mesma se auto intitula, leva grupos para praticar Yoga na ilha (figura 4). A pesquisadora, a partir de uma conversa com Lana, decidiu participar e acompanhar um grupo em uma das tantas práticas de yoga que ela conduz.

Portanto, para essa análise optou-se por intercalar as vivências de cada agente, com o que foi presenciado em campo. Todas as entrevistas feitas, com os participantes da prática do yoga, foram feitas via *whatsapp* na semana seguinte, com o motivo de não interferir na experiência de cada agente no momento da sua prática.

Vale ressaltar que nem todos os praticantes do yoga se disponibilizaram a contribuir com a pesquisa, alguns iniciaram pelo *whatsapp*, mas não terminaram a entrevista e outros nem responderam à abordagem, que já não era a inicial, pois no final da vivência na ilha, a Lana deixou-nos à vontade para explicar a pesquisa e para perguntar se eles estariam dispostos a participar, e todos confirmaram, que estariam.

Figura 4 - Prática de yoga



Fonte: Acervo Pessoal dos Autores (2023)

Nota: Espaço reservado para a prática de yoga no Combu, localizado do outro lado da ilha, no Furo do Benedito. Nesse espaço as pessoas podem relaxar, desconectar-se da cidade e praticar algo que além do relaxamento nos proporciona um momento entre a gente, o nosso corpo, a natureza, as conexões e as nossas raízes.

Sendo assim, segue um relato da experiência de uma das participantes:

Bom, referente a minha experiência, eu sempre gosto de ir ao Combu, porque eu consigo entrar em contato com a natureza, é,

entrar em contato com o rio já que eu sou uma pessoa que vem do interior, mais precisamente essa última vez é, a experiência, foi uma experiência muito transformadora porque eu consegui sentir um pouco mais a natureza, eu estava ali num lugar onde já não tem muito aqueles restaurantes, então o contato com a natureza, com a paz que ela transmite foi muito maior, e também é ver o tanto que é, o turismo naquela região tá modificando essa própria região por causa, é, não só do lixo que é produzido pelo turismo, mas também pela erosão que esse turismo predatório tá causando na região e que fazem as pessoas desse local sofrerem muito, e assim uma experiência que eu tive, é boa lá, é foi entrar em contato com os produtos que aquelas pessoas de lá produzem, que eu acho que é muito importante, que deveria ser um pouco mais é, incentivado, tinha que ter algum tipo de incentivo pra esses produtores de produtos que vêm diretamente da floresta, que são algo bem mais natural para ser consumido (Entrevista, ilha do Combu).

O objetivo foi trazer, com esse relato, questões que ultrapassam os movimentos dos corpos, mas ao mesmo tempo influenciam nesse movimento ou nesse não movimento, como nessa caso o acesso à ilha do Combu e o deslocamento interno.

Ao mesmo tempo que foi algo interessante, foi muito diferente do que já havia sendo pesquisado na ilha do Combu, pois além de ser no lado da ilha em que não se observa muitos restaurantes, é um lugar que não recebe muitos visitantes.

Nesta porção da ilha observam-se mais casas de moradores, com uma dinâmica totalmente diferente do lado da ilha em que os restaurantes e bares fazem parte constante da paisagem local. Até o embarque acontece em outro local, no Porto Ednaldo Macolá, feira de açaí, localizado no bairro do Jurunas em Belém (figura 5) e não no Terminal Fluvial Turístico da Praça Princesa Isabel.

Figura 5 - Porto Ednaldo Macolá



Fonte: Acervo Pessoal dos Autores (2023)

Nota: Porto Ednaldo Macolá, feira de açaí, localizado no bairro do Jurunas em Belém, local muito utilizado para o transporte de pessoas e de mercadoria, além de ser utilizado para a comercialização de produtos vindos da floresta pelos moradores da ilha do Combu, como por exemplo, o açaí.

Nesse contexto a rotina é diferente, o consumo e as práticas também. No entanto, os visitantes locais constroem uma relação simbólica com o rio e com as dinâmicas construídas com os ribeirinhos, que motivam as atividades desempenhadas nessa outra parte da ilha, talvez menos turísticas e construída com mais respeito e afeto. Não que

do outro lado, mais turístico, essa relação também não aconteça, porém ela se torna mais presente a partir da visão dos visitantes que vão praticar o yoga do que os que vão em busca de um dia de lazer nos bares e restaurantes do Combu.

A figura 6 retrata a imagem que é visualizada no furo do Benedito, sem o fluxo tão constante de pessoas e de embarcações, onde se pode observar de perto a realidade ribeirinha e as dinâmicas que se desenvolvem no local.

Figura 6 - Floresta e rio na ilha do Combu



Fonte: Acervo Pessoal dos Autores (20223)

Nota: O encontro do rio com a floresta que formam e fazem parte da dinâmica local e das relações que se constroem e se reconstroem no dia a dia e ir e vir quando se tem o rio como a rua da canção composta por Paulo André Barata, segue o trecho da música: “Esse rio é minha rua. Minha e tua, mururé. Piso no peito da lua. Deito no chão da maré”.

Ao mesmo tempo em que os rios se movem, eles conseguem mover as pessoas, mesmo que paradas tomando banho ou dentro de uma canoa, ou por meio de uma conversa em que as informações se cruzam, são repassadas e se transformam, entende-se assim que “a realidade é movimento” (Bergson, [1919] 1960, p. 319).

Na cidade de Belém e nas ilhas ao seu entorno, os portos, os trapiches, e o transporte fazem parte da vida da cidade, se constituindo como um lugar de trabalho, de circulação, de informação, de troca, de mercadoria, e de outros valores simbólicos entre os que vivem nessas áreas da cidade (áreas rurais, povoados, ilhas e cidades de menor porte que a metrópole) e os que vivem na cidade (Castro; Santos, 2006).

Portanto, observar e vivenciar de perto as mobilidades turísticas por meio da pesquisa de campo possibilitou compreender algumas das tantas experiências que são desenvolvidas na ilha do Combu. Isso permite uma aproximação ainda maior das raízes ribeirinhas, permitindo olhar para além dos restaurantes e bares, olhar para as práticas diversas que são oferecidas pelos moradores locais, respeitando o rio e o seu tempo e a natureza e a sua diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o alcance do objetivo, foi empregada uma abordagem etnográfica para entender como ocorre a troca de experiências, de ideias e das realidades que fazem parte da vida Amazônica. Na ilha do Combu, iniciativas como a prática de yoga e a trilha do chocolate oportunizam experiências divergentes das ofertadas pelos bares e restaurantes, possibilitando ao visitante conhecer um pouco mais sobre a vida ribeirinha, além de proporcionar emprego e renda para os moradores locais.

Isso se contrapõe à compra e venda de espaços por pessoas que não fazem parte da ilha, construindo mais restaurantes, bares e hospedagem, contribuindo para o fluxo intenso de pessoas e de embarcações, causando erosão, produzindo mais lixo sem o descarte adequado.

Partindo das mobilidades e do seu amplo enfoque, observou-se as relações dos moradores e dos visitantes com as ilhas; as mobilidades turísticas e as suas intervenções na realidade ribeirinha.

O turismo, por sua vez, se destaca como um componente da mobilidade. Repensar o turismo a partir de suas mobilidades, considerando não apenas as práticas cotidianas de deslocamento como uma experiência construída por meio da prática do lazer, mas como uma prática social significativa, moldada pelo meio ambiente, pela cultura, pelas relações de poder e pelas relações simbólicas, pelas estruturas sociais, além das tecnologias de transporte e de informação.

Parte do pressuposto que “No marco deste novo paradigma é imperioso reconhecer e estudar as imobilidades como parte constitutiva das mobilidades, não como contrário, mas como parte constitutiva das mobilidades” (Allis, 2023, p. 189). O maior desafio durante a pesquisa foi entender que os estudos das mobilidades estão para além dos transportes, as quais perpassam pela mobilidade urbana e que o não se mover também contribui para compreender a Amazônia e a sua singularidade.

Portanto, as dinâmicas na ilha do Combu vão além do que o trabalho analisou. O exposto foi apenas uma exegese de uma pequena parte da Amazônia, muito ainda pode e deve ser observado e estudado, a partir de outros olhares e enfoques dos pesquisadores, em especial os daqui, enriquecendo ainda mais o estudo das mobilidades turísticas e contribuindo para dar voz e visibilidade para a região Amazônica, para os povos que aqui vivem e para os pesquisadores locais.

REFERÊNCIAS

Allis, T. **Em busca das mobilidades turísticas**. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.23.2, 2016, p.94–117.

Allis, T. Mobilidades e turismo. In: Panosso Netto, A.; Uvinha, R. R. (org.). **Lazer e turismo: perspectivas no âmbito da pós-graduação no Brasil**. São Paulo: Edições EACH, 2023. p. xx–yy. (Coleção desenvolvimento do turismo, 4). DOI 10.11606/9786588503447.

Allis, T., Moraes, C. M. Dos S. Sheller, M. **Revisitando as mobilidades turísticas**. RTA | ECA–USP | v. 31, n. 2, p. 271–295, maio/ago., 2020.

Bergson, H. ([1919] 1960), **Creative evolution**. Londres, Macmillan.

Castro, E. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

Castro, E; Santos, M. A. Belém de água e de portos: ação do Estado e modernização na superfície. In: **Belém de águas e ilhas**. Edna Castro, organizadora. Belém: CEJUP, 2006.

Cirilo, B. B.; Almeida, O. T de. O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu e a Experiência da Gestão Compartilhada. **Revista de Estudos Sociais**. Ano 2015. N.34. V.17.

Couto, M. H. S. H. F. do. **Qualidade de vida dos usuários do transporte fluviomarítimo na Amazônia: Acessibilidade e Políticas Públicas**. Tese (Doutorado). – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

Dergan, J. M. B. **História, Memória e Natureza:** As Comunidades Da Ilha do Combu-Belém–Pa. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará. 2006.

Gomes, F. F.; Batista, S. S. M. Relações de Trabalho e Organização da Produção: precarização e extrativismo na Ilha do Combu em Belém/PA. **V Jornada Internacional de Políticas Públicas (VJOINPP) “Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital”**. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). 2011.

Lima, M. M. **A ribeira & a orla:** espacialidades e territorialidades urbanas ribeirinhas em uma cidade amazônica em transformação. Dissertação (mestrado em geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2013.

Magnani, J. G. C. De Perto e de dentro: Notas Para Uma Etnografia Urbana. **REVISTA Brasileira De Ciências Sociais – RBCS**. Vol. 17 no 49 junho/2002.

Matta, R. A. A. **Espacialidade e sustentabilidade na Ilha do Combu:** um olhar sobre a interface urbano-insular como forma de contribuir para a conservação do espaço na construção da sustentabilidade local. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

Oliveira, J. A. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000.

Peirano, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377–391, jul./dez. 2014.

Rodrigues, Á. F. A. C. Consumo na e da natureza: políticas ambientais e práticas de turismo na ilha do Combu. **Paper do NAEA**. Volume 28, Nº 3 (453). 2019.

Sheller, M; Urry, J (orgs.). **Tourism mobilities**: places to play, places in play. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2004.

Urry, J. **Mobilities**. London: Polity, 2007.

COP 30 e saúde digital no SUS: relações e potencialidades de impactos positivos para populações tradicionais do estado do Pará

INTRODUÇÃO

A equidade, no Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil, é um princípio fundamental que visa garantir que todos os cidadãos tenham acesso igualitário aos serviços de saúde, independentemente de sua situação socioeconômica, raça, gênero ou localização geográfica. Este princípio é, nos termos de Rodrigues, Simonian e Pedroso (2023), particularmente importante em um país marcado por grandes desigualdades sociais e regionais, onde as populações mais vulneráveis, frequentemente, enfrentam dificuldades significativas para acessar cuidados de saúde com qualidade.

O SUS visa mitigar essas desigualdades, através da

Rosiane Pinheiro Rodrigues

Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (UFPA); docente da Universidade do Estado do Pará (UEPA). *E-mail:* rosiuepa@gmail.com.

Ligia T. Lopes Simonian

Ph. D. em Antropologia pela City University of New York (CUNY) e com Pós-Doc, na mesma Universidade. Professora Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA) com atuação no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). *E-mail:* simonianl@gmail.com.

Alder Mourão de Sousa

Doutor em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Professor Assistente I do Departamento de Saúde Comunitária da Universidade do Estado do Pará (UEPA). *E-mail:* alder.sousa@uepa.br.

Thayse Moraes de Moraes

Doutora em Doenças Tropicais pelo Núcleo de Medicina Tropical (NMT) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora Auxiliar I do Departamento de Saúde Comunitária da Universidade do Estado do Pará (UEPA). *E-mail:* thayse.moraes@uepa.br.

Ana Caroline Brito dos Santos

Acadêmica do Curso de Graduação em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Pará. *E-mail:* britosantoscaraol25@gmail.com.

distribuição justa e proporcional de recursos e serviços, assegurando que as necessidades específicas de cada grupo populacional sejam atendidas adequadamente (Brasil, 2023a). Todavia, para Rodrigues (2017), há um grande desafio junto às populações tradicionais, sejam indígenas, remanescentes quilombolas, ribeirinhos etc., para ofertar ações e serviços em saúde equânimes e resolutivos em tempo oportuno.

Assim, surge a Política Nacional de Atenção Especializada, pactuada por meio da Portaria GM/MS nº 1.604, de 18 de outubro de 2023 (Brasil, 2023b). Primeira política tripartite no âmbito do Ministério da Saúde (MS). Construída em consonância a uma pesquisa cartográfica, realizada em âmbito nacional, em diferentes cidades e regiões de saúde dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. O intuito da referida pesquisa foi diagnosticar as necessidades e prospectar experiências exitosas de cada território para que a implementação da PNAES ocorra pautada nas necessidades de saúde, a fim de preencher os vazios assistenciais existentes em cada estado.

No caso do estado do Pará, existe um cenário complexo e desafiador no que diz respeito ao financiamento da saúde, evidenciando uma carência persistente de recursos frente às numerosas demandas, o que agrava a cronicidade de doenças e influencia um número significativo de indivíduos a buscar serviços de maior complexidade fora de sua área de residência.

Historicamente, a Atenção Especializada (AE) carece de um debate técnico, normativo e equânime que consiga alcançar o equilíbrio na oferta e demanda das necessidades de saúde frente aos diversos “Parás” existente neste estado brasileiro. Nesse sentido, trata-se de regiões de saúde com diferentes valores referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), acesso, acessibilidade e diversidades populacionais e

geográficas, bem como os desafios enfrentados pelos gestores, usuários e trabalhadores do SUS.

Nesse cenário, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), que será sediada em Belém, em novembro de 2025, terá um papel fundamental somado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Entre os ODS (ONU, 2024) estão o 3º objetivo, que visa “[...] assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades”; e o 10º objetivo, com o intuito de “reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”.

Os 17 ODS lançados pela ONU, em 2015, são objetivos assumidos para diminuir as desigualdades, proteger o meio ambiente, o clima, garantir qualidade de vida, entre outros. No Brasil, esses objetivos se voltam também aos cidadãos que vivem na Amazônia. Esse aspecto tem provocado um movimento enorme para a Amazônia e para o Estado do Pará, com investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) em infraestrutura, na saúde e no turismo.

Considera-se que esses investimentos impactarão positivamente nos determinantes sociais de saúde no âmbito local. Ademais, é relevante mencionar que está previsto também, como prioridades no Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 (Brasil, 2024a), do governo federal, a redução das desigualdades, a atenção especializada na saúde e o combate ao desmatamento e enfrentamento de emergência climática e como agenda transversal estão os povos indígenas, a igualdade racial e o meio ambiente.

Ao considerarem-se os elementos descritos anteriormente, este texto tem o objetivo de relacionar a nova Política de Saúde digital com a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde, no contexto Amazônico, especificamente no estado do Pará, no âmbito do movimento desencadeado pela COP 30.

A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE COMO COORDENADORA DA SAÚDE AOS POVOS TRADICIONAIS

A Atenção Primária à Saúde (APS) – chamada de Atenção Básica no âmbito do SUS – é o nível de atenção à saúde que, no Brasil, possui uma política nacional que tem uma história consolidada. Esta política existe desde a primeira publicação da Política Nacional da Atenção Básica (PNAB) em 2006, revisada em 2011 e 2017 (Melo *et al.*, 2018), quando agregou pela primeira vez as especificidades das populações tradicionais, incluindo as Unidades Básicas de Saúde (UBS) fluviais, as Estratégias Saúde da Família (ESF) ribeirinhas e quilombolas no modelo assistencial da atenção primária.

Todavia, existe ainda um vazio assistencial na Amazônia, pois a “[...] desigualdade regional se reproduz em todas as políticas e condutas públicas [...]. Há uma prática social generalizada que aceita, garante e reflete a colonização interna do Norte pelo Sul”, segundo Vasconcelos (2020, p. 36), o que corrobora para um financiamento não equânime da saúde.

Esses acréscimos conforme Rodrigues (2024) destacam o processo de aperfeiçoamento dessa política para atender às necessidades das populações tradicionais, por compreender através da epidemiologia da Amazônia, que existem condicionantes e determinantes sociais de saúde que interferem diretamente no processo de saúde-doença-cuidado dos povos das águas e das florestas. Atrelada a essa determinação social está presente o entendimento de Loureiro (2023a, p. 228), a saber, “[...] a violação aos direitos dos pobres e das minorias étnicas, que são grupos sociais sabidamente hipossuficientes ante os grupos econômicos e o Estado”.

Todavia, para Loureiro (2023a) esse tipo de desenvolvimento capitalista não protege as minorias, seus direitos humanos e a natureza, nesse sentido, torna-se necessário somar “saberes e esforços, aliar vontades e, respeitando as diferenças, construir um futuro comum, onde haja lugar para todos” (Brasil, 2023a, p. 228). Por sua vez, A PNAB sofreu atualizações diversas no ano de 2020 e nesse período ocorreu também, ênfase na melhoria do acesso e da qualidade dos serviços, promovendo um cuidado contínuo e integral à população, onde um dos principais componentes dessa política foi o Programa Saúde na Hora (Brasil, 2020), que visa ampliar o horário de funcionamento das Unidades de Saúde da Família (USF).

O objetivo do Programa Saúde na Hora é aumentar o acesso da população aos serviços de saúde, oferecendo atendimento em horários mais flexíveis, incluindo à noite e aos fins de semana (Brasil, 2020). Assim se consolidou no âmbito normativo, técnico, político e acadêmico, porém ainda existem desafios de acesso e acessibilidade desde muito tempo destacados por Confalonieri (1989), como os imensos vazios assistenciais existentes nas redes de atenção à saúde, sobretudo na atenção especializada, mesmo com o incremento que trouxe o Programa Mais Médicos para o Brasil, em 2013.

Nessa perspectiva, a implementação da atenção especializada ambulatorial mostra-se como um ‘gargalo’ na construção do SUS (Tesser, 2017). Aliás, o fato mencionado acima está correlacionado ao número de médicos que atuam na Região Norte, cerca de 1,18/1.000 habitantes. Veja-se o:

Quadro 1 – Número de médicos em relação ao número de habitantes do Pará

- o estado do Pará possui o menor quantitativo de cardiologistas, oftalmologistas, nefrologistas, traumatologistas, quando comparado às Regiões Sul e Sudeste do Brasil;
- o menor número de profissionais especialistas, o menor número de estabelecimentos especializados cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);
- e como se depreende de Brasil (2024b), além das distâncias percorridas pelos usuários das 12 regiões de saúde até a região Metropolitana I, onde encontram-se concentrados os estabelecimentos de média e alta complexidade e os profissionais especialistas.

Fonte: Adaptação de Tesser, 2017.

Nesse contexto, com a implantação da AE, se pretende contribuir para o fortalecimento do SUS. Neste ponto é de se ressaltar os princípios, as diretrizes e os apontamentos principais que devem ser trabalhados nesta política e como a organização da rede necessita ocorrer a partir da mudança no modelo de financiamento do SUS (Brasil, 2024c). E isso quanto à implementação da saúde digital, na territorialização e regionalização em saúde, na qualificação da contratualização com a rede complementar, na formação e provimento de especialistas para o cuidado integral e contínuo.

Tudo isso reconfigura pensar como os aspectos da saúde digital em consonância com o financiamento da PNAES e da COP 30 podem gerar mudanças e impactos nas necessidades de saúde das populações tradicionais do Pará. Ademais, há uma necessidade de fortalecer a APS como porta de entrada e coordenadora do cuidado dentro desse

processo de organização de rede de atenção à saúde, sobretudo junto às populações indígenas, remanescentes quilombolas e ribeirinhos, pois enfrentam maiores fragilidades no processo do acesso à saúde.

De acordo com Loureiro (2023b, p. 43), essas fragilidades são permeadas de problemas sociais e a “[...] tecnologia precisa mudar e os erros de gestão precisam ser corrigidos [...]” para melhorar a qualidade de vida dessas populações. E isso quanto às UBS, com equipes incompletas até vieses na acessibilidade aos centros de especialidade, devido essas populações ocuparem territórios remotos e com baixa densidade demográfica. Além disso, a PNAES pretende induzir um modelo de financiamento que favoreça a cooperação entre gestores no processo de regionalização, que fortaleça a discussão da regionalização, o Planejamento Regional Integrado (PRI) e promova a gestão do cuidado de modo mais equânime.

A ATENÇÃO ESPECIALIZADA NA AMAZÔNIA E NO PARÁ

Alguns avanços já podem ser identificados no âmbito da AE, principalmente, no âmbito do Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas (PNRF), instituído por meio da Portaria GM/MS nº 90, de 3 de fevereiro de 2023, com o objetivo de ampliar a realização de cirurgias eletivas, exames e consultas especializadas. Com isso, o governo investiu um aporte de 200 milhões de Reais em recursos para execução do programa.

O Ministério da Saúde publicou o Programa Mais Acesso a Especialistas (PNAES) por meio da portaria 1.640 em outubro de 2023. Em seguida, são formuladas as orientações em relação AE ambulatorial,

que surgem após três décadas de SUS, o que é também uma das fragilidades do sistema, a modalidade de pagamento por procedimento, ou seja, por produção. Além das filas de regulação sem a gestão do cuidado e ausência de garantia de acesso a exames e procedimentos de média e alta complexidade devido ao vazio assistencial, fazendo esse cidadão, que possui direitos, ‘peregrinar’ em busca de acesso à saúde.

O PMAE ou programa de expansão e qualificação da atenção ambulatorial especializada que foi pactuado de modo tripartite instituído com a Portaria GM/MS Nº 3.492, de 8 de abril de 2024 é fruto de desdobramento da PNAES (Brasil, 2024b), e justamente para dar encaminhamento sobre uma das diretrizes da AE muito importante que diz respeito às consultas especializadas e aos exames, como aporte à atenção ambulatorial especializada.

A partir desse programa foi publicada uma portaria para operacionalização da PNAES, a Portaria SAES/MS nº 1640, de 7 de maio de 2024, que dispõe sobre a operacionalização do Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Conforme Brasil (2024a), essas duas portarias surgiram dos desdobramentos da PNAES, com o objetivo de proporcionar concretude aos princípios e diretrizes que a política apresentou no decorrer de sua formulação.

A questão principal do programa de acesso à especialista é a comunicação que este pretende manter com o processo de regulação, com a gestão das filas, que são grandes, demoradas e ocasionam consequências para os usuários, assim como os desafios para os gestores em nível local, sobretudo, no que diz respeito ao modelo de financiamento.

E com a implantação da PNAES, passa-se a ofertar para o SUS um modelo de financiamento diferente do qual se utiliza hoje, modelo

de pagamento por procedimento, que tende a garantir ofertas de cuidados integrados, uma espécie de ‘pacotes de cuidados’ que envolvem procedimentos, consultas e exames. São cuidados integrados garantidos por etapas da linha de cuidado, ou seja, ao invés de remunerar por procedimentos específicos, tudo será pago pelo pacote de cuidado.

Exemplar nessa direção, como se depreende de Oliveira e Rodrigues (2024), quando o prestador – seja público ou privado – realizar um exame, este deverá devolver para APS, não somente o resultado, mas o problema solucionado, seja com desfecho do diagnóstico ou a descarte da suspeita, cumprindo desse modo a etapa do cuidado. Em síntese, muda-se a lógica da organização do cuidado, a gestão das filas e as organizações dos contratos com a rede complementar.

Isso para abarcar todas as etapas que o cuidado exige, e consequentemente, devolver os desfechos do tratamento oferecido aos pacientes. Essa é uma lógica que como se depreende de Brasil (2011) garante o acesso de maneira mais oportuna, em que se pretende acompanhar o paciente no caminhar da rede, observando o itinerário terapêutico que o usuário fará nos diferentes níveis de cuidado.

A SAÚDE DIGITAL E SUAS FORTALEZAS PARA IMPLANTAÇÃO DA PNAES NA AMAZÔNIA E NO PARÁ

A PNAES é um possível caminho para a implementação das estratégias de matriciamento na rede de atenção à saúde. Como posto por Longo (2019), o matriciamento se destaca por ser uma das principais vias de otimização do fluxo do cuidado, como o sistema de saúde organiza-se de modo poliárquico, a comunicação entre os níveis de cuidado precisa acontecer de modo regular e dinâmico.

A proposta do matriciamento na APS é oferecer ações que integrem os diversos saberes com ações mais abrangentes e cuidados compartilhados, isso significa o envolvimento dos atores assistenciais e programas ofertados pelo SUS, evitando encaminhamentos desnecessários que conforme Longo (2019), contribuem para precariedade dos centros de regulação. A agenda tripartite com gestores, trabalhadores e controle social pode ajudar a resolver esses problemas através da governança e participação popular.

De fato, a política oferece apontamentos, como a formação e provimento de profissionais e um modelo de regulação eficiente, que precisa ser qualificado no Pará, principalmente nas regiões do Marajó, Baixo Amazonas e Tocantins. Assim como, se depreende da experiência da prática de telessaúde na UFPA (Oliveira; Rodrigues, 2024), discutem-se a inovação e a tecnologia disponíveis para a telessaúde, consulta assistida e tele exames.

Esses são desafios a serem superados nessas regiões do Pará com maiores vazios assistenciais e fragilidades nas linhas de cuidado prioritárias para o MS, pois há uma forte dificuldade no provimento e fixação de profissionais nesses territórios da Amazônia, segundo Brasil (2023b), sobretudo nas localidades onde encontram-se os povos tradicionais pelo difícil acesso e acessibilidade à saúde.

De acordo com Brasil (2024e), a COP 30 apresenta uma possibilidade de mudança e investimento nesses territórios a partir da saúde digital e novos parâmetros para habilitação de serviços nessas regiões, que por três décadas não estavam incluídos nos parâmetros populacionais das portarias do Ministério da Saúde, ou seja, a exclusão fomentada pelo próprio Estado, dissociada do princípio da equidade do SUS.

O termo Saúde Digital possui diversas definições, mas todas compartilham um objetivo comum: promover o uso seguro das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para melhorar a qualidade de vida e a cidadania dos indivíduos. A incorporação das tecnologias digitais na saúde tem se expandido, trazendo inúmeros impactos positivos no cuidado, no processo de trabalho e nos ambientes de ensino e pesquisa.

Para Roberto, Costa e Puga (2019), entre os principais benefícios estão a qualificação profissional, a flexibilidade no modelo de cuidado, a facilitação do acesso aos serviços e a interoperabilidade entre sistemas, que quando associados, têm um forte potencial de aprimorar o gerenciamento e a qualidade do cuidado.

A saúde digital surgiu como uma tendência para enfrentar os desafios dos sistemas de saúde e ganhou força durante a pandemia de Covid-19, utilizando tecnologias relacionadas à saúde para combater a crise sanitária, sendo aliados em estados como o Pará, por exemplo, que possui especificidades territoriais, “continentais” e desafiadoras para o processo de cobertura assistencial especializada.

A proposta do programa é a oferta de serviços de teleinterconsulta, telediagnóstico e tele-educação à distância em diversas especialidades como o mínimo possível de recursos físicos e sem que o usuário precise sair do seu município (Brasil, 2023b). Isso contribui também nas questões do transporte sanitário sinalizado pela PNAES, já que atualmente esse transporte é reflexo de um serviço fragmentado, desorganizado e não regionalizado, que por sua vez dificulta o acesso do indivíduo.

SAÚDE DIGITAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA AMAZÔNIA E NO PARÁ

A política mencionada acima pretende aproximar a população da Amazônia aos serviços de saúde, por meio das consultas assistidas, qualificação e formação de profissionais que estão à distância. Essa iniciativa é uma parceria do Ministério da Saúde com instituições de ensino superior da capital paraense e permite a adesão dos municípios. A saúde digital é um caminho complementar que pode ser muito promissor para a região amazônica e no estado do Pará.

No entanto, além das longas distâncias, a baixa densidade demográfica, a falta de conectividade e de estrutura digital nos locais mais longínquos são imensos desafios à consolidação de programas e ações que visem se consolidar de modo remoto essa estratégia de saúde digital. Esses desafios aumentam em territórios como o do Marajó e o do Oeste do Pará. Tais fatores, só podem ser superados com a forte indução estatal e com a consolidação de políticas sociais e econômicas que superem os desafios regionais.

O Marajó é um arquipélago que se divide em duas regiões de saúde, a partir do processo de regionalização posto pelo Decreto nº 7.508/2011. Essas duas, o Marajó I e o Marajó II, regiões que compreendem 16 municípios com aproximadamente 330 mil habitantes. Conta com apenas cinco leitos de UTI para essa população. Esses territórios não se comunicam de modo terrestre. Nessas regiões, a mobilidade é feita, majoritariamente, por meio de barcos e lanchas. As duas cidades melhor estruturadas são Soure e Breves. Nesta última, encontra-se o Hospital Regional do Marajó.

Esse Hospital é base para atenção especializada no Marajó II. E oferece atendimento das especialidades médicas: oftalmologia, pediatria, ortopedia e neurologia. Todavia, a depender do local de residência, chega a ser distante cerca de seis, 12, 14, 16 e 24 horas para os usuários. Para tentar minimizar essas distâncias, torna-se relevante ressaltar a experiência a partir da Universidade Federal do Pará (Núcleos, 2022; Telessaúde Pará, 2024) que começa a interagir com tele consultas com a rede de especialistas do Hospital Regional de Breves.

Os especialistas que são contratados pelo projeto ou fazem parte do Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Pará, dialogam com seus colegas que estão no Hospital Regional realizando consultas *on-line* nessas especialidades e possibilitando a segunda-opinião com a finalidade de aprimoramento de diagnósticos, entre outras iniciativas. Além do que, de modo concomitante se pode citar a experiência com o Hospital de Belo Horizonte. Ambas as iniciativas têm ajudado a diminuir a demanda por consultas especializadas dos usuários dessa região. Vale ressaltar que no ano de 2023, o governo federal lançou a infovia 01, que levará internet banda larga de alta velocidade para o Norte do país.

A cerimônia ocorreu no campus Tapajós da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em Santarém, no Pará. O evento contou com a participação do presidente Lula e de uma comitiva de ministros e autoridades, entre eles o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, e o presidente da Telebrás, Fred Siqueira Filho. O trecho dessa infovia 01 possui um cabo de fibra óptica implantado no leito dos rios amazônicos com 1.100 quilômetros de extensão e vai beneficiar, de acordo com a Agência Brasil (2023b), com internet banda larga três milhões de pessoas em 11 municípios entre Santarém e Manaus.

O projeto permite levar conectividade às cidades de Curuá, Óbidos, Oriximiná, Juruti e Terra Santa, no Pará, além de Parintins, Urucurituba, Itacoatiara e Autazes, no Amazonas, e faz parte do Programa Norte Conectado, que contará com parceria da Telebras. Atualmente essa infovia está conectada ao estado do Amapá (Agência Brasil, 2023). Ademais, a saúde digital pode se beneficiar fortemente dessa estratégia, pois com a informatização de todos os municípios previstos nesse projeto, este ambiente será propício para a implantação de teleconsulta, telediagnóstico, teleconsultoria, com possibilidade de estruturação tanto nas áreas de educação permanente como na de atenção à saúde.

Por fim, todas essas experiências e estratégias se coordenadas e incentivadas de modo sistêmico, podem contribuir efetivamente para garantir atenção mais eficiente, eficaz e efetiva aos usuários da região Amazônica e do Pará. E isso com forte impacto na sustentabilidade ambiental e na saúde das suas populações indígenas, remanescentes quilombolas e ribeirinhas.

O MOVIMENTO DA COP 30 VERSUS PNAES NA IMPLEMENTAÇÃO DA SAÚDE DIGITAL NO PARÁ

A COP 30 vem desencadeando um movimento de agendas de planejamento, implantação e habilitação de serviço no estado do Pará a fim de garantir entre os ODS, os objetivos 3 e 10. Nessa perspectiva, a Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (SESPA), o Conselho Estadual de Secretarias Municipais de Saúde do Pará (COSEMS/PA), representantes da SESMA/Belém e técnicos da SEIDIG/MS e responsáveis pelo TELESSAÚDE/UFPA iniciaram uma discussão

para avaliar o panorama do telessaúde no estado. Na reunião ocorrida no dia 18/10/2023 (Agência Brasil, 2023a, b) tratou-se da apresentação de um projeto acerca da linha de cuidado para cardiologia¹.

A proposta apresentada pela representante do TELESSAÚDE/UFPA/EBSEH foi baseada nos indicadores da APS do Pará e sobre o número baixo de adesão dos municípios na contratualização e adesão ao programa (Oliveira; Rodrigues, 2024). Versou também, sobre a desarticulação da Rede de Atenção à Saúde (RAS) e sobre a alta utilização de Tratamento Fora do Domicílio (TFD). Apresentou gráficos dos percentuais de especialistas e generalistas por região de saúde do Pará e os vazios assistenciais em cardiologia, oftalmologia, anesthesiologia, dermatologia, ortopedia, obstetrícia e psiquiatria.

Ainda, a representante já referida ratificou a inexistência de protocolos pactuados de referência e contrarreferência na RAS e a insuficiência de resolutividade no apoio diagnóstico da APS, finalizando essa primeira fala com a afirmativa que apenas dois municípios haviam pactuado e aderido ao ECG digital com a UFPA. Este diagnóstico apresentado pela UFPA foi para embasar a necessidade de implantar protocolos de tele consultoria e referência via central de regulação, com fluxos para diagnóstico como já acontece na dermatologia, ECG e raio X. Tudo isso, reverbera uma deficiência na coordenadoria do estado para fomentar a adesão dos municípios e promover cooperação técnica para implantação do programa.

Nos dias 09 e 10 de maio de 2024 ocorreu o Workshop da Saúde Digital e Telessaúde, no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) da Universidade do Estado do Pará (UEPA), com a pauta de

¹ Isso porque havia uma fila de espera com mais de 3 mil casos para essa especialidade.

atendimento às demandas de evento ‘30ª Conferência da ONU sobre mudanças Climáticas’. Esse evento foi articulado pela SEIDIGI do Ministério da Saúde, articulado com a SESPA, COSEMS, UEPA e UFPA. Nesse evento, ocorreu o primeiro atendimento de teleconsulta de 2024 para moradores da Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Boa Vista (ACRQBV) em Oriximiná, no Pará.

A equipe de saúde com lideranças da comunidade participou de um teste com um médico neurologista do CCBS/UEPA, sem precisar sair de sua comunidade, com o objetivo de demonstrar como ocorreria todo o processo com auxílio da saúde digital e sem sair do território quilombola. Houve toda explicação para essa equipe que compõe a APS em Oriximiná e o papel dessa equipe para a continuidade do cuidado. Também, foi apresentada por Brasil (2024d), a perspectiva de realizar essa teleconsulta com especialista no próprio domicílio do usuário quilombola.

Vale mencionar que em maio, seis pacientes, incluindo adultos que sofreram acidente vascular encefálico (AVE) e crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou outras deficiências, foram atendidos. Todos são moradores da comunidade do Quilombo Boa Vista, localizada na zona rural de Oriximiná, no Baixo Amazonas, às margens do rio Trombetas. Com mais de 200 anos de existência, Boa Vista é o primeiro quilombo com título de terra no Brasil e abriga mais de 420 famílias (Correio da Manhã, 2024), que frequentemente enfrentam barreiras significativas²

² De acordo com Castro (2019, p. 180), apesar da comunidade remanescente quilombola estar a 250 metros do porto de Trombetas, em Oriximiná, o acesso ao distrito ou cidade de Porto Trombetas é um exemplo de exclusão, pois se apresenta isolada, estruturada e organizada para atender os trabalhadores do projeto, mesmo possuindo infraestrutura de qualidade

no acesso a serviços de saúde devido à sua localização geográfica e recursos limitados.

O fluxograma de atendimento nos municípios ocorre através da demanda reprimidas da regulação, ou seja, escassez de médicos especialistas na região. Desse modo, essa demanda passa por uma triagem da enfermagem com intuito de verificar a necessidade do encaminhamento ou para o atendimento generalista ou para o atendimento com especialista (telemedicina). Uma vez encaminhado para telemedicina, a equipe do projeto, composta por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, fisioterapeuta, técnicos em informática e discentes da graduação (medicina, enfermagem e fisioterapia), realizam a teleconsulta em clínica geral, psiquiatria, neurologia, ortopedia, cardiologia e dermatologia.

Os pontos de atendimento nos municípios são consultórios equipados com computadores, câmeras, *headset* e/ou caixa de som, TV e acesso à internet, havendo a necessidade de pelo menos um médico e um enfermeiro para acompanhar as consultas nas comunidades, isso a depender da natureza da demanda. Para esses primeiros atendimentos houve o envolvimento da equipe de saúde e líderes comunitários da comunidade Boa Vista para identificar as principais necessidades de saúde e garantir a aceitação e participação da população.

Paralelamente às consultas, são realizadas webpalestras abordando temas pertinentes para diagnósticos de saúde. São iniciativas que têm por intuito capacitar os profissionais de saúde no momento de emitir

para assistir esse território. Difere da realidade da comunidade, que não possui infraestrutura mínima como água encanada. Em verdade, a única ligação entre esses dois universos são os remanescentes quilombolas que trabalham em serviços e cargos secundários na própria MRN.

diagnóstico, encaminhamentos, mas especificamente para o trabalho em equipe multidisciplinar. O material é disponibilizado gratuitamente em plataforma digital, conforme afirma o coordenador do Telessaúde da UEPA.

Por meio dessa experiência, fica evidente como a telemedicina pode trazer acesso e agilidade nos atendimentos de saúde, além de conforto e praticidade para moradores de regiões mais remotas. Além disso, demonstra como a tecnologia tem potencial para agregar na ampliação do acesso à saúde e proporcionar um sistema de saúde mais inclusivo e eficiente.

A COP 30 E INSIGHTS PARA A AMAZÔNIA E O PARÁ

Os princípios orientadores para a transformação digital da saúde se concentram em quatro áreas essenciais de um sistema de saúde sustentável: humana, social, econômica e ambiental, pressupostos fundamentais para a COP 30. Nesse sentido, de modo mais específico, a criação da capacidade local em ativos digitais de Saúde Pública e o desenvolvimento profissional contínuo dos recursos humanos locais faz-se necessário.

Ademais, novas habilidades serão desenvolvidas pelas equipes de saúde e também de fomentar a sociedade para maximizar o uso dessas ferramentas digitais. Contudo e segundo a PAHO (2021), na área da informática em saúde, ainda faltam objetivos compartilhados e uma linguagem universal, além da interoperabilidade entre os diversos sistemas de informação que existem na saúde.

O direito ao desenvolvimento sustentável possui diversas dimensões, pois envolve a necessidade de várias instâncias desenvolvimento, conforme o Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 - As instâncias desenvolvimento

- social (não se admite um progresso que exclua partes da sociedade);
- econômico (busca o equilíbrio entre eficiência e equidade, ou seja, a justa distribuição dos benefícios e custos, tanto diretos quanto indiretos);
- ambiental (assegurar o direito das gerações atuais ao meio ambiente equilibrado, sem comprometer as futuras);
- ético (promover o bem-estar tanto material quanto imaterial, individual e coletivo);
- jurídico-político (relacionado à proteção do direito ao futuro);
- com o objetivo de garantir condições que favoreçam o bem-estar das gerações presentes e futuras.

Fonte: Adaptado de Freitas (2012).

Nesse cenário, alcançar a equidade, sustentabilidade social e temporal exige uma formação abrangente nas áreas econômica, social e ecológica. É fundamental estabelecer uma estrutura que reavalie a produção, distribuição e consumo de riquezas. A erradicação da fome e da miséria, que afeta uma parcela significativa da população mundial, depende da criação de uma nova economia, novas tecnologias, novos modos de utilização dos recursos naturais, novas relações de trabalho e novos modelos de propriedade (Radicchi; Lemos, 2009), pois, ao conceito ampliado de saúde também depende de outras políticas setoriais para a Determinação Social de Saúde (DSS).

Nessa conjuntura, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, terá sua 30ª edição, pela primeira vez na Amazônia. Este é um momento oportuno para discutir sobre a melhoria das condições de saúde dos povos tradicionais, frequentemente

vulneráveis e historicamente marginalizados com a presença desses povos que vivem e sobrevivem na Amazônia. Uma vez que a COP, frequentemente, resulta em compromissos financeiros e programas de apoio, que nesse contexto, configura-se como oportunidade para fomentar o reconhecimento e valorização de práticas e programas de saúde que são benéficos e sustentáveis.

A COP pode estimular a pesquisa e a inovação em práticas de saúde para o desenvolvimento de novas abordagens de cuidado integral para populações em áreas remotas, que atendam às necessidades territoriais. Além disso, pode incentivar a implementação e formulação de políticas integradas que abordem a saúde dos povos tradicionais de maneira holística, considerando fatores ambientais, sociais e econômicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas neste texto pontuam expectativas e possibilidades de enfrentamento para alguns dos problemas atuais e historicamente vivenciados pela população paraense, principalmente, ribeirinhos, indígenas e remanescentes de quilombos, residem em regiões de saúde distantes da Região Metropolitana de Belém.

O avanço da saúde digital, com oferta de serviços através de telessaúde, consulta assistida ou tele exames tem potencial para melhorar o acesso e acessibilidade de usuários do SUS que residem em regiões de saúde com vazios assistenciais do estado do Pará; há muito já conhecidos e destacados pela pesquisa cartográfica realizada no âmbito da implantação da PNAES.

À implementação da PNAES e de outras políticas, como a PNRF e PMAE, somam-se às iniciativas de eliminar as fragilidades no acesso

aos serviços de saúde na APS, mas nos demais níveis de atenção também. Iniciativas voltadas ao fortalecimento do SUS e da gestão do cuidado, desenvolvidas com intenção de impactar positivamente nas RAS, linhas de cuidado, matriciamento das equipes de saúde para alcançar o cuidado integral e contido dos usuários do sistema.

De certo modo, essas barreiras podem estar relacionadas aos desafios em compreender um objeto que – devido à integração de conhecimentos e práticas dos campos da informação e da informática – tem se tornado mais complexo e exige estruturas de pesquisa multidisciplinar mais robustas, que ainda são pouco exploradas na área da Saúde Coletiva.

A visualização do futuro breve para o estado do Pará tem na COP 30 e em seus compromissos financeiros e programas de apoio, a oportunidade de desenvolver melhorias nas áreas econômica, social, ecológica e de saúde. Com possibilidade de reduzir desigualdades, melhorar a estrutura digital em municípios do interior do Pará, oportunizando assim a utilização da telemedicina como uma possibilidade de oferecer serviços de saúde equânime e de qualidade à população paraense.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Núcleos Telessaúde**. 2023a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KjXrFssTdpw>.

AGÊNCIA BRASIL. **Internet Banda Larga**: Lula Inaugura Infovia em Santarém (PA). 2023b. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/pesquisa-e-inovacao/audio/2023-08/internet-banda-larga-lula-inaugura-infovia-em-santarem-pa>.

BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. **Diário Oficial** [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. Ed. 123, Seção 1, p. 1. 29 jun. 2011.

BRASIL. Lei Nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Saúde na Hora**, 2020. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/saudenahora>. Acesso em: 30 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Princípios e Diretrizes do SUS**. 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/principios-e-diretrizes-do-sus>

BRASIL, Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 1.604, de 18 de outubro de 2023. Institui a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES), no âmbito do Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**. Brasília–DF, 20 out. 2023b.

BRASIL. Lei Nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027. **Diário Oficial da União**, Brasília–DF, 2024a.

BRASIL, Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 3.492, de 08 de abril de 2024. Institui o Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília–DF, 11 abr. 2024b.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretária de Atenção Especializada à Saúde. Portaria Nº 1.640, de 07 de maio de 2024. Dispõe sobre a operacionalização do Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília–DF, 08 maio 2024c.

BRASIL. Ministério da Saúde. SEIDIGI. Workshop da Saúde Digital e Telessaúde. **Atendimento às demandas do evento em massa da 30ª Conferência da ONU sobre mudanças climáticas (COP 30)**. Belém–PA: Universidade do Estado do Pará. 09 e 10 maio 2024d.

BRASIL. Planalto. **Rumo à COP-30**. 2024e. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/cop28/cop-30-no-brasil>. Acesso em: 02 jun. 2024e.

CASTRO, N. J. C. **Medicina e desenvolvimento regional**: registros e reflexões a partir da Princesa do Trombetas. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2019.

CONFALONIERI, Ulisses. E. C. O Sistema Único de Saúde e as Populações Indígenas: por uma Integração Diferenciada. **Cad. Saúde Pública**, v. 5, n. 4, p. 441–450, 1989. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1989000400008>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CORREIO DA MANHÃ. Quilombolas têm acesso a teleconsulta no Pará. **Correio da Manhã** [online], 04 de junho de 2024. Notícias. Disponível em: <https://www.correiodamanha.com.br/nacional/norte/2024/06/136228-quilombolas-tem-acesso-a-teleconsulta-no-para.html>. Acesso: 28 jun. 2024.

FREITAS, J. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum; 2012.

LONGO, Márcio S. de C. **Diretriz Técnica Nº 01/2019**. Tema: Atenção Primária em Saúde e Matriciamento. Ministério Público. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1999874/20-Matricramento+da+Rede.pdf>

LOUREIRO, V. R. **Caminhos e descaminhos da Amazônia em busca do desenvolvimento**: acertos, erros e possibilidades. Vol. 1. Manaus, Editora Valer, 2023a.

LOUREIRO, V. R. **Caminhos e descaminhos da Amazônia em busca do desenvolvimento**: acertos, erros e possibilidades. Vol. 2. Manaus, Editora Valer, 2023b.

MELO, E. A. *et al.* Mudanças na Política Nacional de Atenção Básica: entre retrocessos e desafios. **Saúde Debate**, v. 42, n. 1, p. 38-51, set. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042018s103>

NÚCLEOS de Telessaúde. FIOCRUZ, 2022. Disponível em: <https://telessaude.fiocruz.br/2022/02/15/nucleos-de-telessaude/>

OLIVEIRA, P. T. R.; RODRIGUES, R. P. **Apoio à Formulação e Implementação da Política Nacional de Atenção Especializada (PNAES) no Sistema Único de Saúde (SUS) Estado do Pará**. Cartografia da Atenção Especializada no Brasil, UNIFESP. [Powerpoint slides]. 2024. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:ca8ba5fb-1321-4b3f-879d-9ae0d2bea465>. Acesso em: 30 maio 2024.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 02 jun. 2024.

PAHO. Organización Panamericana de la Salud. **Ocho principios rectores de la transformación digital del sector de la salud.** Un llamado a la acción panamericana. Washington (DC): Organización Panamericana de la Salud; 2021. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/53730>. Acesso em: 02 jun. 2024.

RADICCHI, A. L. A.; LEMOS, A. F. **Saúde ambiental.** Belo Horizonte: Nescon/UFMG, Coopmed, 2009.

ROBERTO, A. C.; COSTA, D.; PUGA, J. Tecnologia de informação e comunicação em saúde. In: NOVOA, C.; VALERIO N. A. **Fundamentos em Gestão e Informática em Saúde.** São Paulo: Universidade Federal de São Paulo; 2019. p. 11–16.

RODRIGUES, R. P. **Análise das ações e serviços voltados à saúde indígena. nos planos regionais de redes de atenção à saúde do Pará: transversalidade ou equidade?** 2017. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ambiente e Sociedade na Amazônia) – Instituto de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

RODRIGUES, R. P. **Saúde indígena no Pará e sua interface com o covid-19: planejamento, implementação e governança.** 2024. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2024.

RODRIGUES, R. P.; SIMONIAN, L. T. P.; PEDROSO, J. S. Ecodesenvolvimento e sua interface com a pandemia COVID-19: impactos ambientais e sociais da Amazônia. In:

SIMONIAN, L.T.L.; MATHIS, A.; CASTRO, F. F. (Org.). **Ciência na Amazônia: Desenvolvimento, Sustentabilidade e Diversidade em Tempos de Covid-19.** Belém: Editora do NAEA, 2023. p. 47–70.

TELESSAÚDE UFPA participa do 2º Fórum Nacional de Telessaúde, em Goiânia (GO). **Telessaúde UFPA**, 11 de abril de 2024. Disponível em: <https://telessaude.chu.ufpa.br/telessaude-ufpa-participa-do-2o-forum-nacional-de-telessaude-em-goiania/>. Acesso em: 01 jun. 2024.

TESSER, C. D. Atenção especializada ambulatorial no Sistema Único de Saúde: para superar um vazio. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 22, n. 3, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017223.18842016>. Acesso em: 28 maio 2024.

VASCONCELOS, J. **Protagonismo político e descolonialidade**. Belém-PA: Paka-Tatu, 2020.



PARTE 5
**PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO
E OUTRAS POSSIBILIDADES**

Estar no mundo e produção de conhecimento na Amazônia

INTRODUÇÃO

A escolha da cidade de Belém do Pará para a realização da 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30) foi responsável por reanimar a reificação da Amazônia, que vai contra a pluralidade existente nas diversas *Amazônias* que coexistem. Na condição pós-moderna, vivida pela sociedade do consumo, nos braços do neoliberalismo, temos o movimento de voltar-se a Amazônia pela sua crescente rentabilidade, quando associada a discursos que envolvem a nova imagem projetada sobre a região.

A reificação, ou coisificação, da Amazônia é um processo naturalizado, que ocorre desde os primeiros relatos de contato com europeus em nossas terras. Ainda

Camilla Souza Barbosa

Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA).
Mestra em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPA).

Edna Ramos de Castro

Professora Emérita da Universidade Federal do Pará (UFPA), atuando no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e no Instituto de Filosofia e Ciência Humanas (IFCH).

que séculos nos distanciem do período da conquista e colonialismo, o mundo amazônico continua sendo afetado e abordado de modo irreal, fora da realidade plural que o configura como um mundo cheio de vida, história e gente.

A ânsia de propagar as potencialidades da região amazônica pode gerar o fortalecimento do pensamento hegemônico, que por vezes enaltece a presença das suas flora e fauna como riquezas da região, mas não incluem a força das sociedades amazônidas que se mantêm com singularidades e subjetividades referentes a este mundo híbrido que é a Amazônia. O subjugamento da região amazônica é algo centenário, e perdura a partir das estruturas sociais construídas pelo colonialismo. O período da Pandemia do Covid-19 escancarou as percepções enraizadas em colonialidades, em que a região Amazônica era percebida como distante ao restante do território nacional em função de diversas questões sociais, econômicas e ambientais que eram invisibilizadas em escala nacional. Como o aumento¹ da atividade garimpeira em terras Yanomami no ano de 2021, que aumentaram em 46% em relação a 2020 (Hutukara Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2022), e a situação de abandono do Estado do Amapá quando 90% da sua população sofreu, por 22 dias, com um sistema de energia elétrica colapsado (G1 Amapá, 2021).

A invisibilidade e o subjugamento recaem na dificuldade, na apreensão da real história da Amazônia, uma vez que é secular a invenção da Amazônia, que continua sendo impulsionada e, sobretudo, interiorizada por parte da sua própria população. A colonialidade é

¹ As atividades de garimpo promoveram uma destruição de 1.038 hectares em 2021 na Terra Indígena Yanomami, totalizando 3.272ha de território destruído (Hutukara Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye kwana, 2022).

uma forma de dominação, e é este o ponto elementar que estrutura este capítulo, o entendimento do estar no mundo amazônico a partir da estrutura de poder formulada pelo colonialismo e que se atualiza por processos de colonialismo interno.

Parte do desconhecimento sobre o complexo processo histórico da Amazônia se deve pela sua história ser dominada pela narrativa dos colonizadores. Como Souza (2019, p. 25) determina que “ter uma história significa existir”, para que a invisibilidade dos problemas seja desvelada é necessário que sejamos sujeitos da nossa própria história (Freire, 2021). Este capítulo aborda as trajetórias do debate sobre a decolonialidade, em que buscamos pontuar a relevância da produção de conhecimento a partir de um posicionamento crítico à razão colonial, sobretudo enquanto pessoas que produzem conhecimento sobre a região amazônica e a partir dela.

REFLEXÃO SOBRE O PERTENCIMENTO

Falar sobre mundo amazônico é falar sobre uma dimensão que abrange a Amazônia com todas as Amazônias que existem (Porto-Gonçalves, 2001), sem propor generalizações ou essencialismos, mas uma ideia de lugar singular, multifacetado pelas Amazônias que coexistem. O pertencimento ao estar no mundo amazônico leva ao próprio reconhecimento e exaltação das pluralidades que remetem ao nosso mundo social. Como ressalta Castro, “reconhecer o plural, e singular em si mesmo, já é uma postura emancipatória” (Castro, 2018, p. 25), assim, devemos continuar com a inversão do olhar sobre a razão colonial para que possamos continuar a libertação da herança colonial e alcançar a ruptura deste passado.

A relação antagonista entre colonizador e colonizado (Ballestrin, 2013) é um estímulo que potencializa um espaço social de contrastes. Existem dimensões atingidas somente através das diferentes amplitudes geradas pelo argumento pós-colonial, para Ballestrin (2013, p. 91), a intercessão a favor do colonizado é realizada a partir do “argumento pós-colonial em toda sua amplitude histórica, temporal, geográfica e disciplinar”.

Ballestrin (2013) aborda a questão do intelectual se reconhecer como subalterno, pois ao entender a sua posição na dimensão da produção de conhecimento, seria possível transcender as epistemologias hegemônicas (Grosfoguel, 2008). Ao abordar a escrita de prefácios, Almeida (2021) fala do processo que envolve sujeito, obra e leitor como um trabalho de escrita crítico pautado pela contradição e ambivalência. Almeida é prefacista e tradutora da obra “Pode o subalterno falar?”, de Gayatri Chakravorty Spivak, em suas palavras sobre escrever e traduzir Spivak, existe a preocupação em intermediar não somente o pensamento da autora, mas toda a densidade da obra, uma referência nos estudos pós-coloniais.

A partir do processo de Almeida, a reflexão recai sobre como na pesquisa realizada na Amazônia, o movimento de intermediação (Almeida, 2021) entre sujeito-obra-leitor deve ser acrescido da particularidade do contexto do espaço amazônico, uma vez que estamos diante de processos, contradições e resistências pertencentes a este espaço.

MUNDO AMAZÔNICO

A percepção sobre o que é transmitido como inerente à região amazônica, corresponde a uma construção iniciada com as primeiras

navegações em nosso território no século XVI. De acordo com Gondim (1994), não podemos falar sobre a descoberta da Amazônia, mas da invenção da Amazônia pelos diferentes europeus que estiveram na região. Entre 1530 e 1668, numerosas expedições colonizadoras foram realizadas com o interesse em ocupar a região, além dos espanhóis e portugueses, também vieram alemães, holandeses, ingleses, irlandeses e franceses (Pizarro, 2012).

Deste modo, a Amazônia passou a ser “construída por um pensamento externo a ela” (Pizarro, 2012, p. 31). Até hoje vivenciamos os resquícios do poder colonial sobre a vida no mundo amazônico, pois desde a invasão europeia existem formas sociais inerentes à dominação colonial, estruturadas em uma ordem mundial que culminou na situação inferior não só da Amazônia no espaço-mundo, mas das sociedades e culturas da América Latina (Quijano, 1992).

O que vemos atualmente é mais um desdobramento do que foi iniciado no passado, é uma herança colonial. Bispo dos Santos (2023) explica que o ato de colonizar é como um adestramento, em que se adentra a mente da população através da desterritorialização das sociedades dominadas com o lugar em que vivem. Por lugar, entende-se não só o local de onde viemos, mas da situação em que vivenciamos em nosso cotidiano. É essa visão do estar-no-mundo amazônico que buscamos neste capítulo, é o entendimento do lugar em que fomos colocados pela razão colonial e as colonialidades que perduram.

Segundo Mignolo (2010, p. 12, *tradução nossa*), a matriz colonial do poder “é uma estrutura complexa de níveis entrelaçados”. Para ver a trama da colonialidade é preciso adotar um novo olhar sobre o passado e a história da Amazônia, com o intuito de entender a nossa voz na luta anticolonial. Ao adestrar, colonizar, há uma quebra de identidade

em decorrência da exaltação do pensamento moderno europeu, não configurando somente uma reação externalizada de subordinação à cultura europeia, mas na interiorização do imaginário (Quijano, 1992).

Nesse adestramento, o indivíduo é tirado da sua cosmologia (Bispo dos Santos, 2023), o colonizado é adestrado em seu interior, com o seu imaginário sendo colonizado, não há mais espaço para os seus sagrados, modos de vida e saberes. O novo padrão de poder mundial instituído pelo colonialismo europeu atuou na estruturação de um espaço social marcado por relações de dominação (Quijano, 2015). A lógica colonial não somente aniquilou as vidas dos colonizados, mas tudo o que os seus descendentes poderiam almejar.

A brutalidade do colonialismo moldou “sociedades esvaziadas de si mesmas” (Césaire, 2020, p. 24), de acordo com Quijano (1992), a América é a constituição do primeiro espaço/tempo do novo padrão de poder determinado pelo capitalismo colonial/moderno em escala global. O eurocentrismo e a ideia de raça fundamentam esse padrão de poder alinhado à noção de modernidade em um esforço da razão para forjar o entendimento da superioridade da Europa sobre as outras culturas (Dussel, 2005).

O subjugamento da região amazônica é algo centenário, e perdura a partir das estruturas sociais construídas pela colonização que contribuem na invisibilização de questões sociais, econômicas e ambientais. O mundo amazônico é extremamente afetado pelo passado colonial, devido ao poder do colonizador que construiu um horizonte de sentido, fomentando uma diversidade de imaginários e narrativas sobre a Amazônia.

Na perspectiva da modernidade, a Europa é o centro da História Mundial, Dussel (2005) explica que, de modo empírico, a História

Mundial passou a existir em 1492, com o movimento das Grandes Navegações que datou o início do “Sistema-mundo”. Com a Europa sendo a propulsora do mundo moderno, os seus ideais configuram o pensamento norteador para aqueles esvaziados de si mesmos. O reconhecimento de si próprio recai no enaltecimento do pensamento moderno europeu, o colonizado, o conquistado não se reconhece em seus saberes e história. Ao enaltecer a cultura europeia, a sua própria cultura passa a ser entendida como inferior, na dicotomia perversa do civilizado e selvagem (Acosta, 2016).

MODERNIDADE E COLONIALIDADE DO SABER

As marcas da colonização atravessam o nosso país e a região amazônica em diversas temporalidades. A colonialidade do saber é um desdobramento da manipulação conceitual que tornou a modernidade um dos pilares da lógica colonial. Após a conquista europeia, era necessário adestrar a população conquistada (Bispo dos Santos, 2023), então foi instaurado o pensamento que todo o seu mundo vivido, com sua gastronomia, hábitos, conhecimentos, eram imbuídos da pura selvageria.

Somente seguindo os ideais da modernidade que estruturavam a Europa é que os colonizados poderiam, enfim, atingir a salvação da civilização, é neste sentido que Mignolo (2003) afirma que a colonialidade é o lado necessário, ainda que obscuro, da modernidade. A modernidade é mais um elemento que fortalece a visão da Europa como o centro da história mundial.

Dussel (2005) explica como a modernidade concebe um momento de uma sequência espacial-temporal que situa a Europa

como único propulsor. No contexto da modernidade, o eurocentrismo situa a América Latina “como a ‘outra face’, dominada, explorada, encoberta” (Dussel, 2005, p. 28). Para Quijano (2005), o eurocentrismo é a racionalidade específica da dominação colonial e continua relevante dentro das dimensões que envolvem o poder mundial.

Segundo Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021), a repressão dos conhecimentos dos povos originários é uma das piores heranças do colonialismo, sendo que “a inferiorização do outro é condição da sua colonização e, assim, houve um enorme desperdício de conhecimentos implicados nos fazeres dos povos que aqui habitam” (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021, p. 199). Tal herança corresponde à constituição da hegemonia do pensamento moderno ocidental. É a interiorização das estruturas de dominação do colonizador na vida do dominado, que persiste por meio da colonialidade ao dividir o que é o “nosso” e o “deles” na perspectiva do pensamento ocidental (Said, 2007).

Para sair desse adestramento, é importante visualizar e entender o lugar em que fomos forçados a estar. Séculos de dominação que perduram no imaginário de uma nação inteira, além da reprodução de colonialidades dentro do território brasileiro através do horizonte de sentido formulado pelo colonialismo (Han, 2019). Apesar do poder agir sobre nós através do sentido formulado (Han, 2019), detemos da capacidade de construir a nossa presença no mundo, à medida que tomamos consciência que somos seres inacabados e com capacidade de ir além (Freire, 2021).

Paulo Freire (2021) fala da importância de tornarmo-nos sujeitos da história, que vem de um lugar que emerge a partir da percepção da nossa presença no mundo. Não devemos nos adaptar ao mundo e sim

nos inserir, enquanto sujeito que se posiciona para desvelar cada forma social construída pelo mundo colonial:

Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam (Freire, 2021, p. 25).

Sujeitos que continuam em um “saber-se inacabado” (Freire, 2021) são sujeitos abertos ao pensamento transfronteiriço, que compreende o apagamento que as hegemonias de epistemologias do pensamento moderno europeu realizaram no passado colonial e que se perpetuam até o presente. Entretanto, o que parece perpétuo só segue deste modo enquanto continuarmos a não entender o lugar em que estamos. É preciso ultrapassar a fronteira do pensamento hegemônico, em um árduo exercício de contato com outras escritas e autores que escrevem a partir das suas vivências em direção à construção de teorias pós-coloniais.

É preciso contracolonizar, enfraquecer o discurso deles, nos apropriar do que eles nos impõem (Bispo dos Santos, 2023). Liberar-nos do que não é nosso, desalienar o pensamento e nessa perspectiva reelaborar as práticas sociais. Primeiro, entender o tamanho da colonização, compreender os seus impactos na vida cotidiana é uma das maneiras de inverter o olhar sobre o mundo em que vivemos como um resultado de processos iniciados no período da Conquista e colonização do Brasil.

A estrutura de poder colonial tem que aparecer aos olhos dos dominados, para que o caminho à libertação seja possível. Aimé Césaire (2020) afirma como essencial é ver a colonização em suas cores verdadeiras, não como um momento de “evangelização, nem

empreendimento filantrópico, nem vontade de empurrar para trás as fronteiras da ignorância, da doença e da tirania” (Césaire, 2020, p. 10). A colonização é repleta de fatos que deveriam ser nítidos em nossa memória, mas permanecem nas sombras de uma estrutura de poder que comanda os discursos e as narrativas sobre a nossa história.

CONTRASTE DA DOMINAÇÃO

A fronteira realça o contraste entre o que foi construído a partir da modernidade e do colonialismo e o que foi invisibilizado e dizimado. O apagamento de histórias e memórias é o apagamento das vidas com o surgimento do paradigma moderno. Dussel (2005) frisa como a colonialidade não resulta da modernidade, e sim participa da sua constituição, sendo essencial ao firmamento do pensamento moderno europeu como universal.

A determinação de um lugar pertencente ao Outro é uma herança do colonialismo. Segundo Dussel (1993), a postura contra o Outro foi determinante na conquista do continente americano, em um processo designado pelo autor como “encobrimento do não-europeu”. A abordagem decolonial permite o fortalecimento da linha que separa o Sul Global, à medida que a separação é escancarada para que vejamos o quão distante é o lugar em que fomos colocados a partir da lógica colonial. É preciso descentralizarmos o nosso olhar (Castro, 2019) para compreender como a racionalidade herdada pelo mundo colonial ainda se encontra no imaginário social, atuando em uma diversidade de experiências do mundo social.

Mignolo (2008) fala que devemos aprender a desaprender, através de uma constante busca pela desobediência epistêmica que propicia

visualizar as estruturas de poder mantidas pela força do colonialismo em nosso cotidiano. O reforço da identidade enquanto sujeitos que vivem a Amazônia permite o reconhecimento da pluralidade existente na região.

Para Ailton Krenak (2021), a divisão é colocada na existência de uma humanidade esclarecida e uma obscurecida, em que somente uma verdade pode existir na Terra. Um dos pontos cruciais é a separação entre sociedade e natureza, em perceber a vida no planeta Terra como distante do mundo social. Krenak afirma que fomos alienados a pensar que “somos uma coisa e a Terra é outra”, a divisão mostra um abismo entre os dois lados que o pensamento moderno europeu formulou. Falar sobre a Terra é algo distante no pensamento ocidental, tratado como um elemento e não como parte holística da nossa vivência enquanto sociedade.

O reconhecimento do abismo é o primeiro passo para contracolonizar a estrutura que organiza o mundo social (Bispo dos Santos, 2023). Acosta (2016) afirma que o caminho para o Bem Viver ocorre através da recuperação da cosmovisão dos povos indígenas, em que a humanidade não é mais vista desconectada do mundo a sua volta. A conexão interior reflete na conexão com o mundo exterior, ao cancelarmos a ruptura com a Natureza ocorre a subversão do discurso dominante e assim podemos cancelar as práticas de dominação associadas ao discurso hegemônico (Acosta, 2016).

Para Han (2019) “estar-no-mundo significa estar-em-si-mesmo”, o aprofundamento em si mesmo remete a um duplo, pois ao aumentar a sua interioridade, o mundo todo se afunda nela. A vigilância sobre a desobediência epistêmica propicia um desvelar do mundo invisibilizado através do poder, que transforma o mero ser no ter (Han, 2019). Assim, a importância do entendimento do lugar de inferioridade em que fomos colocados pelo colonialismo, para que seja possível pensar de modo subversivo sobre o abismo aberto pelo colonialismo.

INTERDISCIPLINARIEDADE

Não existe somente um lado invisibilizado pela hegemonia da doutrinação europeia, mas toda uma dimensão que se configura estruturada pelas colonialidades. A opção decolonial é apontada por Mignolo (2008) como responsável por um desvinculamento epistêmico sobre os fundamentos ocidentais do modo de se produzir conhecimento: “a opção decolonial significa, entre outras coisas, *aprender a desaprender*”² (Mignolo, 2008, p. 290). Ir além do pensamento ocidental, pela crítica formulada a partir de processos cognitivos de desconstrução epistemológicas (CASTRO, 2018, pg. 41), uma leitura à contrapelo da de narrativas que povoaram a representação sobre a América Latina e demarcaram a relação de alteridade com os povos encontrados nas Américas. Uma invenção do outro continuamente atualizado, conforme assinada Castro (2019, p. 33). Perspectiva também proposta por Mignolo (2008) ao designar a desobediência epistêmica como meio para sairmos do “domínio da oposição interna aos conceitos modernos e eurocentrados” (Mignolo, 2008, p. 288).

Castro (2019) afirma que a perspectiva interdisciplinar contribui para percebermos novas problemáticas e linhas epistemológicas, promovendo rupturas que possibilitam a crítica à razão ocidental e colonial. Para Sá (1987), o uso da abordagem interdisciplinar “reflete

² Referência ao projeto de aprendizagem Amawtay Wasi. De acordo com Umbelino (2018), “a filosofia mencionada por Mignolo é o princípio que rege a Universidade Intercultural das Nacionalidades e Povos Indígenas do Equador: La Pluviversidad ‘Amawtay Wasi’, uma proposta de Educação Superior Originária Intercultural e Comunitária a partir da epistemologia do Movimento Indígena do Equador para todas as sociedades” (Umbelino, 2018, pp. 41-42).

uma triangulação entre a teoria, o problema e o que possa ser a realidade em construção ou a reconstruir” (Sá, 1987, p. 279), além de indicar como a interdisciplinaridade é associada à articulação crítica, “como uma ‘promessa’ de desfragmentação” (Sá, 1987, p. 277) em relação à história moderna do pensamento.

A intersecção do resultado desta desfragmentação reflete em uma nova realidade, a partir do contato das suas diferenças (Sá, 1987), como elucidada Sá (1987):

É possível interpretar, no caso da interdisciplinaridade, o tema de intersecção que exprime, de certo modo, o tema da liminaridade, do atravessar fronteiras, do agente intercultural (“cultural broker”), respeitado o peso da diferença e da assimetria, levando à transformação (Sá, 1987, p. 279).

Na contradição que emerge desta intersecção, o crescimento se revela pelo contato das diferenças entre os sistemas de conhecimento. Desta maneira, “a prática da interdisciplinaridade consiste em criar uma base para produzir outras possibilidades ao conhecimento, e estimular o exercício de inversão do olhar” (Castro, 2019, p. 42). Uma inversão que afeta a dominação cristalizada no imaginário do colonizado e ajuda no movimento de ir além da epistemologia hegemônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a produção de conhecimento através da abordagem interdisciplinar contribui na percepção de novas problemáticas e linhas epistemológicas, ao promover rupturas que possibilitam a crítica à razão ocidental e colonial. É necessário continuarmos salientando as adversidades que existem no mundo amazônico para desvelar as

formas sociais construídas pelo mundo colonial, para que seja possível tornarmo-nos sujeitos da nossa história.

O poder e a significação estão entremeados em uma complexa construção de relações, responsável pela formulação do sentido (HAN, 2019), sendo que o sentido construído pelo discurso colonialista deve ser transpassado por uma inversão do olhar. Reconhecer a pluralidade à nossa volta é um movimento que possibilita olharmos para o nosso interior, como sujeitos presos pela razão ocidental e colonial, como seres conscientemente inacabados (Freire, 2021).

É crucial voltar o olhar para dentro para entendermos como estamos atravessando apenas um momento de dominação, um instante em nossas vidas, pois, como determina Fanon (1968), o colonizado “está dominado mas não domesticado. Está inferiorizado, mas não convencido da sua inferioridade” (Fanon, 1968, p. 40).

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ALMEIDA, Sandra. Prefácio. In: SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

Ballestrin, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio – agosto de 2013, pp. 89–117.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A Terra dá, a terra quer**. São Paulo: UBU Editora/PISEAGRAMA, 2023.

CASTRO, Edna. **Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas.** In: Pensamento crítico latino-americano / Edna Castro (Org.) – São Paulo: Annablume, 2019.

CASTRO, Edna; FREITAS PINTO, Ernan (Orgs) – **Decolonialidade e Sociologia na América Latina.** Belém: NAEA/UFPA, 2018.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** São Paulo: Veneta, 2020.

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade.** Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **Europa, modernidade e eurocentrismo.** In: LANDER, E. (coord.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

FANON, Frantz. **O condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

G1 AMAPÁ. **Apagão no Amapá completa 1 ano e expõe fragilidades no acesso a energia elétrica no estado.** Disponível em: < <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/11/03/apagao-no-amapa-completa-1-ano-e-expos-fragilidades-no-acesso-a-energia-eletrica-no-estado.ghtml>>

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia.** São Paulo: Marco Zero, 1994.

GROSGOUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais:** Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 80 | 2008, 01 outubro 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/697> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.697>

HAN, Byung-Chul. **O que é o poder?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI; ASSOCIAÇÃO WANASSEDUUME YE'KWANA. **Yanomami sob ataque. Garimpo ilegal na terra indígena Yanomami e propostas pra combatê-lo.** Boa Vista: Hutukara Associação Yanomami, Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** 2ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MALHEIRO, B.; PORTO-GONÇALVES, C. W.; MICHELOTTI, F. **Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

MIGNOLO, Walter D. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade.** In: LANDER, E. (coord.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires: Clacso, 2005.

_____. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad.** Argentina: Ediciones del signo, 2010.

_____. **Desobediência epistemológica. A opção descolonial e o significado de identidade em política.** *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, no 34, p. 287–324, 2008.

_____. **Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo.** Madrid: Akal, 2003.

PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias.** São Paulo: Contexto, 2001.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, E. (coord.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires: Clacso, 2005.

SÁ, Samuel. **Interdisciplinaridade: sim e não a vasos comunicantes em educação pós-graduanda.** In: *Cad. Saúde Pública* [online]. 1987, vol. 3, n. 3, pp. 272–279.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como o invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia.** – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.

UMBELINO, Giseli O. **Aprender a desaprender para reaprender: a perspectiva da descolonização do gênero no ensino de história.** 2018. 113 f. Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Cuiabá, 2018.

Educação superior para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira

INTRODUÇÃO

A universidade pública, desde seu surgimento, trabalha para promover a disseminação de conhecimentos, desempenhando um importante papel social (Wanderley, 2003). Entende-se que a educação superior pública na Amazônia brasileira, incluindo os níveis mais elevados de ensino como a pós-graduação *stricto sensu*, representa uma oportunidade extremamente importante para o desenvolvimento da região e de seus povos, em especial para a ampliação de formulações teóricas e indicativos prático-metodológicos acerca de novas possibilidades de atuação acadêmico-profissional, o que potencializa desenvolvimento de pensamento científico capaz de

José Nilberlanio Vieira

Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA/UFPA. Doutorando em desenvolvimento socioambiental pelo NAEA/UFPA. Técnico-administrativo do PPGDSTU/NAEA/UFPA.
E-mail: nilber2004@gmail.com

Marilena Loureiro da Silva

Profa. do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. NAEA - UFPA, onde é Pesquisadora Líder do Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação, Cultura e Meio Ambiente – GEAM e Profa. Permanente do. PPGDSTU. NAEA/UFPA. Pós-Doutora em Educação Ambiental e Justiça Climática. PPGE/UFMT. Doutora em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido. PPGDSTU. NAEA/UFPA. Pesquisadora e coordenadora norte do Projeto de Pesquisa. É integrante da Rede Internacional de Pesquisa em Resiliência Climática - RIPERC. Autora do livro Educação Ambiental e Cooperação Internacional.
E-mail: marilenaloureiro@yahoo.com.br

incidir sobre o campo das políticas de desenvolvimento em direção a sustentabilidade.

Neste sentido, na Amazônia brasileira, o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) funciona desde o ano de 1973, cuja proposta de criação surgiu em 1968, a partir da formação de uma comissão composta pelos professores oriundos da Faculdade de Economia Armando Dias Mendes, José Marcelino Monteiro da Costa e pelos alunos Maria de Lourdes Medeiros, Sebastião Ramalho e Aleksei Turenko Junior. Durante vários meses houveram intensos debates democráticos acerca da educação das novas gerações amazônidas que culminaram com a proposição do NAEA (Turenko Junior, 1980).

A proposta foi votada em Assembleia Geral da Comunidade Universitária e aprovada por unanimidade e no ano de 1969, na gestão do Reitor Aluysio da Costa Chaves, o NAEA foi instituído, no âmbito da Reforma Universitária, culminando com a materialização de sua criação no ano de 1972, mesmo sob a ditadura militar. No Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Pará, capítulo IV, art. 17, o NAEA é referido como um órgão de integração “destinado à coordenação e à síntese dos estudos referentes ao progresso dos vários setores de conhecimento em função da realidade regional” (Mendes, 2011, p. 226).

Essa função integradora do NAEA foi o principal motivo para seu surgimento e para Mendes (2011), quando de sua criação, o NAEA teria por missão repensar e informar continuamente sobre a Amazônia e seus desafios, propondo ações para transformar a região. Precedendo sua inauguração, houve a criação de um Grupo de Trabalho por meio da portaria 915/70, cujo objetivo era a elaboração do Programa de atividades do NAEA, seus projetos, sua organização e obtenção do apoio nacional

e internacional. Desta forma, o início efetivo de suas atividades ocorreu em fevereiro de 1973, estando vinculado diretamente à autoridade máxima da Universidade, o Reitor, de acordo com o primeiro regimento geral do NAEA, de 1972 (Costa, 2008; Oliveira, 2001; Mendes, 2011). Até aquele momento, não havia na comunidade universitária e na região um núcleo para pensar a Amazônia com uma perspectiva de dentro da própria região, sendo esta a primeira experiência de pós-graduação da Pan-Amazônia voltada para as pesquisas nas áreas de humanidades e ciências sociais aplicadas, devendo-se destacar também seu caráter interdisciplinar para pensar criticamente os problemas socioambientais da Amazônia.

O NAEA é uma instituição de ensino de pós-graduação, com a oferta de cursos *lato sensu*, por meio do Programa de Pós-graduação Lato Sensu (PPLS), que existe desde 1973 e cursos *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado, por meio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido-PPGDSTU na Universidade Federal do Pará. Desde sua instalação, tem contribuído para formar profissionais oriundos da Amazônia e da Pan-Amazônia, bem como, de outros países além dos da Pan-Amazônia, por meio de seus cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. O PPGDSTU tem sua origem com a Resolução nº 388, de 03 de novembro de 1976, que criou o curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), cujas atividades acadêmicas tiveram início no primeiro semestre de 1977, na gestão do reitor Clóvis Cunha da Gama Malcher. Posteriormente, em 1994, foi criado o Doutorado em Ciências, na área de concentração em Desenvolvimento Socioambiental (PPGDSTU, 2022).

Nesta perspectiva, entende-se que a educação superior na Amazônia, incluindo os níveis mais elevados de ensino como a pós-

graduação *stricto sensu*, representa uma oportunidade extremamente importante para o desenvolvimento da região e de seu povo, na medida em que favorece a mobilidade social, sobretudo considerando que se vive em uma sociedade do conhecimento.

A educação superior pública, é aqui entendida como um bem público social, um direito humano universal, de caráter gratuito e de qualidade, e pautada na luta por uma sociedade menos desigual e que não seja reprodutora das mazelas sociais, assumindo um papel preponderante na responsabilidade de formar profissionais e se constituir como um instrumento importante para o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões para a construção de uma sociedade inclusiva e de conhecimento diversificado, conforme pontuado por diversos autores (Unesco, 2009; Dias Sobrinho, 2010, Santos, Almeida Filho, 2008; Martins, 2009).

Neste contexto, as reflexões presentes neste artigo partem da hipótese de que o acesso a uma formação de qualidade pelos profissionais, potencializa sua colaboração para um processo de desenvolvimento social, econômico e sustentável da região, o que, em outros termos, configura o retorno social. Depreende-se que a formação recebida pelos profissionais no ensino superior, seja na graduação ou na pós-graduação *stricto sensu* tenha implicações e reflexos sobre sua realidade social e econômica específica, sobre as demandas por soluções e melhorias, e sobre as possibilidades que emergem de sua formação recebida no ensino superior com vistas a atuar na redução das desigualdades sociais, bem como nas políticas de desenvolvimento sustentável regional.

No que se refere aos impactos do acesso à educação superior na vida da população amazônica, relativo à redução das desigualdades econômicas e sociais, Lucena e Leal (2020) indicam que, apesar dessas desigualdades, Belém e Manaus exercem uma função social de destaque,

pois atendem uma demanda que vem dos diferentes estados da região Norte e ressaltam a importância das fundações de amparo à pesquisa (FAP), da CAPES e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, os quais apoiam a manutenção dos Programas com auxílio financeiro e bolsas de mestrado e doutorado, sendo uma contribuição importante para mitigar a falta de recursos financeiros para que os discentes realizem suas pesquisas de mestrado e doutorado.

Este artigo também procura discorrer acerca da importância da pós-graduação *stricto sensu* na Amazônia, enfocando especificamente o PPGDSTU/NAEA e sua contribuição para a formação de profissionais qualificados para atuar na região, no cenário que inclui a melhor qualificação dos egressos desses Programas, em específico dos egressos do PPGDSTU, para o diálogo com os preparativos da Conferência das Partes, a ser realizada pela ONU na região amazônica em 2025, a COP - 30. De acordo com os resultados preliminares, pode-se afirmar que esses profissionais, com o conhecimento que adquiriram no PPGDSTU/NAEA, seja no mestrado ou no doutorado, têm contribuído qualitativamente para a disseminação dos conhecimentos teóricos e práticos no tocante ao desenvolvimento socioambiental sustentável da Amazônia.

Este artigo está organizado em introdução, metodologia, resultados e discussão, onde são feitas reflexões sobre o sistema de pós-graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Apresenta-se também o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) e suas contribuições para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, além de abordar a crescente relevância do debate sobre sustentabilidade e o papel essencial da pós-graduação *stricto sensu*. Por fim, são feitas as considerações finais.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa que tem uma abordagem qualitativa, apoiada em uma análise bibliográfica para tecer uma reflexão crítica sobre os pressupostos que permeiam a educação superior na Amazônia, enfocando-se a pós-graduação *stricto sensu* oferecida no PPGDSTU/NAEA, atendo-se aos aspectos que perpassam pela análise que esta educação pós-graduada reflete na vida dos profissionais e destes para com a sociedade.

A revisão bibliográfica foi elaborada a partir de consulta a múltiplas fontes, conforme proposto por Gil (2008), tais como: artigos científicos indexados na base de dados do portal de periódicos da CAPES, Google Acadêmico, bem como de consultas a livros, dissertações, teses, anais de encontros científicos e publicações técnicas. Quanto aos estudos na educação superior na Amazônia, foram priorizados os realizados na Amazônia brasileira.

Conforme Creswell (2007, p. 46), a revisão bibliográfica “relaciona um estudo ao diálogo corrente mais amplo na literatura sobre um tópico, preenchendo lacunas e ampliando estudos anteriores”. A pesquisa bibliográfica também se propõe a ampliar o grau de conhecimentos em uma determinada área, de acordo com Koche (2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Algumas considerações sobre o sistema de pós-graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA)

A Universidade Federal do Pará, a maior instituição de ensino superior da Região Norte, descrita em seu Plano de Desenvolvimento

Institucional como uma universidade multicampi, tem um sistema de pós-graduação *stricto sensu* com cursos acadêmicos e profissionais com abrangência em 8 dos 11 Campi da UFPA, no estado do Pará: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Cametá, Castanhal e Tucuruí. Em termos quantitativos, dispõe de 47 cursos de Doutorado e 94 de Mestrado, abrigados em 105 Programas, distribuídos nos campi acima mencionados, tendo-se como um dos objetivos a consolidação desse sistema de pós-graduação *stricto sensu* ao longo dos próximos anos (UFPA, 2022).

Destaca-se que o sistema de pós-graduação da UFPA tem contribuído para a promoção de oportunidades de inclusão da população da Amazônia nos processos formativos e de aprendizagem, com a formação de recursos humanos altamente qualificados, bem como em pesquisas voltadas para o entendimento da realidade dessa população, em uma perspectiva inclusiva e sustentável, conforme se depreende dos relatórios gerenciais elaborados pela UFPA, notadamente do ano de 2023 (UFPA, 2023). Neste sentido, a formação, a aprendizagem de mestres e doutores e a produção de conhecimento científico reflete a qualidade de atuação dos grupos de pesquisa da UFPA, bem como sua inserção histórica e social na vida das pessoas e de instituições na região Norte.

Esses aspectos também são evidenciados no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA (PDI 2016–2025), documento que traça objetivos e estratégias para o desenvolvimento da instituição, no qual se reconhece que os problemas contemporâneos são complexos e exigem uma formação interdisciplinar, apontando como um dos seus objetivos formar e capacitar profissionais com competência técnico-científica e consciência ética para o exercício profissional crítico e autônomo, que contribua para o desenvolvimento regional com responsabilidade social.

Neste cenário, pode-se dizer que a pós-graduação *stricto sensu* tem também uma incumbência de produzir conhecimento sobre os recursos naturais da Amazônia e desenvolver tecnologias para explorá-los de modo sustentável, garantindo riqueza e renda para a população, condição necessária para a superação da desigualdade e da pobreza no estado do Pará (UFPA, 2022).

Nesta perspectiva, o (PPGDSTU/NAEA), desde sua criação na década de 1970 tem envidado esforços para superar a concepção de conhecimentos compartimentalizados e desconectados da realidade amazônica, pois as abordagens interdisciplinares procuram estabelecer uma relação dialógica entre os distintos campos de conhecimento, sendo um princípio importante que norteia as ações de ensino, pesquisa e extensão de docentes, discentes e do Programa.

Criado pela Resolução nº 388, de 03 de novembro de 1976, o PPGDSTU teve renovação de reconhecimento pela portaria CAPES nº 656, de 22 de maio de 2017 (NAEA, 2023). É formado pelos níveis de Mestrado e Doutorado, tendo uma área de concentração denominada Desenvolvimento Socioambiental, a qual retrata a natureza do Programa e abriga quatro linhas de pesquisa e seus respectivos projetos de pesquisa, que evidenciam a produção intelectual do corpo docente e discente, bem como teses e dissertações, pois estão ligadas aos projetos de pesquisa dos professores do Programa, com forte articulação interdisciplinar e voltadas aos estudos sobre desenvolvimento e meio ambiente (NAEA, 2023).

O PPGDSTU visa desenvolver a capacidade de análise e síntese de profissionais de Nível Superior em nível de Mestrado e Doutorado; desenvolver uma visão abrangente dos processos de planejamento e

desenvolvimento, incorporando suas dimensões ambientais, sociais e econômicas; estimular a capacidade de crítica e criar a aptidão para a pesquisa científica e para a extensão interdisciplinar, especialmente relacionadas à região Amazônica continental e ao Trópico Úmido em geral (NAEA, 2023). Tem o intuito de formar profissionais capacitados a integrar em suas reflexões e trabalhos a importância e posição da Amazônia no mundo, contextualizando a reflexão sobre o desenvolvimento do Trópico Úmido, ao mesmo tempo em que contribui para a reflexão na e sobre a Amazônia acerca do processo do desenvolvimento global mais abrangente.

Tais pressupostos se coadunam com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável em nível regional, a melhoria das condições de vida e a consolidação da vida democrática das populações amazônicas, em particular, mas, de modo extensivo, também das populações da Pan-Amazônia, uma vez que o PPGDSTU também contribui para a formação de profissionais de outros países dessa região. Desta forma, hoje, a UFPA possui em sua constituição 15 institutos, oito núcleos, 36 bibliotecas universitárias, dois hospitais universitários e uma escola de aplicação, o que demonstra a importância da universidade pública, gratuita e de qualidade para o desenvolvimento das pessoas e da região Norte do Brasil (UFPA, 2022).

No que tange aos princípios da defesa dos pressupostos da sustentabilidade, percebe-se que em um contexto marcado pela destruição da natureza e do seu ecossistema, os participantes do universo educativo em todos os níveis precisam se engajar nos diversos sistemas de conhecimento, tanto formal, quanto informalmente, uma vez que a sustentabilidade requer a necessidade de se aliar crescimento econômico com o respeito aos limites da natureza, em vez de destruir

seus ecossistemas, contribuindo para satisfazer “as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (Nosso Futuro Comum, 1991, p. 46).

Enfatiza-se, pois, que o ensino em nível de pós-graduação *stricto sensu*, estimulando a participação social nos debates e na prática para uma sociedade sustentável se mostra importante e necessário com a capacitação em uma perspectiva interdisciplinar (Jacobi, 2005), pensando também nas preocupações em superar a dicotomia entre natureza e humanidade, na perspectiva da melhoria da relação entre as pessoas e o meio ambiente. Neste sentido, Diegues (2003, p. 2–3) afirma que uma sociedade sustentável se constrói

[...] a partir da reafirmação de seus elementos culturais e históricos, do desenvolvimento de novas solidariedades, do respeito à natureza não pela mercantilização da biodiversidade mas pelo fato que a criação ou manutenção de uma relação mais harmoniosa entre sociedade e natureza serem um dos fundamentos das sociedades sustentáveis.

De modo geral, o aumento nos níveis de escolaridade pode contribuir para o desenvolvimento das nações e dos povos, para o cultivo da cidadania e dos princípios democráticos, bem como para uma mudança no pensamento social, enquanto formadora da consciência coletiva e do desenvolvimento pessoal dos indivíduos (Jacobi, 2005). A pós-graduação *stricto sensu*, neste sentido, enquanto componente da formação dos indivíduos, pode contribuir para o desenvolvimento da cidadania, das pessoas e para a transformação qualitativa da sociedade. Nesta perspectiva, a formação conferida aos egressos da pós-graduação *stricto sensu* pode constituir um diferencial na vida do egresso e para a sociedade, uma vez que este pode colaborar com seus conhecimentos para o desenvolvimento social (Moreira, 2006).

A melhor qualificação de profissionais de ensino superior, seja por meio de integração em outros programas de pós-graduação ou pela disseminação da metodologia e das discussões fundamentais das linhas e grupos de pesquisa em diferentes programas, também se revela como um aspecto de destaque deste Programa. Igualmente importante é o fato de que o PPGDSTU possui dois pontos centrais em seu perfil: a construção de um corpo acadêmico de pesquisa relevante na região Norte, com a formação de pessoal de nível superior; simultaneamente, busca transformar essa construção de conhecimento em um instrumento de inserção social (NAEA, 2023).

Neste sentido, o PPGDSTU busca constantemente promover a construção de conhecimento aplicado de ponta e de fácil tradução à sociedade abrangente, objetivando a formação, também, de profissionais com posição de liderança no setor público nacional e internacional, especialmente aqueles ligados ao desenvolvimento regional e socioambiental, terceiro setor (ONGs e OSCs) e setor privado (NAEA, 2023). Isso é expresso por meio das pesquisas desenvolvidas pelos discentes do PPGDSTU/NAEA, sendo que no período de 2019 a 2023 foram produzidas dissertações e teses abordando assuntos diversos, dentre as quais 43 trabalhos tiveram como foco específico estudos mais aplicados a práticas de desenvolvimento sustentável, conforme levantamento realizado no site do PPGDSTU.

Com uma área de concentração identificada como desenvolvimento socioambiental, o PPGDSTU tem, ao longo do tempo, estimulado reflexões interdisciplinares em consonância com suas quatro linhas de pesquisa, quais sejam: 1) Desenvolvimento Econômico, Regional e Agrário; 2) Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas; 3) Gestão de Recursos Naturais e 4) Sociedade, Urbanização e

Estudos Populacionais (NAEA, 2023). Essas quatro linhas de pesquisa procuram interconectar interdisciplinarmente os debates e as pesquisas dos docentes e discentes sobre desenvolvimento econômico, regional e agrário, procurando refletir sobre como aliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental em áreas amazônicas, conforme preconizado pelo Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum, 1991), aliado à gestão dos recursos naturais no contexto amazônico brasileiro e Pan-amazônico e as consequências das ações humanas frente aos recursos naturais e seu uso racional.

Essas pesquisas contribuem para a construção de uma perspectiva crítica sobre os processos de planejamento urbano e regional, considerando o papel do Estado e de outras instituições públicas internacionais, nacionais e não governamentais. Além disso, refletem abordagens relacionadas às diversidades sociais e culturais, inseridas na promoção do desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Esses pressupostos estão alinhados com o objetivo de promover o desenvolvimento regional, melhorar as condições de vida e consolidar a vida democrática das populações amazônicas, também evidenciada pelas pesquisas publicadas pelos discentes em suas dissertações e teses. De maneira mais ampla, beneficiam também as populações da Pan-Amazônia, uma vez que o PPGDSTU contribui para a formação de profissionais de outros países dessa região (NAEA, 2023), considerando também a importância de pensar e estudar a Pan-Amazônia como uma região integrada, bem como a contribuição do NAEA/UFPA no contexto de educação superior e a formação de profissionais capacitados para lidar com os complexos problemas que permeiam a realidade amazônica brasileira.

EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Entende-se que a crise entre as complexas relações sociedade e natureza, pode afetar a vida na Terra, pois as sociedades contemporâneas e seu modo de vida têm contribuído para agredir o meio ambiente, tornando-se significativo o desenvolvimento sustentável como resposta para os problemas socioeconômicos em âmbito local e global, na medida em que o enfrentamento dos problemas ambientais pode colaborar, de alguma forma, para o desenvolvimento socioeconômico das nações.

Sachs (1986) remete ao conceito de ecodesenvolvimento, precursor do termo “desenvolvimento sustentável”, segundo o qual deveria emergir um novo estilo de desenvolvimento, menos predatório e nocivo ao meio ambiente. Este novo paradigma estaria atrelado não apenas ao estilo tecnológico, mas também a modalidades de organização social e um novo sistema de educação, tanto formal, quanto informal.

A propósito, o termo “desenvolvimento sustentável” tornou-se mais evidente a partir do Relatório Brundtland, ou como ficou conhecido “Nosso Futuro Comum”, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, como um processo de transformação em que a exploração dos recursos naturais, os investimentos, a direção do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais estejam de acordo com as necessidades do presente, sem esquecer o futuro, para atender as necessidades e aspirações humanas, conforme destacado no Relatório Nosso Futuro Comum (1991) (Reis; Almeida, 2012).

Nascimento (2012) enfatiza que a noção de sustentabilidade tem duas origens, sendo a primeira na biologia, por meio da ecologia, referindo-se à capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas

diante das ações humanas e a segunda, oriunda da economia, como adjetivo do desenvolvimento, devido à percepção de que o padrão de produção e consumo no mundo não pode durar indefinidamente, destacando, entretanto, que o desenvolvimento sustentável se tornou um termo polissêmico e utilizado por diferentes segmentos sociais de acordo com sua perspectiva e embates na sociedade.

Para Sachs (2008, p. 71) “o desenvolvimento sustentável obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidades social e ambiental e de viabilidade econômica”. Desta forma, não convém estimular apenas o desenvolvimento econômico, sem pensar nos desequilíbrios socioambientais que tal desenvolvimento econômico possa ocasionar.

A discussão acerca do desenvolvimento sustentável emerge em um contexto em que as instituições e a sociedade passam a se preocupar com o enfrentamento da crise ambiental, caracterizada pela degradação sistemática dos recursos naturais e nos impactos negativos desta degradação sobre a saúde humana e os demais seres vivos (Reis; Almeida, 2012). Neste sentido, devido a vários desastres e desequilíbrios ambientais, sobretudo a partir da década de 1960, houve a necessidade de os governos e a sociedade repensarem suas atitudes frente ao meio ambiente e sua relação com a natureza.

Mais recentemente, e já há 52 anos pós-Estocolmo e com a evolução das políticas ambientais em nível mundial (Silva; Figueiredo, 2013), foi assumido um compromisso, por meio da Carta de Belém, resultado da Cúpula da Amazônia, que reuniu os chefes de Estado e representantes dos oito países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), de 8 a 9 de agosto de 2023 (OTCA, 2024). É

um documento importante que reflete o compromisso dos líderes com o desenvolvimento sustentável da região. Ela destaca a importância de abordar os desafios socioeconômicos e ambientais enfrentados pela Amazônia diante da nova realidade global, bem como a necessidade de fortalecimento institucional da OTCA. Em um dos trechos da Carta de Belém consta o seguinte compromisso assumido pelos representantes dos governos locais amazônicos:

Contribuir ativamente, e de forma coordenada, para o diálogo internacional sobre a biodiversidade e a mudança do clima, tendo em perspectiva a realização da 16ª Conferência das Partes da Convenção Sobre a Diversidade Biológica (COP16), na Turquia, no segundo semestre de 2024, e da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), em novembro de 2025, em Belém, com base em nossas experiências comuns e nas melhores práticas locais, contribuindo assim para uma transição efetiva rumo à construção de cidades resilientes e sustentáveis (Carta de Belém, 2023, p.2).

Ao reconhecer a centralidade da região amazônica nos debates ambientais internacionais, a Carta ressalta o potencial da região e de suas comunidades na busca por soluções para problemas como mudanças climáticas, proteção da biodiversidade e transição energética, levando em consideração as especificidades ambientais, sociais e culturais das áreas urbanas da Amazônia, incluindo a presença de grandes áreas florestais e comunidades tradicionais. Além disso, a Carta destaca a crescente vulnerabilidade das cidades amazônicas às mudanças climáticas e suas consequências, como desastres naturais e impactos na segurança alimentar, saúde e qualidade do ar, reconhecendo a necessidade de soluções específicas para cidades de pequeno e médio porte, bem como para regiões metropolitanas, onde reside uma parte significativa da população regional. Um outro aspecto importante da

Carta de Belém é o reconhecimento do papel fundamental dos governos locais amazônicos no esforço coletivo para alcançar o desenvolvimento sustentável. Destaca-se a importância da cooperação entre esses governos para promover uma visão compartilhada e uma atuação coordenada na busca por soluções comuns. Além disso, a Carta enfatiza a necessidade de fortalecer as capacidades institucionais dos governos locais para implementar eficazmente ações, iniciativas, projetos e políticas públicas voltadas para os desafios enfrentados pela região (OTCA, 2024).

Destaca-se que fatores como o crescimento demográfico, o crescimento econômico e do nível de consumo e impactos do progresso científico e tecnológico imprimiram uma pressão considerável sobre o meio ambiente, levando a uma maior preocupação com as questões ambientais. No que se refere à região Amazônica e à relação entre a sociedade e a natureza, a questão da degradação ambiental também tem ocasionado problemas até hoje, a exemplo do avanço da pecuária, do garimpo e da exploração madeireira (Castro, 2005). Conforme exposto por Quintslr, Bohrer e Irving (2011, p. 06):

[...] a região amazônica vem se tornando, progressivamente, nas últimas décadas, palco de inúmeros conflitos envolvendo uma gama bastante diferenciada de atores, tais como atores governamentais, ONGs, populações indígenas, pequenos agricultores, pescadores artesanais, quilombolas, grupos extrativistas, grandes latifundiários, madeireiros, garimpeiros, entre outros.

Esses problemas são antigos, pois Castro (2005, p. 10), por sua vez, assevera que “a visão que as elites brasileiras tinham da região amazônica, nos anos 50 e 60, harmonizava-se com o projeto nacional de desenvolvimento; esse projeto se fortaleceu nos governos posteriores” e, segundo a autora, ainda persistem no século XXI visões deturpadas da Amazônia brasileira,

[...] concebida pelas elites nacionais, como uma fronteira de recursos, na qual o capital poderia refazer seu ciclo de acumulação com base nos novos estoques disponíveis. Vazio demográfico e recursos inesgotáveis são mitos presentes no imaginário das elites políticas, militares e de segmentos médios da sociedade brasileira em pleno século XXI (Castro, 2005, p. 10).

Desta forma, os embates e disputas travados pelos diferentes atores sociais em torno das questões envolvendo os recursos naturais presentes na região Amazônica, apontados por Castro (2005, p. 10) como “a última fronteira de áreas florestais contínuas, não somente do País, mas também do mundo”, têm implicações significativas sobre o meio ambiente, marcadas em boa medida, por um lado, pelo ideário de mercantilização da natureza e do desenvolvimentismo e, por outro lado pela necessidade de preservação dos recursos naturais.

Percebe-se, assim, a complexidade da problemática em torno do desenvolvimento sustentável, inserindo-se o PPGDSTU/NAEA nesses debates, considerando aspectos como sua natureza interdisciplinar, seu papel de difusor de conhecimentos para a formação de pessoas altamente qualificadas no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, bem como sua relevância no contexto acadêmico para o desenvolvimento sustentável da região Amazônica e pan-amazônica.

Os resultados até aqui observados indicam que uma das funções do PPGDSTU/NAEA de formar pessoas de alto nível para intervir como agentes na mudança social na região amazônica vem sendo bem conduzida. No entanto, é perceptível que o papel do NAEA na região está para além de sua abrangência em âmbito regional, uma vez que sua atuação na formação de pesquisadores de várias partes da Amazônia, da Pan-Amazônia e para além, revela a importância que suas atividades desenvolvidas nos aspectos de ensino, pesquisa e extensão por meio de

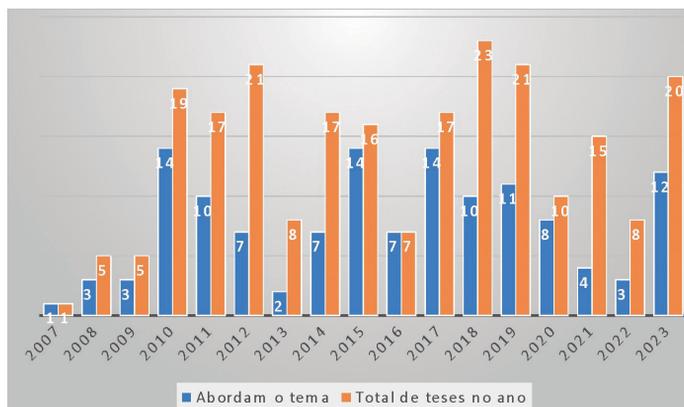
programas interdisciplinares, bem como colabora para manifestar sua natureza singular de produção e difusão de conhecimento na área de desenvolvimento da Amazônia e do Trópico Úmido (NAEA, 2023).

Diante disso, destaca-se o papel do PPGDSTU, de atuar como um Programa de pós-graduação interdisciplinar, voltando suas preocupações para o deslinde das questões centrais que permeiam os aspectos interdisciplinar, amazônico e da sustentabilidade socioambiental na Amazônia brasileira e na Pan-Amazônia, bem como sua relevância diante da (re)estruturação de programas interdisciplinares e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira, evidenciada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), conforme disposto no Documento de Área Interdisciplinar (CAPES, 2019).

Neste tocante, as universidades estão inseridas em um sistema de produção de conhecimentos e, em particular, o NAEA, por meio do PPGDSTU, tem envidado esforços ao longo de sua criação para a promoção da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável, pois as questões relacionadas ao meio ambiente devem ser objeto de estudos interdisciplinares, considerando que os problemas ambientais transcendem as diferentes disciplinas e devem ser abordados em uma perspectiva que consiga abarcar as complexidades inerentes aos problemas de ordem socioambiental (Jacobi, 2007).

Diante disso, em levantamento realizado no site do PPGDSTU verificou-se, conforme expresso no gráfico 01, que o tema da sustentabilidade é recorrentemente objeto de análise e discussão nas teses defendidas pelos discentes do PPGDSTU, evidenciando a preocupação com as problemáticas do desenvolvimento sustentável na Amazônia e na Pan-Amazônia.

Gráfico 1 - Teses do PPGDSTU que abordam o tema “sustentabilidade do desenvolvimento”



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do Site do PPGDSTU (2024) (<https://ppgdstu.propesp.ufpa.br/index.php/br/>).

Destaca-se que o PPGDSTU/NAEA é um curso de pós-graduação da área interdisciplinar com nota 6 na avaliação da CAPES (2013 a 2016) e nota 7 na avaliação referente ao quadriênio 2017 a 2020, que tem procurado, desde sua criação, oferecer formação sólida ao egresso, contribuindo com a pesquisa, o ensino e a extensão na universidade, objetivando também mobilidade social e impacto da formação de seus egressos na sociedade. Tem, dentre seus objetivos formar pesquisadores, professores e profissionais que pensem o desenvolvimento econômico e regional da Amazônia, juntamente com os princípios de conservação e preservação ambiental com geração de prosperidade social.

Para além deste objetivo, propugna ainda pela realização de pesquisas e reflexões em âmbito internacional, conectado com os debates atuais de seu tempo acerca do desenvolvimento dos Trópicos Úmidos em países da Pan-Amazônia (Bastos, Castro, Ravena, 2011),

sempre atento aos desafios colocados pela complexidade socioambiental que permeiam a realidade amazônica.

A abrangência do PPGDSTU demonstra a contribuição para as reflexões acerca do desenvolvimento sustentável em âmbito nacional e internacional, aspecto que se coaduna com o que preconiza a agenda 21, notadamente o Capítulo 36, depreendendo-se que a educação formal, em nível de pós-graduação *stricto sensu* pode contribuir para que o egresso deste nível de ensino reoriente suas ações no sentido do desenvolvimento sustentável, fomentando o nível de consciência pública acerca dos problemas do meio ambiente e do desenvolvimento (Nações Unidas, Agenda 21, Cap. 36, 1992).

Isso é evidenciado pelo fato de que ao longo de sua existência, o PPGDSTU/NAEA já formou mais de 400 mestres e mais de 200 doutores, não apenas do Brasil, mas também profissionais oriundos de outros países amazônicos, o que evidencia a abrangência do Programa nos países amazônicos, demonstrando o nível de internacionalização do Programa em nível regional e global. Neste sentido, o PPGDSTU tem procurado se inserir nos debates e em experiências inovadoras em pesquisas de campo engajadas de cunho interdisciplinar, levadas a efeito por um corpo docente altamente qualificado e com experiência nacional e internacional (NAEA, 2023). Para exemplificar em termos quantitativos os dados aqui citados, foi realizado um levantamento referente a esta pesquisa de doutoramento, na qual se estabeleceu o recorte temporal de 2007 a 2020, demonstrado na tabela 01, abaixo, o número de alunos formados no período, destacando-se o país de origem e revelando a abrangência do PPGDSTU/NAEA, pois é possível verificar egressos oriundos de países como Colômbia, Equador, Peru, Venezuela e até mesmo países para além da Pan-Amazônia, como Holanda e Japão.

Tabela 1 - total de alunos de mestrado e de doutorado formados no período de 2007 a 2020 no PPGDSTU

Mestrado		Doutorado	
País de origem	Quantidade	País de origem	Quantidade
Brasil	162	Brasil	181
Colômbia	03	Colômbia	02
Equador	02	Equador	01
Peru	02	Peru	01
Japão	01	Venezuela	01
-	-	Guiana	01
-	-	Guiné Bissau	01
-	-	Holanda	01
-	-	Japão	01
Total	170	-	190

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Secretaria do PPGDSTU/NAEA/UFPA (2023)

A observação dos resultados desta pesquisa indica que os egressos do PPGDSTU podem contribuir para a melhor preparação das populações loco-regionais, e isso evidencia a importância do NAEA para a formação de profissionais de alto nível, os quais têm cooperado e podem cooperar ainda mais para o desenvolvimento local e em busca da promoção do desenvolvimento sustentável. É essa contribuição que o NAEA tem oferecido à sociedade, por meio de seus programas de pós-graduação *stricto sensu*, notadamente o PPGDSTU. Nesta perspectiva, o ensino em nível de pós-graduação, visando a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos insere os debates relacionados aos aspectos citados neste tópico, tanto em nível global, regional e local de forma crítica, no intuito de contribuir para que os discentes do PPGDSTU/NAEA adquiram uma formação qualificada para intervir na realidade amazônica.

No âmbito acadêmico e por meio de pressupostos calcados na interdisciplinaridade, o PPGDSTU/NAEA, ao promover palestras, seminários e outros encontros que priorizam o debate das questões socioeconômicas e ambientais regionais e suas relações nacionais e internacionais analisa os eventos aqui elencados a partir do olhar das pessoas que vivem na Amazônia e na Pan-Amazônia, tecendo as relações que se estabelecem entre esses eventos e os impactos destes no cotidiano local, regional, nacional e internacional, bem como os avanços e recuos de tais eventos para a ampliação da discussão e de propostas que efetivamente venham a interferir positivamente na vida das pessoas que habitam a Amazônia. Neste sentido, o intercâmbio de informações e discussão acerca das realidades diversas presentes na Amazônia e de seu povo contribuem para preparar pessoas para a atuação na Amazônia, tornando-se relevante diante dos desafios que se apresentam na contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisa o papel da UFPA no desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu* na região Norte do Brasil, com enfoque na Amazônia brasileira, enfatizando a interdisciplinaridade e a sustentabilidade no contexto acadêmico amazônico. A UFPA, por meio de Programas como o PPGDSTU, tem contribuído significativamente para a formação de especialistas qualificados e a produção científica voltada para os desafios socioambientais da região. Seu sistema de pós-graduação *stricto sensu*, abrangendo diversos campi, contribui para a produção de conhecimento que não apenas atende às demandas locais, mas também busca superar as desigualdades e a pobreza na região.

O PPGDSTU, frequentemente destacado por seu caráter interdisciplinar, integra áreas como economia, políticas públicas e gestão de recursos naturais. Essa integração é, de fato, essencial, atendendo-se a um olhar crítico sobre a real aplicação desse conhecimento no contexto local. A interdisciplinaridade se destaca como uma ferramenta importante para soluções práticas e transformadoras para os problemas da Amazônia.

A UFPA, como protagonista no desenvolvimento de tecnologia e sustentabilidade, tem gerado impactos positivos para a comunidade acadêmica e além. A internacionalização do PPGDSTU é citada como uma evidência de seu alcance global e o debate sobre sustentabilidade deixa clara a necessidade de alinhar crescimento econômico com justiça social e preservação ambiental, um ponto amplamente aceito. No entanto, não se pode deixar de mencionar que a narrativa de “crescimento econômico sustentável” muitas vezes ignora as complexidades do modelo econômico predominante, que pode exacerbar a exploração dos recursos naturais da Amazônia sob o pretexto de desenvolvimento. Neste sentido, o papel das instituições de ensino, como a UFPA, e do PPGDSTU/NAEA, em particular, deve ser também o de questionar criticamente as premissas de desenvolvimento, propondo alternativas verdadeiramente inclusivas e baseadas em uma justiça ambiental que não se submeta aos interesses econômicos dominantes.

Por fim, verifica-se que a UFPA e o PPGDSTU/NAEA têm tido esse papel crítico essencial na formação de profissionais que atuam na Amazônia, sendo importante que a Universidade e seus Programas, como o PPGDSTU, avancem no fortalecimento de pontes entre o conhecimento acadêmico e a prática política e social, com vistas a enfrentar as desigualdades históricas e promover uma verdadeira

transformação socioambiental. Com suas quatro linhas de pesquisa, o PPGDSTU incentiva um entendimento profundo dos processos socioeconômicos e ambientais, preparando seus alunos para atuar de forma ética e responsável em contextos complexos. Destaca-se por sua excelência acadêmica, evidenciada pelas notas 6 e 7 em avaliações da CAPES, e pela sua contribuição significativa para a formação de mais de 600 profissionais, incluindo mestres e doutores do Brasil e de outros países amazônicos. Desde sua criação, o PPGDSTU tem se dedicado a oferecer uma formação sólida, promovendo a pesquisa, o ensino e a extensão, além de focar na mobilidade social e no impacto positivo de seus egressos na sociedade.

Além disso, participa ativamente de debates internacionais sobre o desenvolvimento dos Trópicos Úmidos, alinhando-se aos desafios socioambientais contemporâneos, conforme preconizado na Agenda 21 da ONU, sendo seus debates e formulações teórico-metodológicas alinhadas com as preocupações atuais sobre desenvolvimento sustentável, sobretudo no âmbito da COP 30. As iniciativas acadêmicas do Programa, incluindo palestras e seminários, favorecem a discussão crítica das realidades socioeconômicas e ambientais da Amazônia, proporcionando um intercâmbio de informações que enriquece a formação de profissionais aptos a atuar nos desafios contemporâneos da região.

Desta forma, os esforços da UFPA, e do PPGDSTU/NAEA, em colaboração com outras instituições, reforçam a importância da educação superior pública como ferramenta para o desenvolvimento democrático e sustentável da Amazônia brasileira e da Pan-Amazônia. A formação oferecida pela UFPA contribui para a construção de uma sociedade mais justa, que respeite a diversidade cultural e os limites

naturais, essencial para a preservação da Amazônia e para o bem-estar das futuras gerações.

Como recomendações para estudos futuros citam-se: ampliação da discussão teórica sobre desenvolvimento sustentável no contexto amazônico e o protagonismo das universidades públicas da Amazônia Legal, bem como pesquisas mais aprofundadas sobre a interdisciplinaridade e seus desdobramentos na educação superior pública voltada para o desenvolvimento sustentável amazônico.

REFERÊNCIAS

ARAGÓN, Luis E. **Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar: cinco temas para um debate**/Luis E. Aragón. – São Paulo: Hucitec, 2013.

ARAGÓN, Luis E. Migrações internacionais contemporâneas na Pan-Amazônia: Avanços e desafios de pesquisa. **Revista Latino-Americana de Estudos Avançados**, v. 2, p. 96–116, 2017.

BASTOS, Ana Paula V.; CASTRO, Edna; RAVENA, Nírvia. Papel da pós-graduação do NAEA-UFPA na formação interdisciplinar para o desenvolvimento sustentável. In: **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação**/Arlindo Philippi Jr., Antônio J. Silva Neto, editores. – Barueri, SP: Manole, 2011.

CASTRO, E. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 2, p. 5–39, dez. 2005.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Documento de área. Área 45: Interdisciplinar. 2019.

- COSTA, José Marcelino Monteiro. **Relatório NAEA –** Desenvolvimento regional: uma década de experiência amazônica. Belém: NAEA, 2008.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DIAS SOBRINHO, J. Democratização, Qualidade e Crise da Educação Superior: Faces da Exclusão e Limites da Inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223–1245, out.–dez. 2010.
- DIEGUES, A. C. **Sociedades e comunidades sustentáveis.** São Paulo: USP/NUPAUB, 2003.
- GIL, A. C. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 1. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2021.
- JACOBI, P. R. Educar na sociedade de riscos: o desafio de construir alternativas. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v.2, n.2, p. 49–65, 2007.
- DOI:<http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.vol2.n2.p49-65>.
- Disponível em <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/6142>> Acesso em: 20 set. 2024.
- KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- LUCENA, J. M. V. M. de .; AVELINO LEAL, D. . Educação, Ensino e Tecnologia e as Identidades Amazônicas (Education, Teaching and Technology and the Amazonian Identities). **Educitec – Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, Brasil, v. 6, n. ed. especial, p. e131820, 2020. DOI: 10.31417/educitec.v6ied.

especial.1318. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1318>. Acesso em: 22 jul. 2024.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15–35, jan./abr. 2009.

MENDES, Armando Dias. **A cidadela transversa**. 2. ed. rev. aum. Brasília, 2011. 1 CD-ROM.

MOREIRA, I. C. A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 11–16, abr./set. 2006.

NAÇÕES UNIDAS. **AGENDA 21**. 1992.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/c36a21.pdf>. Acesso em 10 jun. 2021.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados** 26 (74), 2012.

NOSSO FUTURO COMUM. 1991.

Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf>.

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS (NAEA). **Apresentação**. 2023.

NAEA. Apresentação. Disponível em <<http://www.naea.ufpa.br/index.php/institucional-apresentacao>> Acesso em: 30 ago. 2024.

OLIVEIRA, I. C. G. NAEA: Instituto Regional de Desenvolvimento ou Instituto de Desenvolvimento Regional? **Dissertação de mestrado**. Belém: NAEA, 2001.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (OTCA). **Carta de Belém**. Belém, 4 de agosto de 2023. Disponível em: <<https://caubr.gov.br/wp-content/uploads/2023/08/Carta-de-Belem.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2024.

PPGDSTU/NAEA. **Resumo Relatório Capes – Quadriênio (2017 a 2020)**, 2022.

QUINTSLR, S.; BOHRER, C. B. de A.; IRVING, M. de A. Políticas públicas para a Amazônia: práticas e representações em disputa. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano XIII, Nº 23, Julho de 2011, Salvador, BA, 2011.

REIS, A. A.; ALMEIDA, O. T. Desenvolvimento sustentável e estratégias de uso dos recursos naturais em área de várzea no Baixo Tocantins, Amazônia. In: **Desenvolvimento e sustentabilidade**. Belém, NAEA, 2012.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, B. S. Santos; ALMEIDA FILHO, N. **A Universidade no Século XXI**: Para uma Universidade Nova. Coimbra, 2008.

SILVA, M. L.; FIGUEIREDO, T. A. S. 'A Voz da Selva' – Educação Socioambiental e Possibilidades de Desenvolvimento Local Sustentável: experiências e práticas na Comunidade Boa Esperança – RDS Amaná/AM. **Margens (UFPA)**, v. 7, p. 49–68, 2013.

TURENJO JR, Aleksei. **O NAEA, onze anos depois**. O Liberal, 1º caderno, 1980.

UNESCO. **Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. Hacia las sociedades del conocimiento**. 2005. Disponível em <https://dhls.hegoa.ehu.es/uploads/resources/5139/resource_files/Hacia_las_sociedades_del_conocimiento.pdf> Acesso em: 25 set. 2024.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social**. Paris, 5 a 8 de julho de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Histórico e Estrutura**. 2022. Disponível em <<https://www.ufpa.br/index.php/universidade>> Acesso em: 12 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2025**. 2022. Disponível em <https://www.ufpa.br/images/docs/PDI_2016-2025.pdf> Acesso em: 12 ago. 2024.

WANDERLEY, L. E. W. **O Que é Universidade?** São Paulo: Brasiliense, 2003.

Esta coletânea faz parte da Série Desenvolvimento e Sustentabilidade, iniciativa editorial do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (PPGDSTU/NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). A série objetiva visibilizar pesquisas desenvolvidas por docentes, discentes e corpo técnico do PPGDSTU. Neste volume, a comunidade acadêmica do PPGDSTU foi convidada a submeter artigos em coautoria com perspectivas, críticas, debates teóricos e casos empíricos sobre as mais diversas implicações da Trigésima Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 30), que ocorrerá em Belém, em novembro de 2025. Ao tocar em assuntos diversos que refletem a diversidade da política, da economia, da sociedade, dos ambientes e dos vários desafios perante as mudanças climáticas na Amazônia, o livro busca contribuir com o agenciamento desta diversidade para pensar sobre os problemas amazônicos durante e para além da COP 30.

